



Universidade do Minho
Instituto de Ciências Sociais

Sérgio António Silva Rêgo

**Epistemologias feministas no Mar lusófono:
"navegar é preciso, viver não é preciso".
Um estudo comparado da produção científica
em Revistas Acadêmicas de Brasil, Portugal e
Moçambique**



Universidade do Minho
Instituto de Ciências Sociais

Sérgio Antônio Silva Rêgo

**Epistemologias feministas no Mar lusófono:
"navegar é preciso, viver não é preciso".
Um estudo comparado da produção científica
em Revistas Acadêmicas de Brasil, Portugal e
Moçambique**

Tese de Doutoramento
Doutoramento em Sociologia

Trabalho efetuado sob a orientação da
**Professora Doutora Ana Maria Simões
de Azevedo Brandão**

DIREITOS DE AUTOR E CONDIÇÕES DE UTILIZAÇÃO DO TRABALHO POR TERCEIROS

Este é um trabalho académico que pode ser utilizado por terceiros desde que respeitadas as regras e boas práticas internacionalmente aceites, no que concerne aos direitos de autor e direitos conexos.

Assim, o presente trabalho pode ser utilizado nos termos previstos na licença abaixo indicada.

Caso o utilizador necessite de permissão para poder fazer um uso do trabalho em condições não previstas no licenciamento indicado, deverá contactar o autor, através do RepositóriUM da Universidade do Minho.

Licença concedida aos utilizadores deste trabalho



Atribuição-NãoComercial-SemDerivações
CC BY-NC-ND

<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/>

AGRADECIMENTOS

A meu ver, a gratidão é um dos sentimentos mais sublimes, especialmente por despertar a capacidade de reconhecimento que nos permite compreender que a caminhada – em meu caso, a navegação – não é realizada de maneira isolada, além de ser mais duradoura e intensa se for exercida em meio a partilhas e em companhia de pessoas especiais. Aqui, nesses breves agradecimentos, não pretendo expor hierarquias ou mesmo avaliações de maior ou menor participação, apenas o genuíno sentimento de gratulação pelo apoio prestado.

Desse modo, desenvolvo essas breves linhas em agradecimento aos mares por onde me embreei, numa aventura de aprofundar em mim mesmo e naquilo em que acredito, pelas constantes (auto)descobertas, naquela intensidade em que o conhecimento estimula a transformação de mim e das pessoas com as quais convivo e além destas, principalmente devido à minha profissão, que é a docência. A partir disso, quero agradecer à Criação por todas as oportunidades de crescimento e aprendizagem que sempre são oferecidas e pela capacidade de me reconhecer nelas e, a partir delas, ser capaz de enxergar o mundo de outra forma, com a decisão de intervir.

Nesse processo de entrega e construção, muitas noções sofreram alterações: a ideia de tempo, assim como os sentimentos de saudade e pertença, as noções de criação e lugar. Para tanto, penso: Sou de muitos mundos, / constituídos sob muitas formas. / Sou diverso, sou plural, / sou na construção, na caminhada. / No processo, me formo / Com outras pessoas, é que me enxergo / Me associo por ideias / Quero sempre estar na condição de aprender para poder ensinar, / numa expressão de “boniteza” e constante inquietar. / Quero ser, sendo. / Quero nunca me acabar / Inconstância, luta e vontade / Transformar é um mote criativo / Ser sendo é aventurar-se. / Pois é nesse mar que quero sempre me lançar. Isso é um pouco do que sinto nesse momento.

Agradeço também à minha querida família, que ampliou de maneira significativa o sentido do termo e do sentimento de saudade, e que sempre possibilitou todo sustentáculo para que mais essa etapa de formação pudesse ser efetivada. Em especial a minha mãe, Dôra, uma mulher forte e que me inspirou/inspira, e a meu pai, Sérgio (em memória), o qual é mais que lembrança, ele é sempre presença. À Melissa, Gustavo, Cecília e Alice (que acaba de chegar) pelo carinho de vida que demonstram e ensinam a profundidade e cotidianidade através do sublime amor, ressignificado a todo instante, além de serem incentivo na luta pela efetivação de um mundo mais equitativo. À Elaine e Érica pelo pragmatismo e atenção que possuem. À minha querida Danda pela existência de puro carinho com a qual transforma de modo singular nossa própria vivência e (auto)reconhecimento.

À dedicada orientadora acadêmica e querida Professora Doutora Ana Maria Brandão, por todo apoio, estímulo, oportunidades, conversas, sorrisos, ideias e ideais partilhados. Tenho a convicção de que tudo que foi construído se tornou mais leve porque caminhei/naveguei ao lado de uma excelente profissional e um ser humano admirável. Tudo isso demonstrado especialmente pela amizade, parceria e confiança que foi estabelecida durante essa trajetória que nos permitimos construir. A firmeza e segurança que tenho de que fizemos um trabalho ético, político e fundamentado em princípios de coerência científica é uma frequente. O meu mais sincero apreço, admiração e respeito.

Aos queridos tio-padrinho José Fernandes (tio Zé), tia Inez e tia Carminha, pelo apoio incondicional, sempre presentes em todas as etapas de minha formação educativa. A minha amadíssima avó, Nita (em memória), assim como às frequentes presenças dos mais afetuosos sentimentos de meu avô Nelson (em memória) e minha querida e saudosa tia-madrinha Simone (em memória), pelo estímulo e ensino de que há várias formas de olhar as belezas que o mundo possui, inclusive criando outras, por meio do incentivo, do apoio e (auto)transformação.

À Professora Doutora Allene Lage, mulher e profissional que incentiva e motiva de muitas maneiras a estabelecer pontes e perceber que a educação é um valor transformador e potencializador da humanidade, principalmente por toda sua experiência de vida, força e trabalho dedicado ao bem-comum.

À família que se construiu através dessa experiência, assim como aos fortes laços (por muitas vezes, foram constituídos de nós bem atados) e íntimos que foram harmoniosamente construídos. Por meio das oportunidades de crescimento cotidianos que nos são ofertados à medida que nos permitimos e entregamos a esses prazerosos momentos. Destaco aqui os nomes de pessoas queridíssimas: Aline Albuquerque e Ciro Coelho, que trouxeram leveza desde o primeiro contato com esse “novo universo” e onde, muitas vezes, “perdidos nos encontramos”. Agradeço a constante companhia e amizade criada. À Joana (Angélica) Teixeira, terna amiga, curiosa, dedicada e disponível para todas as horas, que demonstrou ser um fidelíssimo porto, especialmente por oportunizar sorrisos (gargalhadas), além de estimular, de diferentes maneiras, a necessidade do (re)inventar-se. Muito obrigado por tudo! Já ensaio como irei servir o café e levar os livros! Além das próprias leituras conjuntas, observações levantadas e parceria construída. Ressalto também Ana “Maria” Rita Sá Leite e o aprendizado da cotidianidade das relações, sua atenção e torcida; à queridíssima amiga e mais uma sensível alma que Portugal brindou, Rafaela Ribeiro e a convicção de que seu futuro (já em construção) é repleto de beleza que estimula, além de atizar brasas e curiosidades, agradeço pelas conversas carinhosas, reflexões, apoios, leituras, correções e ideais partilhados; à Letícia Beltrão pelas reflexões que oportuniza. A estas pessoas e aos

seus sorrisos largos, suas fartas gargalhadas, partilhas, viagens (teóricas e concretas) constituem uma bela memória. Estes seres serão “de Braga para o sempre”, e provam que a decisão tomada em navegar outros mares foi bastante acertada. Vocês estão guardadas/os nas memórias afetivas mais ternas. Do mesmo modo que estão os sons, as cores, os aromas, sabores e sensações que Braga (Bracara Avgvsta) provocou em todo o tempo em que estive morando e conhecendo seus espaços e encantos.

Aos/as professores/as doutores/doutoras, sem querer ser redundante em comentar sobre a capacidade teórica destas pessoas, mas não podendo deixar de evidenciar essa dimensão, começo por Emília Araújo, Joaquim Costa, Ivo Domingues, Fernando Bessa Ribeiro, Manuel Carlos Silva, Rita Ribeiro, José Machado, Ana Paula Marques, cada qual, com sua particularidade, passou a fomentar discussões e, além disso, direcionaram estudos, questionaram, instruíram, encorajaram e estimularam a aprofundar nessa trajetória. Considero que criamos laços de amizade e, de minha parte, uma profunda admiração. Esse saber-fazer tornou-se muito mais agradável com a presença destas pessoas queridas, comprometidas e disponíveis.

Ao amigo-irmão Pedro Henrique Teixeira, por todos os momentos de troca de ideias, cuja presença frequente e o fomento da (auto)descoberta foram condições reais de permanência do andamento de nosso sonho partilhado, sonho este que é de uma educação crítica como instrumento efetivo de mudança e transformação social. O desafio do “eterno retorno”, muitas vezes conversado, ainda é respondido com um sonoro “sim!”.

Aos integrantes amigos/as do Observatório dos Movimentos Sociais da América Latina pela torcida frequente. Os nomes de Andrezza Rodrigues (inclusive, por todos os apoios de ordem pragmática na chegada a Braga, ao acolhimento e amizade dispensados), Otávio Rubino (Prema Sindhu Jequitaiá), Márcia Godoi Queiroz, Marciano Silva são um destaque nessa trajetória, pensada e navegada conjuntamente, de perto ou de longe, no entanto sempre com o desejo de se fazer presente.

Ao diletíssimo Grupo de Estudos Interdisciplinares em Ciências Sociais (GEICS) composto por um conjunto de pessoas com as quais o itinerário da investigação tornou-se mais dinâmico, alegre e que incentivou, ainda mais, a partir do debate franco e constante, a força que se possui em querer construir e socializar conhecimentos de maneira coletivizada. Por motivos de não querer esquecer o nome de ninguém, preferi não confiar em minha memória, mas a vocês agradeço os nossos encontros para discutir temas, teses, leituras, além de nossas constantes e agradáveis conferências. Gratidão em poder aprender convosco.

Aproveito para destacar alguns outros nomes que contribuíram bastante nessa trajetória do doutoramento e aos quais sou grato: Carla Cerqueira e a admiração pelo seu empenho, inteligência e

humildade; a amiga Rita Moreira e o amigo Rodrigo Dominguez, para o qual estendo a equipe que constitui o corpo do Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais – Polo da Universidade do Minho, o espaço de Investigação que me acolheu de maneira tão respeitosa e carinhosa, além do fomento com os congressos/seminários que pude “representar” e ampliar contatos. Sem esquecer nossos Seminários-Almoços (deliciosos espaços de aproximação, acolhida e novos sabores e olhares) e a *ComTextos*. Também destaco a presença atenta e dedicada de Cláudia Martins pela incomensurável disponibilidade em relação às estatísticas.

À Professora Doutora Maria do Mar Pereira pelo seu “vá além!” numa conversa que serve como estímulo até hoje e que demonstra a necessidade de se projetar. À Professora Doutora Maria Paula Meneses por ajudar, no início, a perceber que os vazios estão repletos de significados.

A todas as mulheres que participaram das entrevistas e que contribuíram decisivamente para a efetivação dessa investigação, pela gentil disponibilidade em meio a um cenário mundial de profunda adversidade. De mais a mais, por toda construção e empenho no enfrentamento das assimetrias que insistem em perpetuar-se, são elas: Iara Beleli, Isabel Casimiro, Lena Lavinhas, Virgínia Ferreira e Zília Osório de Castro. Pessoas que oportunizaram o contato de um investigador com muitas daquelas pessoas que conhecia e admirava apenas por seus fortes textos, para além das trajetórias profissionais e ideias, elas passaram a ser um discurso materializado nessa oportunidade de poder ouvir e aprender um pouco mais.

Ao grupo *Faces de Eva* pela disponibilização de alguns dos números que estávamos com dificuldade de acesso.

Nesse grande itinerário de navegação, pude contar com a colaboração de inúmeras pessoas, para as quais manifesto o meu mais sincero e profundo reconhecimento de agradecimento, por todo incentivo, torcida e auxílio demonstrados em diversos momentos dessa trajetória que foi criada. Pessoas das mais variadas localidades, as quais com muito prazer, pude conhecer, alimentado sempre pela curiosidade de ouvir, ver e aprender. Estou convicto de que os dias são/foram muito mais coloridos a partir das vossas presenças sempre frequentes.

DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE

Declaro ter atuado com integridade na elaboração do presente trabalho académico e confirmo que não recorri à prática de plágio, nem a qualquer forma de utilização indevida ou falsificação de informações ou resultados em nenhuma das etapas conducente à sua elaboração.

Mais declaro que conheço e que respeitei o Código de Conduta Ética da Universidade do Minho.

Epistemologias feministas no Mar lusófono: “navegar é preciso, viver não é preciso”. Um estudo comparado da produção científica em Revistas Acadêmicas de Brasil, Portugal e Moçambique.

RESUMO

Este trabalho centrou-se em identificar quais epistemologias as feministas acadêmicas do Brasil, Moçambique e Portugal têm utilizado em publicações periódicas virtuais e como ocorrem seus desdobramentos em termos de ações políticas em suas realidades. Definimos as revistas acadêmicas periódicas feministas enquanto um importante espaço de expressão, discussão, divulgação, formação de organismos e/ou pessoas, além de fomento e consolidação de áreas temáticas. Os anos 1990 representam um importante espaço temporal de análise para o feminismo lusófono, dado que nesse período surgem as primeiras publicações periódicas acadêmicas feministas em língua portuguesa. No Brasil, Revista Estudos Feministas (1992) e Cadernos Pagu (1993); em Moçambique, em 1991, a revista Estudos Moçambicanos, apresenta um trabalho ligado a temática e, em Portugal, Faces de Eva e *ex æquo* (1999). Estas revistas estão centradas nas discussões que versam sobre a temática dos Estudos sobre Mulher/Mulheres, Gênero e Feminismo e comprometidas, desde o início de seus trabalhos, com a qualidade das discussões. Esses periódicos passaram não só a representar um espaço de reunião de investigadoras/es da temática, ampliando-a, como também, a partir do ativismo, auxiliaram na compreensão das problemáticas locais – a partir do uso teorias já consolidadas em outros espaços – e criação de projetos políticos que possibilitaram a criação de leis que objetivam a erradicação da discriminação e garantia de direitos. Este trabalho possui uma metodologia quantitativa, com método do estudo de caso e uso de técnicas de análise de conteúdo categorial e entrevistas semi-diretivas. Reuniu artigos dispostos entre os anos de 1991 e 2019 (2334 ao total), os quais tiveram seus resumos e palavras-chave observados e sistematizados em 16 categorias temáticas que auxiliaram, juntamente as entrevistas realizadas, a perceber os processos de transformação e alterações ocorridos ao longo do tempo. Do mesmo modo que permitiram compreender as políticas de editoria de cada revista. Diante disso, concluímos que não só ocorreu uma alteração a nível epistemológico por parte dos artigos publicados ao longo desse tempo, bem como uma alteração de temáticas. Também apreendemos a importância dessas publicações na instrumentalização de pessoas que se interessam pela temática e na premissa de uma sociedade equitativa, com uma política de erradicação das desigualdades de gênero.

Palavras-chave: Epistemologia; Feminismo acadêmico; Feminismo e ciência; Revistas feministas.

Feminist Epistemologies in the Lusophone Sea: “navigating is necessary, living is not necessary”. A comparative study of the scientific production in Academic Journals from Brazil, Portugal and Mozambique.

ABSTRACT

The present investigation seeks to understand which epistemologies academic feminists from Brazil, Mozambique and Portugal have used in online periodicals and how it outspreads in terms of political actions in their specific realities. We understand feminist periodic academic journals as an important space for expression, discussion, dissemination, formation of organisms and/or people, as well as promotion and consolidation of thematic areas. The 1990s represent an important time frame for analysis of the Lusophone feminism, given that during this period the first feminist academic publications appeared in a periodical format in portuguese language. In Brazil, the *Revista Estudos Feminsitas* (1992) and *Caderno Pagu* (1993); in Mozambique, in 1991, the journal *Estudos Moçambicanos*, presents a work related to the theme; and, in Portugal, *Faces de Eva* and *ex æquo* (1999). These publications are focused on discussions about the theme of Studies on Woman/Women, Gender and Feminism (EMGF) and are, since the beginning of their work, committed to the quality of the discussions. They not only started to represent a meeting space for researchers on the subject, expanding it, but also, through activism, helped in the understanding of local issues - anchored in theories already consolidated in other spaces - and in the creation of political projects that helped in the consolidation of laws that aimed the eradication of discrimination and guarantee of rights. This work is based on a quantitative methodology, with the case study method and uses categorical content analysis and semi-directive interviews as techniques. It gathered articles arranged between 1991 and 2019 (2334 in total), which had their abstracts and keywords observed and systemized into 16 thematic categories that, along with the interviews carried out, helped us to understand the processes of transformation and changes that occurred over time. In the same way, they allowed us to understand the editorial policies of each journal. Therefore, we conclude that there was not only an epistemological change in the articles published over that time, as well as a change in the themes worked. In addition, we grasp the importance of these publications in providing tools to people who are interested in the theme and in the premise of a more equitable society, with a policy to eradicate gender inequalities.

Keywords: Epistemology; Academic feminism; Feminism and Science; Feminist journals.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	1
1 – FEMINISMO E ATIVISMO ACADÊMICO	7
1.1 FEMINISMO: UMA PEQUENA INTRODUÇÃO	9
1.1.1. FEMINISMOS LUSÓFONOS	20
1.2 ATIVISMO E FEMINISMO	25
1.2.1. EMPODERAMENTO: UM CONCEITO A SER COMPREENDIDO	29
1.3 FEMINISMO ACADÊMICO	38
1.3.1. CONTEXTO E CONTRIBUTOS FEMINISTAS A PARTIR DA SEGUNDA GERAÇÃO	43
1.3.2. EPISTEMOLOGIA FEMINISTA	50
1.3.3. METODOLOGIA FEMINISTA	54
2. PUBLICAÇÕES PERIÓDICAS ACADÊMICAS FEMINISTAS	65
2.1. CONTRIBUTOS E QUESTÕES DE ORDEM POLÍTICA	68
2.2. REVISTAS ACADÊMICAS SOBRE EMGF NO BRASIL, MOÇAMBIQUE E EM PORTUGAL	77
2.2 O Brasil	79
2.3 Moçambique	93
2.4 Portugal	104
3. METODOLOGIA	120
3.1. DELIMITAÇÃO DO OBJETO DE INVESTIGAÇÃO	125
3.2. METODOLOGIA QUANTITATIVA	134
3.3. O MÉTODO	135
3.4 AS TÉCNICAS DE TRABALHO	136
3.5. DIFICULDADES E LIMITES	142
4. REVISTAS ACADÊMICAS FEMINISTAS: EXPOSIÇÃO E ANÁLISE DE DADOS	144
4.1. CAMINHOS EPISTEMOLÓGICOS IDENTIFICADOS	144
4.2. TEMÁTICAS TRABALHADAS	156
4.2.1. <i>Temáticas trabalhadas pelas publicações</i>	163
4.2.2 <i>Dados relativos à primeira autoria</i>	186
4.3. IMPACTO DAS PUBLICAÇÕES	206
A GUIA DE CONCLUSÃO	225
REFERÊNCIAS	238
ANEXO	312
ANEXO 1 – LISTA DAS TEMÁTICAS GERAIS DOS TRABALHOS DA ANPOCS DURANTE AS DÉCADAS DE 1980 E PRINCÍPIOS DE 1990	313
ANEXO 2 – MODELO DE CONSENTIMENTO INFORMADO UTILIZADO COM AS ENTREVISTADAS	314
ANEXO 3 – GUIÃO DE ENTREVISTAS	315
ANEXO 4 – DETALHAMENTO DO PROCESSO DE TEMÁTICAS	317
ANEXO 5 – DETALHAMENTO DE PAÍSES POR CONTINENTE	325
ANEXO 6 – DETALHAMENTO DE PAÍSES POR CONTINENTES EM CADA PUBLICAÇÃO	326

ANEXO 7 – LISTA DE CURSOS COM MENOS DE 50 PESSOAS POR FORMAÇÃO NAS REVISTAS ANALISADAS	328
ANEXO 8 – DETALHAMENTO DE PAÍSES POR CONTINENTE	329
ANEXO 9 – RELAÇÃO ENTRE PAÍSES EM RELAÇÃO A PROPORCIONALIDADE PARA CADA PERÍÓDICO	330

ÍNDICE DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- APEM – Associação Portuguesa de Estudos sobre as Mulheres
- BM – Banco Mundial
- CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
- CCF – Comissão da Condição Feminina
- CEA – Centro de Estudos Africanos
- CEBs – Comunidades Eclesiais de Base
- CNAC – Campanha Nacional pelo Aborto e Contraceção
- CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
- CPLP – Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
- DEMG – Departamento de Estudos da Mulher e do Género
- DF – Destacamento Feminino
- DNDR – Direção Nacional de Desenvolvimento Rural
- EMGF – Estudos sobre Mulher/Mulheres, Género e Feminismo
- FI – Fator de Impacto
- FRELIMO – Frente de Libertação de Moçambique
- GMP – Grupo Autónimo de Mulheres do Porto
- GRAAL – Movimento Internacional de Mulheres Cristãs
- GTs – Grupos Temáticos
- ISP – Instituto Superior Pedagógico
- JOC – Juventude Operária Católica
- JUC – Juventude Universitária Católica
- LGBT – Movimento de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgéneros
- LIFEMO – Liga Feminina Moçambicana
- MDM – Movimento Democrático de Mulheres
- MLM – Movimento de Libertação das Mulheres
- MMM – Marcha Mundial das Mulheres
- NEDIM – Núcleo de Estudos, Documentação e Informação sobre a Mulher
- NEIM – Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher
- NEMGE – Núcleo de Estudos da Mulher e Relações Sociais de Género
- OMM – Organização da Mulher Moçambicana

ONG – Organização Não Governamental

ONU – Organização das Nações Unidas

Redor – Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre a Mulher e Relações de Gênero

REF – Revista Estudos Feministas

SBPC – Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência

SciELO – *Scientific Electronic Library Online*

SJR – *SCImago Journal Rank*

UEM – Universidade Eduardo Mondlane

UFBA – Universidade Federal da Bahia

UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais

UFPB – Universidade Federal da Paraíba

UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina

UMAR – União de Mulheres Alternativa Resposta

Unicamp – Universidade Estadual de São Paulo

ÍNDICE DE FIGURA

FIGURA 1 Sociologia ciclope *vs.* Sociologia feminsita

60

ÍNDICE DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1	Distribuição de artigos nas seções analisadas divididos por anos, nas revistas do Grupo A (1992 a 2019)	159
GRÁFICO 2	Distribuição dos textos analisados em temáticas gerais, expostas em ordem decrescente	164
GRÁFICO 3	Distribuição em temáticas gerais, números totais, divididas por gênero da primeira autoria	175
GRÁFICO 4	Distribuição em temáticas gerais, valores totais, distribuídos pelos anos de 1991 a 2019, agrupados a cada cinco anos	176

ÍNDICE DE TABELAS

TABELA 1	Esquema sistematizado de implementação de uma metodologia feminista em ciências sociais e humanas, oriundas de contribuições da sociologia, antropologia e filosofia/teologia.	58
TABELA 2	Mulheres no ensino superior (universidades e politécnicos, público e privado).	105
TABELA 3	Número de mulheres docentes do Ensino Superior (universidades e politécnicos, público e privado)	105
TABELA 4	Indicação de publicações por grupos, endereços eletrônicos e disponibilidade de acesso ao acervo (pesquisados em maio de 2020)	131
TABELA 5	Incidência de palavras-chaves e resumos, números totais em cada publicação	133
TABELA 6	Quadro síntese dos dados verificados para cada artigo	139
TABELA 7	Sistematização dos títulos das categorias gerais	141
TABELA 8	Grupos de publicações, números, quantidade de artigos, porcentagem individual e total e ano das consultas	157
TABELA 9	Detalhamento de países por continente	200
TABELA 10	Detalhamento de idioma por continente	202
TABELA 11	FI nos periódicos do Grupo A relativo a três anos, ano base 2019	208
TABELA 12	Lugar ocupado por país (Grupo A) no ranking mundial. SJR – Scimago Journal & Country Rank – período de avaliação (1996-2019) na área multidisciplinar	209
TABELA 13	Dados gerais da introdução à plataforma SciELO pelo conjunto de periódicos do Grupo A	209
TABELA 14	Colocação das revistas do Grupo A avaliadas pelo SJR, ano de referência de 2019	210
TABELA 15	Fator impacto para as publicações brasileiras que integram o Grupo A	211
TABELA 16	Quadro de avaliação Qualis no quadriênio 2013-2016 por áreas e ISSN na Plataforma Sucupira nas revistas brasileiras (REF e Cadernos Pagu)	212
TABELA 17	Fator de impacto para as publicações portuguesas que integram o Grupo A	213

TABELA 18	Lista das temáticas gerais dos trabalhos da Anpocs durante as décadas de 1980 e princípios de 1990	313
TABELA 19	Detalhamento do processo de temáticas	317
TABELA 20	Detalhamento de países por continente	325
TABELA 21	Detalhamento de países por continentes em cada publicação	326
TABELA 22	Detalhamento de cursos com a quantidade formação individual	328
TABELA 23	Detalhamento de países em cada continente	329
TABELA 24	Relação entre países em relação a proporcionalidade para cada periódico	330

Recordar é preciso

O mar vagueia onduloso sob os meus pensamentos

A memória bravia lança o leme:

Recordar é preciso.

O movimento vaivém nas águas-lembranças
dos meus marejados olhos transborda-me a vida,

salgando-me o rosto e o gosto.

Sou eternamente náufraga,

mas os fundos oceanos não me amedrontam

e nem me imobilizam.

Uma paixão profunda é a bóia que me emerge.

Sei que o mistério subsiste além das águas.

Conceição Evaristo (2017: 14).

Dedico este trabalho a todas aquelas pessoas que não desistem em romper com os grilhões de injustiças e que acreditam além de oportunizarem novas construções de equidade. Especialmente porque estas são possíveis, de modo concreto, quando navegam em mares desconhecidos, mas sonham e percorrem os trajetos de maneira conjunta. Avante!

Introdução

Acreditar na possibilidade de ativismo intelectual é uma coisa; descobrir como fazê-lo dentro da política contemporânea de produção de conhecimento é outra. (Collins, 2013: xi)

O empreendimento do ativismo feminista, especialmente observado no cenário acadêmico a partir da segunda metade do século XX, é resultante do acúmulo de experiências – políticas e intelectuais – de muitas mulheres que ousaram romper com aquilo que se considerava natural. A opressão de um amplo conjunto da sociedade – de modo especial, das mulheres – era uma prática comum e, em muitos aspectos, socialmente aceita (Wollstonecraft, 2015 [1792]). A construção de uma cidadania plena ainda faz parte da luta feminista, pois, apesar de alguns avanços a nível de direitos, essas conquistas não são observadas em todas as realidades. O que demanda uma maior articulação e observação acerca da complexidade dos fenômenos que envolvem os processos de opressão. Foram diversas as discussões sobre o papel desempenhado pelas mulheres nas sociedades, com ênfase na produção do conhecimento. O componente político associado ao feminismo passou a ser frequente em muitos espaços e procurou visibilizar questões, até então pouco reconhecidas como importantes nesses espaços. As intelectuais fundamentavam seus trabalhos em muitas teorias e apontavam a construção de caminhos que procurassem garantir uma participação concreta na vida social, assim como a superação das opressões vividas. As discussões empreendidas por essas teóricas passaram a ser uma prática recorrente e possibilitaram a ampliação da própria ideia de conhecimento produzido, além de efetivar, em muitos espaços, sua presença (como no caso das universidades), embora que em algumas áreas ainda não seja tão visível.

Diversas questões sobre a ação concreta dos movimentos feministas – em suas mais diversas realidades – e quais as agendas que eram, naquele momento, prioritárias, foram postas em causa. O acesso a educação, a participação política plena, direito sobre o corpo e sua sexualidade, a vida, a existência sem violência, a direitos básicos tais como: água e alimentação são algumas dessas agendas. Essa medida de avaliação frequente das ações dos movimentos feministas possibilitou (re)ver ações, assim como os papéis que eram desempenhados, do mesmo modo que auxiliou a delinear muitos dos caminhos que seriam seguidos. Romper com velhas estruturas de opressão – machismo, sexismo, androcentrismo – ainda é uma realidade em vários espaços. Essas estruturas opressivas, vivenciadas de múltiplas maneiras, são nutridas, muitas vezes, a partir do desconhecimento de suas ações de

manipulação. Por sua vez, estas ações podem ser demonstradas de variadas maneiras, e vão desde práticas evidentes até mesmo aquelas disfarçadas, mais sutis. Exercida em muitas esferas e espaços. Todas essas formas de atuação são decorrentes de processos de violência concreta, muitas vezes respaldada como natural (Beauvoir, 1967 [1949]; 1970 [1949]; 2005; 2018). Desse modo, mantém-se a ideia de controle e acaba por procurar extrair a consciência dos processos de participação, enfrentamento e desconstrução dessas ações. Apesar de todo esse cenário, novas ferramentas foram adicionadas a esse escopo teórico que vem sendo criado há décadas a partir da atuação de feministas no interior de espaços acadêmicos. Especialmente quando concretadas em compreender como são constituídos os processos de desigualdade/opressão entre as pessoas e os papéis sociais erigidos ao longo dos tempos. A concepção de gênero como ferramenta analítica é uma delas (Scott, 1990), indissociável de outras como a raça/etnia, classe, idade, geografia, entre outras, que passam a ser instrumentos de potencialização das análises realizadas. A observação plural acerca do fenômeno investigado é uma condição de pesquisa, assim como uma compreensão que congrega a pluralidade dos objetos estudados.

Diante desse amplo cenário, estudar questões concernentes à sociologia da ciência, em especial sob o prisma das teorias feministas e de gênero, é, muitas vezes, mergulhar em mar revolto, haja vista estar-se diante de espaços ainda pouco trabalhados. Isso é especialmente verdadeiro pelo fato de muito do material investigado não se encontrar sistematizado ou ser de fácil acesso, o que sugere que ainda é uma temática que necessita de uma ampliação de espaço, assim como de valorização.

Empreender uma investigação baseada na teoria feminista é uma tarefa que se demonstrou intensa e que nos trouxe novos olhares acerca das condições de produção do conhecimento feminista nas realidades de Brasil, Moçambique e Portugal. Nosso foco centrou-se na produção decorrente dos ativismos feministas ao longo de quase três décadas, de modo específico em periódicos acadêmicos. Desse modo, procuramos perceber aspectos que vão desde o estímulo à instauração desses projetos, sua produção e desenvolvimento, à observação e compreensão das alterações que são vivenciadas. Ao mesmo tempo, ratifica-se a importância desses periódicos na consolidação de uma área do conhecimento a nível local e não somente nele, destacando-se o compromisso ético e político da ciência, além do estímulo e formação de novas concepções e formas de atuação em cenários que se mostram ainda adversos.

O estabelecimento desse cenário de pesquisa como ponto de partida decorre da ideia de que os países indicados possuem realidades sociais, históricas e culturais que podem ser interpretadas de forma conjunta, respeitando suas singularidades. Não apenas a partir do estabelecimento de forças de opressão

colonial, mas também decorrente disso e de como os processos de resistência e criação constituíram-se nesses espaços. Além disso, pretendíamos perceber se alguns dos possíveis vazios existentes poderiam ser explicados e se esses mesmos vazios são, em si mesmos, aspectos que devem ser compreendidos.

Relativamente à escolha de nosso título – *Epistemologias feministas no Mar lusófono: “navegar é preciso, viver não é preciso”*. Um estudo comparado da produção científica em Revistas Acadêmicas de Brasil, Portugal e Moçambique – podemos expor as variadas facetas que compõem os cenários analisados, que possuem uma diversidade de relações históricas que sofreram alterações ao longo dos tempos, as quais despertaram a curiosidade de buscar compreender algumas delas. A referência à frase “Navegar é preciso, viver não é preciso”, proferida por Pompeu (séc. I a.C) e utilizada por outros poetas e pensadores de tempos em tempos, ampliada pelo poema de Fernando Pessoa, remonta à necessidade de luta, engajamento, combate, ação, resistência e existência. Esses princípios, que são humanos, estão no cerne do feminismo enquanto movimento político, cultural, social, histórico e intelectual, ao longo dos séculos. São princípios que fundamentam suas práticas e procuram empreender mudanças de cenários de opressão/desigualdade. É nesse sentido que a utilizamos em nosso título. É desse modo que a interpretamos. Assim como a ideia de uma lusofonia entendida como muito maior do que a pretensa criação de um império colonial, longe disso, visa salientar traços que unem as realidades investigadas, procurando estabelecer bases comuns de análise, porém tendo sempre em conta o que disse Simone de Beauvoir (2005: 15): “É do conhecimento das condições autênticas de nossa vida que é preciso tirar a força de viver e razões para agir”. Portanto, é com esse pensamento que avançamos em nosso trabalho.

A presente investigação foi conduzida pela seguinte pergunta: Que epistemologias as feministas acadêmicas do Brasil, Moçambique e Portugal têm utilizado em publicações periódicas virtuais e como ocorrem seus desdobramentos em termos de ações políticas em suas realidades? Diante disso, elaboramos quatro objetivos específicos, que nos levaram à compreensão do fenômeno analisado: mapear as principais publicações feministas, em periódicos acadêmicos de acesso virtual, de Brasil, Moçambique e Portugal, a partir de 1990; identificar as principais perspectivas epistemológicas – especialmente, feministas – que fundamentam o ativismo das feministas acadêmicas do Brasil, Moçambique e Portugal; comparar as temáticas que os feminismos suscitam no debate acadêmico das feministas do Brasil, Moçambique e Portugal e que convergências existem entre elas; e verificar se existe articulação entre as produções feministas científicas de acesso virtual.

Nosso texto está dividido em quatro capítulos. Em nosso primeiro capítulo, apresentamos uma exposição de alguns caminhos que foram percorridos por feministas e como se deram seus

desdobramentos enquanto ativismo centrado no interior das academias. A partir disso, abrimos caminhos para problematizar os feminismos lusófonos e perceber como se processam nas realidades investigadas (Brasil, Moçambique e Portugal).

O feminismo acadêmico, especialmente em sua segunda geração, representou uma ruptura, de modo especial, com o conhecimento científico produzido até aí, ampliando-o. As feministas desse período, ancoradas em diversas teorias, procuraram empreender um lastro teórico que, ao mesmo tempo, denunciasse as opressões vividas (machismo, sexismo, androcentrismo) e pudesse compreender a dimensão de criação de caminhos de superação. Portanto, passaram a marcar, de modo indelével, o conhecimento produzido. Nesse sentido, destacamos as epistemologias e metodologias feministas que contribuem com a dimensão política associada aos saberes científicos.

Nosso segundo capítulo aborda questões mais localizadas nas realidades investigadas (Brasil, Moçambique e Portugal), nomeadamente centradas em como foi configurada e construída a área de estudos sobre mulher/mulheres, gênero e feminismo em cada uma delas. Ao mesmo tempo, procurámos ressaltar o cenário de criação dos aspectos que fundamentaram a constituição das publicações periódicas aqui trabalhadas. Esses contributos devem-se, especialmente, a uma intensa luta política empreendida tanto no interior das academias, como fora delas, no sentido tanto da mobilização humana de feministas, como da busca de financiamento para a efetivação desses projetos. Cada caso foi analisado individualmente, procurando, em alguma medida, perceber suas complexidades e traçar alguns paralelos.

O terceiro capítulo é dedicado à metodologia de nossa investigação. Para tal empreendimento, fizemos uso de uma metodologia quantitativa, a fim de estabelecer alguns parâmetros para análise das realidades apontadas. O método utilizado foi o estudo de casos, focado em cinco revistas periódicas feministas, a saber: no Brasil, *REF* e *Cadernos Pagu*; em Moçambique, *Estudos Moçambicanos*; e, em Portugal, *Faces de Eva* e *ex æquo*. Enquanto técnicas de investigação, recorreremos à análise de conteúdo categorial para analisar os periódicos indicados. Esse processo resultou num conjunto de dados de 2334 artigos, que foram divididos em 16 categorias temáticas. Esses dados foram, depois, submetidos a técnicas de análise matemática/ estatística para sistematização. Recorreremos também a entrevistas semidiretivas com ex ou atuais editoras das publicações pesquisadas. A partir das entrevistas conseguimos perceber cenários de atuação e construção dos periódicos, assim como observar e aprofundar aspectos de política interna de cada uma das revistas. A partir disso compreender como são definidas suas ações de editoria do mesmo modo que a política de publicações e os planos que são definidos em seus cronogramas de atividades. As entrevistas nos permitiu perceber as possíveis

alterações dos cenários percorridos por cada uma das publicações e de como essas mudanças contribuíram para o cenário ampliado dos estudos sobre mulher/mulheres, gênero e feminismo em suas realidades.

O quarto capítulo contém a análise dos dados empíricos. Ele está subdividido em três seções de acordo com os objetivos específicos de nossa investigação. Num primeiro momento procuramos assinalamos as principais alterações epistemológicas ocorrida ao longo dos anos nas publicações trabalhadas. Essa exposição ocorre associando as informações obtidas por meio das entrevistas com os dados obtidos assim como as descrições das páginas virtuais dos periódicos. Do mesmo modo, que numa segunda parte, passamos a indicar as alterações temáticas que as publicações e as concentrações observadas a partir dos dados que dispomos. Destacamos aquelas categorias com maior índice de trabalhos e observamos como se configuram os cenários de publicações nas revistas analisadas, a partir de uma base de dados que nos possibilitou perceber de onde vem os trabalhos, quem publica e quais as temáticas que são mais trabalhadas. Decorrente também das políticas editoriais de cada um dos periódicos. E o impacto causado pelas publicações, num panorama nacional e internacional.

Após todo esse processo de investigação concluímos que ocorreu uma alteração no cenário temático por parte das revistas acadêmicas feministas de Brasil, Moçambique e Portugal (com intensidades variadas entre elas) e alguns dos desafios enfrentados por estas mesmas publicações são comuns. Essas temáticas que eram consideradas mais locais – a nível dos países – foram impactadas através das alterações epistemológicas e novas formas de observação do fenômeno estudado. Desse modo, uma ampliação de cenários de investigação foram observados e, com isso, as temáticas passaram a refletir essa diversidade.

A nível epistemológico não foi identificado uma única tendência de pensamento. Ao invés disso, a utilização de um amplo conjunto de teorias, ancoradas em várias perspectivas teóricas (com variados aportes metodológicos), são visíveis ao longo dos anos. Primeiramente aquelas teorias da desigualdade e as teorias da opressão de gênero que foram cedendo espaço para as teorias opressão estrutural. Já num outro momento as teorias pós-coloniais, com a visão a partir do olhar do subalterno, assim como as teorias *queer*. Isso evidencia uma grande pluralidade teórica.

No sentido da atuação política por parte das publicações elas estão associadas as ações de ativismo acadêmico, desempenhado por um amplo conjunto de pessoas que procuraram contribuir, cada qual a seu modo, auxiliou na constituição e fundamentação de ações políticas concretas. Dentre essas ações políticas destacamos a criação e execução de leis que procuram garantir a existência cidadã de grupos políticos minorizados, com especial atenção às mulheres. Do mesmo modo que auxiliaram na

formação e instrumentalização teórica e política de estudantes assim como de integrantes de movimentos sociais. Essas medidas possibilitaram a visualização de uma diversidade de compreensões de atuação e auxiliaram na ampliação do enfrentamento as estruturas de opressão. Todo esse panorama nos permite apontar a importância, volume, diversidade e qualidade do feminismo lusófono. E perceber a necessidade de uma articulação entre as realidades feministas – especialmente acadêmica – dessas realidades.

1 – Feminismo e ativismo acadêmico

A igualdade entre mulheres e homens é uma questão de direitos humanos, de justiça e de paz. Não é possível atingir os objectivos do desenvolvimento quando, mais de metade da humanidade é excluída dos mais elementares direitos humanos. (Casimiro, 2014b: 68).

Analisar e procurar compreender os processos de fundamentação de atitudes combativas nos auxilia a posicionarmo-nos melhor diante das adversidades, além de servir como um estímulo à reflexão e à construção de ações em torno de programas que se associem com formas de atuação que julgamos coerentes. O movimento feminista é um desses projetos societários que visam uma profunda alteração social com vista a atingir a equidade entre os seres humanos. Mesmo diante de uma enorme plêiade de possibilidades para constituição de tal processo, os feminismos são alterados e (re)criam debates, inquietações e, através de diversos meios, estimulam (re)ações, quer sejam de apoio ou de oposição. É um movimento com profunda raiz histórica, combativo e diverso em suas ideias e na compreensão de como devem ser suas atuações. O feminismo é um dos movimentos sociais com maior amplitude política, social, cultural e teórica do século XX. Demonstra, dentre outras caracterizações, possuir uma profunda ressignificação em seu desenvolvimento no século XXI, ampliando atuações, contatos e interfaces. Acreditamos que essa faceta se deve ao pluralismo de ideias que compõem o conjunto do movimento, por isso, devendo-se chamar sempre no plural, por feminismos.

Concordamos com Raquel Torres (2016) no que se refere à ideia de presença e atuação do feminismo, especialmente em sua contemporaneidade. A autora afirma que o movimento feminista é “O que hoje é considerado a maior revolução intelectual, política e social se deve à sua história e presença nas grandes transformações da vida na sociedade” (*idem*: 92).

Uma ciência feminista é tanto um projeto político, quanto científico, o que vem a reforçar a ideia de uma militância acadêmica forte (Sardenberg, 2007). É a busca concreta de mudança, já que, de acordo com Donna Haraway (1995: 11), “a ciência é um texto constestável e um campo de poder” e, como tal, deve ser criticada e (re)inventada constantemente. A ciência feminista procura romper com o tradicionalismo acadêmico, ainda bastante arraigado num modelo Iluminista que não atende aos interesses emancipacionistas representados pelos feminismos. O desafio, para o feminismo no século XXI, principalmente para aquele que questiona o avanço do modelo *mainstream*, é perceber que as estruturas de suporte de conhecimento academicamente aceites são praticamente as mesmas. A

segunda geração buscou, em aspectos gerais, desconstruir as suas premissas, com o anúncio das “grandes mortes” – do homem, da história e da metafísica – pelas perspectivas pós-estruturalistas (Sardenberg, 2007). Amina Mama (2002b) destaca a necessidade de manter o permanente canal de diálogo entre estruturas e salienta que essa medida deve ser realizada frequentemente. Ela nos informa que

o diálogo entre teoria e prática deve ser cuidadosamente cultivado se quisermos ir além do serviço passivo. Requer espaços reflexivos nos quais teoria e prática se reúnam em um engajamento crítico. Requer atenção estratégica às condições contextuais internacionais e nacionais, e maior sensibilidade às maquinações micropolíticas de diferentes culturas institucionais prevalecentes em organizações e redes acadêmicas, ativistas e burocráticas (Mama, 2002b: 7).

Todavia, é necessário pensar que não se pode negar todo o conhecimento produzido a partir do instante em que se concebe um novo. Refletir sobre o passado é uma maneira de se conceber uma outra concepção de presente, onde os desafios são encarados enquanto processos. Com isso, não se deve rejeitar a contribuição da ciência. Do contrário, reafirmar-se-ia a mesma visão só que de outra forma. Uma epistemologia feminista não deve ser baseada num radicalismo exclusivista que isola o conhecimento e condiciona a um essencialismo biológico. A sabedoria é uma constituição humana e, como tal, é exercida por todas as pessoas, mediante as diversas estruturas sócio-históricas e culturais que estimulam a inteligência.

Enquanto processo, o feminismo é universalista¹, pois compreende, de modo geral, a libertação de todas as pessoas, e não somente das mulheres, dos sistemas de opressão, que podem ser representados pelo patriarcado (Walby, 1989, 1990; Lerner, 1990; Ferreira *et al*, 2014) e pela dominação masculina (Bourdieu, 1995, 1996b; 2002a), seja ela exercida de forma simbólica (Bourdieu, 1989) ou concreta (Soihet, 1989); pelo capitalismo (Federici, 2018); e/ou pelo colonialismo². Ele, nomeadamente nas suas concepções mais populares, visa, assim, o fim das estruturas de opressão, desconstruindo um feminismo de vertente hegemônica. Chamamos, em nosso texto, a essa expressão do movimento de feminismo pós-colonial (Curiel, 2007a; Adelman, 2007; Navaz & Hernández, 2011) ou deconolinal (Bozzano, 2019; Vergès, 2019). Teresa Cunha (2006: 4) expõe a complexidade e durabilidade desse processo quando afirma que o “colonialismo não foi meramente um acto político e administrativo, mas a violação da Terra, dos corpos e da cultura”.

¹ Compreendido enquanto sentido de incorporação de todas as mulheres, não intuindo uma pretensa homogeneidade de sexo, gênero, classe, raça/etnia, condições sócio-históricas etc.

² Ver. Lugones, 1987; 2005; 2007; 2008a; 2008b; 2011; Lugones & Spelman, 1983; Segato, 2003; 2013; 2014; 2016; Spivak, 2010a; 2010b.

O feminismo é dinâmico, plural, atuante e dotado de uma capacidade de reconfiguração face às interrogativas do contexto. Podemos afirmar que o feminismo é um movimento de luta, de discussão, de proposição e de enfrentamento em prol da emancipação e descolonização de saberes, corpos e sociedade, que atua em conjunto ou em separação nessas esferas, o que favorece a ideia de ativismo (Maxey, 1999), individualizado por parte de algumas pessoas.

Convencionou-se, para fins didáticos, distinguir o feminismo por fases/períodos. Todavia, essa divisão atende a critérios acadêmicos com recorte temporal ocidental, não se podendo aplicar à totalidade do movimento. No lugar de ondas, em nosso texto, optamos por chamar-lhes gerações por acreditar que elementos históricos perpassam umas e outras, não decaindo ou mesmo simplificando a discussão, o que não implica afirmar que as “ondas” estejam equivocadas.

O movimento feminista, organizado após o período Iluminista (c. século XVIII), possui três gerações. Mas as suas contribuições também podem ser compreendidas no que chamamos de profeminismo ou, como algumas teóricas reclamam, no pré-feminismo³. Além disso, há autoras que tratam do surgimento de uma quarta geração, na qual iremos nos deter mais adiante.

1.1 Feminismo: uma pequena introdução

O significado do feminismo enquanto movimento é bastante complexo (Ergas, 1991: 584), muito devido à fragmentação de processos que culminaram em outras configurações que não aquelas que haviam sido pensadas. Conforme apontam Branca Moreira Alves e Jacqueline Pitanguy (1981: 29), o feminismo surge, no continente americano, ainda no século XVII, antes do processo revolucionário estado-unidense e, depois, pode ser verificado em outras conjunturas, nomeadamente na Europa. Além disso, a própria dinâmica temporal não permite essa determinação com facilidade. Todavia, de maneira concreta e geral, o feminismo pode ser descrito como um movimento político e social com bases práticas (Castells, 1999; Fougere-Schwebel, 2009; Geneviève & Perrot, 1991: 12; hooks, 2018), que possui por objetivo básico a igualdade de oportunidades entre mulheres e homens e a construção de um novo

³ Concebemos o profeminismo enquanto forma(s) de resistência ao patriarcado empreendidas ao longo dos tempos, desde as sociedades matrilineares até ações individualizadas. As ciências sociais e humanas, com destaque para a História, procuram reunir informações, relatos, dados para a reconstrução do papel desempenhado por essas pessoas que defendiam a liberdade no sentido *lato* do termo. O proto ou pré-feminismo se refere a ações pontuais exercidas por mulheres em determinadas épocas específicas numa procura por superação de opressão(ões) a nível individualizado, o que nos leva a considerar, que para essas teóricas, o feminismo se exerce numa perspectiva de ação coletiva, especialmente se levarmos em consideração o aspecto político imbuído no movimento, o conjunto das mulheres, sem esquecer o nível micro dessa relação, o que é bastante diferente da individualização. Para mais, ver Karen Offen (2008: 36-37). Evans (1997: 33) destaca que existe uma ampla tradição de escritos feministas no Ocidente antes do Iluminismo. Christine Delphy (1982) questiona a ausência de posicionamento de algumas mulheres enquanto feministas, dado que é uma definição, antes de tudo, política e de visibilidade. Numa perspectiva de observação aplicada ao estudo de civilizações ancestrais da América Latina, ver Susane Oliveira (2012). Ou, ainda, sobre a profissionalização das mulheres, especialmente a partir da reinterpretação do universo histórico, baseado na história das mulheres, ver Gisela Bock (2008); Bonnie Smith (2003), além de Maria Johanna Schouten (2011: 16-17), e, para o caso português, Irene Vaquinhas (2002) e Natividade Monteiro (2017).

meio societário, histórico e cultural que garanta efetiva equidade, além do pleno desenvolvimento da vida de si mesma/o e dos demais seres que habitam a biosfera. De maneira ampla, esse é o elemento basilar que pode ser considerado comum dentre as diversas formas de feminismo existentes. Essa conceituação não irá ficar mais simples com o passar do tempo. Pelo contrário, a ação temporal vai acrescentar ao(s) movimento(s) outras conceituações e (re)ver outras já existentes.

O termo feminismo, na qualidade de organização de uma coletividade, vai surgir em fins do século XIX⁴, referindo-se à luta de mulheres por justiça social (Casimiro, 2014a: 56; Cova, 2010: 85; Offen, 1995; 2015). Enquanto movimentação teórica, é oriundo do período do Iluminismo, “Um filho não desejado”, como afirma Amelia Valcácel (2000: 124-125). Ele nasce do racionalismo e da crítica aos padrões culturalmente estabelecidos. É, assim dizendo, fruto de um contexto histórico específico. Já com a eclosão da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), muitas organizações feministas, mais propriamente nos países ocidentais do hemisfério norte, passaram a atender aos interesses do nacionalismo exacerbado e de uma espécie de sentimento cívico de união coletiva (Cova, 2010: 85).

O movimento feminista, tal como o conhecemos, possui sua gênese mais concreta na organização política e teórica empreendida pelas mulheres após as chamadas “revoluções burguesas”. Contudo, isso não significa falar em homogeneidade feminina, especialmente quando lhe associamos os recortes de classe, de raça/etnia, idade, diversidade funcional, orientação sexual, assim como o percurso histórico ou mesmo cultural, pois percebemos que essa associação de categorias é importante para uma compreensão mais ampla do objeto investigado. Sendo assim, os múltiplos feminismos – e, conseqüentemente, suas reivindicações – sofrem variações entre suas realidades macro/meso-micro.

O feminismo é descrito por Eric Hobsbawm (1995: 306) como um dos mais importantes e bem-sucedidos movimentos sociais do século XX. Desde lá, essa ideia foi sendo ampliada, modificada, acrescida, transformada e resulta numa grande diversidade de concepções teóricas e ações práticas. Isso vem corroborar a própria interlocução social que o movimento exerce em suas mais diversas conjunturas de atuação, o que demonstra a fixação dessas ideias e a pluralidade entre pessoas, discursos e vivências (De Lauretis, 1988: 10).

O movimento feminista foi sendo desenvolvido, ao longo de séculos, quer pelas concepções de pensamento mais tradicionais e mais críticas de história, quer pelo resgate do profeminismo. O movimento visa, dentre outros, estabelecer uma mudança no paradigma androcêntrico de modo a

⁴Porém, enquanto articulação feminina e feminista em torno de ideias comuns de liberdade, dentre outros significados mais amplos, existem textos muito anteriores, tais como: *A declaração dos direitos da mulher e da cidadã*, de Olympe de Gouges, de 1791, ou, ainda, a *Reivindicação dos direitos da mulher*, de Mary Wollstonecraft, escrito em 1792. Nisia Floresta, em 1832, publica, no Brasil, *Direitos das mulheres e injustiça dos homens*. Ela foi responsável pela tradução e pelos comentários da obra anterior, sendo considerada a primeira feminista do país. Elizabeth Cady Station, escreve, em 1843, a *Declaração de sentimentos*. Há também a participação de homens que compreendiam, já nesse momento, que a inaptidão feminina era fruto de uma cultura que visava a inferioridade delas. Destacamos aqui John Stuart Mill (2017) com seu texto *A sujeição das mulheres*, publicado em 1869. Ver Scott (2012).

estabelecer pontes entre as mulheres e procurar espaços até então concebidos enquanto masculinos e, por esse motivo, vedados às mesmas. Com isso, porém não exclusivamente sob esse ponto de vista, o feminismo trouxe o embate em torno de ideias políticas (compreendendo o termo enquanto decisão, escolha) que estabeleçam vínculos baseados na ideia de paridade entre as pessoas, pois a efetiva ascensão feminina é, por si só, uma profunda mudança social, uma alternativa para pensamentos e atitudes onde todas/os venham desenvolver suas potencialidades.

Questionar a lógica androcêntrica e etnocêntrica torna-se uma condição de atuação, em especial, das teorias pós-colonialistas e implica construir episteme a partir do chamado Terceiro Mundo, dos países não centrais ou da periferia, com um olhar de valorização e de (re)invenção da própria emancipação⁵. Todavia, alerta Donna Haraway (1995: 23), essas desconstruções, críticas e proposições dos subalternizados não são, em si mesmas, fruto da mais pura verdade e como tal, devem também ser questionadas. O questionamento é a implicação básica dos saberes científicos. Não se deve romantizá-los ou sacralizá-los para não incorrer nos equívocos cometidos pelo modelo hegemônico. Essa perspectiva pretende observar novos modelos e experiências – exitosas – que possuem como origem o Sul, o lugar que foi criado e que “deixou-se” ser “ocupado” pelo “subalterno”, transformando naquilo que Mirian Adelman (2007: 394) chama de “epistemologia da alteridade”.

Este modelo de pensamento não deve ser compreendido enquanto homogêneo, haja vista uma profundidade de epistemologias que fundamentam suas investigações. Sandra Harding (1983: 311) destaca a introdução da categoria gênero como “revolução epistemológica”, corroborada por Rosa Cobo (s.d), Manuel Castells (2002) e Juliana Nfah-Abbenyi (2005). Sueli Carneiro (2005) destaca que essa mudança é mais profunda se for observada a incorporação dos elementos de raça/etnia e classe, corroborando as ideias trazidas por Kimberlé Crenshaw (1991), Angela Davis (2016 [1981]; 2017), Carala Akotirene (2018), dentre tantas/os outras/os. Eli Bartra e Adriana Valadés (1985) definem o feminismo como

a luta consciente e organizada das mulheres contra o sistema opressor e explorador que vivemos: subverte todas as esferas possíveis, públicas e privadas, desse sistema que não só é classista, senão também sexista, racista..., que explora e oprime de múltiplas maneiras a todos os grupos fora da esfera de poder (Bartra & Valadés, 1985: 129).

⁵ Ver. Castro-Gómez; Grosfoguel, 2007; Curiel, 2009; Espinosa Miñoso; Gómez Correal & Ochoa Muñoz, 2014; Lander, 2005; Lugones, 2007; 2008a; 2008b; 2011; Mignolo, 2003; 2007; 2008a; 2008b; 2010; 2015; 2017a; 2017b; Mignolo & Carballo, 2014; Ochoa Muñoz, 2017; Quijano, 2005; 2014a; 2014b; Quijano & Wallerstein, 1992; Santos, 2002b, 2006a, 2006b; 2008a, 2010a, 2010b; 2018; Santos & Meneses, 2009; Santos & Mendes, 2017; Segato, 2003; 2014; 2016), não cingido a uma visão exclusivamente Ocidental, caucasiana, burguesa (Spivak, 2010a: 20; Kulpa & Mizelińska, 2011).

Assim, não podemos afirmar que haja apenas uma vertente feminista. Por isso mesmo, compreendemos que não devemos apontar para a existência de apenas uma forma de feminismo e sim de vários feminismos (Cf. Sterbbach, 1994).

Mediante o exposto, nomear o movimento feminista no plural, enquanto feminismos, é uma significativa alteração não só de ordem política, como epistemológica. Como consequência desse processo dinâmico, é necessário um posicionamento da/o feminista ao que está sendo vivenciado, o que promove a demarcação de espaços, contudo sem absolutizar discussões ou mesmo homogeneizá-las, deslocando-as dos contextos de onde são oriundas.

Essa tendência de uniformização do feminismo em todas as conjunturas analisadas não é, de fato, o nosso objetivo. Com isso não podemos apresentar os feminismos do Sul geográfico e epistemológico, como os casos de Brasil e Moçambique, assim como o sul do norte geográfico no qual Portugal está inserido e face ao qual é, algumas vezes, considerado como um produtor de um feminismo periférico (Marques *et al*, 2003). Para além de questões epistemológicas, todos os países citados estão na semiperiferia ou na periferia do sistema econômico mundial. Essa também passa a ser mais uma característica compartilhada entre as conjunturas analisadas por nossa investigação (Barreto, 1995; Santos, 1985; Santos & Reis, 2018), apesar de um certo centralismo europeu de produção e (auto)referenciação.

Portanto, os feminismos aqui analisados não são apenas constituídos de homogeneidade, como muitas vezes o quiserem/querem apresentar, criando assim mais um estereótipo, ficando conhecidos enquanto “feminismos de sobrevivência” (Mama, 2001; 2004; Salo, 2001) ou ainda de feminismo de resistência, como se apenas respondessem a comandos, sendo essa interpretação mais um aspecto do ponto de colonialidade em torno dessas práticas de liberdade que cada uma das conjunturas possui e que necessitam ser interpretadas.

Baseado nas diversas concepções de feminismos, estabelecemos uma distinção face ao que se denomina por feminismo hegemônico, pois concebemos que o movimento feminista, em uma concepção popular, obrigou a uma nova compreensão de realidade (Silva, 2016). Nos identificamos com um feminismo que descolonize essas teorias, posto que acreditamos ser isso fundamental para a ampliação da própria ideia de feminismo como um todo. As populações dos países ditos não-centrais não são apenas dados brutos, como bem aponta Amina Mama (2002b: 1-2), são também produtoras de conhecimento. E, como tal, analisam e são analisadas, reinventam, criam, transformam e partilham, a fim de ampliar o processo de construção de saberes. Desse modo, vale ressaltar a existência de feminismos

contra-hegemônicos, como destaca Carmen Silva (2016: 15; 32-39) e de formas de atuação que visam potencializar as ações de integração e fortalecimento de grupos de mulheres e não somente.

Na América Latina, destaca-se as ideias acerca da colonialidade do poder e do saber, o que nos faz perceber a ampliação das concepções epistemológicas, neste caso, especificamente ligadas ao pós-colonialismo, inclusive com a incorporação, trazida por María Lugones (2008a; 2008b; 2011), de colonialidade de gênero e a concepção do sistema moderno baseado no sexo-gênero (2008a).

Essa percepção do feminismo popular ou contra-hegemônico, por conseguinte, tem por ambição a inclusão das mulheres subalternizadas e estigmatizadas (Spivak, 1994; 2010a), situando a análise a partir das categorias de gênero, raça/etnia, classe, idade, localidade, orientação sexual, aspectos culturais e políticos, identidades múltiplas, dentre muitos outros. É importante deixar evidente que as mulheres não podem ser enxergadas enquanto meros receptáculos, seres passivos. Alba Carosio (2009), Raewyn Connell (1990), Francesca Gargallo (2006; 2009a; 2011), Marcela Lagarde (1996), Kate Millett (1995 [1969]), Heleieth Saffiotti (2015), ou Sylvia Walby (1989; 1990), entre outras, visam questionar as premissas do patriarcado como prerrogativa de emancipação feminina. Concordamos com Audré Lorde (1979: 98) quando afirma que “A ausência dessas considerações enfraquece qualquer discussão feminista do pessoal e do político”.

A crítica aos discursos hegemônicos alimentou a ideia de criação dos estudos sobre subalternidades. A ideia de que o discurso do subalterno possa ser ouvido (Spivak, 2010a) é uma das suas grandes contribuições. Não é ouvir por si só, numa espécie de audiência vazia ou numa falsa expressão do politicamente correto. É buscar compreender a partir das formas não-hegemônicas de agir e perceber se há, ou não, nelas, assim como nas que se lhe opõem, elementos que contribuam para uma emancipação.

Por serem tão dinâmicos e diversos entre si, os feminismos acabam por se reconfigurar constantemente e suas agendas são alteradas. É uma atuação no tempo presente, sendo, por isso, necessária uma tomada de registros que possam vir a apontar quais trajetórias foram sendo criadas para efetivar a participação das mulheres na construção de uma equidade concreta.

O feminismo pode ser definido também como um movimento internacional⁶ ou mesmo transcontinental. No entanto, ele não é um movimento global pela heterogeneidade e pluralidade que o

⁶ Conforme Mehmoona Moosa-Mitha e Fariyal Ross-Sheriff (2010: 107), “O feminismo transnacional surgiu de um compromisso com lutas sociais, econômicas e políticas que se relacionam com o domínio e a exploração em termos de contextos coloniais e nacionais. Enfoca o papel do gênero, da raça, da classe e da sexualidade e sobre a ‘organização da resistência às hegemonias na elaboração e desconstrução da nação Estado’”. Algumas medidas e grupos feministas demonstram de forma concreta essa relação. A Marcha Mundial das Mulheres (MMM) é bastante internacionalizada, com presença em varios países, assim como a ONU Mulheres. Destacamos outras iniciativas como: *Ni una Menos*, a partir de 2015, na Argentina (Annanziata, et al, 2016: 39-114), empreendida por meio do ciberativismo; ainda no cenário latino-americano, a Marcha das Putas, ocorrida na Colômbia (Martínez & Avella, 2016: 241-292) onde também pode ser observada a ação cibernética, com pautas semelhantes a outras manifestações ao redor do mundo Ocidental; *Me Too*

constitui, mas no sentido de que a troca de experiências é uma condição de crescimento político-teórico dos sujeitos participantes (Giddens, 1993; 2002; Touraine, 1994). A dinamicidade desse processo, assim como os seus objetivos é que podem ser distintos. Caroline Bozzano (2019), por exemplo, aponta, em seu texto, temas como imigração, tráfico e exploração sexual e as violências como essenciais na compreensão desse trânsito transnacional de teorias. Percebe-se, assim, uma continuidade de temas, do mesmo modo que uma alteração em relação às feministas de final do século XIX e início do XX, que trocavam, dentre outras informações, formas de atuação e de resistência em espaços públicos.

Enquanto movimento social, o feminismo visa também ultrapassar os limites da categorização do que vem comumente definido por feminino, em grande medida por acrescentar ao debate, através da crítica feminista (Butler, 2003a), questões como a introdução da categoria gênero⁷, em especial na esfera acadêmica a partir das décadas de 1980-90; a discussão acerca do público e do privado⁸, que remete a questões pertinentes à subjetividade feminina; as demandas referentes ao uso e prazeres dos corpos⁹; a quebra dos binarismos, dos determinismos e da linearidade histórica (Scavone, 2008; 179); a procura por novas utilizações de métodos científicos (Amâncio, 2003; Evans, 1997; Harding, 1993a, 1996; Haraway, 1995; Scott, 1992b; 2008) com vista à mudança da ideia de ciência e de cientista (Schiebinger, 2000, 2001, 2004); a introdução, no campo da sociologia, da chamada sociologia da família (Torres, 2010; Wall, 1993); a reinterpretação dos clássicos (Haraway, 1995); a cotidianidade enquanto tema de investigação acadêmica (Oliveira, 2008: 229).

Cláudia de Lima Costa (1998: 130; 2002: 202; 206; 2003a; 2003b) destaca, mais recentemente, a ideia de que o gênero, enquanto categoria analítica, favoreceu o surgimento de “movimentos despolitizados”, sendo fonte de debate no interior do feminismo. Tratam de uma espécie de feminismo sem mulheres (Hawkesworth, 2006), entre outras discussões que não são o foco dessa investigação. Há, ainda, uma profunda tensão entre regulação e emancipação por parte dos feminismos, devido aos contextos onde estão inseridos, que ainda hoje representam alguns desafios. A dinâmica de dominação masculina seria simultaneamente vivenciada com o patriarcado em muitas conjunturas mundiais, exercidos de outro modo que não aquele com que trabalharam as feministas da segunda geração, numa sofisticada alternância e roupagem.

Um outro aspecto para que chamamos atenção, a partir da geração descrita, foi a crítica do modelo androcêntrico de ciência, procurando impulsionar e democratizar a construção das bases do

(#MeToo), um movimento contra o assédio e a agressão sexuais; dentre outras. Cf. Amelia Valcárcel (2012); Bonnie Anderson (2008), Ann Taylor Allen (2008) e MMM (2008).

⁷ Ver. Amâncio, 2003; Butler, 2001a; 2003a; 2003b; 2006; Conover, 1988; England, 1999; Lagarde, 1996; Scott, 1990.

⁸ Ver. Del Priore, 2001; Matos, 2000; Perrot, 1995; 1998; 2005; 2008; Pinsky & Pedro, 2012; Sardenberg, 2007; Scott, 1992; Soihet, 1997a, 1998; Smith, 2003.

⁹ Ver. Foucault, 2005a; 2005b; 2010a; 2010b; 2013; 2014.

saber. É uma questão tanto de ordem política, quando de ordem teórica. Questionar a validade da ciência não é necessariamente negar seus contributos e, com isso, passar a valorizar “achismos”, suposições, considerações pueris e teorias não verificáveis, mas sim, é procurar compreender que aspectos contextuais, principalmente aqueles ligados a elementos históricos, culturais e sociais não são aplicáveis a todos os locais e temporalidades, como um modelo unívoco e universalmente concreto. Nesse caminho, constituíram-se anomias, hierarquias e/ou dissensões. Principalmente, com modelos menos flexíveis, como, por exemplo, o positivista, durante fins do século XIX e início do século XX, no entanto, em alguns aspectos esse padrão ainda pode ser verificado. Uma espécie de culto a uma superioridade onde o subjetivismo – bastante distinto de uma subjetividade – valora saberes e constitui aquilo que é academicamente crível durante um determinado período (Zezeza, 2005). Pelo menos, é nessa perspectiva que Ifi Amandiame (2005) trabalha em seu texto, quando do processo de criação de uma história da África. O qual também podemos encontrar em relação as civilizações existentes no continente americano antes do século XV, como por exemplo, a população Inca (Oliveira, 2012).

Judith Butler (2003a: 21) destaca o elemento da auto-crítica e o perigo dos “atalhos”, especialmente no que se refere à universalização de categorias sem levar em consideração os contextos. A autora adverte:

Não há dúvida, a fragmentação no interior do feminismo e a oposição paradoxal ao feminismo – por parte de “mulheres” que o feminismo afirma representar – sugerem os limites necessários da política da identidade. A sugestão de que o feminismo pode buscar representação mais ampla para um sujeito que ele próprio constrói gera a consequência irônica de que os objetivos feministas correm o risco de fracassar, justamente em função de sua recusa a levar em conta os poderes constitutivos de suas próprias reivindicações representacionais. Fazer apelos à categoria das mulheres, em nome de propósitos meramente “estratégicos”, não resolve nada, pois as estratégias sempre têm significados que extrapolam os propósitos a que se destinam. Nesse caso, a própria exclusão pode restringir como tal um significado inintencional, mas que tem consequências. Por sua conformação às exigências da política representacional de que o feminismo articule um sujeito estável, o feminismo abre assim a guarda a acusações de deturpação cabal da representação (Butler, 2003a: 22).

Essa ideia de universalidade também é questionada por Cinzia Arruzza, Tithi Bhattacharya e Nancy Fraser (2019: 75), para as quais não se passa de uma tentativa de cooperação do feminismo e sua pauta pelo sistema capitalista, que é descrito pelas autoras como um grande mal social, herdeiro de um racismo e de um colonialismo anteriores que são potencializados e ampliam as estruturas de opressão (cf. Arruzza, Bhattacharya & Fraser, 2019: 73-81). A ideia de um novo formato feminista surgido recentemente é corroborada também por Silvia Federici (2013), para quem o feminismo é

suficientemente amplo e capaz de responder a diversas incongruências do mundo contemporâneo, especialmente a partir da superação do sistema capitalista, potencializador de grandes assimetrias. Ochy Curiel (2007b) também questiona o modelo universalista e convoca para uma descolonização desses padrões, tomando consciência de que há uma multiplicidade de mulheres que falam de diversos lugares e com variadas formas de expressão e que todas essas construções são válidas na medida em que são experiências delas próprias.

Concordamos com as autoras citadas e acrescentamos que a reparação desse processo pode ser realizada por diversas vias, uma das quais é a construção de saberes não sexistas, oriundos de prismas locais, sem desconsiderar o que foi já construído noutras estruturas e temporalidades. No entanto, é necessário gerar discussão e reflexão, possibilitando novas maneiras de atuação que passem pela construção de um modelo econômico adequado à sustentabilidade das pessoas no mundo.

A Teoria Feminista remonta há quase três séculos¹⁰. Ela pode ser sistematizada a partir da segunda geração do feminismo (décadas de 1960-1970) e visa construir uma experiência concreta de emancipação social por meio de uma profunda alteração na agenda política a fim de estabelecer garantias legais e promover uma renovação teórica e metodológica da ciência. Como destaca Mary Evans (1997: 36), os anos 1970 impuseram, “no feminismo, a sensação de que era necessário e urgente redefinir e reinterpretar o mundo social. O mundo acadêmico rapidamente se tornou o *locus* mais importante deste projeto”. A partir disso, a disseminação das ideias feministas ocorre de maneira mais intensa, utilizando diversos meios de comunicação e formação. Virgínia Ferreira (2001: 12) sintetiza as suas contribuições no que descreve como três fases: primeiro, as respostas alternativas às diferenças entre sexos associada às condições sociais; segundo, os papéis sociais e sua socialização; terceiro, a perspectiva social passa a ser mais visível nas abordagens – valorizando assim as relações sociais de sexo como proposta fundamental de todas as relações sociais –, nomeadamente na relação da vida cotidiana, nas concepções de subjetividade, educação entre outros.

Amiúde, os trabalhos sobre feminismos demonstram apenas a faceta da invisibilização dessa parcela da Humanidade nos textos, nas obras ou na produção intelectual. Não obstante, é preciso observar a resistência contida nesses trabalhos, produzidos e publicados em terrenos onde a germinação seria pouca ou infrutífera (Amâncio, 2003: 697)¹¹.

¹⁰Ver. Duby & Perrot, 1991; Perrot, 1992; 1995; 2005; 2008; Amorós, 2000a; Carmo & Amâncio, 2004; Amorós & Miguel, 2007; Offen, 2015; Gebara, 2017.

¹¹ Na filosofia, ver Pietra (1997); Pacheco & Juliana (2016); Collin (1991); Joaquim (2001; 2006b); Femenias (2010). Na antropologia destaque para Mead (1935); Rubin (1986); Moore (1991). Na teologia destaque para Loades (1997).

Assim, François Poullain de la Barre defendia, já no século XVII (1673) (cf. Amorós, 1997: 161; 2000b: 143; Cobo, s.d.; León, 2010; Valcárcel, 2000: 124), uma análise social que levasse em consideração as desigualdades de gênero, principalmente através da via do bom senso (*bon sens*). Não observar essa via, seria ignorar metade da população, sem adentrar em méritos de classe social, raça/etnia e acessos à educação. Como sabemos, esse discurso não angariou muitos entusiastas naquela altura, mantendo-se a ideia de inferioridade natural das mulheres exposta, desde a Antiguidade, nos textos clássicos, como, por exemplo, os de Aristóteles (1991) e Platão (2000, 2001)¹². Essa ideia configurou-se numa espécie de cultura de domesticidade que era naturalizada e normatizada num estatuto inferiorizado das mulheres, assim como das crianças, das pessoas escravizadas e das estrangeiras. A política não era considerada papel social e natural das mulheres por uma certa inaptidão/incapacidade destas para essa atividade (Comte, 1978: 222), assim como para os negócios. Acrescia, ainda, a ideia de uma intensa infantilidade das mulheres que deveriam ser cuidadas por sua fragilidade, o que sugere a tutela constante e a promoção de uma dependência dos homens, considerados mais aptos aos papéis públicos.

De la Barre (Cobo, s.f., 2-3) antecipa, portanto, a ideia de gênero enquanto elemento cultural. Porém, o que nos chama atenção é o fato de, já nesse momento, tais inquietações serem alvo de investigação, o que demonstra a amplitude de defesa de direitos e igualdade, pelo menos a nível teórico – o que chamaríamos, de modo genérico, de direitos humanos. Obviamente, esses discursos foram sendo minimizados ou mesmo ocultados por outras agendas, interesses e demandas consideradas “mais relevantes”, postergando as reivindicações feministas.

No século XIX, principalmente nos países do centro e norte da Europa, assim como nos Estados Unidos da América (EUA), houve uma intensa troca de correspondência e viagens entre as feministas, demonstrando contato frequente, inclusive para manterem-se informadas acerca dos acontecimentos que poderiam influenciar suas próprias lutas. Nesse momento, já se pode identificar, conforme aponta Bonnie Anderson (2008: 42-43), um feminismo internacional. Este lutava, dentre outras pautas, contra a escravidão, o antissemitismo e a posição de inferioridade social das mulheres, e possuía várias vertentes de pensamento, mais liberais ou conservadoras. Essas feministas, em linhas gerais, apesar do discurso de igualdade, não apresentavam o sentimento de sororidade, pois a pertença de classe, religião, pensamento político, era uma constante¹³. Todavia, isso não invalida a luta empreendida em prol da

¹² Sobre a construção do ser feminino e masculino na sociedade ver Lígia Amâncio (1994).

¹³ Ana Alice Costa (2005: 3-4) informa que “Esse primeiro momento do movimento feminista, em linhas gerais, pode ser caracterizado como de cunho conservador no que se refere ao questionamento da divisão sexual dos papéis de gênero, inclusive reforçavam esses papéis, estereótipos e tradições na medida em que utilizavam as idéias e representações das virtudes domésticas e maternas como justificativa para suas demandas. Segundo Molyneux, as mulheres aceitaram o princípio da diferença sexual, mas o rechaçaram como fundamento para a discriminação injustificada. As líderes dos movimentos de mulheres criticaram seu tratamento diante da lei e impugnaram os termos de sua exclusão social e política, mas o fizeram de forma que

construção de novas significâncias e papéis, que serviram de base para outras tantas lutas empreendidas a partir de então. Embora saibamos que o termo só viria a ter premência décadas após, não queremos cometer um anacronismo ou impor uma ideia a um tempo onde ela não era tão visibilizada, mas apenas destacar esse aspecto que julgamos importante (Evans, 1997: 20-21). Esse era um período de teste para a organização do feminismo enquanto movimento social em suas múltiplas realidades sócio-históricas e geográficas. Não podemos afirmar que havia, por parte das feministas burguesas, um desprezo por outras pautas, especialmente pelo fato de que algumas discussões sequer chegavam às rodas de debate ou mesmo eram do cotidiano delas. Esse fato não invalida as conquistas que foram adquiridas por meio do empenho dessas mulheres, na medida em que se expandiram para quase todos os países.

Essa dinâmica propiciou, dentre outros quadros, que o próprio movimento feminista realizasse autocrítica e sofresse alterações, aproximações, dissensões. É a constituição de um feminismo diferente para contextos distintos (Ergas, 1991: 583-584; Amâncio, 2003: 698). Busca-se, assim, a igualdade na diversidade, seja ela teórica, geográfica, etária, étnica ou social, pois, nos aproximando de Marcela Lagarde (2012), o feminismo é um todo sincrético, visão corroborada por Yuderkys Espinoza Miñoso, Diana Gómez Correale Karina Ochoa Muñoz (2014) e Karina Ochoa Muñoz (2017). Como define Teresa De Lauretis (1988: 14), mulheres múltiplas constroem novas teorias e formas de atuação em cenários, muitas vezes, adversos, implantados na linguagem, na cultura, nos espaços de decisão, problematizando as questões de classe, etnia/raça, entre outros, com a finalidade de propiciar equidade nas relações sociais, muito mais do que nas relações mulheres-homens.

A Teoria Feminista passou por alterações ao longo desse tempo (Neves e Nogueira, 2005; Narvaz e Koller, 2006: 651), notadamente marcadas pelo que se convencionou denominar enquanto ondas. A igualdade pretendida outrora não é a mesma que se busca na contemporaneidade, principalmente porque ela ambicionava igualar mulheres a homens – nomeadamente, no aspecto político ou mais fortemente nele –, mas não definia quais mulheres e homens estavam inseridas/os. É a construção de uma agenda pública de atuação do feminismo nas instâncias governamentais. Mulheres operárias, artistas, jornalistas, profissionais liberais, burguesas, dentre outras, estavam envolvidas nessas questões, cada uma a seu modo, procurando romper com o tradicionalismo conservador que impunha a sua exclusão dos processos decisórios.

reconheciam a importância do seu papel na família, um argumento que foi utilizado tanto pelas feministas quanto pelos estados, ainda que com fins distintos”. No caso específico do Brasil, destaca Margareth Rago (1996: 20) que o ato de observação da própria classe social foi rompido em raros casos, um destes é o de Patrícia Galvão, a Pagu, que exercia o trânsito entre classes.

Nesse interim, ainda não era frequente a discussão precisa acerca de questões como o gênero, a classe, raça/etnia, entre outras. O acesso ao voto, por si só, não seria um elemento de garantia de um estatuto de igualdade, o que não significa demover dessa luta como algo menor ou ineficaz. A amplitude da concepção de liberdade que as feministas procuravam reforçava, em alguns aspectos, o binarismo social, uma sociedade dividida entre mulheres e homens, numa concepção marcadamente mecanicista dela. No entanto, era uma maneira de se obter direitos, pelo menos para uma parcela desse grupo que até aquele momento pouco ou nada possuía. Isso resultou até na utilização da nomenclatura de femeanismo ou femismo, ou seja, uma faceta de exclusão aos homens, o que, de fato, não se coaduna com o feminismo.

As estruturas conjunturais, muitas vezes, condicionam os sujeitos. No entanto, não são determinantes e inflexíveis. Estimulam, mas não podem deixar de ser encaradas e combatidas, assim como as ideias de concepção micro e subjetividade, que também são necessárias, sendo as mesmas frutos, ao mesmo tempo, de uma construção coletiva e individual. Assim, para a Teoria Feminista, deve haver uma multidimensionalidade metodológica, que costuma ser nomeada como Metodologia Feminista¹⁴.

Para o movimento feminista, de maneira geral, não devem existir discursos ou práticas totalitárias e sim, em seu lugar, o diálogo, o contato profícuo, que pode resultar numa procura por empoderamento (*empowerment*) feminino. Este, por sua vez, pode ser compreendido em uma relação que aglutina os diversos feminismos, procurando trazer um sentido de identidade ao movimento, de maneira mais genérica, a partir de uma premissa que não seja universalista (Haraway, 1995). Desse modo, é necessária uma maior reflexão e posicionamento crítico diante dos acontecimentos a que as feministas estão sujeitas. O feminismo representa uma alteração tanto da subjetividade, como da realidade. Essa postura visa não permitir o desenvolvimento, novamente, de uma supervalorização de um modelo de razão universalista (Bourdieu e Wacquant, 2002; Wallerstein, 2001: 70). A coletividade (Freire, 1974: 97), a comunidade, o crescer com outras pessoas, faz com que, por vezes, a partir de uma consciência de ação final, ou apenas desejo de mudança, a escolha se dê como realidade. É esperança (Bloch, 2004 [1959], 27). E esse modo de pensar e agir não deve ser encoberto por teorias de exclusão ou manipulação, mas basear-se numa escolha do sujeito, de pertença, de poder e, ao mesmo tempo, de sentir-se fazer parte de algo, edificar um projeto em grupo, talvez surja da ideia de sujeito-soberano. A ideia de sujeito-soberano pode ser encontrada na medida em que o direito de fala pertence ao próprio sujeito e não pode, ou mesmo, deve ser extraído por outrem ou alguma instituição. Gayatri

¹⁴ Ver. Harding, 1987, 1993a, 1996; Mies, 1998: 64; Taylor, 1998: 358; Lagarde, 2000a: 66; Ramazanoğlu & Holland, 2002; Gebara, 2004: 117-118.

Spivak (2010a: 32) trata dessa questão apoiando-se em Gilles Deleuze. Gayatri Spivak (2010a: 19; 30-31) questiona a implicação e o lugar de quem pesquisa: “fazer” investigação implica colocar constantemente algumas perguntas: para que se pesquisa? Qual a intenção de se pesquisar? Karl Marx, trazido por Gayatri Spivak (2010a: 38), fala sobre um sentimento de classe, porém, como perceber esse sentimento de classe para o feminino já que a classe, em si, não é homogênea, mesmo se reduzirmos o debate para termos biológicos?

Fernando Bessa Ribeiro (2010) destaca amplamente essa dimensão de participação e ação do/a intelectual em seu texto, a ideia de compromisso social que este/a deve possuir com a mudança profunda das estruturas que oprimem a maior parte da população e, em nosso caso específico, a dupla ou tripla subalternização que as mulheres sofrem quando aplicados os recortes conceituais. Para Donna Haraway (1995: 20-21), a militância é mais uma forma de atuação exercida por feministas, que consiste numa alteração dos modelos científicos exclusivistas, notadamente baseados no neo-positivismo, alicerçado na objetividade e na universalidade dos conhecimentos, por outros que valorizem múltiplas dimensões, percebendo que os saberes são localizados (Keller, 1991, 88-93; 1994; 2006; Schnitman, 1994; Harding, 2007; Góes, 2019). Ocorre, assim, uma articulação entre a prática e a teoria, pois uma sem a outra está fadada, a nosso ver, ao fracasso.

1.1.1. Feminismos lusófonos

Entendemos por Feminismos Lusófonos todo aquele conjunto de experiências – práticas e teóricas – produzido nos espaços onde a língua portuguesa é o idioma oficial. Isso, por si mesmo, não significa afirmar que exista uma prática exclusivamente ligada a essas populações de maneira natural, mas revela as circunstâncias nas quais é vivenciada de modos distintos, noutras palavras, sua contextualização em relação a si mesmo e com o mundo que o cerca, demonstrando a singularidade existente na pluralidade de sua constituição. Isso nos faz indicar que, no amplo espaço geográfico onde a língua portuguesa está presente, há maneiras particulares de se empreender a compreensão e o enfrentamento contra a dominação masculina e/ou patriarcado procurando sua dissolução, não necessariamente ligadas ao idioma, mas fazendo parte de um conjunto social e histórico que permeia essas sociedades. Soma-se a isso a verificação de uma confluência cultural entre os ambientes investigados, exercido, dentre outros fatores, por meio da trocas de saberes.

O uso do idioma pode servir como uma ferramenta de impulso regionalizado, entre países membros de grupos específicos, como no caso da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), por exemplo. No entanto, esbarra também na baixa representação a nível global quando se depara com

o hegemonismo da língua inglesa nas publicações científicas. Ao mesmo tempo que revela uma influência econômica e cultural forte, estabelece também padrões de publicação, de escrita e, de alguma maneira, de interpretação das realidades, até mesmo com a transferência de teorias, especialmente num primeiro momento de tentativa de consolidação da área noutras conjunturas, a chamada fase arqueológica.

A importação de teorias das academias do Norte por parte das feministas que retornavam ao Brasil em decorrência do fim exílio político, indicando o cenário daquele momento, década de 1980¹⁵, ou o contexto de guerra que Moçambique atravessava e, em Portugal, os primeiros passos da institucionalização das ciências sociais após o 25 de Abril de 1974 passam a ser um marco na construção do campo de estudos feministas em suas realidades. Millie Thayer (1999: 206) aponta que, na década de 1980, a discussão estava centrada na categoria “mulher”, no autoconhecimento, especialmente em relação ao uso do corpo, decorrente das teorias que estavam mais presentes nas academias da Europa e nos Estados Unidos. No entanto, já na década de 1990, há uma alteração e o foco predominante passa a ser nas “relações de gênero”. Apesar disso, se mantém a busca por cidadania e as reivindicações junto ao aparato estatal pelo direito à saúde. Isso, segundo a autora, não significou subtração da mulher, antes potencializou a luta diante do Estado e seu aparelhamento, tendo sua maior interiorização nos movimentos sociais de cariz feminista e saindo um pouco do ambiente puramente acadêmico/analítico que o gênero possuía num dado momento (*idem*: 212).

Nesse processo de “intercâmbio teórico”, chamado por Millie Thayer (1999: 208) de “teorias viajantes”, é que se constitui aquilo que é descrito como feminismos viajantes, que pode ser caracterizado por um forte processo globalizante – com todas as suas discussões internas sobre imposições e assimetrias de relação, associados aos diversos privilégios existentes, numa dinâmica interseccional – e de conjunturas que servem enquanto referências de análise, de luta ou de inspiração teórica, numa intrincada conjunção transnacional de troca/intercâmbio poderes, na maior parte das vezes, exercido de maneira assimétrica (Grewal e Kaplan, 1994). A autora ainda nos alerta para a tendência de não acompanhamento dos processos de relação/integração de modo que as diferenças passam a ser mais latentes do que aquilo que se associa. No entanto, aponta o desequilíbrio nessas “trocas”, o que

¹⁵Como já referimos, essa importação de teorias não se dá de modo acrítico e permanente. Em nossa compreensão, ela é decorrente da tentativa de estruturação de um corpo teórico e metodológico regionalizado, que auxilia na identificação de elementos particularizados das dinâmicas onde está inserida. Com isso, as academias que desenvolveram, num primeiro momento, diversos cursos de formação nas áreas das ciências humanas e sociais aplicadas, com a nomenclatura de Estudos sobre Mulheres/Mulheres, Gênero e Feminismo (EMGF) ou não, passaram a ser referenciais nesse aspecto. Conforme Rosi Braidotti (1991: 31-32) a terminologia “Estudo sobre as Mulheres” é mais aplicada ao norte global. A partir da reflexão que a autora proporciona, nos perguntamos até que ponto esse conceito consegue, realmente, se aplicar a outras áreas do mundo, especialmente marcadas pela profunda desigualdade econômica e social, que reverberam em muitas características que as singularizam, levando ao reforço da crítica ao universalismo dos conceitos e a necessidade de exercitar a (auto)crítica frequente. Para ampliar essa questão, ver Rosi Braidotti (1991: 42-43), Teresa Joaquim (2001: 70-71; 2007, 206-207) e Maria José Magalhães (2001: 46-47).

sugere, mais uma vez, os poderes e os interesses – políticos, econômicos, culturais – ali inseridos. Para tanto, afirma que

a esse corpo de literatura faz falta uma análise concreta da dinâmica envolvida nessas relações de troca conceitual desigual. Em parte, isso ocorre porque a maioria dessas teóricas concentra sua atenção no modo como as acadêmicas transmitem e recebem concepções novas, em vez de examinar como os movimentos sociais se apropriam seletivamente e transformam os significados globais, bem como os materializam em práticas locais. A preocupação das autoras referidas aqui é com a transferência de teorias – *sistemas intelectuais de pensamento que são coerentes e explícitos e que não têm conexão necessária com práticas concretas* (Thayer, 1999: 209-210, grifos da autora).

Num dado momento histórico, o uso da língua francesa era predominante nas publicações científicas. Após isso, observamos uma tendência de massificação da produção em língua inglesa. Não se constata que a língua portuguesa, quinto idioma mais falado no mundo (cerca de 280 milhões de falantes), seja utilizado de maneira proporcional as/aos suas/seus falantes, especialmente no que se refere ao conhecimento científico. Portanto, a dimensão de resistência (formação, preservação, manutenção idiomática, etc.) e sobrevivência (inclusive com a premissa de ampliação, já que o processo histórico é caracterizado pela inconstância e alteração), em nossa visão, deve ser tomada em consideração, inclusive por conceber o conhecimento como diverso.

É importante também salientar que mesmo o idioma mais aceito apresenta diversas singularidades de seu uso, o que remete, mais uma vez, para as colonizações persistentes que continuam a hierarquizar e impor um ritmo de massificação cada vez mais intenso. De modo mais concreto, podemos observar, a partir das regionalizações e variações idiomáticas percebidas, onde a referência é, na maior parte das vezes, o centro que promoveu a colonização, que a variante “colonizada” é descrita como diferente, mestiça e exótica.

Esse processo possui muito daquilo que Cláudia de Lima Costa (1998; 2000; 2002; 2003a; 2003b; 2010; 2013: 579) classifica como política de tradução¹⁶, tradução enquanto atitude política no sentido de agregar forças e possibilitar a construção de diálogos, descrita como “um projeto de uma política de tradução feminista translocal” (Costa; Alavez, 2013: 580). Sonia Alvarez (2014: 1) chama a atenção para a necessidade e o compromisso desse tipo de política, especialmente num aspecto político, pois

A tradução é política e teoricamente indispensável para forjar alianças e epistemologias políticas feministas, pró-sociais, anti-racistas, pós-coloniais/decoloniais e anti-imperiais, porque as Américas Latina/a - como uma

¹⁶ Ver Adelman, 2007; Costa & Alvarez, 2009; Costa & Pinheiro, 2013: 621; Bozzano, 2019).

formação cultural transfronteiriça e não delimitada territorialmente - devem ser entendidas como translocal em um sentido duplo. O primeiro sentido que empregamos – o da translocação - s baseia, mas vai além das concepções feministas do Terceiro Mundo dos EUA sobre a “política de localização”.

Verificamos aqui que não há como construir conhecimento isolado. No entanto, é importante perceber que tipo de conhecimento e qual a utilização que está sendo feita do mesmo, pois corre-se o risco de aprofundar assimetrias e justificar desigualdades, tendo em mente que quem constrói saber não está isento, pelo menos na totalidade, de uma ideologia. Também vislumbramos em Patricia Collins (2017b) a ideia de profunda alteração de teorias e significados que a tradução pode acarretar, especialmente quando mal realizada. Desse modo, saber para quê e como são realizadas as traduções tornam-se aspectos importantes a ter em consideração. Gayatri Spivak (2010b: 167) chama a esse processo tradução-corno-violação. É importante perceber que, em alguns casos, fosse por falta de experiência teórica e prática ou pela apropriação de teorias por parte de alguns governos interessados em exercer algum nível de controle sobre as feministas, por exemplo, por meio da cooptação, as singularidades conjunturais não foram observadas e algumas medidas não tiveram êxito.

De forma geral, levando em conta que os processos históricos são localizados e constituem particularidades frente às tentativas de caracterizar longos períodos temporais, sintetizamos as gerações feministas da seguinte maneira: a primeira, em fins do século XIX e início do século XX, procurava o igualitarismo, nomeadamente através dos direitos civis, com forte origem em países da Europa e nos EUA. A tutela do Estado enquanto aglutinador de uma espécie de contrato social era, então, bastante forte. A segunda, entre as décadas de 1960-1980, com momentos distintos, possui maior impacto a partir dos anos 1960 nos EUA e, a partir daí, na América Latina e na Europa. Questionava a ideia de diferença, especialmente aquela calcada numa concepção de modernidade. Além disso, possuem significativo impacto nos trabalhos desenvolvidos sobre essa temática as concepções estruturalistas e pós-modernas, que marcam, de maneira ainda mais evidente; a terceira geração, principalmente iniciada nos anos 1990, inclusive pela ampliação advinda da adoção, de maneira mais usual, da categoria gênero. Há, hoje, teóricas que apontam para uma quarta geração (Chamberlain, 2017; Cypriano, 2013; Hollanda, 2018; Matos, 2010), caracterizada pelo intenso acesso às redes sociais (Acioli, 2007; Ferreira, 2015), ou seja, a um ambiente virtualizado, mas não se limitando a estas esferas como ponto de aglutinação de agendas e de discussão de ideias, conceitos e estratégias de atuação, inclusive com o agendamento de mobilizações de maneira mais contextualizada e quase imediata. Evidencia-se nesses meios virtuais de comunicação, ao ponto que a partir da exposição de uma determinada conduta (implementação de leis, ganhos legais, julgamento de casos emblemáticos, exposição na mídia de

programas) ou situação (especialmente ligada, em sua maioria, a casos de violação dos direitos humanos das mulheres) haja uma intensa mobilização de mulheres de diversas localidades, estratos sociais, posicionamentos político-partidários, orientações religiosas e graus de instrução. A gênese desse fenômeno está sendo situada a partir dos anos de 2012 (de forma mais ampla, casos de abusos e violências sexuais em várias partes do mundo, com maior expressão América do Norte e Europa) e 2013 (no Brasil, principalmente ligadas as manifestações que tiveram início em julho desse ano).

No campo da sociologia, no Brasil, desde finais dos anos 1980, como destaca Lia Zanotta Machado (1992a: 35), os estudos de gênero distribuíam-se com mais profundidade em investigações sobre as relações de poder¹⁷, de trabalho¹⁸, de família¹⁹ e de classe²⁰, temáticas já consagradas no *mainstream* acadêmico. Todavia, não havia ainda uma produção referente ao contexto brasileiro. Em sua maioria, essas obras estão ligadas aos temas de doutorado das investigadoras, posteriormente publicados em formato de livros ou artigos de revistas especializadas, muito associadas às áreas das ciências humanas e das ciências sociais aplicadas²¹.

No que se refere à realidade moçambicana, os estudos feministas e de gênero foram mais tardios que nas demais realidades investigadas, principalmente pelo fato de o processo de descolonização ocorrer na segunda metade do século XX a partir da fragmentação do Império Colonial português e do fato de a consolidação e autonomização das estruturas acadêmicas ter estado associado à ideia de que o feminismo não representaria a pauta central²².

Em relação ao caso português, existe um debate em torno da força, da atuação e do formato adotado pelo movimento feminista no país. Todavia, destacamos que alguns destes elementos podem ser verificados especialmente na presença, mesmo que difusa, de uma imprensa feminina desde o século XIX (Leal, 1986a, 1992; Salvador, 2009; Cruz, Carvalho, 2004), seguida do movimento sufragista, especialmente com o advento da instauração do regime republicano (Esteves, 1998). Maria José Magalhães (1998a: 9), Conceição Nogueira e Sofia Silva (2003: 17) assim como Carlina Carvalho [et al]

¹⁷ Ver. Sabino & Lima (2015).

¹⁸ Ver. Blay (1975); Bruschini (1985; 1993); Carneiro (1981); Madeira & Moraes (1980); Saffioti & Ferrante (1981); Samara (2007); Scott (1994); Weinstein (1995).

¹⁹ Para mais ver. No Brasil, D'Incao (1992; 2001); Madeira & Bruschini (1981); Moares (1985; 1989); Prado (1985); Rago (2001); Samara (1985), em Moçambique, Arthur; Cruz e Silva; Sithoe & Mussa (2012). Arthur; Cruz e Silva; Sithoe; Mussa (2011) e Portugal, Santos (1970).

²⁰ Ver. Farias (1981);

²¹ A distribuição dos nomes segue em ordem alfabética e não correspondem ao período unicamente da década de 1980, além disso não apenas feministas brasileiras, mas sim aquelas que se debruçaram a procurar compreender o Brasil no sentido de inserção das mulheres e as relações de gênero. Estendendo-se até fins da década de 1990 e relevância em várias áreas do conhecimento. Destacam-se os trabalhos de Albertina de Oliveira Costa, Ana Alice Alcântara Costa, Ana Maria Colling, Anette Goldberg, Bila Sorj, Branca Moreira Alves, Carmen Barroso, Carmen da Silva, Cecília Bacellar, Céli Regina Pinto, Cristina Bruschini, Cristina Scheibe Wolff, Cynthia Sarti, Dagmar Estermann Meyer, Elizabeth Souza Lobo, Elonora Menicucci de Oliveira, Elza Berquió, Eva Blay, Fanny Tabak, Fúlvia Rosemberg, Guacira Lopes Louro, Heleieth Saffioti, Heloísa Buarque de Hollanda, Heloneida Studart, Ivone Genara, Jacqueli Pitanguy, Joana Maria Pedro, June E. Hahner, Lúcia Avelar, Margareth Rago, Maria Lígia Quartim de Moraes, Maria Luísa Heilborn, Maria Odila Dias, Marta Suplicy, Mary Del Priore, Moema Toscano, Norma Telles, Raquel Soihet, Rosa Ester Rossini, Rose Marie Muraro, Rosiska Darcy de Oliveira, Sílvia Pimentel, Sueli Carneiro, Tânia Navarro-Swain, Zuleika Alembert, dentre outras.

²² Alguns nomes, não somente moçambicanos, destacam-se em torno das discussões EMFG, são eles: Ana Maria Loforte, Conceição Osório, Isabel Casimiro, Maria José Arthur, Maria Paula Meneses, Olga Iglésias, Ruth Frist, Sonia Nhantumbo, Teresa Cruz e Silva, Ximena Andrade.

(2003: 41-42) destacam essa movimentação de mulheres e de um feminismo português, pois demonstram que, desde o pós-25 de Abril, ampliou-se a luta feminista por igualdade social. Enfatiza-se esse período tanto por seu significado histórico e simbólico, quanto social, na medida da alteração política que passa por estimular esse processo. No entanto, concordam que o movimento feminista português não é homogêneo e, de modo mais concreto, possui enquanto referências duas vias: uma ligada ao igualitarismo, que irá compor o núcleo da criação da Comissão da Condição Feminina, e a outra com forte inspiração marxista/socialista. Salientamos também a existência e a atuação de diversas entidades feministas, isto é, de grupos de mulheres que possuem atuação em Portugal associações políticas, nomeadamente ligadas aos partidos políticos, e organizações de trabalhadoras²³. Maria Regina Silva (1983: 175) descreve da seguinte maneira o movimento feminista em Portugal: “é, no entanto, sempre um movimento moderado, nunca declaradamente subversivo nem violento, mais atento à satisfação das suas reivindicações pela força da persuasão, do direito e da educação do que pela força dos gritos e das manifestações”.

1.2 Ativismo e feminismo

Compreendemos ativismo enquanto processo de luta coletiva, não necessariamente com grande sentido de organização, principalmente no que se refere à centralidade das decisões (Klandermans, 1994: 197). Compreender-se enquanto parte de um grupo advém, em grande medida, da consciência política de se ver enquanto agente transformador. A/o ativista, enquanto indivíduo, pode possuir várias formações e, muitas vezes, a ideia preconcebida de ativista está dissociada da figura da/o intelectual, aquela pessoa que auxilia na promoção de várias formas de reflexão acerca da realidade contextual, sendo esta próxima ou não. Como aponta Nora Garita (2019: 11), o termo ativista, especialmente numa expressão contemporânea, é decorrente da intersecção de vários fatores, um dos quais é a consciência da dimensão política que se possui – não necessariamente completamente articulada a partidos políticos ou experiências semelhantes – e o outro a associação num coletivo. No entanto, esse coletivo pode concentrar-se numa esfera virtualizada. Dessarte, é introduzida a ideia de autodefinição, como salienta Maria da Glória Gohn (2017: 23).

A prática ativista é dinâmica, não fixa, e, como tal, foi sendo alterada na medida em que outras experiências iam somando-se. É essa relação de identificação que mobiliza o ativismo, aquilo que

²³ União de Mulheres Alternativa Resposta – UMAR, criada em 1976; Associação Plano I que mesmo não sendo descrito eminentemente enquanto feminista, possui a premissa de igualdade e inclusão, voltada a discussão da diversidade sexual; Associação Portuguesa de Estudos sobre as Mulheres – APEM, criada em 1999 (Magalhães, 2001); Associação Portuguesa de Apoio à Vítima - APAV; Feministas em Movimento; Capazes Associação Feminista) – e internacionais (Marcha Mundial das Mulheres – MMM).

Donatella Della Porta (2014: 33-34) designa enquanto “laços de solidariedade”. Assim, o ativismo é exercido a partir de uma experiência pessoal, que, por sua vez, surge de causas gerais (Baumgardner; Richards, 2000).

Em nossa investigação, definimos ativismo enquanto processo de luta coletiva e que objetiva uma alteração na ordem social. Com base nisso, o ativismo acadêmico feminista é exercido através de ações manifestamente multidimensionais que vão desde a denúncia, criação de formas de enfrentamento, análise e conscientização de grupos, que podem ser grandes, médios ou pequenos, a depender do contexto e do alcance da mídia utilizada ou projeção de quem fala, nesse último caso, bastante ligado ao que podemos denominar capital acadêmico (Bourdieu, 2002b; 2004b; 2007a; 2007c). Ruth Fincher (2004: 49) associa o ativismo ao exercício da cidadania e Umut Erel (2011: 137) trabalha com a premissa de ativismo enquanto inclusão do próprio indivíduo em um grupo, ou seja, o sentido de pertencimento numa coletividade que permite construir espaços políticos mais amplos.

A validação do conhecimento dos Estudos sobre Mulher/Mulheres, Gênero e Feminismo (EMGF) passa por mecanismos de poder, aceitação, reforço no interior do próprio espaço acadêmico, ou seja, é evidenciada a partir de processos de constituição e tentativa de destituição de poderes ou mesmo de uma espécie de autotização, já que a academia, de um modo geral, não pode ser dissociada das realidades estruturais onde está inserida. Está também ligada à própria pluralidade do feminismo, como descrevem Ana Alice Costa e Clarice Pinheiro (2013: 623), ao “não-poder” das feministas que estão fora dos espaços hegemônicos, por exemplo, feministas acadêmicas latinas, africanas, etc.

Com o passar do tempo, novas práticas ativistas podem ser verificadas, impulsionando, em vários momentos, principalmente a partir dos últimos anos do século XX, a crítica à globalização econômica. As cúpulas²⁴ antiglobalização são um exemplo disso (Della Porta, 2018: 34; Della Porta, *et al.*, 2006; Smith, 2008; Smith, 2013; Rucht, 2012; Hewitt, 2012), assim como as associações em torno das redes sociais.

O ativismo acadêmico se impõe enquanto um desafio, ao mesmo tempo, pessoal e profissional, especialmente em tempos tão conturbados e policiaescos em conjunturas onde procura-se desacreditar os saberes científicos e, com isso, o avanço proporcionado à humanidade pela ciência. Na esteira de Diana Veléz (2000: 311), esse processo deve ser iniciado a nível individual, nas estruturas mais próximas, inclusive para superar a ideia de um discurso vazio ou mesmo falacioso, principalmente quando ele não corresponde à realidade de muitos/as que, a partir do instante em que passam a exercer o poder

²⁴ Na variante do português europeu, cimeiras.

institucional, podem e tendem a abusar dele. É, acima de tudo, exercer um compromisso ético para consigo, assim como em relação ao coletivo.

A necessidade de uma atuação cada vez mais fundamentada teoricamente é uma tônica do novo milênio, não devendo ser acirrado conflito entre quem está ou não na academia, e sim procurar aprofundar as relações entre vários campos. A leitura de mundo proporcionada por essa intelectualidade acadêmica e seu ativismo deve ser alimentada por aquelas pessoas que possuem muito mais o aspecto prático que o teórico. Implementar e efetivamente possuir essa dimensão é, hoje, uma condição que pode auxiliar o rompimento com o modelo tradicional e excludente, além de estabelecer processos de autonomia acadêmica e novos formatos de atuação para os movimentos sociais (Mama *in* Salo, 2013: 20-21). Portanto, não podemos meramente afirmar que a academia é um centro reprodutor da ordem estabelecida sem perceber que há evidentes elementos que contribuem para o seu desmantelamento. O importante é ter consciência de que existe e pode contribuir para a alteração de cenários discrepantes por meio de formações e divulgação que são também constitutivos do ativismo.

A universidade, enquanto estrutura societária, é também um espaço de disputa de poderes. As descrições de Diana Veléz (2000) e Maria do Mar Pereira (2017) do adoecimento proporcionado pelas intensificadas jornadas de trabalhos, grande produtividade (muitas vezes, para poder obter o mesmo *status* que os homens em alguns espaços acadêmicos e/ou centros de investigação), participação de pesquisas, projetos, produção e divulgação de artigos científicos em espaços cada vez mais precarizados e competitivos, para além do convívio com pessoas que sofrem de “distúrbio narcisístico” (Veléz, 2000: 312-313), que pode ser caracterizado pela abundante valorização do capital acadêmico acumulado e a “necessidade” de exposição e resposta positiva àquilo que é proposto, é também parte e decorre de um contexto social particular.

Florynce Kennedy, citada por Teresa De Lauretis (1988: 7), chama de “violência horizontal”²⁵, no âmbito dos movimentos e organizações feministas, a disputa pelo poder. A autora ressalta que, entre mulheres, essa agressão é mais verbal. Em relação ao feminismo brasileiro, esse choque entre gerações de feministas é caracterizado por uma disputa de poder interno, especialmente ligado à sua atuação em várias esferas, destacando-se aqui os campos acadêmicos e social²⁶.

María Luisa Femenías e Ofelia Schutte (2012) informam que essa é uma perspectiva presente em todo o universo acadêmico da América Latina, oriundo de diversas vertentes do pensamento feminista mais ligados à crítica social, com influências das correntes estadunidense e europeia. É nesse cenário

²⁵ Cf. Harris (2008); Bulbeck (2010); Abrams (1994); Snyder (2008); Stevenson, Everingham e Robinson (2011).

²⁶ Podemos identificar essas discussões também em Karla Adrião e Maria Juracy Filgueiras Toneli (2008), Eliane Gonçalves e Joana Pinto (2011) e Heloisa Holanda (2018).

que se confere uma percepção de maior compreensão entre o campo social em articulação com o elemento intelectual, ligado às instituições de ensino superior e/ou centros de pesquisa. Pode ser também verificada, em algum nível, no caso moçambicano. No entanto não se encontra, da mesma maneira, na academia portuguesa, o que não significa afirmar a sua inexistência, apenas que essas dinâmicas de intervenção podem ser exercidas de outras maneiras.

Essas ligações entre as realidades de cada país não são necessariamente decorrentes de uma espontaneidade imatura ou mesmo de um desejo altamente desenvolvido, a ideia de aquisição/detenção de poder (numa luta política independentemente da escala em que se deu) é uma forma encontrada para manter resistência, assim como enfrentar aquilo que era dado, para muitas, como concreto e imutável. A partir disso, foram sendo confeccionadas nas tramas das realidades contextuais que estavam sendo vivenciadas, como veremos mais adiante. María Luisa Femenías e Ofelia Schutte (2012: § 8) destacam, num primeiro plano, “as influências filosóficas e extrafilosóficas estadunidenses, as continentais e os desenvolvimentos autótonos regionais e nacionais”. Em outras palavras, embora essa percepção seja mais visível atualmente, não foi dessa maneira que se compreendeu noutra momento, pois houve uma tendência de tentar aplicar as teorias exteriores a contextos distintos. Isso acabou sendo avaliado enquanto um insucesso e forçou a readequação ou construção de um caminho próprio por parte das teóricas feministas locais, por meio da elaboração de cursos, seminários, edição de revistas (assim como boletins), criação de associações, entre outros meios não institucionalizados.

Na esfera acadêmica, podem ser percebidas algumas formas de embate entre gerações de feministas, cada qual procurando (re)afirmar espaços. Algumas acadêmicas já consolidadas em seus espaços, muitas das quais foram aquelas pessoas que abriram caminhos e, em alguns casos, percebem um certo imediatismo da nova geração, que, por sua vez, compreende o papel desempenhado por suas “antecessoras”, mas procura imprimir novos ritmos às dinâmicas de atuação. Isso, de algum modo, pode causar confrontos, como nos informa Heloísa Buarque de Holanda (2018: 11-14). Esses embates não são necessariamente conflitos “belicosos”. Muitos são embates de (auto)reflexão para ambas as partes. Com isso, a diversidade de atuação é enriquecida através do somatório da experiência acumulada e novas maneiras de encarar e reivindicar.

Essa maneira de proceder com o ativismo é descrita por Maria da Glória Gohn (2017:22) como a identidade dos novíssimos movimentos, de modo geral, caracterizados por uma grande multiplicidade de suas/seus integrantes e que actuam em numerosas frentes. Dessa maneira, a criação de muitos coletivos, que a autora considera uma forma de rompimento com o tradicional formato dos movimentos sociais, especialmente em seu modelo clássico, com agendas mais dinâmicas. Segundo ela, “Coletivos

autodenominam-se como **ativistas**, e não militantes de causas, vivem experiências e experimentações que podem ser tópicas ou mais permanentes; fragmentadas ou mais articuladas” (Gohn, 2017: 23, grifos da autora). É, em nossa leitura, a procura por mudança, contendo o elemento do ineditismo e, em alguns casos, concepções anarquistas, principalmente pela tentativa de rompimentos com os formatos anteriores.

Um exemplo concreto de um ativismo político exercido no interior de espaços acadêmicos é a publicação franco-suíça *Nouvelles questionnes féministes*, que destaca que a excelência científica não pode ser dissociada de uma prática política (Roux & Delphy, 1999: 38). A perspectiva de ativismo na academia não é, necessariamente, uma prática feminista. Para tanto, basta pensarmos, especialmente a partir das mobilizações estudantis decorrentes em Maio de 1968, na intensificação do processo que ultrapassou os limites da universidade e diversos intelectuais, mulheres e homens, participaram dessas manifestações. Mediante o exposto, queremos evidenciar que o uso da dimensão política não invalida o conhecimento produzido, posto que não se pretende, *a priori*, direcionar resultados.

1.2.1. Empoderamento: um conceito a ser compreendido

Conforme nos apresenta Manuel Carlos Silva (1998: 43), o termo empoderamento é oriundo da fusão das expressões em alemão *verfügungs* (disposição) e *gewalt* (poder de), que passam a formar uma única expressão *verfügungsgewalt* (poder de disposição). Segundo o autor, esse é o termo que será compreendido hoje como empoderamento, que, por sua vez, é a tradução do termo em língua inglesa *empowerment*, muitas vezes tendo sua origem atribuída apenas à administração das empresas e setores afins ou, ainda, ao *tactical power*. No entanto, Manuel Carlos Silva (2010: 23) adverte que a expressão deve ser utilizada com atenção, não como um modismo que pouco informa, pois está repleta de significados e usos políticos.

O *verfügungsgewalt* é trabalhado, nas ciências sociais e, em particular, pela sociologia, originalmente por Max Weber (1999 [1922]: 14), podendo também ser compreendido enquanto controle sobre recursos pessoais ou coletivos. Esse poder de disposição é exercido sobre meios econômicos, políticos, culturais, sexuais, sociais, entre outros, tanto a nível micro, quando macro, ao mesmo tempo sofrendo e gerando ação com maior ou menor intensidade. Essa compreensão da ação, experienciando ou atuando, é importante na medida em que não retira dos indivíduos, sejam os/as camponeses/as que Manuel Carlos Silva (2010) investiga ou o próprio movimento feminista, capacidade de participação, de apropriação. Não há apenas a ideia de passividade, de espera, de imobilidade ou mesmo vitimismo. Em

nossa compreensão, essa é uma importante dimensão. Teresa De Lauretis (1988) denomina-a enquanto autoconsciência e Marcela Lagarde (2000a) trabalha de modo aproximado o conceito de autoestima.

Christine Lagarde (2014), centrada numa discussão econômica do termo, destaca sua divisão em três níveis: o do indivíduo, o das instituições e o das economias nacionais. A ideia de empreendimento, vista apenas sob o prisma financeiro, em nossa visão, além de empobrecê-lo, não dimensiona a capacidade que lhe subjaz de, a partir da práxis, construir novos itinerários democráticos para libertação das mulheres do jugo patriarcal/ da dominação masculina, colonialista e capitalista, categorias que foram somando-se umas às outras. Nesse sentido, associamo-nos a Cinzia Arruzza, Tithi Bhattacharya e Nancy Fraser (2019) quando tratam da construção de uma libertação feminista adquirida por meio do microcrédito, especialmente pelas “mulheres do Sul”. Essa proposta pode ser compreendida também como uma “má fama do feminismo” (*idem*: 31), na medida em que é oriunda de um feminismo liberal (universalista e conservador, na maioria dos casos) (Amorós & Miguel, 2014b), que impõe uma espécie de fuga de uma opressão para outra, ou seja, a saída da dependência financeira de um companheiro para um organismo financeiro. Por sua vez, Peter Oakley e Andrew Clayton (2003: 7-14) destacam que o termo tem sua origem nos anos 1970, com maior uso a partir da década seguinte, no discurso ligado ao desenvolvimento, no campo das organizações e/ou empresas, com um sentido de capacitação e procura por independência financeira por meio de uma experiência pessoal em sociedade.

Cinzia Arruzza, Tithi Bhattacharya e Nancy Fraser (2019: 16) defendem a ideia de que o “feminismo empresarial” que resultará num “feminismo do microcrédito”, como o definem, “se revelou desastroso para as mulheres trabalhadoras e que perdeu toda a credibilidade”. A proposta do microcrédito é uma tentativa adotada pelo Banco Mundial (BM), desde os anos 1990, de auxiliar as mulheres de países “menos desenvolvidos” a empreenderem. É importante observar que essa relação, no caso de alguns países africanos, pode ser considerada um duplo fator de opressão, posto que a saída das mulheres de uma situação de opressão pode implicar, muitas vezes, meter-se numa outra prisão, a das agências de fomento financeiro, que, na maior parte dos casos, priorizam apenas o lucro.

Amartya Sen (2003: 53) caracteriza o microcrédito como um tipo de facilidade econômica com finalidades múltiplas – consumo, produção ou troca. Esse tipo de financiamento pode ser assegurado tanto por grandes agentes econômicos, como por pequenos, algo que pode auxiliar as mulheres em seu desenvolvimento no papel de agência²⁷ ativa (Sen, 2003: 201) e bem-estar. O autor (Sen, 2003: 212-213) chama a atenção relativamente para a facilidade de crédito rural para mulheres, na Índia, e o aumento do número de clientes (do sexo feminino) da instituição promotora. Evidencia que é ampla a

²⁷ Sobre agência ver. Anthony Giddens (2000; 2003) e Maria José Magalhães (2002; 2007).

taxa de quitação desses créditos, em torno de 98%²⁸. Todavia, feministas como Nancy Fraser (2009; 2011; 2013), Isabel Casimiro e Amélia Souto (2010), entre outras, questionam o microcrédito.

Nancy Fraser (2009: 25) aponta a inserção das mulheres pobres no mercado de trabalho, a partir da segunda geração do feminismo, como mais um aspecto do neoliberalismo e sua política de expansão da força de trabalho em prol do lucro, inclusive com novas adjetivações, como a de “mulher empreendedora”, com o conseqüente aumento da sua jornada de trabalho (dupla até quádrupla)²⁹. O que a autora questiona é a ideia de emancipação das mulheres ter de estar “subordinada à máquina de acúmulo capitalista” (Fraser, 2009: 26). À data em que escreve ainda destaca que os resultados de profundas alterações do quadro anterior (de subordinação econômica, dentre outras) sobre o contrato de microcrédito é “anedótico” e que a política que enseja o microcrédito é a ausência do Estado no combate direto à pobreza³⁰. Um certo modelo de feminismo está atendendo a interesses neoliberais, não contribuindo para a libertação da maioria, especialmente pelo cultivo de uma promoção individualista (Fraser, 2013).

Também Isabel Casimiro (2014b: 68) ressalta o papel e impacto do que chama de “moda” do microcrédito em Moçambique e questiona esse novo papel de empreendedora que se quer definir para as mulheres desconsiderando toda sua vivência histórica, no sentido de valorização de apenas um modelo a ser seguido. E interroga:

O *Xitique*³¹, que existe não apenas em Moçambique mas em vários países do mundo é um exemplo de como uma prática endógena de poupança bastante antiga se foi transformando e mudando a vida de mulheres e famílias, impulsionando a poupança e o investimento com meios próprios e sem recurso a crédito externo, muitas das vezes insustentável” (Grifos da autora).

A autora ainda nos evidencia a demanda somada à já extensa carga de trabalho feminina, assim como a elevação da pobreza nos lares, ficando evidente a ausência de um projeto emancipador feminino a longo prazo, pois desconsidera o contexto onde estão inseridas. Ainda ressalta que, no caso de províncias tanto do Sul, como do Centro e Norte do país, a “situação de desigualdade pouco reduziu” (*idem*: 68). No entanto, em relação a Moçambique, também são perceptíveis algumas ações³² que alteram a conjuntura numa escala temporal bem mais lenta do que a desejada, mas que deve ser levada em consideração (*idem*: 65). É explícita a prática das interações sociais e trocas por meio de poupanças

²⁸ Sobre isso, ver também Santos e Carrion (2009: 61).

²⁹ Para mais ver. Castells (2003; 168).

³⁰ Essas críticas também podem ser observadas em Fraser (2011).

³¹ *Xitique* é um sistema tradicional de troca informal exercido através de mão-de-obra. Há, ainda, dinâmicas econômicas próprias do mercado informal que acabam por consolidar-se como mecanismos concretos de apoio ou “entreatajuda” (Silva, 2002: 83). Também é possível encontrar grafado *xitiki* (Trindade, 2015).

³² Em seu texto, a autora não informa quais elementos são destacados.

sociais (xitique) (Trindade, 2015: 145-148) e esse meio tradicional é, segundo as autoras, nessa realidade, muito mais eficaz que o microcrédito .

Ainda para o caso moçambicano, Isabel Casimiro e Amélia Souto (2010: 33) destacam que o microcrédito, muitas vezes, é quitado com o auxílio do xitique³³ e que as instituições de microcrédito “asfixiam as populações devido à exigência de garantias, ao invés do que acontece com as que são financiadas pelo Estado” (*idem*: 51). Essa afirmação salienta o papel do Estado como um garantidor e promotor de bem-estar e agência, além de se aproximar das ideias de Nancy Fraser (2009; 2011; 2013). Teresa Cunha (2011: 92) alude ao elemento pós-capitalista que o xitique representa, pois rompe com o modelo de acumulação, tão característico do capitalismo, advindo de uma prática ancestral que, em micro escala, transforma e empodera as pessoas, especialmente as mulheres de uma dada realidade.

Claire Santos e Rosinha Carrion (2009) trazem a ideia de microcrédito como alternativa para diminuição e combate à pobreza, se for observada em casos de extrema miséria, ressaltando que é algo relativamente recente. Na análise que fazem, as autoras apontam a diversidade de pobreza (origens, condições) e a não observação de uma saída local ser resposta a todas as demais. Indicam casos exitosos (Bolívia e Indonésia³⁴) (Santos & Carrion, 2009: 61). Todavia, se por um lado há uma alteração de cenários, por outro, podem ser apontados os limites de tal procedimento.

Sobre o processo de inclusão das mulheres africanas no mercado capitalista, Amina Mama (2013) aponta que ele desfavorece ainda mais sua inserção, especialmente pela imposição de um ritmo que não é historicamente conhecido e se configura pela competitividade do mercado neoliberal³⁵. Afirma a autora que

Os termos da integração das mulheres africanas no desenvolvimento foram baseados em uma premissa falha - de que nos sentamos como um vasto exército de trabalho subutilizado da reserva. Estratégias inclusivas de “mulheres em desenvolvimento” adicionaram trabalho às mulheres já sobrecarregadas de trabalho que fazem turnos duplos entre suas casas e fazendas. As reformas econômicas, simultaneamente, minaram / zapearam os esforços do Estado para combater a pobreza, a ignorância e as doenças - por meio da saúde pública, bem-estar e serviços educacionais necessários para sustentar e reproduzir o trabalho em uma economia baseada em salários (Mama, 2013: §18).

Dessa maneira, ganha espaço, no vocabulário feminista, um intenso uso da palavra empoderamento ou derivados dela³⁶. Todavia, vale salientar o sentido em que o feminismo a trabalha e

³³ Dado esse também confirmado por Catarina Trindade (2015).

³⁴ No caso do Brasil ver. Cezar, 2016.

³⁵ Ver também Amina Mama (2002b).

³⁶ Ver também Henriques & Pereira (2006).

o qual estamos utilizando em nosso texto: o de rompimento com as estruturas de opressão, enquanto forma de resistência num auto-aprendizado e auto-ordenação, tanto individual, quanto coletivo.

Andrea Cornwall (2016) destaca que, a partir da década de 1970, e mais fortemente nos anos 1980 e 1990, o termo empoderamento passou a ser utilizado pelas feministas num sentido de procura de mudança de poder tanto privado, como em lutas comunitárias. Com o passar do tempo, a expressão foi somando significados, ao ponto de, na contemporaneidade, segundo a autora, estar tendo sua capacidade de expressão quase que esvaziada pelo uso desmedido. Em especial, o seu uso pelo feminismo negro³⁷ suscita a ideia de autoavaliação e autodefinição (Collins, 2000: 289; 2004; 2016) e a identificação em um determinado grupo, aquele composto por aquelas pessoas que possuem exclusões somadas à identidade de gênero, numa perspectiva interseccional (Collins, 2017a; Gonzalez, 1982; 1988a; 1988b; 2018; 2019). Essa é uma das discussões que, nos últimos anos, vem crescendo, pelo menos no Brasil, e com bastante representação no interior de alguns movimentos feministas e, de alguma maneira, nas academias.

Carole Biewener e Marie-Hélène Bacquè (2015: 59) destacam que o termo passou a ser mais adotado pelas feministas a partir de 1975, ano inicial da década da mulher, segundo a Organização das Nações Unidas (ONU), nesse caso, estando seu uso atrelado a Organizações Não Governamentais (ONG) na Ásia, especificamente na Índia. Ressaltam, ainda, que, em 1985, após a II Conferência Mundial sobre as Mulheres, em Nairóbi (Quênia), a expressão passou a ser mais empregada nos textos acadêmicos.

Não é sem razão que, nesse momento histórico, há uma maior instrumentalização do feminismo, em grande medida no campo científico. Isso é derivado da disseminação do uso da categoria gênero, associada a uma maior profundidade na teoria social, que investiu com mais afinco sobre os estudos das/sobre mulheres/feministas (Lovell, 1996). Todo esse processo está assentado numa intensa interdisciplinaridade (England, 1999), mais substancialmente sentida nas ciências sociais e humanas (Scott, 1990; 2009), sendo esse o elemento definidor de desenvolvimento do feminismo acadêmico.

No Brasil, o uso da expressão empoderamento, inicialmente, deve-se a Paulo Freire que, em 1986, juntamente com Ira Shor, na obra *Medo e Ousadia*. Aí discutem o uso da palavra *empowerment*, nomeadamente, num sentido social e político. Como destaca Pedrinho Guareschi (2008: 186), para Paulo Freire, o ser humano é relacional e somente dessa maneira se alcança a verdadeira consciência de liberdade, no ato de aprender com o outro através do diálogo.

³⁷ Sobre feminismo negro ver Carneiro, 2002a; 2002b; 2003a; 2003b; 2005; Curiel, 2002; 2007a; 2007b; 2009; 2019; Davis, 2016 [1981]; 2017; 2018 [1974]; Fabardo, 2012; hooks, 2014; Ribeiro, 2016; 2018; Rios & Maciel, 2018; Velasco (2012).

A libertação, ou uma dimensão dela, não surge como uma espécie de magia, mas do meio social no qual o indivíduo está inserido onde possa ampliar essa relação de sentido atribuído à liberdade. Ou seja, há um despertar dessa pessoa em se reconhecer enquanto membro de uma coletividade, sem necessariamente perder sua perspectiva de subjetividade, privacidade, individualidade. Isso demonstra a base dialética em que assenta a teoria freireana, enquanto característica de educação tanto de si mesmo, como do outro, numa construção de trocas. É um modelo de tomada de consciência de liberdade, que, conforme aponta Paulo Freire (Freire & Shor, 1986), somente pode ser exercido na comunidade, na relação com o/a próximo/a, posto que, de outro modo, será uma ação meramente individualizada. Como tal, afirma o autor que “Não acredito na autolibertação. A libertação é um ato social” (Freire & Shor, 1986: 135)³⁸.

Rosi Braidotti (1991: 36) suscita a ideia de uma “exilada planetária” que se une pelo fato de ter nascido mulher, muitas vezes, sem considerar questões tão profundas quanto estas. Afinal, a exclusão se manifesta da mesma maneira enquanto ações semelhantes? Haverá, portanto, uma cidadania global? Que passos estão sendo dados para a efetivação desse processo? Com isso, a ideia de libertação também será compreendida de maneira contextual, assim sendo mais um desafio para o feminismo.

Portanto, o empoderamento possui uma conotação de subjetividade, de interiorização, de parcialidade, haja vista que a ideia implícita de autoconstrução – disposição-de-si enquanto ser – congrega essa proposição. Não obstante, há uma espécie de disposição-de-si aplicada ao grupo no ato de procurar crescer com o/a semelhante, com o diferente, que não significa desigual (Scott, 1988). No caso do feminismo, principalmente o mais popular, podemos observar essa construção nos grupos de mulheres – grupos de apoio contra as mais diversas manifestações de violência, rodas de diálogo, organizações religiosas, grupos de discussão científica, agremiações ou círculos políticos, associações diversas, movimentos sociais (Lagarde, 2005a; 2005b; 2012). Por isso a figura de um círculo – uma roda de diálogos – é tão significativa, especialmente para os feminismos considerados periféricos, como, por exemplo, o africano (Arthur & Mejía, 2006b; Osório & Silva, 2008) e o latino-americano (Garagallo, 2009b; 2012; Valdivieso, 2012), demonstrando equidade, sem prioridades ou hierarquias.

Em vista disso, destacamos que, em nosso texto, o conceito de empoderamento está compreendido na acepção de coletividade, posto que não conseguimos conceber uma ação exterior à dimensão política e esta, por sua vez, com a intenção de mudança que vai do individual ao geral, experimentando influência e, ao mesmo passo, gerando-a, procurando transformar o meio onde atua, fazendo germinar a autonomia coletiva (Lagarde, 1997; 2004), empatia, laços de comunidade e,

³⁸Para aprofundar a compreensão do entendimento de Freire em relação ao *empowerment*, ver Freire & Shor (1986), especificamente o quarto capítulo.

possivelmente, um sentimento de sororidade. Dessa maneira, a palavra empoderamento possui significado tanto privado – independência, autossuficiência, autoconstrução –, quanto comunitário – garantias legais, especialmente políticas –, o que nos permite perceber a conjuntura onde está inserida e os objetivos com que se expressa. É uma procura por fortalecimento nessa dupla condição, do interior para o exterior e do pessoal ao comunitário.

Considerado como um modismo, o empoderamento é fartamente utilizado por movimentos de reivindicação e participação social, como os movimentos feministas, o movimento negro, o Movimento de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros (LGBT), o movimento indígena, entre outros. Marcela Lagarde (2012: 125) define o empoderamento como o processo de apropriação plena dos “poderes vitais”, que são a “estrutura da condição de gênero das mulheres”, podendo ser exercidos em diversas dimensões humanas. As mulheres são sincréticas e polifônicas (Joaquim, 2007; Pessoa, 2017) e a constituição das pessoas – e, em especial, aqui, das mulheres – se faz a partir desse conhecimento coletivo. Marcela Lagarde (2012) destaca, nessa discussão, as dimensões da sexualidade, economia, educação, desenvolvimento social, ciências, comunicação, arte, cultura e política, que contribuem para essa constituição mútua, sem que uma seja mais importante que outra. Para a autora,

Empoderamento, uma palavra que vem do inglês *empowerment*, é o conjunto de processos através dos quais cada pessoa integra recursos, bens e direitos obtidos como poderes em sua vida. Empoderamento é uma ação contínua no tempo, não é algo que acontece no momento; é aproveitar os recursos do mundo para a própria vida, apropriar-se de si mesmo. A chave é que eles deixam de ser recursos externos para serem seus próprios recursos, que a pessoa internaliza os recursos, ativos, direitos e poderes, e os usa para viver (Lagarde, 2000b: 46).

Marcela Lagarde (2000b: 129-172) destaca a ideia mais recorrente da expressão. Para ela, a concepção de tempo está relacionada a acúmulo, à ideia de experiência, de soma de saberes para uma efetiva crítica, numa construção dialética que venha a gerar uma outra resposta, uma possibilidade de rompimento com as estruturas de opressão e subalternização. Percebemos a sua proximidade com o conceito weberiano inicial, onde a autonomia tanto pessoal, quanto coletiva é exercida numa sincronidade. Todavia, a autora aponta que é necessário um organismo – seja este institucionalmente constituído ou não, que irá denominar *Institutos Femininos*⁵⁹ – que seja um elemento garantidor desses direitos, fiscalizando e atuando sobre os chamados organismos básicos, especialmente nos sistemas de democracia representativa que caracterizam a maior parte dos países do Ocidente. Marcela Lagarde (2000b: 40-41) explica a necessidade e o lugar do empoderamento das mulheres:

⁵⁹ “Como instituições, têm a responsabilidade de retratar, traduzir, permear todas as instituições com essa visão, com essa perspectiva de gênero em favor das mulheres. Com o tempo, esperamos que cada instituição tenha, além disso, seu mecanismo específico e que, na sociedade civil, as organizações assumam um compromisso com a causa universal e particular das mulheres” (Lagarde, 2012: 124).

Muitas pessoas acreditam que o fortalecimento está falando em voz alta, sendo muito irritado, sendo muito severo, mal-humorado ou hostil, ou muito rebelde; A verdade é que depende do processo de cada um definir em que consiste o empoderamento das pessoas. *Como um gênero que eu ponha em quatro áreas: bens, recursos, direitos e poderes*, porque eu sei de antemão que a opressão de gênero contra as mulheres tem sido baseado na expropriação de recursos e bens para as mulheres, de qualquer tipo aos produzidos pelo as próprias mulheres. Sabemos também que a opressão patriarcal das mulheres tem sido baseada na soma de poderes e de domínio limitado de alguns poderes a eles, então há também uma expropriação política. As fileiras do empoderamento têm a ver com as da expropriação patriarcal das mulheres de acordo com os tempos, as circunstâncias, as classes sociais. Ao identificar o que é expropriado das mulheres, podemos agir para alcançar o seu empoderamento (Grifos nossos).

Percebemos, então, que, dependendo da forma como se observa, há uma maneira de o Estado regular as vidas de mulheres, suas relações sociais, os seus corpos e desejos⁴⁰, a concepção de mulher enquanto ser em sua potencialidade não dividida em estratos, como mulher-servir, mulher-para, ser-de-outros (Lagarde: 2005a: 201) ou ser-para-outros (Lagarde, 2006: 43). Utilizamos Michel Foucault (2010b: 43) para fortalecer o argumento, especialmente quando destaca o cuidado de si, o conhecimento de si mesmo enquanto sujeito frente à tendência de universalização de hábitos e costumes naturalizados. Concordamos com ambos acerca da premissa de que exista um processo de transição para uma efetiva prática libertária. O que nos interessa é a ideia de tomada de poder para si por parte das mulheres e a mudança de posicionamento social adotada a partir de decisões que visem o rompimento com relações de subalternização nos mais diversos âmbitos. Seria a ideia de uma consciência de si e de uma espécie de reconhecimento feminino e feminista.

A ideia de poder com que Marcela Lagarde (2005a) trabalha é concebida em torno de um conjunto de poderes, individuais e de grupo, fruto de muitas lutas e reivindicações feministas, que sirvam para impulsionar uma mudança das/nas estruturas sociais, especialmente a partir da ideia de pressão sobre governos para implementação de leis protetivas, em grande medida representadas no combate à violência, e de fomento da participação equânime das mulheres na sociedade. Noutras palavras, as garantias legais são um dos passos a ser dados. Para tanto, Marcela Lagarde (2000b: 53-54) afirma que esta concepção de poder está

[...] baseada na cooperação solidária entre pessoas, instituições, estruturas, organizações, etc. [...] Em termos políticos isto é: precisamos de um conjunto de poderes para o desenvolvimento pessoal e coletivo. O parâmetro é eliminar a opressão

⁴⁰ Michel Foucault (1985; 2005a; 2014) destaca diversas formas de controle exercidos por instituições sociais (e.g. família, Igreja, governos), no combate ao que chamam de “comportamento desviante”. Isso passou a criar formas de ocultamento do tema além de inserir a prática sexual num espaço de tabu. Extrair essa dimensão (do indivíduo, seus hábitos e análises), era a forma encontrada para controlar afetos, condutas e desejos. Todavia, há uma intensa autorregulação, exercida desde nível interno, que é mais complexa em ser combatida, sendo esse o foco de sua produção.

de um lado e construir a cidadania das mulheres, do outro. Esses são os pólos desse poder.

É importante salientar que essa tomada de poder, o poder de disposição, é uma das ferramentas para se alcançar a sororidade, o amor-próprio, a emancipação social, uma forma democratizada de vida. Ela se dá por vias pluricausais.

Ainda sobre o empoderamento, Marcela Lagarde (2012) afirma que ele suscita a ideia de uma visão crítica sobre a própria realidade das mulheres e, conseqüentemente, sobre aquela onde ela(s) está(estão) inserida(s), e, a partir dessa leitura de mundo, (r)existir é uma condição. É o que será chamado de autoestima, a identificação com a consciência de gênero, é o início de um processo de rompimento com o passado de opressão por uma construção de uma cidadania com direitos igualitários. Também pode vir da autodescoberta da mesmidade⁴¹, elemento considerado como a grande descoberta, pois rompe com a ideia de “outra/o”, conforme afirma Francesca Gargallo (2002: 114), corroborada por Marcela Lagarde (2000a: 106; 2005a: 18; 2012: 33).

A autoestima é a dimensão real da pertença de si no mundo. Ela é pessoal e pode ser fortalecida por meio de laços sociais, principalmente de solidariedade e de redes de apoio e acolhimento, em grande medida encontrados nos grupos de mulheres. Essa experiência de autoconhecimento e amor-próprio, acarreta, dentre outros fatores, uma construção de alteridade, que pode gerar empatia por causas coletivas (Lagarde, 2000a: 28). Uma das maneiras pelas quais o patriarcado desestimula – incentivando confrontos entre mulheres – é por meio da ideia de inimizade entre mulheres que pode ser compreendida enquanto fobia dessa auto-organização e auto-compreensão de papéis de contraposição.

Portanto, empoderar-se é fugir à hierarquia patriarcal (Walby, 1989; 1990) e à dominação masculina (Bourdieu, 1995; 2002a). É construir coletivamente um caminho para o enfrentamento (Lagarde, s.d: 9), buscando itinerários para uma efetiva superação desses quadros de opressão. É uma maneira de eliminar os danos exercidos através das diferentes explorações, potencializando novas maneiras de (auto)desenvolvimento, numa promoção de si e de outras pessoas. Lagarde (2012: 106) afirma que o “empoderamento das mulheres requer a construção social desses poderes para as mulheres e a sustentabilidade social das condições que levam ao desenvolvimento de cada um e de nosso gênero”.

A partir desse processo é que se percebe a ideia de cidadania oriunda da premissa do Estado-Nação, ainda de origem Iluminista. Porém, o que lança a autora é a ampliação desse processo,

⁴¹ Em relação ao termo Marcela Lagarde (2000b: 106) “A mesmidade vem de si mesma e trata de desenvolver o eu de cada mulher. Vivendo a vida não apenas das mulheres, mas de mim mesma. Implica também remover a regra de cortesia da inferioridade e nos colocar como prioridade. Essa regra ética seria: eu sou minha prioridade. A mesmidade é viver de mim mesma para o meu desenvolvimento”.

mormente com a ideia de cidadania feminista. O uso de uma linguagem e, de modo consequente, prática empoderada causa medo naqueles que detêm o poder, devendo ser observada e trabalhada para que sejam efetivamente implementadas garantias que consolidem os avanços sociais que as mulheres, enquanto categoria social, conseguiram (Lagarde, 2000b: 53).

1.3 Feminismo acadêmico

O feminismo acadêmico é decorrente de uma profunda mobilização de interesses teóricos e políticos, que representavam, dentre outras características, a ocupação de um espaço visto como sendo de manutenção de privilégios, unido a um ativismo que procurava obter mais espaço para a participação e destaque femininos. Ele germina como parte de uma associação realizada por mulheres, estudantes ou docentes, nomeadamente no espaço universitário, que percebiam a ausência de protagonismo feminino nessa esfera e as condições em que estavam sedimentadas as estruturas de promoção e manutenção desse processo de silenciamento⁴². Geralmente, no próprio interior dos espaços onde as arbitrariedades são exercidas de forma frequente – nesse caso, a academia –, apontam-se os caminhos que podem vir a servir como mecanismos de enfraquecimento dos mesmos (Evans, 1997), quer seja por meio do esgotamento dos modelos adotados, quer seja pela ruptura que outras concepções possam trazer. Isso, em linhas gerais, ocorreu com grande parte das academias ocidentais, especialmente, em seu processo de implementação de cursos sobre EMGF.

O feminismo acadêmico é responsável pela ampliação do *corpus* epistemológico da ciência como um todo (Castañeda, 2008: 9) em numerosas áreas do conhecimento (Schienbinger, 2001) mediante a crítica frequente de seus fundamentos, procedimentos e aplicações. Essas inovações são oriundas de várias áreas de competência acadêmica. Talvez esse elemento auxilie na explicação da ideia presente e concreta de interdisciplinaridade metodológica contida em sua epistemologia.

Dentre outras questões, o feminismo empreende uma revisão, inclusive de sua própria atuação, mergulhando numa autocrítica (Abrams, 1994: 1533; De Lauretis, 1988: 8; Federici, 2013: 93), o que demonstra a capacidade de pensamento crítico e resolutividade de problemáticas apresentadas. Isso se refere ao seu dinamismo, obtido pela multiplicidade de pessoas que compõem o movimento (De Lauretis, 1988: 6-7). Essa discussão acaba por gerar, principalmente no limiar do século XX, a ideia de fim do

⁴² Ver. Certeau, 2014: 264; Chartier, 1995: 46-47; Cobo, s.d.; Femenías, 2007: 22; Foucault, 2010a: 334-335; Gebara, 2000a; Guevara, 2010; Lagarde, 2005a; Lugones & Spelman, 1983: 574; Perrot, 2005, 2008; Pinto, 2015: 508-510; Scott, 1992b; Smith, 2003; Toldy, 2010a.

feminismo e do surgimento de uma era de pós-feminismo⁴³ (ver Hawkesworth, 2006), o que é questionável, pois rapidamente podemos identificar elementos significativos como a intensificação de políticas que garantem direitos às chamadas minorias políticas e sociais, entre outros. Porém, assim como podemos afirmar isso, também é necessário frisar que o modelo sobre o qual o feminismo acadêmico foi constituído sofre diversas críticas e não responde a todas as inquietações. Nesse sentido, a crítica, além de útil e indispensável, possibilita uma recriação baseada em novos atores sociais e discussões. É um questionamento ao *mainstream* acadêmico (Whelan: 2001), ou *malestream*, como destacam Karen Warren (1989) e Paul Zeleza (2005) ou ao *establishment* (Heilborn e Sorj, 1999: 221).

A ideia subjacente ao *mainstreaming* de gênero, como aponta Manuela Silva (1999b), é a de promover a igualdade de oportunidade. No entanto, não conseguiu agregar as fortes diferenças e acabou por priorizar algumas “receitas” aplicadas a contextos distintos. Segundo a autora, após a Conferência de Beijing (1995), o termo passa a ser mais utilizado, especialmente pelas feministas dos países do Norte global. No entanto, ele é muito criticado pela homogeneização que gera e pela sua aplicabilidade questionável.

Conforme apontam Mary Maynard e June Purvis (1996: 2), os EMGF passam por três fases: recuperar, reconstruir e refletir. A primeira delas nós chamamos de arqueologia (Foucault, 2008: 132-133) do conhecimento, que atesta a ausência de visibilidade feminina na sua produção. Nesse sentido, Seyla Benhabib e Drucilla Cornell (1990: 9) falam numa desconstrução de um dado conhecimento e na edificação de saberes também, mas não somente, a partir daquilo que se pode ter enquanto referência, orientada pela realidade concreta das mulheres, sincréticas, diferentes e mutáveis, não homogêneas. Numa perspectiva aproximada, Vikki Bell (1999: 144) denomina esse momento enquanto genealogia. Entretanto, a ideia de genealogia é uma possibilidade de não cair na armadilha de hierarquizar saberes, por um lado romanceando e, por outro, excluindo. Em síntese, esta fase é caracterizada por um aprender a fazer, uma vez que não há referências aprofundadas, por conseguinte evidenciando-se a ausência de experiência concreta no terreno que permitiria moldar cada passo que é dado, e é ainda marcada pela procura de autoridade científica.

A segunda fase, chamada de reconstrução, consiste em inserir a leitura das mulheres e/ou feministas nesses discursos construídos. Por fim, a terceira fase, fase de reflexão, parte para uma ação mais concreta de implementação, não deixando de perceber a necessidade de sólidos alicerces teóricos, metodológicos e contextuais para que seja possível desenvolver os estudos nas realidades pretendidas.

⁴³ Para tanto, Yasmine Ergas (1991: 583) informa que “O ‘pós-feminismo’ é a designação da nova vaga, que paradoxalmente vem reafirmar o primado político do feminismo, ainda que denotando a transcendência de lutas especificamente femininas”, ou seja, é a reafirmação de tomada de poder e importância (política) que o movimento feminista possui, principalmente em fins do século XX e princípios do século XXI.

Nas palavras de Maria José Magalhães (2001: 28), esse processo é uma “construção de uma memória [...] que valorize sem marginalizar, que integre sem assimilar, que inove sem esquecer”.

Com a intuito de explicar as tipologias, Rosi Braidotti (1990) contribui para um maior detalhamento destas. Para ela, não se trata de fazer arqueologia enquanto espécie de construção de uma “história coletiva”, mas sim de passar do nós para o eu, de construir conhecimento em primeira mão (Braidotti, 1990: 30), reforçando os aspectos de originalidade e subjetividade das ações. A fim de efetivar esse processo de construção do conhecimento feminista, a autora destaca e elenca algumas terminologias, que se diferenciam das utilizadas e descritas pelas autoras supracitadas, apresentando inclusive variações de atuação em seu próprio interior, sendo elas: as pioneiras – descritas como aquelas que produzem marcas e que inserem a temática, tentando evidenciar para assim procurar desconstruir o sexismo; a segunda destas é composta pelas ideólogas – aquelas que procuram adequar-se para se fazer invisíveis no interior da academia (um caráter de visibilização dos trabalhos, práticos e teóricos); a terceira são as radicais – aquelas que impõem um ritmo teórico; a quarta é constituída pelas retardatárias – aquelas que entram posteriormente por perceberem que é um campo possível de se trabalhar; e a última delas é composta pelas chamadas “*branchées*” – que envolvem se na temática por aspecto de moda (Braidotti, 1991: 44).

Procuramos unificar as tipologias apresentadas, desde a compreensão em três fases (Maynard; Purvis, 1996) ou em cinco (Braidotti, 1990). Estabelecemos as seguintes interpretações: a primeira é chamada de fase de acúmulo, isto é, constituir memória⁴⁴; a segunda é a fase do substrato, aquela que procura criar lastro teórico e metodológico; esta é seguida da fase do avanço, caracterizada pela tentativa de angariar novos espaços até então não adentrados; a quarta é a fase de aquisição de vozes, ou seja, angariar outras pessoas/grupos, enriquecendo a coletividade e o próprio processo, inclusive com a possibilidade de participação de teóricas de áreas distintas, o que sugere cada vez mais a interdisciplinaridade dos EMGF; e a última delas é a fase da discussão, aquela que amplia ainda mais as formas de discussão e de crítica, assim como de autocrítica.

Obviamente, esse processo não é retilíneo ou igualmente aplicável em todas as conjunturas investigadas, podendo ser também uma mistura de algumas destas tipologias e fases citadas ou somente uma caracterização destas. É apenas uma tentativa de exposição em um formato mais didático.

⁴⁴ Lúcia Amâncio (2002: 55) corrobora com essa dimensão na medida em que destaca que essa fase possui uma dupla tarefa. “Em primeiro lugar, dar visibilidade às mulheres, às suas experiências concretas e a uma condição social que o movimento pretendia combater, procurando conhecer e tornar visível um objeto, até aí, invisível, na produção científica das várias disciplinas e, seguidamente, denunciar o androcentrismo dos vários domínios do saber e a permanente confusão entre o masculino e o universal. Este percurso, comum a várias disciplinas, contribuiu para a focalização num objeto emergente que atentou as fronteiras disciplinares e, ao mesmo tempo, foi gerando uma linguagem teórica e conceptual partilhada”.

Muitas vezes, os EMGF podem provocar um certo nível de “insegurança”, causa além da necessidade de, com grande frequência, voltar ao início do que são os estudos sobre as mulheres (Braidotti, 1991: 29). A sua institucionalização ao nível da academia exige ter em conta que essa essa legitimação (Lyotard, 1988) pode ser também compreendida como mais um reforço das estruturas imperiosas que compõem o universo acadêmico em seus mais variados locais. Também por essas questões acreditamos que é importante localizar num espaço-tempo a institucionalização dos EMGF, assim como verificar quais são os parâmetros epistemológicos utilizados, a fim de evitar um direcionamento baseado num etapismo binário, marcado pela oposição e criação de polos – Sul *versus* Norte, Oriente *versus* Ocidente, etc. Isso se impõe enquanto desafio de descolonização das academias (não apenas daquelas não centrais), pois não há um modelo a ser seguido e a diversidade no campo teórico também é imprescindível. Com isso, não queremos afirmar ou negar a contribuição das academias centrais ou de suas/seus teóricas/os, mas ampliar o panorama no incentivo à participação concreta de outras pessoas e que estas passem a sentirem-se não somente representadas, mas parte de fato do processo de construção do conhecimento.

Marcela Lagarde (2005a: 724) classifica enquanto “aparatos hegemônicos” os meios que visam concentrar o poder do saber que possuem, ao mesmo tempo, o interesse de opressão em escala privada e pública, contando com forças das estruturas governamentais. Ainda é muito evidente essa dimensão (Dussel, 1998) trada do conhecimento, assim como questões androcêntricas e coloniais. No entanto, há muitos espaços de resistência e existência, assim como de encontros. A colonialidade do saber⁴⁵ é um dos elementos basilares da concentração de poder e de manutenção do *status quo*. Inclusive. Frantz Fanon (1968: 211, mantida a grafia original) aponta, em seu texto, especialmente acerca das invasões promovidas pelas colonizações, que “O imperialismo que hoje se bate contra uma autêntica libertação dos homens abandona por toda a parte germes de podridão que temos implacavelmente de descobrir e extirpar de nossas terras e de nosso cérebro”.

Arturo Escobar (2003) denuncia que o gênero é uma categoria importante, porém, estava fora da relevância das investigações por teóricos/as de outras áreas, assim como as análises sobre a natureza/ambiente e as novas concepções de economia. Ressalta alguns trabalhos produzidos por homens como os Enrique Dussel⁴⁶ e Walter Mignolo, o primeiro mais ligado à proposta de libertação e o segundo com a concepção de ser um tema de fronteiras e algumas outras contribuições de fora do cenário latino-americano. É importante frisar também o reforço dos estudos de pensadoras de esferas

⁴⁵ Ver. Quijano, 1988; 1991; 1992; 1993; 2005; 2007; 2012; 2014a; 2014b.

⁴⁶ Ver. Enrique Dussel 1973; 1994; 2014.

“não centrais”, especialmente as que se detêm a estudar as ideias de modernidade e colonialidade, que são oriundas de países asiáticos e africanos. A grande contribuição para os estudos concentra-se, conforme o autor (*idem*: 53), em procurar compreender e criar mecanismos de superação das relações culturais e políticas de opressão na qual estão inseridos.

Esse trânsito de teorias – Sul-Norte, Oeste-Leste, Sul-Sul – e papéis – ativistas não feministas e feministas acadêmicas (De Lauretis, 1988: 7) – pode ser compreendido como uma espécie de feminismo global – uniforme, perene –, devido ao decorrer do processo de publicação e implantação de ideias em outras instâncias, assim como uma tentativa de uniformização de teorias, principalmente sobre as acadêmicas consideradas periféricas, uma maneira de colonizar tanto as teorias, como as próprias acadêmicas, inclusive, deixando de observar, em alguns casos, os privilégios locais enquanto se questiona os demais (Spivak, 1994; Espinosa Miñosso, 2002; Piscitelli, 2005: 153). A maciça incorporação teórica para a compreensão de realidades não analisadas é, a nosso ver, um grande equívoco, haja vista que não leva em consideração as nuances dos contextos investigados. Dessa maneira, há uma necessidade de incentivar produções locais, fomentando as discussões e ampliando conceituações mais precisas.

Adriana Piscitelli (2005: 144-145) assinala a observação e análise de uma gama de elementos, que disputam poder no interior do feminismo, especialmente o acadêmico, dos movimentos sociais, dos órgãos de governos e de ONG, visando, em grande medida, atender a necessidades e determinações das grandes agências internacionais:

É necessário considerar não apenas as relações entre academia e movimento feminista, mas levar também em conta as maneiras como as instituições governamentais e do Terceiro Setor (uma força com impacto evidentemente crescente no Brasil), articulado em redes internacionais, se apropriam e ressignificam os conceitos que surgiram no seio do pensamento feminista. E, do meu ponto de vista, é imprescindível levar em conta os efeitos das ações das agências de financiamento internacionais, cujas diretrizes em termos da incorporação de noções de gênero estão frequentemente vinculadas às pressões do feminismo global.

Podemos associar essa discussão àquela apontada por Mary Daly (2005) acerca da incorporação do gênero enquanto política pública no espaço de alguns países europeus e percebendo a diferença de aplicação nestas realidades, rompendo com a ideia de homogeneidade, especialmente, no que se refere ao *mainstream* de gênero e à aplicabilidade das concepções em realidades distintas.

Os limites dos debates acadêmicos foram extrapolados, mais intensamente a partir dos anos 1970, quando, em muitas realidades, houve a implementação de leis nos códigos penais de vários países europeus que visavam coibir a violência em relações de intimidade (Ergas, 1991: 580). Além de reforçar

o papel político do feminismo, podemos perceber que esse é um tema de profunda discussão ainda em nossos dias. No Brasil, destacam-se os trabalhos de Heleieth Saffioti (1976; 1989; 1993; 1994; 1997a; 1997b; 1997c; 1999a; 1999b; 2001; 2002a; 2002b; 2003; 2004; Saffioti & Almeida, 1995; 2003) e Rachel Soihet (1989), além da promulgação da Lei Maria da Penha, em 2006. No contexto africano, Luam Kidane (2015) traz contribuições para o cenário de forma mais amplo e, em Portugal, destacamos os trabalhos desenvolvidos por Isabel Dias (2004) e Sofia Neves (2016), dentre outras.

O contexto da segunda geração do feminismo pode ser pensado e analisado mediante essa profusão de interesses que, muitas vezes, advindos de movimentos sociais, alcançaram a esfera superior de ensino. Esse processo não pode encontrar-se deslocado do processo histórico-cultural construído no espaço-tempo, por isso, é necessário compreender como se processou sua construção e efetivação nessas realidades, sublinhando-se a temporalidade dessas discussões e dos estudos sobre feminismo e gênero nesses países.

1.3.1. Contexto e contributos feministas a partir da Segunda Geração

Optamos por utilizar a expressão geração no que se refere à divisão histórica da luta do movimento feminista, concordando com a ideia de continuidade em momentos distintos caracterizados por ampla diversidade geográfica, cultural, temporal e histórica (Kristeva, 1986), assim como pela “coexistência sincrônica” dessas gerações de mulheres, como definem María Luisa Femenías e Ofelia Schutte (2012: § 17). Os feminismos, baseados em suas temporalidades, possuem características que podem ser encontradas em realidades e em tempos distintos, evidenciando uma luta complexa e desigual no que se refere ao seu processo de operacionalização. Por isso mesmo, há uma grande diferença nas agendas dos movimentos feministas das realidades que estamos investigando – Brasil, Moçambique e Portugal.

De forma geral, nos anos 1960, o movimento feminista passa a caracterizar-se pela explosão acadêmica unida a outras pautas de movimentos sociais que irrompem nesse momento. Em especial, alguns textos influenciaram bastante o período, incluindo “O segundo sexo”, de Simone de Beauvoir (1949); “A mística feminista” de Betty Friedan (1963); “Política sexual” de Kate Millett (1970); “A mulher eunuco”, de Germaine Greer (1970); “A dialética do sexo”, de Shulamith Firestone (1970); “*Woman’s State*”, de Juliet Mitchell (1971); “Novas Cartas Portuguesas”, de Maria Velho da Costa, Maria Teresa Horta e Maria Isabel Barreno; “A mulher e o trabalho qualificado na indústria paulista”, de Eva Blay (1972) e “A mulher na sociedade de classes: mito e realidade”, de Heleieth Saffioti (1976).

A liberdade sexual, motivada em grande medida tanto por discursos mais progressistas e menos moralistas, como pelo aparecimento da pílula anticoncepcional (1960), puseram os corpos femininos no centro das pautas, pois as mulheres passaram a ter, de fato, o controle sobre sua reprodução (Castells, 2002: 169)⁴⁷. Além de “descobrirem” ser possuidoras de desejo e de incluir no debate as questões relativas à saúde das mulheres, o que não era comum numa sociedade identificada como bastante conservadora, o mundo Ocidental se balizava, sobretudo, por uma bússola calcada em preceitos morais religiosos, o cristianismo.

Para além disso, a intensa inserção das mulheres no mercado de trabalho fez ressurgir o combate à desigualdade salarial e laboral (doméstico e nas empresas) de forma mais acentuada. De fato, esse aspecto não é recente na discussão feminista, porém, como descreve Eric Hobsbawm (1995), há um aumento da oferta de trabalho mais especificamente no período pós-guerra e as mulheres eram, naquele momento, uma força de trabalho que exercia funções a baixo custo; outrossim, o papel do matrimônio, enquanto instituição, que passava a favorecer mais os homens que a elas próprias teve sua validade “sagrada” questionada com a definição de novos formatos familiares, assim como na escolha do número de filhos/as, entre outras questões; e a própria liberdade sexual veio questionar a exigência das relações monogâmicas, em grande medida representadas pela ideia do amor romântico (Gay, 1988; 1999; Lagarde, 2001; Giddens, 2005; 2008; Herrera, 2009).

O grande *slogan* do movimento feminista durante os anos 1970 foi “O pessoal é político”, que significava a dimensão micro sendo repercutida em larga escala de análise. Foi nesse momento também que se desenvolveu, de forma mais concreta, a ideia de uma irmandade feminina universal, uma espécie de solidariedade feminina (Ergas, 1991: 595), *sisterhood* (Morgan, 1970), que serve, de alguma maneira, como referência para a definição de *interdependência* desenvolvida por Audré Lorde (1979) e de *sororidade* trabalhada por Marcela Lagarde (2012).

Oyèrónké Oyěwùní (2005a: 3) demonstra a necessidade de cautela face a uma visão biologizante da ciência que muitos cientistas utilizam para conceber o corpo, exclusivista e hierarquizadora, transformando pessoas em outros, dessemelhantes (Lazreg, 2005: 68). Salienta o perigo dos exclusivismos – nesse caso, o biológico, decorrente do que se conhece sobre o corpo físico e outro sobre a visão associada à metáfora dos corpos – e, dessa maneira, todas as suas possíveis utilizações. É a partir da leitura proposta pela autora que podemos interpretar a forma de colonizar não somente física, mais também teórica a potência desse corpo (Sodré, 1984; Foucault, 1996; Perrot,

⁴⁷ No caso português, conforme aponta Manuela Tavares (2011: 90) o uso da pílula era proibido, inclusive sob prescrição médica por ser uma prática contraceptiva. Essa atitude, em si mesma, é um dos exemplos do antifeminismo do regime autoritário que vigorava no país.

2003). Exercendo formas de profundo domínio sobre ele, escravizando-o (com evidência nas populações que foram transformadas em mão-de-obra), purgando-o dos pecados por meio de flagelos corporais, da imposição de abstinências, do impedimento, do castigo do corpo (Arcuri, 2018) como forma de domar desejos, de criar e uniformizar práticas e condutas, assim como de estabelecer limites. Oyèrónké Oyěwùmí (2005a: 7) assim descreve a política de corpos, principalmente quando se refere à participação das mulheres em variados níveis sociais: “Paradoxalmente, no pensamento europeu, apesar do fato de que a sociedade era vista como sendo habitada por corpos, apenas mulheres eram percebidas como corporificadas; homens não tinham corpos – eles eram mentes andando”, sobretudo no início da modernidade.

Os corpos sexualizados das populações de África e da América, que serviam, ao mesmo tempo, aos cofres reais e as “necessidades” dos colonizadores, assim como às fazendas de reprodução de pessoas escravizadas, a violação de direitos básicos, ampliaram a ideia de controle e dominação nas novas terras “conquistadas”. Isso sem mencionarmos apenas as esferas política e religiosa⁴⁸, (podendo ampliar a outras instituições que se estendem até nossos dias, como, por exemplo, a educação (a escola)⁴⁹. Obioma Nnaemeka (2005: 51) nos adverte para as formas de reprodução de discriminações no espaço educacional, que, fazendo parte do sistema, nem sempre está comprometido com a transformação social. Assim sendo, desde as bases, uma verdadeira e profunda alteração no currículo – tanto implícito, quanto explícito –, passando pela avaliação, por políticas e práticas profissionais, deveria operar-se para que se consiga, efetivamente, uma educação para libertação⁵⁰.

Essa premissa de controle e dominação é um dos fundamentos que auxiliam a compreensão da matança generalizada perpetrada pelos colonizadores europeus em terras da América e a escravização de populações, principalmente no continente africano, pelas chamadas potências dos séculos XV ao XIX⁵¹. Esse modelo social assentado na diferença pode ser verificado em muitas outras sociedades, especialmente naquelas que fundamentam a sociedade Ocidental contemporânea desde tempos

⁴⁸ Ver. Butler, 2001a; 2001b; 2003a; 2003b; 2004; 2006; 2015; 2017; Chauí, 1988; Davis, 2016 [1981]; Federici, 2017; Foucault, 1985; 2005a; 2006; 2010b; 2013; 2014; Irigaray, 1985; 2007 [1974]; 2018a; 2018a; 2018b; Laqueur, 2001; Louro, 2004; 2014; 2015; Louro; Neckel & Goellner, 2003; Meyer & Soares, 2013; Muraro, 1983; Vainfas, 1995; 1996; 2010.

⁴⁹ Ver. Beserra & Lavergne, 2018; Fonseca & Barros, 2016; Munanga, 1999.

⁵⁰ Ver. Freire, 1978; 1979a; 1979b; 1981; 1989; 1992; 1997; 2000; 2001; 2002; 2006; 2012 [1968]; Freire & Nogueira, 1985; 1993; 1995; 1997; 2001; 2003a; 2003b; 2007.

⁵¹ Ver. Albuquerque & Fraga (2006); Almeida, 2018; Bethell, 2002; Bethencourt, 2018; Boxer, 1961; 1962; 2007 [1978]; 2011 [1969]; Cardoso, 1987; Carvalho, 2008; Castro, 1995; 1999; Chalhoub, 1990; 2012; Chaunu, 1980; Costa, 1997; 2008; Cunha, 1985; 1992; Dias, 2005; Escobar, 2003; Fausto, 1995; Fernandes, 1972; 1989; 2006 [1952]; 2008 [1964]; Florentino, 1997; Florentino & Fragoso, 2001; Florentino & Góis, 2017; Fragoso & Gouvêa, 2010; 2014; 2016; 2017; Franco, 1997; Freyre, 1986; 2002; 2003; 2004a; 2004b; 2011a; 2011b; 2012; 2013; Gates Jr, 2014; Gilroy, 2001; Gomes, 2015; Grupioni, 1994; Gruzinski, 1988; Hemming, 1970; 1978; Horne, 2010; Israel & Schwartz, 2007; Jancsó, 2003; Klein, 1986; Klein & Luna; 2010; Lévy, 1961 [1576]; Marquese & Salles, 2016; Mattoso, 2003; Mello, 2007 [1975]; 2009; 2011; 2012; Monteiro, 1994; Mota, 1982; 2000; Moura, 1988; 1990; Nascimento, 1998; Novais, 1989; Raminelli, 2008; Reis, 1986; 1988; Reis & Gomes, 2000; Reis; Gomes & Carvalho, 2010; Reis & Silva, 1996; Salomon & Schwartz, 1996a; 1996b; Samara, 2001; Schwarcz; 1993; 1998; 2012; Schwarcz & Gomes, 2018; Schwartz, 1988; Silva, 1987; Silva, 2011a; 2011b; 2012; 2014; Slenes, 1999; Souza, 1986; 2006; Staden, 2008 [1557]; Thornton, 2004; Tomich, 2004; 2016; Vainfas, 1984; Williams, 2014; Wood, 1982.

remotos. Destaque-se o Egito, a Grécia e Roma, e os estamentos na Europa durante a Idade Média (séc. IV ao XV), que, de maneira mais direta, subsidiam a concepção de mundo moderno associada a fenômenos religiosos que impunham princípios morais que evocavam essas condições, estabelecendo muitas das bases dos processos de colonização a partir do século XV, aprofundada com o advento do capitalismo. Daí decorreram vários males. O seu aprofundamento, o colonialismo, o racismo e o sexismo são alguns deles. Para Pierre Bourdieu (1995: 145),

O sexismo é um essencialismo. Como o racismo, de etnia ou de classe, ele visa imputar diferenças sociais historicamente instituídas a uma natureza biológica funcionando como uma essência de onde se deduzem implacavelmente todos os atos da existência. E dentre todas as formas de essencialismo, ele é sem dúvida o mais difícil de se desenraizar. Com efeito, o trabalho visando transformar em natureza um produto arbitrário da história encontra neste caso um fundamento aparente nas aparências do corpo, ao mesmo tempo que nos efeitos bastante reais produzidos, nos corpos e nos cérebros, isto é, na realidade e nas representações da realidade, pelo trabalho milenar de socialização do biológico e de biologização do social que, invertendo a relação entre as causas e os efeitos, faz uma construção social naturalizada (os *habitus* diferentes produzidos pelas diferentes condições sociais socialmente construídas) aparecer como a justificação natural da representação arbitrária da natureza que está no princípio da realidade e da representação da realidade.

Concordamos com Pierre Bourdieu, principalmente por compreendermos que está de acordo com premissas basilares acerca de como se processa o imperialismo e suas ações em torno de questões tão delicadas e que perpetuam, de forma concreta, um domínio ainda bastante forte.

Uma das grandes reivindicações dos movimentos feministas, principalmente após a segunda metade do século XX, a chamada segunda geração, é a ocupação de espaços considerados redutos masculinos, visando a ampliação da participação política e do igualitarismo, em sua maioria nos espaços públicos. Essa proposta ainda era uma pauta não consolidada por parte das militantes feministas da primeira geração, que procuravam o acesso a serviços e garantias legais (civis e trabalhistas)⁵². A partir dos anos 1960, fruto de uma paulatina contribuição do movimento como um todo, as mulheres passaram a não somente participar como figurantes, mas também enquanto promotoras do processo (Hobsbawm, 1995: 305; Amâncio, 2003: 688). Acreditavam que, por meio do ingresso nesses locais, iriam empreender a ideia de liberdade entre todas as pessoas e do mundo, num sentido *lato*, uma visão comum à biosfera. A ideia de visibilidade é importante para a luta e a emancipação.

⁵² Ver. Almeida; Lüchmann & Ribeiro (2012). Avelar (1987; 1989); Barroso & Mello (1975); Blay (1982); Brito (1986; 1991); Costa (1990); Costa (1999); Costa (2004; 2007); Duarte (2017); Horta (1998); Idelfonso (2016); Leite (2003); Machado (1990); Magalhães (2010); Marques-Pereira (2009); Miguel (2015); Moraes (2003; 2010); Mouffe (1992); Offen (1988); Oliveira (1985; 1986; 1989; 1993); Paoli (1991); Pellegrino (2018); Pereira (1980); Pinto (1989; 1990); Remédios (2004); Ribeiro; O'Dwyer & Heilborn (2018); Rosemberg (1984); Samara (1998); Sarti (1989; 2001; 2004); Scherer-Warren (2014); Scott (2002); Soares (1994); Tabaka (1979; 1981; 1982); Tavares; Bento & Magalhães (2004); Varikas (1996); Veloso (2018); Vidal (2017).

É importante perceber que os movimentos sociais no período da Segunda Guerra Mundial (1939-1945) estiveram na clandestinidade e que o próprio registro era uma forma de comprometimento de seus/suas integrantes. Aliado a isso, podemos compreender a tentativa de manutenção da própria existência frente ao perigo representado pelo nazi-fascismo. Porém, há algumas controvérsias em torno da participação feminista, enquanto organização coletiva, durante esse período. Eric Hobsbawm (1995: 306) argumenta que, nos países capitalistas, em oposição aos socialistas,

[...] os movimentos feministas haviam trocado a luz do sol pelas sombras, mesmo onde o triunfo de regimes fascistas e reacionários não os destruíram. Continuaram nas sombras, apesar da vitória do antifascismo e (na Europa Oriental e partes do Leste Asiático) da revolução, que estenderam os direitos conquistados após 1917 à maioria dos países que ainda não os tinham [...].

Não obstante, é importante destacar que não se pode generalizar essas ações. Várias investigadoras sociais dedicam-se a compreender como se processaram as participações de mulheres nos conflitos mencionados, o que prova a manutenção e a atuação do movimento em momentos de conflito bélico intenso. Francesca Gargallo (2006: 22) destaca a participação das mulheres na efetivação de conquistas da Resistência frente ao horror dos regimes autoritários:

Ao longo do século XX, o feminismo foi um movimento ativo, fundamentalmente pacifista, internacionalista e progressista, que organizou a resistência ao fascismo na Itália, Alemanha e Espanha, que se dedicou à defesa dos direitos das trabalhadoras e mulheres em geral (bem-estar dos trabalhadores, prestações familiares, igualdade de condições de trabalho para ambos os sexos, defesa dos filhos de mães solteiras, direito da mulher casada de preservar o seu nome, nacionalidade e património).

Além disso, a frente que representou antagonismo ao ideal franquista na Espanha, foi conduzida por mulheres (Rago, 2005). Manuela Tavares (2011: 45-77) destaca, no pós-guerra, a iniciativa de se fazer uma oposição ao regime salazarista em Portugal no espaço político. No campo cultural, refira-se o fomento de grupos de mulheres que se envolvem contra as guerras coloniais (Matos, 2017).

A partir de meados da década de 1960, as mulheres passaram a ser reconhecidas como uma força política importante, especialmente nos países do Norte da América e Europa, e, em meados dos anos 1980, em uma grande quantidade dos cursos, o número de mulheres era superior ao de homens, resultado de uma política de estímulo à vida acadêmica que começara apenas duas décadas antes. Esse fenômeno deve-se também ao que Eric Hobsbawm (1995: 306) chama de “nova consciência de feminilidade”. Essa movimentação e organização pode ser descrita, conforme mostra Mary Evans (1997: 9), como tendo profundas raízes acadêmicas, o que denota uma contribuição tanto a nível das ações práticas, como de seus fundamentos, envolvendo diversas temáticas. Com isso, proliferam os cursos

superiores sobre os chamados *Women's Studies* (Estudos sobre Mulheres), que abrirão espaço para os estudos Estudos sobre Mulher/Mulheres, Gênero e Feminismo (EMGF) (Pereira, 2017).

De modo geral, no Brasil, de acordo com Maria Luiza Heilborn e Bila Sorj (1999: 187; 195-196), nos anos 1970, a denominação comum era estudos sobre mulher. A adoção inicial dessa terminologia está associada a um embate teórico entre as tradições anglo-saxã e francófonas. Para estas últimas, a questão do gênero – expressão considerada mais adequada pelas primeiras – é demasiado próxima de uma dimensão cultural. Já nos anos 1980, as acadêmicas alteraram para estudos sobre gênero devido à incorporação desta categoria analítica e à influência crescente do modelo anglo-saxão.

Em Portugal, especialmente nos últimos anos do século XX, encontram-se diversos trabalhos com referência à expressão estudos da mulher/mulheres (Castro, 1999; Ferreira, 2001: 9), reforçada nos editoriais ou apresentações das revistas acadêmicas investigadas. Todavia, optamos pelo emprego da expressão EMGF por considerarmos que esta é mais adequada devido à amplitude desse campo de investigação. A nomenclatura foi sofrendo alterações ao longo do tempo, no reforço da dinamicidade do conhecimento e dos sentidos e usos que conferimos às expressões (Pereira, 2017; Pinto, 2009: 64).

Do mesmo modo, a introdução da categoria gênero nas investigações potencializa substancialmente a área temática, assim como a ampliação do sentido da expressão feminismo. Dito de outro modo, o feminismo é a capacidade de se perceber sincrético, apesar da subjetividade e, mesmo assim, se compreender num projeto coletivo de construção sócio-histórico de libertação da Humanidade.

O(s) feminismo(s) ou os estudos sobre gênero, mesmo no interior do universo acadêmico, não despertam os maiores fluxos de pesquisa, apesar de possuírem grande visibilidade e já se encontrarem parcialmente consolidados, mais marcadamente no interior das ciências sociais e humanas. Porém, esses estudos não desfrutam do maior prestígio no que se refere ao capital acadêmico. Karen Offen (2008), afirma, que no contexto europeu, essa concepção deve mudar. Todavia, compreendemos que essas tentativas – explícitas ou implícitas – de desmerecer os estudos feministas e de gênero são uma maneira de perpetuação do androcentrismo, que ocorre tanto no que consideramos posicionamentos ideologicamente mais conservadores, quanto nos discursos ditos progressistas (cf. Torres, 2000; Pereira, 2011; 2013) e quer no interior, quer no exterior dos espaços academicamente constituídos. No primeiro caso, deve-se a questões que vão desde a validade do conhecimento ao poder que isso envolve e, no segundo, esconde-se, dentre outros pontos, por trás do nome de um senso pseudo-moral que, de tempos em tempos, atormenta avanços políticos significativos no campo da educação, de combate à violência e à pobreza, no do acesso ao mercado de trabalho e ao campo da política de forma plena.

Lucila Scavone (2008: 173) destaca que essa lógica é motivada, em grande medida, pela ideia de perda de poder, desvalorizando-se o trabalho produzido, caracterizado como inferior, extremamente político ou, ainda, não científico. Revela, ainda, que existem fatores internos e externos a essas relações, macro e micro. Investigadores/as que se utilizam de elementos feministas, porém, não o afirmam em seus trabalhos ou mesmo o negam, pretendendo legitimar uma ideia de neutralidade.

Desconsiderar a contribuição de mais de metade da população mundial, isso se apenas relacionarmos pelo critério do sexo biológico, é, principalmente, exercer uma experiência de ciência incompleta, parcial e, por que não, discriminatória. De outro modo, pode-se dizer que negar a experiência das mulheres é afirmar que a ciência possui sexo, espaço determinado quase que inviolável e está calcada num objetivismo, em bases meramente androcêntricas e atendem a fins específicos.

Concordamos com Karen Offen (2008: 35) quando afirma que o feminismo é um projeto (em diversas dimensões, ideológica, política, social, cultural, histórica, científica, educacional) mais amplo do que as agendas de “grupo”, como as ligadas à classe, à abolição da escravidão e do antissemitismo, dentre outras. Podemos destacar o internacionalismo do feminismo como fazendo parte, ao mesmo tempo, de um processo de globalização contra-hegemônica, utilizando o termo de Boaventura de Sousa Santos (2002a). O feminismo é, em si mesmo, um movimento sem fronteiras, pois não se define apenas pela geografia dos Estados. É atemporal, principalmente no sentido de reivindicação de quebra da linearidade historicizante, e plural no que se refere às diversas concepções de identidade que contém. O feminismo é um processo globalizador enquanto ideia. Ele propõe a (des)globalização contra-hegemônica, definida como prática de construção de uma nova realidade verdadeiramente democrática, onde as colonizações (acadêmicas, da vida cotidiana, do Estado, das relações sociais em sua complexidade) não sejam mais utilizadas. Boaventura de Sousa Santos (2002a) defende que as ações promovidas de forma contra-hegemônica visam ressaltar as identidades outras que existem e emergem e que podem contribuir, de forma significativa, para o avanço do conhecimento. Donatella Della Porta (2007: 23) caracteriza os movimentos antiglobalização como capazes de serem “organizados em torno de redes estendidas para além do Estado nacional, dotados de identidades globais, que definem suas causas como supranacionais, promovendo campanhas de protesto que envolvem vários Estados”. Atualmente, o uso das redes sociais é uma ferramenta intensamente utilizada para essa finalidade. A quarta onda do movimento feminista pode ser também definida como uma dessas novas facetas dos movimentos sociais.

1.3.2. Epistemologia Feminista.

O fato de as publicações investigadas nessa dissertação se declararem feministas é, em si mesmo, um posicionamento político e epistemológico. Sobre essa última dimensão, ela é permeada, inicialmente, pelas chamadas teorias do conflito e, posteriormente, por outras concepções, com destaque para as teorias pós-coloniais e pós-estruturalistas. Com o passar do tempo, acentuam-se tendências de trabalhos mais empíricos, decorrentes de uma maior exigência por parte dos indexadores.

Mary Evans (1997: 21-22) destaca a diversidade das discussões como parte de um processo de alteração nas epistemologias, representadas mormente pela compreensão pós-estruturalista, os estudos culturais e a crítica às metanarrativas e suas fixações, o que levou a uma série de críticas por parte de estudiosos/as que chegaram a apontar para o esfacelamento do feminismo enquanto teoria social. Embora conheçamos as implicações de tais afirmações, concordamos com Yasmine Ergas (1991: 601) quando refere que a diversidade é uma qualidade dos feminismos contemporâneos. E acrescentamos que é uma atribuição de um conhecimento ativista, envolvido com as causas sociais de libertação de todas as formas de opressão.

Em síntese, nos primeiros anos de edição dessas revistas, podemos perceber a presença de um feminismo mais estrutural nestes periódicos e, numa segunda fase (fins dos anos 1990 e primeiros anos do século XXI), podemos perceber a introdução dos feminismos do Sul, feminismos negros, feminismo latino-americano.

A epistemologia feminista pode ser caracterizada pelo aspecto do privilégio na observação teórica a partir de um recorte de gênero e as relações desta categoria com a cotidianidade contextual onde está inserida (Anderson, 1995; Schiebinger, 2001; 2004; Ketzer, 2017) além de outras das quais não se pode desvincular⁵³, promovendo assim a ideia de uma intersecção de fato (Cerqueira & Magalhães, 2017). Portanto, em sentido amplo, a epistemologia feminista é uma teoria sobre o conhecimento que enfoca as contradições de gênero – construídas social, histórica e culturalmente – em diversas escalas, não se esgotando nelas mesmas, possibilitando a incorporação de novas personagens sociais nas análises. Portanto, para além de denunciar o sexismo na produção do conhecimento, a epistemologia feminista procura encontrar abordagens alternativas a fim de ampliar o potencial de suas análises e de anunciar caminhos para sair dessas condições sócio-históricas, em variadas áreas disciplinares. Visa,

⁵³ Ver. Alcoff, 1993; Calvin, 2016; Casimiro, 2012; Castañeda, 2008; 36; Davis & Hattery, 2018; Espinosa-Miñoso; Gómez Correal & Ochoa Muñoz, 2014; Longino, 2008: 513; Ochoa Muñoz, 2017; Gebara, 2000a; 2017: 63-64; Grassewick, 2011; Harding; 1996; 2007; Hardng & Hitikka, 1983; Lennon & Whitford, 2002; Mendoza, 2010; Nnaemeka, 2005; Oyèwùmí, 2004; Pereira & Santos, 2014; Silva & Oliveira, 2015: 196-200; Stanley, 1993.

assim, desvincular a produção de saber de um exclusivo determinado grupo social, étnico, com orientação sexual hegemônica e geograficamente localizado (Haraway, 1995; Gebara, 2017).

A multiplicidade de formas de compreensão é considerada enquanto experiência de vida que engrandece as maneiras pelas quais procuramos e conhecemos o mundo, apontam Ivone Gebara (2017: 45) e bell hooks (2013: 97). É um caminho para o rompimento com o exclusivismo masculinizado na maneira de conceber o ato e na experiência de produzir conhecimento. Implica pensar uma outra maneira de compreender o mundo, onde o indivíduo passa a ter sua ação ampliada enquanto participante do processo no qual está inserido. Introduce-se, assim, o corpo, a materialidade das relações e as identidades construídas, atribuídas e autodeterminadas por cada pessoa na discussão, principalmente por sermos corpos que pensam e produzem ações em complexas relações sociais.

A escrita a partir da experiência dos/as mais oprimidos/as e/ou subalternizados/as (Spivak, 1996; 2010a) é uma das contribuições de uma perspectiva feminista. Assim se evidencia a ideia de ausência de um monismo causal, a saída de um dogmatismo que expõe, de modo mais recorrente, a experiência de pensar no e para o masculino. Por meio de uma herança do pensamento racional dos séculos XVII e XVIII – decorrente de uma perspectiva cartesiana –, algumas ideias passaram a ser concebidas como verdades inquestionáveis e o domínio masculino apresentava uma garantia legal de manutenção, enquanto a servidão feminina estruturava essas bases através de metodologias que afirmavam esse prisma e que objetificaram o conhecimento de modo a excluir tudo aquilo que não possuísse tal formulação. De modo mais específico, George Ritzer (1993: 364) sistematiza as expressões e teorias que definem as linhas de pensamento da teoria crítica feminista contemporânea a partir de um questionamento que assenta no quadro social ocupado pelas mulheres nas sociedades atuais. O autor destaca as teorias da diferença, as teorias da desigualdade e as teorias da opressão.

As teorias da diferença de gênero procuram, dentre outras questões, determinar as origens das diferenças sociais entre mulheres e homens, especialmente vivências a partir de uma igualdade de situação⁵⁴. As ideias que fundamentam essas teorias são menos perceptíveis nas investigações contemporâneas (Ritzer, 1993: 368; Amorós, 2000a; 2000c), por serem, muitas vezes, caracterizadas como essencialistas. No entanto, em algum nível ainda podem ser verificadas. O seu quadro geral aponta a naturalização da diferença entre sexos baseada em vários aspectos, destacando-se os níveis biológico, psíquico e social, e leva em consideração aspectos de interação social quase estáticos, bastante fincados em papéis sociais (pré)definidos, alimentados por instituições tradicionais, como o casamento e a

⁵⁴ Ver. Ritzer, 1993: 365; Amorós, 2000a; Amorós & Miguel, 2014a; Oyěwùmi, 2017: 43-44; 48; 142.

maternidade, numa cultura falocêntrica/logocêntrica⁵⁵. Desse modo, em alguns aspectos, aqueles/as que não obedecem a tais padrões são comumente chamados de Outro. Relacionados a múltiplos fatores – morais, físicos, geográficos, comportamentais, amorosos, classistas –, lhes é imputada a diferença que, por vezes, segrega e hierarquiza. Explicações de cariz biossocial, institucional, psicossociológico e cultural são aspectos identificados (Ritzer, 1993: 365).

As teorias da desigualdade de género focam a divisão sexual do trabalho como um dado social decorrente da estruturação hierárquica das sociedades divididas em classes. Nessas teorias, a posição ocupada pelas mulheres, na maioria das situações, não só é dessemelhante da dos homens, como é especialmente menos privilegiada ou desigual (Dias, 2015: 100-101). Do mesmo modo, historicamente, as mulheres possuem menos acesso a alguns tipos de capitais, sejam o capital financeiro, social, cultural e/ou simbólico (Bourdieu, 1996a; 2002a: 37; 2004b: 39; 2007a: 79; 2013). Conforme a sociedade em causa, isso dificulta o acesso aos meios decisórios – em larga escala –, encobrendo a representatividade e inibindo o empoderamento. Esse processo ocorre mesmo quando se ocupam posições sociais análogas, ainda que levando em consideração as diversas intersecções possíveis. Assim sendo, as oportunidades passam a excluir um dado segmento social – neste caso específico, as mulheres.

George Ritzer (1993: 372) salienta que todas as teorias aqui inseridas vislumbram a possibilidade de alteração desses processos e conseqüentemente dos cenários produzidos e que essa é a grande distinção entre as teorias das diferenças de género e as da desigualdade, onde a segunda compreende a mudança e na primeira essa possibilidade é mais estática, oportunizando assim pouca margem de manobra. Os feminismos liberal e marxista são duas das correntes mais representativas desta teoria.

Já as teorias da opressão, compostas pelo feminismo psicanalítico; feminismo radical⁵⁶; feminismo socialista e feminismos da terceira onda/vaga/geração, são caracterizadas pela intensa disputa de poder e espaço, numa multiplicidade de fatores. No entanto, em relação a esta última ampliamos a discussão em relação ao que fora apresentado por George Ritzer (1993: 379), dado que há uma série de outras concepções, tais como: os feminismos pós-modernos, feminismo negro, feminismo africano, feminismo latino-americano e pós-colonial.

Há aqui uma disputa de poder (poderes) – em variados níveis – de modo geral, onde as mulheres estiveram representadas sem a consciência dele – seja a nível individual ou quando organizadas em grupos – a muito tempo. Desse modo, esse poder permaneceu sob o domínio dos homens

⁵⁵ Ver. Grosz, 1989: 33; 2013: 195; Cavana, 2000; Kubissa, 2000; Amorós & Miguel, 2014c: 49.

⁵⁶ Ver. Elizabete Silva (2008).

(substancialmente aqueles que se enquadram nos padrões da representatividade da masculinidade dominante, mas não só). As mulheres não são apenas diferentes ou desiguais, elas são oprimidas, ativamente constringidas, subordinadas, moldadas, usadas e abusadas pelos homens. Controle, uso e opressão são expressões do vocabulário dessa teoria. Para algumas das teóricas envolvidas o patriarcado é a estrutura que fundamenta todo esse processo de sujeição imposto às mulheres (em fins do século XX intensificou-se também os estudos acerca das masculinidades que asseveraram a opressão de modelos hegemônicos de comportamento para os homens, como apresentado por Connell, 1995; 2003; 2012; Aboim, 2007; Medrado & Lyra, 2008) sendo assim, a principal categoria de análise e as demais questões, apontadas pelas outras teorias já apresentadas, são derivadas com maior ou menor intensidade diante de contextos circunscritos, concentrando-se aqui sua principal diferença frente às restantes (Ritzer, 1993: 379).

Numa classificação mais recente, apontada por Isabel Dias (2015: 97), é agregada às teorias iniciais a teoria da opressão estrutural. Nela podem ser verificados o feminismo socialista assim como as teorias feministas interseccionais. Ainda conforme a autora (*idem*, 2015: 97) “o feminismo pós-modernista não conceitualiza o seu trabalho em função da questão básica acima referida, por isso, é tratado autonomamente”.

Os feminismos da terceira geração em nosso texto serão descritos e trabalhados no plural, tamanha a multiplicidade de representações por quais os feminismos desse período podem ser verificados. Posto que são desse momento um maior aprofundamento das questões que envolvem o chamado *black feminism* estado unidense, os feminismos africanos, feminismos latino-americanos, as teorias interseccionais e ainda os feminismos pós-coloniais.

Portanto, o feminismo da terceira geração pode ser caracterizado enquanto epistemologicamente combativo, metodologicamente plural e decorrente de um prisma mais localizado, sem perder de vista as relações advindas das macroestruturas, no entanto, procura compreender as ações em contextos específicos, sem universalizações. Ele é nomeado através de uma plêiade de formas.

O que recebe a designação de feminismo de terceira onda (Ritzer, 1993: 391) é constituído por uma série de perspectivas teóricas que se centram no chamado feminismo de diferença. Sua expansão se dá, de modo mais substancial, nos anos 1980. É composto por uma série de ações afirmativas de caráter identitário e cultural, embora muitas das reivindicações levantadas sejam anteriores, no entanto passam a ser sistematizadas mais concretamente nesse momento. Muitas das ações possuem uma dimensão de mobilização em movimentos de mulheres e/ou feministas que são levadas ao interior do debate acadêmico e potencializam as discussões com a ampliação de categorias, de onde gênero é uma

de suas componentes. Do mesmo modo, novas protagonistas surgem e questionam o *mainstream* que, conforme algumas teóricas apontam, procura uniformizar as mulheres a partir do momento em que negligenciavam as suas inúmeras composições, distribuições etárias, situações econômicas, conjunturas geográficas, etnias dentre tantas outras.

Desse modo, a mulher em si não engloba, reduz (enquanto uma espécie de categorização fixa). Por isso, mulheres no plural é inserida em seu lugar⁵⁷. Tendo em conta uma multiplicidade de fatores e não o estreito aspecto econômico colonizador/reductor que vigorava em alguns casos. Em vista disso, perceber que nem todas as mulheres possuem semelhantes realidades e estabelecer um diálogo entre essas pessoas, de modo a compreender essas experiências e contribuir para a eliminação das opressões.

Várias das discussões são oriundas do debate em torno do feminismo negro (num primeiro momento estado unidense⁵⁸) que levantou, de modo mais concreto, a dificuldade de acesso das mulheres negras, em comparação ao que as mulheres brancas possuíam. Especialmente no sentido de dignidade e ferramentas socialmente construídas, pois sua associação com a misoginia está também ligada a pobreza de muitas dessas mulheres, além da ausência de oportunidades e garantias de crescimento pessoal, como, por exemplo, a educação e a representatividade em diversas instituições. Assim, o feminismo negro é decorrente das experiências construídas a partir das lutas nos muitos espaços pelos demais feminismos e agrega outras agendas, tanto a nível local como global.

1.3.3. Metodologia Feminista

Metodologia Feminista, em linhas gerais, é o nome dado ao conjunto de teorias e procedimentos técnicos que visam o combate e a destruição do patriarcado, da dominação masculina e de toda sua influência nas ciências e nas vidas dos seres (Holland-Cunz, 1996), na linha do rompimento com o androcentrismo. O androcentrismo é, pois, entendido como uma radicalização do conhecimento, onde o privilégio biológico – nascer com o sexo masculino – promove a colonização de saberes, seres e formas. Essa concepção excludente é representada, em grande medida, pela hierarquização de ideias, pela supervalorização de áreas e pelo desprezo de métodos que não estejam descritos como válidos pelos cânones da ciência dominante (Haraway, 1995).

Isabel Casimiro (2012: 215) destaca a contribuição do feminismo para o conhecimento científico em vários níveis, afirmando que

⁵⁷ No entanto, o uso da expressão mulher no singular ou plural não deixa, conforme aponta Teresita de Barbieri (1993: 148), de expressar a complexidade tanto de uma ideia não fixa num tempo histórico assim como procura agregar outras mulheres ao discurso.

⁵⁸ Ver. Collins, 2000; Davis, 2016 [1981]; 2017; 2018 [1974]; Harding, 1993b; hooks, 1984; 1992; 2000; 2014.

o feminismo não é apenas uma “perspectiva”, uma maneira de olhar, não é mais uma epistemologia, uma maneira de saber; é também uma ontologia ou um modo de estar no mundo. O que pode ser considerado distintamente feminista acerca da preocupação com o processo de investigação, é que constitui um convite para explorar as condições e as circunstâncias duma ontologia feminista, com todos os seus enganos e contradições.

Afirmar a existência de uma Metodologia Feminista é, além de um comprometimento social, empreender a criação de mecanismos de mudança para a ciência de maneira ampla, (re)inventando-a. Ela advém, principalmente, de uma ampliação epistemológica, especificamente de uma Epistemologia Feminista (Harding & Hintikka, 1983; Alcoff & Potter, 1993; Stanley & Wise, 1993; Lennon & Whitford, 2002; Grasswick, 2011; Calvin, 2016). Os seus procedimentos metodológicos estão mais ligados à vertente qualitativa e suas técnicas que, não sendo completamente originais, passam a ter seus usos mais valorizados por meio dos discursos em primeira mão – o “sujeito falante”, como define Rosi Braidotti (1990: 30) – e da partilha de experiências, que podem ser reunidas através de entrevistas não estruturadas, histórias de vida⁹⁹, grupos de discussão, entre outros. Acresce a isso a valorização da subjetividade e a fuga de um reducionismo a dois gêneros. Ademais, essa valorização ocorre mediante disputas de poder no interior dos espaços de produção do conhecimento, portanto, ressaltando-se a dimensão política intrínseca a essa discussão. Assim, essa metodologia se propõe observar aspectos que até então não estavam sendo trabalhados (Ramazanoğlu & Holland, 2002). Caroline Ramazanoğlu (1992: 209) afirma que “todas as escolas de sociologia antes do feminismo” ignoraram a produção empreendida por mulheres e isso favoreceu a hegemonia do androcentrismo também nesse campo.

A Metodologia Feminista está calcada no princípio da igualdade de direitos entre os seres humanos em sua relação com a biosfera por meio de uma ampla participação democrática, tendo como premissa central ser construída através da própria experiência em conjunturas particulares, salientando a importância de uma dimensão contextual de análise. Visa, dentre outras intenções, o combate ao androcentrismo, que é uma constante por parte de teóricas/os que enveredam por essa concepção (Gargallo, 2006: 76).

Beverly Skeggs (2008: 7) realiza uma crítica ao modelo centralizador que, outrora e por um breve espaço de tempo, definiu muito do que se poderia ser ou mesmo fazer feminista, saindo de um exclusivismo ou mesmo de um discurso essencializador estereotipado. Ressalta a contribuição da teoria social feminista na medida em que trouxe grandes contributos à teoria social, de maneira geral, e uma significativa alteração no papel da(s) ciência(s) e, conseqüentemente, do(s) saber(s).

⁹⁹ Ver. Silva *et al.* 2005.

A Metodologia Feminista sofre influência de uma variedade de fontes, de uma grande diversidade de aportes teóricos e conceituais, e exige da/o pesquisadora/o um posicionamento político perante o objeto estudado (Castañeda, 2008: 12). A interdisciplinaridade é uma das grandes matrizes trazidas pela ótica feminista, no sentido de sua corriqueira aplicabilidade, ampliando a concepção de saberes, observando de maneira mais integral. A interdisciplinaridade está sedimentada, conforme aponta Paulo Freire (2001; 2012 [1968]), na dialogicidade, considerada necessária à formação do conhecimento crítico.

O feminismo acadêmico⁶⁰ é herdeiro tanto de uma ampla diversidade intelectual com a qual as mulheres engajaram-se, de modo geral, não se fechando em guetos de saberes, quanto de uma profunda batalha para afirmar-se enquanto produtoras de conhecimentos, ocupando espaços e desenvolvendo teorias, conceitos e métodos. Essa contribuição é oriunda de muitas disciplinas, nomeadamente das ciências sociais e humanas, o que não significa que as demais não ofereceram tais mecanismos (Narvaz & Koller, 2006: 651). Rosi Braidotti (1990: 35) destaca que a não participação das mulheres na “produção” do conhecimento não era mais do que a efetivação da condição de sub-cidadania a que estavam destinadas. O rompimento com esse paradigma já pode ser considerado um marco. No entanto, não é definidor por si só, dado que as condições reais não são perenes, o que significa que a luta deve ser uma constante por parte daquelas pessoas que acreditam que esse é um caminho a ser seguido.

A multiplicidade teórica não significa ecletismo, mas um fortalecimento de conceitos que consigam analisar as questões que tocam as mulheres de determinadas realidades. A Metodologia Feminista visa, entre outros objetivos, romper com o velho paradigma hegemônico que impõe normas e absolutiza padrões entre os seres humanos (Harding, 1996). Com isso, é alargado o conceito de ciência-saber, para além do que se percebe e, muitas vezes, se faz (Foucault, 2006; Lagarde, 2012: 28). Para tanto, a discussão sobre a crise de paradigmas ou, como chama Arturo Escobar (2003: 53), sobre um outro paradigma, se torna uma condição. Boaventura de Sousa Santos (2002c) destaca o papel da crise do paradigma da modernidade como um elemento significativo, onde pode-se encontrar uma possibilidade de construção de uma nova concepção de mundo-saber baseada em princípios que respeitem a alteridade e os conhecimentos plurais, não necessariamente validados pela academia. A ciência, de acordo com Boaventura de Sousa Santos (2002c), estava sedimentada em bases excludentes e, desta maneira, não há condição suficientemente capaz, a não ser em raras exceções, de uma emancipação, por meio do conhecimento, que se construa sobre tais pressupostos. Esse modelo de saber eurocentrado, produzido no Ocidente, tornou esse modelo hegemônico. No entanto, nenhum

⁶⁰ Ver também Virginia Garcia (2010).

modelo científico é capaz de abarcar tudo, portanto, acaba por excluir. O modelo que possui uma maior possibilidade de ampliação é, justamente, aquele suficientemente adaptável⁶¹.

Anibal Quijano, em seus escritos, desenvolve a ideia de divisão das colonialidades em quatro – poder, saber, ser e natureza. María Lugones (2008a; 2008b; 2011) e Breny Mendoza (2010) incorporarão a esses a ideia de colonialidade de gênero, importante contribuição da teoria pós-colonialista feminista. A colonialidade integra um projeto inconcluso da Modernidade – e de seu colonialismo – e consiste na herança baseada na hierarquização de povos, saberes, modos de ser, sentir e viver, além de estabelecer a exploração de recursos tanto humanos, quando naturais e a desumanização dos indivíduos em relação ao modelo geral europeu, tomado como referência (Quijano, 1991; 1992: 14; 1993, 2005; 2007: 93-94; 2014a; 2014b).

Anibal Quijano (2012: 53-54) traça alguns pontos para uma efetiva superação desse cenário. Destacamos aqui a ideia de igualdade social de todos os indivíduos com o respeito pelas mais diversas formas de expressão da diversidade humana; a quebra com os padrões de identidade homogeneizados; a autonomia de decisão; a igualdade real de condições sociais, com isso efetivando trabalho, produção e distribuição de recursos de forma equânime, possibilitando a livre associação de comunidades. Corroborando e demonstrando com mais detalhe as colonialidades trabalhadas por Anibal Quijano, temos Walter Mignolo (2006: 13), em relação à colonialidade do poder – “político e econômico”; à colonialidade do saber – “epistêmico, filosófico, científico e na relação das línguas com o conhecimento”; e à do ser – “subjetividade, controle da sexualidade e dos papéis atribuídos aos gêneros etc”, o qual potencializa e sistematiza o enfrentamento.

Para Maria Mies (1998: 64), uma Metodologia Feminista é uma necessidade para a ciência, com a finalidade de que esta torne-se, realmente, um elemento aglutinador, de emancipação, de promoção profunda e radical de mudança social, demonstrando a intenção política no interior do conhecimento científico. Não há possibilidade de ampliação do conceito de saber sem essa concepção, que se condiciona politicamente na efetiva modificação do *status quo*, haja vista que ele não é determinante e sim construído, portanto, passível de transformação.

A utilização de elementos não usuais pela metodologia tradicional (apresentadas na *Tabela 1*) é uma marca de rompimento de uma Metodologia Feminista. Ela representa uma transgressão aos cânones estabelecidos. Uma maneira de identificar essa inovação é evidenciando a voz da/o subalternizada/o, do/a oprimido/a, do/a silenciado/a, daquela/e concebidas/os como excluídas/os.

⁶¹ Outras importantes contribuições para a ideia de incompletude da Modernidade enquanto projeto, podem ser vistas em Walter Mignolo (2007, 2008a), Walter Mignolo, Francisco Carballo (2014) e Anibal Quijano (2005, 2014a, 2014b), Boaventura de Sousa Santos (2010a, 2010b) e Rita Segato (2013).

Patrícia Castañeda (2008) destaca o papel da Metodologia Feminista e a sua aplicabilidade na afirmação de produção de um conhecimento em associação entre todas as pessoas, independentemente de sexo, gênero, raça/etnia, classe, idade, dito de outro modo, um conhecimento que inclua e não exclua *a priori*. Para a autora, “A pesquisa feminista é intencional. Neste caso, sua intenção, como afirma a autora (Castañeda, 2008: 88), é *tornar visível a transformação*, não só para ver o que tem sido escondido da experiência das mulheres, mas para contribuir com o conhecimento necessário para erradicar os substratos de sua exclusão”.

Segundo Ana García (1998: 207), são três os elementos em destaque numa Metodologia Feminista: as categorias conceituais; a periodização; e a crítica das fontes. Esta última é particularmente necessária haja vista que, para se alterar uma concepção patriarcal (Walby, 1989; 1990) e de dominação masculina (Bourdieu, 1995; 1996b; 2002a), deve-se utilizar elementos não patriarcais, portanto um rompimento com as concepções androcêntricas. Dessa maneira, pretende-se promover, efetivamente, uma nova forma de compreensão das ciências e de seu papel social.

As ciências sociais e humanas são, de modo geral, aquelas onde mais se refletem esses aportes apresentados anteriormente. Caroline Ramazanoğlu e Janet Holland (2002: 9) sistematizam da seguinte maneira: 1. Ideias – composto por um conjunto de teorias, conceitos, consciência, conhecimento, significados; 2. Experiência (Cf. Scott, 1992a); e 3. Realidades materiais e sociais. Com variações, nomeadamente na nomenclatura, podemos encontrar esse ordenamento também em Verta Taylor (1998: 358), Marcela Lagarde (2000a: 66) e Ivone Gebara (2004: 117-118).

Tabela 1 - Esquema sistematizado de implementação de uma metodologia feminista em ciências sociais e humanas, oriundas de contribuições da sociologia, antropologia e filosofia/teologia.

Caroline Ramazanoğlu e Janet Holland	<ol style="list-style-type: none"> 1. Ideias (teorias, conceitos, consciência, conhecimento, significados); 2. Experiências (pessoal e coletiva – entra aqui o papel da reflexividade por parte de quem investiga); 3. Realidades materiais e sociais (não deslocamento).
Verta Taylor	<ol style="list-style-type: none"> 1. Perspectiva de gênero (gênero e desigualdade de gênero); 2. Acentuação das experiências das mulheres (experiência); 3. Reflexividade; 4. Métodos participativos (podendo também ser inserida a dimensão da pesquisa empírica); 5. Ação social.
Marcela Lagarde	<ol style="list-style-type: none"> 1. Multiplicidade de formas de reflexão; 2. Seminários e grupos analíticos, objetivando a militância mediante a introdução do conceito de educação popular; 3. Estudos teóricos de condições gerais de situações que as mulheres atravessam (valorização do saber local, advindo da experiência de vida de cada uma); 4. Criação de um conceito de historicidade feminina, trazendo a contribuição das mulheres para diversas áreas; 5. Divulgação do conhecimento experienciado, pois acredita-se que a visibilidade é afirmação de existência e força, impulsionando ideias e contribuições;

	6. Valorização de movimentos de mulheres e suas intervenções em favor da valorização do respeito próprio e as diversidades nas quais estão inseridas, conceito que também pode ser denominado princípio de sororidade.
Ivone Gebara	<ol style="list-style-type: none"> 1. Crítica ao universalismo da ciência; 2. Superar o idealismo masculino presente nas elaborações filosóficas que assimila as mulheres à natureza e os homens à cultura; 3. Introdução do relativismo cultural em sua positividade, isto é, afirma as diferentes formas culturais de interpretar o mundo como necessárias à vida do planeta e, ao mesmo tempo, como possíveis para avaliação crítica; 4. Promover uma ética plural em que os sujeitos refletem a partir de sua própria realidade e alcançam decisões em favor do bem comum; 5. Reivindicar diversidade e diferença diante da afirmação de uma qualidade de vida para todos; 6. Reivindicar a vida cotidiana de mulheres e homens como a primeira abordagem a qualquer pensamento científico; 7. Afirmar a interdependência entre todas as coisas e todos os níveis de nossa existência e, conseqüentemente, entre a complexidade das ciências e a importância da transdisciplinaridade; 8. Afirmar a interdependência entre tudo o que existe e se abre para uma justiça que é também uma ecojustiça.

Fonte: Ramazanoğlu e Holland (2002: 9); Taylor (1998: 358); Lagarde (2000a: 66); Gebara (2004: 117-118)

Desde já, é preciso apontar que a Metodologia Feminista não se propõe ser hegemônica (Lagarde, 2005a), tampouco a única ferramenta de investigação ou a mais correta. Ela procura ser uma resposta às velhas amarras criadas para aprisionar os saberes e excluir pessoas, culturas, formas de ser e de agir. Relacionamos esta situação com uma conhecida descrição de Simone de Beauvoir (2005: 82) segundo a qual o oprimido é, muitas vezes, coautor das ações de seu opressor sem ao menos se dar conta disso: “o opressor não seria tão forte se não tivesse cúmplices entre os próprios oprimidos”⁶². Desse modo, busca-se romper com esse quadro de manutenção, ultrapassando-o.

A introdução dessas concepções trouxe a ideia de autovalorização feminina (e, em alguns casos, feminista), assim como de autoestima (Lagarde, 2000a), fruto de uma concepção de autoconhecimento que acarreta um real sentido de empoderamento. Visa, ao mesmo tempo, encontrar e valorizar a subjetividade inserida na coletividade, sendo diversas essas manifestações nos feminismos (Lagarde, 2012).

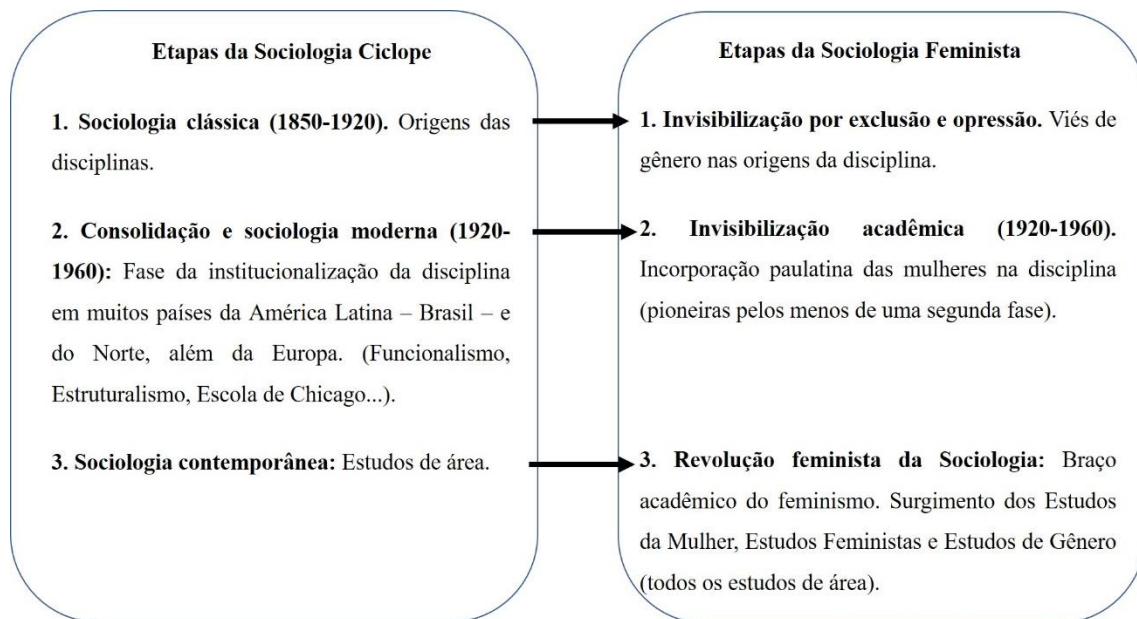
Uma Metodologia Feminista implica, dentre outros aspectos, romper com o meramente descritivo e factual, possibilitando uma ampliação do arcabouço teórico que evidencia uma multidimensionalidade de estruturas que sirvam para analisar as condições de vidas das diversas formas de existir das mulheres – em diversos níveis –, levando em consideração as relações geográficas, históricas, culturais, econômicas, políticas, jurídicas, entre outras. Ela pretende romper, assim, com dicotomias como privado/público, mulher/homem, objetividade/subjetivismo, e ampliar os sentidos e

⁶² Essa perspectiva é trabalhada também por Paulo Freire (2012 [1968]), num outro contexto, relativamente a ausência de uma educação emancipadora, numa espécie de reflexo de ações opressivas. Pode também ser encontrada em Joan Kelly (1984: 2-3) e Marcela Lagarde (2012: 429).

significados de conceitos como, por exemplo, família num modelo patriarcado, ciência baseada no androcentrismo. Todavia, ela ainda não se aplica a toda produção científica, carecendo de debates e do rompimento com os modelos tradicionalistas de alguns saberes.

Analisar o objeto levando em consideração o gênero como uma categoria que permeia tantas outras é condição de uma pesquisa feminista, principalmente da que utiliza uma Metodologia Feminista. Todavia, a dimensão de gênero, associada com raça/etnia e classe é fundamental não somente para a teoria feminista. No campo da Sociologia, trata-se de fazer o que propõe Raquel Torres (2016: 99), uma sociologia que não seja ciclope, monista, associada ao que Pierre Bourdieu (1989) chamou de monoteísmo metodológico. Pretende-se que o universo teórico e metodológico da investigação encarne possibilidades de abertura à compreensão de fenômenos até aí não observados ou não trabalhados. A seguir expomos uma figura que contém as principais fases e distinções entre sociologia cíclope e sociologia feminista.

Figura 1 - Sociologia ciclope vs. Sociologia feminista



Fonte: Torres (2016: 102, grifos nossos).

Para a Metodologia Feminista, a objetividade científica é, na verdade, procedente de uma concepção de cunho eminentemente positivista, dicotômico, factual, sectário, hierarquizante. Sendo assim, critica-se o pretense caráter universalista e objetivista da ciência, evidenciando que o conhecimento é situado (Haraway, 1995) mediante a incorporação de novos percursos, como, por exemplo, a (auto)reflexividade (Maxey, 1999) enquanto categoria analítica (Santos, 2002c; Nevez & Nogueira, 2006).

A ideia de objetividade, muitas vezes, estava atrelada à neutralidade do/a pesquisador/a. Como destaca Donna Haraway (1995: 18), todo conhecimento é situado, portanto, decorrente de uma determinada visão (temporal e conjuntural). A autora propõe uma objetividade feminista que “significa, simplesmente, saberes localizados”. Ela procura observar como essa objetividade é constituída, tendo em mente que sem analisar as relações edificadas entre sujeito e objeto, esse processo não é efetivado. Possuir engajamento político, no interior da produção científica, não significa, por si só, que a/o pesquisadora/o irá comprometer os dados, sequer os resultados. Conforme as autoras que utilizamos em nosso texto, numa investigação feminista não se pode fugir de um engajamento concreto com a análise (Ramazanoğlu, 1992). A investigação implica não tentar aniquilar uma potência humana que é ser um “animal político”, como afirmava Aristóteles (1991)⁶³.

- **Feminismo Sociológico⁶⁴**

Concordamos com Sylvia Walby (2011: 2) quando afirma que houve um profundo impacto causado pelo feminismo na Sociologia. Isto evidencia o que de fato irá ocorrer na maior parte das academias. Podemos observar diversas mudanças nas perspectivas epistemológicas, metodológicas, conceituais, teóricas e estas, em sua relação com a sociedade, em muitos casos, alterando comportamentos, fomentando debates e ações coletivas para além das individuais, somando-se a criação de movimentos, locais de discussão, associações de apoio, entre outros.

No que se refere as academias, podemos destacar a criação de disciplinas de Estudos de Mulher(es)/Gênero (Walby, 2011: 3; Pereira, 2017), além de cursos de pós-graduação, mestrados e doutorados, na área e, mais recentemente, os estudos sobre as Masculinidades que, de forma geral, trabalha a dimensão de construção social dessa tipologia de masculinidade, de onde pode ser analisada a ideia de dominação masculina (Bourdieu, 1995; 1996b), numa evidente relação de poder.

Todas essas formas estão nomeadamente constituídas por uma profunda interdisciplinaridade e multidisciplinaridade, dado esse que se encontra como uma realidade tangível, decorrendo não de uma exclusividade da sociologia, enquanto ciência, e sim de um fenômeno circunscrito em diversos outros saberes disciplinares referentes às ciências humanas e sociais.

⁶³ Ver também Hannah Arendt (2002).

⁶⁴ Esse tópico é uma exposição condesada de um material apresentado no V Congresso Internacional de Jóvenes Investigadorxs con Perspectiva de Género (2020) em co-autoria de Joana Teixeira Ferraz da Silva e Rafaela Sofia Gonçalves Ribeiro. Para mais ver. Régo; Teixeira & Ribeiro (2020). Disponível em <https://e-archivo.uc3m.es/handle/10016/32373>, acesso em julho de 2021.

O Feminismo Sociológico pode ser percebido no cruzamento entre ativismo político, podendo ser exercida no interior de organismos institucionalmente constituídos, tais como partidos políticos e sindicatos, assim como, em associações de bairros, movimentos sociais – rurais ou urbanos, no interior de grupos religiosos e a produção acadêmica. Por sua vez, manifesta-se, através de um compromisso com a causa e intensão de alteração do quadro nos mais diversos níveis. Pretende ser um caminho de desconstrução de privilégios, socialmente erigidos, que inserem o masculino enquanto norma comum (Schouten, 2011).

Os processos de mudanças, fomentada pela crítica feminista, reivindicam a garantia de direitos para esses indivíduos que estavam excluídos do processo de análise, não sendo objeto destas. Em grande medida, essa problematização fora desenvolvida pela primeira geração do movimento feminista, em fins do século XIX e primeiras décadas do século XX, assim como a discussão em torno do acesso à educação e do voto universal.

Lucila Scavone (2008: 173) propõe três problemas básicos para ajudar na reflexão crítica sobre a ciência exercida pelas feministas, são elas: a validade, mediante o envolvimento de quem pesquisa, através de sua atuação; as abordagens teórico-metodológicas sob as quais a sociologia está inserida e das quais pode dispor para aprofundar suas análises; e a própria alteração promovida atendendo a introdução de novas abordagens, conceitos e temas, que, por sua vez, foi inserida especialmente através do ativismo de teóricas acadêmicas que reivindicavam uma nova maneira de observar e compreender o conhecimento.

Então, a crítica feminista é exercida, dentre outros aspectos, em relação ao ocultamento da participação das mulheres na produção de saberes, evidencia a ideia de poder-saber (Foucault, 2006) exercida pelo elemento pretensamente universal, o masculino (o falso neutro). Constitui-se enquanto uma quebra ao hegemonismo e ao monismo, não só acadêmico, em busca de uma ampliação dos cânones. É, de modo muito evidente, intentar não construir o que Bourdieu (1989: 25-26) denomina como “monoteísmo metodológico”. Longe disso, ela implica em não cair num monismo conceitual, numa inquietação constante por parte de quem pesquisa. É não se deixar enveredar pela ideia de que exista uma única maneira de procurar enxergar e analisar as sociedades e seus impactos sobre o/os ser/seres. É não tentar observar todas as problematizações a partir da uma mesma ótica, percebendo que os saberes são localizados, assim como quem os produz (Haraway, 1995). Ou ainda, não cair na tentação de profetizar soluções, ou mesmo de sacralizar teorias. É poder problematizar os temas percebendo-os enquanto espaços de opressão, procurando combatê-los, não se apropriando dos discursos alheios, pondo-se no lugar de outras pessoas.

O Feminismo Sociológico é também oriundo da emergência da visibilidade em relação à contribuição das mulheres cientistas, pois ultrapassa a produção feminista deste saber. Na medida em que se evidencia esta produção, possibilita levar em consideração outras subalternizações que se agregam a ela, como, por exemplo, a negligência das academias do Sul, a partir do que é denominado por Raewyn Connell (2012) enquanto metrocentrismo ou teoria do Sul, e a priorização das academias do Norte, global e teórico, ditando as regras para os demais centros de pesquisa do mundo.

Em outras palavras, o Feminismo Sociológico é a procura por demonstrar a ampliação do contributo e participação feminista na efetiva produção da ciência (Fox, 2001; Guevara, 2010; Harding, 1996; Keller, 1991; Schiebinger, 2001; Scott, 1992a; 1992b; 1998), quebrando barreiras, desconstruindo estereótipos e expandindo as fronteiras dos saberes (Skeggs, 2008: 679). A efetiva construção do conhecimento, identificado aqui como oriundo de uma contribuição feminista, ainda possibilita ir para além do exposto, na medida em que desconstrói o mundo balizado pelo binarismo sexual (mulher-homem) que procura rotular identidades, buscando “normatizá-las”.

O Feminismo Sociológico é então executado, dentre outros contornos, a partir de uma profunda interdisciplinaridade que, por sua vez, se configura desde a ideia de diálogo e de construção coletiva do conhecimento, não o isolando em si mesmo, crescendo por meio do debate e da contribuição de outras formas de manifestação dos saberes. Essa interdisciplinaridade não pode ser confundida com um relativismo teórico, enquanto uma resposta que sirva a determinada pesquisa por conveniência de quem a executa, forjando-a.

Uma outra possibilidade que o Feminismo Sociológico implica é, de fato, na revisão profunda acerca do campo de investigação das ciências sociais e humanas, no que se refere a implicação de maior reflexividade, experiência de quem pesquisa, por meio da introdução de novas teorias, conceitos, consciência e conhecimentos com dimensões de engajamento teórico e político. Todavia, essas concepções não são frutos unicamente das contribuições feministas, podendo ser encontrados em outros autores antes da Segunda Geração. No entanto, ressaltamos a retomada desses preceitos como pontos significativos e necessários a produção do conhecimento.

Esta, por sua vez, não se limita ao aspecto teórico, mas também avança sobre o arcabouço metodológico, especialmente em relação ao olhar que o conhecimento possui mediante a inserção da mulher – e do feminino – nas relações de poder (Foucault, 2006), saber (Guevara, 2010; Keller, 1991), classe (Walby, 1990), dentre outras, assim como métodos mais participativos, tal como a dimensão da metodologia qualitativa (Ramazanoğlu & Holland, 2002: 9; Taylor, 1998: 358), e utilização de um conjunto de associação de técnicas de investigação. Ou ainda, a partir da ampliação trazida pela

implementação da discussão sobre o igualitarismo (fruto de uma concepção de feminismo liberal com conotação burguesa), compreendida, na maioria das vezes, como reivindicação das feministas da Primeira Geração, da mesma maneira que, mediante a introdução das questões relativas às discussões de gênero, que perpassam diversas categorias, tais como: etnia/raça, classe, identidade, geração, trabalho, saber-poder, dentre outras.

Todavia, não adianta quereremos creditar apenas a esse aspecto as limitações que são marcas de um contexto histórico muito mais profundo. Os indivíduos são influenciados por essa construção cultural que vislumbrava a segmentação como traço natural. O movimento feminista impulsiona esse outro olhar de pertença e passa a oportunizar também às mulheres – e com elas outras tantas categorias que foram chamadas de minoritárias – no lugar de produção de discurso.

O campo de investigação é expandido, introduzindo assim uma concepção de multidimensão, trazida mediante esse alargamento, ela implica em lançar mão de novas formas de atuação por parte de quem investe na pesquisa, utilizando diretrizes de outros saberes. Com isso, incluindo o papel de ativismo e fugindo da pretensa neutralidade, que baseou, durante bastante tempo, as pesquisas científicas, notadamente aquelas com perspectivas mais conservadoras da sociedade.

A multidimensão que evidenciamos está ligada a diferentes temporalidades que coexistem em espaços-tempos distintos. Por exemplo, em algumas realidades grupos de mulheres que discutem questões salariais, ingresso ao ensino superior, ao passo que outras lutam por liberdade da violência doméstica, outras, por sua vez, por afirmação sexual, questões de saúde e inserção na política, ou ainda pelo combate à miséria e desnutrição dos corpos. Isso implica dizer que os diversos contextos não são em si mesmos homogêneos, inclusive pelas questões regionais de cada conjuntura envolvida na pesquisa possui. A concepção de que o tempo histórico não é si mesmo homogêneo, foi um outro contributo incorporado aos estudos feministas e de gênero: analisar as diversas realidades interligadas, porém respeitando suas próprias constituições.

A partir do exposto, as concepções advindas do Feminismo Sociológico baseiam-se, em regra geral, na crítica frequente aos determinismos e universalismos sob os quais uma grande parcela do conhecimento científico está sedimentada. Sendo exercida pela teoria social feminista, possuindo aspectos de incorporação de outras categorias, tais como o feminismo negro, o feminismo dos países colonizados, a introdução do conceito de dominação masculina em somatório ao de patriarcado, a crítica a ideia de um feminismo hegemônico, entre outros.

2. Publicações periódicas acadêmicas feministas

O feminismo é feito de palavras e gestos. Sempre no plural quanto às formas, por isso o correto seria falar em feminismos de textos e movimentos. O singular me permite, ao menos no instante, pensar no que nos aproxima e escapar do que anima nossas diferenças (Diniz, 2015: 47).

É importante perceber a complexidade da fundação dos EMGF em qualquer uma das realidades investigadas – Brasil, Moçambique e Portugal –, especialmente pelo fato de não se possuir um substrato teórico-metodológico circunscrito próprio, um caminho do conhecimento específico, como se definiam noutras áreas. Destacamos, ainda, o papel que o pioneirismo⁶⁵ de algumas pessoas, especialmente mulheres, exerceu nesse processo, somado à procura de inclusão num espaço marcadamente determinado e que, nesse instante, não estava, assim como, em alguns casos, ainda mostra não estar preparado para a recepção de outras maneiras de dividir poderes. É a face visível de um processo violento que as pessoas pioneiras decidiram percorrer, incluindo o desenvolvimento de suas habilidades no campo profissional ou a intenção de propiciar o desenvolvimento de um estudo/investigação e criar, com isso, alguma referência nesse campo de saber. Isso não significa afirmar que todas as pessoas pioneiras já conheciam todos os processos que iriam atravessar, mas reafirmar a ideia de aprender a fazer durante o percurso, quase que artesanalmente.

O vanguardismo dessas ações não pode deixar de levar em consideração as consequências que acarretou para estas mulheres (positivas e não tão positivas nas diversas áreas de suas vidas), assim como não devemos romancear esse caminho constituído, tornando-o idílico aos olhos de quem não está inserido no próprio contexto de produção. É imperativo ter em mente o que Donna Haraway (1995: 22-23) fala sobre a “apropriação da visão dos menos poderosos” e considerar que, por ser assim, ela é a que deve prevalecer sem levar em consideração diversos elementos. Assim como as demais, essa ação também não é “inocente”.

Mary Evans (1997: 29) destaca que a expressão Estudos sobre a Mulher passou a ser politizada para que se auxiliasse no processo de efetivação da área na esfera acadêmica, de modo mais concreto em alguns países da Europa e América do Norte. No seu processo de emergência, os EMGF representaram, para um grupo acadêmico mais conservador, a ideia de um Outro. Essas disputas de

⁶⁵ Pioneirismo muitas vezes celebrado e noutras tantas vezes esquecido e que traz consigo uma enorme carga pessoal, especialmente pelo fato de embrenhar-se, na maior parte das vezes, em caminhos incomuns, e se deparar com resistências. Para ampliar a ideia ver Maria do Mar Pereira (2018).

espaço evidenciam as tensões de poder em seu interior. Segundo Sueli Carneiro (2005: 11), medidas semelhantes procuram camuflar um racismo não somente epistêmico, como estão de acordo com os discursos hegemônicos do capital. Assim sendo, em sua maioria, reproduzem a composição hierárquica social na qual estão inseridas.

Uma das formas de organização foi a partir da criação de associação entre essas mulheres, feministas acadêmicas, em grupos de pesquisas no interior dos centros universitários e/ou departamentos desde os anos 1970 (Evans, 1997: 180), por vezes com contornos ativistas. Elas passaram a unir esforços para buscar maneiras de combater e, acima de tudo, romper com a misoginia e com o androcentrismo das estruturas que compunham o cenário de suas práticas cotidianas, profissionais ou não. Daí surgem as associações de Estudos sobre a Mulher/Mulheres na maior parte das universidades do Ocidente, mais ligadas às ciências sociais e humanas, em forma grupos interdisciplinares. A divulgação de suas produções também se deu através da criação de revistas acadêmicas feministas, além de livros e outras formas de comunicação seja com os pares, ou com a sociedade de modo mais geral.

Essas associações e/ou grupos de investigação são sinais de uma forte pressão exercida por parte dessas acadêmicas na tentativa de efetivação de posturas menos rígidas através de parcela das coordenações e direções dos departamentos/centros universitários, seja a nível de busca de financiamento de suas investigações ou no impulso à entrada de outras mulheres nesses espaços, no sentido de que ocupá-los é também sinal de pertença. Desse modo, passam a ser considerados como ganhos sociais, profissionais e de gênero, na medida em que se percebe as quebras com ordenamentos conservadores.

Em fins dos anos 1970, também ocorreu a implementação de periódicos sobre estudos feministas ou das mulheres (Evans, 1997: 38), sendo os espaços acadêmicos dos EUA, Grã-Bretanha e França os primeiros a desenvolver de forma contínua essa prática (Soihet & Costa, 2008)⁶⁶. Conforme aponta Marisa Navarro (2004: 60), todos são revistas interdisciplinares e caracterizam-se por uma autodenominação feminista, não necessariamente de uma mesma perspectiva teórica, porém, com um objetivo comum que é empreender um amplo processo de combate à opressão das mulheres – vocabulário muito comum durante a década citada. Nesse momento, havia a ideia de que uma revista de Estudos das Mulheres (*Women's Studies*) era, em si mesma, uma maneira de inseri-las de forma concreta no cenário acadêmico, além de divulgar suas experiências, pensamentos e pesquisas,

⁶⁶ Foram fundadas seis revistas acadêmicas feministas nos EUA durante a década de 1970. A primeira surge em 1972, a *Feminist Studies*, seguida pela *Women's Studies*, também no mesmo ano. Já em 1975 são publicadas a *Frontiers: A Journal of Women's Studies* e a *Signs: A Journal of Women in Culture and Society*. No ano seguinte, surge a *Psychology of Women Quarterly*, em 1978, a *Harvard Women's Law Journal*. Em 1979, é criada a *Feminist Review*, no Reino Unido, reforçando o pioneirismo anglófono.

especialmente em áreas onde eram minoritárias ou onde possuíssem dificuldade de acesso a publicações.

Já no início dos anos 1980⁶⁷, empreendeu-se a tentativa de especializar, cada vez mais, as discussões veiculadas por essas revistas. De mais a mais, é o período marcado pelo surgimento do maior número de publicações acadêmicas feministas⁶⁸.

Um outro objetivo destacado de uma publicação acadêmica feminista está no fato de que é utilizada também como elo entre comunidade – movimentos sociais e/ou outras organizações feministas – e a academia. Este aspecto foi tomado como referência na constituição de revistas em outros contextos.

Maria Margaret Lopes e Adriana Piscitelli (2004) apontam que as publicações periódicas feministas podem ser também mais um elemento de fundamentação e ampliação das discussões em torno da temática em que estão inseridas, num espaço interno, além disso mantendo algum nível de relação com outras realidades. As publicações feministas podem ser compreendidas como uma espécie de termômetro de como se comporta(m) o(s) feminismo(s) nos contextos em que está(estão) inserida(s), principalmente pela demanda corriqueira por alimentar as edições de cada ano, tanto num contexto micro, quanto macro. Isso nos faz perceber uma construção teórica num tempo mais próximo que a historiografia denomina enquanto tempo presente. E ainda destacamos que seus trabalhos são, em sua maior parte, apoiados tanto na experiência pessoal associada à crítica às teorias sociais, como vistos enquanto atos políticos concretos.

No início da década de 1990, podem ser identificadas publicações feministas acadêmicas periódicas em língua portuguesa. Em 1991, a revista *Estudos Moçambicanos*⁶⁹ edita o primeiro de seus números dedicado aos EMGF. No Brasil, são criadas a *Revista Estudos Feministas (REF)* e a *Cadernos Pagu*, em 1992 e 1993, respectivamente. No ano de 1999, em Portugal, são veiculados os primeiros números de *Faces de Eva. Estudos sobre a Mulher e ex æquo*.

Obviamente que o fenômeno do aumento de pessoas interessadas nos chamados estudos sobre as mulheres se dá também, na esfera acadêmica, por meio da aplicação e ampliação de elementos analíticos – dos quais a categoria gênero é, talvez, o mais exemplificativo –, no entanto, não permanecendo apenas neste. Destacamos a raça/etnia e classe (Harding, 1993a; Saffioti, 2015), que

⁶⁷ Em 1981, surge a *Women and Politics*, dedicada à ciência política; na França; posteriormente com edição franco-suíça, a *Nouvelles Questions Féministes*, herdeira da revista *Questions Féministes*, de 1977, (Pinto: 2009: 6); em 1986, publica-se o número um de *Hypatia*, revista de filosofia e, no ano seguinte, *Gender and Society*, que empreende discussões ligadas à filosofia. Obviamente, esse caráter aparentemente mais objetivo não determinou que não houvesse a interdisciplinaridade como profunda marca das publicações feministas. Em 1991, na França, surge também a *Cahiers du Genre*.

⁶⁸ Destacamos aqui publicações feministas de várias realidades e editadas em diferentes temporalidades. Pela não disponibilização em ambiente virtual dos primeiros números das mais antigas noutros contextos, não as citamos aqui. No entanto, destacamos que há um grande nível de proximidade entre as revistas referidas aqui. Para o continente africano, destacamos (Mama, 2002a); Brasil (Lavinias, 1992; Piscitelli, 1993); Espanha (Nash, 1990: 2-3); Estados Unidos (Gross & Gardiner, 1972; *Feminist Review*, 1979); França (*Nouvelles questions féministes*, 1981; *Cahiers du GEDISSI*, 1991); Itália (*Storia delle Donne*, 2005a; 2005b); México (Lamas, 1990) e em Portugal (Castro, 1999; *ex æquo*, 1999).

⁶⁹ A publicação tem início em 1980, no entanto não é exclusiva dos EMGF, por isso mesmo o destaque para o ano de 1990.

não ficaram sem resposta. Os julgamentos foram muitos, especialmente por parte das ordens de manutenção do androcentrismo existentes no interior dos espaços acadêmicos. Os trabalhos de mulheres feministas passaram a sofrer críticas, em alguns casos, desproporcionais, por parte de seus pares, que passaram, como aponta Mary Evans (1997: 182), de críticas no campo científico para o campo político. Essas críticas circundam em torno da ideia de não associação entre academia e ativismo, como se, nesse espaço, apenas fosse construída “ciência” e nele não existissem disputas de narrativas e poder. A dimensão política não deve servir de obstáculo para a efetivação de forte rigor metodológico. Não acreditamos que uma dimensão anula a outra. Esse debate, como nos lembra Joana Maria Pedro (2008: 88), ainda é bastante presente e, em alguns casos, exercido de forma velada, como salientou Maria do Mar Pereira (2012a; 2017).

Desse modo, destacamos o posicionamento político contido nas análises dos EMGF: o feminismo é político, possui lado, não é “neutro” (Soihet & Costa, 2008). Maria do Mar Pereira (2012a: 296), referindo-se ao contexto acadêmico em Portugal, caracteriza como “reconhecimento desdenhoso” a maneira como muitos acadêmicos observam e se referem às discussões sobre a contribuição dos EMGF, ao mesmo tempo num sentido de valorização e, por outro lado, sublinhando a sua intensa especialização enquanto forma de conhecimento, não sendo, por isso, suficientemente amplo. Mesmo diante de cenários adversos, os EMGF avançaram, cresceram, tanto em importância, como em utilização, nas mais diversas realidades acadêmicas no mundo, e procuram contribuir, ainda mais, para a produção de um conhecimento que auxilie, dentre outras questões, nas quebras das profundas assimetrias e na promoção da equidade entre gêneros.

2.1. Contributos e questões de ordem política

Uma publicação acadêmica, seja ela feminista ou não, vai muito além de um mero suporte que compila ou divulga artigos, ideias, conceitos, problemáticas e questões. Ela é uma forma de exercer o lado político da ciência (o que, por si mesmo, não sinaliza uma tendência mais conservadora ou progressista, essa dimensão não é central em nossa análise). O conhecimento científico é construído a partir dessa relação de exposição e diálogo, especialmente entre os pares, que podem ser compreendidos enquanto indicadores de uma dada produção (Beleli; Lopes & Piscitelli, 2003: 243). Além disso essas publicações estabelecem uma espécie de complementação ao mercado editorial, de maneira mais célere, devido à sua periodicidade e ao seu formato de divulgação.

As revistas acadêmicas feministas são, ao mesmo tempo, uma comunicação científica que exprime um posicionamento político. Essa dimensão é destacada especialmente em seus primeiros números, nos editoriais e/ou apresentações. Em nossa leitura, esse posicionamento não implica uma inferiorização do conhecimento produzido ou veiculado, tampouco sua validação, para além de descortinar essa fração de poder hierarquizadora.

Paula Torricella (2001: § 36) também define algumas características das publicações periódicas feministas, destacando suas dimensões política, científica e de mercado. Para a autora, as revistas não devem apenas ser pensadas como espaços de divulgação, posto que procuram visibilizar discursos (mais circunscritos ou não a espaços geográficos, observando sua aplicabilidade no campo; aqueles propostos por minorias políticas, ou ainda, traduções de textos referenciais do campo feminista oriundos das mais diversas correntes epistemológicas), assim como buscam ampliar aquilo que os mercados editoriais oferecem. Também é salientada, pela autora, a dimensão da troca de experiências e teorias. A esse propósito, afirma que “Uma revista é um dispositivo inevitável para pensar sobre o tráfego transnacional de teorias e conceitos, uma vez que organiza traduções e divulgações de tópicos discursivos, terminologias, debates, etc.” (*idem*, 2001: § 40).

Um periódico acadêmico feminista configura-se também enquanto um projeto alternativo de intervenção social exercido por meio de uma pedagogia que visa valorizar aspectos pouco abordados, como os estudos sobre as mulheres, sua participação nos processos de construção de conhecimento e problemáticas mais específicas, na medida de reconhecimento dessas contribuições, dado que a visibilidade é também um ato político. Todavia, o que mais o caracteriza como tal é a autodefinição.

Uma das contribuições de Cláudia de Lima Costa (2003b) é a ideia de que as publicações com maior impacto teórico são aquelas em que o grau de abstração é mais amplo, com isso podendo ser aplicadas a um maior número de lugares e temporalidades, portanto, a regionalização temática possui uma menor absorção devido ao fato de a problemática ser mais específica, embora atravessada pela multiplicidade de demandas internas. Esse nível de abstração exigido não elimina a intencionalidade da escrita ou o lugar e os aspectos culturais que perfazem o pensamento de quem escreve. Além disso, os periódicos, como apontam Cláudia de Lima Costa e Sonia Alvarez (2013: 581), possuem também o papel de “mediadores culturais”, pois publicam traduções, reforçando o tráfego transnacional de teorias.

Maria Margaret Lopes e Adriana Piscitelli (2004) chamam a atenção para a política científica de editoração⁷⁰ no caso específico do Brasil, mas o exemplo pode servir como referência para outras

⁷⁰ Em muitos dos principais periódicos feministas, de temporalidades e espaços geográficos distintos, o comprometimento político é imperativo. Sobre isso, ver Lena Lavinas, 1992; Adriana Piscitelli, 1993; Editorial, 1999; Zília Osório de Castro, 1999; Claire Moses, 2009: 19; Patricia Roux & Christine Delphy, 2009; Sérgio Vieira, 1992.

experiências, especialmente para os países semiperiféricos ou periféricos na qual nossas realidades de análise estão inseridas em diversos níveis. Elas informam que tanto uma história, quanto uma sociologia da ciência passam a ser produzidas a partir da intensificação dos processos de difusão desses periódicos, além disso com grande incentivo para a solidificação de uma determinada área – em nosso caso, os EMGF –, demonstrando, assim, o impacto e a relevância dessa forma de veiculação político-científica. Nesse sentido, ainda refletem sobre a capacidade de manter essa rede de contatos criada a partir das relações entre acadêmicas e a sua relevância para um maior desenvolvimento científico em seus cenários de atuação. As autoras afirmam que

Nos países não centrais, o problema das publicações acadêmicas é considerado um dos desafios cruciais para o desenvolvimento da capacidade científica nacional e regional. As revistas, que garantem prioridades de temáticas e abordagens, constituem condição indispensável para a efetividade da comunidade como um todo. São percebidas como elementos-chave no estabelecimento de sistemas de pesquisa independentes. Supõe-se que a colaboração entre os cientistas de um país e de uma região, como, por exemplo, a latino-americana, pode viabilizar o desenvolvimento de massas críticas em campos específicos, contribuindo para a criação de redes mais autôcentradas que valorizem suas próprias pautas investigativas (Lopes & Piscitelli, 2004: 117).

Maria Margaret Lopes e Adriana Piscitelli (2004) ainda destacam os grandes desafios que existem em torno dessas questões e, de modo muito concreto, quando essas áreas do conhecimento ainda não estão consolidadas ou possuem poucos estímulos em termos de recursos e/ou financiamento. Diante dessas informações, podemos evidenciar disputas internas de poder em torno de orçamentos, entre outras variáveis, para além de uma proposta editorial.

A composição dessas revistas é, na maioria das vezes, preenchida pelo corpo científico que irá dirigi-la; circunscrito a um espaço acadêmico; adequando-se às normas/critérios de avaliações científicas, podendo estes ser nacionais ou internacionais. A criação de um suporte formado por especialistas nos temas de que serão avaliadoras/es (na maioria dos casos, que exercem um trabalho não remunerado e pouco valorizado) também constitui esse corpo. Assim, geralmente em deliberações comuns, têm início as chamadas/convocações e recepções de trabalhos, contando com a colaboração material de uma série de investigadoras/es, nacionais ou estrangeiros, e a produção dos números/volumes e sua divulgação. Adicionamos, ainda, questões relativas ao *status* que a publicação pode vir a ter, ou seja, a projeção que pode dar a um grupo/projeto. Desse modo, podemos perceber as diversas perspectivas que o tema desperta.

As revistas acadêmicas feministas são também uma forma de agregar um conjunto de produções de várias localidades, a depender de seu desenho editorial e de sua capacidade de organização e

articulação, seja a nível de edição (periodicidade e dimensão), seja de ampliação temática, além de autorias.

Até aos anos 1990, a veiculação de trabalhos feministas em língua portuguesa, nas realidades investigadas, não era levada a cabo em periódicos temáticos⁷¹. Estas publicações estavam dispersas em variados formatos (livros, atas de congressos, monografias), assim como em revistas de áreas comuns, notadamente das ciências humanas e sociais (Heilborn & Sorj, 1999: 192). Nessa década, ocorre um fenômeno de aglutinação destes trabalhos em revistas voltadas para a temática específica dos EMGF.

A dimensão de associação das publicações de livros e revistas especializadas (oriundas de vários campos disciplinares) trouxe tanto o aumento de trabalhos, como o interesse e a especialização em cursos na área a partir de três fenômenos, como destaca Michelle Perrot (2005: 15-17): científicos, profundamente marcados pela crise dos paradigmas; sociológico, mediante o maior ingresso de mulheres nas universidades (estudantes e docentes), que passam a, de forma concreta, feminizar o ensino⁷², e político, sobre o qual já tecemos considerações anteriormente. Além disso, destacamos a formação de novas/os investigadoras/es da temática. Obviamente que todo esse processo fomentou intensos debates no interior dos espaços acadêmicos e acabou por ser difundido pelas próprias publicações.

Todavia, para alguns/as teóricos/as, a necessidade de inovação das discussões do feminismo acadêmico, e não exclusivamente deste, solicitaram a ampliação das epistemologias. A mudança da geopolítica mundial, atrelada aos mercados globais, à dissolução de fronteiras, à fundação de blocos econômicos, estimulou outras discussões que não estavam em pauta até então. Além disso, o Norte, geográfico e teórico, por si só, não conseguia/consegue responder a todos os questionamentos que surgiam/surgem. Outras epistemologias eclodiram. No caso dos EMGF, os países periféricos passaram a contribuir, cada vez mais, por meio de novas teorias de explicação de suas realidades sócio-históricas, o que inclui estudos em diversos campos, tais como: religiosidade, classe, etnia/raça, política, ecologia, discussão em torno da violência, dentre outros. São também receptores de epistemologias já experienciadas, principalmente, nas academias do Norte, que estimulam suas contribuições, devido a diversos fatores, nomeadamente, as migrações humanas e, conseqüentemente, teóricas⁷³, decorrentes da globalização.

⁷¹ Há algumas indicações de balanços realizados por áreas temáticas tanto no Brasil (ver Heilborn & Sorj, 1999), quanto em Portugal (especialmente o volume 5, de 2001, da revista *ex æquo*).

⁷² De fato, essa temática de análise não é recente nas discussões feministas. No entanto, centrava-se, na maior parte das vezes, no domínio da educação básica, nomeadamente nos anos iniciais da feminização do ensino, como destaca Guacira Lopes Louro (2008).

⁷³ Acerca do tráfego e do tráfico de teorias e algumas de suas implicações ver, no primeiro caso, Cláudia de Lima Costa (2000; 2003a; 2010; 2013), e Cláudia de Lima Costa & Sonia E. Alvarez (2009; 2013). Já para os segundo, ver Cláudia de Lima Costa (1998; 2002).

Isso salienta bastante o caráter relacional e a interligação que os países possuem atualmente, especialmente num cenário de intensificação de políticas que afetam um conjunto cada vez maior da Humanidade, implicando soluções comuns, mas que respeitem a diversidade. Com isso, as temáticas anteriores não desaparecem, nem são substituídas, mas nota-se que lhes são agregadas outras dimensões analíticas e epistemológicas⁷⁴.

Em relação à visibilidade dos EMGF, podemos perceber que, durante a década de 1980, em grande medida nas academias ocidentais sediadas, em sua maioria, no norte global, ocorreu a promoção e a criação de cursos *stricto sensu* (mestrados e doutorados) sobre EMGF. Além do amplo debate a partir de colóquios, seminários, publicações e rodas de diálogo, vários foram os espaços utilizados para essa finalidade, sendo esse, em nossa compreensão, um crescimento e aperfeiçoamento por meio de críticas e autocríticas, somados à necessidade de especialização em temas próprios das agendas políticas mais ou menos visibilizadas. Portanto, deve-se a esse momento também, em grande parte, a inserção das questões de gênero nos espaços universitários, assim como a efetivação de muitas políticas públicas.

O modelo adotado pelas universidades foi tão fortemente constituído que serviu de referência para a instauração de cursos em outras realidades, nomeadamente nas academias do Sul (Pedro, 2008: 87). No entanto, esses cursos, muitas vezes, representavam o *mainstream* feminista e precisavam sofrer adaptações para aquelas realidades, dado que servem como estímulo à produção de outras culturas de formação e divulgação de saberes. Esse *mainstream* ao qual nos referimos pode ser observado por meio de uma maciça produção, e não sem razão, de trabalhos de cunho feminista – ou de gênero, a partir desse período –, além da utilização da língua inglesa em quase sua totalidade⁷⁵.

Essa visão realmente não apresenta a totalidade de linguagens do feminismo. Robert Kulpa e Joanna Mizielińska (2011) salientam essa perspectiva e que ela pode generalizar ou normatizar tanto as ações teóricas, como práticas – com destaque para o ativismo – sobre a sexualidade e os seus estudos. Inclusive, pode até homogeneizar as lutas feministas, desprezando os contextos, hierarquizando algumas contextualidades em detrimento de outras. O trabalho das acadêmicas do Sul, em linhas gerais, consistia, além da obtenção do acesso a esse material, em traduzi-lo, discuti-lo e produzir conteúdo que salientasse sua própria situação, contextualizando-a. Todavia, o que podemos perceber é um grande fluxo de material das chamadas grandes escolas feministas – leia-se, a tradição anglófona, representada pelas academias estado-unidenses e britânicas, além da francófona. Essas tradições fizeram com que o contrário não fosse frequente – uma via de mão dupla –, o que, de fato, pode ser associado a outros elementos

⁷⁴ Essa perspectiva também pode ser observada noutras realidades. Destacamos aqui Anne-Marie Devreux e Danièle Senotier (2009).

⁷⁵ No entanto, Sylvia Walby (2005a: 323) salienta que o *mainstream* é contestado por parecer falar por todos os feminismos. Destacamos também Amelia Valcárcel (2012) e Oumou Doukouré (2015), entre outras, sobre o assunto.

contextuais, tais como a globalização hegemônica e o centralismo de tais instituições. Isso passa a significar que há, ao mesmo tempo, um consumo e autoconsumo da produção em língua inglesa – em maior escala – e da francesa – em menor – do que em outros idiomas (Amâncio, 2003: 707), sendo esse, em nossa compreensão, um desafio a ser enfrentando de forma concreta pelos espaços acadêmicos e não se limitando apenas aos estudos feministas. A universidade, em si mesma, é um espaço de luta (Evans, 1997: 192), um espaço onde há disputas por poder.

De fato, o elemento idiomático é importante na linha editorial que a publicação acadêmica vai possuir (Amâncio, 2003; Pedro, 2008). Ele pode servir como uma barreira ou ser mais porta-voz das produções em determinada língua. Porém, haja vista as exigências das plataformas de indexação internacionais mais conceituadas, entre outras questões, há uma espécie de referenciação ou mesmo direcionamento para a língua inglesa. Por isso mesmo, existe um predomínio no número de publicações e de edições nesse idioma. No entanto, é importante salientar que problemas estruturais e culturais, principalmente no que se refere ao acesso, à permanência e à qualidade da educação fornecida em países periféricos, tais como Brasil e Moçambique, por exemplo, intensificam a tradução de textos e publicações feministas para a língua portuguesa.

Lígia Amâncio (2003: 707) descreve o processo de intensa publicação em língua inglesa como uma “agressividade comercial das editoras de língua inglesa”. Na América Latina⁷⁶, como destaca Francesca Gargallo (2002: 125), a influência dos EUA é decisiva no modelo de estudos e concepção de gênero que as universidades irão adotar e que também pode também podem vir a refletir nas publicações periódicas.

Um dos aspectos que corroboram para esse fenômeno é o baixo incentivo dos Estados no oferecimento de cursos. Não obstante, o papel do Estado, em algumas dessas realidades, foi de boicote no sentido de não financiamento à implantação dos cursos. Porém, destaca Mary Evans (1997: 189), alguns “toleravam”⁷⁷, maiormente nos anos 1990, o crescente interesse pelos programas universitários que discutiam a temática. Maria Luiza Heilborn e Bila Sorj (1999: 185-186) também destacam o contexto brasileiro nessa perspectiva. Há uma certa despolitização, segundo as autoras, do processo de

⁷⁶ A publicação *Cadernos Pagu*, com grande conceituação e aceitação pelos seus pares, possui traduções de textos referenciais dos estudos sobre feminismo pelo fato de acreditar que acarreta o maior acesso e, com isso, incentiva a discussão, além de promover uma maior divulgação (Cadernos Pagu, 2003). O mesmo acontece com a *REF*, ainda no contexto brasileiro, e a revista *ex æquo*, no caso português. Ao mesmo tempo, que isso serve como fomento para os falantes lusófonos, pode acarretar um menor alcance em outras realidades idiomáticas. Esse processo também pode ser verificado com outras publicações no cenário latino-americano, dado que algumas delas não publicam em idioma que não seja a língua espanhola (Rêgo, 2017). Vale ressaltar que os países de língua espanhola (oficial) produzem muito material, tanto na América Latina, quanto na Europa, especialmente pelo empenho de suas fortes organizações sociais. Porém, ele indica possuir pouco impacto nas academias anglófonas e francófonas.

⁷⁷ A expressão tolerância pressupõe uma ideia *a priori* de superioridade atribuída a uma das partes em discussão, o que demonstra uma espécie de hierarquização de ideias/premissas, assim como uma concepção de verdade. Isso, de fato, não cabe no interior do discurso acadêmico, pois não deve ser ter em mente que algo é superior a outro. A partir disso, pensamos que a aplicação da expressão deve ser de forma comedida, como definida por Enrique Dussel (2005). Com isso, percebe-se uma quebra no privilégio acadêmico e o estímulo a novas construções e diálogos. Ivone Gebara (2008) também trata da alteração de sentido provocado ao longo do tempo sobre a expressão e convida a reflexão para a necessidade de rever esse conceito, retomando a acepção primitiva enquanto posicionamento de construção de uma nova sociedade, com pensamento mais coletivo e duradouro.

implementação dos cursos no Brasil, sendo esta um esforço de associação de temas da agenda feminista à luta das esquerdas num aspecto “moderado”, muito mais que dos movimentos feministas. Salientamos que o contexto era ainda mais complexo e dificultava o surgimento de uma luta mais radicalizada. No entanto, a entrada na academia ocorre, como já descrito, e posteriormente com maior participação das mulheres de camadas populares.

Maria Filomena Gregori (1999: 228), por sua vez, destaca que “essa dupla resistência levou as estudiosas do campo a uma situação de liminaridade, e explica, em parte, a incorporação moderada dessa área de estudos pelas ciências sociais: sem a aliança do movimento e sem o total reconhecimento pela academia”, pois afirmar-se apenas de uma ou da outra, naquela contextualidade, poderia ser interpretado como um prejuízo. Para o primeiro, a designação de menos envolvimento político; para o outro, o excesso e a baixa cientificidade.

O movimento feminista chega aos anos 1990 aparentemente com menor impacto político do que aquele que teve durante a década anterior e inicia um processo de autocrítica intensa, nomeadamente no que se relaciona ao papel centralizador de algumas discussões, motivadas, em grande medida, pela incorporação das perspectivas expostas anteriormente. Isso por conta de algumas apropriações de temas trabalhados pelo próprio feminismo de Estado⁷⁸, além das pautas identitárias LGBT, que redimensionaram as questões desses grupos, entre outras.

Também é possível observar uma ruptura de pensamento e atuação do movimento feminista em relação às gerações predecessoras, o que não significa uma quebra radical, mediante a introdução da categoria gênero como objeto de análise (Scott, 1990; Amâncio, 2003). Dessa maneira, os estudos LGBT, *queer*, masculinidades, entre outras questões das identidades individuais e coletivas, passaram a ser objeto de investigação, para além das questões sobre as mulheres, o que pode ser compreendido como um processo de desessencialização da categoria mulher, procurando compreender as suas diversidades. O feminismo, em grande medida após a segunda geração, se propõe desessencializar a categoria mulher, alargando seu sentido, observando a diversidade de pautas. Com isso o feminismo se compreende enquanto luta da humanidade e se torna uma outra via na construção equitativa de uma civilização plural. Inaugura-se, assim, uma nova geração do feminismo, a terceira.

Trabalhos como os de Michel Foucault (*História da Sexualidade*, 1976) ou Judith Butler (*Problemas de Gênero: Feminismo e subversão da identidade*, 1990), entre outros/as, influenciaram e promoveram uma significativa alteração na consciência e promoção da ideia de poder e emancipação

⁷⁸ Com alguma liberdade de interpretação em relação ao trabalho de Maria José Magalhães (2001: 29), também pode ser descrito enquanto “feminismo institucional”. Acerca do feminismo de Estado, no caso português, ver Rosa Monteiro (2011); Rosa Monteiro e Virgínia Ferreira (2016).

dos indivíduos e grupos minoritários, muito mais do que as estabelecidas pela ideia fixa de sexo, muitas vezes tomado como único modo de compreensão, por sua vez advinda meramente da ideia de biologicidade. Categorias mais determinadas pela perspectiva das metanarrativas também se fizeram presentes e contribuíram de maneira concreta para a ampliação dos EMGF⁷⁹.

Os EMGF não fazem parte das áreas que mais captam os principais e mais expressivos recursos financeiros para a pesquisa no interior das universidades, o que já é um problema, principalmente quando os fundos são escassos (e isso ocorre com grande frequência). Essas investigações não são compreendidas enquanto prioridades por parte de alguns governos e agências departamentais de fomento, tampouco por empresas que subsidiam algumas pesquisas, com exceções⁸⁰. Os estudos EMGF são o politicamente correto, porém, para captar esses recursos, eles têm de se mostrar economicamente viáveis, nomeadamente no sentido de retorno que podem representar a quem investe.

Os EMGF são considerados uma área de estudos fronteiriços, não possuindo uma “casa própria”, sendo assim, de domínio público e vistos enquanto senso comum, aquilo que comumente pode ser descartado por alguns acreditarem ser menos importante, menos relevante ou sem aplicação concreta. Obviamente, essa premissa atende, dentre outras variações, a interesses na maior parte ligados ao capital, especialmente daquelas empresas que financiam departamentos e/ou centros de investigação. Com isso, a ideia de legitimação do conhecimento por parte das acadêmicas ainda é uma questão latente e necessária para além da visibilidade. É uma atitude política.

Embora as estudiosas sejam taxativas no que se refere ao reconhecimento dos contributos que o feminismo trouxe à ciência como um todo e à teoria social, em particular, também compreendem a marginalização desses estudos (Cf. Pereira, 2012a; 2017). Isso significa que ainda não houve, apesar das tentativas, uma de pensamento e uma forte reconfiguração do *mainstream* científico. Em outras palavras, em linhas gerais, a academia continua sendo machista, autocentrada, eurocentrada e bastante deslocada de realidades sociais mais pobres.

De todo modo, o consenso é de que há uma grande precariedade de ordem formal, simbólica e metodológica nos EMGF institucionalizados. A primeira está posta no sentido de reconhecimento de seus estudos, nomeadamente por parte dos pares (Evans, 1997: 185). A segunda está focada no personalismo de professoras com enquadramento funcional alto na estrutura acadêmica. A terceira é a de que está pouco financiada por políticas de fomento, dificultando sua perenidade, ampliando o trabalho

⁷⁹ Destacamos os seguintes livros: *Teorizando o Patriarcado*, de Sylvia Walby (1990), *Third Wave Agenda. Being feminist, doing feminism*, de Lislle Heywood e Jennifer Drake (1997), *Third Wave Feminism: A critical exploration*, de Stacy Gilles e Gillian Howie (2004), *Not My Mother's Sister*, de Astrid Henry (2004) e *No Permanent Waves: Recasting histories of U.S. feminism*, de Nancy Hewitt (2010).

⁸⁰ Um exemplo de uma fundação privada é a Fundação Ford, que foi, durante algum tempo, responsável pelo financiamento de projetos ligados aos EMGF, inclusive contemplando o edital de criação da REF, no Brasil.

das pessoas que propõem os programas de estudos. E a quarta, está, dentre outras questões, no debate existente entre a interdisciplinaridade enquanto problema dos estudos EMGF, pelo menos, na realidade acadêmica portuguesa (cf. Pereira: 2013).

Os cursos de pós-graduação, como afirmam Beatriz Rocha-Trindade e Maria Laura Pires (2013), possuem forte impacto no plano científico em diversos níveis, especialmente fomentar mais conhecimento na área quer seja por um público ligado à academia, quer à sociedade, em geral, num modelo mais amplo, decorrente de um debate público. Neste último caso, na maioria das vezes, ocorre através dos meios de comunicação de massa. Além disso, estimula o ingresso de profissionais mais habilitados no mercado de trabalho em seus mais variados setores.

Há discussões acerca do impacto dos trabalhos feministas no interior das academias, sobre a forma como as ideias problematizadas pelas feministas permearam/permeiam e alteraram/alteram a própria ideia de ciência. Além disso, a força do movimento, nessas estruturas, principalmente mediante a fragmentação temática, em grande medida, a partir do estímulo dado aos EMGF e duas derivações, pode auxiliar-nos a evidenciar essa relação. Todavia, percebemos que isso não é, em si mesmo, algo ruim. Pelo contrário, demonstra o vigor e a necessidade de se discutir diversas problemáticas que estavam no espaço social, porém, não eram o foco das universidades. A grande tarefa do feminismo acadêmico, hoje, é ampliar o ingresso de pessoas que discutam a temática, além de manter a oferta de cursos, pois isso gera diversidade, que é uma pauta feminista. Soma-se a isto, a saída da esfera acadêmica e o debate, franco e irrestrito, com as comunidades, além da promoção de uma linguagem simples que, ao mesmo tempo, não esvazie o discurso, mas não deixe de informar o maior número de pessoas possível.

O enfrentamento dessas dinâmicas é uma condição para a demanda crescente dos EMGF, que aumentou de forma considerável com as pautas das agendas de outras realidades geográficas, percebendo-se, assim, a multiplicidade de mulheres, grupos, populações. É uma verdadeira transformação das mais importantes correntes teóricas do Ocidente, como aponta Mary Evans (1997; 209), aplicando-se à realidade concreta a partir de experiências pessoais e aos contextos locais, que podem auxiliar a compreender o macro. O questionamento de formas autoritárias de percepção da realidade é o principal foco de críticas dos feminismos de fins do século XIX e início do século XXI.

2.2. Revistas acadêmicas sobre EMGF no Brasil, Moçambique e em Portugal

Mais do que uma realidade colonial, o que une Brasil, Moçambique⁸¹ e Portugal em nossa investigação são, apesar de suas profundas singularidades, tendências de rompimento de alguns modelos hegemônicos de produção de conhecimento. No entanto, não podemos negar que a utilização do mesmo idioma, com diferenças regionalizadas, facilita os laços de aproximação entre povos que possuem laços históricos e culturais.

No campo teórico, as epistemologias do Sul⁸² podem ser apontadas enquanto facilitadoras do processo de construção de um modelo de olhar que fuja do padrão eurocentrado. Elas se constituem como uma tentativa de formação de uma nova base, sem excluir totalmente a anterior, sedimentada numa concepção de alteridade. De acordo com Maria Paula Meneses (2016b: 17), “descolonizar implica abrir espaços a outros saberes sequestrados, condição para ampliar o resgate da história democratizando-o”. Portanto, é avançar, (re)vendo, (re)criando e (re)inventando outras formas de atuação, procurando romper com os modelos dominantes que hierarquizam e excluem muitos.

Vimos que a década de 1990 foi o momento de criação das revistas acadêmicas aqui investigadas e um período que representa a tentativa de expansão e, ao mesmo tempo, de criação de um lastro teórico além da divulgação, de modo mais ágil e frequente, de trabalhos na área. Destacamos também que quatro das cinco publicações investigadas continuam suas atividades, obtendo cada vez mais procura tanto a nível de divulgação de trabalhos, como de público leitor, mesmo num período de intensificação de publicações (especialmente visíveis em múltiplos formatos digitais).

A institucionalização de políticas de incentivo às publicações feministas por meio dos departamentos em universidades e/ou centros de pesquisa ou, ainda, associações, pode ser compreendida também como forma de valorização do capital acadêmico, além de promoção de

⁸¹ Em escalas distintas, o processo de colonização por que Brasil e Moçambique passaram foi decorrente da expansão marítima e comercial europeia, ambos sob domínio português, implementando uma nova moral, impoem uma religiosidade cristã, explorando matérias-primas e escravizando a população, além de forçar a adoção de um idioma distinto, estabelecer outros modelos culturais, até mesmo o patriarcado e, com ele, um conjunto de práticas sexuais, de comportamento social, etc. (Ribeiro, 1972; 1987; 1988; 2005; Geffray, 1991; Todorov, 1999; Chauí, 2000; Honwana, 2002; Oyěwùmi, 2004; Cabaço, 2007; Meneses, 2010; Galeano, 2014; Magalhães, 2016; Gasparetto, 2019). Não exclui formas de atuação do patriarcado já exercidas, em proporções distintas, mas resulta em uma espécie de uniformização e universalização, à medida que a colonização de novos territórios vai sendo ampliada para uma escala global. Para decretar distinções, as populações das realidades invadidas são transformadas em outro, exótico (Arnfred, 2004a; 2004b; Santos, 2001; 2002c), naquilo que era diferente, principalmente face ao modelo eurocêntrico. É o momento em que emerge uma nova forma de racionalidade no mundo ocidental (Nhatumbo & Meneses, 2005; Spivak, 1994). Todavia, destacamos que esses fatores não foram implementados sem resistência. Pessoas enfrentaram, sob o custo de muitas vidas, essa brutal política expansionista das metrópoles europeias, em grande medida a partir do século XV. A criação e posterior cristalização das imagens de mulheres e homens, sobretudo negros, com mais desejo sexual, serviu, em muitos momentos, para justificar a violação desses corpos, assim como de seus territórios. A virtude, principalmente advinda da moralidade cristã, auxiliou na moldagem de mentes e corpos a fim de estabelecer um parâmetro da culpa, do pecado, do promíscuo, do erro, que deveria ser purgado.

⁸² Como definem Boaventura de Sousa Santos e Maria Paula Meneses (2009: 13), “As epistemologias do Sul são o conjunto de intervenções epistemológicas que denunciam essa supressão [de um conhecimento hegemônico], valorizam os saberes que resistiram com êxito e investigam as condições de um diálogo horizontal entre conhecimentos” (grifos nossos). Para mais, ver também Maria Paula Meneses (2016a; 2016b).

visibilidade institucional de quem publica, do tema e da área. Associado a isso, outros instrumentos foram/estão em uso a fim de potencializar as discussões, os trabalhos e as teorias.

A ampliação do acesso à e uso da internet na qualidade de ferramenta de trabalho por parte de quem investiga, associada à criação de uma forte política de indexação em plataformas virtuais e à criação e divulgação de *rankings* de publicações, acabou por auxiliar a popularização dessas revistas entre acadêmicos/as. Os pares, tanto aqueles/as mais consolidados/as, quanto os/as que estão no início de sua atividade investigativa, utilizam essas publicações para visibilizar suas temáticas, mas também como espaços de discussão e aprofundamento de questões. Outro aspecto que podemos elencar a partir do maciço uso da internet enquanto ferramenta de divulgação acadêmica é a diminuição de alguns custos de manutenção, de maneira especial aqueles ligados à produção, impressão e envio por correio dos números editados. Contudo, ainda há publicações dessas como, por exemplo, o caso das portuguesas, que possuem números impressos e virtuais.

O aumento e utilização de plataformas digitais representou um grande impulso para o rompimento do isolamento – geográfico, teórico, político, financeiro – no qual alguns espaços acadêmicos estão imersos, facilitando o (re)conhecimento pelos próprios pares, assim como pela comunidade acadêmica de forma mais ampliada. Outrossim, é a recepção contínua de chamadas/apelos para divulgação, em diversas sessões e modelos, que vão de artigos livres, artigos encomendados ou mesmo dossiês temáticos, os dois últimos advindos de demandas específicas ligadas aos conselhos científicos/direções das revistas.

O advento e a popularização das redes sociais podem também ser compreendidos como elementos que, em certa medida, favoreceu o contato entre academia e sociedade, criando mais articulação com o meio social, o que, muitas vezes, era compreendido enquanto deslocado. Isso não significa dizer que a academia deixou o seu isolamento ou que a comunidade se faça presente constantemente no interior dos centros universitários e/ou academias. No entanto, é imperativo perceber que há uma publicização de eventos com uma significativa participação da comunidade de forma estendida, além da própria discussão em torno de temas trabalhados e divulgados nos periódicos.

A seguir veremos, de modo breve, alguns processos de institucionalização dos EMGF ao nível de suas publicações periódicas acadêmicas, de modo particularizado em cada uma das realidades abordadas em nosso trabalho.

2.2 O Brasil

Assim como em outros contextos históricos, sociais e culturais, o feminismo, no Brasil, é criado com um caráter profundamente intelectualizado por grupos de mulheres, na maioria das vezes, brancas e de origem social abastada (Teles, 1999: 12; Silva, 2016: 14). De forma não rígida, porém em constância, segue dessa maneira até meados da década de 1970, período em que, para sentir com maior profundidade tanto política, quanto social, os efeitos do movimento, como destaca Céli Pinto (2003: 85), atraem-se as camadas populares, amplificando a atuação e o poder de reivindicação do movimento como um todo.

O movimento feminista no Brasil, durante a década de 1960 e, mais especificamente, 1970, passa por uma revisão bastante influenciada por publicações de teóricas estrangeiras e a partilha, mais que teórica, de práticas de enfrentamento em diversos espaços (Rago, 2013; Teles 2003), principalmente mediante o retorno, ou mesmo a troca de correspondência, entre feministas que estavam fora do país, com destaque para o que ficou conhecido como *Círculo de mulheres brasileiras em Paris* (Abreu, 2010; 2013; 2018; Schilling, 2015; Pedro & Wolff, 2007). Os encontros acadêmicos feministas são também um exemplo desse processo (Adrião; Toneli & Maluf, 2011) de intercâmbio de experiências que possibilitou um maior discernimento em torno das ações que estavam sendo vivenciadas pelas feministas brasileiras nos espaços acadêmicos, não se restringindo apenas a eles. Estes foram/são fontes de aglutinação, discussão, tensões e criação de novas maneiras de interrelação em busca de uma paridade social⁸³.

Obviamente, não podemos isolar o contexto que se agrega a outras tantas realidades, com maior potencialidade, principalmente dos feminismos latino-americanos, também chamados de feminismos do Sul (Femenías, 2002), feminismos subalternos (Ballestrin, 2017) ou, como defendem Gita Sen e Caren Grown (1988: 29), perspectivas de mulheres pobres ou, ainda, mulheres do Terceiro Mundo – o que também pode ser compreendido como integrante do feminismo popular⁸⁴.

Durante as décadas de 1960/70, uma das grandes discussões do movimento feminista brasileiro versava sobre quais os caminhos que teriam que percorrer, pois havia a ideia de uma prioridade de lutas. No campo político, a luta feminista era compreendida por muitos integrantes da resistência ao regime civil-militar como a verdadeira trincheira; por outros, era descrita enquanto secundária, muito específica (Saffioti, 1987: 117; Soihet, 2005; Teles, 1999: 70), considerando-se não possuir a mesma

⁸³ Essa vivência não foi apenas compreendida pelas feministas no Brasil. Há, como afirma Sophie Lhenry (2011), um conjunto de práticas que são corroboradas por mulheres e feministas em vários períodos e realidades distintas. No caso em destaque, visões argelinas e iranianas que se encontravam com práticas francesas. Portanto, podemos perceber que foi um momento de expansão geográfica, do mesmo modo que epistemológica.

⁸⁴ Essa definição de mulheres do terceiro mundo também pode ser encontrada em Ochy Curiel (2019: 33-36) e Chandra Mohanty (2008).

dimensão que a primeira (a luta de classes), isso dito e repetido por diversos membros de grupos considerados progressistas⁸⁵.

No espaço acadêmico, surge a tentativa de aumento do número de mulheres em cursos de ensino superior e a criação de cursos, a maioria de pós-graduação, relacionados ao campo dos EMGF⁸⁶. Ocorre, em princípios da década de 1970, uma reforma do ensino superior⁸⁷. As mulheres ligadas ao campo político da esquerda eram descritas como sendo, em sua maioria, jovens, de orientação católica ou com forte formação religiosa (Aldana, 2008; Anjos, 2008; CDD, 1997; Pitanguy, 1997), intelectuais e de classe média ou média alta.

Nesse momento, as pautas que procuravam evidenciar questionavam o moralismo político e social que o país vivenciada, apontavam a discrepância salarial e reivindicavam o direito ao próprio corpo, a defesa dos desaparecidos políticos e o ingresso nas universidades, denunciando os malefícios da profunda divisão de classes, a questão agrária, a fome e componentes da religiosidade. Destacamos aqui o catolicismo progressista, representado especialmente pelas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), que também foram um importante instrumento de difusão de ideias, especialmente entre as mulheres mais carenciadas que residiam nas periferias, aquelas com baixa escolaridade e associadas, de alguma forma, à Teologia da Libertação⁸⁸. Soma-se a esse cenário algumas mulheres que voltavam do exílio (Goldberg, 1987), o que nos remete também a uma espécie de intercâmbio teórico e prático de outras realidades de luta feminista. Em sua maioria, elas estavam em regressando da França e dos EUA.

Ainda foram promovidos questionamentos acerca dos constructos sociais e, numa dimensão mais ampla, reivindicatórios da sociedade e suas hierarquizações tanto em aspectos considerados públicos, como aqueles creditados enquanto privados, nesse último, destacando-se a violência doméstica⁸⁹. Essa perspectiva foi ampliada, inclusive, com o surgimento do grupo feminista internacional *Católicas pelo Direito de Decidir* (Brites, 2014; Oliveira, 2009; Sarti, 1998), que não somente no Brasil,

⁸⁵ Para mais ver. Arns; Sobel & Wright (1985); Back (2011); Colling (1997); Hentz & Veiga (2011); Kotchergenko (2011); Merlino & Ojeda (2010); Pedro & Wolff (2010); Priscila Sena & Vivian Moretti (2011); Rago (2003); Soihet (2003); Tabak (1986); Teles (2005); Wolff; Silva & Oliveira (2015); Wolff; Zandoná & Mello (2019).

⁸⁶ Destacamos uma brevíssima cronologia da implementação dos Estudos sobre Mulheres na realidade acadêmica brasileira a partir das últimas três décadas do século XX. Em 1972, é criado o Conselho Nacional das Mulheres; em 1973, o Curso *Famílias e relações entre sexos*, ministrado por Zahidé Machado, na Universidade Federal da Bahia; em 1975, surge o Centro de Desenvolvimento da Mulher Brasileira e o seminário *Pesquisas sobre o Papel e o comportamento da mulher brasileira*; em 1980, aparece o Primeiro núcleo de Estudos sobre a Mulher, na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) (Pedro, 2008: 88); em 1981, o Núcleo de Estudos, Documentação e Informação sobre Mulher, na Universidade Federal do Ceará; em 1983, é criado o Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher (NEIM), na Universidade Federal da Bahia (Costa & Sardenberg, 1994; 2013); em 1988, o Núcleo de Estudos da Mulher e Relações Sociais de Gênero (NEMGE), na Universidade de São Paulo. Em 1990, havia 150 núcleos de estudos sobre a temática vinculados a universidades e/ou centros de pesquisa. Esse número, em 1997, desce para 147, demonstrando uma pequena queda ao longo da década⁸⁶.

⁸⁷ Ver Albertina Costa (1988: 66), Marco Garcia (1997), Renata Meirelles (2011), Joana Maria Pedro (2006), Cynthia Sarti (1998: 3), Maria Teles (1999) e Cristina Wolff (2007).

⁸⁸ Sobre o papel da Teologia da Libertação, ver Gustavo Gutiérrez (1975); Leonardo Boff (1994; 1997; 2001 [1993]; 2008); Laira Ary (1994); Márcia Couto (2002); Zaira Farias (2000); Ivone Gebara (1987); Isa Liz (2019); Gabriela Marques (2011); Kithlen Oliveira (2014); Maria José Rosado (2001); Giovana Salvaro e Larissa Freitas (2019); Francisco Tabora (1990) e Luiza Tomita (2010).

⁸⁹ Para mais, ver Ivone Gebara (2000a; 2000b; 2002; 2004), Ann Loades (1997), e Adilson Schultz; Alzira Muñoz e Anete Roesse (2019: 681-686).

mas também na América Latina, possui grande respeito, até mesmo nos ciclos universitários, locais de grande ativismo de suas integrantes, para além das paróquias e centros pastorais, entre outros.

No âmbito do debate e do ativismo acadêmico no Brasil, desde a década da Mulher, decretada pela ONU, passando pela junção de forças políticas feministas, tais como o Centro da Mulher Brasileira, no Rio de Janeiro, que associou-se às feministas de São Paulo e Belo Horizonte numa reunião da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) (Costa, Barroso & Sarti, 1985: 7; Costa, 1988), evidencia-se a tentativa de reunir experiências teóricas e práticas distintas, procurando elementos de aglutinação. Nesse momento, Heleieth Saffioti (1987: 117) destaca que “todas as intelectuais que lidam com esta temática [do feminismo] no Brasil são simultaneamente militantes”.

O nome de Rose Marie Muraro é ressaltado, tanto a nível de editoração e publicação de textos feministas, como de trabalhos associado aos financiamentos de fundações nacionais e estrangeiras, com atenção especial para as Fundações Carlos Chagas e Ford⁹⁰. Os trabalhos sobre feminismo e, posteriormente, sobre gênero, passaram a ser mais dimensionados tanto a nível qualitativo, quando quantitativo.

Além das referências anteriores, a criação de Grupos Temáticos (GTs) de trabalho sobre a temática em organismos de estudos e investigação de caráter nacional auxiliaram nesse quesito⁹¹.

As realizações desses eventos, ligadas à discussão sobre o feminismo, por sua vez, conforme descreve Céli Pinto (2003: 88), decorriam por questões “desde as relacionadas com posturas teóricas que não reconheciam o objeto, passando pelo temor de o grupo fosse apenas uma militância disfarçada, até o mais primário sexismo”. Isso evidencia a dificuldade latente das feministas brasileiras em constituir um espaço de debate minimamente reconhecido pelos pares, além de terem que promover uma arqueologia da constituição de novos olhares sobre temas considerados com baixa relevância de investigação por parte da comunidade acadêmica mais tradicional.

⁹⁰ Em 1978, a Fundação Carlos Chagas realiza o concurso de pesquisa, além de um grande seminário sobre feminismo e seus desdobramentos no Brasil. Nesse mesmo ano, no Rio de Janeiro, é organizado o seminário *A mulher na força de trabalho na América Latina*, além de um grande investimento, desde 1965, advindo da Fundação Ford, que é um marco para o fomento dos EMFG (Costa; Barroso & Sarti, 1985: 6, para a fundação Ford, ver páginas. 11-12). Maria Luiza Heilborn e Bila Sorj (1999: 190) trazem a informação do fim do financiamento da Fundação em relação à REF a partir de um relatório sigiloso, onde “As consultoras consideram que os estudos de gênero no Brasil teriam perdido o seu viés militante e seriam acriticos às regras de hierarquia de uma academia, em suas percepções, seriam androcêntricas”. Esse documento acabou por dificultar a edição da revista no Rio de Janeiro e, com isso, houve a transferência para a Universidade Federal de Santa Catarina, onde se encontra desde então. Dito de outro modo, os estudos de gênero, conforme apresentado pelo relatório, especialmente naquele momento, eram um reforço do politicamente correto. No entanto, discordamos, mediante todos os dados investigados, especialmente nas publicações pesquisadas, na medida que expõem esse compromisso de modo indubitável, na verdade, reforçando um campo de ativismo político (Lavinias, 1992; Piscitelli, 1993). Obviamente, pode ocorrer, como ocorreram e ocorrem, tendências mais ou menos brandas, mas não podemos deixar de considerar a dimensão política sempre presente, além das tentativas de ampliação teórica e de explicação da própria realidade.

⁹¹ Destacam-se aqui a Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciências Sociais (Anpocs) (Costa & Sardenberg, 1994: 390), a Associação Nacional de Pesquisa em Educação (ANPEd), a Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Letras e Linguística (Anpoll) (Hollanda, 1994), a Associação Brasileira de Psicologia Social (ABRAPSO) e a Associação Nacional dos Professores Universitários de História (ANPUH) (Costa; Barroso & Sarti, 1985: 7; Costa & Sardenberg, 1994). Com destaque para o primeiro destes Anpocs, as tensões estiveram presentes desde a implementação dos GTs sobre feminismo e gênero.

Diante de tribulações institucionais sobre a implementação de cursos especificamente sobre a temática, são criados, como maneira de driblar e continuar a investigação e discussão, os grupos e núcleos de estudos sobre mulher/mulheres nas universidades brasileiras, em suas diferentes regiões⁹². Comumente ocorreu – e, em alguns casos, ainda há – ausência de financiamento, além da falta de institucionalização desses estudos (Costa; Barroso & Sarti, 1985: 5), o que dificulta ainda mais tanto a efetivação, quanto a permanência desses núcleos. Esses grupos e núcleos representam, conforme destacam Albertina Costa, Carmen Barroso e Cynthia Sarti (1985: 7) um espaço isolado na investigação, ancorados na interdisciplinaridade, especialmente no que se refere à constituição de suas equipes de trabalho. Os núcleos auxiliaram, sob vários aspectos, a criação de tais grupos de discussão e propriamente de investigação, com foco na extensão, critério que salientamos ser uma das principais formas de ativismo acadêmico exercido pelo movimento feminista. Os grupos possuíam baixo ou nenhum financiamento público, o que dificultava suas atividades. Além disso, quando alguns editais eram abertos, ocorriam disputas entre núcleos/centros que investigavam temáticas semelhantes, ressaltando também uma discrepância na distribuição geográfica destes (Costa & Sardenberg, 1994: 392), inicialmente concentrados nas regiões centro-sul e posteriormente distribuídas pelas demais. Isso também nos faz levar em consideração a intensidade de condensação e financiamento em algumas áreas mais específicas, diferentes das chamadas ciências humanas e sociais, e quando não denominadas também como carreiras mais ligadas ao cuidado com o outro, em oposição às ciências da vida e às ciências duras.

Relativamente à inserção de conteúdos feministas e de gênero, Ana Alice Costa e Clarice Pinheiro (2013: 617-618) destacam que, na década de 1980, as feministas procuraram “brechas” curriculares nos cursos regulares e ali introduziram questões da temática. Noutras palavras, utilizaram a autonomia da cátedra e leituras sobre os limites do vivenciados no momento para ampliar a discussão. As autoras expõem essa perspectiva numa escala de execução local, no entanto, acreditamos que deva ser uma realidade partilhável em várias estruturas e momentos. Destacam também a introdução de disciplinas optativas tanto na graduação/licenciatura, quando na pós-graduação, algo que ainda é possível observar

⁹² A partir da década de 1980, mais precisamente desde o ano de 1981, são criados vários Núcleos de Estudos sobre a mulher, como são os casos do *Núcleo de Estudos, Documentação e Informação sobre a Mulher* (NEDIM), na Universidade Federal do Ceará (UFCE) e do *Núcleo de Estudos sobre a Mulher*, na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ), em 1982. Em 1983, o *Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre Relações Sociais de Gênero*, na Pontifícia Universidade de São Paulo (PUC-SP), o *Núcleo de Estudos sobre a Mulher*, nas Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e da Bahia (UFBA). Em 1984, o *Núcleo Interdisciplinar de Estudos sobre a Mulher*, nas Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e Minas Gerais (UFMG). Em 1991, ocorre em São Paulo, o *I Encontro Nacional de Núcleos*. Em 1992, tem origem formal, advinda do *Núcleo de Estudos de Gênero*, da Universidade Estadual de São Paulo (Unicamp), a *Cadernos Pagu*. Em 1992, é fundada a *Redor* (Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre a Mulher e Relações de Gênero), assim como a *Revista de Estudos Feministas* (REF) (Pinto, 2003: 88-89). Nesse momento, são cerca de 40 grupos, no total, que se dedicam ao estudo da temática (Costa & Sardenberg, 1994: 387; Heilborn & Sorj, 1999), muitas pessoas que passa a se dedicar a pesquisar o tema, a promover discussão e a criar artigos, livros, seminários, colóquios e outras formas de divulgação.

na contemporaneidade em várias instituições de ensino superior que não possuem cursos específicos nessa área. Essas disciplinas podem ser observadas com mais frequência em cursos de ciências humanas, ciências sociais aplicadas e nas ciências da saúde – de modo mais específico, no curso de enfermagem.

As autoras (Costa & Pinheiro, 2013) ainda apontam o permanente diálogo entre as esferas acadêmica e social por meio de vários movimentos sociais de caráter popular como um caminho exitoso que agrega, demonstrando que práxis e teoria são um mesmo discurso, e possível. Para tanto, deve-se saber chegar, por meio de múltiplos aspectos. Destacamos aqui a linguagem escrita utilizada, visando fugir da estrita grafia acadêmica, muitas vezes não compreensível, especialmente por pessoas que não tiveram acesso a esta esfera, e amiúde se fazendo presente por meio do oferecimento de formações básicas, caminho possível e que já evidencia ações concretas do saber-fazer. Em concordância com Paulo Freire (2001: 102), “ensinar é uma especificidade humana”, do mesmo modo que não deixar de informar e convidar para o debate, estimulando a reflexão e a ação de dialogar no caminho da ampliação e compreensão dos saberes.

Muitas vezes, esses espaços eram considerados inferiores (Saffioti, 1987: 125), pois eram compreendidos como excessivamente preenchidos por política e com pouca ciência, discurso esse bastante aplicado, em sua generalidade, às ciências sociais e humanas e, mais especificamente, aos estudos sobre as mulheres. Concordamos com Rosi Braidotti (1991: 30) quando afirma que os Estudos sobre as Mulheres, que em nosso texto chamamos de feminismo acadêmico, são parte constitutiva do movimento de mulheres: “Os estudos feministas representam uma tentativa das mulheres de reunir teoria, trabalho intelectual e prática política, a fim de melhorar seu status social e simbólico”.

Albertina Costa, Carmen Barroso e Cynthia Sarti (1985: 9) salientam que esse menor prestígio acadêmico da temática se deve ao fato de ser uma área constituída majoritariamente por mulheres. Entretanto, esse processo é contraditório, no sentido de operar o que as autoras chamam de vantagens e desvantagens. No primeiro caso, incluem “a afirmação de identidade, espaço próprio, legitimidade e apoio institucional”; no segundo, o “isolamento e excessiva auto-referência” (Costa; Barroso & Sarti, 1985: 13-14).

Para Lia Machado (1992a: 24), a soma de tais características, associadas à influência dos feminismos anglófono e francófono nas agendas dos movimentos sociais, fez surgir, no Brasil, uma concepção mais ampla de interdisciplinaridade. Evidencia-se também uma alteração nas temáticas dos trabalhos, principalmente com a implementação da categoria gênero, sendo que, em 1990, a Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciências Sociais (Anpocs) realiza o Seminário “A

transversalidade de gênero nas ciências sociais”. Isso reforça a ideia de uma produção sobre EMGF com fortes bases localizadas, e evidencia que nem sempre, e concretamente no caso brasileiro, as ideias de gerações feministas ocorrem de forma isolada. Pelo contrário, há uma profunda simultaneidade entre elas.

A discriminação acadêmica desse período não é uma questão isolada da academia brasileira. Evelyn Glenn (1978: 15) expõe situação semelhante na realidade estado-unidense e destaca a rápida expansão, na década de 1970, dos cursos de EMGF em todos os níveis, nomeadamente as pós-graduações. Ressalta também a discrepância entre os acadêmicos e as acadêmicas, desde a remuneração, passando pelo prestígio, além da área em que investigam.

Na tentativa de criar bases para investigações futuras, as intelectuais, muitas vezes, deparavam-se com o silenciamento ou ocultamento oficial e desenvolveram uma espécie de arqueologia dos estudos sobre as mulheres nas mais diversas áreas: sociologia (Moraes, 1981; Saffioti, 1976), história (Soihet, 1997b; Vaquinhas, 2019: 367-371), literatura (Hollanda, 1994), psicologia (Kehl, 1998). É, ao mesmo tempo, uma maneira de demonstrar, para grande parcela da academia, principalmente aquelas pessoas que se opõem aos estudos nessa temática, a legitimidade da área, procurando realizar a crítica a partir do interior. Evelyn Glenn (1978: 19) conclui que há, no contexto que analisa, um choque entre modelos de experiências interpretativas do mundo (tradicional *versus* de mulheres), além da “distorção”, por parte de alguns investigadores, sobretudo em relação aos papéis sociais e a cristalização de determinadas características, muito voltadas as concepções funcionalistas. Dessa maneira, cria-se o que a autora nomeia como “nova ciência”, que nada mais é que uma outra forma de denominar a crítica feminista à ciência e ressaltar suas contribuições para uma efetiva alteração, que afinal, vem se consolidando desde lá, não sem sofrer fortes resistências. Pelo menos no caso brasileiro, é salutar também evidenciarmos o fenômeno descrito por Mary Castro e Lena Lavinias (1992: 217) como “endogamia intelectual”⁹³ que se refere uma forte tendência de citação de trabalhos umas das outras. Isso se deve a, pelo menos, dois fatores: primeiro, a ausência de material próprio que retratasse as realidades investigadas; segundo, a possibilidade de criação de uma identidade mais particularizada dos EMGF, o que poderia, naquele momento, aprofundar a concepção de gueto científico no qual esses estudos estariam. Mary Castro e Lena Lavinias (1992: 217) afirmam que,

No esforço válido e bem-sucedido de crítica às Ciências Sociais convencionais, o feminismo acadêmico no Brasil afastou-se dos debates epistemológicos do conhecimento em geral, e tendeu à endogamia intelectual, referindo-se exclusivamente à sua própria produção, o que também é induzido pelo aumento

⁹³ Veremos também essa tendência em Portugal, como descreverá Ligia Amâncio (1998).

impressionante de títulos sobre “estudos de mulher” (*women’s studies*) na literatura internacional nos últimos dez anos. No Brasil, a questão se agrava pela dificuldade de disposição de fontes bibliográficas na própria área de estudos sobre a mulher, em particular as produzidas no exterior. Também a produção nacional tem circulação reduzida, o que impede um debate crítico mais amplo e frequente nesse campo. Outro agravante é a exigência de imediato social por estudos de caso que dêem conta da exploração-descrição de uma realidade dinâmica e pouco conhecida. Também ressaltamos a carência da prática de ensaio como comunicação científica nos escritos feministas no Brasil, prevalecendo estudos de orientação empírica. O ensaio, segundo a tradição frankfurtiana, colabora na exploração teórica de objetos em formação, sem compromisso com a ordem dos fatos, mais voltados para ideais, potencializando a criatividade.

Em síntese, Maria Lygia Moraes (1996: 46-50) define o feminismo brasileiro dos anos 1970 como sendo bastante ligado à vertente marxista – feminismo marxista⁹⁴ –, de caráter socialista⁹⁵, inclusive com avanço pelas décadas de 1980 – notadamente com as sucessivas crises econômicas – e 1990 – a partir do avanço das políticas neoliberais que acentuaram o foço social no país e precarizaram ainda mais as mulheres. Contudo, salientamos que, devido a múltiplos aspectos – especialmente ligados ao acesso à informação (formal e informal) –, as mulheres, nesse momento, já possuíam um papel de reivindicação e uma consciência comunitária muito maior que algumas gerações anteriores. Isso mostra um avanço na ideia de coletividade entre mulheres e a força desses grupos no quesito de atuação e respaldo social amplo mesmo possuindo profissões distintas (Moraes, 1996: 66). Uma forte componente popular pode ser verificada também durante os anos 1990 e 2000, principalmente com a associação de lutas como a luta pela terra (Araújo, 2019); a demarcação das terras indígenas, que, para além das populações ancestrais, contava com ampla participação de setores progressistas da Igreja Católica (Silva, 2006); a alteração dos costumes, muito ligada à questão da televisão e de suas produções; assim como outros, refletidos em diversas produções e, inclusive, publicados nas revistas analisadas⁹⁶.

Bila Sorj (1992: 16-18) descreve três aspectos como característicos e centrais para as discussões sobre gênero no Brasil, que podem ser verificadas também em outras realidades e que foram construídos a partir da crítica teórica feminista: a universalidade da categoria gênero; a construção do ator coletivo enquanto grupo político; e a criação de uma utopia emancipatória. A junção desses elementos acarretou numa nova concepção de ciência social, mediante a crítica tanto aos conceitos,

⁹⁴ No âmbito teórico, muito ligado às leituras de Friedrich Engels (1984 [1884]), Simone de Beauvoir e Juliet Mitchell, e, no aspecto de enfrentamento, com fortes raízes na participação das mulheres na luta armada e das exiladas, num primeiro momento, no Chile. Porém, com a tomada do poder pelo governo de direita que implementa a Ditadura daquele país, saíram para EUA e vários países da Europa, principalmente França. Já a partir da década de 1980, é possível observar uma assinalável queda da força política dos movimentos feministas, de modo geral, que se deve ao início da implementação de políticas públicas, o que acaba por não incentivar essas articulações, tendo associado a isso uma grande cooptação de figuras do feminismo por partidos políticos e governos, o que dificulta a rotina das organizações (Moraes, 1996: 11-12, 48-50). Para aprofundar leitura sobre o feminismo e o marxismo ver Flora Tristán, 2015 [1843]; Alexandra Kollontai (1982; 2007 [1926]); Zuleika Alembert, 1986; Moraes (2000); Zetkin (1972 [1934]) e Cinzia Arruzza, 2010.

⁹⁵ No contexto brasileiro, o feminismo radical possuiu menos impacto (Goldberg, 1989: 54). Foi na década de 1980, no processo de consolidação da democracia, que se implementou o que Anette Goldberg (1989: 51-53) define enquanto feminismo de Estado, que seria, em linhas gerais, a associação de suas militantes/ativistas às fileiras dos partidos políticos e à função de exercício no parlamento.

⁹⁶ Em anexo 1, apresentamos uma lista das temáticas gerais dos trabalhos da Anpocs durante as décadas de 1980 e princípios de 1990.

como às metodologias tradicionalistas, ao mesmo tempo que propunha a criação de um novo cenário social. Ambos os aspectos derivam de referenciais políticos de rompimento com visões mais conservadoras. No entanto, há, de forma mais evidente, em grande medida, num primeiro momento, uma espécie de guetificação temática na esfera acadêmica, dilema esse que ainda não foi superado por completo⁹⁷.

É difícil evidenciar quantitativamente, de maneira mais precisa, as obras produzidas no Brasil que se referem ao feminismo acadêmico, com destaque para o já citado trabalho de Heleieth Saffioti, em 1969. No entanto, ressaltamos que, entre os anos de 1970-75, podem ser identificados trabalhos ligados à temática da política, algumas vezes grafada com a letra “P” em maiúsculo, para diferenciar-se dos estudos sobre as mulheres (numa espécie de oposição a essa – Política *versus* política) e esses trabalhos, por sua vez, não envolviam a dimensão de mulheres, especialmente em sua diversidade, principalmente ligadas as questões étnicas e raciais. Isso também indicava um descrédito desses estudos, tanto por parte de acadêmicos/as, como de agências institucionais de fomento à pesquisa⁹⁸.

Algumas das temáticas em destaque desse período dedicavam-se à luta pelos direitos das minorias (políticas) e ocorre um aumento do número de trabalhos consagrados aos estudos sobre gênero face aos trabalhos feministas, nomeadamente voltados para questões relacionadas com a sexualidade e a comunidade LGBT⁹⁹.

A partir de agora, passaremos a expor informações sobre as duas publicações brasileiras analisadas. A *REF* constitui-se como um periódico acadêmico de âmbito nacional, posto que, desde os seus primórdios, se preocupou em pautar pela excelência dos contributos divulgados cingidos de um “perfil acadêmico bastante rigoroso”, e que realizava esse cruzamento entre movimentos de mulheres e esfera acadêmica (Lavinias, 1992; Wolff, 2008: 81-82), além de expor em título seu ativismo¹⁰⁰. Isso mesmo é ratificado por Lena Lavinias em entrevista, quando afirma que,

embora naquele momento ainda fosse uma coisa que provocasse alguma reação, como se feminista fosse uma coisa ruim, uma coisa ligada a movimentos sociais e uma coisa de pouco peso na academia, no conhecimento científico. Mas insistimos que era importante, nesse momento, colocar o termo feminista no título da revista (entrevista realizada em 01/05/2020).

⁹⁷ Ver. Albertina Costa, Carmen Barroso e Cynthia Sarti (1985: 13-14), Maria do Mar Pereira (2015; 2017), Céli Pinto (1992) e Heleieth Saffioti (1987).

⁹⁸ Destaque para a tese de livre-docência de Moema Toscano, defendida em 1975 na Pontifícia Universidade Católica – Rio de Janeiro (PUC-RJ), intitulada *Mulher: trabalho e política. Caminhos cruzados do feminismo*.

⁹⁹ Para o assunto ver. (Arihã; Unbenhaum & Medrado, 1998; Butler, 2003a; 2003b; 2006; Connell, 1990; 1995; 2003; Connell & Wasserchmidt, 2013; Keller, 1991; Medrado & Lyra, 2008; Nicholson, 1992; Schiebinger, 2001).

¹⁰⁰ Como aponta Marysa Navarro (2004: 60) a autodefinição é uma importante ferramenta a nível de representatividade. “As revistas são feministas porque se declaram feministas”. Elas estão de alguma forma vinculadas a uma instituição de ensino superior, no entanto no caso da *REF* esse era apenas um aspecto formal. Conforme informa Lena Lavinias (2020) a *REF* não queria ser reconhecida como uma publicação departamental e ainda assim desempenhar um compromisso de afirmação política, um ponto de vista ampliado. Albertina Costa (2004: 208) destaca o debate em torno da introdução do termo feminista ou gênero para o título da publicação, além da ideia de introdução de nomes ligados a mitologia grega ou semelhantes de revistas anglófonas.

Em seu primeiro editorial, a *REF* informa acerca do seu desejo de poder se constituir como um canal de conhecimento e expressão de ideias feministas até então pouco visibilizadas no país. A Fundação Ford foi uma das financiadoras do processo de instauração da publicação, assim como a Fundação Carlos Chagas. Esse processo se deu mediante o grupo de investigadoras que advinham das várias áreas do conhecimento às quais pertenciam e desenvolviam pesquisas de modo individualizado voltadas aos EMGF no país. Como destaca Lena Lavinas (2020), um contexto político-social de redemocratização a partir da consolidação da Constituição (1988), associado a outras dinâmicas internas e externas, fez com que essas pesquisadoras tivessem a proposta de criação e implementação de uma revista acadêmica com perfil rigoroso, que, naquele momento, não existia, que agrupasse as contribuições e tivesse a adesão de feministas acadêmicas nacionais e estrangeiras, aprovada. Destaca-se também o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Em momentos diversos, entre os órgãos que participaram daquilo que a primeira editora classifica como “estratégia política bem-sucedida” (Lavinas, entrevista realizada em 01/05/2020), encontram-se associações nacionais de estudos como, por exemplo, a Anpocs, a Sociedade Brasileira de Sociologia e a Sociedade Brasileira de Antropologia.

O evento científico ocorrido em 1990, em São Roque (SP), a fim de realizar um balanço dos estudos sobre gênero e feminismo no Brasil foi um elemento primordial nesse contexto. De maneira particular, o seminário *Estudos sobre a Mulher no Brasil: avaliação e perspectivas* foi um diferencial nesse processo de sedimentação de ideias (Machado, 1992b: 10; Costa, 2004: 205; Wolff, 2019: 39). A introdução de uma agenda de trabalhos comuns, apesar de heterogênea, garantiu êxito à publicação e representou um empreendimento de ordem política e acadêmica, demonstrando a dimensão do ativismo associado ao pioneirismo das investigadoras. Foi analisado o cenário macro-político nacional, criada a proposta de apresentação a fim de angariar financiamento e, além disso, a publicação cerca-se de pessoas que possuíam grande especialização na área de atuação.

Desde o primeiro momento, a *REF* foi concebida a partir de uma ótica interdisciplinar. Com esse objetivo, contava com a participação de especialistas renomadas/os em várias áreas do conhecimento e, de modo mais particular, ligadas/os às ciências humanas, ciências sociais aplicadas e letras, que se constituiu como o núcleo central da publicação em seus primeiros anos. As funções acadêmicas (formação) e política (fomento de projeção), ferramentas de formação e de difusão política da área, são também percebidas no primeiro editorial (Diniz & Foltran, 2004). Para além disso, um substancial valor foi atribuído ao projeto de criação da publicação por parte da Fundação Ford, o que fez com que o

periódico, desde o início, fosse concebido a partir de um processo de profissionalização por parte de uma equipe e isso fez com que a dinâmica da revista fosse, já em sua gênese, bastante arrojada conforme defende Lena Lavinás (entrevista realizada em 01/05/2020):

além de instituir uma revista que tivesse um alto padrão do ponto de vista gráfico e, como uma proposta, queríamos também que ela tivesse representatividade intelectual dentro da academia brasileira, e conseguimos isso. Achamos que, naquele momento, precisávamos estabelecer um diálogo com o movimento feminista internacional, com a academia internacional. Fomos uma das primeiras revistas a instituir o miolo em inglês, o que não havia. Isso foi uma novidade e nenhuma revista fazia isso na época. [...] a nossa proposta, de fato, era uma proposta acadêmica, então, estávamos preocupadas na nossa inserção dentro do universo acadêmico, dentro do debate científico no Brasil. [...] a gente tinha a proposta de ser uma revista nacional e que, portanto, contemplasse propostas e integrasse outras regiões, falasse de temáticas pouco presentes no cotidiano das outras revistas, que eram revistas mais disciplinares. A gente não queria ter uma revista disciplinar. Isso era uma questão muito importante, tinha que falar de várias temáticas ao mesmo tempo.

A direção da revista, assim como ela própria, não estava atrelada apenas a uma universidade e/ou centro de pesquisa. Não era esse o objetivo, especialmente pelo fato de o grupo de pesquisadoras que compunha o comitê editorial, entre outras estruturas da publicação, não ser, necessariamente, constituído apenas no espaço departamental de uma universidade ou semelhante. Eram também oriundas, como já exposto, de vários cursos de formação básica. Essa perspectiva é uma daquelas que permite observar a intensa diversidade existente, inclusive a introdução do elemento interdisciplinar, sendo um elemento que representa o dinamismo e a tentativa de associar as várias formas de observação e apropriação do conhecimento no espaço acadêmico. Nesse sentido, Albertina Costa (2004: 209) assevera que havia uma “rotatividade de instituições”, o que ocorreu até a transferência de sua primeira “sede”.

Como destaca Cristina Wolff (2008: 82; 2019: 40), a partir do encerramento do projeto com a Fundação Ford, em 1998, começaram as negociações para a locação da publicação em outra universidade. Os custos de manutenção da estrutura eram altos e, sem esse apoio, tornava-se impraticável (Costa, 2004: 209). A *REF* foi transferida para a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), onde está até o momento. A revista faz parte de um conjunto de atividades do Instituto de Estudos de Gênero. Por sua vez, este é composto por um conjunto de pessoas que representa, em nível de formação, uma profunda multidisciplinaridade. É também interdepartamental, sendo agregadas pesquisadoras/es de várias áreas. As “ciências duras” ainda representam um desafio no sentido de atuação com maior participação, em publicação de trabalhos, por parte de seus;/suas investigadores/as. No entanto, desde fim dos anos 1990, há uma significativa taxa de crescimento da participação de

estudantes dos mais variados níveis, graduação/licenciatura e pós-graduação, assim como a criação de cursos de pós-graduação na área específica, além do fomento de seminários internacionais como o “Fazendo Gênero”, que possui grande relevância no cenário acadêmico, entre outras atividades (Wolff, 2019: 40).

No panorama geral, ressaltamos os estímulos do governo a partir dos anos 2010, de modo mais particular, a criação dos conselhos estaduais ligados às questões sobre as mulheres e, a nível nacional, a criação, em 2003, da Secretaria de Políticas para as Mulheres na gestão do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2011). Naquele momento, contava com o *status* de Ministério e teve continuidade durante o governo da Presidenta Dilma Rousseff (2012-2016). Isso gerou alguns concursos que incentivaram pesquisas científicas na área dos estudos sobre gênero e políticas de igualdade, como destaca Cristina Wolf (2019: 50).

Se, por um lado, ocorreu esse incentivo, inclusive com pequenos financiamentos por parte das agências de fomento científico nacional, por outro, as resistências políticas a essas decisões progressistas também foram fortes. Os embates políticos não foram/são fáceis, e, associados a outros fatores de ordem mais conservadoras, geraram uma espécie de ressentimento e um anti-feminismo de setores da grande mídia e de algumas denominações religiosas mais radicais. Destacamos aqui as igrejas neopentecostais, que culminaram, num primeiro momento, no golpe de 2016 e na eleição, a partir de 2018, de um governo com forte agenda reacionária e neofascista.

Cristina Wolff (2019: 55-56) destaca que, associado à resistência política e ao ativismo acadêmico desenvolvido pela publicação, os estudos feministas e de gênero continuam num crescente, apesar dos cenários adversos, especialmente quando percebemos a ausência de financiamento que as publicações da área das humanidades deixaram de receber a partir de 2016 (cf. Jinkings; Doria & Cleto, 2016; Souza, 2016; Rubim & Argolo, 2018; Maricato, 2013) e, de modo mais sistemático, de 2019. No entanto, o sentimento de enfretamento continua amplo, aceso, na medida em que a existência e a resistência estão associadas ao ativismo e ao comprometimento com uma ciência que valoriza a liberdade e a diversidade de pensamento.

Conforme defende Cristina Wolff (2019: 38), a revista representou/representa um duplo desafio na medida em que a violência – multifacetada – manifesta-se de maneira especial em relação às mulheres e à comunidade LGBT, associada à ausência de políticas públicas que fomentem de maneira perene a criação, manutenção e desenvolvimento dessas estruturas científicas de divulgação de saberes. Esse último aspecto é compartilhado por Albertina Costa (2004: 208-209), que reforça a ideia de uma publicação que fomentasse, no espaço acadêmico, uma temática crescente no país. É de frisar que

essas dificuldades são encaradas enquanto elementos a serem superados pelo grupo que integra a publicação.

Quanto aos dados mais gerais, podemos perceber que a *REF* possui regularidade desde os primeiros números, associada a altas avaliações. Também é indexada em diversas plataformas e conta com um conjunto de colaboradoras/es nacionais e estrangeiros em sua editoria, sendo reconhecida como a uma das mais importantes publicações na área, nacional e internacionalmente. Desde 2016, a *REF* não publica mais edições impressas devido a questões de orçamento e ao fato de perceber que o maior contato com a publicação se dá nos ambientes virtualizados. Conta com uma regular submissão de textos que passa das seis dezenas por mês, além das resenhas (recensões) e entrevistas. Portanto, por todos os fatores mencionados, a publicação consolida-se nesse cenário.

A *Cadernos Pagu* é a segunda publicação brasileira especializada na área interdisciplinar dos EMGF em longevidade. Tem seu início em 1993. O centro, depois constituído núcleo Pagu (Corrêa, 1994: 6), de onde se originou a publicação teve/tem enquanto objetivo a interdisciplinaridade de suas produções e eventos com ampla relevância, que pudessem, desde o início, ampliar as discussões em torno da temática (Lopes & Piscitelli, 2004). Já em seu primeiro número, em editorial, é realizado o convite para que a comunidade acadêmica participe e colabore. Esse chamado estava direcionado tanto a investigadoras/es de diversas origens e estruturas do conhecimento, como a contributos do país e do exterior (Piscitelli, 1993: 5-6).

Iara Beleli (entrevista realizada em 27/04/2020) fala sobre a intenção da revista, tanto no aspecto teórico, como de divulgação de ideias associado à contribuição no âmbito acadêmico. Ressalta a percepção e promoção de mudanças paradigmáticas das várias áreas do conhecimento do mesmo modo que agenciam a inserção dessas pessoas – que publicam ou são focos de análise – enquanto produtoras de conhecimento, o que remete ao processo de visibilização. Segundo ela,

Nós [equipe do Núcleo editorial] queríamos que a revista, desde o começo, isso é claro, fosse referência num campo que estava se constituindo em 1993. Já tem muitos anos que ela se constituiu e ela é uma referência no campo, na constituição e na consolidação desse campo. Então, é por isso, essa marca, a gente apostou nesse diálogo com essas teorias e pensando como isso também dava uma virada mesmo na epistemologia (Beleli, entrevista realizada em 27/04/2020).

Em princípios dos anos 1990, o grupo acolheu a iniciativa do nome para a publicação que foi trazida por uma de suas colaboradoras, Elizabeth de Souza Lobo. Essa ideia foi debatida e aprovada pela equipe. Em relação a aceitação do título *Cadernos Pagu*, Mariza Corrêa (1993) destaca a importância de

Patrícia Galvão¹⁰¹ (Pagu) num cenário intelectual e político, por vezes, pouco visibilizado. Uma vez trazida a memória de seu nome na intenção de estabelecer o dinamismo que a revista pretendia representar, a publicação passa a receber contribuições, de início a partir de convites, com a intenção de divulgar a publicação nos espaços acadêmicos por pares, assim como fora desse âmbito por movimentos sociais de formação de bases que possuíam uma inspiração feminista.

Um dos exemplos com os quais podemos trabalhar aqui é o ano de 2006, com a edição do número 27, que trata a questão da crítica feminista da ciência quanto à ampliação do conhecimento científico e que foi projetado a partir das experiências de observação, inserção, análise e discussão de experiências feministas. Esta é uma das temáticas recorrentes ao longo dos anos, por exemplo, no número 10 (1998) e, ainda, no número 15 (2000) (Rêgo, 2017).

Cadernos Pagu, assim como outras revistas acadêmicas feministas, incentivou e auxiliou a consolidação dos estudos na área da mesma maneira que noutros espaços acadêmicos chamados de periféricos. Isto pode ser reconhecido como uma forma de representação de uma força ainda maior na divulgação de produções acerca dos temas, do mesmo modo que tem uma relevância social, sendo avaliada como tão ampla quanto a acadêmica (Lopes & Piscitelli, 2004: 116).

A revista esteve sempre ligada ao núcleo de estudos de gênero da Universidade Estadual de São Paulo (Unicamp) e, desde o princípio, divulga gratuitamente essa produção. Essa diretiva de gratuidade da divulgação científica é destacada por Lara Beleli (entrevista realizada em 27/04/2020), para quem há uma radical oposição à cobrança para acesso ao material veiculado pelo periódico devido a diversos fatores. Em especial, destaca que, na área das ciências humanas, essa medida é pouco verificada. Portanto, embora diante de cenários adversos, compostos por intensa precarização do quadro geral do fomento da ciência e tecnologia no país, associada a condições laborais cada vez mais difíceis, a divulgação gratuita de excelência científica pretende ser um compromisso ético e político, além de pressionar para que ele venha a ser exercido enquanto política pública.

De início, a grande dificuldade era a operacionalização de um grande trabalho (quase artesanal), desempenhado por poucas pessoas, que, naquele momento, já acumulavam diversas tarefas dentro dos espaços acadêmicos onde estavam inseridas. Nesse sentido, são destacadas, por Lara Beleli (entrevista realizada em 27/04/2020), as horas extras relativas à recepção de material, leitura, análise, envio para

¹⁰¹ Patrícia Galvão é mais do que um símbolo do feminismo brasileiro. Ela foi uma mulher voltada às artes, às causas políticas progressistas, à defesa de posicionamentos livres, do ativismo em seu formato mais amplo, e implementou em sua vida as ideias pelas quais militava. Em nossa leitura, por si próprias, essas medidas já projetam a evidente intenção do grupo, uma revista consolidada no cenário acadêmico como uma das principais de sua área.

avaliação, contato posterior com a autora/autor, assim como processos de diagramação, impressão e, somado a isso, o envio desses materiais¹⁰²:

a revista é muito caseira [ainda em fins dos anos 1990]. Fazíamos tudo, tudo, tudo. Não tinha dinheiro, não tinha CNPq, então, era eu e mais uns colaboradores. Mas o trabalho do dia a dia, éramos eu, Adriana [Piscitelli] e a Mariza [Corrêa]. Para você ter uma ideia, nós não tínhamos nada *online*. Era tudo em papel, então, a gente fazia essa revista em papel, que é caro. Depois, a gente tinha uma coisa que era quase tão cara quanto, que era o correio.

A profissionalização dos de edição de uma revista acadêmica, inclusive a indexação a grandes plataformas, impôs um ritmo de amadurecimento à equipe. São decorrentes desse amadurecimento a própria ideia de experiência que foi sendo adquirida a partir dessas dificuldades, assim como a associação com outras pessoas competentes na área, além de um estímulo financeiro. A entrevistada destaca a “venda” de números como um meio de manutenção dos predecessores:

antigamente, a gente ia para os eventos, levava aquelas malas de revistas, procurava uma parceria com uma das livrarias, dava um percentual, quer dizer, aquele [processo] é muito trabalhoso, mas foi aquilo que nos sustentou durante muito tempo. A gente vendia revista em papel para fabricar sempre o próximo número.

A revista está disponível em diversos indexadores nacionais e internacionais, o que facilita e potencializa a sua projeção. O próprio grupo constituinte participa de diversas discussões em seminários em várias contextualidades, o que auxilia nessa dimensionalidade de internacionalização enquanto critério de manutenção, assim como estimula a recepção e o convite para as pesquisas ali desenvolvidas, possibilitando a ampliação de outros olhares. Também incentiva o envio e a divulgação do que se produz e se pensa em relação a determinados temas para essas realidades nas quais estão participando.

Sobre a alteração de cenários de divulgação e os desafios que representa uma publicação acadêmica de caráter feminista, Iara Beleli (entrevista realizada em 27/04/2020) afirma que, apesar de os desafios continuarem exigentes (o financiamento, a ausência de profissionalização, o acúmulo de trabalho), há espaços de mudança e ampliação de formas de atuação, como podemos observar no trecho a seguir:

As ideias persistem. Esse é um campo fértil. Se a gente pensar em termos históricos, é um campo ainda muito novo, porque é 20, 30 anos. É ontem, se a gente for pensar. Então, as ideias persistem. Essa coisa de a gente pensar na importância dessas teorias, já te disse mais de uma vez, para virada epistemológica, a importância dessas teorias para a gente pensar temas e diálogos teóricos de uma maneira distinta.

¹⁰² É importante ter em mente que, inicialmente, havia apenas a condição da leitura em formato impresso. Esse aspecto demandava, para além de um tempo substancial, um investimento financeiro significativo.

Noutro momento da entrevista, a editora aponta a divulgação em ambientes virtuais como facilitadora não só da divulgação da publicação, mas também como uma ferramenta que auxilia na comunicação e possíveis correções, isso em comparação ao período inicial em que era publicada apenas em formato impresso:

Hoje as coisas são um pouco mais fáceis, porque, enfim, qualquer erro que a gente faça, está tudo *online*. Mesmo que saia uma edição com algum erro, depois, é possível fazer uma correção, enfim, enviar uma correção para o próprio *site*... (Beleli, entrevista realizada em 27/04/2020).

A partir dessa breve descrição do processo histórico de constituição e consolidação da *Cadernos Pagu*, podemos perceber como se deu sua atuação como uma das mais importantes revistas acadêmicas na área tanto pela sua longevidade, como pela qualidade do que veicula.

2.3 Moçambique

A academia no continente africano ainda é uma construção tardia (Murunga, 2005: 398), principalmente, se considerarmos os processos que envolvem a concepção de trabalhos sobre EMGF. Quando se discute os feminismos na África, algumas vezes, não se considera aspectos contextuais importantes e que variam significativamente para cada sociedade e sua constituição cultural, aquilo que podemos chamar também enquanto tradição (Arnfred, 2009: 153). Perceber essa realidade é também uma atribuição de feministas de fora desses espaços, principalmente, para auxiliar na própria identificação e estabelecer paridade e não apenas um olhar de distanciamento, preocupação e julgamento.

Moçambique, num curto espaço temporal, passa do colonialismo português para o regime socialista, liderado pela Frente de Libertação de Moçambique (Frelimo). Após fins da década de 1980, integra o Programa de Restruturação Econômica do Banco Mundial (BM). As lutas feministas em Moçambique são, de maneira genérica, divididas em três grandes momentos: o período pré-colonial; a luta pela libertação; e o processo pós-independência.

De acordo com Signe Arnfred (2004b: 109), durante o período do governo colonial, o mais longo dos três, a ideia de se possuía sobre o papel de colonizar estava ligada ao processo de civilizar os povos originários, “o fardo do homem branco” e a “missão civilizadora”¹⁰³. As regras de gênero eram aquelas vivenciadas por Portugal, com o aprofundamento das questões de etnia/raça e classe, além de questões outras, nomeadamente de ordem cultural. Destacamos que as lutas estavam centradas, e não

¹⁰³ Ver. Maria Paula Meneses (2004) e María Lugones (2011). Para o caso do Brasil, ver Maria Odila Dias (1974).

exclusivamente, no embate contra o colonialismo. Por múltiplos fatores, uma grande parte dessas ações não estão ou mesmo não foram documentadas, sendo a maior parte delas transmitida de forma oral ou consideradas enquanto lendas locais, gerando um crivo de desconfiança.

A segunda fase destaca-se pela participação das mulheres na luta armada, empreendida por meio da Frelimo, notadamente em áreas urbanas do país. Após um período de instrução militar, muitas mulheres pegaram em armas de fogo a fim de garantir a segurança de suas localidades¹⁰⁴. É um período contraditório, pois inicia-se com a necessidade da participação das mulheres na luta armada e, quando a Frelimo ascende ao poder, as exclui do processo decisório, o que gera uma forte sensação de traição.

A terceira fase é a da tentativa de criação de infraestruturas ligadas ao enfrentamento político e social das assimetrias de gênero por meio de diversas ações e de constituição de organizações sociais governamentais, não-governamentais, nacionais e/ou estrangeiras, a fim de diminuir as altas discrepâncias nesse aspecto, especialmente em aspectos como o trabalho, a sexualidade, a família e a maternidade. Houve um momento de combate, por parte do governo moçambicano, à política do *lobolo*¹⁰⁵. No entanto, a ideia que acabou por ser empregada pelo governo foi a do papel da mulher na (re)produção da nação (Pinho, 2015: 170), noutras palavras, a mulher-servir, a mulher-nação, a mulher-projeto coletivizado. A partir da tentativa em acabar com os “atrasados rituais”, as pessoas passaram a exercê-los na clandestinidade, num duplo processo de resistência/manutenção e enfrentamento. Ao mesmo passo que se evidencia a incoerência quando do ingresso de Moçambique numa economia de mercado capitalista (neoliberal e predatória), acelera-se a alteração dos cenários e ordens sociais, que passam a afirmar o poder do gênero masculino na medida em que pulverizam as relações culturais de origem matrilinear.

As temáticas investigadas, nesse momento, estão bastante associadas à participação de mulheres nos processos de libertação de Moçambique, seja do período colonial – num histórico mais recuado –, seja na luta armada pela independência ou, ainda, no processo de implementação do novo governo (Casimiro & Andrade, 2007: 2).

Isabel Casimiro (2014a: 87-88) realiza uma síntese de muitas das visões acerca do feminismo africano. Segundo a autora, eles surgem tanto por influência do exterior (principalmente decorrentes de organizações feministas ou de defesa dos direitos das mulheres), assim como pelos contextos nacionais

¹⁰⁴ Em larga medida, a representação da chefia familiar passou a ser exercida por mulheres, sendo essas famílias, em sua maioria, compostas por uma concentração de idosos e crianças, decorrente do grande fluxo migratório de homens para trabalhar em minas, dentre outros setores, na África do Sul. Essa medida auxiliou no ingresso de mulheres na luta pela independência (Casimiro, 2014a; First, 2015; Machel, 1973a; Manghezi, 1980).

¹⁰⁵ Prática de casamento arranjado, acordado economicamente entre a família do noivo ou, ainda, como destacado por Osmundo Pinho (2015: 163) pelo “preço-da-noiva ou prestações matrimoniais”. É uma forma tradicional de união exercida em algumas regiões da África Austral. Para aprofundar essa dimensão social e ritualística, cf. Mia Brandel (1958), Jacimara Santana (2009), Fabiane Furquim (2016) e Ruben Taibo (2012). Signe Arnfred (2015c) também destaca essa passagem do governo local, FRELIMO, de tendência socialista para uma política mais neoliberal e a transferência de responsabilidade para a mulher, com destaque para o uso de seu corpo.

(em grande medida, pela ideia de um matriarcado ancestral, do mesmo modo que pelo envolvimento na luta anticolonial, muitos desses enfrentamentos podendo ser definidos enquanto movimentos femininos). Além disso, destaca a importância da subjetividade e a construção das identidades de sujeito; o papel do corpo, enquanto elemento a ser libertado de muitas prisões, inclusive de uma construção cultural como o racismo; e ainda o sentido ampliado dado conceito de cidadania, estimulando a participação das mulheres em espaços políticos institucionalizados, porém, não somente nestes. Esses elementos auxiliam na composição de um movimento com caráter mais local, comunitário, preocupado com questões da cotidianidade e calcado nas lutas sociais características da década de 1980, desse modo procurando incentivar o protagonismo dos muitos grupos, inclusive nos espaços políticos, nos anos 1990.

Em Moçambique, pós-independência, as instituições coloniais são herdadas e, de certa maneira, mantidas pelos grupos que ascendem ao poder – nesse caso, os membros da FRELIMO, fundada em 1962¹⁰⁶. Obviamente, não são elementos meramente de continuidade que podem ser verificados, surgindo, por exemplo, um novo modelo educativo como maneira de promover a ciência. Em 1977, Moçambique passa a ser um país ideologicamente ligado à perspectiva marxista-leninista, fazendo parte de um conjunto de países que formavam um socialismo africano potencializado por um cenário macro marcado pela Guerra Fria e muitas de suas derivações. Em relação ao período pós-independência, Isabel Casimiro (2014a: 178) expõe o papel das campanhas de alfabetização e salienta essa realidade para o caso específico das mulheres, grupo sobre o qual, após esse período, a escolarização, em números totais, passou de 3% (na década de 1980) para 15%, na década seguinte. No entanto, os dados ainda são alarmantes, pois se observarmos outros indicadores, incluindo o acesso à saúde básica e à participação política enquanto eleitas – nesse último aspecto, com efetividade de cargos legislativos a partir de 1977 –, podemos perceber que há muitos espaços para intervenção.

Na década de 1980, a *Liga Feminina Moçambicana* (LIFEMO), o *Destacamento Feminino* (DF) e a *Organização da Mulher Moçambicana* (OMM) passam a protagonizar várias discussões, inclusive sobre o papel das mulheres na luta armada (Iglésias, 2007: 139). Em 1991, é criado o *Departamento de Estudos da Mulher e do Gênero* (DEMG), na Universidade Eduardo Mondlane (UEM), no Centro de Estudos Africanos (CEA), com caráter interdisciplinar, congregando diversas ativistas acadêmicas (Iglésias, 2007: 139; Casimiro & Andrade, 2007: 7).

¹⁰⁶ Isabel Casimiro (2014a: 186) ressalta que foi um movimento nacionalista que tratou a ideia de libertação das mulheres, sendo assim, um modelo mais novo de se conceber a luta e posterior construção social: “A Luta Armada demonstrou que um dos principais indicadores dos avanços e revezes da revolução, estava ligado ao processo de libertação da mulher. É de salientar que as mulheres utilizaram as mudanças nas ideologias de gênero, que tiveram lugar durante a luta, para renegociar as relações e os papéis na esfera doméstica”.

A incapacidade do governo, tanto por problemas internos, quanto por pressões políticas e econômicas externas, em conseguir garantir acesso a bens sociais básicos para a maioria da população do país aumenta a disparidade entre classes e entre gêneros. Esse processo acentuou-se, como nota Teresa Cruz e Silva (2002: 77-78), principalmente nas décadas de 1980 e 1990. Um dos mecanismos utilizados para ultrapassar essa situação foi a criação e o incentivo de redes de solidariedade (associativas ou cooperativas) (*idem*: 80). Estas destacam-se pelos laços criados, que acabam por estimular a emancipação da população, principalmente da mais vulnerável e que não é amparada pelo Estado e que, na maior parte das vezes, é constituída por mulheres. Estas acabam formando ou acentuando os índices de informalidade exercendo empregos precários, com pouca segurança e sem incentivos além dos baixos salários (*idem*: 2002: 82).

Catherine Coquery-Vidrovitch (1997), em fins da década de 1990, afirma que a história das mulheres no continente africano possuía poucos registros, ou melhor, estava sendo pouco analisada. Esse dado é significativo, primeiro, devido à incipiente discussão em torno dos EMFG no continente e, em especial, no caso moçambicano; segundo, pela masculinização dos espaços, quer em termos de proporcionalidade entre sexos, quer do que se investiga, o que representa contextos mais adversos; e, terceiro, decorrente do desprestígio dos EMGF associado aos componentes do racismo e do colonialismo, ainda bastante presentes. No entanto, vale ressaltar as tentativas de rompimento que podem ser verificadas, tanto no interior da África, como de outros países.

Apesar dos esforços do programa *Reconstrução Nacional da Frelimo*, as desigualdades de gênero continuaram altas. Com a guerra civil no país, essas políticas foram secundarizadas, ou mesmo obliteradas, havendo apenas, em 1992, a partir do Acordo de Paz, algum cenário que possibilitasse a discussão de forma sistematizada.

Relativamente ao aspecto educacional do país, Samora Machel (1973b, 1974) apela para o papel transformador da pedagogia, nomeadamente para fomentar a formação das novas gerações. Ele descreve a educação enquanto elemento revolucionário, em antagonismo ao modelo implementado pelos colonos, ainda mais elitizado quando se referia ao acesso ao ensino superior, que estava relegado apenas a uma elite local. Samora Machel (1974: 3) descreve que “a discriminação social do ensino é acentuada pela discriminação racial”, sendo essa uma das reivindicações, que, associada a tantas outras demandas, desafiavam, naquele momento, a permanência do regime no poder.

Durante a guerra civil, destaca Olga Iglésias (2007: 139-140), muitas escolas e centros de formação de docentes foram destruídas, dificultando ainda mais o acesso das comunidades. Professores/as foram perseguidos/as e/ou mortos, estudantes mutilados, outros eram raptados a fim

de engrossar as fileiras da guerra, sem mencionar os muitos casos de violação. A generalização da miséria era uma frequente realidade. Outras questões essenciais estavam estagnadas ou não existiam, fazendo com que milhões de pessoas não tivessem acesso a bens básicos, tais como saúde, justiça, trabalho (remunerado)¹⁰⁷. Decorrente desse contexto, a análise das condições sociais passou a ser objeto central dos EMFG no país, incluindo temas como a saúde, a violência, a injustiça, a miséria.

Isabel Casimiro (2014a: 95) chama a atenção para a situação precarizada das mulheres nas universidades africanas e aponta que esse tema é ainda secundarizado. Apesar de pretender criar uma história da África, sob pontos de vistas menos eurocêntricos, as propostas, segundo a autora, não incluíam as mulheres (*idem*: 97). Isso também demonstra a dificuldade de consolidação de investigações sobre EMFG por parte dos feminismos africanos, pois a criação das bases ainda é bastante colonial e perseguida por um pequeno conjunto de acadêmicas. Inclusive, a troca de experiências pode ser observada, de acordo com Isabel Casimiro (2014a: 100), no caso do feminismo em Moçambique, através do conceito de gênero, que possui forte inspiração das feministas latino-americanas e espanholas.

O intercâmbio teórico era muito maior entre Brasil e Moçambique, principalmente no envio do primeiro para o segundo, mas também merece destaque o número de autoras/es dos EMFG que publica em revistas portuguesas. Portanto, há uma troca teórica, em vários aspectos indiretos, entre os países investigados. Muitas intelectuais feministas moçambicanas aprofundaram seus estudos (na sua maior parte, mestrados e doutorados) ou trabalharam em universidades de países europeus, com destaque para Portugal. Destacamos, entre os casos de acadêmicas oriundas de países africanos com língua oficial portuguesa, Eurídice Monteiro (Cabo Verde), Inocência Mata (São Tomé e Príncipe), Isabel Casimiro (Moçambique), Maria Paula Meneses (Moçambique) e Teresa Cruz e Silva (Moçambique). Em grande parte, essas feministas trabalham com epistemologias que não compõem o *mainstream* acadêmico.

A criação do CEA é crucial para compreender Moçambique e suas dimensões relacionais em diversos níveis. Isabel Casimiro (entrevista realizada em 05/05/2020) destaca que o CEA

é pensado, durante a luta armada, por se acreditar na necessidade de ter um grupo que pudesse fazer a pesquisa e que pudesse pensar, refletir criticamente sobre a luta armada e sobre o período posterior à luta armada. Isto era o que o Aquino de Bragança sempre nos dizia, sobretudo aquele grupo que esteve em Argel e onde

¹⁰⁷ Os temas trabalhados que mais se destacam no país são a violência doméstica (Arthur & Mejia, 2006a; 2006b; Andrade, 2009; Osório & Cruz e Silva, 2016), a violação de menores (Osório, 2012; 2011a; 2011b; 2011c), a violação (Osório, 2005a; Mejia & Arthur, 2007), a violência de gênero (Osório, 2007b), a família (Monteiro, 2007), a legislação (Arthur; Cruz e Silva; Sithoe & Mussa, 2012; 2011), a saúde, HIV (Cruz e Silva & Andrade, 2005; Arthur, 2007; Loforte, 2011), aborto (Andrade, 2007; Ustá, 2011); casamentos prematuros (Arthur, 2010); gênero e democracia (Osório, 2004; 2005b; 2005c; 2010a; 2010b), as eleições (Osório, 2005b, 2005c; Osório & Macuácuca, 2014; 2015), o poder político (Osório, 2005b; 2005c; Osório & Cruz e Silva, 2009), patriarcado, cultura/tradição (Loforte, 2003; Govender, 2010; Osório & Macuácuca, 2013); os direitos humanos e mulheres (Casimiro, 2003; Sithoe, 2010; Osório & Cruz e Silva, 2018), os movimentos sociais e a violência (Loforte, 2009), o ensino superior e emprego (Cumbi, 2009), a poligamia (Sithoe, 2009), as identidades de gênero (Osório & Cruz e Silva, 2008a; 2008b), a pobreza e gênero (Loforte, 2008), o poder político (Osório, 2007a), a educação e saúde sexual (Loforte, 2007), as identidades (Osório, 2006a), o matriarcado (Osório, 2006b), o feminismo (Arthur, 2005; Facio, 2006), a sexualidade (Osório, 2006c; Silva; Andrade; Osório & Arthur, 2007; Osório & Cruz e Silva, 2008a) e a economia – expropriação (Osório & Cruz e Silva, 2017).

estiveram também alguns brasileiros (...) [e] fê-los refletir sobre a necessidade de ter essa intelectualidade orgânica que pudesse pensar sobre o país. Há muita gente que diz: “mas então por que é que se chamou Centro de Estudos Africanos e não Centro de Estudos Moçambicanos? (...) estudar Moçambique no contexto da África Austral, porque é um subsistema. Esse subsistema da África Austral com a África do Sul como a luz era o sistema de CONSAS, *Constellation of States*, mais tarde SADCC, a contrapor a isso. Então, estudar os países que estavam completamente dependes da África do Sul no contexto dessa região austral da África, mas também no contexto maior do continente e, depois, do mundo dentro desta perspectiva de um sistema-mundo, capitalista, etc. Então, a ideia sempre foi essa. [...] Está situado aqui, tem as suas raízes em Moçambique, mas olha para mais longe, no continente, e, depois, na região. No continente e, depois, para outros países. E a revista era, sobretudo, para refletir sobre Moçambique também em relação a isso.

Há, como aponta Maria Paula Meneses (2004), uma exclusão dos conhecimentos africanos das ciências, o que reforça o estereótipo de “atraso” aplicado a esses países – em especial, Moçambique – e mantém a hierarquização dos saberes cientificamente aplicados. Some-se a isso a ausência de financiamento para as investigações que é amenizada pelos usos das consultorias. No entanto, esse fenômeno auxilia numa “proletarização intelectual” que contribui para o baixo impacto social que as investigações possuem nesse cenário (*idem*: 735). Sendo assim, um reforço na crítica aos modelos eurocentristas e androcêntricos deve ser uma constante na prática de quem exerce a investigação.

Olga Iglésias (2007: 140) e Isabel Casimiro (2014a; 2015: 56) informam que, a partir da década de 1990, pode-se identificar, com maior objetividade, organizações feministas em Moçambique¹⁰⁸. Isso foi impulsionado por legislações que asseguravam a livre associação de pessoas e facilitaram esse tipo de formação coletiva, mas não impediu o surgimento de movimentos femininos antes desse momento, que, em grande medida, lutaram pelo processo de independência do país. Alguns dos organismos foram criados sob pressão política exterior, de modo geral, forçando uma contrapartida do país no incentivo a essas associações, o que denuncia elementos autoritários do governo, além da não atenção a esses temas, tal como durante a quase totalidade do período colonial. Não obstante, outras associações de mulheres surgiram no decorrer desse processo, o que representa uma necessidade de união de forças para criar cotidianos melhores.

Em 1991, é criada a *Associação Mulher Livre e Desenvolvimento* (MULEIDE), em Maputo, que trata das questões que envolvem os direitos humanos das mulheres. Estão presentes também outras

¹⁰⁸ Compostas, em grande medida, também por ativistas acadêmicas, que possuem a perspectiva de empoderamento e formação política associada à construção de uma cidadania participativa. Todavia, em 1973, a FRELIMO criou a Organização Mulher Moçambicana (OMM) (Arnfred, 1991: 50) e, posteriormente, surge o União Geral das Cooperativas, ambas em Maputo. Isabel Casimiro (2015: 59) informa que, desde esse período, podem ser encontradas associações de mulheres de “caráter sócio-profissional”. Destacamos a PROGRESSO, criada em 1991, que não estava localizada na capital, descentralizando o processo¹⁰⁸, assim como a Associação para Promoção do Desenvolvimento Econômico e Sócio-Cultural (MBEU) e a Associação Moçambicana para o Desenvolvimento da Mulher Rural (AMRU). Por iniciativa muito mais exterior, principalmente quanto ao financiamento, diversas organizações são criadas no país. Destacamos, também no ano de 1991, o *Fórum Mulher*, que possuía regularidade mensal de reuniões, com objetivos de promover a conscientização e o papel social das mulheres, montado, em 1993, sob a direção mais intensa de organizações feministas locais¹⁰⁸. Para mais informações, verificar o site <http://forumulher.org.mz/> e Isabel Casimiro (2014a: 273-324).

associações ligadas à família e ao acesso de mulheres à economia, sobretudo à sustentabilidade social. Há, nesse momento, uma relação descrita por Isabel Casimiro (2015: 60) como conturbada, principalmente entre os movimentos feministas e o governo, em grande medida pelo fato de a luta de gênero não ser um dos objetivos deste. Além disso, como noutras realidades, o apoio das mulheres foi decisivo para se alcançar várias das intenções. Posteriormente, foi negligenciado e subvalorizado. Conforme evidencia Signe Arnfred (1988: 5), o apoio das mulheres foi exercido de forma intensa na guerra. A criação de estereótipos do cuidado com o outro antes de si mesmas era incentivada para limitar os seus desejos de ascensão política por parte das lideranças mais questionadoras, que também cooptaram algumas dessas organizações de mulheres (Casimiro, 2014a: 18).

Como no caso português (Tavares, 2011), a expressão feminismo não foi compreendida como forma de emancipação e foi utilizada para deslegitimar discursos e práticas. Os movimentos feministas moçambicanos procuram articular-se tanto no interior do continente africano, quanto fora dele, numa troca de experiências. Contudo, nem todas as associações de mulheres autointitulam-se feministas, o que, a nosso ver, corrobora o discurso acima e demonstra um desconhecimento do que são os feminismos, suas agendas e formas de atuação. Essas medidas auxiliam a formação de um feminismo de conotação mais liberal, como defende Isabel Casimiro (2015: 62), principalmente a ideia de defesa das pautas mais individuais, o que pode fomentar a institucionalização de uma tecnocracia de gênero. Um desses elementos é a violência de gênero, que foi apropriada como um objetivo do governo. Todavia, essa é mais uma das contradições expostas, intensificando a complexidade dessa realidade e singularizando ainda mais as práticas feministas exercidas nesse contexto.

Os questionamentos das acadêmicas feministas moçambicanas evidenciavam-se no combate à poligamia, aos ritos de iniciação¹⁰⁹ e a outros hábitos culturais, que passaram a ser exercidos de modo clandestino (Arnfred, 1988). Muitas conferências, com destaque para a Conferência Extraordinária da Organização da Mulher Moçambicana, foram criadas para se discutir as ações que seriam tomadas, assim como as formas de abordagem, localização, dentre outros fatores. No entanto, denuncia Signe Arnfred (1988: 7-8; 1991: 49), a fim de minimizar a organização das mulheres, as medidas foram tomadas pelo recém implantado governo, dirimindo a força e a regularidade das reuniões, demonstrando uma evidente atuação conservadoras da camada política local. As lideranças da OMM, inicialmente composta por mulheres que lutaram nas fileiras da Frelimo, com a independência, foram substituídas por mulheres indicadas pelo governo. A frágil, porém, existente autonomia feminina surgida durante a

¹⁰⁹ Os ritos de iniciação são realizados, em sua maioria, na região norte do país, como destaca Signe Arnfred (1988: 8). Podem ser compreendidos, segundo a autora, como uma dualidade de manutenção e resistência. Para Signe Arnfred (1988: 80), há uma formação de "identidade de gênero feminina coletiva forte, autoconfiança, cheia de risadas". Esses ritos, em Moçambique, de forma geral, não se constituem com violação física e sim com educação sexual, sobretudo satisfação sexual.

guerra foi posta de lado, a submissão voltou a ser ordem. Todavia, enfrentamentos e resistências também são assinalados¹¹⁰.

Um momento de destaque ocorre no ano de 1985 com o seminário *A Mulher na Reconstrução Nacional em Moçambique*, realizado em conjunto entre a ONU, a UEM e outras organizações políticas (institucionalizadas ou não), que procuravam evidenciar investigações acerca dos EMFG no país. Foi ressaltado que a formação educacional feminina auxiliava o fomento da temática e essa passa a ser uma das contribuições do evento.

O CEA, localizado em Maputo, em 1989, surgiu por meio de uma associação entre algumas organizações feministas, nomeadamente, o Instituto Superior Pedagógico (ISP), a OMM, a União Geral das Cooperativas de Maputo, a Associação Moçambicana para o Desenvolvimento da Família (AMODEFA), a Direção Nacional de Desenvolvimento Rural (DNDR) e órgãos governamentais. Como destacam Isabel Casimiro e Ximena Andrade (2007: 7), possui o objetivo de criar as bases sobre a temática nos diversos planos (macro, meso e micro). É um período de complexidade contextual para o desenvolvimento dos estudos sobre mulher tanto internamente ao país, como em outras realidades do mundo.

Isabel Casimiro e Ximena Andrade (2007: 13) afirmam que as principais correntes epistemológicas trabalhadas pelas feministas acadêmicas moçambicanas, principalmente após a década de 1990, estão ligadas aos feminismos marxista, nacionalista e pós-estruturalista.

De acordo com Isabel Casimiro e Ximena Andrade (2007: 4-5), há uma tentativa de introdução do conceito de gênero em Moçambique – e em outros países pobres do continente – por meio de ONG internacionais, organizações ligadas à ONU e até mesmo pelo governo local, de caráter *mainstream*. Por sua vez, esse conceito é definido, por muitas teóricas, principalmente do Norte epistêmico, como mais bem aplicado que a própria concepção de feminismo, pois o conceito de feminismo possuía uma forte conotação política – militante – que poderia extrair a efetiva capacidade de aplicabilidade de ideias emancipadoras de forma concreta. Essa medida, segundo as autoras, possibilitou um esvaziamento ou mesmo uma associação do gênero apenas ao sexo ou, ainda, simplificando a experiência política na discussão do conceito (gênero) utilizado, numa evidente dimensão de assistencialismo. Todavia, o grupo de ativistas acadêmicas local (aquelas que possuíam enquanto objeto de análise os EMFG em relação a Moçambique, nacionais ou estrangeiras) passam a questionar essa utilização e a aprofundar as análises,

¹¹⁰ Outro aspecto a atuação feminina na esfera do trabalho remunerado como um dos caminhos para se superar as discrepâncias de gênero. No entanto, como verifica Signe Arnfred (1991: 50), nas propagandas da Frelimo, as mulheres poderiam realizar tarefas consideradas masculinas, mas não se verifica o contrário, o que sublinha a ideia de acúmulo de atribuições, manutenção da dicotomia público e privado, além da estereotipação dos papéis de gênero.

evidenciando o que chamam de desenvolvimento “do feminismo crítico”, em oposição a essa tentativa de neutralizar o gênero¹¹¹.

O periódico *Estudos Moçambicanos* tem origem em fins da década de 1970 e início de 1980, com a publicação de três volumes, sob a editoração de Ruth First¹¹². Tendo sido criada em 1979 e tendo seu primeiro número divulgado no ano seguinte, esta revista é editada até 2014 e possui um total de 23 volumes¹¹³. A consulta a seus números deve-se ao foi possível recorrendo ao trabalho voluntário de Colin Darch, que mantém a integralidade do acervo em ambiente virtual¹¹⁴ com consulta gratuita.

A publicação faz parte do esforço do CEA, localizado na UEM, em divulgar trabalhos tendo como foco o Moçambique. Inicialmente, publicava trabalhos ancorados numa leitura marxista acerca dos problemas detectados na dada realidade, inclusive pelo forte momento de instabilidade política que o país atravessava, conforme nota Ruth First (1980: 2). Com o passar do tempo, e diante das adversidades que ocorreram, nomeadamente quando das trágicas mortes de Ruth First (por uma carta-bomba, em 1982) e Aquino de Bragança (num acidente aéreo, em 1986), durante um breve tempo, a periodicidade da publicação passa a ser irregular. Desse modo, a editoração e a divulgação da revista são interrompidas de forma abrupta. A sua publicação foi reiniciada alguns anos depois, apresentando uma periodização semestral, ainda que com algumas variações de acordo com o ano. Essa dificuldade na manutenção de periodicidade da publicação pode ser explicada por diversos fatores. A ausência de financiamento perene – ele era majoritariamente captado fora do país, de modo muito concreto por meio de esforços pessoais de Aquino de Bragança, embora não só – é uma das explicações possíveis, dado que o custo de impressão e tradução dos textos era elevado. Essa inconstância de financiamento representa também as fases que o CEA atravessou e as medidas políticas que foram sendo adotadas diante das realidades apresentadas. Isabel Casimiro (entrevista realizada em 05/05/2020) informa que

Por isso é que a gente costuma falar em várias fases no Centro de Estudos Africanos. O indivíduo ou a indivíduo tem um papel na história. Portanto, num certo período nós tínhamos o Aquino de Bragança (...) então, em certa medida, esses períodos são

¹¹¹ As autoras expõem a concepção de gênero com a qual partilham e demonstram o engajamento que compreendem para sua utilização. Disponibilizamos, por completo, essa informação, pois acreditamos ser importante na medida em que estabelece um contraponto com a tentativa “acrítica” e, por vezes, comprometida e apropriada com regimes políticos e não necessariamente com um projeto humanitário baseado na liberdade de pensamento, corpos, prazeres e vidas. Para tanto, as autoras exprimem que “A perspectiva feminista de gênero que defendemos parte da análise das relações sociais entre mulheres e homens e entre mulheres e entre homens, permitindo estudar o modo como são construídas, social e relacionalmente, a identidade feminina e masculina, e reconhece que a natureza social da hierarquização nas relações de gênero é a condição fundamental para pensar as transformações e recusar que as diferenças entre mulheres e homens sejam naturais. A construção da feminilidade e da masculinidade interrelaciona-se com as variáveis de cor da pele/etnia, classe, origem rural/urbana, formação, estatuto, como já mencionado e, a partilha entre poderes, saberes e competências nas diferentes dimensões da sociedade, está em permanente renegociação, originando resistências e contestações, mas também a aceitação ou a penetração nos espaços da ordem estabelecida, em diferentes momentos e em contextos espaciais diversos. Na procura de uma identidade de projecto feminista que atinja as mudanças radicais para uma alternativa de um mundo realmente humano para mulheres e homens” (Casimiro & Andrade, 2007: 14). Ver também Adèkó (2005).

¹¹² Para aprofundar sobre a militante acadêmica ver. Aquino de Bragança e Briget O’Laughlin (1996).

¹¹³ Anos e respectivas publicações, 1980 – 1; 1981 – 2 e 3; 1983 – 5; 1986 – 5/6; 1990 – 7 e 8; 1991 – 9; 1992 – 10/11-12; 1993 – 13; 1996 – 14; 1998 – Número Especial (relativo ao 15); 1999 – 16 e 17; 2001 – 18 e 19; 2002 – 20; 2005 – 21; 2011 – 22 e 2014 – 23.

114 Ver. <http://www.mozambiquehistory.net/estmoc.php>

períodos importantes que definem as linhas do Centro de Estudos Africanos. Isso também acabou por... eu posso dizer, acabou por marcar a revista. Num primeiro momento o Centro de Estudos Africanos tinha muito apoio, muito apoio de várias organizações internacionais, tanto que conseguia ter **a revista em português e inglês, e sabe que traduzir para inglês é muito caro.** (...) Então, o Centro nos primeiros momentos conseguiu o dinheiro... nós podemos dizer que até 1990, mesmo depois da morte ou do assassinato de Aquino de Bragança, mas depois começou a ser muito difícil manter a revista. Eu lembro-me que nós discutíamos que cada revista que era feita na editora da Universidade Eduardo Mondlane podia custar U\$ 15 mil e nós nem sempre conseguíamos esse montante. Então, quer dizer, conseguimos manter a revista, mas nem sempre com a periodicidade que nós queríamos, porque inicialmente eram duas revistas por ano e, a partir de um certo momento, com essas perturbações todas que perturbam a direção do Centro, e as perturbações ao nível do país, quando a guerra é mais forte, isso cria algumas dificuldades. Se for a ver, os números que saíram” (Grifos nossos).

Como sublinha Joana Maria Pedro (2008: 87), há três os elementos básicos para “a sobrevivência de uma revista acadêmica”: financiamento por meio de organizações públicas ou privadas; suporte institucional, nomeadamente de órgãos de pesquisa, ciência e tecnologia, em grande medida em nível nacional e, se possível, internacional; e trabalho intenso de editoria. Consideramos que há necessidade de, pelo menos, mais um elemento a somar aos já citados – um conjunto de especialistas na área que possuam, ao mesmo tempo, conhecimentos teóricos e um senso de ativismo e compromisso com a causa, pois o trabalho numa revista acadêmica, especialmente quando se refere as publicações feministas, de forma genérica, é bastante compreendido em torno do voluntariado, o que também é revelador de uma certa precaridade e ausência de atenção por parte dos órgãos competentes.

A *Estudos Moçambicanos* apresentou-se como uma publicação crítica a partir de um olhar interdisciplinar, sendo, durante muito tempo, a única revista acadêmica no país. Em fins dos anos 2000, passa a ter a editoração de uma acadêmica feminista, Isabel Maria Casimiro, dentre outros/as integrantes do CEA, numa direção editorial rotativa. Há, nesse momento, colaboração tanto de académicas/os nacionais, como estrangeiros de forma mais ampla ou de maneira mais específica sobre os EMGF, sendo estes os trabalhos que serão objeto de análise em nossa investigação. Alguns são publicados em língua inglesa, no entanto, em sua maior parte, encontram-se em língua portuguesa.

A revista não se inscreve numa perspectiva especificamente feminista, na medida em que há uma dificuldade, naquele momento de fundação, em afirmar-se politicamente enquanto tal. Porém, fundadoras e participantes do processo intitulam-se como ativistas da causa e desempenham funções sociais, culturais e políticas que reclamam como feministas. Com o passar do tempo, seja devido ao contexto sócio-político-cultural ou a mudanças de editoria, percebe-se uma maior preocupação em debater o tema e as questões que com ele estão relacionadas de modo direto, circunscritos num tempo

e espaços determinados, além de evidenciar sua aplicabilidade. E acerca desse momento que Isabel Casimiro (entrevista realizada em 05/05/2020) providencia os seguintes detalhes.

Sabe que, durante os primeiros anos, nós não podemos falar que tivesse havido qualquer artigo feminista. Aliás, essa palavra quase que era... Quase, não. Praticamente, não se falava. Nós começamos a falar em feminismo a partir dos anos [19]90, não muito à-vontade, que foi quando começamos com os Estudos de Género. Em 1990, é criado o Departamento de Estudos de Género, que saiu do Núcleo de Estudos da Mulher, criado em 1988. Então, nós começamos... Para já, ter que começar a falar de género não era muito fácil, porque era um conceito novo. Falar do feminismo, então, ainda mais complicado, porque o feminismo foi muito criticado (Casimiro, entrevista realizada em 05/05/2020).

Além da criação do Departamento de Estudos de Género, a afirmação da importância e da necessidade de debater/discutir algumas das realidades femininas no país, para além das associações políticas como a *Women and Law in Southern Africa Research and Education Trust* (WLSA), foi tomada como aspecto de mobilização e divulgação do feminismo. No entanto, algumas das participantes na organização dos movimentos sociais estão no interior do espaço académico nesse momento e contribuem com artigos aqui analisados: ativistas académicas, militantes de grupos feministas e mulheres que estão no ambiente da política institucional ampliam essas produções e passam a discutir sobre as realidades do país e suas relações nesse interior.

Também podemos perceber que as mulheres que estavam à frente do processo de instauração do projeto do CEA e da revista possuem práticas feministas, seja por meio de seu ativismo académico, propriamente localizado no espaço citado ou mesmo em suas condutas políticas extramuros. Estas últimas podem ser observadas a partir das ações de reivindicação de participação cidadã por parte de outras mulheres. Mais uma vez, recorreremos à entrevista com Isabel Casimiro (entrevista realizada em 05/05/2020), que nos informa sobre essa atuação das mulheres pioneiras na constituição desse espaço de debate e conhecimento.

Então, não se falava nisso [sobre ser feminista e na luta feminista, em específico]. Se bem que a Ruth First era feminista, a Bridget O'Laughlin também. Há uma outra, uma britânica que esteve connosco... Ela, depois, até integrou o Conselho Municipal, o *Greater London Council*, quando houve eleições, depois de ela sair daqui... Qualquer coisa [Maureen] Mackintosh. Então, havia ali um grupo de mulheres que vinham de experiências feministas dos seus países, mas esse não era um assunto que se tratava, o que não quer dizer que as pesquisas não olhassem para estas questões, está a ver? [...] essas questões [EMGF] foram analisadas, mas, quando a gente pega nas pesquisas dos primeiros anos, não encontra essa perspectiva de género, uma perspectiva feminista. Está lá! Não se diz, também, porque não se falava. É melhor, até, desenvolver essas análises sem se estar a dar nomes, às vezes, porque era preciso escapar a certas coisas que aconteciam. Então, eu creio que foi a partir de uma dada edição da revista, a capa é cor de laranja [edição 11/12], se não me

engano, que saem os primeiros artigos. Aliás, toda a revista é sobre dois seminários que nós realizámos, portanto, eram “Seminários de Género”. Para um deles até convidamos a Sonia Corrêa para vir cá... Já tinha estado cá. [...] e depois há outras, não muitas. Nós não podemos dizer que há muitas, [...] mas isso é fruto desse Departamento de Estudos da Mulher e de Género e também do facto de nós termos estado juntas naquele projeto “*Women and Law in Southern African Research and Education Trust*”. Hoje, é uma organização independente...[...]. Esta pesquisa estava no nosso país como estava em muitos outros. Foi a partir daí que foi possível uma pesquisa mais sistemática¹¹⁵ (Casimiro, entrevista realizada em 05/05/2020).

A partir do excerto podemos perceber a dificuldade de se nomear uma causa para além daquela considerada prioritária (a de classe), inclusive com o destaque de não se creditar o “rótulo” feminista, por este conter diversas dinâmicas que iam além da luta socialista, como pudemos observar nos discursos de Samora Machel (Arnfred, 1988; 1991; Casimiro, 2005; Machel, 1973a).

Portanto, é latente o enfrentamento destas mulheres na constituição do espaço político moçambicano, do mesmo modo que as tentativas de não deixar diminuir a discussão sobre a temática e sua importância. Do mesmo modo, a incorporação do ativismo académico por um grupo significativo de mulheres que ingressa na docência e que possui uma militância política em outros locais (formais da administração pública ou mesmo em ONG e movimentos sociais) acaba por trazer a discussão através de seminários, mantidos durante muitos anos (Casimiro & Baia, 2014: 5) e a criação dos departamentos indicados no excerto anterior.

2.4 Portugal

O movimento feminista português¹¹⁶ pode ser compreendido de muitas maneiras. Partimos da premissa de sua atuação diferente dos formatos mais clássicos dos movimentos sociais, sendo suas associações também mais recentes se comparadas a outras realidades. Porém, é imprescindível assinalar as suas grandes conquistas – legais e não somente. Destacamos, ao longo desta secção, algumas delas, assim como as associações, grupos e coletivos que foram/estão atuando ao longo do tempo, quer a nível institucional, ligados a governos e academias, quer não.

Em um breve retrospecto histórico em Portugal (perceptível também noutras realidades), relativo à luta das mulheres por emancipação, destacamos que, no plano académico, são impostas condições para o acesso de mulheres a determinados cursos. Os cursos que possuíam um pouco mais de facilidade de acesso seriam aqueles que estavam, no imaginário corrente, mais ligados ao cuidado com o Outro,

¹¹⁵ Esse excerto possui uma fragmentação em seu arquivo de gravação devido a falha de conexão com a rede de internet e o programa utilizado para essa finalidade no momento. No entanto a ideia foi retomada, noutros períodos da entrevista e os “cortes” mantidos a fim de preservar a informação e manter a da mesma forma como a entrevistada preferiu.

¹¹⁶ Para mais ver: Maria José Magalhães, 1998a; 1998b; 2001; Manuela Tavares, 2000; 2011.

reforçando o estereótipo de uma pretensa “natureza feminina”. No entanto, apesar de percebermos alguns limites, essa medida implicava o acesso de mulheres – embora em número muito reduzido – ao ensino superior, como podemos conferir na tabela 2.

Tabela 2 - Mulheres no ensino superior (universidades e politécnicos, público e privado).

Período	Matrículas		Concluídas	
1960	7.038	29,1	534	24,5%
1970	21.964	44,4%	1.028	33,5%
1980	37.845	45,0%	5.470	50,0%
1990	87.083	55,5%	9.218	65,7%
2000	211.221	56,5%	20.581*	63,0%
2010	204.476	53,3%	35.597	60,1%
2020	214.731	54,1%	48.660**	58,4%

Fontes: 1960-1990 (Barreto, 2000, 108). 2000-2020 (PORDATA, 2021a; 2021b).

Legenda: *(1994); ** (2019).

Todavia, apesar de alguns limites, a partir dos anos 1960, é possível perceber um maior fluxo de mulheres ingressando em cursos universitários. Esses dados passam a crescer ainda mais nas décadas seguintes (Estanque & Bebiano, 2007: 21). A tabela 3 demonstra esse crescimento.

Tabela 3 - Número de mulheres docentes do Ensino Superior (universidades e politécnicos, público e privado)

Período	Total (%)	
1960	163	10,6%
1970	511	18,8%
1980	2.468	23,4%
1990	5.455	27,4%
2000	14.571	40,8%
2010	16.650	43,7%
2020	15.915	45,1%

Fontes: 1960-1990 (Barreto, 2000, 112). 2000-2020 (PORDATA, 2021c).

A descredibilização das mulheres feministas pelo Estado Novo¹¹⁷ assemelha-se bastante ao que ocorreu no Brasil, em momentos distintos (Soihet: 2005). Era uma forma de atuação que procurava manter o poder concentrado no próprio governo (Brandão, 2007: 68; Esteves, 1998: 51-78; Silva, 1983: 981-892), dificultando a organização de mulheres com agendas mais progressistas. Assim, auxiliava numa ausência de organização feminina, no sentido de estabelecer uma radical divisão no conjunto de mulheres, com a promoção de uma imagem destas como figuras que querem destruir a família e a

¹¹⁷ Todavia, não podemos deixar de mencionar que esses modelos de controle são exercidos em diferentes modalidades e em temporalidades distintas, não sendo exclusividade do estado Novo. No entanto, os ideais de moralidade e conservadorismo eram pilares do regime. Para observar o período anterior ver. (Esteves, 1998; 2010; Ribeiro, 2013; Vieira, 2008). Sobre essa representação pela mídia no período do Estado Novo ver (Marques; Duarte; Pinto & Pinho, 2019).

moral, aspectos estes que propagandeavam como pilares do regime. Ana Maria Brandão (2016: 138) afirma que a representação utilizada pelo regime era exercida com a intenção de submeter as identidades a concepções normalizadoras, incluindo ideias de “domesticidade”, entre outros ideais levantados por sua propaganda. Esse aspecto serve para pensarmos na descredibilização da constituição de movimentos sociais, especialmente compostos pela ideia de identidade, assim como daquelas pessoas que “fugiam” dos padrões (hetero)normalizados.

Esses discursos foram/são utilizados por perceberem não apenas o vigor das ideias, mais ainda pujança das muitas ações que os feminismos, em suas várias épocas, buscavam promover. O pavor às mentes que pregam liberdade é latente em regimes que se ocupam em perpetuar a dominação masculina e com um compromisso patriarcal de exclusão das mulheres dos espaços de poder. É também importante evidenciar que essa visão foi, de maneiras distintas, ensejada por prismas políticos das mais diversas ordens, tanto mais à direita, quanto mais à esquerda. Essas medidas, adotadas pelo regime salazarista, mesmo que não tenham conseguido acabar com discursos ou práticas feministas, promoveram uma desmobilização e desincentivação de outras formas de organização do movimento feminista em Portugal. A difusão de práticas e discursos feministas, em grande medida, ligados à democracia, era proibida (Estanque & Bebiano, 2007: 70; Tavares, 2011: 73). Apesar desse cenário, um grupo de mulheres abastadas e intelectuais (crístãs), não necessariamente autointituladas enquanto feministas, consegue, através da atividade de grupo promover conquistas em diversos setores sociais à causa das mulheres (Tavares, 2008; 2011). Aproveitaram as circunstâncias do momento, por meio de leitura de realidade e ação política, para integrar nas ações do governo aspectos considerados como prioritários, um dos mais significativos dos quais foi o acesso à educação como bem social amplo.

A década de 1960 foi, essencialmente, por um conjunto de fatores externos, de profunda alteração nos costumes, que, na maior parte das vezes demora muito tempo para ser efetivamente percebida por uma maioria da população. Aspectos comportamentais – em nível macro e micro – como a utilização da pílula, uma nova concepção de amor e sexualidade, como o combate a uma moral conservadora, alteração no vestuário, entre outros, são percebidos. Um outro aspecto levantado é o envolvimento na Guerra Colonial, que possui início formal em 1961, além de ações de setores da esquerda, assim como de alas progressistas do catolicismo português (Ferreira, 2011: 93). É o momento em que se observa uma maior entrada de jovens mulheres na universidade, fenômeno descrito por J. P. Miller Guerra e Adérito Nunes (1969: 28-29) enquanto “*massificação’ da procura feminina da educação superior*”¹¹⁸. Destacamos, a partir de Adérito Sedas Nunes (1968: 309), a seguinte informação sobre a

¹¹⁸ Para aprofundar as questões ver. (Estanque, 2008; Estanque & Bebiano, 2007; Ferreira, 1989; Garrido, 2008; Guerra & Nunes, 1969; Namorado, 1989).

composição feminina nestas três universidades. Na Universidade de Coimbra cerca de 46% do total de estudantes eram mulheres, sendo este o maior percentual do país. No entanto, a Universidade de Lisboa, a segunda, elas alcançam 41% e, na Universidade do Porto, 39%. Esse processo de feminização universitária também pode ser verificado em outras realidades (Nunes, 1968: 330-339).

Apesar da mobilização estudantil da década de 1960, especialmente no maio de 1968 em Paris, ocorrem reivindicações com maior potencial de inserção por parte dos estudantes em Portugal, notadamente oriundas das Universidades de Lisboa, Porto e Coimbra, nos anos de 1962, 1964/1965 e 1968/1969, com participação de mulheres entre as pessoas que articularam. Todavia, esse processo não foi profundamente investigado, com destaque para participação das mulheres, apesar de existir material para isso.

Esse momento é importante para compreendermos o que se denomina enquanto tardia – ou, como descrevem Elísio Estanque e Rui Bebiano (2007: 68) “embrionária” – organização feminista em Portugal, principalmente porque a luta antifascista era a bandeira central dos principais grupos de oposição, dos quais muitas mulheres faziam parte e onde exerciam, de modos diversos, o feminismo. Sendo assim, assinala-se a dificuldade de desenvolvimento de um feminismo de cariz radical como em outras realidades, além de a censura proibir a circulação de texto basilares do feminismo, apesar de uma parcela da população, notadamente a elite, possuir acesso a esse material.

Lígia Amâncio (2000) corrobora a imagem de um tardio processo no país. No entanto, salienta a dificuldade de se autointitular enquanto feminista, especialmente diante de todos os discursivos negativos antifeministas, posto que a imagem que foi criada da feminista (enquanto indivíduo), assim como do próprio movimento feminista era a de destruidora da pátria, da família e dos padrões de moralidade. Além disso, a autora refere que esse processo antifeminista contribuiu (*idem*, 2002: 57) também para a forte personalização disciplinar que caracteriza a sociedade portuguesa, especialmente pela não vivência do feminismo em sua segunda geração, pelo menos, se comparada à primeira geração no país, criando, com isso, uma espécie de fobia a participação ou mesmo a identificação com a ideia que o feminismo pode vir a representar. Não sendo essa imagem uma característica do feminismo português, a autora sublinha que, desde os primórdios do movimento, em fins do século XIX, a prática antifeminista que consiste em descredibilizar a luta política por direitos humanos mais ampliados é recorrente, sendo especialmente praticada pelos meios de comunicação associados a interesses políticos de manutenção do *status quo*. A discussão sobre os EMGF em Portugal, afirma Lígia Amâncio (2002: 70), datada num tempo específico – nomeadamente a segunda geração –, possui grande “défice de reflexão”. A construção feminista (a nível discursivo assim como de prática social) foi iniciada, pelo menos

em Portugal, mais fortemente desde o governo autoritário do Estado Novo e permeando mesmo após o 25 de Abril, inclusive pelas academias, enquanto de espaços de reprodução social.

À medida que as mulheres passam a participar desses movimentos, torna-se mais visível o quão difíceis eram as formas de organização, quer de grupos feministas, quer de associações estudantis, principalmente devido ao intenso conservadorismo político do momento, também perceptível nessas associações, que, de algum modo, dificultava o acesso e a permanência das mulheres em seus quadros, notadamente quando falamos em cargos decisórios. Na década de 1980, há uma baixa representatividade feminina nestes espaços de discussão/debate, assim como a baixa disposição de espaços para intervenções e discursos nas assembleias, dentre outras (cf. Estanque, 1999). Essa prática, como já podemos perceber, não foi uma experiência isolada, pelo contrário, pode também ser verificada em outras realidades e não se limitando ao espaço acadêmico.

O conservadorismo político, religioso e moral do país é fortemente atrelado a uma grande massa da população analfabeta, baseada numa economia rural, saudosista do império colonial e manipulada pela propaganda ideológica do regime. A intensificação da censura foi uma das respostas deste, transformando as feministas, dentre outras figuras de oposição, em alvo, perseguindo e, em alguns casos, detendo, dificultando a criação de uma cultura feminista, o que contribui para a lenta organização de grupos feministas. Além disso, a perseguição e as mortes promovidas nesse período impunham o medo do que poderia vir a ocorrer se fossem confrontadas com o braço armado do regime, impondo uma espécie de paralisia ou mesmo inércia na já tão frágil organização desse ativismo.

Uma das respostas, nesse período, é a criação do Movimento Democrático de Mulheres (MDM), em 1968, com cunho político-partidário. Além de participar, promoveu eventos que propunham também alternativas ao regime do Estado Novo, questionando outras realidades tanto das então colônias, como de outros países europeus. É relevante destacar que também houve participação de mulheres em grupos católicos progressistas, como a Juventude Universitária Católica (JUC) e a Juventude Operária Católica (JOC), além do GRAAL (Movimento Internacional de Mulheres Cristãs)¹¹⁹ (Tavares, 2011).

Ainda na década de 1960, destacam-se os colóquios que discutiram a situação das mulheres, em especial, as portuguesas. Em 1967, ocorre em Lisboa, *A Mulher na Sociedade Contemporânea*. No ano seguinte, outros eventos que avançam para a década de 1970. É, a nosso ver, mais uma das formas

¹¹⁹ São destacadas as atuações de diversas mulheres nessas organizações/associações. Demonstrando que apesar de fundamentos repressores promovidos pela ação do Estado, em diversos temporalidade, essas mulheres conseguiram adquirir conquistas concretas no caminho da emancipação social feminina no país. Isso representa a observação de compreender as contradições do modelo de Estado adotado e forçar, através de mecanismos diversos, onde essas organizações são aspectos basilares, a efetividade da luta feminista (mesmo que de modo concreto a nomenclatura estivesse em evidência (Tavares, 2003a; 2003b; 2011). Ver *ex æquo*, n. 12 (2005). Esse volume possui um conjunto de textos que tratam da participação de alguns nomes nestas agremiações e organizações, com destaque para Maria de Lourdes Pintasilgo. A revista *Faces de Eva* também possui trabalhos sobre o tema, com destaque para o número 27, de 2012.

de ativismo acadêmico, que busca promover a reflexão e exerce a crítica – implícita ou explícita – ao governo e suas atitudes autoritárias.

Já em 1970, pode-se observar um esforço coletivo de muitas ativistas acadêmicas em criar um lastro teórico feminista, centrado principalmente na criação de biografias de mulheres, assim como de construção de uma história das mulheres não somente em Portugal, mas em suas relações, principalmente com suas possessões ultramarinas¹²⁰. É também, em 1972 que são publicadas as *Novas Cartas Portuguesas*, por Maria Teresa Horta (Faustino, 2018), Maria Isabel Barreno e Maria Velho da Costa. Lígia Amâncio (1998: 77) chama a atenção à ausência de referências locais para além das *Novas Cartas Portuguesas* em relação à geração de pessoas que trabalhavam ou queriam trabalhar sobre a temática no país nomeadamente durante a década de 1960. Alguns fatores como o alto índice de analfabetismo no país, nesta década, associado ao grande valor simbólico do diploma do ensino superior – aspecto o que dificultava o ingresso de uma grande parque de pessoas interessadas – associado à tarde a incorporação das ciências sociais pelas universidades portuguesas (devido aos limites impostos pela ditadura que governava) podem ser tomados, conforme aponta a autora (Amâncio, 1998: 77) como condições de uma ausência para um feminismo português tanto nessa década quanto nas duas seguintes. A autora destaca “primado da lealdade às relações interpessoais sobre o respeito pelas ideias, tão característico de uma intelectualidade semiperiférica, isolada e carente de saberes e competências” (*idem, ibidem*: 78-79). Na imprensa, como nos informa Tavares (2011: 194-227), algumas alterações são verificadas, principalmente em relação à discussão dos direitos das mulheres, que passam a ser mais visibilizados¹²¹.

Um importante aspecto, assinalado por Manuela Tavares (2003b: 61), concerne a caracterização do movimento feminista português, entre os anos 1970 e 1980, ao qual “falta elaboração de pensamento e de debate sobre os feminismos por parte das organizações de mulheres”. Estaria aqui um distanciamento entre as feministas acadêmicas (teóricas) e as ativistas que não estavam nesta esfera? Manuela Tavares (2003b: 63) adverte que a baixa participação política das mulheres portuguesas, mesmo após o 25 de Abril (1974), limita um projeto de muitos anos, somando-se a uma pequena

¹²⁰ Ver Ângela Almeida (1986); Anne Cova, 2010; João Esteves, 2010; Maria da Graça Dias, 1986; Célia Costa, 2010; Conceição Flores, 2010; Ivone Leal, 1986b; Natividade Monteiro, 2010; Karen Offen, 2015: 440-441; José Machado Pais, 1986; Maria Leonor Xavier, 1999.

¹²¹ Percebe-se também uma organização política das mulheres, que se inicia com o debate em torno de temas de sua cotidianidade, tais como: aborto (Abranches & Ferreira, 1986; Barradas; Santos; Duarte & Alves, 2010; Sands [*et al*], 1979; Tavares, 2003a; 2007a; 2007b), criança (Araújo, 2010; Tavares, 2010: 229), educação (Vieira, 1993); trabalho (Almeida, 1985; Ferreira, 1981; Meersschaert, 1986; Rodrigo, 1986; Ruivo, 1986), divórcio (Torres, 1996), sexualidade (religião e identidade) (Almeida, 1986b; Belo, 1986; Nascimento, 2010; Pais, 1985; Reis, 1985; Silva, 1999a; Vicente, 2010), a Guerra Colonial (Cruzeiro, 2004; Cardina, 2010; Moita, 1985; Ribeiro, 2004; Tavares, 2010: 227), violência (Magalhães, 2010; Silva, 1991), família (Almeida, 1986a; Almeida, 1993; Amâncio, 1992; Fernandes, 1994; Lauwe & Lauwe, 1965; Nunes, 1992; Rodrigues, 1983; Santos, 1967; Santos, 1969; Silva, 1963; Torres 2001a; 2001b; 2002; Wall, 1993; Wall, 1995; Wall & Lobo, 1999), novo papel das mulheres (Nunes, 1966), maternidade (Pina-Cabral, 1984a; 1984b). Esses trabalhos, em suma, visavam perceberem-se enquanto cidadãs de fato (Henriques, 2010).

representatividade sindical, de onde decorre o pequeno, porém, importante espaço alcançado durante as primeiras eleições (1975 e 1976).

Com o 25 de Abril, inicia-se um processo mais amplo que possibilita a formação de movimentos sociais¹²² especialmente ligados às causas identitárias e uma atuação política mais concreta. As discussões das feministas, durante a década de 1980, focavam, além dos temas anteriormente mencionados, os papéis que a ciência poderia obter tanto a nível teórico, quanto prático, na realidade das mulheres (Almeida, 1986c). É, por exemplo, no ano de 1985, identificado o primeiro artigo cujo título contém a expressão Feminismo: “Feminismo em Portugal na voz de mulheres escritoras do início do século XX” é publicado pela revista *Análise Social*, de autoria de Maria Regina Tavares da Silva. O artigo descreve a participação de feministas portuguesas na organização e implementação de práticas feministas, concentradas, em grande medida, no processo de implementação e consolidação do regime republicano. Obviamente, esse não é o primeiro material a tratar da temática, como já ressaltámos em nosso texto, porém, é significativo perceber que, após a derrubada do regime ditatorial, passa a ser permitido e torna-se uma forma de dimensionar, de outra maneira, a empreitada feminista de combate à dominação masculina.

Nos anos de 1970, ocorre a criação da Comissão para a Política Social Relativa à Mulher (1973) e a Comissão da Condição Feminina (CCF) (1975), incentivo, em algumas universidades, para o aparecimento dos Estudos sobre as Mulheres, acompanhado do aumento da presença das mulheres nas academias, o que impulsiona os primeiros trabalhos na área. Na Universidade de Coimbra, em 1982, é criado o mestrado de história com um seminário sobre estudos das mulheres, *Mulheres no mundo contemporâneo: história comparada*. Irene Vaquinhas (2006: 13) destaca que a criação dos programas de especialização, nomeadamente mestrados, de modo geral, representava uma tentativa do governo em fornecer uma maior especialização para a população, assim como atender ao mercado de trabalho, cada vez mais exigente. Era também um rompimento com as especializações voltadas quase que exclusivamente para atender a demanda universitária, crescente naquele momento. Os anos 1990, em especial, em 1995, pode-se observar a introdução do curso *stricto sensu*, um mestrado em estudos sobre as mulheres, na Universidade Aberta (Rocha-Trindade; Pires, 2013).

¹²² Já que os demais movimentos sociais não representavam propriamente as “causas das mulheres”, a formação dos grupos demorou um pouco a se consolidar. São destacados os trabalhos desenvolvidos pelo GRAAL, REDE (de Mulheres), Associação de Mulheres a Preparar o Amanhã (Associação MAPA), União de Mulheres Alternativa Resposta (UMAR), Movimento de Libertação das Mulheres (MLM), Cooperativa Editorial de Mulheres/Informação, Documentação /Mulheres (IDM), Grupo Autônomo de Mulheres do Porto (GMP). De acordo com Manuela Tavares (2003b: 66-67), foram três as principais correntes feministas mais visíveis em Portugal: o feminismo radical, com maior atuação no campo intelectual, enfatizado pelo MLM, IDM e GMP, entre outros; o feminismo socialista/marxista, com maior expressão no debate social e realizando pressão política, destacando-se o Movimento Democrático de Mulheres (MDM), a UMAR e a Campanha Nacional pelo Aborto e Contracepção (CNAC); e o feminismo liberal, voltado a direitos individuais, com instituições de relevo como o GRAAL, REDE, MAPA e Grupo de Mulheres de Lourosa. Todos esses movimentos e organizações tiveram início ainda na década de 1970 ou início da década seguinte.

Lígia Amâncio (2003: 691) sintetiza três aspectos que descreve como centrais para a tardia (re)organização feminista em Portugal (cf. Amâncio, 2002), especialmente após o 25 de Abril, visão corroborada também por Virgínia Ferreira (2001). O primeiro está vinculado ao baixo nível de escolarização da população, destacando-se, nesse contexto, a educação feminina, a qual era pensada de outra forma, aquela que fosse condizente com a sua “natureza”. Isso serviu como uma forma de legitimação do poderio ditatorial sobre a população, porquanto a manteve sobre a égide da ideologia nacionalista. No caso das mulheres que ascendiam ao ensino superior, temos que destacar sua origem social, posto que eram oriundas de famílias abastadas (Moraes, 1996: 5). Isso é um fator que limitava a irrupção de movimentos sociais de caráter feminista popular e está associado ao “feminismo de Estado”. O segundo aspecto é a guerra colonial, que mobilizou recursos humanos – nomeadamente de jovens – e financeiros, dirimindo assim o potencial científico nessa faixa etária. E o terceiro aspecto se refere às questões e discussões sobre gênero, principalmente no interior das ciências sociais, iniciadas na década de 1980, associado a uma quase invisível mobilização feminista.

Ainda salientamos a fragilidade financeira das academias portuguesas, principalmente em fins dos anos 1980 e início dos anos 1990, como destaca José Mariano Gago (1990), além da intensificação da competição entre instituições e pares que esse processo acirrou, aprofundando processos de assimetria vários, com destaque para os de gênero (Pereira, 2012a).

Tudo isso nos faz reafirmar a importância de contextualizar os feminismos em suas realidades e perceber que a comparação deve levar em consideração esse aspecto, dentre outros, sobretudo porque o Brasil estava sob a égide de um processo ditatorial civil-militar (1964-1985) e Moçambique efetuava esforços na Luta Armada de Libertação Nacional (1964-1974).

Virgínia Ferreira (2001: 15) aponta que a sistematização dos EMGF é um fenômeno recente em Portugal, advindo do esforço de acadêmicas das mais distintas áreas, especialmente pós-críticas, por criar mecanismos de separação e valorização de saberes que fizessem ou optassem para uma produção científica com participação feminina, rompendo com um modelo de ciência ingênuo ou meramente reprodutivo. Isso mostra, conforme refere Teresa Joaquim (2001: 78), que “o aparecimento dos Estudos sobre as Mulheres inscreve-se, do ponto de vista teórico, num movimento mais amplo que queria (re)pensar os modos de produção teórica e deste modo tentar constituir novos objectos de estudo”.

Os EMGF são desenvolvidos em Portugal com forte participação do Estado (Magalhães, 2001: 35), sob influência da Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres (CIDM) e da participação de acadêmicas nesse espaço. Assim também serve como inspiração para a criação da Associação Portuguesa de Estudos sobre as Mulheres (APEM) numa tentativa de os desvincular do

aparato puramente estamental, ligando-se, inicialmente, ao Centro de Estudos Sociais (CES) da Universidade de Coimbra (UC). Podemos perceber que os estudos sobre mulheres, naquele momento, não possuíam um estatuto “bem-visto” no meio acadêmico, careciam de financiamento para uma consolidação enquanto campo de estudo e atuação social, além disso enfrentavam as barreiras culturais que mais ou menos são partilhadas pelas outras realidades aqui trabalhadas.

Um dos fatores para aceitação dos EMGF em Portugal, especialmente com cursos e semelhantes, como aponta Maria do Mar Pereira (2019: 175), decorre de algum capital gerado pela oferta deles, representativa, portanto, de uma pressão financeira que acabou por auxiliar. Todavia, como ressalta a autora, nem sempre essa área goza de prestígio acadêmico, principalmente pelos comentários feitos em tom de galhofa, dentre outras formas que podem ser ouvidas pelos corredores das universidades, de um modo não oficial, fora dos artigos, dos regimentos, dos documentos “oficiais”. Os EMGF ainda são um elemento “tolerável” em alguns espaços acadêmicos, por serem considerados um pouco estranhos ao espaço, uma espécie de atendimento a uma norma, paradoxal, do politicamente correto (Bourdieu & Wacquant, 2002: 17).

De modo mais concreto, Maria José Magalhães (2001: 37) destaca três fatores para uma efetivação do campo: primeiro, os contatos formais com as instituições de ensino superior; segundo, a ligação com a Comissão da Condição Feminina (CCF); e, terceiro, a tentativa de reunir, em associação, esse grupo de pensadoras na temática que estava surgindo. Um aspecto que ressalta é o das áreas que mais contribuíram, nesse processo inicial: sociologia e psicologia.

Naquele momento, a problemática essencial não objetivava saber se a ciência tinha, ou não, sido influenciada desde a inserção dos grupos de mulheres em sua produção de modo corriqueiro, especialmente após o fim da ditadura, mas perceber até que ponto essa influência ocorreu. Virgínia Ferreira (2001), no caso das ciências humanas e sociais em Portugal, demonstra a influência e o crescimento através da teoria feminista. Esse aspecto é corroborado com teóricas de outras realidades que também determinam esse processo (Scott, 1992b; Soihet, 1997a; 1997b) ressaltando o papel das ciências sociais e humanas, como palco das maiores e visíveis alterações. Esse fenômeno estabelece a incorporação e discussão de agendas cotidianas.

No entanto, não se deve deixar de observar que ocorreram tentativas de discutir a temática, para além do espaço que era ofertado. Lígia Amâncio (2003: 692) informa que, em 1985, dois colóquios

foram realizados a fim de analisar a situação das mulheres no país¹²³ e que auxiliaram nas primeiras discussões em relação ao tema de modo mais público.

É importante situar aqui o pioneirismo de Lígia Amâncio (Oliveira & Nogueira, 2018) ao desbravar uma área temática nova no país, sendo, reconhecidamente, uma das maiores referências no tema em língua portuguesa (Pereira, 2018).

Vislumbram-se, durante os anos 1990, trabalhos que tratam da temática do gênero (Amâncio, 1992; 2003) – revistas da área das ciências sociais e humanas, livros, livros de atas, dissertações e teses – e passam a tratar de uma ampla gama de temas¹²⁴. Destaca-se também a influência, no final dessa década, do aparecimento das duas publicações que iremos abordar e a criação de mais cursos de formação especializada nos EMFG.

A partir de fins dos anos 1990 e primeiros anos do 2000, as temáticas se consolidam, os cursos ampliam suas ofertas, percebe-se uma maior organização de mulheres e uma ampliação das temáticas, incluindo a criação de revistas feministas e seus primeiros números, que passaram a concentrar boa parte da produção em EMFG do país¹²⁵.

Conforme aponta Maria do Mar Pereira (2013: 44), em fins da década de 1980, o “processo de Bolonha” implementou um aguçado embate entre feministas acadêmicas em busca de financiamento para suas investigações além do fomento de aulas nos cursos implementados. Uma das possíveis leituras desse processo é a de que em nome de um aligeiramento da formação atendendo, não com

¹²³ Um deles em Lisboa promovido pelo Instituto de Ciências Sociais (ICS), com o apoio da CCF, e o outro em Coimbra, pelo Instituto de História Económica e Social. Um pouco antes, em 1983 ocorre um seminário promovido pela CCF e que debate-se sobre o “atraso” da academia portuguesa nos estudos sobre gênero. Posteriormente a esses eventos, em 1994, decorreu o III Congresso Luso-Africano-Brasileiro em Ciências Sociais, em Lisboa. Em 1995 a Universidade Aberta oferece o curso de mestrado em Estudos sobre as Mulheres (Cf. Rocha-Trindade & Pires, 2013). Esses eventos demonstram a faceta interdisciplinar dos estudos sobre gênero, uma característica importante, principalmente no que se refere a ampliação de contatos com outros saberes e experiências científicas. Todavia, vale ressaltar, que se concentraram na esfera das ciências sociais e humanas, o que não significa uma exclusividade.

¹²⁴ Para as questões relativa a ciência – epistemologia além de acesso e permanência de uma produção feminista – (Armstrong, 1988; Ferreira, 1988), e numa ampliação, das questões LGBT (Meneses, 2000). Debates sobre direito e justiça (Beleza, 1991), trabalho (Ferreira, 1992), educação (Magalhaes, 1998a), família (Joaquim, 1997), filosofia (Joaquim, 2001), estudos sobre masculinidade (Almeida em 1994) e violência (Portugal, 2000) e o cotidiano a partir das alterações suscitadas através das conquistas de alguns direitos das mulheres (Ferreira, 1999), inclusive a teoria feminista (Macedo, 2010; 2016) passam a ter mais destaque. No entanto, percebemos uma diminuição no fluxo de publicações em revistas não “especializadas” em EMFG, podemos atribuir esse fenômeno a partir do advento das duas revistas acadêmicas que tratam especificamente de temáticas ligadas aos estudos das mulheres? Destacam-se alguns nomes das feministas a seguir, em várias áreas assim como não se limitando apenas a segunda geração. Adriana Bebiano, Ana Gabriela Macedo, Ana Maria Braga da Cruz, Ana Maria Pessoa, Anália Torres, Conceição Nogueira, Eduarda Ferreira, Irene Vaquinhas, Isabel Cruz, Isabel Dias, Lígia Amâncio, Manuela Tavares, Maria Alice Samara, Maria de Lourdes Pintasilgo, Maria Isabel Barreno, Maria José Magalhães, Maria José Tavares da Silva, Maria Lamas, Maria Teresa Horta, Maria Velho da Costa, Natividade Monteiro, Teresa Joaquim, Virgínia Baptista, Virgínia Ferreira. Em 2008, Manuela Tavares defende a tese *Feminismos em Portugal (1927-2007)*; o texto é um importante levantamento e análise do processo de constituição de lutas de diversos aspectos que o feminismo – enquanto movimento – possui nessa realidade. A Universidade Aberta de Lisboa, com os cursos de pós-graduação em estudos sobre as mulheres, promovem uma maior solidificação desses estudos no país.

¹²⁵ Os trabalhos sobre o papel da comunicação social (Cerqueira, 2010; Cerqueira & Cabecinha, 2012; Cerqueira; Ribeiro & Cabecinha, 2009; Neves; Gomes & Martins, 2016; Pereira, 2010; Ventura, 2010), violência (Cerejo; Teixeira & Lisboa, 2017; Gama; Veríssimo & Tomás, 2017; Macedo, 2015; Mira, 2015; Santos; Silva & Menezes, 2017; Moura; Spindler & Taylor, 2015; Neves, 2016; Neves; Cunha; Grangeia & Correia, 2015), ciência (Schouten, 2010), política (Honório, 2010; Joaquim, 2012; Morais, 2012; Pinto, 2010; M^a Santos, 2010; Santos; Cerqueira; Capella & Oliveira, 2010; Silva, 2013), gênero (Alonso, 2010; Crespo *et al*, 2008; Pereira, 2012a; 2012b – gênero e religião; Cavalcante, 2010; Toldy; 1999; 2008; 2010a, 2010b; 2013; Toldy & Santos; 2016), questões LGBT e *queer* (Almeida, 2010; Brandão, 2010a; 2010b; 2013; 2015; Cascais, 2010; Ferreira, 2017; Ferreira & Silva, 2010; Joaquim, 2010; Rodrigues, 2016; Santos & Fontes, 2001), prostituição (Ribeiro, 2008; Silva & Ribeiro, 2010; Silva, 2016; Silva; Lima; Sobra; Araújo & Ribeiro, 2016; Ribeiro; Silva; Schouten; Ribeiro & Sacramento, 2007), masculinidades (Aboim, 2008; 2010); poder (Vicente, 2002), psicologia (Nogueira, 2013), aborto (Prata, 2012), tráfico de mulheres (Clemente, 2017; Ribeiro & Clemente, 2018), mulheres imigrantes (Jesus; Ribeiro; Ferreira; Cicognani & Menezes, 2011), maternidade (Cova, 2005; Joaquim, 2006a), sexualidade (Campos, 2017). Nomes de jovens e/ou pessoas já consolidadas/os ativistas dos direitos das mulheres e luta pela igualdade de gênero são percebidos. Ressaltamos os seguintes: Ana Cristina Santos, Ana Maria Brandão, Carla Cerqueira, Maria do Mar Pereira, Miguel Vale de Almeida, Sofia Aboim e Sofia Neves.

exclusividade, aos ditames do mercado¹²⁶, licenciaturas que possuíam cinco anos passaram a três, o que auxilia na diminuição da participação de jovens em unidades curriculares que ofertam temas como os trabalhados nos cursos que oferecem EMGF – em grande medida, nas disciplinas optativas. Soma-se a isto a dificuldade de se fazer uma efetiva implementação, mesmo a nível de política de Estado – quando se possui uma –, de formação de uma consciência coletiva de gênero, pois hierarquiza-se instituições e, com isso, as estatísticas passam a dominar índices em busca do ingresso de novos estudantes, sobretudo em áreas consideradas prioritárias.

Os anos 1990, especialmente 1999, marca a entrada de duas publicações que têm como centrais as discussões que envolvem as mulheres: *Faces de Eva: Estudos sobre a Mulher e ex æquo*.

A *Faces de Eva* é uma publicação que tem origem na tentativa de responder a uma lacuna no cenário acadêmico do país, não existindo, até aquele momento nenhuma publicação centrada nos EMGF. O projeto da revista tem início no ano de 1997 (Abreu, 2013: 97), a partir de uma série de conferências que visavam compreender melhor os estudos sobre gênero e, em 1999, é editado o primeiro volume, números 1 e 2. Ao mesmo tempo que se preocupava em atender aos rigorosos critérios científicos, e especialmente centrado nas questões do feminino, o periódico pretendia também abranger outras/os leitoras/leitores para além da esfera meramente universitária. A visibilização dos diversos lugares ocupados (ou não) pelas mulheres no processo histórico, numa perspectiva de curta, média e longa duração, é um dos elementos destacados por sua diretora, Zília Osório de Castro, enquanto centrais para a criação e publicação do periódico. Esta destaca, na “apresentação” do primeiro volume da revista, as múltiplas dimensões e alguns dos desafios que esta e o grupo que a compunha pretendiam tratar (Zília Osório de Castro, 1999: 7):

A dinâmica de tempo e da vida foi alterando o estatuto naturalmente subalternizado da mulher graças à intervenção de tantas mulheres, quicá esquecidas, e que importa lembrar. Elas vieram tornar claro que quaisquer que sejam as implicações da especificidade genética do sexo feminino, não anulam nunca os seus direitos e as suas potencialidades de seres humanos. Nesse sentido, «os estudos sobre a mulher» implicam necessariamente a história das mulheres, no duplo sentido da conscientização e da aceitação, pois embrincam num processo comum as iniciativas individuais e os reflexos sociais.

Isso representava um desafio, principalmente porque o ato de visibilizar as mulheres em seus mais diversos espaços de atuação não é, necessariamente, uma tarefa das mais fáceis, especialmente

¹²⁶ O estabelecimento de um programa educacional de ensino superior comum aos Estados-membros da UE representa ao mesmo tempo uma uniformização que visa condições de acesso assim como atendimento ao mercado de trabalho no espaço interno europeu. Sendo possível aos países delinear contornos mais particularizados. Desse modo, se constitui como uma política supranacional de princípios diretivos, não necessariamente obrigatórios.

quando as universidades eram ainda mais performáticas e genderizadas¹²⁷. Portanto, fazer história das mulheres era criar um caminho de reconstrução para se poder analisar os contextos em que estavam/estão inseridas, a partir de localizações espaciais e temporalidades específicas. Representava também uma diversidade de aspectos com os quais se tem que lidar: atender à necessidade de constituir uma publicação desse nível e que pretendia ampliar seu público leitor, assim como atender aos cânones estabelecidos pelos próprios pares. Esse aspecto da luta política também é compartilhado por Joan Scott (1992b: 63), sendo um elemento perceptível em muitas realidades. Tal como destacam Isabel Jesus e Rita Mira (2013: 156),

Faces de Eva, o nome, pretende vincar uma postura epistemológica de rotura com a produção de conhecimento geral e abstrata, procurando, pelo contrário, dar visibilidade e homenagear a multiplicidade dos rostos individuais, dos olhares e das vozes de mulheres que ao longo da História contribuíram para a sua construção.

Zília Osório de Castro (entrevista realizada em 01/06/2020) informa que, a partir do momento em que a proposta do nome da publicação foi enviada ao grupo de investigação ao qual estava vinculada, houve aceitação, segundo ela, “por aliar a dimensão individual/pessoal à social/plural nos estudos das mulheres”. Sendo assim, tem início a edição da publicação, que se encontra no espectro dos estudos sobre as mulheres: “a revista Faces de Eva não pode considerar-se uma revista exclusivamente feminista já que, sendo uma publicação de estudos sobre a mulher, ou sobre as mulheres, está aberta a todas as abordagens, desde que cientificamente aprovadas”.

Possui periodicidade regular, inicialmente, como descreve Ilda Abreu (2013: 97), no Centro de Estudos da Mulher, no Instituto Pluridisciplinar de História das Ideias da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. A publicação está inserida na área das ciências sociais e humanidades e, no ano de 2008, passa a integrar o Centro de Estudos de Sociologia, na mesma universidade (CESNOVA).

A *ex æquo* é uma publicação portuguesa, de caráter interdisciplinar, inicialmente pensada para ser publicada anualmente. A partir da edição 2-3 (2000), passa a ter periodicidade semestral. Ela está vinculada à Associação Portuguesa de Estudos sobre as Mulheres (APEM) e é formada por um conjunto de académicas (e não somente) que possuem grande expressão no cenário teórico nacional e

¹²⁷ O reforço das assimetrias de gênero ainda pode ser bastante percebido, como apontam Catarina Sales-Oliveira; Susana Villas-Boas e Soledad Las-Heras (2016) e Marcel Freitas (2018). Embora o primeiro texto trate do contexto português, podemos observar essa análise a partir do prisma dos estereótipos decorrentes do sexismo e da discriminação sistemática (Sales-Oliveira; Villas-Boas & Las-Heras, 2016: 26). Marcel Freitas (2018) conclui que ainda persistem discursos androcêntricos, além de aceleração de ritmos numa padronização masculinizadas dos modelos trabalhistas na academia. Essa afirmação corrobora a perspectiva de intensificação do trabalho académico feminino e performatização desse espaço referidas por Maria do Mar Pereira (2012a; 2017), a discussão proposta por Joana Maria Pedro (2008) do trabalho voluntário, além das assimetrias em relação à administração dos tempos e da produção de conhecimentos por parte de investigadoras/es em formação (ou não), como aponta Emília Araújo (2006; 2016). Ainda, como notam Catarina Sales e Amélia Augusto, (2017: 19), há uma espécie de reprodução de contextos genderizados, o que amplia as dificuldades de superação desses quadros.

internacional, especialmente aquele em língua portuguesa. A revista procurou ser mais um espaço para discussão, inclusive sendo este um dos objetivos expostos no primeiro editorial (Editorial, 1999), contribuindo para a integração de especialistas na área, além de promover a intervenção social. Surge num momento em que não existiam tantas revistas acadêmicas acessíveis a um conjunto alargado de pessoas tanto a nível de submissão de trabalhos, quanto de leitura, aspecto destacado por Virgínia Ferreira.

Virgínia Ferreira (entrevista realizada em 04/05/2020) no seguinte excerto destaca a importância da publicação no cenário português, assim como europeu. Ela nos diz que em relação a existência de publicações periódicas autointituladas feministas

[...] praticamente não havia... mesmo revistas a nível internacional, não havia assim tantas. Lembro-me nos anos [19]90/[19]94 estar a constituir-se, por exemplo, a *European Journal of Gender Studies*, havia a Teoria Feminista, *Feminist Theory*, a *Feminist Studies*, havia a *International Forum of Womens Studies*, havia também já a *Gender & Society*, mas essas revistas, de algum modo, correspondem, digamos assim, resultam ou estão enquadradas em instituições muito poderosas, não é? E que a nós, nos pareciam assim um bocadinho – e são um bocadinho – inacessíveis, não é?

Do mesmo modo que responder a anseios e necessidades da sociedade portuguesa que estavam em grande transformação, principalmente pela sua inserção na comunidade do euro. Para tanto ela nos diz que

Praticamente, o interesse pela sociedade portuguesa começou a ser um pouco mais vivo nomeadamente depois da entrada de Portugal na União Europeia, em que muitos estudos começaram a incluir referências à situação portuguesa... enfim, estudos comparativos, por exemplo, no contexto europeu. Portugal entrava porque era mais um país, não é? Depois, no início dos anos [19]90, começamos nesses estudos comparativos a sobressair por não termos uma série de particularidades, nomeadamente muitas diferenças que temos relativamente aos países da Europa do Sul, muitas diferenças que temos relativamente à Espanha, à Itália, à Grécia, que eram os membros da União Europeia da Europa do Sul nessa altura. [...] Nós sabemos que a perspectiva de género na pesquisa publicada continua a ser deficitária, não é? Os números da “*She Figures*” mostram isso, mas eu penso que isso se verifica mais ainda ao nível do conhecimento e das redes *mainstreaming*, porque de qualquer maneira já há bastantes oportunidades, não é? Portanto, suportes para publicar estudos com perspectiva de género em várias revistas na academia e não só... em Portugal só existem estas duas, mas se formos aqui a Espanha, por exemplo, já existem várias, ou em Itália também não conheço muitas, por acaso. Em França existem também três ou quatro, enfim... e depois na língua inglesa existem imensas produzidas quer na Inglaterra, quer nos Estados Unidos.

Os dois cenários descritos pela entrevistada são importantes para podermos perceber como as dinâmicas externas, macroestruturais, condicionam as demandas internas e vice-versa.

A APEM é criada, em 1991, por mulheres interessadas na temática dos EMGF, que vinham de áreas de formação distintas, embora com uma maior concentração nas ciências humanas e ciências sociais aplicadas (Rodrigues, 2001: 178; Joaquim, 2004: 88). Ao longo dos anos, é mantida a sua periodicidade, duas edições anuais, e potencializada a indexação em diversos meios. No entanto, também é destacado que devido à ausência de aparato humano em dedicação exclusiva a publicação não é intensificada essa proposta de se incorporar a mais indexadores. Isto é devido principalmente a escassez de tempo por parte das integrantes da organização, pois as suas já volumosas agendas de trabalho impõem um ritmo mais lento do que aquele desejado, bem como a ausência de um significativo apoio financeiro.

Andreia Rodrigues (2001) salienta o grande crescimento da Associação em seus primeiros dez anos, além da pluralidade de áreas de suas/seus participantes. Nesse mesmo texto, pode ser lido que a associação era composta por uma maioria de mulheres, em média, entre os 35 e 50 anos, muitas das quais com licenciatura. Uma alteração que se observa com o tempo é a relação da titulação das participantes, especialmente o número daquelas com o grau de doutorado, pelo menos quando observamos as pessoas que publicam na revista.

Numa discussão intensa, as associadas decidiram qual seria o nome do novo periódico (ver Editorial, 1999: 5), decorrente da percepção da ausência de uma publicação regular e específica acerca da temática dos EMGF no país¹²⁸. A reunião ocorre no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra. Como destaca Virgínia Ferreira, o nome da publicação, por decisão da maioria, é o que se utiliza desde então, *ex æquo*.

[risos] Foi uma sessão muito *brainstorming*, com a junção de várias... Com as pessoas que, na altura, faziam parte da direção da Associação. Foi uma tarde de *brainstorming*, aqui, no Centro de Estudos Sociais, onde decorria a reunião, e andámos à volta de vários nomes, alguns terminados em “ões” e, finalmente, como havia, de algum modo, uma dominante, entre nós, de orientação do Feminismo da Igualdade, digamos assim, achámos que *ex æquo* era uma boa expressão. Foi isso. Não foi... Lembro-me de uma proposta, por exemplo, de nos chamarmos “Oxímoro”, por exemplo, por causa do facto de, no fundo, estarmos a propor aquilo que era uma contradição dos termos, uma vez que somos diferentes, mas perfilhávamos a igualdade. Enfim... Configurações, transições... Enfim, discutimos vários nomes, mas foi a *ex æquo* que vingou.

¹²⁸ No primeiro editorial a definição utilizada é de “estudos sobre as mulheres” (Editorial, 1999: 5).

Esse excerto reforça a ideia, expressa em editorial (1999), do compromisso que a revista pretendia, o de ser, para além da institucionalidade convencional, um espaço de promoção da igualdade de oportunidades entre mulheres e homens. Por isso, o nome adotado. Do mesmo modo, enfrentaram poderes constituídos de grande conservadorismo, que, muitas vezes, caracterizam o espaço acadêmico, sendo sua presença, amiúde, interpretada como um “mal menor”. No entanto, questionar esses poderes é também uma forma de desenvolvimento do trabalho político e científico.

Teresa Joaquim (2004: 90), acerca do nome da publicação, acrescenta a explícita dimensão política institucional que tanto a Associação assim como a sua maior expressão pública, a revista, possuía. Este aspecto estava refletido a partir da promoção e discussão da igualdade de direitos entre todas as pessoas e ainda fundamentada na teoria dos EMGF do mesmo modo que em sua consolidação em uma área ainda nascente naquele momento (sendo este o primeiro de seus objetivos) (ver Joaquim, 2004: 91). Conforme nota a autora (2004: 90),

O título da revista refere a expressão usada num concurso para traduzir a situação de igualdade de desempenho em igualdade de circunstâncias. Na minha opinião, ele reflecte de certo modo como a própria constituição deste campo de Estudos sobre as Mulheres esteve, após 1974, ligado a uma instituição da Administração Pública para a igualdade, a Comissão da Condição Feminina (1977), posteriormente Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres. Podemos tentar esboçar a periodização da sua implementação, os momentos que vão constituindo uma problemática sobre a “condição feminina”, como então se chamava.

Sendo uma publicação da APEM, a revista não está circunscrita exclusivamente a uma universidade ou departamento, o que pode ter auxiliado a expansão das áreas que a compõem e das temáticas que trabalha. As equipas de direção se concentravam-se nas Universidades de Coimbra, Lisboa e Porto em períodos distintos e com aportes com um pouco mais de especificidade. Isso demonstra uma rotatividade de direções, associadas a um conjunto de interesses temáticos mais específicos, não significando isso uma exclusividade temática ou mesmo um direcionamento estreito.

O cenário científico, especialmente em suas dimensões política e filosófica, é descrito como hostil a um determinado tipo de conhecimento que se encontra sem uma área disciplinar definida, não tendo o mesmo prestígio acadêmico que outras áreas. Esse desafio foi enfrentado pela publicação, descrito em seu primeiro editorial e repetido dez anos depois (Joaquim, 2004). Enfrentar o androcentrismo acadêmico, os guetos temáticos, as políticas excludentes, a forma de atuação hierárquica, ainda é uma realidade para muitas/os académicas/os e, em especial, para quem se pretende embrenhar por essa área. Mesmo assim, há evidentes espaços já conquistados e são vislumbrados outros tantos, na medida

em que se observa uma longevidade da publicação, assim como a formação de departamentos de estudos e o aparecimento de programas de mestrado e doutorados na área.

Um dos desafios que se impõem é o da consolidação desses espaços já adquiridos, especialmente no que se refere à academia, por exemplo, no plano das carreiras das/os profissionais que se dedicam à área. Virgínia Ferreira (entrevista realizada em 04/05/2020) destaca essa dimensão, afirmando que

Como sabe, em Portugal, nunca houve um reconhecimento desta área de estudos como uma área autónoma, nem profissionalizante. Ninguém faz uma cátedra de Estudos de Género ou de Estudos sobre as Mulheres ou de Estudos Feministas. Portanto, há, de algum modo, a ideia, a noção de que a estratégia, em Portugal, foi a de *mainstreaming* de género, ou seja, de transversalização da perspectiva de género a todo o conhecimento que é produzido, e nós sabemos que isso não acontece, mas esse é o discurso oficial. Oficialmente, toda a gente, hoje em dia, faz estudos de género ou estudos feministas. Feministas, não, porque isso, feminismo, soa muito a ideologia e de forma que toda a gente faz tudo de género.

Segundo o excerto anterior, parece que ocorreu uma espécie de acomodação no que se refere a algumas reivindicações no cenário português em torno dessas questões, embora algumas problemáticas ainda sejam intensamente percebidas, como destacaremos mais adiante. A publicação, como um dos meios de comunicação da Associação, é mais um dos caminhos para se potencializar a discussão e possibilitar a construção de novos e mais amplos cenários de equidade.

3. Metodologia

De certa forma, expressar a experiência de outra pessoa é confundi-la com a experiência própria, tentando guardar, ao mesmo tempo, a objetividade do discurso do outro (Gebara, 2000a: 78).

A presente investigação pretende analisar a produção de caráter feminista em periódicos acadêmicos que estão hospedados em ambiente virtual, a partir da década de 1990¹²⁹. Em nossa perspectiva, a divulgação científica livre pode ser compreendida enquanto uma atitude de promoção de um tipo de ideias (saberes, conhecimentos, teorias e metodologias), principalmente por estar disponível gratuitamente em ambiente virtual. Além disso, uma outra dimensão que pode ser verificada é a de proporcionar uma integração entre investigadoras/es (estas/es não necessariamente circunscritos apenas a uma área do conhecimento) de todo o mundo, assim como entre pessoas que se interessem pelas temáticas expostas, o que também pode ser concebido como uma forma de ativismo para além das fronteiras academicamente constituídas.

Estes contributos são oriundos de uma grande produção em língua portuguesa (em menor proporção, encontramos o uso do espanhol, inglês e francês), decorrente daquilo que chamamos de feminismo lusófono, nomeadamente das conjunturas acadêmicas ativistas de Brasil, Moçambique e Portugal, espaços que possuem trajetórias históricas de colonialismo. Em seus espaços acadêmicos, por diversas questões, são considerados periféricos tanto a nível de impacto, quanto do uso de idioma predominante ou mesmo pelo fato de não ocuparem espaços acadêmicos *mainstream*. A fim de auxiliá-los nessa tarefa, utilizaremos quadros da teoria crítica feminista que assentam numa perspectiva pós-colonialista, a qual, de maneira sintética, procura trazer o discurso daquele/a subalternizado/a (Spivak, 2010a). Desse modo, nossa investigação caracteriza-se por ser uma pesquisa feminista na definição de Shannon Davis e Angela Hattery (2018: 50-51) para quem

a pesquisa feminista é qualquer pesquisa que tenha como objetivo aumentar nossa compreensão empírica dos processos por meio dos quais a desigualdade (incluindo a desigualdade de gênero, mas também outras formas de opressão categórica) é reproduzida com o objetivo de erradicar essa desigualdade. Essa pesquisa pode incluir investigações de nível micro sobre as experiências daqueles que são privilegiados ou oprimidos, bem como investigações estruturais nos níveis meso ou macro.

¹²⁹ Apesar de a revista *Estudos Moçambicanos* ter sua origem em 1981, os artigos analisados que envolvem diretamente as questões relativas aos EMGF são observados a partir de 1991.

Um outro aspecto que pode ser ressaltado é o uso das chamadas epistemologias feministas, que podem ser definidas como um conjunto de teorias do conhecimento que questionam o androcentrismo científico e procuram objetivar as mulheres – em sua diversidade de temas – assim como outras categorias minorizadas, como centro de suas reflexões (ver. Alcoff & Potter, 1993; Anderson, 1995; Grosz, 2013; Harding, 1993b; Ketzer, 2017; Rago, 2019 [1998]).

Embora seja evidenciado o compromisso acadêmico de cada uma das publicações, cujo principal foco, no momento de suas primeiras divulgações, era o de contribuir para visibilizar, desenvolver e consolidar os EMGF em suas realidades. Desse modo contribuíram para o fomento do conhecimento crítico com um prisma mais localizado sobre diversas estruturas que compõem o cenário, estabelecendo conexões (sejam teóricas ou mesmo de objeto de estudo) com outras realidades. Um dos principais aspectos apontados em relação as publicações trabalhadas é o da sua grande qualidade. Esse elemento é citado por todas as ex ou atuais editoras/diretoras nas entrevistas concedidas. Segundo elas, e em dimensões distintas, as publicações procuravam/procuram divulgar um material comprometido com uma causa política – especialmente aquelas de ordem popular – em seu significado de ativismo acadêmico. Assim como garantir a qualidade (editorial e científica) do que se veicula, além de procurar consolidar-se como publicações de referência na área, tanto num cenário local, como também regional e mais amplos.

O desenvolvimento crítico e reflexivo acerca da temática foi fundamental para a criação das publicações, no sentido de suprir uma lacuna e procura com isso criar espaços de discussão. Outro destaque é a qualidade da produção, pois essa dimensão é destacada por todas as ex ou atuais editoras/diretoras nas entrevistas concedidas, a busca por divulgar um material comprometido com uma causa política – especialmente, de ordem popular – em seu significado de ativismo acadêmico, assim como garantir a qualidade do que se veicula, além de procurar consolidar-se como publicações de referência na área, tanto num cenário local, como também regional e mais amplo.

Reafirmamos a ideia de que o ativismo acadêmico por meio da divulgação científica não é a única maneira de exercê-lo. No entanto, não podemos deixar de reconhecer essa dimensão do processo, assim como o impacto social causado por materiais divulgados e que servem de referência para integrantes de movimentos sociais e ONG ou, ainda, que fundamentam projetos políticos de grande impacto. Por isso mesmo, analisar seus vários prismas não é uma tarefa das mais fáceis, dada as dimensões temporais e espaciais, além de elementos conjunturais muito específicos. Também identificamos que o ativismo acadêmico nesse sentido é constituinte de uma concepção de democratização de saberes, desde a cotidianidade da instrução em sala de aula, na divulgação de

materiais, entre outros aspectos, dos quais destacamos o acesso à internet e a popularização e, em algum grau, massificação da utilização dos materiais divulgados pelas publicações.

Atrelado a isso, a ideia de uma produção científica em idioma não hegemônico (em relação ao mundo acadêmico densamente homogeneizado, para além das discussões que já foram realizadas em função de imposição deste no processo de colonização). É uma das características verificadas por essas publicações, posto que, em vários níveis, representa um desafio de editoração, manutenção e longevidade. Todavia é imperativo salientar que essa escolha não deve ser interpretada como apenas falar para os próprios pares, em meio a processos guetificados, ou para pessoas que consigam “traduzir” os discursos produzidos. A disponibilização e o acesso livre destes materiais na que rede facilitam e podem, até, incentivar a consulta para além das fronteiras geográficas, que, muitas vezes, não consegue ser mensurada (embora isso seja possível nalguns casos). No entanto, essa escolha não mensura a leitura ou mesmo utilização desse material, a não ser quando referenciada em termos de visualizações e utilizações em outros textos ou mesmo numa determinada prática cotidiana (no que se refere a aplicações de políticas públicas ou mesmo programas de organismos internacionais de apoio a vítimas, de igualdade de gênero e/ou outros projetos, tais como o fomento a pequenos programas de incentivos econômicos, etc.).

Aliado a isso, rompe com o material meramente físico – em formato impresso –, que pode servir enquanto barreira, notadamente pelo fato de os custos financeiros implicados, na maior parte das vezes, serem altos (tanto para produção, como para a distribuição/envio das remessas). Além disso, essa estratégia propicia a ampliação ou mesmo promoção do debate por parte dos/as interlocutores/as, seja através da veiculação de textos inéditos ou de tradução de material referencial.

Por meio desse recorte geo-histórico, e a partir do uso de instrumentos teórico-metodológicos críticos, procuramos perceber, comparativamente, se existem, e havendo, como se processam as convergências e/ou dissonâncias entre aquelas produções, a fim de procurar articular um diálogo entre elas. Pretendemos compreender como se processa o feminismo lusófono, como se dá sua atuação e quais são as relações estabelecidas entre as realidades analisadas. Em outras palavras, como são efetivadas essas produções e a articulação entre elas, frente à hegemonia de produções cada vez mais estandarizadas.

Nesse interim, surgem alguns questionamentos: como esta relação de produção atua? Que relações estabelece entre as academias e as acadêmicas? Ou, ainda, em casos de negativas ou mesmo vazios, buscar identificar e respondê-los. A fim de operacionalizar esta investigação, empregamos uma metodologia quantitativa (Gil, 2008; Santos Filho, 2009), aprofundada por perspectivas descritas como

feministas, a qual chamamos de “metodologia feminista” (entre outras ver Castañeda, 2008). O método utilizado será o de estudo de caso (Yin, 2001; Gil, 2008), que incluirá como técnicas de investigação principais a análise de conteúdo – temática ou categorial – (Bardin, 2016 [1977]) e a entrevista semidiretiva.

A análise de conteúdo dos artigos trabalhados incidiu sobre os títulos, resumos e palavras-chaves de cada um dos textos. Em caso de inexistência de resumos e/ou palavras chaves, observamos a introdução dos trabalhos. Diante disso, procuramos estabelecer categorizações e ordenamentos entre os temas. Desse modo, obtivemos um conjunto de categorias e ordenamentos suficientemente capazes de dar conta dos trabalhos contidos nas revistas.

As entrevistas foram realizadas com ex ou atuais editoras das publicações com o objetivo de obter algumas informações que não estão expressas em textos publicados. Do mesmo, visaram conseguir estabelecer uma relação de análise a partir da visão dessas mulheres, haja vista seus esforços de trabalho, informações do cotidiano de cada publicação e projetos que se delineiam para o futuro.

A nossa investigação está delimitada ao estudo do feminismo acadêmico num espaço lusófono em um país do continente africano, um do continente americano e outro do continente europeu, nomeadamente em Moçambique, Brasil e Portugal. A escolha destas realidades se deu, em primeiro lugar, pela articulação histórica e cultural desses países; em segundo lugar, pela utilização do idioma – português – como principal, mas não exclusiva, ferramenta de divulgação de ideias. Inclusive por ser uma maneira de resistência e existência no cenário de massificação de produção em outros idiomas; e, em terceiro lugar pelo período de veiculação dos periódicos – ou temáticas – de modo concreto ser aproximado, todos estes casos estão em meados dos anos 1990.

Para essa finalidade, nos utilizamos dos esforços teóricos assentados numa perspectiva pós-colonialista, que, de maneira ampla, propõem-se trazer o discurso daquela/e subalternizada/o que rompe com aquele dos invasores – que procuram ser hegemônicos e vistos como fontes de única verdade – e se propõe verificar discursos e práticas, através de saberes diversos, culturais, das tradições orais, fontes escritas. De forma genérica, esses conhecimentos possuem fundamentos oriundos de localidades como África, América Latina, Índia, Paquistão, entre outras, que tiveram suas narrativas ocultadas, na maior parte dos casos decorrente dos processos de colonização de Espanha, França, Grã-Bretanha e Portugal, outrora chamadas de potências europeias imperialistas (ver Bethell, 1990a; 1990b; Bomfim, 2008 [1905]; Fragoso; Bicalho & Gouvêa, 2001; Galeano, 2014 [1971]; Hobsbawm, 2002; Lynch, 2001). O pós-colonialismo é uma teoria crítica, trabalhada a partir da década de 1970, que possui sólidas bases teóricas, em sua maioria partindo das experiências de movimentos de emancipação populares das

mais diversas realidades, e que analisa aspectos políticos, filosóficos, culturais, artísticos e literários, dentre outros (Said, 1990 [1978]).

Uma dada valorização cultural não implica, necessariamente, descredibilizar ou mesmo hostilizar as demais. Ela pode ser utilizada como um aspecto de afirmação, demonstrando traços que auxiliam sua caracterização e identificação. Desse modo, não se trata de aceitar por uma espécie de dever, especialmente pelo sentido colonial que aponta as construções de hierarquias, e sim fugir da descaracterização quando adicionamos culturas, conhecendo-as em profundidade, e procurando adaptar à realidade mais localizada.

Partimos, em nossa investigação, da seguinte pergunta: *Que epistemologias as feministas acadêmicas do Brasil, Moçambique e Portugal têm utilizado em publicações periódicas virtuais e como ocorrem seus desdobramentos em termos de ações políticas em suas realidades?* Ainda procuramos identificar e analisar as aproximações e/ou dissonâncias, além de possíveis vazios, entre essas produções, a fim de articular ativismo(s), tanto a nível acadêmico, quanto a nível político dentre os campos de pesquisa citados.

Nesse sentido, procuramos perceber como se processa a construção da produção feminista dessas realidades, nomeadamente nas três últimas décadas, um período de profunda alteração nos cenários da teoria social – decorrente também das contribuições da chamada teoria social feminista (Lovell, 1996) – e, conseqüentemente, das epistemologias apresentadas nesses periódicos, as quais são nomeadas enquanto epistemologias feministas (Ver. Harding & Hintikka, 1983; Alcoff & Potter, 1993; Stanley & Wise, 1993; Lennon & Whitford, 2002; Grasswick, 2011; Calvin, 2016; Lindsey, 2015). Quais de suas pautas podem ser encontradas nas publicações pesquisadas?

Para isto, enquanto objetivos específicos propusemos:

1. Mapear as principais publicações feministas, em periódicos acadêmicos de acesso virtual, de Brasil, Moçambique e Portugal, a partir de 1990;
2. Identificar as principais perspectivas epistemológicas – especialmente feministas – que fundamentam o ativismo das feministas acadêmicas do Brasil, Moçambique e Portugal;
3. Comparar as temáticas que os feminismos suscitam no debate acadêmico das feministas do Brasil, Moçambique e Portugal e que convergências existem entre elas;
4. Verificar se existe articulação entre as produções feministas científicas de acesso virtual.

Baseado no exposto, para além do compromisso e do engajamento político, pretendíamos compreender se existem articulações entre essas produções, uma espécie de ativismo comum, e se ocorre algum diálogo entre estes trabalhos e, havendo, como podem promover uma alteração no cenário de hegemonismo das academias – de produção, de idioma, de teoria –, representado, em sua maioria, pelas academias do Norte – global e teórico –, além do androcentrismo, elemento bastante presente no contexto científico.

3.1. Delimitação do Objeto de Investigação

Para tal finalidade, iremos investigar as duas mais antigas publicações periódicas acadêmicas feminista virtuais de cada realidade investigada – Brasil e Portugal –, onde esse critério conseguir ser atendido, haja vista realidades socioculturais e acadêmicas díspares, nomeadamente, a partir do processo de implementação, execução e fomento das ciências, universidades e/ou centros de pesquisa e grupos de investigação. No caso de Moçambique a publicação não é autointitulada feminista, no entanto possui trabalhos e contributos significativos, sendo um caso analisado.

No quadro de nossa investigação, procuramos caracterizar o modo como o ativismo feminista se manifesta por meio de suas publicações, nomeadamente em periódicos acadêmicos, na medida em que a dimensão da divulgação é carregada de posicionamento político¹³⁰, sendo destacada, inclusive, nos editoriais ou artigos de apresentação de algumas delas (First, 1980; Lavinhas, 1992; Piscitelli, 1993; *æquo*, 1999). Esses trabalhos, de forma geral, argumentam quais as contribuições que os diversos feminismos, com destaque para o acadêmico (Harding, 1996), oriundos de múltiplas concepções epistemológicas nas realidades investigadas (Brasil, Moçambique e Portugal), trazem para uma efetiva mudança e introdução de novas categorias e problematizações¹³¹.

O uso analítico do conceito de gênero trouxe uma valorização, ampliação e significação para as críticas em áreas onde foi aplicado, porém, destacamos o caso particular da sociologia (Scott, 1990; Schouten, 2011; Walby, 2011). No que lhe concerne, a introdução da categoria gênero promoveu um denso impacto para a ciência. A marca é indelével e, além disso, dificilmente ocorrerá um retrocesso em seu uso (Cobo, s.d., p. 8), o que não elimina a possibilidades de mudanças. No entanto, essa ainda é considerada, por muitos teóricos/as, como uma discussão secundarizada. Apesar de discordarmos dessa afirmação consideramos uma condição fulcral aos chamados estudos de gênero a

¹³⁰ Ver. Ferreira, 2001; Joaquim, 2004; Lopes & Piscitelli, 2004; Maluf, 2004; Melo, 2003; Minella & Grossi, 2003; Silva, 2013.

¹³¹ Ver. Amâncio, 2003; Casimiro, 2015; Costa, 2005; Narvaz & Koller, 2006; Pereira & Santos, 2014; Scott, 1990.

interseccionalidade entre categorias, para se compreender da melhor maneira possível o fenômeno que se busca investigar.

Em pesquisas previamente realizadas em diversos bancos de dados, nacionais e estrangeiros¹³², não encontramos menção a um feminismo lusófono propriamente dito, pelo menos com essa nomenclatura. Tampouco, acerca da produção feminista, em nível de comparação, das três realidades indicadas. Contudo, referências, textos, discussões e algumas análises nos servem enquanto embasamento, pistas de onde podemos iniciar um processo de aprofundamento na temática. Embora não se utilize a expressão de feminismo lusófono, não podemos negligenciar toda a produção em língua portuguesa, por sua dimensão/escala, problematização, raio de atuação e temáticas empreendidas. A discussão centra-se então na relação existente ou não entre os modelos de feminismos adotados pelas realidades investigadas. Para tanto, passamos a destacar alguns textos, feministas, que nos auxiliam nessas discussões iniciais.

Em relação ao feminismo português, destacam-se os textos de Manuela Tavares (2011) e Rosa Monteiro e Virgínia Ferreira (2016). O primeiro aponta um certo “atraso” no feminismo português devido ao processo ditatorial (1929-1974) que impediu o fomento das ciências sociais, embora não se limitando a essa área de excelência do chamado feminismo acadêmico. Essa dificuldade fez com que o país demorasse a implementar cursos de Estudos sobre as Mulheres, nomenclatura que retrata uma clara influência anglo-saxã. O estímulo aos estudos feministas foi, mais tarde, incentivado pelo Estado, o chamado “feminismo de Estado”, sugerindo uma ausência de articulação de um movimento feminista português. O segundo texto citado confirma esses dados, além de acentuar a dificuldade de se estabelecerem efetivas políticas de igualdade de gênero pelo Estado português. Fruto dos estudos feministas, em fins da década de 1980 e início dos anos 1990, destaca-se o impulso dado às publicações feministas, especialmente dirigidas por acadêmicas feministas, em sua maioria no interior das ciências sociais.

Em relação ao desempenho político e acadêmico realizado pelas revistas feministas, destacamos os textos de Virgínia Ferreira (2001), Luzinete Minella e Mirian Grossi (2003), Jacira Melo (2003), Sônia Maluf (2004), Teresa Joaquim (2004), Maria Margareth Lopes e Adriana Piscitelli (2004) e Carmem Silva (2013). Estes textos destacam as contextualidades de Brasil e Portugal e versam sobre compromisso político (relação entre academia e movimentos sociais e/ou sociedade organizada, que, por si só, pode ser compreendida enquanto ativismo/militância), a reflexividade, o reconhecimento, a linha editorial, o

¹³² Os bancos de dados pesquisados são: *SciELO*, *Scopus*, *Web of Science* e a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações, entre os anos de 2018 e 2019. A pesquisa consistiu em procurar identificar o uso da expressão feminismo lusófono em qualquer parte do trabalho (título, corpo do texto, resumo, palavras-chaves), tanto em artigos ou mesmo em dissertações e/ou teses.

fomento (sustentabilidade) por meio do incentivo às publicações, com enfoque em aspectos relacionados a dificuldades encontradas. Essas publicações desempenham um papel importante na implementação de organismos de combate à violência feminina e de gênero, no incentivo à construção de políticas públicas, assim como para a efetivação de uma ampliação teórica do feminismo como um todo e, em grande medida, do feminismo acadêmico.

Quanto à conjuntura de Moçambique, não foram identificadas publicações periódicas autointituladas feministas em ambiente virtual. Em grande medida, isso deve-se à diferente maturação das realidades feministas dos países investigados pelos processos sócio-históricos que atravessaram nas últimas décadas. Esse fato não implica afirmar que não existam trabalhos com caráter feminista. Pelo contrário, há discussão sobre a temática, porém, está dissipada em números específicos sobre o assunto, nas revistas acadêmicas locais assim como em periódicos de outros países.

Os textos referidos aqui abordam, de forma geral, questões da cotidianidade feminina, tais como trabalho, violência (doméstica), aborto (regulamentação), maternidade, sexualidade, entre outras. Diferem das publicações brasileiras e portuguesas no sentido de que não existe uma linha editorial autointitulada feminista, sobretudo em língua portuguesa, que permita classificar essas publicações como tal, da mesma maneira que as demais realidades investigadas. Essa dimensão de autoidentificação é latente nas linhas editoriais dos periódicos trabalhados desde seus primeiros números (*e.g. Cadernos Pagu, ex-æquo* e *REF*). No caso de Moçambique, não encontramos revistas feministas nos moldes das demais citadas, o que não significa que não haja produção dessa perspectiva, no entanto, destaca-se a publicação *Estudos Moçambicanos*³³, vinculada ao Centro de Estudos Africanos e a Universidade Eduardo Mondlane, que possui periodicidade desde 1980. Essa é uma revista acadêmica ligada às ciências sociais, com leitura marcadamente marxista (First, 1980: 2).

Acerca da articulação das análises feministas africanas em associação com as teorias pós-coloniais, destacamos os trabalhos de Signe Arnfred (2004a), Eurídice Monteiro (2009; 2016), Sónia Nhantumbo e Maria Paula Meneses (2005) e Isabel Casimiro (2015). Signe Arnfred (2004a) versa sobre as contribuições das teorias de gênero na realidade moçambicana, sobretudo a partir de uma ótica pós-colonial, com destaque para as questões do trabalho, da família, da maternidade e da sexualidade, essa última com enfoque nas taxas de HIV. Ainda demonstra que existe um longo caminho a ser percorrido, porém, que alguns processos importantes estão sendo levados em consideração, como, por exemplo, a discussão da participação das mulheres na política, elemento em destaque também no segundo texto

³³ Todos os números disponíveis e que serão utilizados nessa investigação estão sob consulta em <http://www.mozambiquehistory.net/estmoc.php>, acessado em 27 de dezembro de 2018.

citado. Eurídice Monteiro (2009, 2016) assim como Sónia Nhantumbo e Maria Paula Meneses (2005) sublinham a ideia de colonização interna e externa, além da efetividade da participação de mulheres na política, especialmente com a criação de políticas públicas que visem a ampliação e a participação delas nestes espaços decisórios.

Além disso, tratam da ideia de mestiçagem traçada pelo processo de colonização portuguesa e as relações de poder estabelecidas em torno de tais questões, frutos de uma análise feminista e pós-colonial. Isabel Casimiro (2015) destaca o percurso realizado pelos estudos de gênero e feminismo, apontando a ausência de investimentos maciços nessa área, além das “fases” por quais as epistemologias e os ativismos se desenvolvem, inseridos num contexto político social e histórico indissociável. Evidencia as contradições e procura transformação, por meio de ações populares e das discussões realizadas, por exemplo, no âmbito do *Fórum Mulher*, que objetivam, dentre outros fatores, ampliar o movimento e atuar na libertação de opressões das mais diversas formas. Destaca, ainda, a implementação do movimento feminista em Moçambique, sua diversidade e atuação a partir da década de 1980.

Diante desse breve quadro, podemos perceber que existem limites para a realização de nossa investigação que são tanto de ordem local, em função das experiências cotidianas independentes dos países apontados, quanto de ordem coletiva, no que se refere à articulação entre elas.

Dentre os limites de ordem local que estamos considerando, incluem-se os aspectos de financiamento (seja governamental ou de órgãos independentes, tais como: movimentos sociais, Organizações Não Governamentais - ONG, agências de fomento à pesquisas); políticas de educação a partir de alterações em suas estruturas curriculares mais amplas, tanto nos níveis mais básicos da educação assim como no ensino superior, com a inclusão de temáticas que discutam as inovações trazidas pela teoria social feminista (Lovell, 1996), além das teorias pós-colonialistas, assim como do pós-estruturalismo, não negligenciando as contribuições anteriores, porém, incentivando e ampliando a discussão, e fornecendo substrato mais sólido nas formações; e discussões políticas em torno de agendas inclusivas, sobretudo advindas das diversas formas de ativismos. Já os limites considerados como sendo de ordem coletiva estão ligados, nomeadamente, à articulação de uma produção científica, em nosso caso, feminista, de língua portuguesa e militante. Salientamos a dificuldade que é produzir saber em academias consideradas periféricas (Adelman, 2007) utilizando-se da língua portuguesa como forma de expressão desses saberes. Essa perspectiva representa, ao mesmo tempo, um desafio para adentrar ao espaço do *mainstream* internacional, assim como pode ser considerado uma fonte de resistência à tendência de homogeneização idiomática representada pelas publicações em língua inglesa.

O exposto traduz um desafio na combinação entre essas produções investigadas, que se torna um dos elementos centrais de nossa pesquisa.

Para a constituição do *corpus* de documentos, iremos pesquisar duas publicações periódicas acadêmica disponíveis em ambiente virtual de cada conjuntura exposta onde esse critério conseguir ser atendido, haja vista realidades socioculturais distintas, principalmente, no processo de implementação e fomento das ciências que possui perfis diferentes, oriunda, nomeadamente, de complexos processos políticos de incentivo e uso do conhecimento. Isso se refere, de maneira direta, a manutenção, financiamento, distribuição e estímulo as publicações, seja por parte de organismos governamentais (universidades e agências de pesquisas – nacionais ou internacionais), decorrente de ONG ou ainda de movimentos sociais. Assim, esses periódicos serão primeiramente identificados seguindo uma dupla categorização pelo fato de as realidades investigadas possuírem uma diferença considerável em relação à produção das publicações.

Classificamos nossos objetos de estudos, enquanto medida de delimitação dele, por intermédio de uma dupla categorização, que aqui estará dividida em dois grupos A e B. Sendo primeiro (A) relativo às publicações de Brasil e Portugal, considerando que possuem realidades acadêmicas mais homogêneas e o segundo (B) formado por Moçambique, com um processo de implementação de um conjunto de universidades mais tardio, se comparado aos já citados. Esse duplo critério não inviabiliza a produção africana (em menor número, e não tendo sido possível, até o momento, identificar periódicos autointitulados feministas) em detrimento das demais. Parece ser, aliás, esta forma a única verificada com a finalidade de alcançar atender aos objetivos de nossa investigação, demonstrando a incipiência das publicações inteiramente feministas acadêmicas desses países.

A partir disso, estabelecemos critérios que são, para o grupo A,

1. Ser uma publicação autointitulada feminista, definida em sua linha editorial, e conter todo acervo em ambiente virtual;
2. Ter iniciado sua periodicidade a partir da década de 1990, procurando as que iniciaram esse processo e que estejam em atividade, pois compreendemos que esse foi um período de um aumento no número de trabalhos relativos à teoria crítica feminista e maior utilização da categoria gênero. Em outras palavras, um aprofundamento dos conceitos, métodos e discussões feministas, principalmente, nas academias do ocidente;
3. Possuir boa avaliação, pela comunidade acadêmica, por seus pares, pelos indexadores;
4. Possuir relevância no cenário de produção acadêmica nacional e internacional;

5. Haver, majoritariamente, em suas contribuições artigos em língua portuguesa.

Mediante essa observação, de forma preliminar, encontramos quatro publicações para o grupo A. Duas delas no Brasil e duas em Portugal, são elas: a *Revista Estudos Feministas (REF)*, ligada a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC); *Cadernos Pagu*, vinculada a Unicamp; *ex-æquo*, publicada pela Associação Portuguesa de Estudo sobre as Mulheres (APEM), e a revista *Faces de Eva: estudos sobre a mulher*, pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Todas estas tiveram início na década de 1990. De modo mais preciso, a *REF* em 1992, *Cadernos Pagu* em 1993, a *ex-æquo* em 1996 e a *Faces de Eva*, em 1999.

No entanto, a partir do refinamento dos dados

Para o grupo B, traçamos os seguintes critérios:

1. Ser uma publicação onde feministas (autointituladas) publiquem suas análises/discussões sendo uma publicação que possua materiais oriundas das ciências sociais;
2. Ter iniciado sua periodicidade durante a década de 1990 e está disponível em formato *online*;
3. Possuir uma periodicidade de pelo menos 20 números publicados;
4. Apresentar contribuições em língua portuguesa.

Atendendo aos critérios apresentados encontramos a publicação *Estudos Moçambicanos*, publicação da década de 1979-1980 e que possui, em sua origem, uma forte conotação marxista, nomeadamente, nos primeiros números, algo que será alterado com o passar do tempo. Ela além de ser um periódico acadêmico moçambicano, vinculada a Universidade Eduardo Mondlane e seu Centro de Estudos Africanos, com essa conotação que publica material referente as ciências sociais, possui uma forte presença de estudos feministas e de gênero. Tem seu primeiro número publicado em 1981 e o último disponível é de 2014, somando, ao todo, 23 edições.

Após esse processo de identificação de periódicos e sua seleção, estabelecemos a análise de todos os números das publicações para as revistas do grupo A (desde sua veiculação até o último número publicado de 2019), nas seguintes seções¹³⁴: artigos livres, dossiês, estudos, estudos e ensaios e números temáticos. Para o grupo B, foram verificados, além da identificação do periódico em destaque, todos os seus índices, desde 1980, e a partir disso, analisar os volumes que veiculassem artigos que

¹³⁴ Há ainda uma pequena variação de nomenclatura entre publicações e em suas diversas temporalidades, já que elas possuem no mínimo 20 anos de existência. Desse modo procuramos perceber estas alterações nas definições que foram atribuídas e manter o critério de seleção de material para todos os anos indicados.

tratem sobre a temática dos EMGF, o que nos deu um recorte a partir de 1991 (até 2014, ano do final de sua atividade). Nesse último caso, além de suas linhas editoriais feministas, e a depender do quantitativo de material encontrado, ressaltamos que será observada a presença dessas publicações nas seções de artigos livres (nela não identificamos dossiês ou semelhantes).

As publicações que compõem o Grupo A possuem dois endereços para consulta, um de domínio próprio do grupo, núcleo e/ou associação e outro ligado a plataforma de indexação *Scientific Electronic Library Online (SciELO)*, no caso desta última as edições não são encontradas em sua totalidade, em relação aos seus números iniciais. O periódico que integra o Grupo B encontra-se disponível a partir de um *site* de organização pessoal que facilita a consulta de um amplo conjunto de documentos acerca da história política, cultural e social de Moçambique, inclusive a totalidade do acervo consultado. Esse primeiro conjunto de dados estará expresso na **tabela 4**.

Sintetizamos as informações sobre os dois grupos na tabela a seguir:

Tabela 4 - Indicação de publicações por grupos, endereços eletrônicos e disponibilidade de acesso ao acervo (pesquisados em maio de 2020).

	Publicação	Disponibilidade		Números	Artigos	Anos de consulta
		Endereço próprio	Indexador (SciELO)			
Grupo A	<i>Revista Estudos Feministas</i>	Todos os números	Desde 2001 – volume 9	72	976	1992-2019
	<i>Cadernos Pagu</i>	Todos os números	Desde 2001 – volume 16	54	713	1993-2019
	<i>Faces de Eva</i>	Consulta dos índices ¹³⁵	Desde 2014 – número 32	42	248	1999-2019
	<i>ex æquo</i>	Todos os números	Desde 2008 – número 17	39	382	1999-2019
Grupo B	<i>Estudos Moçambicanos</i>	Todos os números		6	15	1991-2014

O conjunto de dados ora trabalhados pode ser compreendido enquanto uma das expressões de contribuição para a criação de um alicerce teórico e metodológico dos EMGF nos países aqui verificados – sendo estas as primeiras a veicularem integralmente textos da área ou mesmo as únicas nas conjunturas indicadas –, além de fomentar essas discussões em caráter mais localizado em múltiplos aspectos. Adicionalmente podemos perceber por meio do volume de suas publicações o vigor que representa a temática, mesmo diante das adversidades que representaram as suas implementações e,

¹³⁵ Os bancos de dados das publicações aqui analisadas a que tivemos acesso estão primordialmente disponíveis em linha onde uma significativa quantidade ou até mesmo a totalidade dos volumes encontram-se sob consulta pública e sem custos pecuniários, com exceção da revista *Faces de Eva* que possui disponibilidade em ambiente virtual a partir do número 22, pois que até aqui trabalhavam apenas com as edições impressas, para as demais todos os números podem ser acessados integralmente e livremente. No entanto, mesmo os números editados antes de uma dupla veiculação (impressa e virtual) para as demais revistas, passaram por processo de digitalização e podem ser consultadas na íntegra. Apenas as publicações portuguesas ainda possuem formato físico em suas edições, associados ao já mencionado modelo cibernético.

em alguns casos, ainda o são, notadamente diante de uma indefinição de área de conhecimento, manutenção, incentivos (estes podendo ser de ordem financeira ou até mesmo acadêmica), consultas, impacto, referenciação entre outros fatores.

Diante do quadro apresentado estabelecemos nosso volume de material trabalhado, sintetizado em 213 números de revistas que somam 2334 artigos. O volume total dos dados investigados podemos identificar que as revistas brasileiras *REF* e *Cadernos Pagu* concentram 72,37% do volume total de casos investigados, seguido pelas publicações portuguesas *Faces de Eva* e *ex æquo* com 26,99% e em terceiro, a experiência do periódico *Estudos Moçambicanos* com 0,64%, num lastro temporal que abrange 28 anos.

Consideramos que essas informações são bastante representativas do cenário acadêmico onde estão inseridas estas publicações, assim como as dimensões que os países possuem, em diversas escalas, que vão desde a sua própria geografia até mesmo da rede de ensino superior que possui com acesso, permanência e qualidade, fomento de políticas públicas de paridade entre gêneros e as relações que estabelecem com outras conjunturas, instituições, organizamos e/ou centros de investigação. Associamos a essa discussão a introdução dos EMGF nas experiências analisadas e todo processo de tentativa de criação de substrato e reconhecimento.

Sendo assim, desde o início dos anos 1990 as revistas brasileiras começam a publicar, dois ou até mesmo três números por ano. No que se refere a *REF* ela tem início em 1992, com a publicação de um volume. No ano seguinte, 1993, dois e em 1994, três, sendo esse um especial (2ª semestre – Colóquio Internacional Brasil, França e Quebec). Entre os anos de 1995 e 2003 são editados dois números anuais. A partir de 2004 até o presente são três as edições anuais, o que forma um conjunto de 976 artigos investigados. Ao passo que no caso de *Cadernos Pagu* que inicia em 1993 com um número, segue de 1994 até 2015 com dois números por ano, quando não com números duplos, esses casos ocorreram em 1996, 1997, 2002. Em 2001 houve a publicação de apenas um volume, seguido por três no ano seguinte. A partir de 2016 são publicadas três edições anuais, finalizando o grupo de 713 trabalhos.

As revistas portuguesas publicam dois números por ano, *Faces de Eva* o volume 1-2 em 1999, a exceção é o ano de 2003 com o número 10, todos os demais anos a publicação manteve a regularidade de duas publicações. Em 2019 além dos dois números habituais um número extra também foi analisado, num total de 248 trabalhos. A *ex æquo* ocorre de maneira semelhante, o volume 1 em seu primeiro ano, no segundo ano o volume 2-3, todos os demais anos com duas publicações anuais, com a ressalva

apenas do ano de 2005 que apenas teve uma, o que significa dizer um total de 382 artigos. O arco temporal das publicações portuguesas é de exatas duas décadas.

Já a publicação *Estudos Moçambicanos*, em relação aos números que investigamos, o primeiro texto que envolve de maneira mais precisa as dimensões dos EMGF circula no número 10, datado em 1991¹³⁶. Depois são mais cinco na edição 11-12. Inicia um processo irregular de publicações. Passamos para um, na edição 14 (1996), assim como na edição 17 de 1999. Em 2005 são quatro artigos, edição 21 e mais três em 2014 na última edição disponível, nº 23, totalizando o conjunto de 15 trabalhos.

Desse total apresentado passamos a observar todos os resumos e palavras-chaves, categorias palavras-chave e resumo foram aquelas que nós utilizamos enquanto referência para realizar a leitura a fim de identificar e elencar o conjunto de categorizações temáticas (gerais ou detalhadas), quando estas encontravam-se disponíveis (nos casos em que não são identificados realizamos uma leitura transversal do texto), fato esse com maior proporção. Verificamos assim que uma maioria de artigos contém ambas, sendo para palavras-chave existentes 1884 (80,72%) e 450 (19,28%) para não.

Somente mais recentemente é que a presença dos elementos de palavras-chave e resumos se tornaram uma espécie de condição para a publicação de um artigo numa revista acadêmica científica. Posto que esses espaços buscam informar dados importantes e que podem indicar a quem o consulta se ali há ou não a informação desejada, despertando o interesse tanto para leitura com a possibilidade aberta do uso e indicação deste, ampliando assim seu potencial impacto. Do mesmo modo que a ampliação de sua utilização para outras pessoas.

Já em referência aos resumos, o número aumenta no que se refere a sua identificação, onde 1988 (14,82%) são positivos e 346 (85,18%) não são fornecidos. Portanto, há uma maior disponibilização dos resumos em relação as palavras-chaves, no entanto para dos dois casos a proporção não é tão dispar. A seguir dispomos o detalhamento desses dados para cada uma das publicações analisadas.

Tabela 5 - Incidência de palavras-chaves e resumos, números totais em cada publicação

Periódico	Palavra-chave		Resumo	
	Consta	Não consta	Consta	Não consta
<i>REF</i>	719 (73,67%)	257 (26,33%)	728 (74,59%)	248 (25,41%)
<i>Cadernos Pagu</i>	677 (94,95%)	36 (5,05%)	652 (91,44%)	61 (8,56%)
<i>Faces de Eva</i>	158 (85,60%)	90 (14,40%)	239 (93,98%)	9 (6,02%)
<i>ex æquo</i>	327 (85,60%)	55 (14,40%)	359 (93,98%)	23 (6,02%)
<i>Estudos Moçambicanos</i>	12 (80,00%)	3 (20,00%)	10 (66,67%)	5 (33,33%)

¹³⁶ Todavia, isso não significa dizer que em textos anteriores essa dimensão não seja trabalhada, no entanto, conforme nossos processos de seleção – expostos nos procedimentos metodológicos – estes não se aplicam. Inclusive essa perspectiva será comentada pela ex editora, Isabel Casimiro (2020). A revista possuiu um total de 23 números veiculados em formato impresso, onde podem ser verificadas diversas contribuições nacionais e estrangeiras, de variadas perspectivas epistemológicas críticas e que debateram muitos temas, estes ligados propriamente ou não aos EMGF. Sua circulação desde 1980 foi encerrada no ano de 2014, por uma decisão política interna da Universidade Eduardo Mondlane, que procurou condensar todas as publicações num só periódico. Das revistas por nós identificadas essa é a mais antiga em origem. Disponíveis integralmente em <http://www.mozambiquehistory.net/>

De algum modo a pouca visualização destes dois dados, considerados como importantes, não era uma característica comum nas publicações, especialmente em seus números mais antigos, por não ser uma exigência do período (poderemos observar melhor essa informação quando detalharmos para cada publicação seus quantitativos e a indicação dos anos e/ou edições, inclusive pelo fato de não se ter uma padronização ou modelo a seguir pela maior parte das conjunturas dos países ligadas a divulgação da ciência e tecnologia, agências de fomento entre outras), mas sim através do processo de padronização que as publicações acadêmicas atravessam/atravessaram ao longo do tempo.

A medida em que há uma espécie de consolidação e profissionalização (e em alguns casos estandardização) dessas publicações algumas dessas questões observáveis noutras revistas acadêmicas com mais tempo de circulação passam a ser implementadas também na área dos EMGF, embora ainda seja uma área do conhecimento conhecida como transversal, portanto fronteira.

Esta é ainda uma das limitações no campo científico por qual algumas teóricas acreditam que se trava uma disputa de poder, ao mesmo tempo essa característica representou durante muito tempo uma potencialidade de atuação em vários campos teóricos. Inclusive com contribuições diversas, a nível tanto teórico quando metodológico, e que auxiliaram num certo reconhecimento acadêmico assim como percepção da importância da dinamização e ampliação do conhecimento por qual é responsável.

3.2. Metodologia quantitativa

A metodologia é o elemento que auxilia a replicabilidade e validade de uma investigação. As bases históricas da metodologia quantitativa são longínquas. Na sociologia, desde sua introdução enquanto ciência, pode ser percebida já no século XIX e foi empreendida por Auguste Comte e sua filosofia positivista ou mesmo por Émile Durkheim e a compreensão sobre os fenômenos sociais. Com o passar do tempo, a utilização de métodos e técnicas que compõem a metodologia quantitativa foram sendo testados e aperfeiçoados.

Uma das principais definições dessa metodologia está no fato de que, independentemente de quem realiza a investigação, há uma realidade social. Portanto, evidencia-se um aspecto de relevância de sua aplicação e importância que consiste em verificar o objeto e procurar analisá-lo sobre um prisma científico, interferindo o mínimo possível nele. Em nosso caso, o material compilado e analisado informa os caminhos que foram tomados ao longo dos anos, no período definido em nossa pesquisa. Esses dados auxiliam e revelam passos das políticas científicas, dos temas mais evidentes no cenário acadêmico e

social que são discutidos e veiculados pelas publicações do mesmo modo que podem ser observados como representativos de um dado contexto.

Em vista disso, pensar a metodologia quantitativa é perceber que mensurar os dados obtidos pode representar a construção de bases de acesso a outras pesquisas, especialmente na medida em que o levantamento já foi realizado e produziu um conhecimento novo. Como apresenta José Camilo Santos Filho (2009: 43), a metodologia quantitativa prediz e generaliza, depreendendo de modo imediato a ação humana no dado contexto aplicável. Essa quantificação obtida pode facilitar posteriores inferências e responder ao objetivo geral de nossa investigação.

A amostragem numérica trazida pelos dados expõe um cenário de um período da produção acadêmica feminista no Brasil, Moçambique e Portugal. Desse modo, a metodologia quantitativa aplicada aqui auxilia na revelação de um panorama local dos trabalhos produzidos por autoras/es ao longo de mais de duas décadas, incidindo sobre a produção de textos e temas veiculados pelas publicações selecionadas.

Em nossa investigação, a utilização da metodologia quantitativa deve-se ao fato de se tornar necessária a sistematização e quantificação de um grande volume de dados contidos em periódicos feministas acadêmicos de língua portuguesa. Esses dados abarcam, também, um período histórico longo, desde a década de 1990 até o ano de 2019, em três casos: no Brasil, em Moçambique e em Portugal. Com isso, criamos um corpo organizado em categorias que foi transformado em material quantificável e posteriormente analisado com recurso a técnicas estatísticas a fim de facilitar a sua leitura e análise.

3.3. O método

A expressão método é compreendida enquanto finalidade, proposição, caminho, direção que a investigação toma. Mediante essa definição, primária, da concepção supracitada podemos nos deter um pouco mais nas experiências e construções que esse método em seu aspecto comparativo foi sendo utilizado nas investigações em ciências sociais.

Em relação a sua utilização, principalmente nas investigações realizadas pelas ciências humanas e sociais, e em específico, na sociologia, a partir de nossa análise, ele representa-se como um importante instrumento de pesquisa na medida que observa dados em que o/a investigador/a pode, se for de seu desejo, apontar possibilidades para uma possível modificação, mediante a observação e análise dos contextos investigados.

O método utilizado em nossa investigação é o de estudo de casos, por se focar em realidades contemporâneas distintas, com similaridades onde procuramos nos aprofundar em suas particularidades. Robert Yin (2001) define estudo de caso como sendo um método que “permite uma investigação para se preservar as características holísticas e significativas dos eventos da vida real” (Yin, 2001: 22). Na esteira dessa definição para estudo de caso (individual ou múltiplos) é que nos baseamos. Pois percebemos que seu emprego está de acordo com nossa pergunta de partida, no sentido de conhecer minuciosa e particularizadamente o objeto que trabalhamos.

Acrescemos ainda a definição trazida por Antonio Gil (2008: 54-55) para o qual o estudo de caso é um método empírico aplicado quando se pretende conhecer de modo pormenorizado poucos objetos. Assim os casos são compreendidos como maior detalhamento. Antonio Gil (2008: 55), em consonância com Roberto Yin (2001), salienta três aspectos de um maior uso do método, são eles: exploração de situações de vida; descrição de contextos em que estão situados o problema de pesquisa e explicação de avariáveis causais dos fenômenos. Assim foram as realidades de periódicos acadêmicos de língua portuguesa do Brasil, Moçambique e Portugal. Por estes motivos optamos por sua utilização.

3.4 As técnicas de trabalho

As técnicas utilizadas em nosso trabalho foram duas, são elas: a análise de conteúdo e a entrevista semiestruturada. Fizemos uso delas em complementaridade, dado que, no contexto de nossa investigação, uma sem outra tornaria o resultado do trabalho sem a profundidade pretendida.

A primeira técnica é compreendida como uma tradução da contagem da frequência de temas verificados que são posteriormente organizados, em nosso caso em categorias. Conforme apresentam Marina Marconi e Eva Lakatos (2003: 233) essa técnica permite uma sistematização e objetivação do conteúdo verificado, quantificando-o. Maria Cecília Minayo (2001: 71) ressalta ainda duas funções adicionadas a técnicas que são: verificação de hipóteses e/ou questões e a descoberta do que está por trás dos conteúdos manifestos. Em nossa investigação a técnica da análise de conteúdo foi aplicada no sentido mais clássico. Ou seja, identificar as temáticas trabalhadas nos artigos disponíveis e a partir disso sistematizá-los em categorias mais amplas.

Assim que ocorreu a debilitação temporal do objeto de pesquisa e foram identificados todos os números das revistas que seriam utilizados na investigação passamos a fase seguinte que foi de leitura dos elementos dos artigos, sendo estes: título, resumo e palavras-chave. No caso da não existência dos dois últimos, optamos pela leitura da introdução dos artigos.

Optamos por utilizar, enquanto técnica de análise, a *análise de conteúdo* (Bardin, 2016), que é compreendida como uma técnica de análise das comunicações que visa obter, através de procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção destas mensagens. Nas palavras de Laurence Bardin (2016 [1977]: 33) “Não se trata de um instrumento, mas de um leque de apetrechos; ou, com maior rigor, será um único instrumento, mas marcado por uma grande disparidade de formas e adaptável a um campo de aplicação muito vasto...”.

Essa categorização geralmente emprega um processo através do qual se adota um sistema de categorias pré-definido, procurando-se repartir os elementos do material à medida que vão sendo encontrados semelhanças entre eles, agregando-os em categorias um pouco mais generalistas.

A análise de conteúdo é, ao mesmo tempo, uma técnica de organização, tanto na recolha e como em sua sistematização, e de análise de dados, sendo as fontes orais e/ou textuais como elementares para esse fim, possibilitando uma compreensão mais aprofundada das categorias apresentadas pela investigação. Raymond Quivy e Luc Van Campenhoudt (2017 [1992]: 226) informam que a análise de conteúdo é cada vez mais utilizada nas pesquisas em ciências sociais e consiste na aplicabilidade de processos mais técnicos e precisos a um conjunto de mensagens, a partir de um conjunto de termos previamente visualizados e, com isso, construir o discurso.

Utilizaremos a *análise categorial*, a qual, conforme Laurence Bardin (2016, p. 31), possui duas funções, mediante seu uso, que são: a heurística, exercida a partir da recolha e análise e visando a formação de um novo conhecimento; e a de administração da prova, que possibilita testar hipóteses encontradas e confirmar, ou não, uma teoria, a partir de um suporte teórico. Portanto análise de conteúdo categoria se baseia no nível de separação de ideias centrais de textos e seu respectivo agrupamento em categorias de análise. Raymond Quivy e Luc Van Campenhoudt (2017 [1992]: 228) ressaltam a premissa do cálculo de frequência e suas comparações. A técnica foi utilizada na análise do material recolhido dos artigos e em seu tratamento.

A segunda técnica que utilizamos, a entrevista semidiretiva, foi utilizada com a finalidade de obter dados em profundidade, mediante a experiência da pessoa com a qual houve interlocução, sem maiores mediações. Desse modo, essa técnica permitiu compreender de maneira verticalizada algumas das questões que surgiram quando se verifica o material completo a partir da análise de conteúdo. Esse aspecto evidencia a necessidade de se empreender mais de uma técnica para se conseguir responder ao objetivo da investigação. Essa técnica é compreendida por Antonio Gil (2008: 109), como elemento de interação social (entre quem pesquisa e o “objeto” de pesquisa) através do diálogo – pré-concebido

– onde a fonte de informação (coleta de dados) está a sua “frente”. É uma técnica amplamente utilizada nas ciências sociais.

Ao total, foram realizadas cinco entrevistas semidiretivas (ou semidirigida) com as (ex) editoras/diretoras das publicações selecionadas. Todas foram devidamente autorizadas (ver. anexo 2). A opção pelo uso dessa técnica foi precisamente para tentar compreender nuances que os dados mais estatísticos não conseguiram informar, além de obter informações ainda não publicadas. Elaboramos uma série de questões que serviram como guias (guião disposto no anexo 3) e deixamos espaços para questões que surgissem ao decorrer da entrevista (Quivy & Campenhoudt (2017 [1992]: 192). Acreditamos que essa medida e utilização nos permitiu conhecer com mais profundidade a política de editoração, os temas escolhidos para os números e a frequência de veiculação, além de sua relação com os meios universitários abordados, procurando saber se corre ou não articulação/colaboração dessas realidades.

No nosso caso, foi utilizada com ex ou atuais editoras/diretoras das publicações, num total de cinco, uma para cada periódico. O objetivo inicial era o de realizar as entrevistas com as primeiras editoras das publicações, no entanto, em dois desses casos já não é mais possível, dado que faleceram, são os casos de Mariza Corrêa (*Cadernos Pagu*) e Ruth Firtz (*Estudos Moçambicanos*) Nos demais casos conseguimos aplicar esse critério, são elas: Lena Lavinás (*REF*); Virgínia Ferreira (*ex æquo*) e Zília Osório de Castro (*Faces de Eva*). Nos dois casos anteriores entrevistamos editoras posteriores, foram elas: Lara Beleli (*Cadernos Pagu*) e Isabel Maria Casimiro (*Estudos Moçambicanos*).

As entrevistas foram realizadas entre os meses de março e maio de 2020 através de gravação devido ao cumprimento do distanciamento físico decorrente ao estado de pandemia (SARS-CoV-2) decretada em janeiro de 2020, e a imposição de proibição de circulação entre países (e cidades), além da garantia do bem-estar das entrevistadas.

As entrevistas foram realizadas em formato virtual, pelos aplicativos *Zoom* (3) ou *Skype* (1), com duração mínima média de 60 minutos e transcritas integralmente¹³⁷. Uma entrevistada estava nos EUA, outra no Brasil, duas em Portugal e uma em Moçambique. Diante disso, procuramos realizar as entrevistas no melhor horário possível para elas. Informamos que a entrevista com a ex editora e fundadora da *Faces de Eva* foi enviada por *e-mail*, devido a problemáticas de várias ordens e então respondida em formato de texto. No entanto, a entrevistada deixou-se aberta para eventual contato

¹³⁷ Nas transcrições das entrevistas utilizamos os colchetes [] para inserir uma complementaridade que poderia vir a ser perdida diante da extração do excerto inserido em nosso texto assim como o uso de parênteses (...) para expressar um raciocínio seguido na mesma frase, mas, para efeito de sentido imediato e contextualizado extraímos esse seguimento. Assim como as expressões que estão destacadas em negrito e/ou itálico, quando procuramos conferir um destaque a estas, demonstrando uma intensidade de ideia ou ainda salientar uma posição tomada. Todas elas se encontram identificadas.

(telefônico) para eventualmente tirarmos alguma dúvida. Todas as entrevistadas concordaram com os termos do nosso consentimento e por isso utilizamos os seus nomes em nosso texto.

Diante desse cenário informado procedemos então com observação exercida em dois modelos, tanto direta quanto indireta, nos moldes descritos por com Raymond Quivy e Luc Van Campenhoudt (2017 [1992]: 164), a primeira a partir da recolha das informações, nomeadamente nos bancos de dados dos periódicos e a segunda por meio da nossa indagação a sujeitos da pesquisa, no nosso caso a componentes das direções das revistas, de forma concreta executada por meio de nosso questionário. Diante desses materiais e cenários, passamos a criar um corpo de análise em nossa tese, além de estabelecer uma série de elementos que fundamentam as considerações finais que a pesquisa empreendeu.

Em relação a observação dos dados referentes as revistas e seus 2334 casos, procedemos sua inserção e tratamento utilizando o *software SPSS (IBM SPSS Statistics 26)*. Para tantos, dividimos as informações contidas nos/e sobre os periódicos em três aspectos, são eles: informações gerais (relativas ao próprio periódico), informações da primeira autoria e, por fim, informações do artigo (de modo mais concreto sua estruturação e padronização geral).

Tabela 6 - Quadro síntese dos dados verificados para cada artigo

Dados do periódico	Dados da primeira autoria	Dados do artigo
Nome do periódico	Nome da primeira autoria	Título
Ano	Sexo	Idioma
Edição	Vínculo	Temática (detalhada e geral)
Seção	Formação	Resumo
	Área	Palavra-chave
	Escolaridade	
	Nacionalidade	

As informações relativas as revistas estão subdivididas em ano (entre os anos de 1991 a 2019), edição (num total de 213), seção (cinco, são elas: artigos livres, estudos e ensaios e estudos – de fluxo contínuo e compreendidas, de modo geral, como aquelas contribuições espontâneas, sem um direcionamento ou pedido – e as demais são: dossiês e números temáticos – aquelas seções que de modo geral são compostas por um tema problematizador, contendo ainda a dimensão de convites ou mesmo encomendas de trabalhos, o que não implica em não avaliação por pares¹³⁸), título do artigo e idioma de publicação (são quatro, português, espanhol, inglês e francês).

¹³⁸ Um dos importantes elementos de destaque que podemos identificar destes aspectos teóricos até nas próprias entrevistas concedidas é o que se refere a avaliação pelos pares, descrito como uma condição que vai além da rotina científica, pois permite o diálogo entre pessoas que se debruçam sobre a temática do mesmo modo que incentiva, em diversos planos, a ampliação ou não da discussão. É o que Léa Velho (1997: 16) denomina de comunicação científica.

Já as informações da primeira autoria identificamos, nome, sexo (feminino, masculino ou ainda uma terceira categoria denominada não identificado, que é utilizada para assinatura coletivas e/ou de instituições), vínculo institucional, formação inicial, área de concentração, escolaridade e nacionalidade (continente).

Na nossa pesquisa o nome foi apenas utilizado para identificação da frequência de publicação (com a possibilidade de alguns artigos serem assinados pela mesma pessoa), não são expostos de modo descritivo. Já o item sobre o sexo da primeira autoria é para perceber a contribuição e distribuição de temática em torno desse dado. Sobre o vínculo institucional muitos dos artigos identificam e naqueles onde não conseguimos verificar passamos a consultar outras fontes. Procedemos com a seguinte categorização em torno desse item: ocupantes de compõem quadros de associações e/ou ONG (ou ainda movimentos sociais), empresas públicas (não sendo academia) e empresas privadas assim como organismos e instituições supraestatais.

Em relação a formação inicial procuramos perceber a origem acadêmica de cada uma das pessoas que publicou nos artigos analisados. Essa medida depreendeu um enorme esforço na consulta de cada currículo que se encontrava disponível em ambiente virtual. Embora que existam alguns caminhos gerais, tais como: ORCID, Plataforma *Lattes*, Plataforma DeGóis, *LinkedIn* em alguns casos as próprias publicações forneceram essas informações, entre outras plataformas ou serviços de agregação de informações acadêmicas gerais com maior ou menor expressividade (páginas virtuais das próprias instituições de ensino superior) a dinâmica final resultou na ausência de 397 casos. Seja pelo fato de não ter essa informação em especial ou mesmo não conseguirmos acesso a esses dados gerais a não ser formação final ou ainda aquele do momento da publicação do artigo. Esse esforço resultou num total de 82 cursos identificados de formação inicial em todas as classificações de áreas do conhecimento as quais fizemos referência¹³⁹. Isso tudo nos remete as áreas de concentração do conhecimento.

Quanto a escolaridade o objetivo foi o de observar qual o grau acadêmico que as pessoas que publicam nas revistas indicadas possuem (doutorado, mestrado, licenciatura/graduação, ensino básico). Muitas de suas contribuições são oriundas de investigações especialmente centradas em cursos de pós-graduação – dissertações e teses de mestrado e doutorado assim como de livre-docência – exercidos tanto em suas próprias conjunturas nacionais assim como em universidades e/ou centros de investigação noutros países, inclusive sendo esse um dos aspectos que demonstram a inferência de regiões nacionais onde o idioma da língua portuguesa não é a língua oficial mas representam o local

¹³⁹ A lista completa que utilizamos em nossa investigação foi a do CNPq (Brasil), com todos os cursos e áreas pode ser consultada em <<http://www.cnpq.br/documents/10157/186158/TabeladeAreasdoConhecimento.pdf>>

onde essas pessoas estavam, em algum momento da vida, exercendo o aprofundamento de seus estudos ou desenvolvendo pesquisas. Inclusive com o trânsito de conceitos, propostas metodológicas e trabalhos em formato de comparação de conjunturas.

Relativamente a nacionalidade a ideia é saber qual a origem e contribuição além das relações que são estabelecidas a nível de parcerias, regionais ou internacionais. Dado que, pelo nas revistas do Grupo A, a contribuições domésticas são visíveis em todas as regiões em formato das siglas universitárias identificadas.

A descrição detalhada é o primeiro passo de análise de conteúdo, após a seleção final do material. Essa descrição consiste em realizar uma classificação destes materiais, por temáticas variadas e observar sua agregação ou não com outros temas. Em nosso caso, consistiu em elaborar a partir da leitura atenta de resumos e palavras-chave (quando disponíveis, quando não, uma leitura dinâmica do/os artigo/os em questão) e observação da temática mais forte apontada pelo artigo. Diante disso, as classificações começaram a surgir, inicialmente de modo fragmentado e depois para as conceituações mais gerais¹⁴⁰.

Em relação a temática geral diante do quadro de dados e dos cenários já identificados podemos perceber que a grande maioria dos artigos investigados possuem ou um ou outro, quando não ambos os itens que serviram de elemento para a categorização das temáticas. O que foi realizado em duas etapas (por meio da análise de conteúdo categorial), a primeira num nível mais detalhado e depois classificados em grupos, os quais sintetizamos em 16.

Tabela 7 - Sistematização dos títulos das categorias gerais

Categorias
Artes, gênero e minorias sexuais;
Corpo, sexualidade e saúde;
Direitos humanos, direitos da mulher e gênero;
Economia, organizações e trabalho;
Educação, mulheres e gênero;
Famílias, relações familiares e filiação;
Gênero, esporte e formas de sociabilidade;
Identidade, gênero e minorias sexuais;
Literatura e escrita de mulheres;
Meio ambiente e fluxos migratórios femininos e de gênero;
Mulheres, gênero e cárcere;
Mulheres, minorias, política e poder;
Pensamento e práticas feministas, de gênero e <i>queer</i> ;
Representações da mulher, do feminino e do gênero;
Residual

¹⁴⁰ No anexo 4, em formato de tabela, dispomos do detalhamento desse processo.

Por fim, procuramos observar o impacto das publicações num macro cenário (além de internamente) e perceber como se confere essa dinâmica de repercussão de trabalhos, em idiomas não estandardizados assim como de cenários acadêmicos descritos como periféricos.

De maneira a organizar as informações geradas pelas análises, foram produzidas, enquanto versão final da tese, algumas considerações que visam a ideia de existência ou não de um feminismo lusófono além do ativismo e engajamento político acadêmico das feministas envolvidas, nomeadamente em termos de ações políticas em suas realidades, atendo assim ao objetivo geral de nossa investigação.

Enquanto a ideia de auto reflexividade podemos depreender que os estudos sobre os feminismos lusófonos, suas formas de atuação e empreendimento enquanto ativismo acadêmico (exercido em um duplo aspecto, indissociável um do outro, teórico e político), nos proporcionou a ampliação do próprio horizonte de questionamentos, advindos de leituras e discussões prévias. Ainda salientou o profundo impacto que o tema possui em variados campos, e destacamos aqui o social e o acadêmico, além das disputas de poder e narrativas, entre outros aspectos, mais ligados aos diversos capitais (pegando emprestado o termo de Pierre Bourdieu). Um feminismo comprometido, em nossa visão, uma expressão redundante, pois a concepção que temos de feminismo é exatamente a de seu envolvimento direto, em destaque o nosso trabalho empreendeu a busca por conhecer mais de perto a sociologia da ciência e de como o feminismo, notadamente desde a sua segunda geração, auxiliou na transformação.

Desse modo podemos perceber que as identificações dos campos de investigação, assim como o material que foi trabalho e o acesso as entrevistas foram elementos de fácil identificação, pois destacamos as consolidadas publicações, o empenho em divulgar e potencializá-las empreendido por suas diretoras além do acesso em ambiente virtual, da maior parte dos volumes analisados. Além de encontros e congressos (nacionais e estrangeiros) onde tivemos acesso a pesquisadoras que auxiliaram nessa construção.

3.5. Dificuldades e limites

Em relação às principais dificuldades em nosso percurso investigativo, podemos evidenciar o volume de dados identificados para cada artigo trabalhado. Esse processo acarretou a identificação, recolha e sistematização de dados de cada artigo, formando um amplo conjunto de informações que dizem respeito em três níveis: primeiro, ao próprio periódico; em seguida, ao artigo em si mesmo; e, por fim a quem possui a primeira autoria do material publicado. Nesse aspecto, a grande dificuldade foi

conseguir acesso aos currículos públicos das pessoas que estão como primeira autoria nos textos, pois as plataformas alteram de modo significativo o local das informações. Além disso, os currículos não possuem padronização ou a atualização de muitos desses documentos está em defasagem. Os dados que representaram um maior empenho em sistematizar foram a titulação, a nacionalidade, a formação e o vínculo atuais. Por esses motivos, essa etapa depreendeu um empenho em articulações de plataformas, entre outros meios.

Destacamos, ainda, em menor proporção, a dificuldade de acesso a alguns dos números da *Faces de Eva*, que não se encontravam em ambiente virtual. Nesse caso, a dificuldade foi contornada através da aquisição particular dos volumes e pelo gentil envio de outros números por parte da direção do periódico.

Desse modo, procuramos salientar que as aprendizagens foram sendo adicionadas ao conhecimento teórico prévio, o que potencializa o sentido de curiosidade seja em torno da temática geral, seja do tema trabalhado. Assim sendo, com humildade, procuramos contribuir para a ampliação e potencialização dos trabalhos acadêmicos feministas nas três realidades analisadas (em escalas macro e micro).

4. Revistas acadêmicas feministas: exposição e análise de dados

Cada ganho traz novos desafios.
Cada prática é informada pela teoria; toda
teoria nasce da prática (Mama, 2002a: 1).

A crítica feminista à ciência, como já vimos, auxilia na ampliação das bases do conhecimento e estimula a incorporação de novos atores sociais. Compreender esse processo mediante dados das realidades investigadas é onde se concentra a presente etapa. Procuramos analisar, a partir de entrevistas realizadas com as ex e atuais editoras/diretoras das publicações feministas investigadas, assim como das páginas virtuais de cada uma destas (no caso das pertencentes ao Grupo A), seus critérios para submissão de textos e bibliografias produzidas em língua portuguesa acerca das principais epistemologias utilizadas nas publicações de Brasil (Heilborn & Sorj, 1999; Lopes & Piscitelli, 2004), Portugal (Editorial, 1999; Silva, 1999; Ferreira, 2001; Pereira & Santos, 2014) e Moçambique (First, 1980; Gasparetto, 2019; 2020).

Não há epistemologia única que direcione todas as publicações apresentadas, nem tão pouco estas se circunscrevem apenas aos volumes investigados. Trata-se, pois, de uma visão global da produção sobre EMGF nessas realidades. Essas publicações tendem para uma pluralidade de epistemologias que procuram questionar o *status quo* e, em alguns casos, com indicações de superação e/ou rompimento com quadros considerados equivocados. Mediante o exposto, podemos perceber expressões das epistemologias marxista (Heilborn & Sorj, 1999; Rago, 2019 [1998]: 373), pós-estruturalista (Rago, 2019 [1998]: 373) e pós-colonial (Ferreira, 2001: 13; Hollanda, 2020) estão presentes em algumas delas.

4.1. Caminhos epistemológicos identificados

Decorrente das entrevistas realizadas com uma ex editora e uma editora das publicações feministas no Brasil, do mesmo modo que consultadas suas páginas virtuais e ainda textos de análises epistemológicas da conjuntura analisada, podemos perceber que não há uma epistemologia em destaque. O que é celebrado é a ampliação epistemológica que a crítica feminista trouxe para o conhecimento científico. De modo geral, de acordo com Lara Beleli (2020), editora de *Cadernos Pagu*,

... as publicações feministas têm toda relevância porque é a partir do **diálogo com as teorias feministas e de gênero**, mais tarde, que você começa a instituir um novo campo de conhecimento, mudando os paradigmas de várias disciplinas. Não é mudando, mas é o diálogo com as teorias feministas ou com o feminismo [...]. O

começo, o estudo das mulheres que a linha que Michelle Perrot inaugura, acaba mostrando vários eventos, importantes eventos, onde você não tinha nada escrito sobre a participação das mulheres. Então, você olhar para o mesmo evento, ler o mesmo evento onde você pode perceber a participação das mulheres, as coloca como um sujeito dentro daquele evento. Antes, elas não apareciam, portanto, eram quase como não sujeitos. Então, eu acho que a importância [é] que você tem uma **virada mesmo epistemológica**, que é isso que esse campo de estudos das mulheres e, depois, de gênero, vai marcar, essa **virada epistemológica** para você pensar, enfim, não só o que aconteceu no passado, mas como é que você vê o presente e como é que você faz prognóstico para o futuro (Beleli, entrevista realizada em 27/04/2020. grifos nossos).

A *REF*⁴¹ possui a seguinte informação sobre seu objetivo: “divulgar a **vasta** produção de conhecimento no campo dos estudos feministas e de gênero, buscando **dar subsídios aos debates teóricos** nessa área, bem como instrumentos analíticos que possam contribuir às práticas dos movimentos de mulheres” (grifos nossos). Há, aqui, uma preocupação sobre a formação das bases de um movimento que se avoluma cada vez mais, do mesmo modo que se evidencia a pluralidade de sua construção enquanto conhecimento no meio científico.

A mesma publicação possui, ainda, enquanto objetivo, “divulgar cientificamente textos originais [...] sobre gênero e **feminismos**, que podem ser tanto relativos a uma determinada disciplina quanto interdisciplinares em sua metodologia, **teorização** e bibliografia”⁴² (grifos nossos). A expressão feminismos, no plural, pode ser indicativa de um certo rompimento com a essencialização não somente deste termo, assim como com a própria ideia que procura representá-la dessa maneira. Semelhantemente, é teorizada num prisma de não monismo epistêmico, potencializando as suas contribuições, formações e ações concretas, voltadas especialmente, como já indicado, ao social.

Com tais características, a crítica ao conhecimento e a participação feminina, quer seja através da denúncia de exclusão desta enquanto protagonista dos processos históricos ou mesmo a partir de análises sobre as suas condições e/ou representações, são uma frequente direção em ambas as publicações do Brasil, a *REF*, já referida, assim como *Cadernos Pagu*.

Acerca de um possível direcionamento epistemológico, de acordo com Lena Lavinias (entrevista realizada em 01/05/2020), ex editora da revista *REF*, este passa a ter grande destaque, pois, embora pudesse ocorrer uma maior aproximação de ideias entre os membros do Comitê Editorial e os textos submetidos, há também propostas em que a divergência teórica/epistemológica é evidente. Essa discordância não implica uma exclusão. O próprio Comitê convidava uma/um parecerista especialista na área para definir se essa proposta seria ou não publicada pela revista, o que demonstra que o debate

⁴¹ Seção: “informações básicas”. Disponível em <<https://www.scielo.br/revistas/ref/paboutj.htm>>, acesso em outubro de 2020.

⁴² “Sobre a revista”. Disponível em <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref>>, acesso em fevereiro de 2021.

é imperativo. Isso não significa que sejam textos de oposição ao feminismo, mas com prismas epistêmicos dessemelhantes. O trecho a seguir expõe essa ideia e define os passos seguidos pelo periódico em seus primeiros anos, ressaltando a pluralidade epistemológica:

... fizemos coisas sobre a questão do movimento de mulheres negras, etc., e, às vezes, recebíamos um artigo que era bom, mas estava mal escrito. Nós reescrevíamos o artigo com a autora e, outra coisa, tentamos ver se conseguíamos contribuições também de homens porque queríamos que a temática feminista fosse incorporada por todos. Na época, era mais difícil. Agora, é mais fácil, mas era sempre um ou dois [homens] que eram sempre os mesmos. Agora, é mais fácil, então, por exemplo, nós tivemos um número onde tinha a discussão sobre essencialidade do movimento de mulheres, entre a visão **marxista** e a visão “**essencialista**”, as mulheres têm uma “essência” diferente. Isso levava a muitos debates internos, *então, chamávamos as pessoas com as quais, por exemplo, o Comitê Editorial não tinha grande concordância do ponto de vista das ideias, mas que nós reconhecíamos como pessoas de peso dentro do movimento de mulheres e que, portanto, estavam contribuindo para formar uma tendência dentro do movimento de mulheres.* Trabalhamos com os sindicatos, mas tudo isso era negociado internamente e também acompanhando o movimento da sociedade brasileira (Lavinias, entrevista realizada em 01/05/2020. grifos nossos).

A ver pelo trecho anterior, podemos afirmar que não há a exclusividade de publicação a partir de um prisma teórico específico e há uma preocupação constante, por meio dos debates internos, em decidir o que publicar e qual a função dessa publicação para o próprio debate feminista do momento.

De modo semelhante às congêneres brasileiras, os periódicos feministas acadêmicos de Portugal possuem, enquanto elemento central, a visibilidade e o estímulo aos estudos feministas e/ou de gênero em uma pluralidade teórica ampla, sendo assim de difícil identificação uma ou outra tendência epistemológica. No entanto, passa ser exercida de modo semelhante às anteriores no sentido de períodos com maior incidência de determinada corrente – de modo concreto, análises das correntes mais abordadas, tais como as marxista, liberal, pós-moderna, interseccional e pós-colonial. Esse aspecto também pode ser percebido na revista *Estudos Moçambicanos*, especialmente pelo uso do conceito de gênero inspirado em feministas da América Latina (Casimiro, 2014a: 100).

Em relação às revistas portuguesa, podemos identificar um componente eminentemente político – quer seja a nível de uma política científica e à sua contestação dessa no cenário local, até à afirmação dos próprios EMGF (disputas por espaços nas academias, financiamento, criação de cursos, formação profissional, impacto dos estudos na sociedade) ou mesmo ligado à política administrativa com a participação de membros da CIG e/ou outros órgãos, governativos ou não. Está presente a importância da divulgação de trabalhos que discutam o papel das mulheres numa intensa transversalidade temática, porém, tendo-as como elemento central das discussões empreendidas. Isso ocorre sem se determinar ou criar um monismo epistêmico, evidenciando a pluralidade de novos caminhos para a área e para

debate teórico, numa leitura não reduzida à dimensão regional, incluindo especialmente as relações entre Portugal e outros países.

De modo a evidenciar essas afirmações, passamos a exprimir essa ideia a partir da consulta na *ex æquo*, na seção “*instruções às/ aos autoras/es*”¹⁴³:

Reconhecendo que os Estudos sobre as Mulheres, do Género e Feministas se têm caracterizado pelo alargamento e entrosamento disciplinar, pela diversidade temática e pela pluralidade de perspetivas teóricas e epistemológicas, a revista assume-se interdisciplinar e multidisciplinar, aberta ao contributo das diversas disciplinas e correntes. Dado que a estrutura matricial da revista é a APEM, é objetivo da *ex æquo* **contribuir para a alteração de práticas e representações estereotipadas e discriminatórias em função do sexo ou de outras pertenças identitárias**, adotando, nomeadamente, uma linguagem não discriminatória, inclusiva e promotora da igualdade. No mesmo sentido, as **investigações empíricas** podem e devem sustentar artigos que incluam uma reflexão teórica e contribuam para a problematização das principais questões que afetam as relações sociais entre mulheres e homens na sociedade. A *ex æquo*, sem prejuízo da pluralidade e multiplicidade das perspetivas presentes nos textos que publica, reserva-se o direito de só aceitar textos que no respeito pelo princípio de defesa dos Direitos Humanos fundamentais, traduzam a valorização da diversidade da condição humana, bem como da sua integridade e dignidade. [...] A revista destina-se a investigadoras/es e a estudantes nas áreas de interesse da revista, procurando também dirigir-se ao público em geral, com vista à sua sensibilização para os mesmos campos do saber.

Em sua missão¹⁴⁴, a *ex æquo* expõe os seguintes elementos:

Promover o desenvolvimento, a visibilização e a legitimação do conhecimento produzido no âmbito dos Estudos sobre as Mulheres/ Estudos de Género/ Estudos Feministas. Facilitar o intercâmbio entre quem investigação [*sic*] sob a égide das perspetivas destes Estudos ao nível académico, governamental ou das organizações cívicas e culturais. Contribuir para os debates em torno da situação das mulheres e da igualdade entre mulheres e homens na sociedade portuguesa.

Ainda podemos observar, agora na própria página do periódico¹⁴⁵, a defesa da disseminação e comunicação, discussão e dinamização teórica, de modo concreto quando se aponta que “a *ex æquo* não pode aceitar artigos que se limitem à descrição/apresentação de investigações empíricas”. Desse modo, reafirma seus objetivos¹⁴⁶, que estão presentes desde o primeiro número, sendo eles:

Promover o desenvolvimento, a visibilização e a legitimação do conhecimento produzido no âmbito dos Estudos sobre as Mulheres/ Estudos de Género / Estudos Feministas. Facilitar o intercâmbio entre quem investigação [*sic*] sob a égide das perspetivas destes Estudos ao nível académico, governamental ou das organizações cívicas e culturais. Contribuir para os debates em torno da situação das mulheres e da igualdade entre mulheres e homens na sociedade portuguesa.

¹⁴³ Disponível em <<http://www.scielo.mec.pt/revistas/aeq/pinstruc.htm>>, acesso em dezembro de 2020.

¹⁴⁴ Disponível em <http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_serial&pid=0874-5560&lng=pt>, acesso em dezembro de 2020.

¹⁴⁵ Disponível em <<https://exaequo.apem-estudos.org/page/apresentacao-da- revista?lingua=pt>>, acesso em dezembro de 2020.

¹⁴⁶ Disponível em <<http://www.scielo.mec.pt/revistas/aeq/paboutj.htm>>, acesso em dezembro de 2020.

Na *Faces de Eva*,¹⁴⁷ é destacada a dimensão da mudança por meio do debate científico, realizado tanto no país, como fora dele, potencializando as discussões/abordagens, incluindo elementos epistemológicos e suas possíveis disseminações e impactos. Para tanto, se afirma que o periódico

pretende divulgar trabalhos no âmbito dos Estudos sobre as Mulheres, dos Estudos Feministas e dos Estudos de Género que possam contribuir para a transformação das práticas relacionais e dos simbolismos que as suportam. Pretende também contribuir para a diversidade e o aprofundamento do diálogo científico nacional e internacional sobre as temáticas acima mencionadas.

Essa dimensão está evidenciada no próprio título da publicação e em sua relação de discussão com os diversos saberes acadêmicos, não estando assim circunscrita a uma área disciplinar. Dito de outro modo, a profunda interdisciplinaridade observada nos EMGF é um dos elementos que procuram ser divulgados pelo periódico, conforme podemos identificar na sua página virtual:¹⁴⁸ “FACES de Eva. Estudos sobre a Mulher tem no próprio nome o objetivo primordial: os Estudos sobre as Mulheres, os Estudos Feministas e os Estudos de Género. A revista publica diferentes tipos de textos que, a partir do olhar das diferentes ciências, nos aproximam da realidade das mulheres”.

Essa dimensão também pode ser observada na *ex æquo*¹⁴⁹ quando afirma que os EMGF “se têm caracterizado pelo alargamento e entrosamento disciplinar, pela diversidade temática e pela pluralidade de perspetivas teóricas e epistemológicas, a revista assume-se **interdisciplinar e multidisciplinar**, aberta ao contributo das diversas disciplinas e correntes” (grifos nossos). A partir dessas afirmações, observamos um compromisso em dinamizar a discussão que passa a evidenciar os EMGF em suas mais variadas abordagens. Do mesmo modo, seria de uma intensa complexidade reduzir a um único aporte teórico (o fluxo de recepção de material de publicação deve ser intenso). Inclusive, no caso das publicações feministas mais longevas, são poucas aquelas que conseguiram manter-se dessa maneira.

A composição dos próprios conselhos editoriais das publicações (Grupo A) é exemplificativa dessa ampliação relativa às áreas de formação de suas integrantes, pois, apesar de alguns destes serem compostos por indivíduos de uma mesma instituição ou país, isso não significa que não tomem em consideração as diversidades teóricas e formativas ampliadas, tanto em relação a pertinência das temáticas, do mesmo modo que as teorias utilizadas para se alcançar um determinado resultado, além das redes que estabelecem com outras conjunturas, tanto a nível nacional como internacional.

Em entrevista com a diretora da *ex æquo*, Virgínia Ferreira (entrevista realizada em 04/05/2020), podemos perceber que a dinâmica de questionamento e inconformidade com o mundo

¹⁴⁷ Disponível em <<http://www.scielo.mec.pt/revistas/eva/paboutj.htm>>, acesso em dezembro de 2020.

¹⁴⁸ Disponível em <<http://www.scielo.mec.pt/revistas/eva/pinstruct.htm>>, acesso em dezembro de 2020.

¹⁴⁹ Disponível em <<http://www.scielo.mec.pt/revistas/aeq/pinstruct.htm>>, acesso em dezembro de 2020.

tal qual é apresentado (como naturalizado) é bastante central para a publicação, especialmente dada a relevância que o periódico desempenha/desempenhou no plano nacional pela a formação e consolidação da área, por sua composição e pela qualidade dos textos que veicula, assim como no plano externo pelos contatos que realiza e pelas ações comuns que podem surgir dessa parceria empreendida com colegas que também se debruçam sobre a temática. Para Virgínia Ferreira,

a relevância tinha, exatamente, a ver com a visibilização de um conhecimento que estava a ser produzido, nomeadamente, na academia, e que não era tão difundido, não era tão conhecido, não era tão apoiado, nomeadamente pelas instituições de *mainstreaming*. [...] praticamente não havia... Mesmo revistas, a nível internacional, não havia assim tantas. Lembro-me, nos anos [19]90/[19]94, de estar a constituir-se, por exemplo, a *European Journal of Gender Studies*. Havia a *Feminist Theory*, a *Feminist Studies*. Havia a *International Forum of Womens Studies*. Havia também, já, a *Gender & Society*, mas essas revistas, de algum modo, resultam ou estão enquadradas em instituições muito poderosas e que, a nós, nos pareciam assim um bocadinho – e são um bocadinho – inacessíveis. [...] isso também tem a ver com o panorama da ciência produzida em língua portuguesa no contexto internacional. Obviamente, enquanto país periférico, é considerado como produzindo conhecimento periférico, muitas vezes, produzindo conhecimento sobre uma realidade nacional de um pequeno país que também não interessa à maior parte das pessoas. Praticamente, o interesse pela sociedade portuguesa começou a ser um pouco mais vivo depois da entrada de Portugal na União Europeia, em que muitos estudos começaram a incluir referências à situação portuguesa... Enfim, estudos comparativos, por exemplo, no contexto europeu. Portugal entrava porque era mais um país. Depois, **no início dos anos [19]90, começámos, nesses estudos comparativos**, a sobressair por não termos uma série de particularidades, nomeadamente muitas diferenças que temos relativamente aos países da Europa do Sul, muitas diferenças que temos relativamente à Espanha, à Itália, à Grécia, que eram os membros da União Europeia da Europa do Sul nessa altura. Portanto, fazia todo o sentido, de facto, que fosse providenciada uma plataforma, de facto, de acesso e distribuição de conhecimento, que nos parecia importante. Porque **estávamos a produzir um conhecimento que punha em causa, que virava do avesso, um pouco, o conhecimento *mainstreaming* sobre o funcionamento e a composição das sociedades**. [...] ainda hoje estava eu estava a ler um pequeno artigo sobre a forma como esta crise do coronavírus está a produzir um impacto negativo, nomeadamente, na posição das mulheres, ou seja, havia referências a alguns dados levantados junto de editoras de revistas que estavam exatamente a dar conta da diminuição da submissão de *Papers* por parte de mulheres. [...] Nós sabemos que a perspectiva de género, na pesquisa publicada, continua a ser deficitária. Os números da “*She Figures*” mostram isso, mas eu penso que isso se verifica mais ainda ao nível do conhecimento e das redes *maisntreaming* porque, de qualquer maneira, já há bastantes oportunidades. Portanto, suportes para publicar estudos com pespetiva de género em várias revistas na academia e não só... Em Portugal, só existem estas duas, mas, se formos aqui a Espanha, por exemplo, já existem várias. Em Itália, também não conheço muitas, por acaso. Em França, existem também três ou quatro, enfim... E, depois, na língua inglesa, existem imensas, produzidas quer na Inglaterra, quer nos Estados Unidos (Ferreira, entrevista realizada em 04/05/2020. grifos nossos).

Portanto, podemos perceber que o critério das publicações é escolher o que estimula e impulsiona a discussão de teorias, a não ser que exclua o feminismo e/ou as teorias de gênero, caso em que não estaria em articulação com as premissas fundantes desses periódicos. Por exemplo, textos que privilegiem a ideia da existência e manutenção da “ideologia de gênero”¹⁵⁰ ou visões que descredibilizem movimentos de mulheres/feministas/LGBT não serão aceites, pois implicariam ceder a elementos conservadores e que agem contra os fundamentos considerados basilares de equidade e justiça social que as publicações defendem.

Outro dado importante e que pode ser verificado na seção “*informações básicas*”¹⁵¹ da revista *Cadernos Pagu* é o

objetivo [de] contribuir para a ampliação e o fortalecimento do campo interdisciplinar de estudos de gênero, dando visibilidade à produção realizada no Brasil e promovendo o intercâmbio de conhecimento internacional sobre a problemática. Publica artigos inéditos com contribuições científicas originais, que **colaborem para a inovação teórica, metodológica e/ou agreguem conhecimento empírico inovador**, e debates em torno de textos teóricos relevantes no campo dos estudos de gênero, viabilizando, assim, a difusão de conhecimentos na área e a leitura crítica da produção internacional (grifos nossos).

Destarte, percebe-se que o fim é sempre alargar o espaço de discussão para além dos limites geográficos *mainstream*, do mesmo modo que priorizar os trabalhos que possuam uma epistemologia voltada ao social, corroborando a visão defendida anteriormente e apesar do hegemonismo das teorias anglo-saxãs e eurocêntricas (Hollanda, 2019b: 9). Para tanto, destacamos, na seção “instruções aos autores”¹⁵², a seguinte informação:

É particularmente **desejável** que os artigos enviados para a revista **tenham abrangência social e política**, isto é, que não se esgotem no tratamento de uma questão isolada do contexto social e das relações políticas, contribuindo assim para que análises específicas apresentem vinculações com questões mais amplas. É **recomendado** que os colaboradores busquem **citar autores de outras procedências que não apenas os do eixo anglo-saxônico**, comumente usado como referência para os estudos de gênero, ampliando assim o leque de referências teóricas.

Em nossa leitura, há um rompimento com o meramente descritivo, passando a se obter e estimular críticas mais profundas acerca das teorias feministas e de gênero, como apontou Iara Beleli (entrevista realizada em 27/04/2020). Acresce a isso um estímulo à criação de novos olhares sobre os temas abordados, assim como uma possível revisão epistemológica associada a uma componente

¹⁵⁰ Sobre ideologia de gênero ver Luna (2017); Freire (2018); Ubieta; Henriques & Toldy (2018); Vencato; Silva & Alvarenga (2018); Machado (2018); Junqueira (2018); Lionço; Alves; Mattiello & Freire (2018); Mattos (2018); Miskolci (2018); Paternotte & Kuhar (2018); Rios & Resadori. (2018).

¹⁵¹ Disponível em <<https://www.scielo.br/revistas/cpa/paboutj.htm>>, acesso em outubro de 2020.

¹⁵² Disponível em <<https://www.scielo.br/revistas/cpa/pinstruc.htm>>, acesso em outubro de 2020.

empírica. A ausência desses critérios se torna um dos elementos de não aceitação de uma qualquer proposta submetida. No caso de *Cadernos Pagu*, a sua editora destaca, em entrevista:

O que é que demarca, ou não, o interesse não só dos dossiês, mas dos artigos é que **tenha uma interlocução com as teorias feministas e de gênero**. Essa é a marca do *Cadernos Pagu* desde que ele nasceu. **Não interessa qual teoria**, se é mais ligada à corrente francesa, se é mais ligada à corrente norte-americana, enfim, **não é isso que a gente seleciona, tem que ter diálogo com as teorias feministas e de gênero, isso é a marca**. Eu te dou um exemplo: outro dia, recebi um artigo (eu sou a pessoa que, quando chega um artigo, eu tenho que ler tudo o que chega, até para mandar para os pareceristas, indicar o nome dos pareceristas) que era brilhante da área de administração, mas brilhante! Era muito bem escrito, tinha argumentos poderosos, discutia com a literatura, o que eu conhecia pouco mais era, pouco, mas conhecia, e eu achei o artigo excelente só que eu tive que recusar de imediato. Porquê? Porque ele não tinha nenhum diálogo com as teorias feministas. Era um artigo teórico. Às vezes, você tem uma coisa que é mais empírica, que não tem diálogos, muitos dos diálogos são muito frágeis, vamos dizer, mas a questão empírica é tão grande e tão rica que você percebe que o leitor pode, a partir daquela leitura teórica do campo, ser estimulado a pensar com os diálogos e com as teorias (Beleli, entrevista realizada em 27/04/2020. grifos nossos).

Essas deliberações foram tomadas, conforme as entrevistas já referenciadas, desde os primeiros encontros que condicionaram a organização de tais publicações pelos seus fundadores. Essas prerrogativas de não exclusividade, a não ser no que respeita a serem temas relacionados aos EMGF, são corriqueiras enquanto política institucional das revistas. Lena Lavinias (entrevista realizada em 01/05/2020) destaca a necessidade de um amplo conjunto de pessoas com sólida formação teórica e grande desempenho profissional para auxiliar a alavancar o periódico. Em entrevista, nos aponta que

nos cercamos de pessoas especializadas com *grande expertise*, politicamente engajadas. Então, foi um conjunto de circunstâncias que fez com que lançássemos a revista com grande chance de sucesso e eu acho que isso aconteceu e isso explica, em parte, a sobrevivência da revista até hoje. Você sabe que, revistas acadêmicas, elas tendem a sair, ir, voltar, enfim, a taxa de mortalidade tende a ser muito alta, mas ela deu certo. Então, eu queria de novo enfatizar *vis-à-vis* outras revistas: essa revista, ela se pretendia uma revista acadêmica de caráter nacional, tinha a pretensão de ser enquadrada como uma revista A1 na CAPES na área de estudos de gênero, em que não havia nada. Não estávamos dentro de nenhum *ranking* de revistas e, evidentemente, estabelecemos uma série de relações políticas para que a visibilidade da revista levasse, realmente, à sua aceitação e à sua valorização. Então, foi uma estratégia bem-sucedida porque ela [a revista] contemplou distintas dimensões (entrevista realizada em 01/05/2020. grifos nossos).

Para cumprir esse objetivo, foram sendo criadas as seções que as publicações pretendiam estabelecer e convidado um conjunto de especialistas que pudessem contribuir com os primeiros números antes de abrir as chamadas públicas. Esse projeto já estava mais delineado na *REF*, conforme

refere a sua editora em entrevista. No caso, podemos perceber um profissionalismo, associado ao financiamento recebido:

O que é que foi genial? Primeiro, conseguimos um *grant* muito importante. Isso, evidentemente, nos deu asas para voar. Segundo, tivemos adesão de todos os nomes que nós convidamos, das colegas, dos colegas, e conseguimos também estabelecer um acordo no que dizia respeito à estrutura interna da revista sobre seus conteúdos. Então, nós tínhamos artigos gerais, porque é aquele negócio, “mas a gente faz um dossier, não faz um dossier”... Tínhamos artigos gerais. Cada número tinha um dossier também, porque era importante, havia uma demanda temática sobre determinados assuntos. Tinha a versão de dois artigos para o inglês, então, tínhamos aquele encarte verde em inglês, uma área de *book reviews*, fazíamos resenhas de livros também, e tinha uma outra parte final, que tinha desenhos dentro, poemas... Era uma revista bastante sofisticada e eu acho que isso trouxe grande aceitação. Evidentemente, para montar a revista, nós buscamos pessoas no campo acadêmico que eram referências. Vou lhe dar um exemplo: Charles Pessanha, que era o responsável pela Revista *Dados*, no Iperj, na época. O Charles Pessanha foi uma pessoa de grande auxílio, uma pessoa muito aberta, muito generosa e, como ele era o representante no CNPq das revistas acadêmicas, estava à cabeça e sabia como é que as coisas funcionavam. Ele foi uma espécie de consultor privilegiado do que queríamos fazer (Lavinias, entrevista realizada em 01/05/2020).

A interdisciplinaridade também é indicada como aspecto positivo e ressaltada como elemento de discussão e consolidação das análises. Na página virtual de *Cadernos Pagu*⁵³, podemos ler que a publicação “**estimula** a publicação de artigos de diferentes áreas disciplinares, **desde que estabeleçam uma discussão com as teorias de gênero e feministas**, buscando articulações entre gênero e outras diferenças (raça/etnia, cultura, classe, idade/geração, sexualidade e outras)” (grifos nossos).

Entretanto, é difícil apontar uma proporção maior da presença de um tema ou outro, sobretudo devido ao fato de os objetos dos textos publicados serem comuns. Porém, conseguimos sinalizar alguns elementos comuns nesses estudos e, com isso, perceber quais são as visões mais abordadas nas publicações brasileiras analisadas. Lena Lavinias (entrevista realizada em 01/05/2020) destaca a importância da luta coletiva em torno de algumas temáticas que servem como elementos aglutinadores do movimento de mulheres no Brasil. Para ela,

existem duas questões que, realmente, reúnem o movimento de mulheres e são ainda questões difíceis, mas são questões que nos dão uma identidade comum: é a luta pela descriminalização do aborto e a luta contra a violência de gênero. Então, essas duas lutas do movimento de mulheres têm rebatimento, justamente, numa série de coisas que se fazem, hoje, no Brasil (Lavinias, entrevista realizada em 01/05/2020).

O excerto anterior corrobora os dados que iremos apresentar, principalmente por serem essas temáticas muito trabalhadas. Não são, em números absolutos, aquelas com maior visibilidade. Não

⁵³ Disponível em <<https://www.scielo.br/revistas/cpa/pinstruc.htm>>, acesso em outubro de 2020.

obstante, a questão da violência de gênero é algo que Virgínia Ferreira (entrevista realizada em 04/05/2020), em seu depoimento sobre a realidade portuguesa, também sublinha.

Por sua vez, Lara Beleli (entrevista realizada em 27/04/2020) destaca a participação de integrantes do grupo Pagu, assim como da revista em discussões realizadas em congressos/seminários internacionais e a observação dessas temáticas que estavam sendo desenvolvidas fora do contexto nacional, assim como o eventual convite para elaboração de um dossiê. Sendo a diversidade temática um dos critérios de avaliação dos indexadores assim como do processo de internacionalização da produção e com isso as diversas demandas a nível temático, o que são trabalhadas pela publicação passando por todos os critérios de avaliação processual já comumente evidenciados.

Maria Luiza Heilborn e Bila Sorj (1999: 198, 206) afirmam que o marxismo¹⁵⁴ é, até os anos 1990, a corrente que mais se destaca nos trabalhos veiculados no Brasil (Hollanda, 2019a). Esse aspecto será um pouco mais alterado a partir da publicação de muitos textos advindos das teorias pós-estruturalistas, interseccionais (Hollanda, 2019b: 9) e pós-coloniais (Hollanda, 2020). Desse modo, como referem Margareth Lopes e Adriana Piscitelli (2004: 116), as revistas acadêmicas passam das “margens” para os espaços centrais de destaque na divulgação de tendências teóricas e metodológicas, científicas e tecnológicas. Isto ocorre especialmente a partir do momento em que servem como elementos de avaliação curricular, principalmente voltada às carreiras de acadêmicas/os, inclusive na discussão de teorias e possível ampliação destas a partir de análises concretas sobre suas próprias conjunturas e em relação a outros cenários (macro estruturais).

Isso demonstra também a demanda política das publicações e do grupo que as assegura. Num aspecto mais concreto, essas demandas podem ser afirmadas a partir de uma espécie de pressão em torno da construção de uma política nacional de Estado para a criação de um plano amplo de difusão e estímulo da Ciência e Tecnologia. Esta política vem desde o fomento a entrada de novos/as discentes no ensino superior, passando pela construção de indicadores coerentes de avaliação (respeitando as singularidades das áreas submetidas ao processo de escrutínio) até a veiculação e manutenção de estruturas de divulgação, o que indica um vasto cenário intrinsecamente complexo que demanda amplos estudos, principalmente de escuta da comunidade acadêmica, já que esta é a mais impactada.

Margareth Lopes e Adriana Piscitelli (2004: 118) afirmam o interesse político concreto que funda uma publicação de cariz feminista. Acrescentamos a isto as denúncias de processos opressivos ou excludentes no âmbito social e o combate às assimetrias de gênero, de modo particular com a criação

¹⁵⁴ “O marxismo era tanto um denominador comum que legitimava as tematizações feministas frente ao público não feminista, bem como funcionava como ‘ponte’ intelectual para muitas cientistas sociais se aproximarem do feminismo” (Heilborn & Sorj, 1999: 206)

de legislação. No caso do Brasil, destacamos a participação feminina na Constituinte de 1987 e o texto final promulgado em 1988 (Pitanguy, 2019), que garante direitos concretos até então pouco vistos e ainda menos atendidos. Acrescentamos, ainda, a Lei Maria da Penha – Lei Nº11.340 –, que pune a violência contra as mulheres (Saffioti, 1999b) e minorias sexuais, entre outras.

No Brasil, uma das pautas daquele instante histórico que ainda não se efetivou foi o direito ao aborto, que tramita e é discutida desde a década de 1980 em comissões no congresso nacional e enfrenta profundos poderes – *lobbys* – conservadores (Barsted, 2019). Outros elementos de destaque são: uma proposição de caminhos para efetivação de políticas de gênero, além da articulação para se encontrar soluções desses processos (de modo concreto a legitimidade, institucionalização e importância trazida a partir dos EMGF que, como área do conhecimento interdisciplinar, é uma conquista das feministas acadêmicas); uma discussão sobre sistemas de formação educativa, enquanto política pública concreta e em vários níveis¹⁵⁵; e por fim, o estabelecimento e concepção da própria ideia/modelo de ciência que o país tenciona, para além de desenvolver princípios societários de solidariedade e de (re)unir grupos e pessoas interessadas nessas discussões e articulações com outros povos.

Quanto textos publicados pelos periodicos em causa, eles tendem a uma componente empírica, do mesmo modo que priorizavam uma metodologia qualitativa, como apontam Heilborn e Sorj (1999). Essa dimensão é oriunda de uma análise mais voltada ao mundo privado, da qual já falamos, a dimensão que era associada ao feminino, e acaba por passar por momentos de “transição” (Gregori, 1999: 225). As autoras ainda salientam que, nos anos 2000, a sociologia, de modo geral, procura ampliar a análise na área. As perspectivas pós-modernas passam, então, a ser mais recorrentes e a utilização de novas vozes, com outras personagens sociais, tanto no campo teórico, quanto relativos ao objeto de análise, se tornam mais visíveis, inclusive pela incorporação e intersecção de outras categorias na análise.

Zilia Osório de Castro (entrevista realizada em 01/06/2020), editora da *Faces de Eva*, enfatiza a ausência de discussão em torno da problemática dos estudos sobre a Mulher no cenário acadêmico português de fins dos anos 1980 até início dos 1990, mas não apenas neste espaço. A divulgação nos meios de comunicação de massa, entre outros, era também diminuta. Uma das possíveis respostas era, ao mesmo tempo, a não mobilização da problemática para ser discutida, especialmente pelo fato de não conhecê-la, do mesmo modo que havia falta de formação de profissionais na área que discutissem a questão. Esses elementos são representativos e alguns dos principais motivadores para a criação e

¹⁵⁵ No caso do Brasil, em especial, há três instâncias de poder: municipal, estadual e federal. Todas possuem atribuições distintas no que se refere ao oferecimento e competência da educação enquanto processo de formação. Aos municípios, cabe a educação básica (ensino fundamental, até o 9º ano); aos estados (26 unidades e o distrito federal), a competência do Ensino Médio (três anos); e o ensino superior está sob o âmbito federal. Isso não impossibilita o auxílio mútuo através de acordos regionalizados. Do mesmo modo, existem as universidades estaduais em várias unidades da federação. Isso tudo sem excluir a atividade privada de ensino em diversas modalidades.

divulgação deste periódico, o qual passa a ser mais um instrumento de compreensão dos fenômenos de opressão e, assim, procura informar e estimular novos olhares para já caquéticas discussões. A asseverar esses dados, a nossa entrevistada nos diz que,

Na altura da sua criação (1999), não havia nenhuma revista académica que abordasse como temática primordial os estudos sobre a mulher na sua singularidade e abrangência social. Além disso, as revistas ditas comerciais, que, eventualmente, privilegiavam a temática do feminino, faziam-no exclusivamente ou quase sem o equacionar nas suas vertentes fundamentais e, muitas vezes, sem colocarem as mulheres no lugar que lhes pertencia na sociedade. *Faces de Eva* pretendeu superar esta dupla lacuna. Por um lado, como revista ligada a uma universidade, procurou publicar artigos com a exigência científica que a sua filiação exigia. Por outro, como revista que também se destinava ao grande público, tentou responder a manifestos interesses deste. Num caso e noutro, foi sempre guiada por um único objectivo: dar visibilidade às mulheres onde quer que se encontrassem e, ao mesmo tempo, incentivá-las a ocuparem o espaço que lhes pertencia como seres humanos e, como tal, sujeitos de direitos. **Sendo uma revista de estudos sobre a mulher ou sobre as mulheres está para além da dicotomia feminina /feminista por se afirmar aberta a todas as tendências porque entende que as mulheres estão presentes na sua singularidade e pluralidade na sociedade em que vivem** (Castro, entrevista realizada em 01/06/2020. grifos nossos).

Portanto, podemos perceber que não se dá, neste caso, prioridade a uma corrente ou tendência epistemológica na publicação de Portugal. No entanto, ela procura ser o espaço de uma discussão ampla de ideias, baseadas em sólidos fundamentos teóricos, assim como metodológicos, sustentados também, mas não só, por dados empíricos que auxiliem numa melhor compreensão dos fenômenos de hierarquização social, dentre outros, tanto da sociedade local, como de sua relação com outros povos e/ou realidades, aspetos reafirmados em seus objetivos.

Além disso, os periódicos citados priorizam uma quebra com a visão androcêntrica e eurocêntrica de concepção acerca do conhecimento. Portanto, respeitando as singularidades sociais, podemos também dizer que se trata, ao mesmo tempo, de latinizar, enegrecer, feminilizar – em alguns cenários, isso era descrito como fazer um feminismo dos “trópicos” (Rago, 2019 [1998]: 373) –, descolonizar o próprio ideário de conhecimento, abrindo espaço para outros debates e horizontes de criação. Isso não indica uma ausência de critérios ou indicadores, como o próprio Boaventura de Sousa Santos (2007: 28) destaca, posto que essa ideia é basilar para a potencialização de discussão sobre o conhecimento e sua utilização e intervenção. Desse modo, podemos perceber que, tal como o conhecimento não se esgota em si mesmo e não obtivemos, enquanto Humanidade, essa totalidade de saberes, definir de modo apriorístico o que segregar é escamotear uma ampla gama de possibilidades.

4.2. Temáticas trabalhadas

De modo geral, analisaremos as revistas e suas seções. Ressaltamos que a década de 1990 representou um marco para o feminismo, especialmente o de língua portuguesa e expresso no interior das academias, posto que é o momento de uma grande produção. Para além do volume de material autoral, uma série de traduções de textos fundamentais de outras experiências nacionais, teóricas e culturais surgem. Estes textos possuíam variadas origens, desde a área da literatura até aqueles decorrentes de estudos acadêmicos, inclusive com destaque a nível de política de publicação por parte de algumas editoras comerciais. Podemos citar a intervenção pessoal exercida por Rose Marie Muraro nesse processo além das editoras universitárias que também são exemplo desse momento e das discussões fomentadas, obviamente apoiadas por iniciativas outras, com maior ou menor vulto. Todo esse fenômeno decorreu a par da divulgação dos materiais produzidos por estas ativistas, por meio de publicações periódicas (sejam estas revistas acadêmicas ou outras formas), tais como: informativos, boletins, seminários, colóquios, congressos, encontros (regionais, nacionais e internacionais), conferências – estes últimos em variadas áreas do conhecimento – etc. Desde seu início, há uma preocupação tanto com o formato, quanto com a divulgação, com o objetivo de alcançar o maior número de leitores e se fazer conhecer tanto pelos pares, quanto por outras pessoas que se identificassem com as causas abordadas, na tentativa de formar pensamento crítico e de estabelecer diálogo entre as esferas indicadas.

Todas as seções das publicações são constituídas por contribuições de fluxo contínuo, ou seja, materiais recebidos durante todo o ano, a não ser nos casos específicos de números especiais e/ou artigos encomendados. No entanto, até mesmo nesses casos são solicitados envios regulares. Caso sejam aceitos nesse primeiro processo de seleção, as propostas passam ser avaliadas de modo anônimo e *ah doc* por especialistas, nacionais ou mesmo estrangeiras/os, desde que sejam experientes na área/temática. Esse procedimento de avaliação sofreu algumas alterações ao longo do período de existência das publicações. No entanto, ele serve como uma espécie de garantia de “qualidade” dos materiais publicados, inclusive por ser apresentar como uma chancela dos próprios pares no interior dos espaços acadêmicos.

Em seguida, na tabela 8, expomos as informações dos periódicos analisados referentes aos grupos A e B. Numa evidência do total de números, artigos, representatividade percentual e os anos de consulta que nos debruçamos.

Tabela 8 - Grupos de publicações, números, quantidade de artigos, porcentagem individual e total e ano das consultas.

	Revistas	Grupo	Números	Artigos	Porcentagem	Ano inicial de consulta	Ano final de consulta
Brasil	<i>REF</i>	A	72	976	41,82%	1992	2019
	<i>Cadernos Pagu</i>	A	54	713	30,55%	1993	2019
Portugal	<i>Faces de Eva</i>	A	42	248	10,62%	1999	2019
	<i>ex æquo</i>	A	39	382	16,37%	1999	2019
Moçambique	<i>Estudos Moçambicanos</i>	B	6	15	0,64%	1991	2014
	Total		213	2334	100%		

As publicações brasileiras são aquelas que mais contributos apresentam em número total. Soma-se a isso o fato de terem sete (para *REF*) ou seis anos (*Cadernos Pagu*) mais de existência do que as revistas portuguesas que, coincidentemente, tiveram início no mesmo ano (*Faces de Eva* e *ex æquo* em 1999) e configuram-se como únicas revistas acadêmicas feministas do país desde então. A *Estudos Moçambicanos* é a revista mais antiga de todas as analisadas. Os trabalhos aqui analisados são aqueles em que as questões referentes aos EMGF são mais pronunciadas, por isso, a nossa análise incide sobre o ano de 1991 e 2014 o que representa um arco temporal de 23 anos.

É imperativo frisarmos aqui a data de início dessas publicações e seus respectivos volumes, inclusive tendo em consideração a quantidade de ligações/acordos com outras universidades e/ou centros de investigação. Associado a essas parcerias, é necessária uma atuação de ativismo acadêmico já consolidado ou não (com intensidades, periodicidades, formas de ação e particularidades inerentes de cada contexto, para além de nacional, local e histórico). Além disso, seria necessária a mobilização da própria comunidade acadêmica, ou seja, representação universitária – a nível numérico, considerando regiões de localização dos países, classe sociais a que pertencem, interesses teóricos iniciais, percursos de formação e distribuição desses centros de estudos geograficamente. Isto nos remete a diversas questões que podem variar desde ordens sociais, políticas, históricas e culturais e que em alguma medida já foram objeto de observação nos capítulos anteriores.

Do total de artigos publicados por todas as revistas, podemos perceber uma assimetria no volume de produção entre as várias realidades. Assim, as revistas do Brasil foram responsáveis por 1689 (72,37%) do total de artigos publicados e as publicações portuguesas por 630 (26,99%). Esses dados demonstram um panorama decorrente de múltiplos fatores que circundam a questão dos EMGF nesses países e em suas relações políticas, econômicas, históricas, culturais, sociais e educativas, sem deixarmos de levar em consideração as questões de ordem geográfica e geopolítica, notadamente, e de modo especial, as dimensões continentais do Brasil. O caso moçambicano, que abrange 15 (0,64%) do total de artigos publicados, é demonstrativo das condições sócio-históricas com que o país teve/tem que lidar. No entanto, é importante sublinhar que, mesmo diante das adversidades citadas, houve o incentivo

em publicar e, por esse motivo, o periódico constitui um grupo distinto dos demais. Desse modo, podemos perceber que as publicações e as pessoas que colaboram e constituem/constituíram seus quadros exercem diversos papéis nas realidades sociais e em tempos e espaços determinados.

As revistas brasileiras produzem um grande volume de informações acerca da temática ora analisada, com um somatório total de 1689 casos. Porém, sabemos que se tratará de um número bem maior. Contudo, não investigamos os trabalhos distribuídos por outros periódicos acadêmicos mais antigos, pelo fato de não serem exclusivamente dedicados a publicação de textos da área dos EMGF. Isto representa ainda um espaço para pesquisa, não somente no que se refere ao levantamento desse material, mas também da sua análise e de uma tentativa de reunião – seja em espaço físico ou mesmo virtual – num compilado temático. Isso permitiria facilitar não somente o acesso, mas também de algum modo impulsionar os estudos por anos, em seus mais diversos formatos (teses, dissertações, artigos, folhetos etc.) que considerem as áreas, autoria(s), temas abordados, setor e teoria(s) utilizada(s).

O número total de artigos analisados apenas no Brasil é indicativo de diversos fatores, dentre os quais destacamos a longevidade dos EMGF no país e, em especial, a presença de ativistas acadêmicas desde fins dos anos 1960 e sobretudo a partir da segunda metade dos anos 1980, tanto enquanto estudantes, como enquanto docentes. O fato de as duas publicações possuírem apenas um ano de diferença no lançamento do seu primeiro número (*REF* em 1992 e *Cadernos Pagu* em 1993) é demonstrativo do momento vivido e da necessidade de trabalhar o tema no país. Além disso, dentre o universo de publicações investigadas, estas publicações são as mais antigas em circulação.

Outro fator importante é que ambos os periódicos possuem excelentes avaliações quer em âmbito nacional, quer internacional, o que faz com que o interesse por publicar em seus números seja comum a investigadoras/es de várias localidades. Esse elemento é ressaltado nas entrevistas que realizámos, como veremos mais adiante. A partir de nossos dados, conseguimos observar a recepção de propostas não somente de todos os estados do Brasil, mas de um total de 43 países de todos os continentes¹⁵⁶.

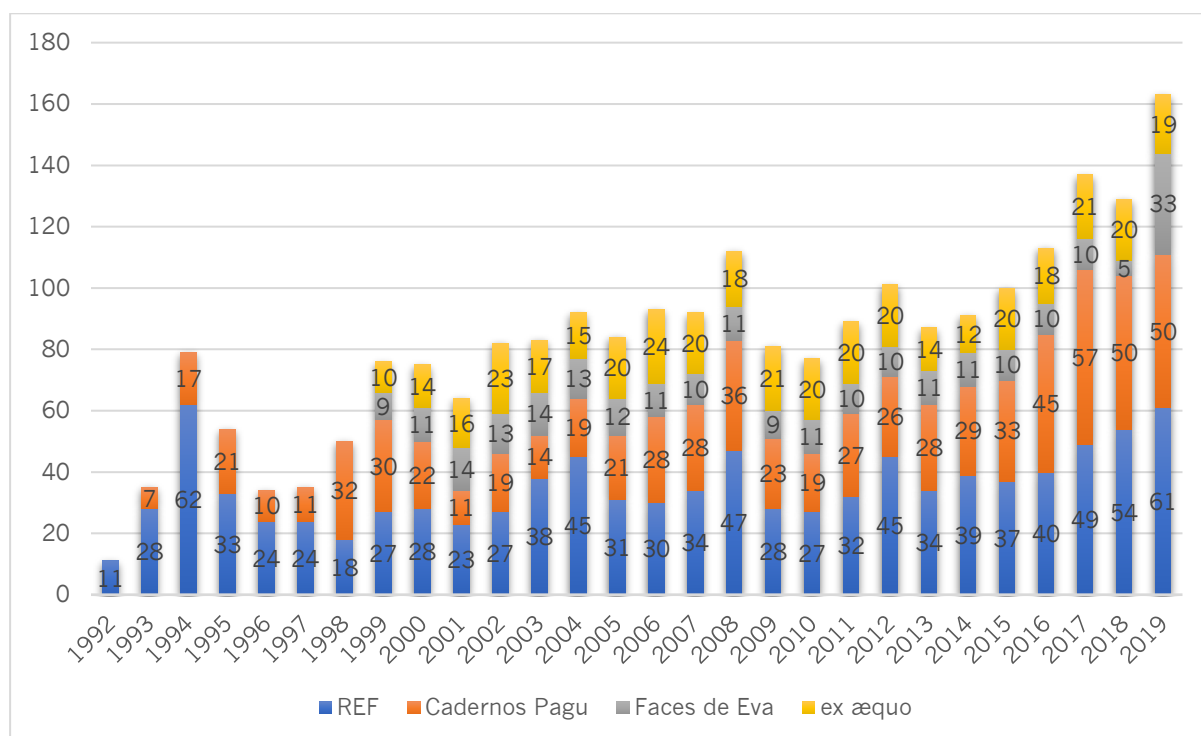
Iara Beleli (entrevista realizada em 27/04/2020), editora de *Cadernos Pagu*, nos diz, em entrevista, que há, pelo menos, um conjunto de 363 artigos em processo de avaliação, além daqueles que estão sendo submetidos e não estão nesse processo devido à leitura prévia que deve ser realizada, o que demanda um enorme tempo para observar se está inserido nas normas do periódico. Além disso, a possibilidade de sugestão de temas para números especiais (NE) ou mesmo dossiês, pode, em muitos casos, acionar também uma rede de pessoas que sejam referências nestas temáticas e que possuam

¹⁵⁶ Ver anexos 5 e 6.

relações acadêmicas com colegas de outras instituições (elemento esse que também é avaliado) e que, por vários motivos, ainda não tenham colaborado com algum número em especial ou possam indicar outras/os especialistas.

Dentre as publicações brasileiras analisadas, a *REF* é aquela com maior número de casos analisados. Isso pode ser constatado a partir do número de volumes publicados por ano, pois é a primeira revista a possuir três edições anuais e com um número de anos superior¹⁵⁷. O dado anteriormente partilhado de mais edições por ano – três para a primeira publicação e duas para segunda –, associado ao número de artigos em cada publicação também auxilia como uma das explicações, apesar da diferença de apenas um ano. De mais a mais, os formatos das publicações diferem em alguns aspectos desde os primeiros números (seções distintas, número de textos, variação na dimensão dos trabalhos, número de autorias), aproximando-se a partir do momento em que esses periódicos ingressam em alguns indexadores, nomeadamente o *SciELO*, e passam a atender de modo mais recorrente a essas diretrizes desses mesmos indexadores. Esse dado também pode ser identificado quanto à contribuição para cada uma das publicações, estando essas divididas por anos.

Gráfico 1 - Distribuição de artigos nas seções analisadas divididos por anos, nas revistas do Grupo A (1992 a 2019)



¹⁵⁷ Além disso, em média geral, possui mais contributos em cada número lançado, aproximadamente 36 por ano.

O ano de 1994 é marcante no caso da *REF*, pois foram editados três¹⁵⁸ números nesse ano, sendo este o primeiro em que a revista passa a ter mais do que duas edições anuais: número especial no 2º semestre – Colóquio Internacional Brasil, França e Canadá (v.2, n.2 e v.2, n.3) –, que totalizou um conjunto com 62 trabalhos, o maior identificado até o momento. Por curiosidade o mais próximo a este é o ano de 2019 com 61 artigos, também contando com três edições anuais, sendo elas: v.27, n.1; v.27, n.2 e v.27, n.3. Esses dados totais nos apresentam uma média anual de 35 textos e essa média por edição é 27 (devido a alguns números especiais).

O formato da *REF* procurava atender tanto aos critérios científicos definidos pela academia, como informar o público no país (Brasil), o que explica o espaço ocupado por traduções de textos e a tentativa de não enfatizar uma visão epistemológica em especial (Costa, 2004: 209). Além disso, destaca-se a inovação no formato da publicação e estrutura trazidos em princípios dos anos 1990¹⁵⁹. Outro importante aspecto ressaltado é relativo ao financiamento. Destacamos a seguir as palavras de Lena Lavinias (entrevista realizada em 01/05/2020) em entrevista sobre o assunto:

[...] **nós queríamos um reconhecimento dentro da academia.** Isso foi uma coisa muito importante para a nós e, para que isso fosse possível, tínhamos que fazer algo de muita **qualidade.** e então, eu tive a sorte, nós tivemos a sorte, naquele momento, de, com base numa proposta, procurarmos a Fundação Ford, no Rio de Janeiro – isso era [19]92, por aí, eu ainda estava na universidade, porque, depois, eu fui para o IPEA – e a Fundação Ford entendeu nosso pleito e, naquela altura, [19]92, nos forneceu. O dólar estava num período de alta inflação. Nós ganhámos os recursos por [19]93. Por aí, o dólar estava um pouco antes do Plano Real, onde teve uma moeda supervalorizada, mas, para ter uma ideia, recebemos 300 mil dólares da Fundação *Ford*. Com esse recurso, resolvemos fazer uma coisa absolutamente inovadora do ponto de vista gráfico. Então, nós chamámos duas *designers*, uma que fazia a capa e a outra que fez o miolo, que desenhou a dimensão gráfica da revista. Depois, constituímos um Comitê Editorial com mulheres representativas dos estudos feministas, dos estudos de gênero. dentro da academia, no Brasil, de distintas áreas. Juntámos sociólogos, historiadores, antropólogos... O que mais?... Eu, economista, pessoas da área de comunicação, pessoas da Fundação Carlos Chagas, que tinham uma grande relevância naquele momento na agregação da pesquisa acadêmica sobre mulheres. [...] Instituímos um desenho de uma revista acadêmica que era muito arranjado na época e, evidentemente, custava muito dinheiro manter tudo isso, mas tivemos esse grande apoio da *Ford* (Lavinias, entrevista realizada em 01/05/2020. grifos nossos).

Podemos perceber que *Cadernos Pagu* é uma publicação de uma constância e equilibrado crescimento, com pequenas variações ao longo dos anos, com uma média anual de 26 trabalhos e uma

¹⁵⁸ Em 1994 um número especial. Em 1999 os volumes 1-2 são publicados juntos e soma-se a este ano a edição *Special Issue*, em 2004 mais um número especial e a partir de 2005 até os últimos números verificados três edições habituais.

¹⁵⁹ Para aprofundar a divisão interna da publicação, ver Cristina Wolff (2019: 42-43).

média de 13 artigos por edição¹⁶⁰. Algumas destas variações são devidas a dificuldade de financiamento. No entanto, uma política de divulgação constante pode assinalar um compromisso e uma profissionalização da área temática na qual está inserida.

No caso das publicações de Portugal (*Faces de Eva* e *ex æquo*), podemos perceber que muitos dos dados possuem uma grande semelhança entre si. Destacamos aqui o número do conjunto de suas edições, de onde podemos perceber um valor bastante aproximado, pois a periodicidade de ambas é semestral. O que acaba por diferir são os números especiais, assim como, em alguns anos, a edição de apenas um número.

Em 1999, a *Faces de Eva* publica o número 1-2 e, em 2019, um número extra. Em todos os demais anos, há duas edições. Diante dos dados do gráfico anterior informamos que a média final da publicação é de 12 trabalhos por ano. Também podemos apontar que há um evidente equilíbrio no quantitativo de textos publicados a cada ano. As maiores variações ocorrem nos anos de 2018, com cinco textos e 2019 com 33, neste último caso para além dos dois números habituais houve também a publicação do número extra. A *ex æquo* publica, em 1999, um número, assim como em 2005. Nos demais anos, mantém a regularidade de duas publicações anuais. Ambas possuem duplo formato, impresso e virtual. No entanto, apenas a *ex æquo* disponibiliza a totalidade do seu acervo a consulta virtual.

Em relação ao quantitativo anual de textos publicados pela *Faces de Eva*, destacamos a sua regularidade. Os dois números anuais são mantidos ao longo das duas décadas, havendo uma submissão regular de textos e de convites efetuados para envio de materiais ou a sua recepção rotineira a partir das chamadas públicas. Nos é informado, em entrevista (Castro, entrevista realizada em 01/06/2020), que o número de textos recusados é baixo, especialmente pelo fato de haver um significativo conjunto de textos oriundos de convites. Todavia, essa dimensão do convite não exclui o processo de avaliação cega por pares. Em entrevista, essa informação é confirmada. Segundo a sua diretora, a revista “não tem recorrido ao *call for papers* devido às propostas que nos são dirigidas ou aos convites que efetuamos. As recusas são pouco significativas” (Castro, 2020). Em relação ao processo de avaliação, diz que “as avaliações, *referees*, são entregues a convidados da área, não pertencentes à equipa de *Faces de Eva* e que fazem o trabalho *pro bono*, tendo em conta a sua valência curricular” (*Idem*, 2020).

¹⁶⁰ Os destaques são os anos de 1998, com 32 números, superado posteriormente, em 2008, com 36. Daí, 45 em 2016 e 57 no ano de 2017, o maior de todos os números analisados, e a igual distribuição nos anos de 2018 e 2019.

Quanto à *ex æquo*, há também uma política de chamada permanente, assim como a submissão de propostas para números e/ou dossiês temáticos, que são avaliadas pelo Conselho Editorial, sendo aprovadas ou não. É possível também verificar que há uma regularidade no número de textos publicados em cada número, como ilustra o gráfico que segue.

Podemos observar, a partir do gráfico anterior, que há momentos com maior e menor intensidade de publicação por ano. Esse número depende de vários fatores, que vão de ordem de submissão, temática de dossiês, aprovações, entre outros¹⁶¹.

Relativamente as seções de cada revista analisadas, observamos que, para o conjunto dos dados referentes ao Brasil (1689 trabalhos), 919 (54,41%) textos se distribuem por artigos livres, seguidos de 603 (35,70%) na seção de dossiês, 132 (7,82%) na seção de números temáticos, 26 (1,54%) na seção estudos e, por fim, estudos e ensaios com um total de 9 (0,53%) textos.

Quanto à *Faces de Eva*, identificaram-se as seguintes seções: nota de abertura, estudos, estado da questão, entrevista, pioneiras, (auto)-retrato, toponímia do feminino, leituras, notícias e algumas outras informações voltadas às chamadas. A decisão em analisar aqui apenas a seção denominada *estudos* está ligada ao fato de ser aquela que possui maior semelhança quanto ao formato com as demais publicações. Por esse motivo, tratamos aqui apenas os textos publicados nessa mesma seção.

No sentido de precisar se ocorreu ou não alguma mudança substancial na estruturação da publicação, assim como de suas agendas ao longo dos 20 anos de sua existência, a fundadora, Zília Osório de Castro, nos informa que foram poucas: “Pode dizer-se que a revista não sofreu alterações significativas ao longo da sua existência. Apenas foi introduzido um item – DIÁLOGOS – e retirado outro – NOTÍCIAS” (Castro, entrevista realizada em 01/06/2020. grifos da entrevistada). E segue: “Ao longo do tempo, a revista não sofreu alteração quanto à periodicidade: publica-se duas vezes por ano, um número em Maio, o outro em Dezembro”. Portanto, há uma manutenção da estrutura e uma espécie de consolidação de formato e divulgação, sendo este um dos critérios de avaliação por parte dos indexadores.

Virginia Ferreira (2013: 13), relativamente a *ex æquo*, assinala que a seção em destaque “inclui uma grande variedade de ensaios, unidos por um fio condutor comum – a condição feminina na sua história, nos seus problemas, anseios, realizações, lutas e conquistas. Temas de história, de sociologia, de política e de filosofia, perspectivam-se a partir do olhar das mulheres”. Exatamente esse olhar, é essa maneira de observar que foi, até então, menos ou em alguns casos nunca visibilizada, que se apresenta

¹⁶¹ A média anual de textos publicados é de 18, o que não fica discrepante em relação a leitura que podemos realizar.

como distintiva daquelas publicações face a outras já existentes, o que justificaria sua edição e contribui para a sua longevidade.

A revista sofre uma alteração e (re)define de modo substancial duas seções desde 2007 (Pinto, 2009: 67), mudança decorrente do processo de profissionalização da publicação, assim como de contextualidades e dinâmica de tempo. Virgínia Ferreira (entrevista realizada em 04/05/2020) nos diz que

[...] no princípio, a lógica da auditoria não estava tão presente no nosso trabalho. Os artigos provinham de pessoas que nós convidávamos para publicarem e os artigos, digamos, era o próprio Conselho de Redação que fazia a análise crítica e que fazia sugestões às autoras ou aos autores para fazerem alterações, etc. Só a partir de 2005/[200]6, talvez, é que começamos a fazer, enfim, com seriedade, digamos, a avaliação cega sistemática por pares de todos os artigos, mesmo quando eram artigos de pessoas que nós tínhamos convidado expressamente para escrever, o que acontece ainda hoje. Portanto, também houve uma altura em que publicávamos, sei lá, relatórios ou, enfim, alguns memorandos sobre conferências a que as pessoas tinham assistido, etc. Deixámos de fazer isso. Isso, hoje em dia, com a rapidez com que a informação corre, a publicar dois números por ano não se justifica porque a novidade que essa informação traria se perde por essa periodicidade e, portanto, é muito mais fácil publicar alguma coisa, por exemplo, na página da Associação. Quando queremos publicar alguma coisa dessas, publicamos na página da Associação (Ferreira, entrevista realizada em 04/05/2020. grifos nossos).

Essa dinâmica fez com que se percebesse aquilo que era mais “procurado” por quem lê a revista, e a criação de canais de comunicação mais ágeis, especialmente com a massificação do uso da rede mundial de dados virtuais.

Relativamente à revista *Estudos Moçambicanos*, Isabel Casimiro (entrevista realizada em 05/05/2020) informa que a alteração de seções estava vinculada aos períodos de editorias existentes e suas determinações ou prioridades de publicação. Salientamos que o total do conjunto de textos analisados do referido periódico pertence à seção de artigos livres.

4.2.1. Temáticas trabalhadas pelas publicações¹⁶²

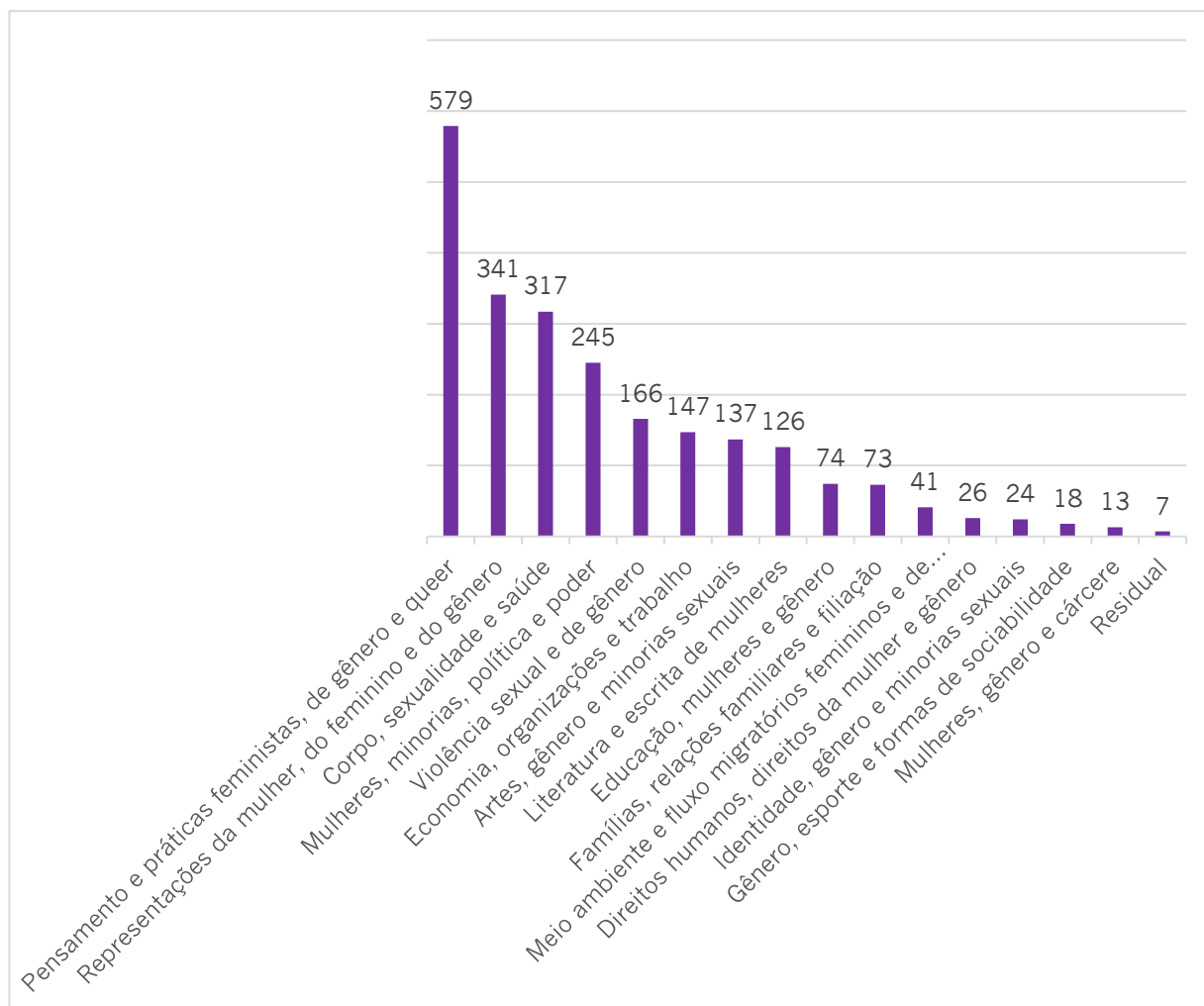
Embora tanto a noção de tempo, como as de raça/etnia ou classe social, entre tantas outras, sejam sujeitas a leituras históricas, ou seja, inscritas com uma intenção num dado tempo e espaço, elas não devem – na verdade, não podem – desconsiderar as conjunturas locais, homogeneizações e ideologias. Caso contrário, caímos numa análise superficial e de manutenção de um ponto de vista colonial, que pode somente manter privilégios de um determinado segmento social em detrimento de

¹⁶² As descrições detalhadas dessa seção estão disponíveis no anexo 4 desse trabalho.

outros – na maior parte das vezes, aquele que se constitui como o mais numeroso. Levando em consideração, criamos categorias temáticas que fossem suficientemente amplas para abarcar as revistas analisadas em suas singularidades.

O gráfico 2, sintetiza as temáticas presentes em todas as publicações investigadas. Diante do nosso universo inicial de 2334 documentos, foram criadas 16 categorias temáticas, a partir de uma análise de conteúdo: 1. artes, gênero e minorias sexuais; 2. corpo, sexualidade e saúde; 3. direitos humanos, direitos da mulher e gênero; 4. economia, organizações e trabalho; 5. educação, mulheres e gênero; 6. famílias, relações familiares e filiação; 7. gênero, esporte e formas de sociabilidade; 8. identidade, gênero e minorias sexuais; 9. literatura e escrita de mulheres; 10. meio ambiente e fluxos migratórios femininos e de gênero; 11. mulheres, gênero e cárcere; 12. mulheres, minorias, política e poder; 13. pensamento e práticas feministas, de gênero e *queer*; 14. representações da mulher, do feminino e do gênero; 15. residual e 16. violência sexual e de gênero.

Gráfico 2 - Distribuição dos textos analisados em temáticas gerais, expostas em ordem decrescente.



Apesar de todas as categorias constituírem um conjunto de trabalhos, há algumas com maior destaque. As três primeiras concentram um pouco mais da metade das temáticas apresentadas. A categoria *Pensamentos e práticas feministas, de gênero e queer* é aquela com maior número de artigos, 579 (24,81%). Os trabalhos versam sobre ciência e feminino (inovação, órgãos de decisão, participação e feminização do processo científico); história das mulheres (desigualdades e memórias); epistemologias feministas; movimento de mulheres (movimento feminista, políticas públicas, ondas/vagas/gerações, movimento LGBT, movimento negro, movimento social); estudos *queer* (arte, ativismos, ciência, educação, identidade, não-binarismo, performatividade, pornografia, saúde, teatro, transexualidade); masculinidades (arte, mídia, cinema, educação – infantil –, guerra, homens negros, procriação); revistas feministas; academia e feminino; androcentrismo; antifeminismo (“ideologia de gênero”); metodologias feministas; teorias e práticas feministas (materialismo, colonialidade, interseccionalidade); memória e a sociabilidade LGBT.

A segunda categoria com maior expressão é *Representações da mulher, do feminino e do gênero*, com 341 (14,61%). Por sua vez, está subdividida em representações da mulher e do feminino (ciência, masculino, arte, cinema, imprensa, literatura, mídia, meio militar, subjetividade, política, religião, teatro, representações de gênero, educação; estereótipos de gênero (infância, desenhos); imaginário; pornografia; cuidado feminino; conduta moral; ética (cuidado); estatuto social feminino; mídia e feminino (discurso, transformação); relatos de cotidiano; moda feminina (educação, corpo); participação no processo de colonização; público e privado; religião e feminino (religiosidade, conservadorismo, sagrado); fundação feminina; homenagens e desigualdade de gênero.

Corpo, sexualidade e saúde 317 (13,58%). Trata de temas tais como o aborto (questões éticas, religiosas, legalização, legislação, saúde pública, poder), passando pelas discussões acerca do próprio corpo, diversidade sexual, maternidade (controle, parteiras, discurso, fecundidade, humanização, subjetivação etc.), questões ligadas à procriação (planejamento familiar, paternidade e reconhecimento), à sexualidade (conjugalidade, saber científico, poli amor, narrativas), à saúde (etnicidade, população LGBT, profissão médica, cuidados, saúde mental), à desigualdade sexual, à bioética, à intimidade feminina, ao etarismo, à psicologia e feminino, à sedução sobre as mulheres e ao turismo e trabalho sexual. As três primeiras categorias juntas representam um total de 1237 (52,99%) trabalhos.

A categoria seguinte, a de número quatro, é intitulada como *Mulheres, minorias, política e poder*, ela possui uma expressão com 245 trabalhos (10,50% do total). Suas temáticas em detalhe tratam de política e feminização (discurso, interrupção, parlamento); política pública de gênero; política pública (alimentação, igualdade, cotas, implementação de processos coletivos, renda, saúde); cidadania e

feminino; poder e feminização (condições das mulheres, religião, política de trabalho feminino); sindicalismo feminino; diplomacia feminina; nacionalismo e estereótipos; igualdade de gênero; associação de mulheres; militância e feminino (memória; militância LGBT); questões relacionadas a raça (etnicidade, cotas).

A quinta categoria aqui assinalada denominamos como *Violência sexual e de gênero*, com 166 artigos (7,11%) do total de trabalhos. Está dividida em tráfico de mulheres e tráfico sexual; violência (médica, infanticídio, intersexo, Lei Maria da Penha, masculinidade, pedofilia, violência de gênero, feminicídio, assédio de rua, delegacia da mulher, violência doméstica, emoções, estupro, legislação latino-americana, mídia, modelos, prevenção, racismo, violência virtual, simbólica, violência infantil e sexual).

Em seguida, a quarta categoria, intitulada *Economia, organizações e trabalho*, está subdividida em economia (economia e feminino, desigualdades, trabalho oculto, indignidades, economia e questões LGBT, cultura das organizações) e trabalho (cidadania, igualdade, salário, relações de gênero, trabalho e feminino, artesanato, estereótipos no trabalho, assimetrias, condições, discriminação, escravidão, jornalismo, migração, trabalho doméstico, precariedade, divisão sexual, saúde das/os trabalhadoras/es). Conta com mais textos 147 (6,30%) trabalhos.

A sétima categoria é *Artes, gênero e minorias sexuais*, correspondendo a 137 (5,86%) do total de textos, inclui trabalhos que versam desde a relação da arte com o feminino (curadoria, fotografia, pintura, corpo, teatro, teatro infantil, arte engajada, LGBT, *queer*, música), biografias (exposição na mídia, pessoas trans) e autobiografias.

Intitulamos a oitava categoria como *Literatura e escrita de mulheres* é composta pelas seguintes subcategorias: leitura pública; literatura feminina infantil; escrita e feminino e imprensa feminina e feminista. Há um total de 126 (5,40%) textos totais trabalhos.

As categorias seguintes expressam uma proporção menor que 5% do total de trabalhos. Em sequência decrescente são elas: *Educação, mulheres e gênero* inclui textos sobre educação de adultos, criança e sexualidade, currículo e normas, diferenças e estereótipos, formação acadêmica, legislação, representação, imprensa, educação militar, educação sexual, questões ligadas a educação religiosa. Representa 74 (3,17%) trabalhos. Seguinda por *Famílias, relações familiares e filiação*, categoria essa que está subdividida em adoção conjugalidade, constituição, divórcio, estrutura, homoparentalidade, modelos, mudanças, novos formatos, parentesco, renda, casamento hetero e homoafetivos, relações de intimidade, adoção de crianças (direito), aleitamento e amamentação. Inclui 73 (3,13%) textos. A 11ª é *Meio ambiente e fluxos migratórios femininos e de gênero* constitui-se a partir dos fenômenos de

migração e emigração (meio rural, desigualdade social, internacional, mercado de trabalho, música e narrativas e LGBT); meio ambiente e feminino assim como meio ambiente e gênero. São 41 (1,76%) trabalhos. Já *Direitos humanos, direitos da mulher e gênero* é constituída por textos sobre direito e feminino (legislação, feminização, Lei Maria da Penha, direito e gênero e trabalho infantil). É a 12.^a categoria mais trabalhada, 26 (1,11%) textos. *Identidade, gênero e minorias sexuais*, 13^a, está subdivida em autoidentificação, identidade de gênero e identidade feminina. Este possui 24 (1,03%) textos. Seguida da categoria *Gênero, esporte e formas de sociabilidade* onde estão contidos artigos que abordam questões relativas à prática do esporte (modos de ampliar as discussões de gênero e o feminismo na dinâmica do esporte através de sua valorização ou participação), à educação física e à amizade feminina. Contém um total de 18 (0,77%) textos. A 15^a categoria é intitulada como *Mulheres, gênero e cárcere*, possui 13 (0,56%) artigos. Seus principais temas são cárcere e feminino (estudos, comunicação, metodologias). E, por fim, a 16^a categoria chamamos de residual com sete (0,30%) trabalhos. Possui essa nomenclatura por considerarmos a possibilidade de um enquadramento nas demais categorias indicadas baixo.

Estas últimas categorias apresnetadas no parágrafo anterior representam um desafio de aprofundamento, no sentido de maior visibilização de trabalhos.

No panorama geral, podemos perceber que há uma certa discrepância em relação ao percentual da primeira categoria indicada, com 24,81% do total de textos, para a segunda, que é de 14,61%. Essa discrepância é ainda mais acentuada quando avançamos para as categorias finais, como podemos perceber no gráfico anterior. Diante desse quadro, podemos perceber um cenário de investigação das realidades analisadas e construir alguns caminhos investigativos.

A categoria *Pensamentos e práticas feministas, de gênero e queer* nos remete a reflexão da fundamentação dos EMGF nessas três conjunturas nacionais indicadas. Aspecto esse ainda recentes se tomarmos como referência outras temáticas (Beleli, entrevista realizada em 27/04/2020). Assim, para além do já citado confirma os discursos de construção de um substrato teórico e metodológico dessa temática – em língua portuguesa – assim como mais um elemento para uma maior aceitação pelos seus pares no interior das academias. Pode ser compreendido também como um aspecto de conhecimento do próprio espaço trabalho, do seu desenvolvimento e possíveis lacunas já observadas para além daquelas mais evidentes. O que salienta a temporalidade constituída em torno da temática em especial, inclusive num plano macro.

Isso não significa afirmar ainda que esta mesma categoria (*Pensamentos e práticas feministas, de gênero e queer*) não possa servir de referência para a fundamentação e formação de grupos de

movimentos sociais de base, compostos, num primeiro momento, por grupos feministas e/ou de mulheres e, numa fase posterior, inclusive atendendo as demandas de trabalhos referenciais na área dos estudos sobre gênero e questões *queer*, grupos identitários, com discussões mais voltadas a temáticas LGBT. Esses movimentos estão para além dos espaços acadêmicos, ampliando assim a atuação e possível envolvimento de novas/os de leitoras/es. Em nossa experiência temporal atual, com tantos outros meios de informação que são criados e replicados a cada instante, especialmente a partir do advento e popularização do uso da internet e os meios que ela possibilita, a disseminação dessas experiências e discussões são mais visibilizadas. Este é inclusive um aspecto ressaltando por Lena Lavinias (entrevista realizada em 01/05/2020), ao passo que também pulveriza o acesso a este meio em específico. Para tanto ela nos diz “[...] *blog*, revista, *podcasts*, nossa é uma coisa assim muito, muito diversificada. Então, essa fragmentação torna mais difícil ter essas revistas feministas muito consolidadas, embora continue sendo uma referência inclusive pela sua longevidade, já estamos no mercado há vinte e tantos anos, então isso é importante” (Lavinias, entrevista realizada em 01/05/2020). Desse modo, podemos perceber que não são apenas as revistas acadêmicas feministas que auxiliam na formação de grupos de discussão e formação, disputando o alcance e público.

Embora não exista uma temática única tratada pelas publicações, é possível perceber, através das entrevistas realizadas com dirigentes das publicações de Portugal, que as decisões sobre o que será publicado são tomadas nos Conselhos Editoriais, especialmente pela importância do que se quer abordar naquele momento. No caso da *Faces de Eva* não é evidenciada uma temática exclusiva, ocorrendo o convite para que alguns textos sejam submetidos assim como a submissão recorrente. No caso particular de *Estudos Moçambicanos*, os números com maior quantidade de trabalhos sobre EMGF decorrem de congressos/conferências e, posteriormente, passam a compor os volumes publicados.

Esses processos foram sendo alterados ao longo do tempo a fim de atender a algumas exigências dos indexadores onde as publicações estão presentes, mas também porque as equipas editoriais perceberem que, alguns alguns temas, apesar da pertinência, não são necessariamente tão trabalhados ou ainda investigados a partir da ótica dos EMGF.

Há, como destaca Albertina Costa (2004: 209) assim como Lena Lavinias (entrevista realizada em 01/05/2020), uma alteração no cenário temático da *REF*, que, de início, procurou não privilegiar uma área disciplinar. Albertina Costa (2004: 209) afirma que análise em “retrospectiva de Claudia Lima Costa mostrou que certas disciplinas como a Sociologia e a Antropologia foram privilegiadas em detrimento das Letras e das Artes”. Lena Lavinias destaca (2020) que a partir da alteração institucional por qual a publicação passou, em 1998, ocorreu uma maior filiação a áreas. Afirma a primeira editora

“Quando essa revista começou a circular que ela saiu do Rio de Janeiro, que aí não tinha mais recursos, tudo mudou, nós precisávamos nos vincular a uma instituição *stricto sensu*, uma instituição acadêmica, eu acho que a revista mudou de eixo, **eu diria que nos últimos talvez 10, 15 anos, tem uma revista onde a marca da antropologia é muito mais predominante e os temas também estão muito mais ligados a questões identitárias**, que não eram uma grande temática do feminismo naquela época [do início da publicação], então eu acho que tem dois elementos combinados que vão redefinir um pouco o foco central da revista, que eu não direi que é excludente mas que tem uma predominância, que é, de um lado, ter uma vinculação mais institucional à unidades acadêmicas, universidades e centros de pesquisa onde a revista ficaria alocada, precisou se alocar nesse lugar e, finalmente o fato de por estar ali ela vai sofrer mais a influência desse grupo que é quem está dirigindo a revista. Então, eu acho que temos hoje um foco mais ligado a questões identitárias, problemáticas mais do campo da antropologia e da sociologia *stricto sensu* com uma grande predominância da antropologia”. (Lavinias, entrevista realizada em 01/05/2020. grifos nossos).

No entanto, conforme excerto de Lavinias (2020) esse processo sofre alterações, passando a privilegiar algumas áreas, com destaque a Sociologia e Antropologia, fosse pelos contributos advirem de pessoas formadas nestas áreas, dos contatos iniciais das equipes editoriais, ou de uma tendência dos estudos a nível tanto macro, como micro. Assim, Lena Lavinias (entrevista realizada em 01/05/2020) destaca:

O que é que que queríamos? Não queríamos ter essa concentração, só falar de mulher, mercado de trabalho, que era uma temática dominante na época, ou, então, por exemplo, era uma temática que inexistia na época que era a temática do *care*, economia dos cuidados, não era uma questão feminista na época, já tinha muita pesquisa também na área da história, da historiografia para visibilização da participação das mulheres... Então, o Comitê se reunia presencialmente, no Rio de Janeiro, e nós olhávamos as demandas que chegavam, porque recebemos propostas de artigos, e, quando o artigo era muito bom e bem escrito, normalmente, três de nós, tínhamos sempre alguém da revista que lia e pedíamos dois pareceres externos. e então, era bastante rigoroso, o critério de seleção e, quando havia empate, outras pessoas do Comitê Editorial também liam e todas as decisões eram tomadas em comum acordo no Comitê Editorial que, se eu não me engano, reunia sete, oito pessoas, além de mim. Era um Comitê bem grande. Então, tínhamos as contribuições que chegavam normalmente, como toda revista acadêmica, e os temas, quando tinha um dossiê temático, eram uma coisa acertada entre nós (Lavinias, entrevista realizada em 01/05/2020).

Essas informações coincidem com os dados recolhidos e sinalizam o pioneirismo da publicação em suscitar o debate, a nível nacional, de temas até então pouco trabalhos ou menos visibilizados no âmbito acadêmico, inclusive com o olhar brasileiro. No entanto, a não centralização temática está presente desde os primeiros números, assim como na discussão da manutenção ou não de algumas categorias centrais, por exemplo, a discussão da categoria gênero enquanto elemento central para estes estudos, assim como os debates que envolvem a chamada “ideologia de gênero”.

A *Faces de Eva* se propõe realizar homenagens a personalidades femininas que se destacaram em variados campos, para além das fronteiras nacionais, no sentido de demonstrar sua atuação a um público que nem sempre as conhece. Nesse sentido, Zília Osório de Castro (entrevista realizada em 01/06/2020), afirma que

A capa de cada número tem a figura de uma mulher já falecida e que se pretende homenagear. Pede-se um estudo sobre ela ou sobre o contexto da sua vida. Os restantes artigos ou foram propostos à revista para publicação ou foram pedidos sobre assunto premente. Note-se que a revista não é temática (Zília Osório de Castro, entrevista realizada em 01/06/2020).

A indicação de que a publicação não é temática ustifica o fato de a nossa análise focar apenas uma de suas seções¹⁶³. No entanto, é perceptível que a publicação possui um conjunto de textos que trabalham temas que vão além daqueles propostos pela “capa” e que estão contidos na análise já apresentada. Estes contributos são decorrentes de submissões correntes ou de convites realizados a especialistas da área.

Quanto à questão das temáticas trabalhadas pela *ex æquo*, podemos perceber a sua variedade, assim como quais são menos operacionalizáveis na realidade portuguesa, numa ideia de regionalização temática assim como de observação contextual, de maneira que algumas problemáticas não decorrem da mesma forma: em Portugal, não são discutidas com a mesma regularidade algumas temáticas que são trabalhadas nas duas outras realidades analisadas. Podemos perceber, a partir da entrevista com a diretora do periódico, que há a discussão de interesses de membros da Associação que identificam lacunas e estimulam essa discussão, além da contínua recepção de material original. Podemos conferir a informação no excerto a seguir:

As escolhas são feitas em discussão no Conselho Editorial sobre aquilo que nos parece ser pertinente, de algum modo, estar também nas nossas agendas de interesse e que esperamos que haja também algum interesse por parte de quem escreve os artigos e de quem os lerá. Fundamentalmente, é isso... E também da disponibilidade de termos colegas que queiram colaborar na edição dos números como *guest editors*. Isso também é muito importante porque é um trabalho, muitas vezes, invisível. Enfim, é claro que isso aparece na revista enquanto colegas que fazem edição dos Dossiês Temáticos, mas é algo que dá muito trabalho, dá muito trabalho. Dá muito trabalho porque elas têm que gerir todo o processo de avaliação dos artigos e de articulação com as autoras e autores que estão a propor artigos e é, realmente, um trabalho pesado e, portanto, também é a nossa atenção relativamente ao conhecimento que temos das colegas que estão a trabalhar ou a desenvolver determinados projetos e que, portanto, podem também ter interesse em visibilizar esse trabalho. Por exemplo, vamos agora publicar uma *call* para o próximo artigo que é sobre as questões da masculinidade, com colaboração próxima de uma investigadora do CES [Centro de Estudos Sociais da Universidade de

¹⁶³ Também podemos encontrar essa informação em Virginia Ferreira (2013).

Coimbra] que tem dedicado os últimos anos às questões da paternidade e da paternidade responsável e, portanto, convidámo-la, perguntámos se ela não queria porque achámos que era tempo de fazer algum número, algum dossier, dedicado aos estudos sobre masculinidade. Ainda não tínhamos, ainda não temos na nossa revista. Mas o próximo número, estes dois deste ano, um é sobre metodologia, porque fomos, enfim, interpeladas se não estaríamos interessadas em fazer uma parceria com um congresso, um congresso de investigação qualitativa [...]. Depois, temos um outro número, que, sim, foi decidido em função dos nossos interesses, determinados pelo facto de querermos assinalar os 20 anos da revista, e resolvemos fazer um número sobre os estudos feministas e 20 anos de neoliberalismo (Ferreira, entrevista realizada em 04/05/2020. grifos nossos).

Ainda sobre a *ex æquo*, é destacado, em seu editorial (1999), o carácter inter e multidisciplinar da revista, descrito como um elemento de promoção da diversidade de conhecimento e que demonstra o dinamismo da publicação: “Diversidade não só disciplinar ou temática, mas também de perspectivas – nenhuma corrente se pretende hoje como única intérprete dos interesses das mulheres” (Editorial, 1999: 6). Além disso, destaca-se também como não sendo restrita a uma área temática, procurando ser plural, posto que o que interessa à publicação são textos que privilegiem o

...respeito pelo princípio de defesa dos Direitos Humanos fundamentais, [que] traduzam a valorização da diversidade da condição humana nas suas distintas expressões sexuais, culturais, étnicas, [...] O mais importante parece-nos ser o compromisso com a mudança social e o contributo dado para aprofundar do conhecimento sobre a nossa condição social e cultural (Editorial, 1999: 10).

A leitura realizada é lúcida e global acerca das potencialidades e dos limites – especialmente, institucionais – que os EMGF atravessavam e contribuem para uma reflexão sobre o cenário de então. Teresa Pinto (2009: 67) ressalta a pluralidade dos temas trabalhados e algumas outras temáticas que merecem maior evidência e aprofundamento. No caso das temáticas que necessitam ser mais focadas, encontram-se, à data da publicação do texto, os estudos sobre a presença feminina e do género na mídia, questões relativas às redes sociais e outros ligados às dinâmicas de globalização, como as relações de poder – em várias facetas – e as relações com os estudos e teoria *queer*.

Virginia Ferreira (entrevista realizada em 04/05/2020), acerca da realidade portuguesa, destaca duas temáticas que despertam ainda grande esforço para se conseguir efetivar conquistas concretas – a violência e as assimetrias salariais que ainda são objeto de debate e de pouca alteração longo do tempo:

[...] falei nas questões do diferencial salarial e nas questões da violência como sendo, digamos, as causas sociais que, hoje em dia, mais mobilizam movimentos e os ativismos. Não que sejam propriamente duas temáticas que estejam muito nas perspectivas abordadas na revista. Isto porque ambas são problemáticas muito específicas. As diferenciações salariais são muito abordadas por economistas, por exemplo, que fazem contas, recorrendo a metodologias macroeconómicas, de econometria, que, depois, resultam em artigos com uma vertente muito económica e

muito quantitativa que não colhe muito entre as nossas Associadas e as nossas leitoras. A questão da violência, por outro lado, também não é assim muito... Colhe muitos artigos sobre as questões jurídicas, judiciais, canais. Mas não muito mais do que isso, porque, felizmente, a questão da violência enquanto problema de relação de poder entre homens e mulheres já está estudada há muito tempo (Ferreira, entrevista realizada em 04/05/2020).

Quanto a mudança de agendas devido as mudanças do quadro diretivo, é destacada na mesma entrevista:

Foi decidido, desde o início, que a revista teria uma circulação, uma rotação pelas várias universidades e equipas que quisessem assumir a direção da revista. Quando eu acabei, em 2003, ela foi para o Porto. Eu sempre tive uma orientação mais relacionada com as questões do trabalho e das políticas. Isso nota-se, mas, enfim, eu penso que, marcante, de facto, nos primeiros números da revista são o número cinco e o número seis, em que fizemos uma espécie de balanço do impacto dos estudos feministas nas várias disciplinas. Depois, as colegas que dirigiram a revista em seguida, da Universidade do Porto, elas eram muito dedicadas às questões da educação e às questões da cidadania e, portanto, isso foi bastante notório nesses números da revista, aí até ao 10, 11, 12, talvez. Depois, a direção passou para a Universidade Aberta, onde tínhamos um grupo de colegas mais dirigidos às questões da história, da antropologia, isto em termos disciplinares, mas elas publicaram artigos bastante diferenciados. Havia colaboração de colegas da filosofia... Tivemos uma orientação mais para as Ciências Humanas, até que, em 2014, voltou aqui para Coimbra, mas também com uma composição diferente daquela que era/tinha tido em [19]99/2000. Temos um grupo editorial agora bastante mais diversificado em termos das disciplinas. Temos pessoas de sociologia, pessoas de economia, pessoas de comunicação e jornalismo, pessoas de ciências da educação e penso que este grupo é um grupo um bocadinho constituído também pela minha intervenção de juntar as pessoas que, na Universidade de Coimbra, se interessam por estas temáticas e que, no fundo, eu também já as tinha posto a trabalhar conjuntamente, nomeadamente em estudos, por exemplo, de avaliação de perspectiva de género nas políticas de igualdade, nas políticas de aplicação dos fundos estruturais etc., e, portanto, eventualmente, também [há] novamente uma incidência sobre as políticas. Embora a gente não faça muitos números sobre as políticas, fizemos alguns, mas não se pode dizer que a área das políticas, neste momento, suscite grande interesse por parte das pessoas. Acho que voltámos um bocadinho àquela fase do feminismo que não tinha nada a esperar do Estado, que não queria ter nada a ver com o Estado, mas isso tem a ver, enfim, com as mudanças ao nível conceptual. Eu acho que esta orientação que se verifica nos estudos de género, de grande ênfase nas questões da identidade, que deixa de parte os eixos estruturais da desigualdade, como a classe social, por exemplo, acho que este enfoque retira relevância às questões relacionadas com as políticas (Ferreira, entrevista realizada em 04/05/2020. grifos nossos)

A partir do excerto podemos observar como as agendas foram sofrendo alterações na mesma medida que procuraram responder a questões de seu tempo. Isso é visível a partir dos dados coletados.

Em relação à revista *Estudos Moçambicanos*, as temáticas estão relacionadas com o cotidiano do país. Inicialmente com forte conotação marxista (First, 1980), posteriormente sofre algumas alterações, especialmente no sentido de ampliação da teoria e da vivência de muitas das pessoas que

contribuem para a publicação. A escolha temática dependia muito de quem estava na edição no momento e das demandas que surgiam, como Isabel Casimiro (entrevista realizada em 05/05/2020) nos diz:

Isso dependia muito da pessoa do editor e tinha muito que ver, também, com os projetos de pesquisa que havia no Centro de Estudos Africanos. Não é por acaso que, se não me engano, o primeiro número tem um artigo que fala sobre o mineiro moçambicano, tem um artigo de Marc Wuyts sobre a situação política, económica e social de Moçambique. Portanto, tinha muito que ver, claro que com as épocas históricas, mas, sobretudo, com as pesquisas que o Centro de Estudos Africanos realizava (Casimiro, entrevista realizada em 05/05/2020).

Portanto, a cotidianidade do país seria definidora do conteúdo da publicação, aprovado pelos membros do CEA. Inclusive, é também relatada a ideia de ausência de um amplo conjunto de material que conseguisse formar uma edição suficientemente condensada sobre temáticas em específico, como foi o caso da edição relativa aos EMGF, como relatado no excerto que se segue:

Às vezes, dependia muito de alguma coisa que pudesse acontecer. Mesmo esse número, esse número saiu porque se achou importante ter um número sobre a mulher porque já havia muita pesquisa e praticamente tinham saído dois ou três. Então, ali, assim, disse: “Não! Temos que ter um número especificamente a tratar de questões sobre mulher e género” com base nas pesquisas existentes. E nós pegámos nos seminários, nós pegámos numa bibliografia anotada que foi feita, isso tudo. Noutros casos, podiam ser momentos especiais que nós estávamos a viver e que era importante analisar na revista. Mas claro que isso também tinha que ver com as temáticas que estavam a ser tratadas nas pesquisas (Casimiro, entrevista realizada em 05/05/2020).

Podemos observar que houve uma pequena variação dos objetivos centrais e iniciais do periódico ao longo de sua trajetória por vários fatores. Destacamos aqui a iniciativa de manutenção da ideia de conhecimento local e de suas relações com a macro estrutura mundial. Essa dimensão é destacada também por Isabel Casimiro (entrevista realizada em 05/05/2020), especialmente pelo fato de ter sido estudante e tido Aquino de Bragança como um de seus professores. Este relatava em sala de aula algumas dessas experiências, além de conhecer as estruturas e integrá-las. Segundo Isabel Casimiro,

O objetivo da revista é o mesmo, mas as direções do Centro e os editores e as editoras podem ter mudado... Isto é, aquilo que me parece. À partida, parece não ter havido nenhuma alteração teórica-metodológica, mas nós vamos atravessar por momentos muito, muito diferentes. Eu creio que isso até se nota na qualidade de muitos dos artigos da revista. Mantém-se essa orientação teórica e metodológica, mas, ao mesmo tempo, a gente pode sentir mudanças, dependendo dos momentos e dependendo das pessoas que estão à frente da edição, portanto, das e dos editores da revista (Casimiro, entrevista realizada em 05/05/2020).

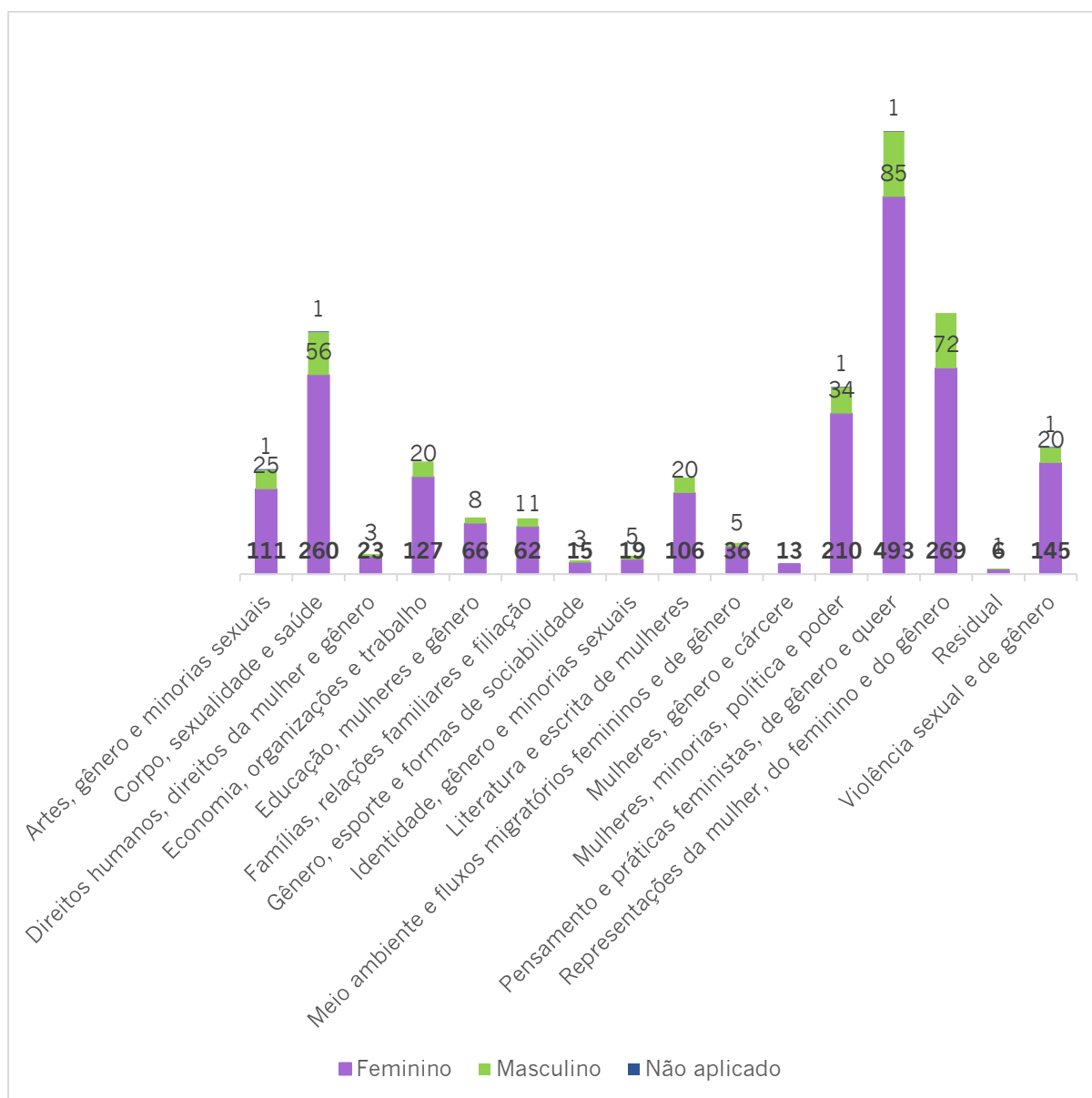
A publicação vai além das fronteiras nacionais, contando com a colaboração de uma diversidade de pessoas de vários países, ligadas, ou não, a organismos de apoio a Moçambique, como podemos observar na seção nacionalidade (disposta mais à frente). Era e foi, durante muito tempo, a única publicação acadêmica do país, revelando a dificuldade de consolidação de elementos em vários âmbitos, com destaque aqui ao aspecto educativo.

A mim me parece que a sua aceitação antes e agora foi e continua a ser muito boa porque, se nós formos a ver, as diversas publicações, as temáticas tratadas nessas publicações, a forma como era tratada e, muitas vezes, até num contexto monopartidário – até [19]90 [com a] nova Constituição, esse era o contexto –, a revista tinha boa aceitação nacional e internacional. E até hoje a gente vê... Felizmente que o Colin Darch criou aquele *site*, temos ali todos os números e temos também outras coisas que ele foi juntando, e, até hoje, há muitas pessoas a pesquisar os Estudos Moçambicanos. Portanto, parece-me que sempre teve boa aceitação. Durante muito tempo, foi a única revista que existiu. Tendo saído os primeiros números em inglês – foram só dois, mas, tendo outras publicações em inglês, ainda tinha uma abrangência maior... **Um dos grandes problemas nossos é a gente escrever em português.** Nem sempre conseguimos alargar a disseminação. Portanto, eu creio que sim, tinha aceitação antes e agora, até hoje (Casimiro, entrevista realizada em 05/05/2020. grifos nossos)¹⁶⁴.

Quando separadas por as autorias por gênero podemos identificar as categorias com maior e menor participação/discussão. Podemos observar, a partir do gráfico 3, que as três temáticas gerais mais trabalhadas são compartilhadas por ambos os gêneros, inclusive em ordem de exposição, e elas são: em primeiro a categoria *Pensamento e práticas feministas, de gênero e queer*, com 493 para o feminino e 85 para o masculino e um não aplicável; seguido da categoria *Representações da mulher, do feminino e do gênero*, com 269 para o feminino e 72 em relação ao masculino com mais um não aplicável; e, por fim, a categoria intitulada como *Corpo, sexualidade e saúde* com 260 para o sexo feminino e 56 para o sexo masculino e um não aplicável. As demais também apresentam grandes variações, embora os números gerais sejam menores. Ressaltamos que a temática *mulheres, gênero e cárcere* é aquela onde apenas identificamos, enquanto primeira autoria, pessoas do gênero feminino. No entanto, não podemos afirmar que seja uma discussão exercida de modo exclusivo por mulheres. Podemos ler também enquanto um desafio a ser vivenciado, incentivando a participação de homens em projetos e estudos que abordem a temática, de modo a perceber o recorte de gênero existente nas relações que são tratadas em seu interior.

¹⁶⁴ Na página virtual da revista, não conseguimos visualizar ou descarregar arquivos. A informação disposta data de 23 de fevereiro de 2012.

Gráfico 3 - Distribuição em temáticas gerais, números totais, divididas por gênero da primeira autoria.



Ressaltamos que, no caso da *ex æquo*, Virgínia Ferreira (entrevista realizada em 04/05/2020), destaca algumas temáticas que ainda são consideradas grandes desafios na contemporaneidade: a violência de gênero e as desigualdades salariais. Esses dados estão em consonância com aqueles que trabalhamos. O excerto que segue demonstra essa relação, assim como amplia a discussão, incluindo o papel desempenhado pelos movimentos sociais:

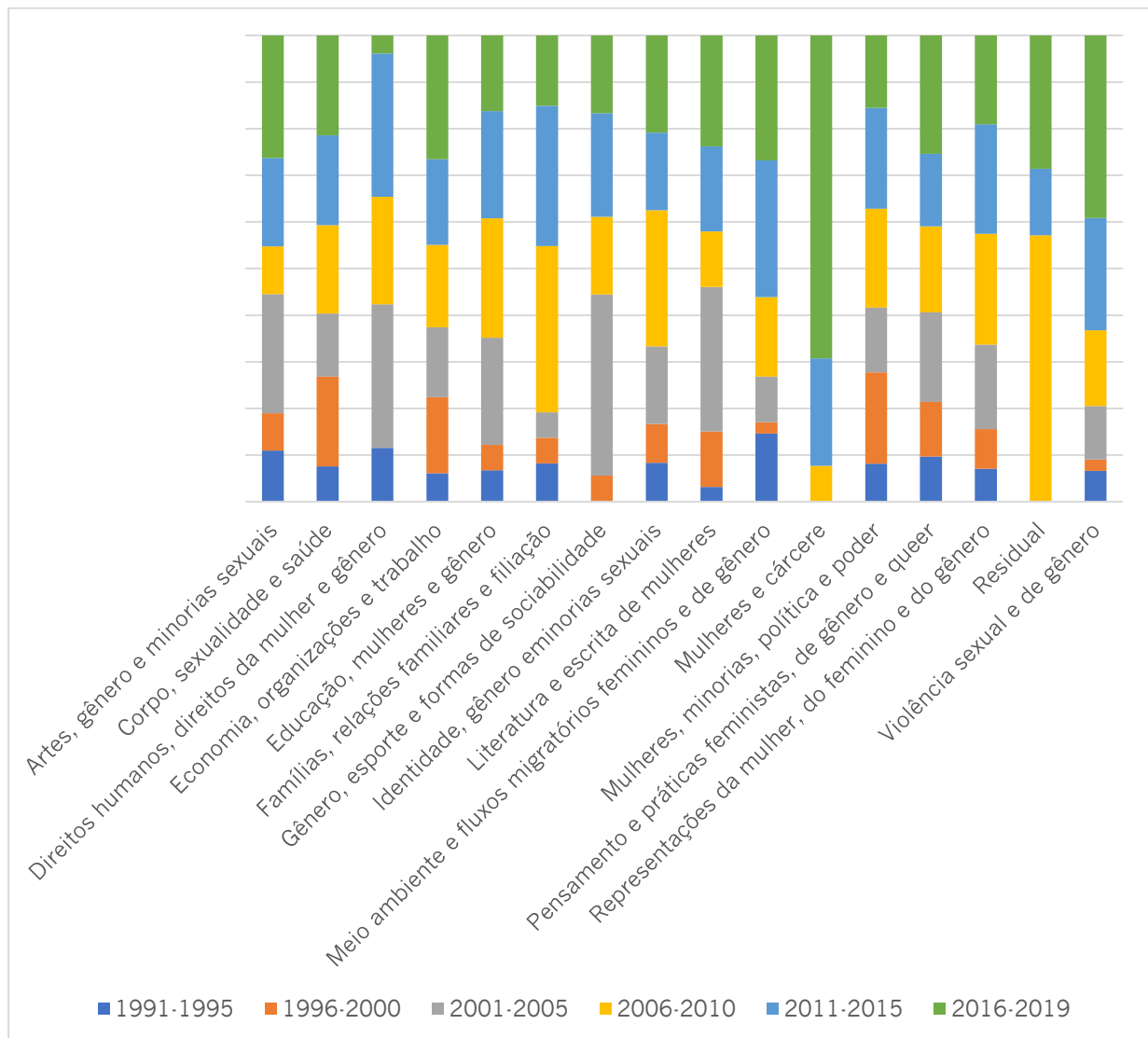
Há duas problemáticas [que] continuam a reunir algum consenso de que ainda há alguma coisa a fazer, que são as questões da **violência de gênero** e as questões das **desigualdades salariais**. São as duas questões relativamente às quais se verifica algum reconhecimento, ainda, de que há alguma coisa a fazer ainda por parte das políticas. Mas, a nível do discurso oficial, não me parece. Ao nível da academia, até

podemos ter pessoas, nomeadamente no governo, a fazer um bom trabalho em termos das políticas, mas isso não quer dizer que haja movimentos, que haja reivindicações, etc., não é? **Os movimentos mais ativos, hoje em dia, são os movimentos relativos a minorias sexuais, ou pessoas trans, ou *queer*, mas lutas de homens e de mulheres já estão muito reduzidas** (Ferreira, entrevista realizada em 04/05/2020. grifos nossos).

Inclusive, abre espaço para discussão acerca do papel dos movimentos – sociais – que estão com maior atuação no momento. Este é um debate também localizado num dado tempo-espço, e a nosso ver carece de maior aprofundamento, especialmente por sua extensão e singularidade de atores sociais que os constituem.

No gráfico 4, podemos observar a distribuição de temáticas por ano de publicação.

Gráfico 4 - Distribuição em temáticas gerais, valores totais, distribuídos pelos anos de 1991 a 2019, agrupados a cada cinco anos.



Diante do exposto podemos apontar que as temáticas possuem uma dinamicidade própria decorrente, na maior parte dos casos, e especialmente aquelas que possuem origem de publicação nas seções de artigos livres, de processos internos e externos por qual o movimento de mulheres e/ou feminista em conformidade com a sociedade passa a discutir a temática. Do mesmo modo que compreendemos as dinâmicas de publicação em torno de temas e questões (notadamente em formato de dossiês) que estão um pouco mais dirigidas a academia e um público em específico. Isso pode ser observado quando tratamos das discussões em torno das epistemologias e aplicação de metodologias em trabalhos, o que pensamos ser os fundamentos – ou parte destes – para a criação de bases de trabalho e assim aplicação em terrenos mais específicos.

Quanto ao uso do idioma nas publicações analisadas, o número de artigos é de 2334. Há, assim, um predomínio no uso da língua portuguesa nas revistas investigadas totalizando 1965 (81,47%) artigos, seguido da língua espanhola com 298 (12,35%) artigos. A terceira língua mais presente é a inglesa, com 129 (5,35%) artigos e, finalmente, a língua francesa, com 20 (0,83%) artigos, estando esta última exclusivamente presente nas publicações de Portugal.

Um aspecto interessante para ser frisado é que as publicações de Portugal são aquelas que publicam com exclusividade, em momentos distintos, artigos em língua francesa, 20 ao total. O uso tanto da língua inglesa, como da espanhola também pode ser verificado, inclusive com uma crescente. Esses idiomas representam 18,25% do volume total dos textos analisados, sendo 50 para o espanhol e 45 para o inglês.

Nos volumes mais recentes de todos os periódicos, pode ser verificada a crescente publicação de um mesmo artigo em dois idiomas. Eles são publicados, na maior parte das vezes, em português e inglês (63 trabalhos, cerca de 2,61% do total de 2412 artigos), assim como em português e espanhol (23 textos, 0,95%) e em espanhol e inglês (4, 0,16%), verificando-se, portanto, um aumento de textos em língua inglesa. De fato, esse não é o dado mais surpreendente, especialmente por ser o idioma corrente e oficial das realidades investigadas¹⁶⁵.

Todavia é importante perceber que há uma grande produção nos EMGF em português e que sua disponibilidade pode ser verificada através do número de consultas dos seus textos. Podendo ser vistas na publicação de livros, periódicos, artigos em publicações especializadas ou não. Assim sendo, destacamos também outras áreas como jornais de vários meios – órgãos estatais, veículos de

¹⁶⁵ A língua portuguesa se configura como o quinto idioma mais falado do mundo, enquanto língua nativa e oficial, com mais de 260 milhões de falantes. Para além dos países que são nossa referência de análise, outros seis países e/ou territórios possuem o português como idioma oficial, são eles: Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Guiné-Equatorial, Macau, São Tomé e Príncipe e Timor Leste.

comunicação de massa, informativos ligados a organismos de ordem – sindicados e semelhantes –, atas/anais de congressos, textos legislativos e/ou ligados ao direito, do mesmo modo que a explosão (Hollanda, 2018) de textos em ambientes virtuais, especialmente em redes sociais, como postagens de pessoas que discutem a temática e procuram – cada qual de sua maneira – envolver um conjunto maior de pessoas e elucidar algumas de suas complexidades.

Em se tratando de número gerais, a publicação com maior presença de textos em língua portuguesa é *Faces de Eva*, com 89,52% e aquela com menor é a *ex æquo*, com 76,71%. No entanto, é importante percebermos a altíssima publicação no idioma oficial do país, com mais de 2/3 do volume total de publicações. Aquela com maior uso da língua espanhola é a *REF*, com 15,49%, sendo a menor a *Faces de Eva* que apresenta 4,03% de trabalhos. Relativamente a publicação de textos em inglês a *ex æquo* possui 10,73% enquanto a *Faces de Eva* possui 1,61% e ambas voltam a figurar no uso da língua francesa, estando a *Faces de Eva* com 4,84% do total e a *ex æquo* com 2,09%.

Ressaltamos que há um potencial aumento no número de textos produzidos em língua inglesa (assim como na presença do mesmo texto em dois idiomas, o português e o inglês), especialmente para que possa ser ampliado o número de consultas e, possivelmente, de citações, já que esse idioma oferece uma possibilidade de maior impacto à publicação, do mesmo modo que ao artigo, e acaba por incentivar a submissão de novos trabalhos nos mesmos termos. De maneira geral, esse processo é decorrente, dentre outras causas, da política de filiação e permanência nos principais indexadores, assim como de submissão a regimes de avaliação por qual essas publicações estão submetidas. Em nossas entrevistas a Lara Beleli, Isabel Maria Casimiro, Virginia Ferreira e Lena Lavinias, pudemos perceber essa componente de modo mais concreto. Publicar em língua inglesa torna-se uma espécie de condição de sobrevivência acadêmica para sair de uma categoria de guetificação idiomática, assim como representa um desafio, especialmente em relação à política de tradução e aos custos de operacionalização e às dinâmicas de formação idiomática através de processos educativos próprios de cada realidade analisada.

Em todas as entrevistas realizadas, foi sublinhado que, durante algum tempo, a tradução de trabalhos (em sua maioria, oriundos das línguas inglesa e espanhola) tornou-se uma condição de sobrevivência para os periódicos, até mesmo para se obter reconhecimento acadêmico noutras esferas nacionais e incentivar a comunidade acadêmica local a publicar, posto que essas pessoas ou submetiam seus trabalhos a outros periódicos – aqueles da área eram sediados no exterior ou, quando publicavam em seus países, era em revistas da área das “ciências sociais” (como grande guarda-chuva), ou áreas afins. Outra alternativa era a publicação de livros e capítulos de livros, ou não publicar.

Frisamos que essa tendência de rápido acréscimo da publicação em língua inglesa, em algum momento, pode vir a torna-se numa homogeneização idiomática, e esse fenômeno pode ser consequência das determinações de standardização dos processos de avaliação por parte dos principais indexadores internacionais. Em nossa leitura, o ato de publicar, de modo substancial, em língua portuguesa pode ser configurado enquanto uma espécie de “resistência” no sentido de se manter as edições com maior proporção da própria língua. A ambiguidade dessa relação imposta através do processo de globalização é mais uma das questões com as quais nos deparamos e suas implicações ainda não são completamente esgotadas a nível de análise.

Pierre Bourdieu e Löic Wacquant (2002: 18) tratam do uso do inglês como uma “língua franca internacional”, exercendo assim uma hegemonia, associada ao imperialismo cultural engendrado por diversos meios. O hegemonismo empreendido pela “dominação cultural americana” (*idem*: 22)¹⁶⁶ é considerado enquanto referenciável para tal questão. De modo semelhante, o mercado editorial – universitário – estado-unidense inunda outras realidades com menor proporção desse capital acadêmico, dinâmica também apontada pelos autores.

Por outro lado, podemos perceber que o advento e maior utilização da internet, de certo modo, influenciam numa quebra de fronteiras e podem servir enquanto elemento de difusão de conhecimento, do mesmo modo que pode acabar ocultando espaços menores, especialmente aqueles que possuem um volume de produção mais reduzido, forçando a intensificação dessa produção ou até mesmo a supressão de algumas delas. Além disso, dever-se-á mencionar o possível baixo impacto, em diversos níveis, de algumas das publicações, assim como os espaços acadêmicos ocupados num macro cenário, que em nossa investigação são descritos como periféricos, triplamente periféricos até, primeiro por não ser de origem dos países ditos centrais, segundo por estar em língua portuguesa e terceiro por ligado a uma temática transversal. Destarte, salientamos que nem todas as variáveis são percebidas no momento dos processos de implementação desses elementos avaliativos, de modo que percebemos as dinâmicas e suas alterações características das disputas de poder, assim como das mudanças do tempo é algo recorrentemente necessário.

Como pode ser percebido na entrevista a Lara Belesi, o uso da língua portuguesa em publicações acadêmicas feministas indica uma espécie de isolamento acadêmico desses periódicos diante da tentativa de homogeneização e padronização de uma língua universal, a língua inglesa. Essa medida é um dos critérios que os indexadores impõem para que as publicações estejam sob sua hospedagem,

¹⁶⁶ No entanto acreditamos que a expressão necessita de correção, posto que os Estados Unidos são um país localizado no continente e não sinônimo deste, evidenciando a latência da colonialidade da prática discursiva como algo naturalizado. Daí a adição da expressão “Latina” para designar aquela que é, realmente, a América e não a Outra.

inclusive pelo fato de sua origem anglofona. Entretanto essa decisão de publicação de textos, em sua maioria, originais em língua portuguesa associados a uma tradução para a língua inglesa é mais uma forma de resistência, enfrentamento e visibilização de uma produção regional e local somada ao contributo da produção exterior, dessa maneira não isolando ou descontextualizando, mas sim evidenciando dinâmicas próprias. A utilização de um conjunto de idiomas em detrimento de outros é fonte de intensa discussão, especialmente centrada na ideia de colonialismo exercido por meio desse processo, pois percebemos que ao mesmo tempo em que representa um aspecto que possibilita reconhecimento pode ser também utilizada enquanto elemento de hierarquia (Mignolo, 2003; França; Padilla, 2016), dada a ideia de hegemonismo que os idiomas representam, sem também deixarmos de perceber a possibilidade de facilidade de leitura frente a outros idiomas menos utilizados na divulgação científica de modo generalizado.

No caso das revistas brasileiras, a publicação em língua inglesa está concentrada nos anos de 1999 (especialmente na *REF*), com 16 artigos, após esse somente um no ano de 2019. Os demais textos no idioma podem ser vistos na publicação em 2017 (1), 209 (4) veiculados em português e inglês, e em 2017 (1) em espanhol e inglês. Já *Cadernos Pagu* entre os anos de 2013 a 2018 possui uma maior regularidade da divulgação em dois idiomas. Em 2013 (1), 2015 (8), 2016 (26), 2017 (12) e 2018 (12), todos estes em português e inglês. Entre os anos de 2016 (1) e 2017 (2) em espanhol e inglês. Proporcionalmente as revistas portuguesas são aquelas com o maior uso da língua inglesa.

Uma das respostas obtidas para o uso da língua portuguesa em predominância nas publicações investigadas, de modo mais concreto na conjuntura de Portugal, diz respeito ao não domínio da leitura em inglês bem como do francês, numa espécie de substituição deste. Ao mesmo tempo responde a um espaço vazio, especialmente no mercado editorial português, se comparado ao número de traduções e venda de textos basilares na temática, por parte de grandes editoras, nomeadamente noutras conjunturas. Isto ocorre inclusive por fatores econômicos, no que se refere à aquisição de textos de outros países que representam altos custos, assim como para a venda desses produtos, principalmente com um mercado que sofre tantas variações (fora do cenário onde está inserido Portugal, demais países de língua oficial portuguesa).

Isso também pode ser observado a partir da veiculação de muitas ideias, debates, propostas, discussões nos espaços virtualizados, além das transferências de textos em formatos diversos para além dos impressos, que demandam custos com impressão e envio. Também podemos apontar o acesso às plataformas das publicações e/ou editoras, entre outros meios, a que se associa o acesso à educação formal, principalmente centrada no ensino de idiomas, que acabam por delinear esse processo.

Quanto a publicação em língua inglesa no caso do Brasil, Lara Beleli destaca que essa política representa um duplo desafio – interno, de manutenção e política editorial, e externo, especialmente ligado a decisões dos indexadores e à política de divulgação científica em escala macro. Segundo a entrevista, essa medida é uma das maneiras de as publicações em língua portuguesa se manterem ativas, assim como angariar contributos:

... vamos fazer uma revista bilingue com o máximo que a gente conseguir. O que vem em língua inglesa, a gente vai traduzir para o português; o que está em português será vertido para o inglês. É nossa forma de fazer a nossa produção circular internacionalmente. Isso deu muito resultado, deu resultado mesmo, inclusive, nós temos vários pedidos de revistas solicitando autorização para publicar um artigo que foi publicado no *Pagu* na revista deles. [...] internacionalização tinha outro lado: é mostrar ao mundo a produção que nós temos aqui e isso só é possível, infelizmente, se você faz em inglês (Beleli, entrevista realizada em 27/04/2020).

Portanto, podemos perceber que a manutenção de divulgação em língua portuguesa (inclusive expresso em editorial e com uma dimensão evidentemente política) é um compromisso editorial, além de elemento de resistência e formação de uma base científica mais consolidada, que conte como um elemento de formação e permita aglutinar um amplo conjunto de trabalhos que possa vir a oferecer elementos para a concepção de políticas públicas que beneficiem a população. Mas também percebemos a dificuldade que representa a publicação em língua inglesa, os custos financeiros que tal empreendimento envolve e uma espécie de pressão crescente para que isso se efetive com maior regularidade.

A publicação em mais de um idioma é uma tentativa de ampliar o impacto dos artigos publicados, de demonstrar a produção local para outros cenários, o que contribui para o crescimento e a consolidação da temática como um todo. Isso representa um desafio editorial, como destaca Lara Beleli (entrevista realizada em 27/04/2020):

eu [enquanto editora] não queria, simplesmente, uma versão inglesa. Eu queria que os artigos que viessem de outras línguas pudessem ser traduzidos para o português. Então, isso é uma política editorial porquê? Porque a gente tem essa fantasia de que todo mundo lê em inglês e não é verdade, não é verdade nem no Sudeste, que dirá no Norte e no Nordeste (Beleli, entrevista realizada em 27/04/2020. grifos nossos).

Essa afirmação ressalta a profunda discrepância entre as regiões do país e a necessidade de minimizar os seus efeitos. O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) nacional, relativamente ao Ensino Médio, módulo de ensino que corresponde aos três últimos anos do ensino básico no sistema educacional brasileiro foi, em 2017¹⁶⁷, de 3,8, com projeção para 5,0 em 2019, numa

¹⁶⁷ Disponível em <<http://ideb.inep.gov.br/resultado/resultado/resultadoBrasil.seam?cid=2339360>> acesso em junho de 2020.

escala que vai até 10. Esse índice resulta de um cruzamento de dados entre estabelecimentos de ensino públicos e privados das várias regiões do país. Os dados expostos comprovam uma profunda assimetria entre regiões e o desafio que ainda representa a equidade entre elas. Conforme informações da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD)¹⁶⁸ o valor total da taxa de analfabetos, no indicador “pessoas de 15 anos ou mais”, no Brasil em 2018 é de 6,8% da população. Esse percentual representa cerca de 11,3 milhões de pessoas. Consideramos aqui a proporção representada pelo sexo, em relação às mulheres esse percentual é de 6,6% ante os 7,0% dos homens. E se considerarmos o indicador “cor ou raça” (de ambos os sexos) podemos verificar dados ainda mais alarmantes, onde para “brancos” representa 3,9% e “pretos e pardos” essa proporção ascende a cifra de 9,1%. Apesar de alguns avanços obtidos ao longo dos anos, de modo mais concreto a partir de meados da década de 1990, em níveis bastante variados, os dados relativos ao ensino básico ainda corroboram com a baixa proficiência em língua inglesa e a dificuldade de acesso universal ao ensino superior (público ou privado), inclusive com o acesso restrito às vagas de cursos de pós-graduação. Taxa corroborada pela proporção mundial. Conforme informações do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF)¹⁶⁹ o número total de iletrados – jovens entre 15 e 24 anos – no mundo é de cerca de 100 milhões de pessoas. E a diferença é ampla quando aplicadas as diferenças entre os sexos, pois as mulheres representam 56 milhões enquanto os homens somam 44. Estas discrepâncias são históricas, salientam o acentuado nível de desigualdade existente no país e a sua reparação está longe de ser um objetivo consensual a nível de implementação de políticas públicas de Estado (Adrião; 2017; 2018; Almeida; Dalben & Freitas, 2013; Duarte, 2008; Freitas, 2002; 2004; 2005; 2007; Leher, 1999; López, 2013). Para verificação de dados pormenorizados ascender as ligações aqui indicadas.

Além disso, não significa afirmar que as contribuições oriundas de regiões, naquele momento, com menor expressividade acadêmica, cumpram meramente um critério de preenchimento compensatório, pelo contrário, os trabalhos passavam por todos os processos identicamente constituídos aos demais contributos enviados aos daquelas conjunturas com maior projeção no cenário acadêmico.

O ato de publicar em língua portuguesa, diante de um processo exigente e amplo de internacionalização, constitui-se como um dado de grande relevância quando se trata de publicar em idioma não estandarizado/massificado, no contexto mundial, e especialmente por um conjunto universitário que possui pouca expressão exterior. Com isso, a política de publicação em dois idiomas está sendo verificada, o que representa mais um desafio na medida em que implica outros custos,

¹⁶⁸ Disponível em ftp://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_continua/Anual/Educacao_2018/PNAD_Continua_2018_Educacao.xls acesso em junho de 2020.

¹⁶⁹ Disponível em <https://data.unicef.org/topic/education/literacy/> acesso em junho de 2020.

especialmente em tempos de baixo incentivo de verbas, de modo concreto ligadas aos órgãos de fomento nacionais, no caso do Brasil advindo do CNPq, por exemplo. Ao mesmo tempo que procura potencializar a visualização e uso (com referenciação textual) de seus contributos em outros espaços, onde o português possui baixa compreensão ou mesmo não é utilizado¹⁷⁰.

Isso nos faz questionar: a quem compete pagar esse custo? Posto que, muitas vezes, as agências de fomento nacional não repassam verbas ou, quando o fazem, elas são escassas. O que acaba por mercantilizar ainda mais alguns processos podendo vir a transformar as publicações em meros reprodutores de temas ditados pelos financiadores. Em todas as entrevistas, em maior ou menor medida, os custos financeiros que representam essas publicações são considerados altos, na medida em que as fontes de financiamento são constantemente motivo de atenção, tanto pela não regularidade (em alguns casos), como por estarem dependentes de políticas de governo¹⁷¹.

Perguntadas acerca do desafio que representa editar uma publicação em língua portuguesa que procura aumentar seu impacto interna e externamente com uma política de internacionalização forte, as entrevistadas discorrem sobre as primeiras traduções de textos basilares do feminismo, assim como sobre a dinâmica de captação desses materiais. É o caso de Lena Lavinas, que aponta as dinâmicas de mudanças dos novos tempos, assim como antigas dificuldades, e, de modo mais concreto, o custo que representa traduzir uma publicação:

Hoje em dia, todo mundo aceita artigo em inglês, português, tudo se mistura. Eu acho que isso é um problema para nós, no Brasil, onde nem todo mundo domina o inglês. Isso reduz a penetração da revista e é uma coisa sobre a qual já tínhamos pensado lá atrás, por isso a ideia de ter um encarte inglês para tornar visível no debate internacional. **Queríamos colocar o feminismo acadêmico brasileiro no debate internacional, só vertíamos para o inglês questões ligadas à dinâmica do movimento de mulheres no Brasil e à nossa reflexão teórica.** O resto, traduzíamos. Quando tinha um artigo importante lá fora, traduzíamos para o português. Então, eu acho que a falta de recursos, porque é muito caro fazer alguma coisa de qualidade em inglês, tem que ter recursos... Eu acho que não temos esses recursos, hoje, para ter revistas em inglês, o que, evidentemente, diminui o alcance do que nós fazemos no Brasil. Mas eu acho que isso é compensado pela integração das feministas brasileiras no debate internacional [...] hoje, temos uma presença internacional que vai além da projeção que a revista pode nos dar. Isso dito, devemos tentar manter essa institucionalidade das nossas revistas porque também tem que ter esse debate acadêmico, esse debate de ideias dentro do Brasil (Lavinas, entrevista realizada em 01/05/2020. grifos nossos).

¹⁷⁰ Quando observamos o mapa do Cone Sul da América podemos perceber que o Brasil é o único país de língua portuguesa, onde a maioria dos demais países possui o espanhol como língua oficial e são aqueles que possuem a maior parceria na submissão de textos, do mesmo modo Moçambique e Portugal são em suas respectivas conjunturas.

¹⁷¹ Albertina Costa (2004: 209) destaca que a *REF* possui em seu histórico o encarte com resumos em língua inglesa e francesa com a intenção de divulgar a um maior número de pessoas o que se produzia no Brasil, de modo mais concreto no momento de as revistas circularem apenas em formato físico (impresso), antes da ampliação do uso da internet como ferramenta de comunicação e divulgação das publicações.

O desafio mantém-se e é frequentemente ampliado, especialmente quando não se domina o idioma academicamente mais usado e a relevância acadêmica nacional é considerada periférica diante do cenário mundial. Esses elementos são partilhados por todas as realidades aqui analisadas, com proporcionalidades distintas advindas de fatores múltiplos, tais como política acadêmica, inserção nos principais *rankings* internacionais, receptividade interna e externa da publicação, o conjunto de teorias trabalhadas por significativa parcela de pesquisadoras/es em instituições locais (políticas editoriais, publicações, relevância, citações), entre outros.

Acerca do caráter mais regionalizado das revistas que compõem o Grupo A, é um desafio a manutenção de uma publicação centrada numa área interdisciplinar, ligada aos EMGF, especialmente num cenário acadêmico de intensa competitividade e busca de altos índices. Esse fenômeno pode representar o respeito acadêmico no país, como uma importante ferramenta de veiculação de pesquisas relevantes ligadas aos estudos sobre as mulheres. Zília Osório de Castro (entrevista realizada em 01/06/2020) aponta, que o uso da língua portuguesa é um elemento de identificação cultural:

A publicação, em língua portuguesa, de uma revista em que as temáticas do feminino, do feminismo, dos estudos sobre a mulher, dos estudos de gênero, constitui um contributo digno de nota para a divulgação do espírito de dignificação das mulheres em todas as comunidades em que a língua portuguesa é conhecida e falada (Castro, entrevista realizada em 01/06/2020).

O elemento linguístico é mais um dos caminhos de fomento de união entre os países da CPLP, um instrumento que garante a captação de estudantes internacionais que procuram desenvolver seus estudos no exterior e, de modo mais específico, no continente europeu.

Também podemos identificar, com destaque para a *ex æquo*, uma forte presença e contribuição de académicas que estão no exterior por motivos de aprimoramento profissional, em estágios de trabalho, realizando o doutorado, sendo ou não nacionais dos países de língua oficial portuguesa. Por isso o destaque maior, em relação a outra publicação aqui investigada, nomeadamente a *Faces de Eva*. Destacamos, para *ex æquo*, a relação de paridade entre as línguas espanhola e inglesa, ambas com 10% de publicações, e a francesa em menor proporção, com 2%. Virgínia Ferreira (2017: 6) destaca que

“Hoje a *ex æquo* é uma revista cuja internacionalização é indubitável, como o comprovam a publicação de textos em várias línguas e a atenção dada a publicações provenientes de vários países e continentes. Neste número, isso prova-se pela inclusão de textos em três línguas, mas sobretudo pelas cinco resenhas disponibilizadas que nos guiam a leitura de obras publicadas, em Inglaterra, Alemanha, Sérvia, Brasil e Portugal. Já no número anterior, a diversidade geográfica das obras recenseadas está igualmente presente. Claro que a nossa preocupação vai além da geografia, procurando incluir leituras sobre o desenvolvimento de novas

ideias e diferentes formas de compreensão do mundo, sempre sob a égide da análise crítica das relações sociais de sexo/género” (Grifos nossos).

Um dos aspectos que mencionamos acerca das publicações com maior impacto estarem em língua inglesa é descrito por Maria do Mar Pereira (2019), que refere que essas exigências, cada vez mais crescente, são impostas às publicações. Em suas palavras:

Poderá parecer estranho, e até problemático, apresentar em inglês um artigo escrito para uma revista Portuguesa, por uma autora Portuguesa, sobre um estudo em Portugal. Este facto causará menos estranheza se interpretado à luz da cultura académica que analiso aqui, cultura que sobrevaloriza os produtos em inglês, exige às revistas nacionais que se reposicionem como revistas internacionais, e as avalia em função do número de visualizações e citações. Neste contexto, é infelizmente mais vantajoso para a ex aequo (e para mim) publicar um artigo que possa ser «clicado » por um grande número de pessoas em todo o mundo do que um artigo compreensível na íntegra para quem trabalha/estuda em Estudos sobre as Mulheres, de Género e Feministas (EMGF) em Portugal e países lusófonos. Embora queira ajudar a aumentar a cotação internacional da ex aequo contribuindo com um texto em inglês, sinto-me desconfortável com a forma como isso reproduz a hegemonia académica do inglês e invisibiliza as idiosincrasias da língua portuguesa e as especificidades do contexto português (cujos detalhes infelizmente omito neste artigo: como são menos pertinentes para um público estrangeiro, foram sacrificados para cumprir o limite de caracteres). Espero que esta opção, apesar de problemática, possa de alguma forma contribuir para ajudar a ex aequo a chegar a novos públicos internacionais. (Pereira, 2019: 172).

De modo aproximado ao mencionado no excerto anterior, Virgínia Ferreira (entrevista realizada em 04/05/2020) destaca ainda que:

Acho que a língua portuguesa continua a ser importante porque muitas pessoas não têm tanta facilidade em ler o inglês. Antes, a comunidade brasileira falava muito francês, por exemplo. O francês era bastante utilizado na comunicação científica e parece-me que isso já não é hoje tão frequente. Basta pensar, por exemplo, na quantidade de colegas brasileiras que vinham fazer estadas na França, em Paris. (...) mas penso que isso hoje também está mais difícil. Eu acho que a língua portuguesa continua a ser um polo importante para reunir pessoas que podem expressar-se com os mesmos palavras mesmo que seja a partir de realidades muito diferentes como Portugal, Moçambique ou Brasil, etc. (Ferreira, entrevista realizada em 04/05/2020).

No caso da revista *Estudos Moçambicanos*, é possível todo o material aqui analisado está publicado em língua portuguesa, inclusive aqueles cujo/a primeiro/a autor não tem o português como primeira língua. No entanto, é importante destacar que a revista, em seus primeiros números, era publicada em dois idiomas, o português e o inglês. No caso desse último, o custo financeiro era muito alto e isso passou a representar um problema para manutenção da revista, que contava com apoios internacionais que deixaram de ser regularmente fornecidos.

No caso das línguas coloniais, com destaque aqui para a língua portuguesa, apesar de esta ser falada por um amplo conjunto de pessoas – mais de 260 milhões –, ela fica aquém do uso, pois, a nível de reconhecimento acadêmico internacional, se comparado ao inglês, francês e espanhol, ela é bastante menos utilizada. Desse modo, a dimensão mencionada, de continuar a apostar em publicações de qualidade e em sua veiculação em português, também pode ser encarada enquanto um desafio. Essa perspectiva foi ressaltada em todas as entrevistas cedidas e está exposta de modo particular nas suas análises.

Destacamos também, na realidade brasileira, a ausência de uma política científica evidente e perene que fomente as publicações, dado que as verbas advindas do CNPq, principalmente nos últimos anos, vêm escasseando. Lara Belei, comenta acerca do não repasse de verbas por parte do órgão, o que representa uma dificuldade, e ainda as “investidas”, por parte do governo brasileiro, a uma pretensa “ideologia de gênero” e ao “perigo” desses estudos para a “moral e os bons costumes das famílias”:

... a gente teve uma preocupação muito grande [a partir da eleição de Jair Bolsonaro ao cargo de Presidente]... A nossa preocupação não era infundada. Este ano, por exemplo, nós não recebemos nada do CNPq, zero [\$]. Temos algumas reservas, que vamos utilizar para manter esse ano, e, a partir do ano que vem, nós não sabemos como será. [...] isso é um reflexo, dos novos rumos que o país tomou com relação à questão da ciência e da educação (Belei, entrevista realizada em 27/04/2020. grifos nossos).

A editora sublinha a iniciativa da reitoria da universidade onde a revista está alocada (Unicamp) em garantir o funcionamento da publicação, principalmente pelo potencial e impacto que o periódico possui e que auxilia na avaliação do quadro geral da própria instituição. Portanto, não está, necessariamente, em causa a manutenção da publicação, mas esses cenários não são garantidores da sua continuidade e perenidade. Outras publicações funcionam sem esse financiamento, quer a nível do governo federal, quer das instituições ou núcleos onde estão sediadas, através de diversos malabarismos orçamentais e de um fluxo intenso de trabalho voluntário. Esses representam alguns dos desafios comuns às publicações acadêmicas.

4.2.2 Dados relativos à primeira autoria

O item seção – relacionados a estruturação das revistas – está dividido em cinco tipos de trabalhos¹⁷²: estudos, com 279 artigos (11,95%) do total; artigos livres, com 1047 artigos (44,86%);

¹⁷² Há ainda uma pequena variação de nomenclatura entre publicações e em suas diversas temporalidades, já que elas possuem no mínimo 20 anos de existência. Desse modo procuramos perceber estas alterações nas definições que foram atribuídas e manter o critério de seleção de material para todos os anos indicados.

dossiê, com 793 (33,98%); números temáticos, contabilizando um total de 151 (6,47%); e estudos e ensaios, somando 64 artigos (2,74%), o que estabelece o total de 2334 trabalhos.

As seções de artigos livres e dossiês são aquelas que mais possuem contribuições, com números bem mais expressivos que as demais. Compreendem os trabalhos recebidos de forma contínua e, geralmente, atendem a demandas próprias de cada publicação, por exemplo, chamadas para formar um dossiê ou um número indefinido (geralmente, para a seção de artigos livres).

Estes casos – artigos livres e dossiês – também podem atender a diversos critérios, dentre os quais destacamos: a divulgação de resultados de pesquisas/investigações; a criação de um currículo acadêmico na área ou mesmo em atendimento a um convite para discutir alguma das temáticas abordadas e com isso abrir a chamada que pode ser pública ou por meio de indicações.

Em seguida, descreveremos as categorias que analisamos em cada uma das publicações, primeiramente de maneira geral e depois os casos de cada uma das realidades sociais em análise, seguindo a mesma ordem indicada anteriormente. As categorias analisadas são: seção, primeira autoria, sexo, vínculo, escolaridade, formação inicial, área de conhecimento e nacionalidade.

A partir de agora observaremos o item relacionado a primeira autoria. Nele pretendemos perceber a primeira autoria dos trabalhos, excluindo a repetição nos casos de mais de um artigo para verificarmos o número de artigos totais.

Dos 2334 trabalhos analisados, 1594 (68,29%) possuem apenas um/a autor/a¹⁷³. Esse dado nos remete a um contínuo fluxo de procura por estas publicações, quer seja pela expressão acadêmica que possuem, por sua própria concepção editorial ou mesmo pelo compromisso com o ativismo acadêmico que já destacamos. Essas dimensões são bastante variáveis no interior de cada publicação. Nos restantes 740 (31,71%) casos, dois/duas ou mais autores/as¹⁷⁴. Sua distribuição se dá da seguinte maneira: identificamos que uma pessoa assina 12 artigos; outro caso 9 e uma outra com 8. Três pessoas assinam 7; cinco assinam 6 artigos; oito assim 5 cada uma; 19 assinam 4 publicações; 70 assinam 3 e 180 e duas são identificadas com 2 artigos nas publicações.

A partir dos dados apresentados podemos perceber a renovação representada pelas pessoas que assinam apenas um artigo nos periódicos. Na mesma medida em que aquelas que possuem dois ou mais artigos assinados como primeira autoria pode ser representativo em seu interesse pela temática,

¹⁷³ Há, com certa, regularidade alternâncias no modo de assinatura dos artigos, podendo conter o nome completo ou uma parte dele. Com isso, a totalização exata torna-se questionável, no entanto, procuramos eliminar o maior número possível destes casos e oferecer um panorama o mais próximo possível da realidade.

¹⁷⁴ Estas autorias podem ou não estar concentradas numa única publicação, no entanto o mais comum é de que esteja em, pelo menos, dois periódicos e em temporalidades distintas.

assim como podem ser, o que de fato muitas/os são, teóricos e/ou trabalhos basilares (especialmente no sentido de traduções) para estas discussões.

Portanto, essas pessoas têm papel preponderante na divulgação e ampliação temática em suas realidades acadêmicas (regionais ou internacionais), inclusive com casos de quase uma dezena de trabalhos assinados pela mesma pessoa, distribuídos em diferentes anos e em mais de um periódico analisado. Porém, esse fato não consegue aferir o quadro geral, dado que não somente estas publicações veiculam trabalhos desses/as autore/as ou mesmo da temática, do mesmo modo que podem ser identificados noutras publicações, tanto nacionais como estrangeiras.

Quanto aos trabalhos em parceria – com duas ou mais autorias –, estes dedicam-se especialmente à divulgação de resultados de pesquisas científicas ou sob orientação acadêmica de determinada pessoa que assina conjuntamente (orientandas/os e orientadoras/es) ou mesmo componentes de equipes de investigação que divulgam resultados e/ou discussões.

A autoria individual é indicativa de múltiplos fatores. Alguns dos que nos parecem mais representativos incluem uma criteriosa seleção de artigos publicados, que pode também ser associada a uma grande quantidade de outras maneiras de veicular conhecimento científico, mesmo em outras publicações não necessariamente na área, mas que dialogam com o conteúdo. Entre estas podemos destacar também os novos formatos especialmente ligados as mídias digitais. Apesar de a avaliação acadêmica dos periódicos ser elevada, em algumas áreas, pela ausência de uma definição mais específica a nível de fronteira científica, a opção por divulgar em outras publicações – nacionais ou estrangeiras – também pode ser um indicativo de busca por publicar em seus números, dado que alguns saberes são mais “rígidos” (em muitos textos também chamados de ciências duras) e ainda pouco receptivos as perspectivas dos EMGF. De modo que as publicações ora trabalhadas, apesar de sua importância e reconhecimento, não representam um canal exclusivo de divulgação científica nas realidades observadas.

No entanto, a intensa publicação demonstra a quantidade de novas formas de leitura para problemáticas diversas, que encontra nessas publicações um meio mais eficaz de exposição, procurando promover o debate. Isso pode ser decorrente da entrada no cenário de novos atores sociais que passam a publicar suas experiências científicas, além de estimular a construção de novos prismas. Destacamos no excerto a seguir a experiência de Lena Lavinhas (entrevista realizada em 01/05/2020), que destaca a representatividade e os papéis políticos de um amplo conjunto de pessoas, em especial, mulheres. Para ela,

[...] o Brasil, pela força do próprio movimento de mulheres e dos movimentos feministas, [que] são um pouco diferentes, avançou muito nos últimos 20, 30 anos e isso é sensacional porque, hoje, o movimento de mulheres tem uma diversidade extraordinária. Nas comunidades mais pobres, tem muito mais mulheres presentes. É grande a mobilização das mulheres mais jovens na luta contra a violência, enfim, em tudo que é mobilização popular, hoje, existe, realmente, uma participação muito maior do movimento de mulheres com radicalidade muito forte, também (Lavinias, entrevista realizada em 01/05/2020).

Esse cenário acabou por entrar, não sem um intenso enfrentamento político, social, histórico e acadêmico, no interior das universidades – de modo mais concreto, com o alargamento da oferta de vagas e a criação de Instituições de Ensino Superior em todo território brasileiro, especialmente durante os governos do ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva – e passou a ter formação nessas áreas com a discussão de muitas dessas dinâmicas.

Em discussão anterior, Lena Lavinias (entrevista realizada em 01/05/2020), discorre sobre a dimensão que a revista se propunha oferecer para além das fronteiras nacionais. Ela nos diz que “o que nós fazíamos era, em cada número, escolhíamos dois artigos que retratassem o debate feminista no Brasil, ou que trouxessem uma abordagem interessante e que, portanto, levassem a um conhecimento das coisas no Brasil em nível internacional”. É uma tentativa de, ao mesmo tempo, instituir-se academicamente e celebrar a diversidade nacional. Com dimensões distintas, há ainda um caminho para sua plena efetivação, que depende bastante de cenários macro políticos e dinâmicas de afirmação em variados níveis. Esse prisma ainda é um elemento que necessita ser mais estimulado, apesar de grandes passos terem sido efetivados.

Uma explicação possível para que exista uma quantidade considerável de autoras com mais de um texto nestas publicações é a ausência de espaços próprios, ou seja, revistas especializadas na área dos EMGF, apesar de que a *REF*, por exemplo, numa primeira fase, primava pela alternância de autoras, que, assim, não estariam em números sucessivos (Costa, 2004: 209). Podemos observar essa recorrência de autorias com mais de um texto, nos demais periódicos analisados, com maior ou menor intensidade, pois os dados nos sugerem uma grande procura pela publicação associada à ideia de alternância de autoria. Esse processo pode ser percebido também pela grande quantidade de publicações ligadas a temáticas específicas em cada realidade, variando de regiões, aportes teóricos, avaliações institucionais e, ainda, as exigências mínimas para publicação (se possui ou não doutorado, entre outras).

No caso da revista *Estudos Moçambicanos*, cabe ressaltar aqui que ocorre a endogamia intelectual (Castro & Lavinias, 1992: 217), destacando-se pelo pioneirismo na introdução dos estudos na conjuntura pesquisada do mesmo modo que possuem uma militância extramuros em relação a

academia. Por vezes, se torna difícil mensurar ou delimitar esses espaços, pois inter compõem-se, conforme apontado por Isabel Casimiro (entrevista realizada em 05/05/2020): “sou uma acadêmica que tem um pé na academia e dois ou três nos movimentos. Às vezes, eu me sinto mais do outro lado, que não é um outro lado no meu caso, é o mesmo lado porque eu me sinto assim mesmo...”.

Com isso, podemos perceber que o ativismo não é apenas uma prática em isolado, é uma frequência observar sua atuação extramuros, um ativismo mais amplo, inclusive, compartilhada pela experiência das entrevistadas brasileiras, o que não exclui as portuguesas, mas esse aspecto não foi mencionado em nossos contatos. Do mesmo modo, constitui-se a tentativa de criação de um lastro teórico acerca da temática e, com isso, estimula o desenvolvimento por parte dessas acadêmicas. Cria-se uma associação entre experiências pessoais – história de vida, participação em movimentos, formação educativa (acadêmica ou não, no país ou no exterior) – e que se aprofunda com a utilização de experiências teóricas e com a utilização de conceitos de espaços um pouco mais consolidados e que auxiliem em numa reflexão do mesmo que numa fundamentação.

Já quando observamos as questões relativas ao sexo do/a primeiro/a autor/a, *a priori* podemos pensar que uma publicação periódica acadêmica feminista é “escrita”/realizada majoritariamente por mulheres. Esse aspecto é um dos que mais se trabalhou durante a segunda geração do movimento feminista: divulgar a própria voz, falar por si mesma, escrever com as próprias mãos. Noutras palavras, escrever em primeira pessoa sobre as condições objetivas imediatas que as mulheres, enquanto atores sociais, atravessam em suas várias dimensões. Nos casos aqui apresentados, os dados mostram, de fato, que 84,02% dos/as primeiros/as autores/as são mulheres. No entanto, também foi possível identificar homens que publicam nesses periódicos – 368 (15,77% de seu volume total). Esse número é ligeiramente maior caso consideremos as demais pessoas que assinam os textos. Assim, a descrição “não aplicável” compreende textos que foram escritos e assinados por equipes – 5, o que representa 0,21% do total. Apesar desses números menores, no entanto, não deixamos de evidenciar sua importância.

Em relação a trabalhos com perspectiva especificamente feminista assinados por homens, há um conjunto significativo, num total de 368 (15,77%). Inclusive, é destacado, nas entrevistas realizadas, a importância de se ter os homens na discussão e na promoção de ideias e práticas feministas. Por exemplo, Lena Lavinias (entrevista realizada em 01/05/2020) aponta a importância do debate interno realizado no movimento de mulheres brasileiro, assim como nas fileiras dos partidos políticos de esquerda, durante o processo de redemocratização política no país, considerando que foram fundamentais para estimular a luta das mulheres nesses espaços de poder não apenas por uma questão

de cumprir cotas, mas da instrumentalização da participação capacitada feminina neles a partir dos debates políticos e científicos.

Por sua vez, essa integração de homens nas publicações não foi realizada de modo rápido, tampouco sutil. No entanto, as mulheres lutaram por sua autonomia em diversos campos e, de modo especial, as diferentes gerações de feministas que hoje podem perceber um pouco mais de atuação dos homens nesses espaços. Realiza-se, ao mesmo tempo, uma análise da história – desde tempos mais recuados ao tempo presente –, de seu enfrentamento e percebendo que estamos todos/as inseridos num contexto de opressão sistêmica onde nem sempre é evidente compreender os privilégios que possuímos, do mesmo modo que as opressões que cometemos, por considera-las naturalizadas. Essa dimensão de ausência de consciência de privilégios não é um elemento de fácil enfrentamento, especialmente porque quem o possui, muitas vezes, não o quer perder, por diversos fatores.

Uma observação que julgamos importante é a de que, dentre as cinco publicações, a *REF* é aquela com a menor proporção de homens assinando artigos enquanto primeiro autor. Outra consideração é a de que tanto as mulheres, quanto os homens possuem interesses investigativos semelhantes quanto ao que se refere às temáticas gerais de publicação neste periódico, podendo isso resultar, ou não, de uma política editorial ou de demanda localizada (tanto no espaço nacional, como regional a nível de América Latina) e de esta ser considerada a publicação mais propensa a determinada discussão.

Em Portugal, quanto à discussão sobre uma contribuição masculina significativa para o feminismo (noutras palavras, se há homens feministas), de modo geral, a resposta das entrevistadas concentra-se na ideia de que os aportes apresentados, no campo científico, político, entre outros, foram significativos, e que há essa dimensão. Obviamente que elas são decorrentes de processos históricos e culturais bastante localizados, assim como da necessidade de não deixar de perceber todo um conjunto de conhecimentos produzidos, em associação com as mulheres, com maior ou menor intensidade. Saliendam também que estamos ainda, enquanto sociedade, com uma pequena quantidade de homens nesse campo, não apenas ligado apenas ao aspecto acadêmico. No entanto, essa presença não implica reduzir o protagonismo feminino que o movimento possui por base, sendo salutar o envolvimento dos homens, especialmente pelo fato de que só se constrói uma sociedade equânime com a participação de todas/os.

A *Faces de Eva* é a publicação que possui a maior proporção de homens em suas publicações entre todas as que compõem o grupo A, com 54 (21,77%) e um total de 194 (78,23%) de mulheres. Inclusive, desde o primeiro número (1-2) podemos identificar tais participações. A inclusão e a

participação de homens no projeto da *Faces de Eva* foi uma iniciativa que pode ser percebida desde o início. Acerca do tema, Zília Osório de Castro (entrevista realizada em 01/06/2020) diz: “Julgo que os homens são imprescindíveis no feminismo, já que este, enquanto questão social, implica a participação de todos os membros da sociedade. Sim, há homens feministas, embora não muitos”¹⁷⁵.

Já a *ex-æquo* é a revista portuguesa com maior assinatura de trabalhos por mulheres. Uma das explicações para o fato é que, num primeiro momento, os artigos publicados provinham de convites da direção da APEM (Rodrigues, 2001) a pessoas que desempenhavam atividades ligadas às temáticas dos EMGF, e que não necessariamente estariam ligadas diretamente à vida acadêmica. E estas eram, em sua maioria, mulheres. Esse aspecto sofre alteração ao longo do tempo. Obviamente que ainda existem os convites, porém, as submissões contínuas, a partir das chamadas públicas, compõem o grande conjunto de trabalhos.

Virginia Ferreira (entrevista realizada em 04/05/2020), quando perguntada a respeito da participação, ou não, de homens no feminismo, assim como se há ou não homens feministas, responde que “Sim, há homens feministas e penso que há homens que têm dado contributos importantes”. No entanto, destaca que algumas das contribuições necessitam ser aprofundadas, apesar de importantes trabalhos realizados ao longo do tempo na área de estudo em específico.

Não é a afirmação dos homens nesse quadro que confere, ou não, credibilidade ao conhecimento produzido. No entanto, agrega mais forças e auxilia no impulso da área temática. Podemos identificar nos editoriais da *ex æquo* (1999: 8)¹⁷⁶ que essa perspectiva ainda é presente na medida em que alguns processos de institucionalização e profissionalização – produtividade, carreira – são considerados masculinizados. A cooptação (ou mesmo sua tentativa) tanto de pessoal, quanto de agendas é salientada como uma forma de manter oculta a participação feminina na construção do conhecimento. Por isso mesmo, visibilizar e fazer presente é um objetivo de fundamental importância.

Relativamente à *Estudos Moçambicanos*, a proporção da autoria é de 12 (80%) mulheres para 3 (20%) homens. Como a publicação não está exclusivamente ligada à temática dos EMGF, isso pode explicar o fato de o número de homens nas edições desta publicação ser superior ao das outras revistas investigadas. Também por isso mesmo, foi necessário, para essa análise, escolher apenas os trabalhos

¹⁷⁵ Esse aspecto também é salientada por Ilda Soares de Abreu (2013: 98), num artigo que faz referência ao trabalho realizado ao longo dos 15 anos da publicação. Nele, a autora aponta a atuação dos homens no interior do feminismo (de modo específico, no grupo que constitui o periódico) como um elemento importante para atingir uma verdadeira igualdade e um novo modelo de sociedade.

¹⁷⁶ “O público interesse manifestado hoje em dia pelas temáticas abertas pelos estudos sobre as mulheres por homens intelectuais e cientistas como um Pierre Bourdieu, em França, por exemplo, é um sintoma claro de que os estudos sobre as mulheres começaram a gozar de um estatuto de trabalho intelectual sério e rigoroso. É um sinal de mudança que é bem vindo. Devemos, no entanto, tentar evitar que se repita o que em tantos outros momentos da história das ciências se tem verificado: que as observações só sejam aceites quando são feitas por homens, como se só eles pudessem ser criadores e autores de verdadeiras ‘descobertas’” (Editorial, 1999: 8).

que versam sobre os EMGF e com isso o refinamento dos dados o que nos demonstra que o tema possui um predomínio feminino.

Ressaltamos que é significativo o número de homens nesta publicação, especialmente numa esfera acadêmica com nenhuma publicação específica acerca dos EMFG, o que pode demonstrar um interesse crescente de inclusão dessa dimensão em suas discussões/investigações/trabalhos. Pode também decorrer da atividade de conscientização das ativistas – locais e estrangeiras – no interior dos espaços acadêmicos, seja através das disputas de poder, ocupando cargos de direção, em conversas informais, com formações avançadas – mestrados e doutorados –, entre outras possibilidades.

Desse modo é que podemos perceber uma maior presença de homens na área. Desde os primeiros números, a participação masculina nesse periódico é superior à feminina. No entanto, os trabalhos das mulheres, de modo geral, possuem um recorte de gênero e procuram compreender as dinâmicas que envolvem essa categoria social e sua participação na vida cotidiana do país. Sem procurarmos oferecer uma definição estreita, podemos perceber que as discussões estão mais ligadas aos estudos das mulheres (relação com o mundo em que vivem, muitas vezes compreendido como masculino e culturalmente masculinizado) do que às discussões propriamente sobre gênero (numa perspectiva de papéis sócio-históricos e de assimilação de identidades consideradas dissidentes).

Relativamente à presença ou não de homens no feminismo, Isabel Casimiro (entrevista realizada em 05/05/2020) nos informa sobre algumas dificuldades em se debater essa problemática tanto a nível acadêmico, quanto em alguns espaços dos movimentos feministas. Além disso, há também dificuldades em convencer os próprios homens sobre a importância das práticas feministas, especialmente nos espaços de formação, como a academia. Isso implica uma atitude de mudança interna. Segundo ela,

Esse é um grande debate entre as feministas. Há umas que consideram que não há homens feministas, que isso é um campo que diz respeito apenas às mulheres. Eu não estou de acordo. [...] tanto em relação aos que escreveram, como em relação àqueles com quem a gente convive. [...] eu tenho encontrado homens que participam nas atividades, por exemplo, no Fórum Mulher, que é uma rede cerca de 80 organizações. Então, há um até... Diogo Milagre, que fez parte a Conselho de Direção do Fórum Mulher, que é um daqueles homens que sempre teve uma prática feminista. Isto aqui, falar, toda a gente fala, até nós mulheres, mas a nossa prática feminista, às vezes, deixa muito a desejar. Então, temos, sim. [...] Nós temos trabalhado com homens feministas, mas, da minha experiência, mais fora do Centro de Estudos Africanos do que dentro. Olhando para a academia, nós temos mais homens a fazer pesquisa sobre esses assuntos e que se dizem feministas, **ou não se atrevem, mas dizem que têm perspectiva de gênero nas análises**. E a perspectiva de gênero hoje também está em questão. Há quem hoje não aceite continuar a falar de gênero, ainda que eu considere que gênero como conceito continua a ser operacional, desde que ele inclua não apenas mulheres e homens, mas todos os outros grupos que têm sido discriminados (Casimiro, entrevista realizada em 05/05/2020. grifos nossos).

Portanto, discutir gênero e feminismo é ainda visto como algo curioso/exótico, em alguns casos, motivo de galhofa oculta ou mais evidentemente exposta (Pereira, 2017), um conhecimento super específico, motivo de localização extrema no sentido de reduzir a um pequeno conjunto de temas que podem ser abordados. Ou ainda, basta dizer que realiza pesquisa na área, como não se não fosse necessária um debruçar-se sobre o tema., como apontado pela entrevistada no excerto assim. Ainda sim, ressalta que a grande especialização é vista, muitas vezes, como algo redutor, impossibilitando assim a ampliação de algumas discussões. O que podemos perceber aqui é a ampliação do sentido e dos usos do conceito de gênero. Inclusive, a ideia de prática feminista (ação concreta), em destaque no excerto, vai muito além da concepção de pertença a um sexo especificamente. O enfrentamento ao patriarcado/dominação masculina é um projeto a ser vivenciado por todas as pessoas, independentemente do seu sexo e do gênero com o qual se identificam. Além do mais, ressalta a entrevistada, de modo veemente, que não se constitui enquanto feminista o reconhecimento do ser mulher, mais sim sua práxis, sua execução, suas atitudes diante das questões nessa cotidianidade em que nos encontramos. As práticas nas relações e atitudes corriqueiras é que definem, conforme aponta o excerto de nossa entrevistada, o que vem a ser uma pessoa feminista.

Com isso, as mudanças devem ser percebidas e (auto)reconhecidas. Para tanto, uma modificação de um amplo conjunto de fatores deve ocorrer e a educação é um deles. Uma educação não-sexista, voltada para o desenvolvimento da alteridade da/do educanda/o, seja a nível formal, ou não, pois, em concordância com Paulo Freire (2012 [1968]; 2001), não deixamos de nos educar durante toda a vida. Por outro lado, também não exclui todo um conjunto de múltiplas forças (políticas, intelectuais, culturais, econômicas) que foram exercidas por homens ao longo do processo do tempo histórico (cf. Carmo & Amâncio, 2004).

Também podemos perceber a concepção alargada de gênero utilizada pela ex editora da publicação, que inclui uma forte componente de política social, focando a inclusão de todas as pessoas que sofrem discriminação. Por isso, a necessidade de observar e ler o mundo sob uma ótica feminista, o que não significa dizer que somente essas pessoas a possuam. É também perceber que há uma espécie de trabalho para refinar esse olhar, tornando-se mais sensível a estas questões.

Outro item de análise se refere à vinculação institucional do/a primeiro/a autor/a. Um dos dados mais relevantes nesse item é a grande presença das pessoas que publicam nessas revistas na esfera acadêmica, estejam essas em formação (desde a graduação/licenciatura até a pós-graduação – mestrados e doutorados) ou empregadas nessas estruturas (equipes de investigação, docentes, entre outras). Elas representam 90,45% de todos os casos (2111). Seguem-se pessoas que trabalham em

empresas do setor público (incluímos aqui docentes do ensino básico) (63, representando 2,70% do total), profissionais que atuam em ONG e/ou Associações ligadas à temática (57, 2,44%), pessoas que trabalham em empresas privadas (inclusive podendo ser ligadas à investigação) (com um total 15, 0,64%) e, por fim, pessoas que estão vinculadas a organismos supraestatais (15, correspondendo a 0,64%). Não conseguimos obter os currículos parciais ou mesmo completos de 73 pessoas (3,13%).

A questão da pertença institucional estar concentrada em torno da academia é tanto um “compromisso” científico, quanto ativista, posto que implica a divulgação de teorias, resultados de pesquisas, assim como uma necessidade – podemos dizer, em alguns casos, obrigação – de produção de currículo acadêmico e avaliação de textos por pares. Outra questão se refere ao incentivo de produção e divulgação por parte de pessoas que desenvolvem investigações nas pós-graduações tanto em seus países, quanto no exterior, o que também sugere uma vinculação estrangeira momentânea.

No caso do Brasil, é expressiva a pertença institucional à academia por parte das pessoas que assinam como primeiro/a autor/a – 1566 (92,72% do total respetivo). No entanto, isso não é necessariamente surpreendente. O fato de serem publicações acadêmicas de excelência permite imaginar a grande exigência teórica e metodológica, o domínio da linguagem e o uso da argumentação para se fazer compreender entre os pares e, ainda, entre as pessoas que, porventura, realizem uma consulta.

A veiculação de textos assinados por grupos/entidades da organização civil, ONG e/ou Associações diversas, pessoas que compõem quadros das empresas públicas, assim como profissionais da educação (estatal ou privada), membros de empresas privadas (institutos de pesquisas, centros de investigação, entre outros), além daqueles que constituem Órgãos Supraestatais, representam, mesmo assim, um significativo esforço de ampliar a oferta temática e as perspectivas, inclusive com convites a contribuições de pessoas de diversos setores da política (sindicatos, partidos políticos, militantes de movimentos sociais) que desempenhem projetos na área com a finalidade de potencializar sua projeção e incrementá-la.

Em Portugal, a *ex æquo*, cumprindo com um dos princípios da APEM, que é o de reunir uma diversidade de pessoas que constituem um conjunto de investigadoras/es, também apresenta maior concentração na esfera acadêmica. No entanto, o destaque para uma distribuição noutros campos é também um dos aspectos centrais que impulsionam o diálogo e que possibilitam uma ampliação das discussões, inclusive em nível temático, pois o canal de debate permanece aberto. Destaque também

para a própria longevidade da publicação, principalmente por sua crescente avaliação e utilização em vários meios, nacionais e internacionais, contando com mais de 250 mil descarregamentos¹⁷⁷.

Acerca da alteração dos cenários desde os desafios iniciais da implementação dos EMGF no país, Virgínia Ferreira (entrevista realizada em 04/05/2020) discorre sobre a necessidade de alguns aprofundamentos, especialmente sobre uma certa lacuna nos dados oficiais sobre a carreira das pessoas inseridas na área. Para ela ocorre uma mudança

[...] porque, nos anos [19]90, pelo menos o nível de certos setores da academia, havia mobilização em torno da necessidade de apoiar e desenvolver esta área de estudos. Hoje em dia, há uma certa acomodação. Por exemplo, uma das coisas que eu gostaria de conhecer, enfim, estou a projetar fazer um estudo, é exatamente tentar perceber como é que a dedicação aos Estudos de Género influenciou a carreira das pessoas que até hoje se têm dedicado, nos últimos 20 anos, às questões de género (Ferreira, entrevista realizada em 04/05/2020. grifos nossos).

Essa área de estudos estava circunscrita nas margens das ciências humanas e das ciências sociais aplicadas, constituindo-se de espaços limítrofes, num dado momento, ampliando sua projeção, em alguns níveis, no entanto, em alguns casos, sendo ainda combatida. Não obstante a valorização da área, a nível de carreira profissional, ainda é algo distante, pelo menos não vislumbrada num curto prazo. O que não significa dizer que seja impossível de ser alcançado, mas demanda um grande empenho e, muitas vezes, as estruturas especialmente políticas na academia, impõem algumas limitações, o que a diretora chama de “acomodação” e com a qual concordamos.

Em Moçambique, a quase totalidade das pessoas que contribuem com a produção e discussão dos textos está também vinculada ao espaço acadêmico (14 em 15). Quase todas são docentes. Algumas foram estudantes da própria universidade e integram o CEA e, de algum modo, estiveram envolvidas com causas feministas e de género em vários âmbitos). Estão mais concentradas na Universidade Eduardo Mondlane. Apenas em um dos casos não conseguimos identificar sua vinculação.

No que se refere à formação inicial dos/as autores/as, para aqueles casos em que foi identificada – através da consulta individual dos currículos – mais de uma formação, optámos pela primeira. Do mesmo modo, usamos a nomenclatura do curso da maneira como é definida na consulta realizada, podendo ocorrer variações a depender dos países. Assim sendo, esses dados podem não representar exatamente o cenário real. Optamos por expor os dez cursos com maior presença: ciências sociais, 367 (15,72%); história, 299 (12,87%); psicologia, 150 (6,42%); sociologia, 146 (6,25%); letras, 130 (5,56%); filosofia, 93 (3,98%); direito, 76 (3,25%); antropologia, 73 (3,12%); comunicação social, 70

¹⁷⁷ Os dados podem ser conferidos, de modo geral, no ambiente virtual da própria Associação, assim como nos indexadores em que está inserida (Cf. <https://apem-estudos.org/pt/>, acesso em julho de 2020).

(2,99%); e pedagogia, 64 (2,74%). O número de casos não identificados constitui um total de 400 (17,13%)¹⁷⁸.

Acerca das áreas do conhecimento, é perceptível o domínio das ciências humanas (1267 pessoas, 54,29%). Em seguida, temos as ciências sociais aplicadas (313 pessoas, 13,41%); letras (209 pessoas, 8,95%); ciências biológicas (49 pessoas, 2,10%); ciências da saúde (39 pessoas, 1,67%); ciências exatas e da terra (23 pessoas, 0,99%); engenharias (11 pessoas, 0,47%); e ciências agrárias (6 pessoas, 0,26%). Temos, ainda 19 pessoas agrupadas em outras áreas (0,81%) e 398 casos não identificados (17,05%).

É possível perceber que, em algumas áreas, apesar de existirem trabalhos significativos no que se refere ao conjunto das publicações¹⁷⁹, é um desafio avançar seja sobre novos formatos de investigação com abertura de editais, entre outras medidas semelhantes, assim como pelos próprios pares. Como exemplo, Lena Lavinias (entrevista realizada em 01/05/2020), destaca a área da economia ainda como sendo de grande dificuldade de inserção da temática dos EMGF, muito mais do que as ciências humanas e ciências sociais aplicadas. Essa afirmação corrobora a apreciação de Virgínia Ferreira (entrevista realizada em 04/05/2020) relativamente às temáticas.

Em todo o caso, os dados expostos estão em concordância com as informações obtidas de Iara Beleli (entrevista realizada em 27/04/2020), que destaca que não há um privilégio de área de publicação e o esforço em arregimentar mais trabalhos de áreas menos presentes:

A gente tem textos de educação, da sociologia, da administração, do direito, da enfermagem, da medicina, da linguagem, da literatura (claro, ela tem mais textos), da antropologia, da sociologia, pensando em áreas de disciplinares, mas elas não são nem um pouco privilegiadas, vamos dizer assim. Se aparece mais, é porque são esses que mandam mais e e que são aprovados porque também você pode ter artigos de áreas disciplinares, por exemplo, da administração, como esse que eu te disse, que era excelente, agora, eu não posso publicar um artigo excelente se ele não está no escopo da revista. Eu lamentei muito. Fiz um parecer de como era excelente, o artigo, porque eu achava que o artigo é excelente e por quê eu não podia publicar, quer dizer, eu não podia aceitar nem para ir para o processo [de avaliação]. A antropologia, história e sociologia são as áreas que mais mandam coisas, ou seja, que mais mandam textos em diálogo com as teorias feministas e de gênero (Beleli, entrevista realizada em 27/04/2020. grifos nossos).

Relativamente à escolaridade (muito ligada a titulação de quem assina – em primeira autoria – o artigo), o número de destaque que podemos observar também no gráfico a seguir é aquele onde as pessoas com doutorado representam 2008 pessoas (86,04%). No entanto, é também expressiva a

¹⁷⁸ A tabela encontrada no anexo 7 expõe os dados dos cursos com menos de 50 artigos por formação os quais representam um somatório de 19,97%.

¹⁷⁹ A leitura desses dados não deve ser compreendida fora dos quadros ora apresentados, especialmente pelo fato de outras publicações, tanto em língua portuguesa como nos demais idiomas poderem vir a priorizar (ou não) áreas do conhecimento com maior intensidade.

aceitação de trabalhos de estudantes (e outras/os pesquisadoras/es) ou colaboradores/as que estão em mestrados, doutorado (que não concluíram e podem estar em diversas fases desse processo), de licenciaturas ou graduações. Nestes últimos casos, não é tão comum a aceitação de propostas, muitas vezes devido a políticas das principais plataformas de indexação (endogamia, idioma de maior alcance e impacto, multiplicidade de trabalho com equipes de outros países e universidades, titulação da primeira autoria, entre outros).

Em termos de autoria, os/as mestres/as a representam 121 (5,18%) casos e as pessoas com licenciatura/graduação, 102 (4,37%). Não foi possível identificar o grau do/a autor/a de 103 (4,41%) trabalhos. Além disso, aqueles trabalhos que são oriundos de encomendas, existentes de modo mais substancial nos primeiros números dessas revistas, a pessoas que são destaque nos estudos da área com atuação para além do universo acadêmico, como, por exemplo, integrantes de empresas públicas ou privadas e ainda órgãos supraestatais e que não possuíam/possuem esse grau acadêmico que hoje é mais comumente exigido, inclusive sendo fonte de pontuação nos indexadores onde estas revistas estão circunscritas.

Assim como expresso em relação aos dados gerais, no caso do Brasil, o número de doutorados que publicam nos periódicos analisados é alto, estando também acima da média total das demais realidades analisadas, correspondendo a 1517 pessoas (89,82% do total). Em Portugal são 483 (76,67%) e em Moçambique 8 (53,34%) do total.

É interessante percebermos a presença de contribuições de pessoas que não possuem o grau do doutorado. Algumas das pessoas com mestrado estão em cursos de pós-graduação a nível de doutorado, em seus países ou em outras localidades, o que sugere que, se formos verificar daqui a um pequeno espaço de tempo, esse valor esteja diferente. Além disso, ressaltamos os valores referentes a pessoas que possuem a licenciatura/graduação, 56 no total, que estão presentes nas publicações. De modo mais concreto em seus primórdios, haja vista as exigências que se impõem para se conseguir submeter muitos dos trabalhos que se produzem, especialmente devido ao grande fluxo de procura decorrente da visibilidade e avaliação dos periódicos em questão. Isso também pode vir explicar a quantidade de publicações ligadas a área com menor impacto e que veiculam produções internas, o que fomenta assim a endogamia a qual já nos referimos.

Relativamente aos dados das revistas portuguesas, podemos observar que o maior conjunto de pessoas que publicam nas revistas analisadas também possui doutorado, 483 (76,67%). Seguem-se pessoas com mestrado, 60 (9,52%), e licenciatura/graduação, 44 (6,98%). Em 43 (6,83%) casos, não foi possível identificar o grau.

Destacamos que, especialmente a partir dos primeiros anos, o quantitativo de mulheres com doutoramento que publicavam nessas revistas era baixo. Além disso, atendiam também ao convite aquelas pessoas que desempenhavam papéis relevantes em diversos campos, nomeadamente no cenário político e cultural, e que exerciam a sua atividade no exterior. das universidades e/ou centros de investigação. Entre elas, estão pessoas que trabalhavam em tribunais e entidades governamentais, entre outros.

Assim, o maior rigor em relação ao grau académico de quem publica nas revistas é um fator um pouco mais recente, também ligado a políticas dos indexadores. Acresce a isso a tardia implementação dos estudos na área, de forma mais sistemática após o 25 de Abril, com o fim do regime ditatorial, e amplificada a partir da década de 1990. Mas o maior número de pessoas com o grau de doutorado se deve também à especialização que as academias exigem de suas/seus profissionais, um fenómeno decorrente, no caso de Portugal, da abertura de alguns cursos, de modo mais específico após o 25 de Abril, e/ou a saída para cursar no estrangeiro. Ou seja, é um complexo conjunto de fatores que pode explicar essa dinâmica de maior quantitativo. No entanto, a participação, de pessoas com mestrado e licenciatura/graduação é significativa e demonstra que as publicações estão abertas à submissão de seus trabalhos.

Em Moçambique, a maior proporção de autores/as corresponde também a pessoas com doutorado, 8 (53,34%) pessoas. Já as autorias com mestrado e licenciatura/graduação possuem representação igual, 2 (13,33%) pessoas em cada. O número de casos em que não foi possível identificar o grau é de 3 (20,00%) pessoas.

Moçambique é, assim o caso em que existe menor proporção de pessoas com doutorado dentre as revistas pesquisadas. Uma das razões para essa situação é o aparecimento tardio, em relação às demais realidades, de pessoas com a titulação, o que envolve todas as dinâmicas já apontadas anteriormente relativamente à formação da rede de universidades do país do mesmo modo que o acesso e permanência dos espaços educacionais formais.

Isabel Casimiro (entrevista realizada em 05/05/2020) ressalta o objetivo geral da revista, assim como a ideia de finalizar sua publicação como uma decisão política e a tentativa de concentração em um único periódico que contemple todas as áreas.

[...] a ideia é publicar trabalhos sobre Moçambique. Isto sempre foi o objetivo da revista: publicar reflexões, **não apenas da parte de professores, mas também de estudantes**. Por exemplo, um problema que nós temos hoje com a revista da Universidade Eduardo Mondlane... Acabaram todas as outras revistas, foi um dos grandes erros, quanto a mim [...] a revista da universidade só recebe artigos de professores, não recebe artigos de estudantes, o que, cá para nós, é absolutamente

idiota, não se entende... Como é que nós vamos mobilizar os estudantes para escrever mais, etc.? E, no caso do Centro de Estudos Africanos, a ideia sempre foi “quem está aqui a trabalhar connosco?”, “quem está nos nossos projetos ou mesmo gente de fora deve escrever para a revista desde que respeite a linha editorial, a linha teórica-metodológica, etc.”, e isso sempre aconteceu, só que com muitas variantes. Eu... Parece-me que qualidade baixou bastante (Casimiro, entrevista realizada em 05/05/2020. grifos nossos).

A ideia de publicação de textos de estudantes da licenciatura/graduação é apresentada como um compromisso de mobilização que vai além do atendimento a algumas regras dos indexadores, que também podem conter uma exclusividade de produção e divulgação por parte de pessoas com uma titulação em específico. A descontinuação da publicação *Estudos Moçambicanos*, o periódico acadêmico pioneiro na área das ciências humanas e sociais aplicadas no país, causou algumas questões, inclusive essa de dificultar a publicação por parte de pessoas que não são da academia, que não possuam a titulação solicitada, até pelo fato de serem docentes aquelas pessoas que possuem um maior acesso a estes meios.

O quesito da nacionalidade da primeira autoria pode ser destacado, precisamente, por ser uma iniciativa que remete a contribuição estrangeira nos EMGF nas conjunturas investigadas. O somatório de 51 países divididos por todos os continentes é mais um dado que reforça essa tendência, inclusive com convites a pessoas que discutam a temática, assim como com a tradução de trabalhos basilares, demonstrando assim uma atuação comum em diversas realidades. Também mostra qual/quais possibilidades foram ou necessitam ser abertas para potencializar as dinâmicas apresentadas. O processo de internacionalização dos periódicos continua a ser um dos maiores desafios, especialmente quando nos deparamos com a maior parte dos seus contributos estando em língua portuguesa. Identificámos apenas uma publicação, a *REF*, com uma editoria internacional, demonstrando assim mais um desafio para as demais publicações.

Observando as realidades investigadas de maneira isolada, podemos identificar algumas especificidades. Na tabela 9, expomos o número total de autoria entre os países, como podemos observar a partir de agora.

Tabela 9 - Detalhamento de países por continente.

Continente*	Números totais de artigos	Percentual final
África**	23	0,99%
América**	1562	66,92%
Ásia	8	0,34%
Europa**	614	26,31%

Oceania	8	0,34%
País	Números totais de artigos	Percentual final
Brasil	1245	53,34%
Portugal	400	17,13%
Moçambique	7	0,29%

* A descrição detalhada dos países por continente pode ser verificada no anexo 8.

** Tanto o valor total de artigos, como a proporção destes inclui os dados dos países analisados que pertença ao continente em causa.

O Brasil possui um total de 1245 trabalhos (53,34%), seguido por Portugal, com 400 trabalhos (17,13%), e Moçambique, com 7 (0,29%). O número de trabalhos com dados não identificados corresponde a 119 do total (5,10%). Destacamos a significativa participação de investigadoras/es oriundas/oriundos do continente americano, que representam um total de 1562 (66,92%). Segue-se o continente europeu, com 614 trabalhos (26,31%). Em terceiro lugar, temos o continente africano, com 23 artigos (0,99%) e, por fim, igualmente com 8 trabalhos (0,34%), a Ásia e a Oceania.

Portanto, assinalamos um fluxo maior de trabalhos que são assinados por pessoas de nacionalidade brasileira para revistas em Portugal do que o inverso, e, ainda, uma pequena contribuição de moçambicanas/os.

A diferença de proporcionalidade de nacionalidades entre os países investigados (Brasil, Moçambique e Portugal) é acentuada. Por exemplo, nas revistas do Grupo A, as publicações brasileiras possuem uma relação mais corriqueira com parcerias regionais, não necessariamente idiomáticas. Por exemplo, em relação a pessoas de nacionalidade argentina, os periódicos brasileiros possuem um total de 110 trabalhos (6,51%). Os estado-unidenses surgem em segundo lugar, com 77 trabalhos (4,55%), sendo essa uma proporção semelhante entre as contribuições em língua portuguesa e espanhola, 98 e 89 trabalhos concomitantemente.

Já em referência à contribuição de pessoas de nacionalidade portuguesa, esse número é de 28 (1,65%) do total de trabalhos visualizados nos periódicos brasileiros. Ainda providas do continente europeu, temos também trabalhos de pessoas da Espanha, 34 (2,01%), e França, 30 trabalhos (1,77%). Isso mostra que não é, necessariamente, o idioma que incentiva a publicação em periódicos de língua portuguesa. Esse é um elemento importante, no entanto, não é definidor.

Já em relação ao continente africano, destacamos contribuições de marroquinas/os, com 7 trabalhos (0,41%). No que se refere a pessoas de Moçambique, não se verifica parceria – relativamente a primeira autoria – nas edições analisadas.

Estas informações podem ser conferidas de modo mais detalhado na tabela 10.

Tabela 10 - Detalhamento de idioma por continente.

	Revistas	Continente	País	Idioma*						Total	%	
				P	I	E	F	P/I	P/E			E/I
Grupo A	Brasileiras	Europa	Portugal	25		1		1	1		28	1,65%
			Espanha	4		29			1		34	2,01%
			França	29		1					30	1,77%
		América	Argentina	21		85		3		1	110	6,51%
			Estados Unidos	69		3		5			77	4,55%
		África	Marrocos	5		2					7	0,41%
	Portuguesas	América	Brasil	76	1	1					78	12,38%
			Estados Unidos	3	5						8	0,12%
		Europa	Espanha	5		33	2				40	6,34%
			Reino Unido	7	5						12	1,90%
África		Moçambique	1							1	0,15%	
		Marrocos	1			1				2	0,31%	
Grupo B	Moçambique	América	Brasil	1							1	6,66%
			Antígua	1							1	6,66%
			Chile	1							1	6,66%
			Estados Unidos	1							1	6,66%
		Europa	Portugal	1							1	6,66%
			Suécia	1							1	6,66%

* P = Português; I = Inglês; E = Espanhol; F = Francês; P/I = Português/Inglês; P/E = Português/Espanhol; E/I = Espanhol/Inglês.

Podemos também identificar contribuições diversas no caso moçambicano. A tabela 10 expressa o quantitativo e a proporcionalidade dos principais países parceiros distribuídos pelas realidades continentais trabalhadas, para além daquele de onde a publicação é oriunda, com maior representatividade regional. O continente africano possui uma menor proporção, relativamente ao dado geral. Por este motivo consta apenas os países com maior contribuição – Marrocos, para além de Moçambique –, o que também não deixa de ser um dado expressivo.

A partir das informações relativas as publicações brasileiras, observamos algumas informações semelhantes, principalmente quando se refere a contribuição continental onde a Argentina figura como o maior parceiro seguido pelos Estados Unidos, em ambas revistas. A expressão é de 53 e 36 na primeira e 57 e 41 na segunda. Quando visualizamos o continente europeu percebemos uma pequena alteração, no caso da *REF* a Espanha é aquela conjuntura que possui maior incidência de trabalhos, 23 ao total, seguido de França (com 22 trabalhos) e terceiro vem Portugal, com 15. Já nos *Cadernos Pagu* Portugal surge como primeiro, com 13 artigos seguido da Espanha com 11, em terceiro está a França com 8 trabalhos. De modo geral Portugal representa em média mais de 1,5% do total dos textos analisados em relação ao volume de produção, um total de 28 trabalhos. Em relação ao continente africano Marrocos e Cabo Verde são os países destacamos, sete e três trabalhos na sequência.

Em relação às publicações portuguesas, o maior parceiro continental é a Espanha (13 e 27), seguidas de França (7) e Itália (11), para *Faces de Eva* e *ex æquo*, respectivamente. No caso das Américas, o número de trabalhos advindos do Brasil e publicados nestas mesmas revistas é semelhante: 12% (12,90% e 12,04%). No caso da *Faces de Eva*, há uma baixa expressividade dos demais países. Quando observamos os dados em relação ao Brasil, podemos perceber uma crescente contribuição que se dá tanto pelo uso do idioma, quanto pela proximidade cultural e histórica e pela busca de divulgação de trabalhos por pós-graduandas/os e/ou em estágio de pós-doutorado em revistas internacionais, assim como algumas parcerias entre acadêmicas/os dos países (Iorio & Fonseca, 2018).

Já em relação ao Grupo B, percebemos que, ao longo dos anos, os contributos foram bastante heterogêneos no que se refere à nacionalidade das autorias. Seis países figuram, para além de Moçambique, são eles: Antígua, Brasil, Chile, Estados Unidos, Portugal e Suécia. Percebemos aqui um esforço em arregimentar contributos diversos, por meio de diversas relações acadêmicas estabelecidas, tanto na forma de abordagem quanto na relação temática com o país¹⁸⁰.

Uma outra questão são os processos de mercantilização das universidades e os processos de genderização (Pereira, 2017; 2020; 2021). Eles mostram uma intensificação da produtividade associada a dinâmicas outras que interferem em diversas atividades, com destaque para a captação de estudantes e/ou investigadoras/es. Os acordos de cooperação assinados pelos países aqui investigados reforçam a ideia de internacionalização de seus quadros profissionais em termos de oferta de formação, especialmente a nível de pós-graduação (França & Padilla, 2016). Porém, esse fato não é determinante, especialmente por não ser em exclusividade de uma área de formação ou mesmo temática.

A profissionalização dos quadros editoriais dos periódicos é uma política de formação doutoral no Brasil que pretende estabelecer uma equipe de alta qualificação nas academias. Para tanto, um dos caminhos encontrados é o processo de internacionalização (Ramos & Velho, 2011). No caso das revistas brasileiras, podemos perceber aqui, uma representação esquemática dos países que contribuem com elas. Estes estão separados por continentes (ver anexo 8), há a descrição e dos países e o total desses contributos. Há uma maior proporcionalidade das pessoas das Américas (1462 trabalhos), com maior predomínio da América Latina (Argentina, 110) e América do Norte (Estados Unidos da América, 77), em seguida do continente europeu (138 trabalhos) (com especial atenção aos trabalhos de Espanha, 34 e França, 30); em terceiro o continente africano (13 trabalhos) (Marrocos, sete trabalhos e Cabo Verde, quatro); o continente asiático (oito trabalhos) (Índia, três) e por fim da Oceania (quatro trabalhos) (Austrália, três). Em seguida expomos essa representação por continente.

¹⁸⁰ Esses dados podem ser conferidos no anexo 9. Relação entre países em relação a proporcionalidade para cada periódico.

Uma das possíveis explicações para essa acentuada contribuição de trabalhos no mesmo continente pode ser por uma proximidade territorial onde, de modo amplo, compartilham contextos culturais, políticos, econômicos e históricos. Apesar de não se identificar o uso do mesmo idioma, elemento esse que nos chama atenção. No entanto, observa-se que não é limitador de tal engajamento por parte das pessoas que enviam contribuições.

A ideia de que internacionalização de uma publicação faz parte do seu processo de profissionalização, é destacada por Lena Lavinias (2020), editora da *REF*:

[A revista] expandiu radicalmente pelo Brasil, pelos vários estados da federação. Porque, se você pensar, ela faz sucesso no Sul e no Sudeste. Mas a ideia era que ela fosse uma coisa do Brasil. Já tem um tempo que ela tem uma abrangência nacional, inclusive pelas regras de financiamento do próprio CNPq. No passado, você tinha que contemplar, pelo menos, três estados da federação na publicação dos artigos. Isso, para nós, nunca foi um problema porque também já era uma decisão do Comitê Editorial – quanto mais amplo for, quanto mais abrangente for, em termos de representação acadêmica nacional nas publicações, melhor seria para a gente sair um pouco dessa ideia impossível de que Sul e Sudeste é que produzem. Claro que no Sul e Sudeste e em parte parte do Centro-Oeste, mesmo Brasília, você tem importantes e já muitas consolidadas instituições de pesquisa, que, para o Norte e para o Nordeste, isso ainda demorou e continua demorando, mas não significa que não tem pesquisa lá (Lavinias, entrevista realizada em 01/05/2020. grifos nossos).

Um dos elementos que se destaca é o apoio e a inclusão de pareceristas estrangeiros, dado que também auxiliam a maior publicização da revista. Iara Beleli (entrevista realizada em 27/04/2020) nos diz que

... o que a gente percebe, com a internacionalização, é que, quando você tem gente de fora, de qualquer país, independente da língua, você tem mais acesso internacional da revista. Pode ser um dossiê, ou não. Isso a gente percebeu. Isso já é um caminho que a gente estava percorrendo. O que foi diferente, nos últimos anos, foi a captação, ou a inclusão, de pareceristas estrangeiros. Isso também funciona muito como um veículo de divulgação internacional. A gente sabe porque os pareceristas, mesmo que anônimos, quando leem o texto e gostam, depois, ficam meio que atrás da publicação e eles próprios funcionam como agentes divulgadores. Como acontece na academia: você leu um texto que gosta, cita e aquela citação é replicada e tal. E os indexadores, nós não temos os mais importantes, os menos importantes. Sempre tivemos uma política de indexar em tudo que era lugar possível. O *SciELO* é o maior indexador, hoje, no momento (Beleli, entrevista realizada em 27/04/2020).

A indexação é considerada um elemento tão importante quanto a angariação de pessoas referencias na área que estejam fora do espaço acadêmico local.

Relativamente às revistas de Portugal, quanto ao aspecto da nacionalidade da primeira autoria, podemos perceber que a parceria continental é predominante. As autorias provenientes da Europa estão mais presentes nos artigos publicados, uma proporção de 103 (16,35%) pessoas, sem as autoras de

nacionalidade portuguesa. Quando somadas as autoras de nacionalidade portuguesa (371, 58,89%), esse dado salta para 75,24%. Em seguida, surge o continente americano 96 (15,24%) trabalhos do total. Os continentes da África e Oceania, representam 8 (1,27%) trabalhos. O número de não identificados é de 52 (8,25%) pessoas.

O estudo bibliométrico realizado por Ana Vieira, Ana Coelho, Ana Miquelino e Pedro Calado (2016: 54) aponta a *Faces de Eva* como a publicação mais concentrada no campo geográfico nacional. Os restantes contributos para essa publicação assentam no idioma comum a outros territórios, sendo este um dos motivos da dificuldade de ampliar a internacionalização do periódico.

Já o “intercâmbio entre investigadoras”, como destaca Teresa Joaquim (2004: 91) é o segundo objetivo da *ex æequo*, elemento destacado em todas as realidades analisadas. Esse intercâmbio poder ter variadas formas: colaboração de autores/as de outra nacionalidade, autores/as com graus diversos de formação, co-presença de abordagens epistemológicas diferentes, autores/as de diferentes centros universitários ou de investigação. Isso caracteriza o periódico com um compromisso de se internacionalizar, além de ampliar as discussões para lá do âmbito nacional.

Todavia, é imperativo observar que o terceiro objetivo destacado da *ex æequo* é fomentar a discussão a nível nacional: “A contribuição para os debates das principais questões que afectam a sociedade portuguesa” (Joaquim, 2004: 91). Essa dimensão também é sublinhada por Virgínia Ferreira (entrevista realizada em 04/05/2020), que revela uma alteração no cenário que pode gerar certa dificuldade decorrente de um grande quantitativo de submissões de trabalhos que não tratam diretamente temáticas que envolvam Portugal. A editora destaca também a questão de avaliação da publicação e de sua expansão para além das fronteiras idiomáticas, sendo este mais um dos desafios que se colocam atualmente:

Para ser muito franca, as questões da legitimidade do projeto e da relevância do projeto, hoje em dia, obviamente não se colocam da mesma maneira que se colocavam há 20 anos atrás, nem sequer há uns 10 anos atrás. Eu acho que tem havido mudanças significativas e vou lhe dizer muito francamente que, neste momento, eu ponho em questão a continuidade desta publicação, deste projeto, com base na sua pertinência. Obviamente, quando o projeto surgiu, surgiu para dar alguma resposta e constituir, ele próprio, um estímulo ao estudo e ao desenvolvimento desta área de estudos na academia portuguesa. O que é que acontece hoje em dia? Esta cultura de auditoria individual, que transferiu a definição de mérito para as publicações que as pessoas têm, as publicações em revistas ISI e, de preferência, em língua inglesa, faz com que, para a maior parte das colegas portuguesas, seja mais interessante publicar em qualquer revista estrangeira do que numa revista nacional, mesmo que seja em inglês. E temos alguns casos desses. Temos muitas submissões, agora, de propostas de publicação de pessoas do Brasil, por exemplo, da Espanha ou de outros países da América Latina, e eu interrogo-me sobre qual é o interesse que nós temos em publicar estes trabalhos. Se calhar, não tem assim um interesse tão

relevante para a sociedade portuguesa, ou seja, não tem a questão da fidelização de leitores que as colegas disseram anteriormente. Tem a ver com isso. Em Portugal, não há, certamente, uma fidelização de leitores e leitoras. Mais leitoras, certamente, à vista por via de estarem a receber, sobretudo, artigos sobre a realidade brasileira ou da América Latina. Eu estou, pessoalmente, muito vacilante sobre a pertinência da continuidade da revista por isto ... (Ferreira, entrevista realizada em 27/04/2020).

No caso de Moçambique, a publicação conta com a participação de pessoas de três continentes distribuídas da seguinte maneira: 6 (40%) pessoas de Moçambique; com 1 (26,67%) pessoa cada das Américas, temos Antígua, Brasil, Chile e Estados Unidos; e 2 da Europa, 1 de Portugal e 1 da Suécia (13,33% cada). No caso das demais, 3 pessoas no total 9 (20%), não foi possível identificar a nacionalidade.

Portanto, temos aqui a expressão de pessoas do continente africano e suas relações com outros países, com maior ou menor intensidade. Do continente americano destaca-se pessoas de quatro países, como expresse anteriormente, na Europa o trânsito de formação, especialmente nas pós-graduações – programas de mestrado e doutorado, sobretudo em Portugal –, para além da contribuição de uma pessoa da Suécia, também supracitado. Portanto, evidencia-se uma significativa contribuição de outras realidades nacionais para o olhar sobre a realidade moçambicana, observada sob vários ângulos e temas.

4.3. Impacto das publicações

O impacto das revistas é uma medida introduzida pela cienciometria que procura aferir, desde os anos de 1960, baseada na frequência de citação de um determinado artigo, sua repercussão no cenário das publicações em periódicos acadêmicos científicos em todo o mundo. Dito de modo bastante sintético, quanto maior for sua citação, maior é seu Fator de Impacto (FI). Essa medida se refere a nível de periódico, como de um artigo, em particular. Ela é calculada a partir de um espaço de tempo (dois ou três anos) durante o qual o número de citações de um artigo, circunscrito num periódico específico, é dividido pelo número de textos publicado no mesmo período. Neste texto, a avaliação utilizada é de três anos (tendo o ano de 2019 – final para o recorte que avaliamos – como referência), como podemos conferir nos dados disponíveis em seguida.

Para um periódico estar indexado, ele deve cumprir algumas exigências, a saber: pontualidade (frequência e data) na publicação; atendimento a parâmetros internacionais (que podendo conter o uso de idioma, informações sobre autoria, título explicativo do periódico em questão, além da revisão por pares); representatividade do corpo editorial (nacional e estrangeiro); pesquisa e divulgação de trabalhos originais (em vários formatos, ensaios, resenhas/recensões); entre outros, numa prática chamada de

ciência aberta (*SciELO*, 2020). São destacadas também as dimensões do reforço a profissionalização das publicações, internacionalização e sustentabilidade operacional e financeira (Agapito, 2018: 3).

O FI também pode ser considerado um aspecto de produtividade científica a nível local (determinada pela política interna de uma universidade e/ou centro universitário, departamento/grupo/centro de pesquisa, por exemplo, para um periódico) ou em larga escala como parte de uma política científica nacional. Também pode ser considerado quando da candidatura de projetos individuais ou coletivos a financiamento.

Essa tentativa de uniformizar a ciência pode ser alvo de críticas, nomeadamente com acusações de standardização e mercantilização dos processos, de uma visão da ciência como produto de consumo, ou valorizada com argumentos de que a ciência deve ter “qualidade” ou enquanto um elemento que impulse a qualidade das publicações. O fato é que é cada vez mais comum o uso dessa medida de avaliação internacional, refletindo o momento por que as academias e seus processos passam e o contexto macro em que estão ancorados, e acaba por influenciar o uso – ou não – de determinado trabalho, assim como a tendência dos/as cientistas de procurar melhorar seus indicadores de avaliação (Domingues *et al*, 2020).

Uma das críticas ao uso crescente do FI nestes termos está centrada na própria ideia de produção do conhecimento, na medida em que as áreas disciplinares não se constituem da mesma maneira (Silva & Araújo, 2014). Existe, portanto, uma objetiva necessidade de flexibilizar alguns de seus parâmetros para que se possa garantir a expressão de cada uma delas, além das suas dinâmicas internas. O problema inicia-se a partir do momento em que somente o aspecto quantitativo, relativo ao desempenho de cada periódico, passa a ser considerado, sem levar em consideração outras condicionantes (Strehl, 2005; Silva & Araújo, 2014: 38). Desse modo, consideramos que essa medida deve sofrer uma profunda reconfiguração, levando em consideração as dimensões mais micro. Para tanto, uma profunda reflexão/debate deve ser convocada/o para perceber interferências e o próprio papel da ciência e do conhecimento.

Em todo o caso, podemos perceber o impacto das publicações do Grupo A¹⁸¹ no triênio 2019-2018-2017, tendo como referência 2019. Vemos que *Cadernos Pagu* é a publicação com mais alto índice de impacto, 0.7208, seguida pela *REF*, com 0.2760, *ex æquo*, com 0.0882, e *Faces de Eva*, com 0.0000. A tabela a seguir sintetiza essas informações relativas ao FI (relativamente ao *SciELO*) do conjunto de publicações do Grupo A, incluindo o seu número de citações, o quantitativo de artigos

¹⁸¹ O grupo B não está representado, notadamente, devido ao seu encerramento em 2014.

publicados no triênio e o índice de imediatez de cada uma delas. O último dado, o índice de imediatez, é verificado diante da frequência em que é citado por um conjunto total de artigos do mesmo ano.

Tabela 11 - FI nos periódicos do Grupo A relativo a três anos, ano base 2019.

Publicação	Fator de impacto	Citações feitas em 2019 para artigos de 2019	Artigos publicados em 2019	Índice de imediatez
<i>Revista Estudos Feministas</i> (ISSN – 0104-026X)	0.2760 ¹⁸²	30	81	0.3704
<i>Cadernos Pagu</i> (ISSN 0104-8333)	0.7208 ¹⁸³	1	52	0.0192
<i>Faces de Eva</i> (ISSN 0874-6885)	0.0000 ¹⁸⁴	0	28	0.0000
<i>Ex æquo</i> (ISSN 0874-5560)	0.0882 ¹⁸⁵	0	21	0.0000

Fonte: *SciELO*.

Esse dado pode ser explicado pelo idioma primordialmente utilizado. Obviamente, não é somente o idioma o aspecto definidor de tal avaliação. No entanto, há também a ideia de colonização e massificação do uso do inglês, que dificulta o maior acesso de um conjunto de textos, assim como o fato de uma substancial parte dos trabalhos das ciências humanas e das ciências sociais aplicadas ser circunscrito a uma realidade local, desse modo despertando um interesse também mais localizado. Associa-se a isso a dimensão do núcleo/centro/associação de pesquisa onde a publicação está alocada, que é um elemento de destaque, inclusive pela representatividade que a comunidade nacional (Brasil e Portugal) possuem no cenário mundial nos quesitos já apresentados. Outros fatores que citamos são: *open access* e critérios de inclusão de algoritmos relativamente ao número de pesquisas realizadas por investigadoras/es em todo o mundo, além do próprio acesso e visibilidade que o indexador possui.

Essa leitura não significa que o periódico não possuía condição de expansão, dimensão vista como um desafio por nossas entrevistadas. Desse modo, podemos perceber que não se trata de uma análise superficial ou meramente dedicada ao aspecto quantitativo e sim, de modo mais amplo, implica em perceber a dinâmica de produção e concepção da ciência do conhecimento (incluindo aqui sua dimensão política – no sentido de divulgação – e social).

¹⁸² Disponível em <http://statbiblio.scielo.org//stat_biblio/index.php?state=19&lang=pt&country=org&issn=0104-026X&CITED%5B%5D=0104-026X&YNG%5B%5D=2019>, acesso em setembro de 2020.

¹⁸³ Disponível em <http://statbiblio.scielo.org//stat_biblio/index.php?state=19&lang=pt&country=org&issn=0104-8333&CITED%5B%5D=0104-8333&YNG%5B%5D=2019>, acesso em setembro de 2020.

¹⁸⁴ Disponível em <http://statbiblio.scielo.org//stat_biblio/index.php?state=19&lang=pt&country=org&issn=0874-6885&CITED%5B%5D=0874-6885&YNG%5B%5D=2019>, acesso em setembro de 2020.

¹⁸⁵ Disponível em <http://statbiblio.scielo.org//stat_biblio/index.php?state=19&lang=pt&country=org&issn=0874-5560&CITED%5B%5D=0874-5560&YNG%5B%5D=2019>, acesso em junho de 2020.

Na tabela 12, podemos conferir os dados relativos à posição ocupada pelos países do Grupo A, assim como o número de documentos criados, citáveis, citações, autocitações, citações por documento e índice.

Tabela 12 - Lugar ocupado por país (Grupo A) no ranking mundial. SJR – Scimago Journal & Country Rank – período de avaliação (1996-2019) na área multidisciplinar.

Pais	Colocação	Documentos	Documentos citáveis	Citações	Autocitações	Citações por documento	Índice H
Brasil	15	17741	16914	369076	883446	20.80	236
Portugal	35	4589	4336	168502	13906	36.72	175

Fonte: *SCImago Journal Rank* ¹⁸⁶.

Diante dos dados disponíveis, podemos perceber que o lugar ocupado pelos países no cenário macro reflete o conjunto total de trabalhos e o volume de produção de suas academias. No entanto, alguns aspectos mereceriam maior análise, o que não é nosso objetivo, incluindo o número de autocitações e uso desses trabalhos – o seu impacto – em suas próprias realidades nacionais, para além daquela no exterior. Daqui, a importância em ampliar os indicadores que são mais avaliados por esses indexadores a fim de poder realizar, com os dados disponíveis, outras leituras/análises com a possibilidade de criação de alternativas.

A tabela 13, mostra o conjunto total de publicações de cada um dos periódicos a partir de sua entrada no indexador *SciELO* (as revistas do Brasil, a partir de 2001, e as revistas de Portugal, entre os anos de 2008 e 2014, respectivamente, para a *ex æquo* e *Faces de Eva*), assim como o conjunto de documentos publicados em valores totais e suas referências.

Tabela 13 - Dados gerais da introdução à plataforma SciELO pelo conjunto de periódicos do Grupo A.

Revista	Anos pesquisados	Número de Publicações	Número total de Documentos	Referências
REF ¹⁸⁷	2001-2019	55	1.470	29.262
Pagu ¹⁸⁸	2001-2019	41	754	20.240
Faces de Eva ¹⁸⁹	2014-2019	12	241	1.962
<i>ex æquo</i> ¹⁹⁰	2008-2019	24	354	5.501

Já para o quadro de avaliação relativo ao *Scimago Journal & Country Rank (SJR)*, em relação às publicações que tratam dos estudos de gênero (*gender studies*), e ainda tendo o ano de 2019 enquanto

¹⁸⁶ Disponível em <<https://www.scimagojr.com/countryrank.php?area=1000>>, acesso em junho de 2020.

¹⁸⁷ Disponível em <<https://analytics.scielo.org/?journal=0104-026X&collection=scl>>, acesso em junho de 2020.

¹⁸⁸ Disponível em <<https://analytics.scielo.org/?journal=0104-8333&collection=scl>>, acesso em junho de 2020.

¹⁸⁹ Disponível em <<https://analytics.scielo.org/?journal=0874-6885&collection=prt>>, acesso em junho de 2020.

¹⁹⁰ Disponível em <<https://analytics.scielo.org/?journal=0874-5560&collection=prt>>, acesso em junho de 2020.

referência (estão inseridas nessa avaliação 149 publicações), a tabela 9 apresenta sua distribuição, em colocação mundial para cada publicação¹⁹¹. As posições ocupadas podem sofrer variação para cada período, não sendo um fato fixo. O periódico *Cadernos Pagu* é o que possui a mais elevada posição de entre os três analisados, com Q2 (0.460), ocupando a 46^a posição. Segue-se a REF, com Q3 (0,246), em 75^a. Em terceiro lugar, em 135^a posição, a *ex æquo*, avaliada com Q4 (0,101)¹⁹². A revista Faces de Eva não integra essa avaliação.

Tabela 14 - Colocação das revistas do Grupo A avaliadas pelo SJR, ano de referência de 2019.

Revista	Colocação ocupada	SJR ¹⁹³
<i>Cadernos Pagu</i>	46	Q2 – 0.460
<i>REF</i>	75	Q3 – 0.246
<i>ex æquo</i>	135	Q4 – 0.101

Fonte: *SCImago Journal Rank*

Diante dos dados, podemos perceber que os desafios são internacionais (pelo menos, no quadro analisado das publicações em língua portuguesa), no sentido de que, enquanto área disciplinar limitrofe, os EMGF representam um grande esforço de permanência e melhoria em alguns dos índices.

Dentre as 50 primeiras publicações avaliadas pelo índice que contempla os *gender studies*, apenas três não são periódicos localizados em academias/centros universitários dos Estados Unidos e do Reino Unido. Há uma revista da Suíça, 33^a posição, outra da Índia, 35^a (última em avaliação com índice Q1), e a já referida *Cadernos Pagu*.

Relativamente ao FI das publicações brasileiras, podemos observar, em relação ao indexador *SciELO*, que este é comum a todas as revistas que compõem o Grupo A. O segundo indicador que utilizamos é o *SJR*. Neste caso, estão avaliadas apenas as revistas brasileiras. Expomos esses dados gerais na tabela 15.

¹⁹¹ Enquanto ilustração informamos que o periódico, inserido nos mesmos critérios que os aqui analisados, que possui melhor avaliação é *Gender and Society*, publicação estado unidense, com Q1 2.487.

¹⁹² O conjunto de periódicos encontra-se apresentado da seguinte maneira: publicações com avaliação Q1 somam 35; Q2 totalizam 25; Q3 com 34; Q4 apresenta um conjunto de 35 periódicos e há 7 sem referência no quadro de revistas analisadas. Disponível em <https://www.scimagojr.com/journalrank.php?category=3318&page=1&total_size=146>, acesso em setembro de 2020.

¹⁹³ Disponível em <https://www.scimagojr.com/journalrank.php?category=3318&page=3&total_size=146>, acesso em junho de 2020.

Tabela 15 - Fator impacto para as publicações brasileiras que integram o Grupo A.

Publicação	SciELO (2019) ¹⁹⁴	SJR (2019)	Colocação geral ¹⁹⁵	
<i>Cadernos Pagu</i> (ISSN 0104-8333)	0.7208 ¹⁹⁶	0,460 ¹⁹⁷	Q2	46 (primeira entre as brasileiras e de língua portuguesa)
<i>REF</i> (ISSN – 0104-026X)	0.2760 ¹⁹⁸	0,219 ¹⁹⁹	Q3	75 (segunda entre as brasileiras e de língua portuguesa)

Fonte: SciELO e SJR.

Portanto, há um grau de impacto importante representado por ambas as publicações analisadas, que vão além de um “consumo”/distribuição interno, dado que são também consultadas/pesquisadas e referência na esfera internacional. Do mesmo modo, podemos perceber um crescimento a estes níveis quando observamos, no endereço eletrônico, os anos anteriores, o que pode também indicar uma adequação e atendimento aos modelos e quesitos de avaliação, com o objetivo de potencializar a visibilidade das revistas, associados a elementos que compõem o FI.

Numa realidade mais localizada, na esfera brasileira, podemos perceber que as publicações possuem excelentes avaliações em várias das áreas temáticas onde estão submetidas, sendo consideradas como publicações de excelência, aspecto sublinhado como importante pelas duas editoras entrevistadas. Esses dados corroboram a grande qualidade das publicações e o aumento de submissões²⁰⁰.

Na tabela 16, disponibilizamos os *qualis*²⁰¹ dos periódicos indicados e suas avaliações, dispostos por áreas temáticas.

¹⁹⁴ Fator de impacto em periódico de três anos, ano base 2019 para as publicações do Grupo A.

¹⁹⁵ Disponível em <https://www.scimagojr.com/journalrank.php?category=3318&page=3&total_size=146>, acesso em junho de 2020

¹⁹⁶ Disponível em <http://statbiblio.scielo.org//stat_biblio/index.php?state=19&lang=pt&country=org&issn=0104-8333&CITED%5B%5D=0104-8333&YNG%5B%5D=2019> acesso em junho/2020.

¹⁹⁷ Disponível em <<https://www.scimagojr.com/journalsearch.php?q=5600153164&tip=sid>>, acesso em junho de 2020.

¹⁹⁸ Disponível em <http://statbiblio.scielo.org//stat_biblio/index.php?state=19&lang=pt&country=org&issn=0104-026X&CITED%5B%5D=0104-026X&YNG%5B%5D=2019>, acesso em junho de 2020.

¹⁹⁹ Disponível em <<https://www.scimagojr.com/journalsearch.php?q=23132&tip=sid>>, acesso em junho de 2020.

²⁰⁰ No Brasil, o financiamento público federal (através da CAPES) para as publicações das áreas das ciências humanas e sociais, está, desde 2018, em franca diminuição. Uma das explicações é o do não alinhamento ideológico do atual executivo nacional (de extrema-direita) com as ciências ditas não prioritárias. Desse modo há escassos editais para a área.

²⁰¹ Medida de avaliação adotada no país, que percorre uma escala dividida em: A1, A2, B1, B2, B3, B4, B5 e C. Essa exposição está descrita em ordem decrescente.

Tabela 16 - Quadro de avaliação Qualis no quadriênio 2013-2016 por áreas e ISSN na Plataforma Sucupira nas revistas brasileiras (REF e Cadernos Pagu).

Revista	Qualis	Áreas	ISSN ²⁰²
REF ²⁰³	A1	Antropologia/arqueologia; linguística e literatura.	0104-026X
		Antropologia/arqueologia; educação; história; interdisciplinar; linguística e literatura.	1806-9584
	A2	Psicologia.	0104-026X
		Ciências da religião e teologia; comunicação e informação; direito; ensino; filosofia; planejamento urbano e regional/demografia; psicologia; serviço social; sociologia.	1806-9584
	B1	Ciências ambientais.	0104-026X
		Administração pública e de empresas, ciências contábeis e turismo; ciência política e relações internacionais; ciências ambientais.	1806-9584
	B2	Economia; geografia.	1806-9584
B3	Educação física; saúde coletiva.	1806-9584	
Cadernos Pagu ²⁰⁴	A1	Antropologia/arqueologia; direito; interdisciplinar; sociologia.	1809-4449
		Antropologia/arqueologia; interdisciplinar; linguística e literatura; sociologia.	0104-8333 (impresso)
	A2	Artes; comunicação e informação; educação; história.	1809-4449
		Ciência política e relações internacionais; comunicação e informação; educação; história.	0104-8333 (impresso)
	B1	Psicologia; saúde coletiva.	1809-4449
		Ciências ambientais, ensino; psicologia; saúde coletiva; serviço social.	0104-8333 (impresso)
	B2	Enfermagem.	1809-4449
B3	Educação física.	0104-8333 (impresso)	

Fonte: Plataforma Sucupira.

Podemos observar que as ciências humanas e as ciências sociais aplicadas são aquelas com melhor avaliação a nível nacional, o que reafirma a questão dessas áreas concentrarem a maior produção dos EMGF no país, de modo semelhante a outras realidades. A área das humanidades também possui grande expressividade, assim como a área interdisciplinar (A1 em ambos os periódicos).

²⁰² Ambas as publicações possuem dois ISSN, um para a veiculação impressa e outro para a virtual, podendo, portanto, ocorrer variação de uma para outra na mesma área, caso o periódico não mantenha uma distribuição igual nos dois formatos.

²⁰³ Disponível em <<https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/veiculoPublicacaoQualis/listaConsultaGeralPeriodicos.jsf>>, acesso em setembro de 2020.

²⁰⁴ Disponível em <<https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/veiculoPublicacaoQualis/listaConsultaGeralPeriodicos.jsf>>, acesso em setembro de 2020.

Já as demais áreas possuem menor expressão ou mesmo não são objecto de avaliação por parte da agência governamental. No entanto, merecem destaque as áreas da educação física e enfermagem, saúde coletiva, economia e administração. Podemos ver uma expansão temática para outros segmentos, pela incorporação de novas metodologias, aumento de informação acerca da área ou mesmo de pessoas com formação mais específica e que procuram trazer essa discussão para sua realidade acadêmica.

Na tabela seguinte, expomos a avaliação da *Faces de Eva* (quanto ao *SciELO*) e da *ex æquo*, esta última a única das duas publicações que está presente em ambos os índices, relativamente ao FI entre os anos de 2018 (*SJR*) e 2019 (*SciELO*).

Tabela 17 - Fator de impacto para as publicações portuguesas que integram o Grupo A.

Publicação	SciELO (2019)	SJR (2018)	Colocação
Faces de Eva (ISSN 0874-6885) ²⁰⁵	0.0000		
ex æquo (ISSN 0874-5560) ²⁰⁶	0.0882 ²⁰⁷	0,101	Q4 ²⁰⁸ 135

Fonte: *SciELO* e *SJR*.

A *Faces de Eva* é avaliada há menos tempo, o que a diferenciação relativamente às demais publicações apresentadas. A *ex æquo* está associada ao indexador desde 2008. As informações disponíveis exprimem um momento específico e, no caso concreto da revista *ex æquo*, há uma melhoria do FI, por exemplo, tomando como referência o ano de 2018, em que tinha como FI 0.0462²⁰⁹.

Essa avaliação está associada a uma maior utilização de seus textos, em articulação com a maior profissionalização da publicação (equipe que está ligada a Associação), das indexações a grandes plataformas (algumas em processo de consolidação, como é o caso da *Scopus*), que vem realizando ao longo dos anos além da política interna de internacionalização. Inclusive, este último aspecto é, cada vez mais, representativo de um desafio para as publicações acadêmicas que procuram alcançar e se manter num topo, na medida em que captar trabalhos referenciais, em idiomas específicos, além de ser citado, com grande volume, exige uma estruturação de diversas ordens (com destaque para o financeiro e profissionalização). Exige ainda tempo e dedicação de pessoas especificamente ligadas ao processo de recepção, avaliação, diagramação, secretariado, publicação e publicidade, algo que não é percebido nas

²⁰⁵ Disponível em <http://statbiblio.scielo.org//stat_biblio/index.php?state=19&lang=en&country=org&issn=0874-6885&CITED%5B%5D=0874-6885&YNG%5B%5D=2019>, acesso junho de 2020.

²⁰⁶ Fator impacto em periódico de três anos, ano base 2019 para as publicações do Grupo A.

²⁰⁷ Disponível em <http://statbiblio.scielo.org//stat_biblio/index.php?state=19&lang=pt&country=org&issn=0874-5560&CITED%5B%5D=0874-5560&YNG%5B%5D=2019>, acesso em junho de 2020.

²⁰⁸ Disponível em <https://www.scimagojr.com/journalrank.php?category=3318&page=3&total_size=146>, acesso em junho de 2020

²⁰⁹ Disponível em <http://statbiblio.scielo.org//stat_biblio/index.php?state=19&lang=pt&country=org&issn=0874-5560&CITED%5B%5D=0874-5560&YNG%5B%5D=2018> acesso em junho de 2020.

publicações analisadas, devido a estruturação e a perspectiva de um trabalho voluntário exercido na maior parte dos casos.

O FI da publicação no *SciELO* é superior ao do SJR. Alguns parâmetros de avaliação são distintos, o que confere essa diferença entre eles. No entanto, como já foi informado, há uma melhoria desse indicador e uma política de disseminação por parte da publicação que sugerem uma melhoria nas próximas avaliações.

Outro aspecto relativo ao FI das publicações portuguesas, num plano geral, é o elevado número de periódicos a nível nacional, associado a dimensão curricular que representa, numa dimensão micro. Para quem publica, o fato de escolher aqueles periódicos que possuem maior FI pode demonstrar uma procura por validação e valorização. Ressaltamos aqui também a dimensão do ativismo político no espaço acadêmico, que é, muitas vezes, utilizado como elemento decisivo da opção entre a valorização do currículo pessoal e a publicação num periódico com baixo impacto para tentar ampliar o raio de atuação deste. Além disso, em alguns casos, o ativismo político associado à dimensão de validação e valorização do FI pode ser conseguido em publicações estrangeiras, que possuem maior visibilidade e valorização acadêmicas.

As revistas analisadas aqui não são as únicas que divulgam trabalhos sobre os EMGF. Há, assim, artigos distribuídos noutras publicações das mesmas áreas ou afins, distribuídos por várias universidades e departamentos. Isso reforça a necessidade de um grande esforço para conhecer o(s) cenário(s) e definir quais serão as metas nos diversos prazos possíveis. Para tanto, uma das maneiras é escutar aquelas pessoas que constituem as academias e, em especial, as que sustentam estas publicações, além da implantação e garantias legais de fomento, financiamento e apoio às universidades e/ou centros de investigação para a disseminação de suas produções. Isso tudo implica, num plano político, econômico e cultural, diversas frentes de atuação, e medidas que vão desde a valorização da produção nacional, do uso do idioma, ao fomento à pesquisa, à cultura científica, rever a ideia de internacionalização, currículos das/dos profissionais ou matrizes curriculares, plano de carreiras e oferta e condições de permanência em empregos.

Em referência à *Faces de Eva*, o FI pode ser explicado pelo idioma primordialmente utilizado ser a língua portuguesa e pela menor presença de textos em língua inglesa, o que a define, em alguns momentos como uma publicação regionalizada, inclusive demonstrado pela submissão e/ou convite para publicação de textos. Apesar disso, é perceptível uma contribuição estrangeira com o envio para a revista, nomeadamente em relação a demanda brasileira – com trabalhos escritos, em sua maioria, em língua portuguesa –, para além da europeia. Por sua vez, essa pode ser explanada pelo fato da crescente

procura por cursos de pós-graduação por parte dessa população brasileira no país e ainda voltada aos EMGF, estejam em áreas consideradas afins (como as ciências humanas e as ciências sociais aplicadas) ou mesmo os programas de mestrado e doutorados em estudos sobre as mulheres, inicialmente com existência apenas em Lisboa (Rocha-Trindade & Pires, 2013).

É importante informar também que a publicação procura internacionalizar-se na medida em que atende aos critérios dos indexadores onde está inserida. Essa é uma significativa alteração que pode ser verificada ao longo dos anos e, de modo mais concreto, nos últimos anos.

Já em relação à *ex æquo*, o dado relativo ao reconhecimento da revista pode ser explicado pelo idioma primordialmente utilizado. Virginia Ferreira (entrevista realizada em 04/05/2020) afirma que,

em Portugal, [a revista] tem eco e é apoiada por uma pequena comunidade, que, no fundo, também tem estado, ao longo destes anos, de algum modo, ligada à revista e também a Associação continua a angariar mais associados. Mas, em Portugal, a comunidade científica é muito pequena e muito pouco cooperativa. As pessoas mais rapidamente citam um artigo qualquer de um autor ou autora estrangeira do que de uma colega nacional. Temos uma comunidade que está sempre a partir do zero, como se “nunca ninguém disse isto, estou eu a dizer pela primeira vez” e, portanto, há muito pouca ação de dar visibilidade também àquilo que as colegas disseram ou fazem, estudam, etc. E, portanto, a nível nacional, essa pequena comunidade, que tem estado ligada à revista, ou algumas estudantes que descobrem, muitas vezes, por elas próprias, a revista, tem, de facto, também reforçado um bocadinho a revista. Mas, a nível internacional, a revista não é conhecida. A revista é conhecida no Brasil, mas por questões de língua, porque o intercâmbio com colegas brasileiras tem-se acentuado nas últimas décadas e, portanto, também há muito mais trabalhos feitos em colaboração com colegas brasileiras. Há mais estudos comparativos entre os dois países, nomeadamente, nas questões das mulheres, nas questões de género. Portanto, não creio que o impacto da revista seja assim muito grande. Aliás, isso vê-se no número de citações porque, de resto, nós temos muita leitura, muitos descarregamentos que se veem nos números publicados pela *SciELO*, por exemplo, ou pelas consultas à nossa própria página, temos milhares de descarregamentos, agora, traduzido em termos de citações propriamente ditas, não temos assim tantas como gostaríamos (Ferreira, entrevista realizada em 04/05/2020).

A dimensão de valorização da produção feminista local é também uma das dimensões de que o editorial de 1999 trata. Pode ler-se aí que se pretende “criar um fórum em que se faça alguma acumulação, em que cada trabalho não esteja sempre a partir do zero, em diálogo apenas consigo próprio ou com o que se diz lá fora” (Editorial, 1999: 8). Isso não significa fechar-se sobre si mesmas, mas cativar o apoio a trabalhos e condições semelhantes de pesquisa e trabalho. Essa experiência compartilhada é uma perspectiva também presente noutras esferas acadêmicas, especialmente não hegemônicas, que critica muito o fato de não se citar colegas a nível interno, do mesmo modo que citar poucas mulheres (Wolff, 2020).

Há a contribuição de diversas realidades político-culturais, o que, em nossa visão é compreendido enquanto processo importante de participação de um amplo conjunto de pessoas que forneçam material para publicação do mesmo modo que estes sejam lidos, discutidos e citados.

Conforme informações do *Eurostat* (2016) cerca de 32% do conjunto de estudantes universitários da União Europeia estão em algum curso das ciências humanas e/ou sociais aplicadas Para Virgínia Ferreira (entrevista realizada em 04/05/2020) essa é uma realidade corriqueira, com a criação de avaliações, conforme a avaliação que a publicação possui. Esse aspecto é um dos aspectos pelos quais as/os profissionais do ensino superior e/ou investigadoras/es são avaliadas/os. A editora informa que

em qualquer sistema de classificação da atividade docente se você publicar uma... existem tipos, não é? Foi criada uma tipologia de revistas como você conhece, por exemplo, a *Qualis*, não é? A *Qualis* tem a revista A, B e depois ainda tem vários níveis nos As, nos Bs, nos Cs e, portanto, aqui é a mesma coisa: se você publicar um artigo na revista tipo B isso vale-lhe um determinado número de pontos e se esse artigo for muito publicado numa revista tipo A, vale mais na sua pontuação como um docente. Ora, isso é muito... isso dificulta depois a atração de bons textos, de boas contribuições e, portanto, é uma luta que estamos a encetar agora. Eu espero que como a revista entrou na *Scopus* o ano passado – quer dizer já entrou há mais tempo mas como são passou a ser visível no fundo a um ano atrás, só a um ano atrás, só a um ano atrás é que as pessoas passaram a poder ir ao, enfim, a lista da *Scopus* e verem lá a revista neste, no capítulo dos Estudos de Género –, eu espero que o efeito digamos de propostas de textos interessantes possa ainda estar para se produzir. Vamos ver mais uns dois ou três anos e depois faremos a avaliação sobre o impacto da *Scopus* na nossa produção e na nossa atratividade para publicação... (Ferreira, entrevista realizada em 04/05/2020).

Thais França e Beatriz Padilla (2016) elencam o processo de internacionalização do ensino superior decorrente da entrada, em Portugal, de estudantes provenientes do Brasil, especialmente a partir do início dos anos 2000, como um dos elementos de cooperação entre os dois países no sentido de ampliar o intercâmbio acadêmico. Isso pode auxiliar a explicar o grande número de brasileiras/os publicando em periódicos do país, assim como no sentido inverso, de brasileiros/as publicando em periódicos portugueses.

Também podemos perceber o investimento no processo de internacionalização dos estudos – de modo mais concentrado, na pós-graduação – por parte do Governo brasileiro, de forma acentuada a partir de 2011 através do programa Ciências sem Fronteiras, que pretendia que um conjunto de 25.940 investigadoras/es de todas as áreas realizasse estudos no exterior²¹⁰. As condições econômicas e políticas do momento também são relevantes nesse processo de mobilidade estudantil. Para além destas, o lugar ocupado por algumas instituições nos *rankings* acadêmicos, associado à publicitação e o *status* que

²¹⁰ Informação extraída de <<http://www.cienciasemfronteiras.gov.br/web/csf/metad>> acesso em junho de 2020.

representa cursar um curso no exterior figuram também como elementos importantes desse fenômeno (Iorio & Fonseca, 2018).

Essa ideia também é partilhada por Lara Belesi (entrevista realizada em 27/04/2020), que defende que “não é à toa que muitas pessoas buscam fazer seus aperfeiçoamentos, doutorados, pós-doutorados em países de língua portuguesa, porque, para fazer num país de língua inglesa, ou francesa, isso demandaria uma formação nessa língua, e uma formação não é apenas a leitura de um texto”. A editora amplia a ideia associando também a dimensão do uso de um outro idioma. Essas informações podem ser significativas para percebermos a maior representatividade entre as realidades analisadas, de modo mais particular, em relação ao Grupo A. O regime classificatório que as publicações estão submetidas impõem uma constante corrida daquelas que estão num topo, e estas, em sua maioria, são/estão de/em língua inglesa e nas academias do norte global não periféricas. Como já referimos, essa medida representa aqui um desafio.

Acerca das políticas de indexação e suas variâncias, as editoras das revistas portuguesas entrevistadas possuem visões distintas. Zília Osório de Castro (entrevista realizada em 01/06/2020) nos diz que a “Fases de Eva não tem seguido política de internacionalização. Como se referiu, os colaboradores ou se propõem pessoalmente ou são convidados pela direção”. Esses convites para organização de alguns números também podem ser percebidos nas demais publicações, assim como a própria publicação recebe demandas para tal. Já para o caso da *ex æquo*, Virgínia Ferreira (entrevista realizada em 04/05/2020) nota que

As deliberativas foram tentar que revista fosse indexada no maior número possível de indexadores e não é mais porque nós não temos tempo. Nós não temos um quadro de pessoal fixo, de apoio, não temos um secretariado, portanto, é tudo feito por nós e eu tenho, neste momento, uma lista de indexadores, de plataformas de indexação, que eu gostaria de contactar e perguntar se não querem indexar a revista, mas não tenho tempo. Nem eu tenho, nem mais ninguém do Conselho Editorial e a pessoa que nos apoia, nomeadamente nos contactos com a *Scopus*, com a *SciELO*, é também uma mulher que trabalha a tempo inteiro. Tem a sua profissão e faz este apoio à revista os seus tempos ditos “livres”, que também deixaram de ser livres, tão livres, a partir do momento em que foi mãe e que tem uma criança há pouco tempo. A nossa política é sempre de expansão, de conseguir ir mais além, mas temos limitações de meios e não só de meios. Neste caso, não é meios financeiros, mas meios humanos, porque, enquanto académicas, o nosso trabalho na revista acaba por se concentrar, sobretudo, na organização dos números, assim como na preparação das *calls* (Ferreira, entrevista realizada em 04/05/2020).

A ausência de recursos humanos é um dos elementos destacados que dificultam o processo de ampliação do alcance da publicação. Destacamos também a carência ou mesmo, em alguns casos, a

inexistência de financiamento regular que permita a existência de uma equipe especializada e exclusiva para exercer esse trabalho.

Esses aspectos são representativos, em múltiplos níveis, da intensificação do trabalho acadêmico e expõe uma necessidade urgente de revisão desses processos, especialmente da interferência maciça do neoliberalismo no espaço universitário, ditando agendas de performatividade acadêmica (ver, *e.g.*, Pereira, 2019; 2020; 2021) ou enquanto política científica a longo prazo. Essa tendência reflecte-se no estímulo ao carreirismo acadêmico, cada vez mais expresso nos currículos, na grande competitividade e na baixa colaboração entre pares, especialmente de áreas de conhecimento distintas, entre outros aspectos. A respeito dos usos do tempo em momentos de intensificação do capitalismo acadêmico Emília Araújo e Victor Barros (2017: 183) salientam, igualmente, a necessidade de observar a estandardização dos processos de carreira dos espaços e a própria ideia, muitas vezes, subjacente de excelência. Em nossa visão, essa ideia pode esconder processos de individualização e segregação, além de ocultar e acelerar tempos de produtividade. A falta de recursos financeiros também possibilita essa intensificação de trabalho com relação às publicações com baixo orçamento, seja captado de modo próprio, , seja com o estímulo de fundações/centros/órgãos/departamentos governamentais de fomento da ciência, muitas vezes ligados à área da educação ou da ciência e tecnologia. Podemos observar isso nos discursos das entrevistadas.

Relativamente à *Faces de Eva*, Zília Osório de Castro (entrevista realizada em 01/06/2020) aponta que “O financiamento da Revista é sempre um quebra-cabeças. Hoje em dia, *Faces de Eva* é financiada, em parte, pelo Centro de Investigação em que está sediada, o CICS.NOVA, e, em parte, por financiadores pontuais em regime de voluntariado”.

Virgínia Ferreira (entrevista realizada em 04/05/2020) destaca a ausência de apoio estatal para a publicação *ex-aequo* e algumas das implicações que isso provoca:

Nós não temos nenhum apoio do Estado dirigido expressamente à publicação. Nós temos um apoio do Estado para o funcionamento da Associação e, depois, temos apoios para desenvolvimento de atividades da Associação, de apoio e desenvolvimento dos estudos sobre as mulheres, de género e feministas. Portanto, os problemas financeiros têm-se avolumado ultimamente porque também os custos têm aumentado bastante. Muitas das obrigações que temos contraído ultimamente levantam-nos grandes problemas. O facto de termos que pagar cotas anuais para a *CrossRef*, por exemplo; para termos o DOI e estarmos nas plataformas digitais, como a DOAJ, por exemplo; a conversão para linguagem HTML para a *SciELO* também é algo que nos leva imensos recursos; o facto de termos, de há uns anos para cá, decidido entregar a revisão dos textos a um revisor profissional, que nos leva também um X por cada número. Portanto, os custos têm aumentado e os apoios não têm aumentado. Por enquanto, não há problema, também porque temos o apoio das associadas da Associação, não podemos esquecer disso. Nós temos um número

razoável de pessoas que paga a sua cota anual e isso, enfim, ajuda-nos, podemos dizer que quase que nos paga um número da revista. Portanto, falta-nos um outro que, muitas vezes, vem por apoios indiretos (Ferreira, entrevista realizada em 04/05/2020).

Perguntadas sobre quais os principais desafios que representa a publicação de uma revista feminista (EMGF) no cenário político e acadêmico contemporâneo, Virgínia Ferreira considera que um dos desafios é, apesar da submissão de trabalhos oriundos de vários países, com destaque para Brasil e países da América Latina, além de Espanha, a fidelização de leitoras/es e o interesse que a revista possa despertar por temas não necessariamente relacionados com Portugal.

Lena Lavinias (entrevista realizada em 01/05/2020) destaca também a “dificuldade” em manter um número constante de leitoras/es devido à intensificação dos meios de comunicação, nomeadamente as redes sociais, que não eram corriqueiros no início destas publicações:

... hoje em dia, o mais difícil é você conseguir uma certa fidelidade dos seus leitores porque o volume de publicações de coisas *online*, de *blogs*, a fragmentação, as *lives* – hoje em dia, todo mundo faz *live*; alguém que tem algo a dizer, faz uma *live* – e, justamente nesse momento mais crítico que vivemos, que é um momento de embate político, embate teórico, existe uma disputa hegemônica dentro da esquerda. Em geral, ficou mais difícil ainda (Lavinias, entrevista realizada em 01/05/2020).

A ex-editora também destaca que os meios de comunicação em rede, especialmente as mídias digitais mais engajadas, são importantes caminhos de ampliação temática, decorrente desse processo de intensificação de acessos a vários meios de informação e que a

... temática feminista ganhou espaço em outras revistas, nos outros campos científicos [...] a partir dessas iniciativas mais concentradas, conseguimos penetrar no campo científico na sua totalidade. e então, isso eu acho que é um diferencial que também, de alguma maneira, acaba competindo com as nossas iniciativas específicas, com as nossas revistas. Mas, isso é um ganho. Isso não pode ser considerado como algo desfavorável e eu acho que a qualidade da *Revista Estudos Feministas* contribuiu para a consolidação do campo Estudos de Gênero na academia, nas universidades, em geral (Lavinias, entrevista realizada em 01/05/2020).

Um outro aspecto que merece destaque é o da valorização do trabalho, muitas vezes, voluntário de membros das equipes das publicações acadêmicas que não são ressarcidos financeiramente por tal atividade. Essa é uma atividade que demanda tempo e informações que exigem bastante atenção, cautela com dados na recepção, triagem de material, indicações de pareceristas, envio de respostas, contatos, etc., até que o artigo seja publicado, ou não. Porém, há uma limitada valorização acadêmica desse tipo de trabalho voluntário nas várias fases do processo, desde as pessoas que estão envolvidas diretamente com a publicação, como aquelas que avaliam, realizam leituras e elaboram pareceres. Mesmo a relevância curricular que esse trabalho representa não é, necessariamente, um auxílio na

progressão da carreira e pode tomar um dispêndio de tempo muito grande. A pequena importância dada a esse processo é destacada por Iara Beleli (entrevista realizada em 27/04/2020):

[...] coloquei numa das reuniões [do *SciELO*] exatamente essa desvalorização do trabalho voluntário. O jeito de dar um parecer, muitas vezes, muito bom, você percebe o trabalho que ele [parecerista] teve para ler o artigo, para escrever o que escreveu, e qual é a compensação dele? Ele faz isso por amor, por amor à temática, ao campo de estudos, por isso, porque nem no CNPq, nem no currículo Lattes ele é reconhecido? O que vale um parecer no seu currículo Lattes? (Beleli, entrevista realizada em 27/04/2020. grifos nossos).

Percebemos que há uma necessidade efetiva de reconhecimento desse trabalho, que pode ser visto enquanto uma espécie de *mais-valia*, no sentido marxista do termo, de que se alimenta o sistema universitário cada vez mais financeirizado/mercantilizado e que suscita uma intensificação da produtividade, exigindo uma grande qualidade e, muitas vezes, desconsiderando o tempo de maturação necessário, além de todo o conjunto de atividades que envolve o ato de investigar, escrever, enviar para avaliação, receber um parecer positivo – com ou sem exigência de revisões – ou negativo, e ter o texto publicado numa publicação de grande relevância. Emília Araújo (2016: 118), numa leitura de Vostal, salienta a ideia de doutrina de excelência que, em suas palavras, pode ser classificada enquanto “um mecanismo de conformidade temporal, através do qual os próprios participantes ficam indiferentes ou acrílicos, face à própria aceleração do tempo – na aceção do aumento de tarefas a realizar no mesmo espaço de tempo”.

Zília Osório de Castro (entrevista realizada em 01/06/2020) destaca também a ideia de alargamento do tempo para análise com maior segurança de alguns fenômenos históricos, por motivos de distanciamento: “As alterações sociais são de tal forma complexas que nos parece difícil detectá-las na curta duração. Só a longa duração pode tornar evidentes as mudanças efetuadas e contextualizá-las”.

São muitos os trabalhos que destacam que essas assimetrias acabam dificultando a própria igualdade de gênero na esfera acadêmica. Elas estão associadas ao tempo e sua valorização, a formas de controle e gestão de qualidade deste, sendo mais um dos instrumentos de uma política de intensificação laboral na academia (Araújo, 2006; 2015; 2016; Araújo & Barros, 2017; Sales-Oliveira, Villas-Boas & Las-Heras, 2016; Sales Oliveira & Augusto, 2017; Santos, 2006b; Walby, 1997).

Diante disso, não podemos deixar de observar que essas práticas interferem diretamente no estímulo dessas publicações. O processo de profissionalização das revistas se dá de modo tautócrono à exigência crescente de atendimento a índices de produtividade, principalmente a partir da diminuição do repasse de verbas e da necessidade de financiamentos vindo de outras fontes que não com exclusividade de órgãos públicos, em alguns casos, criando academias cada vez mais lucrativas e competitivas naquilo

que se consolida como um mercado de alta lucratividade, e exigindo uma reformulação (Santos, 2006b; Acosta; Giordano & Soler, 2016). Ao mesmo tempo, essas dinâmicas potencializam a contradição interna da área dos EMGF, que, num primeiro momento, procurava o reconhecimento acadêmico, pois suas/seus autoras/es passaram a submeter-se, com consciência ou não, a um modelo de universidade baseado num crescente processo de performatividade (Pereira, 2019: 175). É a maneira que se possui para conseguir investimentos em pesquisas, visibilizar investigações, disputar espaço nas universidades.

Esse processo é também caracterizado por uma forte alienação laboral. Ele é exercido de modo, por vezes, perverso e em grande escala, como uma espécie de (auto)violência simbólica. Mas há também aspectos de cumplicidade, pelo fato das pessoas, em sua maioria, conhecerem muitas dinâmicas pelas quais o neoliberalismo é operacionalizado no interior das academias, deixando-se, de algum modo, seduzir ou cooptar por tais práticas.

Catarina Sales Oliveira e Amélia Augusto (2017: 20) apontam a dificuldade de se discutir a temática informada dos EMGF nas universidades, pelo fato de, muitas vezes, estas serem consideradas ambientes – seja no aspecto físico ou mesmo de produção teórica – “sem gênero”. Isso gera a ideia de menor valorização, especialmente se comparada a outras áreas mais consolidadas e prestigiadas que compõem as estruturas acadêmicas. Assim, percebemos que a universidade, enquanto espaço de/para promoção e de discussão de conhecimento, assim como de mudança social (Sales Oliveira & Augusto, 2017: 19), também se constitui enquanto local de reprodução de profundas assimetrias e processos de genderização (Pereira, 2017). Apesar de alguns planos de igualdade de gênero, as academias encontram-se hierarquizadas numa lógica de exclusão ou seguem um modelo padronizado do “carreirismo acadêmico”.

Do mesmo modo, podemos perceber a ausência de espaços de progressão de carreiras quando não há cátedras e que muitas das disciplinas (Unidades Curriculares) ofertadas são decorrentes do voluntarismo de suas profissionais. Conforme salientado pelo primeiro editorial da *ex æquo*:

O ensino [dos EMGF], quando surge, é, em geral, na base do voluntarismo individual de docentes e em sobrecarga com a sua distribuição normal. As estruturas de investigação têm-se mostrado mais flexíveis e permeáveis a projectos de natureza interdisciplinar. A departamentalização disciplinar que caracteriza a estrutura das universidades tem-se mostrado mais hostil” (Editorial, 1999: 6)

Chamo-nos atenção a atualidade dessas afirmações, especialmente quando percebemos que o texto foi publicado há duas décadas, e mesmo relativo à realidade portuguesa, os mesmos fenômenos podem ser vivenciados noutras realidades. Por exemplo, no Brasil, as publicações, e de modo particular aquelas que tratam das demandas de feminismo e gênero nas áreas de humanidades, no ano de 2020, não receberam financiamento por parte das agências nacionais de fomento. O feminismo e as feministas

ainda são vistos como intensamente especializadas em sua própria área – de modo a pouco conhecer outras e, por isso, apenas poderem falar e publicar sobre os temas. A departamentalização é também uma constante, sem mencionar os poucos recursos – humanos e financeiros – que algumas universidades apresentam, como descrito por Isabel Maria Casimiro (entrevista realizada em 05/05/2020), quando condições elementares para execução de um trabalho estão dependentes de atitudes individuais das/os profissionais:

...nós vamos para uma sala de aulas e temos que levar o *laptop*. Muitas vezes, temos também que levar o projetor... e então, a gente trabalha em condições extremamente difíceis. Muitas vezes, temos que arranjar o nosso papel, a nossa tinta... No princípio, não tinha papel. Eu trouxe papel e tinteiro do projeto ... A gente fica com imensas dificuldades. Nós estávamos a dar a aula no prédio da Faculdade de Letras e a faculdade não tinha luz. Como é que se trabalha, hoje, sem energia? Há desafios muito grandes, que nos criam grandes problemas para trabalhar. Não é que a gente não trabalhe. Tem que trabalhar, mesmo sem condição (Casimiro, entrevista realizada em 05/05/2020).

Avançando a discussão, reconhecemos a atividade de parecerista como uma daquelas as que estimulam o crescimento e o desenvolvimento dos centros universitários, assim como da própria ciência e da promoção humana. Em outras palavras, é essencial na formação de novas/os pesquisadoras/os. Todavia, mesmo que esse processo pudesse ser objecto de ressarcimento monetário por parte das publicações, elas não possuem, especialmente aquelas com baixo estímulo financeiro, condição de o fazer. Há áreas que capitalizam interesses mercadológicos mais imediatos que outras e possuem um estímulo financeiro por parte de grandes empresas do mercado privado. Isso faz com que haja uma maior frequência em suas ações, assim como um conjunto maior de pessoas para avaliar.

Essas questões possuem profunda relevância a partir do momento em que a universidade e a produção do conhecimento científico como um todo passam a ser objeto de profundo questionamento, muitas vezes, sem fundamentos. Esse negacionismo da ciência pode ser um fomentador de impropérios em relação ao combate das diversas formas de discriminação existentes, dificultando o trabalho em prol de caminhos equânimes.

Virgínia Ferreira (entrevista realizada em 04/05/2020) nos informa que a questão da desigualdade de gênero se torna mais visível durante a pandemia do SARS-Cov-2 decretada pela Organização Mundial de Saúde (OMS) em fevereiro de 2020, e que isso por ser visualizado na submissão de textos em publicações acadêmicas, sendo que, quando o dado está dividido por gênero, se percebe uma queda proeminente do número de autoras que assina as propostas. Cristina Wolff (2020), editora da *REF*, informa que, durante a pandemia, o envio de textos para o periódico não sofreu alteração, pelo menos até o momento de sua exposição. Revela também que pode ser decorrente de uma dinâmica

mais particularizada. Adicionamos uma interrogativa, não seria também uma tendência das publicações relativas a temáticas sobre saúde e gênero em tempos de pandemia? Percebemos que esse aspecto ainda é algo a ser analisado futuramente, dado que a pandemia, especialmente no contexto brasileiro, está fora de controle e a nível mundial não possuímos até a data de escrita desse texto uma vacinação acentuada relativamente a população.

Conforme notam Marcia Cândido e Luiz Campos (2020), as informações acerca das assimetrias de gênero em tempos de pandemia relativamente à submissão de textos acadêmicos para publicação em periodicos de todas as áreas disciplinares concernentes ao primeiro trimestre de 2016 e 2020, mostram que, em relação à coautoria de mulheres, houve uma diminuição de 8% (de 36% para 28% dos totais respectivos de cada ano indicado). Já para o detalhamento de mulheres enquanto primeiras autoras, a queda é mais acentuada: vai de 34% para 13% nos mesmos anos indicados. Isso nos evidencia um recorte contemporâneo acerca de muitos dos desafios que persistem e que são escancarados durante momentos de profunda crise social, política, econômica e sanitária.

Após uma análise do quadro geral demonstrado aqui, percebe-se que o feminismo lusófono é amplo a atuante, possui potência para além da fronteira linguística e desperta interesse em outras realidades nacionais científicas, políticas e culturais. Com grande destaque a nível regionalizado, dado que podemos perceber através das parcerias criadas. O que não conseguimos obter com exatidão é o seu impacto, haja vista percebemos que os mecanismos que atualmente o aferem não são necessariamente suficientes para tal medida.

Também podemos observar que existe uma evidente relação temática entre as diferentes realidades nacionais, sem ser algo acordado entre as publicações, isso de modo mais singularizado entre as publicações do grupo A. Essa partilha existe, é um fato, mas não resulta de um acordo entre as editoras. O que pode vir a sinalizar contextualidades e desafios cotidianos partilhados. Um dos elementos que pode vir a explicar esse processo é uma matriz cultural comum (a partir do processo de colonização) e que, apesar das independências políticas, ainda possuem quadros sociais em alguns níveis semelhantes. Obviamente que essas informações não conseguem explicar a complexidade dos países e de suas populações frente a processos macro estruturais, no entanto podem ser indicativos de passos que devem ser dados de maneira conjunta.

Alguns dos desafios que podemos aferir diante do quadro analisado são: primeiro, o de ampliar a colaboração entre esses países em termos de investigações, de modo a intensificar o interesse não apenas por temáticas “próximas”, mas a despertar possíveis parcerias. Isso pode ser compreendido como uma espécie de ampliação de capacidade de circulação, podendo ser efetuado em diversos níveis:

parcerias entre universidades e/centros universitários; a nível de política pública; ou mesmo de empenho entre publicações acadêmicas. Um desses caminhos conjuntos que procuramos apontar diz respeito à possibilidade de criação de um grupo de trabalho de editoras de revistas feministas intercontinental, que fomente a pesquisa e a publicação de materiais que tratem de realidades comparadas com foco nas possíveis alternativas de superação. Segundo, ressaltamos as já citadas dificuldades das publicações analisadas, especialmente ligadas ao uso idioma e a sua interferência na avaliação do impacto da publicação, dependente da utilização de algoritmos. Além disso, seria importante contar com fontes de fomento perenes, que auxiliem numa projeção prolongada de atividades e, com isso, pensar para além do presente.

A teoria feminista, e não somente ela, nos revela que devemos ficar constantemente alerta aos quadros gerais, pois conquistas políticas não são necessariamente garantias perpétuas e imutáveis, mesmo que estejam em formato de leis. Desde Simone de Beauvoir (1967 [1949]) que são apontadas e debatidas questões em torno da garantia e preservação dos direitos. Portanto, a vigília em torno das garantias e processos de legalidade constituem mais uma das frentes de atuação do feminismo.

A guisa de conclusão

... muitos são os questionamentos e divergências – e calorosos os embates – no tocante aos níveis da crítica que se faz à ciência e, assim, também quanto às estratégias epistemológicas que melhor poderão fundamentar e instrumentar a produção de um saber feminista (Sardenberg, 2007: 2).

A presente investigação pretendeu percorrer por muitos mares. Nesse processo, alguns se mostraram revoltos. Noutros momentos, suas águas foram mais brandas e, em meio a estas condições, procurámos perceber como se constitui uma parte da produção feminista lusófona em três países de continentes distintos, Brasil, Moçambique e Portugal.

Retomando a questão inicial de nosso exercício de investigação que era a de identificar quais epistemologias as feministas acadêmicas do Brasil, Moçambique e Portugal têm utilizado através de publicações em periódicos virtuais e como ocorrem seus desdobramentos em termos de ações políticas em suas realidades.

Nosso objetivo geral é identificar quais epistemologias as feministas acadêmicas do Brasil, Moçambique e Portugal têm utilizado através de publicações em periódicos virtuais e como ocorrem seus desdobramentos em termos de ações políticas em suas realidades. Para responder ao nosso objetivo dividimos as respostas em alguns tópicos.

Não foi identificado um modelo único de epistemologia. O que pudemos constatar foi a utilização de um conjunto de teorias e ferramentas metodológicas com períodos de diferente intensidade de utilização, dada a dimensão temporal que o trabalho percorreu. De modo concreto, eles estão representados com maior incidência de um tipo de linha epistemológica e, noutro momento, de outro. No entanto, as epistemologias mais voltadas às questões do olhar a partir do subalterno, baseadas na denúncia da opressão estrutural estão mais presentes, assim como, num primeiro momento, as teorias da desigualdade e de opressão de gênero. Nesse sentido, destacamos também a mudança de nomenclatura e, ao mesmo tempo, uma alteração/ampliação de estudos que vão desde os estudos sobre a mulher, estudos de gênero, estudos feministas às teorias *queer*. Inclusive, consideramos que a incorporação de outros atores sociais e as demandas trazidas por suas agendas coletivas (ou não), favoreceram e potencializaram a ampliação desse arcabouço teórico. Em relação aos desdobramentos políticos, segunda parte de nosso objetivo geral, estes aspectos podem ser verificados nas três realidades analisadas, Brasil, Moçambique e Portugal, respeitando seus contextos. São observáveis diante da

fundamentação de ações por meio de uma dupla questão: a experiência feminina (que pode ser compreendida desde a ideia de exclusão até ao enfrentamento de contextos adversos) e as teorias utilizadas. Em nossa leitura, um elemento concreto é a dimensão de comprometimento político do feminismo com o objetivo de implementar uma efetiva política de equidade entre as pessoas por meio de denúncia e fomento de direitos.

Quanto às ações políticas que são exercidas em variados níveis, destacamos, ao nível micro, a criação de leis, através da promoção e pressões política e social sobre os parlamentos, que impactaram vários domínios, dentre os quais: o cotidiano (*e.g.*, direito sobre o corpo); os direitos humanos das mulheres (*e.g.*, violência, acesso a bens sociais e igualdade de gênero, eliminação da e combate à miséria); a própria dinâmica de produção e fomento de conhecimento e ciência em cada país; a instrumentalização e formação teórica de movimentos/associações de mulheres no interior dos espaços acadêmicos ou mesmo fora destes, que podem estar localizados em espaços urbanos ou rurais; a reivindicação de participação ativa no domínio político. Essas ações são apresentadas como sendo exercidas através de diversos meios, formais e informais, com crescente repercussão social. Destacamos, ainda, o apoio a grupos de mulheres e organizações semelhantes (governamentais ou não, a nível local ou mundial), especialmente na construção de mecanismos de enfrentamento das várias adversidades, outrossim é a da formação teórica da atividade profissional docente por parte de ativistas e/ou simpatizantes em escalas que vão desde a formação do ensino básico ao ensino superior. Ao nível meso – inferência e participação concreta numa agenda de combate em variados níveis –, destacamos a ideia de uma coletividade feminista e sua atividade política nas agendas ambiental, de direitos básicos, emprego, combate ao capitalismo e ao colonialismo, formação de grupos e discussão e incentivo à criação de grupos de apoio, políticas de governos e ONG, e a promoção de uma educação baseada na crítica, na emancipação e no pleno exercício de conhecimento. Finalmente, ao nível macro – colaboração potenciadora do uso teórico e metodológico da área dos EMGF, que auxilia na fundamentação de programas acadêmicos e de disciplinas e ações no interior dos espaços universitários (embora não circunscrita apenas a este), além de fornecer uma efetivação, legitimação e institucionalização da área do conhecimento. Soma-se a isso a ideia de que a efetivação de projetos interdisciplinares é uma conquista das feministas e de sua produção. As relações, em várias escalas, entre intelectuais de diversas localidades permite passar a conhecer um pouco melhor outras realidades, fomentando redes de conhecimento, trabalhos em parceria. Além disso, aumenta a visibilidade dos processos de enfrentamento e conhecimentos, potencia a mobilização de movimentos e os encontros internacionais em grande escala. A própria divulgação das publicações é, em si mesma, um ato político.

Considerando o primeiro dos nossos objetos específicos, que era o de mapear as principais publicações feministas, em periódicos acadêmicos de acesso virtual, de Brasil, Moçambique e Portugal, a partir de 1990, passamos a responder por indicação de países, são elas: na realidade do Brasil podem ser verificadas as publicações *Revista Estudos Feministas* (1992) e *Cadernos Pagu* (1993). Em Portugal, as revistas *Faces de Eva. Estudos sobre a Mulher e ex æquo* (ambas em 1999) e, em Moçambique, o periódico *Estudos Moçambicanos* (1980/1991).

O segundo objetivo específico desta investigação foi identificar as principais perspectivas epistemológicas – especialmente feministas – que fundamentam o ativismo das feministas acadêmicas do Brasil, Moçambique e Portugal. Respondemos apontando que as epistemologias feministas mais voltadas às teorias da desigualdade de gênero, da opressão de gênero e da opressão estrutural são aquelas com maior presença nos periódicos analisados. Em grande medida, estas epistemologias são influenciadas pelas teorias do conflito e, num primeiro instante, voltam-se para a denúncia de quadros opressivos por meio dos trabalhos acadêmicos. De modo concreto, podemos perceber uma espécie de utilização, não necessariamente intencional, dessas teorias com uma utilização de aspectos com maior evidência de algumas delas, em uma espécie de união de conceitos. E, em destaque, apresentamos a terceira geração do feminismo, e uma quarta em progresso, que são mais visíveis. Especialmente advindas de experiências pessoais que auxiliam e potencializam a confecção de muitos trabalhos, além dos crescentes mercados editoriais (com traduções), assim como formações das autoras. As relações de proximidade e trabalho em parceria entre universidades e/ou centros de formação no interior dos próprios países ou entre países/continentes também são ressaltadas. Este último aspecto surge a partir do ingresso de ativistas sociais e/ou simpatizantes da causa no ensino superior, associado a uma maior visibilidade dos EMGF em diversos meios. o incremento das esferas acadêmicas em oferecer – através de pressões de poder político – espaços de construção de ideias e discussões.

Um outro aspecto que podemos evidenciar referentemente aos dados observados é²¹¹ uma endogamia acadêmica, especialmente na fase de implementação publicações, de modo mais concreto por volta dos cinco primeiros anos. Um dos motivos que podemos apontar para esse fenômeno é o da ausência de um lastro teórico local (nacional), este passando a ser constituído, ou não, num dado momento. Este aspecto é ressaltado tanto pelas entrevistas, como pelos dados trabalhados e compartilhado com outras publicações e teóricas de realidades distintas. Relativamente a este aspecto se destacam, nas publicações, as autorias de colegas – notadamente dos grupos de fundação dos

²¹¹ A informação ora apresentada não representa a exatidão, nomeadamente por percebermos que necessitaria uma pesquisa de bibliometria, não sendo este o foco de nossa investigação.

periódicos – e as traduções de textos centrais da teoria feminista, assim como a divulgação de trabalhos em congressos/seminários e outros eventos semelhantes.

Procurámos também salientar que num primeiro momento pode ser observado um grande volume de material produzido oriundo das academias do Norte global (EUA, Reino Unido e França), o que evidencia uma espécie de pioneirismo acadêmico e, ao mesmo tempo, uma baixa produção em outros idiomas, destacamos aqui aqueles em língua portuguesa. Esse aspecto é um dos elementos influenciadores das teorias, assim como a já apontada informação no exterior. No entanto, como é ressaltado pelas editoras entrevistadas, as publicações periódicas acadêmicas que participaram/participam representaram um forte elemento constitutivo de uma base teórica nacional. Além disso, difundiram do mesmo modo que passaram a estimular não somente a leitura, mas a investigação na temática (em amplas escalas) e maior envolvimento social. Portanto uma das maneiras de fomentar a consolidação dos estudos nas realidades ora apresentadas.

O fato dessas publicações contarem com muitas indicações/referências em línguas estrangeiras, notadamente de língua inglesa, mas também a língua francesa, se deve a alguns fatores, destacamos pelo menos dois deles, que são: a formação acadêmica das autorias e o lugar acadêmico ocupado. O primeiro deles está geralmente ligado a pós-graduação, especialmente daquelas pioneiras, que se dá, em sua maioria, em academias do exterior. Portanto atendendo ao mesmo tempo a indicações/critérios/obrigações bibliográficas, teóricas e epistemológicas dessas realidades, em sua maioria de cariz *mainstream*. O segundo se refere ao lugar periférico ocupado por muitas das academias de língua portuguesa em relação a outros contextos acadêmicos do mundo (em especial quando tratamos dos EMGF). Apesar de toda produção desenvolvida e as tentativas de romper com elementos de profunda hierarquização, já denunciados ao longo de nosso texto, assim com a ideia de projeção desses trabalhos, o que ocorre, na maior parte das vezes, quando divulgado em idioma mais utilizado academicamente a nível mundial.

Associação a essas questões, foi possível observar também que num primeiro momento, o custo de aquisição, produção e divulgação do material criado, sem grande apoio, era uma constante dessas publicações. Onde ainda pela dificuldade representada na aquisição dos números que eram disponibilizados apenas em formato físico, o que potencializava ainda mais os gastos (editoração, diagramação, impressão, divulgação, venda e envio). Do mesmo modo que a veiculação noutros espaços, sendo necessária uma profunda articulação parceria entre acadêmicas e as pessoas que objetivavam adquirir aquele material. O advento e popularização do uso da internet, em grande maneira, facilitou o processo de sociabilização de produções, com grande qualidade, a um número muito maior de pessoas.

Isso ainda não responde as questões ligadas as políticas de tradução (para o português ou deste para outros idiomas) de textos referenciais ou mesmo de uma ampliação de visualização e dos artigos produzidos – inicialmente em língua portuguesa – em outros ambientes. Ainda assim é perceptível e bastante significativo o volume de material – e a alta qualidade²¹² – produzido no idioma.

Outra questão apontada está relacionada a consulta de livre acesso dos acervos das publicações (política do *open access*) e a própria política de produção e socialização de conhecimento. Pois as ciências, e de modo muito particular, as ciências sociais e humanas e nestas os EMGF, não possuem altos índices de financiamento não governamental em suas investigações. Inclusive por serem consideradas como de uma área a “ser consolidada”, fronteiriça. Nos cenários analisados, as publicações periódicas acadêmicas feministas (e não somente estas), são atingidas por esse processo. Apesar de muitos e importantes avanços, necessitam de uma maior formalização diante dos cenários acadêmicos nacionais, especialmente ligados ao fomento e manutenção de suas edições. Salientamos também a utilização, por exigência institucional, de um corpo teórico que não necessariamente aponte para uma discussão que se tenciona (por vezes regional) e sim para um academicismo *mainstream*, referenciando-se e privilegiando-se as academias do Norte e suas produções, além de reafirmar padrões. Todavia, é perceptível também o combate a esse modelo estandarizado, exercido ao longo de muitas edições, por parte dos periódicos analisados.

Diante desse cenário apresentado a ideia de romper com esta lógica imposta é, em nossa compreensão, uma das atribuições de formas de conhecimento que se propõem inovadoras ou mesmo mais amplas. Notadamente por meio da criação de sessões que não fazem parte de modelo *mainstream* (poesia, denúncia), assim como a veiculação de trabalhos que questionam esse modelo produtivista. Estes são decorrentes de seu profundo compromisso científico e político. Isso não significa afirmar a negligência de uma dada produção ou, por outro lado, romancear (através de uma hipervalorização), é sim a introdução de outros pontos de vistas que exprimem ou procuram exprimir contextos que não se compreendem enquanto universalizantes e homogêneas.

Não realizar esse processo pode vir a ampliar uma subalternização cada vez mais acentuada dos conhecimentos academicamente produzidos e tomados como mais aceitos, o que pode desencadear um distanciamento ainda maior por parte das academias em relação a sociedade (compreendida de modo geral). Em outras palavras, empreender tal processo não é um modismo meramente ligado a

²¹² Essa medida está associada as avaliações nacionais, realizadas pelos institutos superiores de ciência e tecnologia de cada realidade aqui investigadas assim como os indexadores em que estão inseridas, do mesmo modo que pelos pares que manifestam suas impressões através dos pareceres que disponibilizam para a aprovação ou não de um dado material, atendo a normas internacionais de indexação entre outras. Sendo este último um dos critérios mais apontados como de dificuldade, especialmente por esse trabalho ser pouco valorizado a nível institucional – órgãos públicos – e de baixa representação curricular, no entanto ele é aquele que confere legitimidade acadêmica a determinado trabalho, indicando alterações, aprofundamentos, sugestões, entre outros.

defesa de uma ideia calcada no politicamente correto. Compreendemos que é possibilitar uma efetiva equalização de conhecimentos e sua distribuição e potencial discussão. Essas medidas implicam em profundas alterações nas relações de poderes institucionalizados, especialmente ligados política do conhecimento, assim a sociologia e história da ciência e a política de editoração de publicações acadêmicas em nível internacional.

Quanto ao nosso terceiro objetivo específico que é *comparar quais temáticas que os feminismos suscitam no debate acadêmico das feministas do Brasil, Moçambique e Portugal e quais convergências existem entre eles* respondemos que esse foi um aspecto de alteração ao longo dos anos e identificamos agendas locais do mesmo que aspectos macroestruturais que influenciaram e influenciam essas decisões. As três primeiras foram *Pensamento e práticas feministas, de gênero e queer*, com 579 (24,81%) do total de trabalhos. Seguida da categoria *Representações da mulher, do feminino e do gênero* com 341 (14,61%) e em terceiro *Corpo, sexualidade e saúde* com 317 (13,58%). Reunidas somam 1237 (53%) do total de trabalhos, o que é uma alta representatividade. Estas foram identificadas em todos os anos observados.

Portanto, dividimos essa resposta em três etapas, sendo elas: manutenção, crescimento e declínio. Quanto a manutenção podemos observar as categorias: *pensamento e práticas feministas, de gênero e queer; representações da mulher, do feminino e do gênero; corpo, sexualidade e saúde* e, na quarta delas, *mulheres, minorias, política e poder*, com um ligeiro decréscimo relativamente ao último grupo quando comparada em volume total com a categoria *violência sexual e de gênero*. Estas, se mantêm como aquelas com grande destaque durante os três períodos indicados.

Quanto ao crescimento das temáticas nas categorias, informamos que: *literatura e escrita de mulheres, meio ambiente e fluxos migratórios femininos e de gênero; mulheres e cárcere e violência sexual e de gênero* são aquelas com maior representatividade. Inclusive, esta última, recebendo um forte impulso no último período analisado. Por sua vez, uma das respostas apresentadas para esse aumento se deve ao fato de uma maior criação e aplicação de leis, além da formação de um aparelhamento administrativo de apoio às mulheres e demais pessoas vítimas de violências. Do mesmo modo que a partir de alterações em códigos penais etc. Essa legislação criada por meio de uma intensa pressão política, em sua maioria feminista, decorrentes de processos internos, com diversos níveis de interferência. Além da denúncia e discussão social do tema, exercida por diversos meios, inclusive por elementos midiáticos (telejornais, telenovelas, filmes), mas também destacamos as ações de grupos de apoio (oficiais e não oficiais) que passaram a agregar um número maior de participantes e que podem fornecer assim experiências de enfrentamento, além mesmo da própria discussão no interior dos espaços

acadêmicos, onde muitos passaram a ser espaços de discussão e projeção, por meio da análise profunda dessas relações e suas constituições.

Relativamente as categorias que obtiveram um declínio, observado no último dos três períodos analisados. São elas: *direitos humanos, direitos da mulher e gênero; gênero, esporte e formas de sociabilidade (educação física; amizade feminina) e identidade, gênero e minorias sexuais*. Salientamos que essa redução foi pequena. E também, como já apontado durante nosso texto, as revistas acadêmicas feministas não são as únicas fontes de veiculação para estes trabalhos, portanto, a redução pode ser pontual, num movimento de publicação em outros periódicos ou mesmo não significa uma irrelevância da temática.

Em relação ao nosso quarto objetivo específico, que é *verificar se existe articulação entre as produções feministas científicas de acesso virtual e se estas publicações se justificam enquanto ativismo político*, passamos a respondê-lo afirmando que não há em si uma articulação formal. O que não significa dizer que não exista. No entanto, ela se dá de modo espontâneo, a nível da informalidade. Por meio de trabalhos realizados em parcerias entre autorias (em diversos níveis de formação), ou ainda pela escolha de temas em dossiês e edições semelhantes. De modo, que articular precisamente como ocorre uma articulação se tornou mais complexo do que o suposto, dada algumas disparidades contextuais, que vão desde a questão do fomento e política de conhecimento dos países até mesmo as relações individuais entre as autorias. Mas, é tácito que entre os periódicos aqui analisado não há. Todavia, isso não significa afirmar que não existam atos políticos comuns. Eles também são exercidos sem uma articulação formal. No entanto, são visíveis por meio das denúncias – expostas em alguns trabalhos – e ações de promoção de temáticas trabalhadas noutras realidades, além mesmo de um capital acadêmico (tanto da publicação de uma/um teórica/teórico em particular). Do mesmo modo que por meio de convite a ativistas acadêmicas/os nomeadamente quanto a participação de eventos, pesquisas, trabalhos etc.

Nosso trabalho foi desenvolvido baseado numa metodologia quantitativa. Enquanto método empreendemos o uso do estudo de caso – Brasil, Moçambique e Portugal e as publicações periódicas feministas mais antigas dessas realidades, sendo elas: *REF, Cadernos Pagu* (Brasil), *Estudos Moçambicanos* (Moçambique) e *Faces de Eva e ex æquo* (Portugal). Enquanto técnicas de investigação dispomos da análise de conteúdo – temática e/ou categorial – assim como de entrevistas semidiretivas.

Diante do exposto encontramos alguns elementos que não foram originalmente pensados enquanto objetivos de nosso trabalho. As alterações e interferências a nível governamental (em escala nacional ou mesmo local, através da própria universidade ou entidade mantenedora da publicação), políticas de governo, que, em diversas proporções, podem não contribuir para a permanência de algumas

publicações ou ainda dificultam seu crescimento; a dificuldade de financiamento contínuo que assegure e mantenha o fluxo dos periódicos, posto que eles estão, muitas vezes, dependentes de políticas internas de seus países, por meio de agências governamentais de fomento, também podendo ser a partir dos grupos/associações/centros aos quais estão inseridos ou mesmo, e corriqueiramente ocorre, através da participação em editais que podem não possuir uma regularidade, como fora verificado, e ainda financiamentos externos, o que implica uma série de articulações; a ideia de fomento provoca também uma intensificação de trabalho voluntário que pode acarretar, dentre outras questões, uma sobrecarga de trabalho por parte de um grupo de pessoas, do mesmo modo que dificulta a profissionalização das publicações, criando algumas assimetrias entre essas, especialmente no que diz respeito, a procura externa e submissão de trabalhos. Esse sendo um dos principais elementos de questionamento realizado por quem procura contribuir com a publicação, através de envio de textos, ao mesmo tempo do melhoramento curricular; outrossim, em relação a política científica, podemos observar em vários aspectos, mas destacamos aqui dois deles, que são: dos países e dos indexadores. O primeiro, em nossa visão, necessita de uma intensa pressão política para assegurar condições, inclusive em forma de lei, de estímulo e permanência, além da possibilidade de articulação com organismos e associações de fomento (nesse caso, fora do âmbito dos governos). Já o segundo demanda de um aprofundamento e observação contextual a nível de definição de políticas e parâmetros entre áreas do conhecimento, assim como de contextos em que estão inscritos; o papel exercido pelas demais autorias, especialmente no que se refere as relações que são estabelecidas as parcerias, possibilitando assim demonstrar a ideia de relação, pertença, aproximações entre ideias (inclusive de gerações, formas de atuação assim como a possibilidade de visualização de correntes teóricas distintas); articulação e processo político científico entre países (fundamentos, caminhos, processos futuros) e a visualização desses caminhos em nível das próprias publicações, empreendidas por áreas de conhecimento; perceber como são constituídas as articulações em cenários regionais (circunscritos em seus continentes); apesar de existir, e está com algum nível de crescimento, a articulação com outras áreas do conhecimento e conseqüentemente a partir de uma maior incorporação pessoas que não somente das ciências humanas e sociais, estando aí um desafio de modo mais amplo; impacto das publicações em cenários de formação acadêmica e não acadêmica, assim procurando dimensionar áreas que estão em maior sintonia.

A dificuldade de aquisição inicial de alguns materiais específicos que não estão disponíveis na totalidade em formato digital acabou por demandar um intenso trabalho de procura, em alguns casos, com recorrência a leituras secundárias e contatos diretos com editoras. Além disso, o fato de as publicações aqui trabalhadas pertencerem a contextos acadêmicos diferentes e com tempos de

instauração variados representou mais um desafio especificamente em relação a uma maior compreensão de cada uma das realidades nacionais investigadas, pois consideramos que, no campo da sociologia da ciência e, em especial, dos EMGF, não podemos esquecer que falamos a respeito de locais, concepções de mundo e ideias múltiplas. Essas ideias são oriundas de universos femininos diversos, por sua vez ligados a concepções sociais, históricas, culturais e acadêmicas que, por mais que apresentem semelhanças, não são iguais e estas singularidades contém diversos caminhos de interpretação. Por essa razão, procurar simetrias nesses contextos, por vezes, se mostrou uma tarefa árdua, mas não impossível.

A partir destas considerações finais, não pretendemos estabelecer hierarquias ou homogeneizações epistemológicas ou analíticas. Apontamos algumas considerações construídas mediante escolhas teórico-metodológicas, que sustentam a maneira como lemos a nosso objeto de investigação nas realidades estudadas através da lente das teorias feministas e de gênero. Estas teorias, em especial atreladas ao que pode ser chamado de feminismo pós-colonial, auxiliaram na compreensão de fenômenos relacionais, assim como pontuais, potencializando olhares e construindo percepções a partir dos dados que utilizámos. De modo concreto, procurámos verificar os processos de dominação e fatores de superação e conflito, exercendo, para tanto, o diálogo, o respeito e a valorização de cada realidade a fim de evitar uma superficialidade das conclusões.

Portanto, apontamos, mediante nossas análises, maneiras de existência e de resistência de feminismos combativos, em meio às tentativas de padronização, especialmente acadêmicas, com as quais nos deparamos. A crítica teórica feminista pós-colonial e de gênero estimula a observação da diversidade de pensamento enquanto uma riqueza da construção humana, especialmente pelo fato de compreender que não há uma única forma de saber e sim múltiplos contornos de conhecimento e reconhecimento (de si e do mundo no qual se está inserido). Desse modo, entendemos que podemos aprender e ensinar sob variadas perspectivas. Isto não significa evidenciar um ecletismo puro e simples, mas perceber que estas concepções teóricas associadas trazem uma inovação não somente epistemológica, mas de alargamento do mundo. Desse modo, procurámos destacar diversos atores sociais que são, não somente a nível de discursos, subalternizados ou mesmo ignorados, muitas vezes representados enquanto meros dados estatísticos.

Diversas relações de poder, sobre os mais variados aspectos, permeiam as políticas de produção do conhecimento científico, desde o fomento, a divulgação, a editoração, à permanência e ao estímulo no meio acadêmico. Elas são especialmente compostas por práticas ainda colonizadoras e hierarquizantes que nos fazem questionar e problematizar uma dada forma de conceber os saberes,

numa proposta de democratização. A partir disso, procurámos verificar formas efetivas de rompimento desse processo dado como naturalizado.

Ainda destacamos que o ativismo acadêmico exercido especialmente por meio da docência acadêmica (mas não se resumindo apenas a esta), é um elemento fundamental e característico das múltiplas ações políticas, em alguns casos, indissociáveis da formação dessas feministas. Essa dimensão inclui diversos papéis que a função requer, tais como formação, comunicação, extensão, divulgação, leitura, pesquisa, humildade e ensino. Esses aspectos podem, até, ser considerados derivados de uma visão romanceada ou ingênua da atividade. No entanto, há evidentes espaços de enfrentamentos, resistências e esperanças, pois diferentemente das adversidades que são vivenciadas.

O aspecto comum que perpassa as três realidades analisadas é a do ativismo feminista, especialmente compreendido numa dimensão regional, com problemáticas próprias analisadas à luz das teorias críticas feministas dos mais variados espectros epistemológicos, eles próprios decorrentes de prismas que misturam níveis micro e macro. Esse aspecto apontado procura, auxiliada pelas teorias expostas, perceber quais as dinâmicas que engendram processos de violência, opressão e invisibilidade, com o evidente objetivo de superá-las. Portanto, podemos afirmar que não há uma agenda comum que defina as publicações acadêmicas feministas dos países investigados, seja por meio de suas escolhas temáticas, epistemológicas ou mesmo metodológicas. Todavia, encontramos cenários, em alguns aspectos, semelhantes, relação que se dá de modo não organizado. Podemos perceber um cenário aproximado quanto à opressão ao gênero (de modo contextual, com diversos níveis de intensidade e interseções). Mas não somente essa dimensão deve ser destacada, especialmente pela intensa participação de produção entre ativistas acadêmicas nas publicações e tentativa de compreender e assim combater esses quadros de opressão. Para além disso, destacamos também seus próprios percursos de formação – acadêmica e política – que acabam por influenciar em sua atuação profissional. Esses aspectos evidenciam a capacidade de transformação e ação que o conhecimento possibilita. No caso das publicações periódicas feministas, o uso do idioma comum também é utilizado como meio de resistência e forma de aproximação entre os países. A dimensão da resistência pode ser evidenciar especialmente quando observamos as questões que envolvem a estandardização das academias, de impacto de produtividade e *rankings* dos quais os estabelecimentos de ensino superior estão inseridos, esses são elementos cada vez mais comuns.

As considerações realizadas nos apontam caminhos que ainda podem ser utilizados para ampliar pesquisas, com exigências cada vez mais focadas em aspectos que podem ser compreendidos por meio da interdisciplinaridade e o papel junto à comunidade acadêmica, universidades e/ou centros de

investigação, sociedade organizada em geral e respectivos governos. Nesse caminho passamos a apontar alguns desses desafios que observamos em relação ao cenário de nossa investigação, são eles: impulso na divulgação tanto entre academias (decorrente de sua comunidade integrante) quanto fora desse espaço. Para isso utilizando-se de diversos mecanismos. Isso pode ser vivenciado através de uma “associação” entre periódicos, para além de indexadores. Acreditamos que auxiliaria na promoção de diversos eventos e troca de ideias entre realidades e projeção noutros cenários menos evidenciados ou mais fechados a modelos não tão estandardizados; atração e consolidação de um público leitor, cada vez mais dinâmico, e que procura, a partir de diversos meios de informação, a aquisição de conhecimento de maneira mais acessível e imediata; diante deste último aspecto apontado, percebemos que uma simplificação no uso da linguagem utilizada, no sentido oferecer a quem procura, informação compreensível. A construção desse caminho pode oferecer e estabelecer tanto uma proximidade e identificação com o tema, como garantir que o que está sendo veiculado possua fundamentos sólidos. Criando assim aspectos de representatividade para além do objeto do texto, numa espécie de fidelização de um público leitor e, ao mesmo tempo, possível promotor das ideias veiculadas, por meio da materialização de ações. Isso faz parte de um processo macro de concepção de educação não-sexista; medidas de tradução, respeitando ideias e formatos de linguagem, ampliando assim espaços de ocupação em cenários de profunda competitividade acadêmica. Que auxiliam a ampliação de trabalhos, em vários níveis de construção; apesar de avanços apontados ainda podemos considerar a efetivação da interdisciplinaridade entre áreas um elemento desafiador, de modo muito concreto, nas chamadas ciências duras; o espaço acadêmico ocupado por mulheres e por mulheres feministas, com promoção de equidade nestes espaços, que faz parte de uma política muito mais ampla do que aquela que trabalhamos aqui; o choque entre feministas (a nível político e epistemológico). No caso das revistas analisadas esses aspectos não foram objeto de análise e questionamento profundos. No entanto, acreditamos que a indicação pode ser importante em algum nível. Portanto, a conciliação entre feministas de várias gerações e os choques que causam entre si. Há diversas leituras aqui, algumas delas salientam uma espécie de corporativismo, de domínio teórico, de perda de protagonismo direto assim como de narrativa (na maior parte das vezes advindo da legitimidade de luta e construção de carreira, em vários espaços e áreas, que remontam ao pioneirismo das construções). Por outro lado são questionados diversos papéis, destacamos aqui a construção de memória. Além disso, uma ausência de domínios de técnicas (entre as gerações), a primeira sobre a tecnologia da informação e acessibilidade a novos meios, principalmente por estarem nos espaços acadêmicos e procurarem uma legitimidade institucionalizada além da formação de bases. Já para a segunda, a agilidade na resolução de problemas

considerados demasiados longos, possuindo facilidade de comunicação o que pode gerar uma superficialidade de conceitos e teorias, além de uma difusa organização, não encaixada em moldes até então visualizados. Portanto, diante desse processo o aprender com e entre gerações é uma condição – fundamentada numa espécie de dualidade/contradição – para a transformação e continuidade dos feminismos combativos em nossa era; coletivização e individuação de lutas, um dos aspectos da liquidez da contemporaneidade e diversidade de agendas; permanente estabelecimento de contatos com estruturas não necessariamente acadêmicas, para além da utilização de dados adquiridos, sem perder com isso a precisão do apurado rigor científico que os trabalhos (artigos, relatórios, dissertações e teses) exigem, além do compromisso social e político. Está aqui um dos elementos com os quais teremos que lidar, especialmente em momentos de descrença cada vez mais crescente em torno conhecimento científico, numa tentativa de descredibilizá-lo; maior profissionalização das publicações, decorrente da experiência adquirida, pesquisas, adequação as normas de grandes indexadores, somada a rotineira procura por parte de investigadoras/es fez com que elas passassem a ser referenciais em seus campos de estudos, não apenas em suas conjunturas nacionais. Além disso, potencializaram uma construção, sedimentação do que chamamos em nosso texto de feminismo lusófono.

A procura pelos materiais publicados decorrente da expansão da área por meio da visualização e interesse crescente, advindas tanto de meios acadêmicos assim como de fora dele, é uma outra característica de destaque que as publicações trabalhadas possuem, nas três esferas. Esse conjunto de fatores, não necessariamente somente indicados pelas entrevistas, também pode vir a ser utilizado como critério de explicação para o longo êxito dos periódicos, não somente da área temática assim como de suas publicações em várias escalas, para mais da longevidade dessas publicações.

A socialização de conhecimentos é uma das maneiras percebidas que podem auxiliar no avanço das teorias e práticas feministas e não-sexistas. Especialmente quando aplicadas ao meio educacional, este de modo específico formal, no entanto não apenas restrito a essa concepção, cria outros espaços de discussão e formação de saberes. Potencializando assim a crítica de temas e o aprofundando das concepções e práticas de educação, assim como o próprio ativismo acadêmico, exercido em diversos meios e realidades, contextualmente aplicados, é um dos seus principais exemplos exitosos.

O desafio é pensar no coletivo, em ter atenção da subjetividade seja por meio da revisão e ampliação dos indicadores ou ainda alteração intervenção nesse contexto, que é um dos componentes do conhecimento científico. Além destes a nível administrativo os planos de igualdade de gênero podem ser um caminho, no entanto, também devem estar constantemente e amplamente sendo avaliados, inclusive em saber quais os impactos que possui política que os direciona.

São diversos os fatores que contribuem para aprofundar a dificuldade de construirmos sociedades baseadas em princípios não sexistas, citamos alguns deles: a violência, exercida em suas mais variadas formas de manifestação; a desigualdade social crescente; o analfabetismo ou mesmo a dificuldade em se obter uma educação pública de qualidade; ausências de políticas públicas eficazes de combate à miséria, à pobreza e à exploração de trabalho (sexual, infantil); falta de cooperação, em escala macro, entre os países, especificamente por meio de práticas exitosas. Além destes o acesso e a permanência ao ensino superior dificultado, quer pela escassez de vagas, ou mesmo pelo quantitativo juvenil de gravidezes na adolescência etc.; fomento da participação feminina na sociedade entre outras questões são aspectos que devem ser, cada vez mais, observados e assim procurar respondê-los de maneira a tornar equitativa a participação numa sociedade concreta. Essa sim é uma árdua tarefa, no entanto, há evidentes sinais de possibilidade de mudança, de enfrentamento e, em nossa leitura, de construção dessas alterações, em diversas escalas.

Nos movemos, enquanto isso, resistimos e, mais que isso, existimos, apesar de retrocessos, procuramos não desanimar e com isso avançar, no enfrentamento, na construção equânime e no aprendizado cotidiano das relações que inspiram e ativam as utopias, procurando assim romper com os grilhões que insistem em aprisionar e determinar os caminhos, por isso mesmo, concebemos que as rotas devem ser de escolha própria, mediante a libertação trazida por meio do conhecimento e da experiência de vida.

Referências.

- Aboim, S. (2007). Masculinidade hegemónica e pluralidade não masculina: rumos a novos hibridismos do género. *In: Aboim, S. Et al. O que é masculinidade?* Lisboa, Escolar Editora, pp. 11-47.
- Aboim, S. (2008). Masculinidades na encruzilhada: hegemonia, dominação e hibridismo em Maputo. *In: Análise Social*, v. XLIII (2º), pp. 273-295.
- Aboim, S. (2010). *Plural masculinities: the remaking of the self in private life*. Surrey: Ashgate.
- Abrams, K. (1994). *Songs of innocence and experience: dominance feminism in the university*. *In: The Yale Law Journal*, v. 103, pp. 1533-1560.
- Abranches, G., & Ferreira, V. (1986). O debate sobre o aborto e a ortopedia discursiva da sexualidade. *In: Análise Social*, Vol. XXII (3.º-4.º), n.º 92-93, pp. 477-492.
- Abreu, M. L. G. (2010). *Feminismo no exílio: o Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris e o Grupo Latino-Americano de Mulheres em Paris*. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas, SP: [s. n.].
- Abreu, I. S. (2013). Faces de Eva. Centro de Estudos sobre a Mulher a trajetória de um projecto. *In: Faces de Eva. Estudos sobre a mulher*, n. 30, pp. 97-111.
- Abreu, M. L. G. (2018). Feminismo materialista na França: sócio-história de uma reflexão. *In: Revista Estudos Feministas*, v. 26, n. 3, pp. 1-17.
- Abreu, M. (2013). *Nosotras*: feminismo latino-americano em Paris. *In: Revista Estudos Feministas*, v. 21, n. 2, pp. 553-572.
- Acioli, S. (2007). Redes sociais e teoria social: revendo os fundamentos do conceito. *In: Informação & Informação*, v. 12, n. 1(esp), pp. 8-19.
- Acosta, Y; Giordano, V., & Soler, L. (2016). *América Latina: nuestra*. *In: Gentili, P; Trotta; N. (Comp.). América Latina: la democracia en la encrucijada*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Editorial La Página S.A, pp. 59-68.
- Adèèkó; A. (2005). *Kò Sòhun Tí ò Nitàn (nothing is that lacks a [hi]story): on Oyèrónké Oyěwùmí. The invention of women*. *In: Oyěwùmí, O. (Ed). African gender studies: theoretical questions and conceptual issues*. Houndmills, Basingstoke, England, New York: Palgrave MacMillan, pp. 121-126.
- Adelman, M. (2007). Feminismo e pós-colonialidade: algumas reflexões a partir da teoria social e a literatura. *In: Wolff, C; Fáveri, M. & Ramos, T. (orgs.). Leituras em rede: gênero e preconceito*. Florianópolis: Ed. Mulheres, pp. 391-413.

- Adrião, K. & Toneli, M. (2008). Por uma política de acesso aos direitos das mulheres: sujeitos feministas em disputa no contexto brasileiro. *In: Psicologia & Sociedade*, 20(3), 465-474.
- Adrião, K; Toneli, M., & Maluf. (2011). O movimento feminista brasileiro na virada do século XX: reflexões sobre sujeitos políticos na interface com as noções de democracia e autonomia. *In: Revista Estudos Feministas*, 19(3), pp. 661-681.
- Adrião, T. (2017). A privatização da educação básica no Brasil: considerações sobre a incidência de corporações na gestão da educação pública. In: Araújo, L., & Pinto, J. M. (orgs). *Público X privado em tempos e crise*. São Paulo: Fundação Lauro Campos e Fineduca, pp. p.16-37
- Adrião, T. (2018). Dimensões e formas da privatização da educação no Brasil: caracterização a partir de mapeamento de produções nacionais e internacionais. *In: Currículo sem Fronteiras*, v. 18, n. 1, p. 8-28.
- Agapito, C. (2018). *SciELO* Portugal: uma via dourada. *In: XIII Jornadas APDIS*. Lisboa, pp. 1-5. Disponível em: <<https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/28474/1/258-1040-1-PB.pdf>>, acesso em 02/2021.
- Akotirene, C. (2018). *O que é interseccionalidade?* Belo Horizonte (MG): Letramento: Justificando.
- Alambert, Z. (1986). *Feminismo: o ponto de vista marxista*. São Paulo: Nobel.
- Albuquerque, W. R., & Fraga Filho, W. (2006). *Uma história do negro no Brasil*. Salvador: Centro de Estudos Afro-Orientais; Brasília: Fundação Cultural Palmares
- Alcoff, L., & Potter, E. (1993). *When feminisms intersect epistemology*. In: Alcoff, L., & Potter, E. (Eds.). *Feminist Epistemologies*. London and New York: Routledge, pp. 1-14.
- Aldana, M. (2008). Vozes católicas no congresso nacional: aborto, defesa da vida. *In: Revista Estudos Feministas*, v. 16, n. 2, pp. 639-646.
- Allen, A. Tr. (2008). Erro de tradução? A história das mulheres numa perspectiva transnacional e comparada. In: Cova, A. (Dir). *História comparada das mulheres: novas abordagens*. Trad. Diogo Freitas da Costa. Lisboa: Livros Horizonte, pp.47-59.
- Almeida, A. N. (1985). Trabalho feminino e estratégias familiares. *In: Análise Social*, Vol. XXI (1.º), n.º 85, pp. 7-44.
- Almeida, A. N. (1986a). A fábrica e a família – tópicos para uma reflexão. *In: Análise Social*, Vol. XXII (2.º), n.º 91, pp. 279-312.
- Almeida, A. N. (1986b). Entre o dizer e o fazer: a construção da identidade feminina. *In: Análise Social*, Vol. XXII (3.º-4.º), n.º 92-93, pp. 493-520.

- Almeida, A. N. (1986c). As mulheres e as ciências sociais – os sujeitos e os objectos de investigação. *In: Análise Social*, Vol. XXII (5.º), n.º 94, pp. 979-985.
- Almeida, A. N. (1993). Mulheres e famílias operárias: a “esposa doméstica”. *In: Análise Social*, Vol. XXVIII (1.º), n.º 120, pp. 105-132.
- Almeida, Â. M. (1986). Sexualidade e casamento na colonização portuguesa no Brasil. *In: Análise Social*, Vol. XXII (3.º-4.º), n.º 92-93, pp. 697-705.
- Almeida, C; Lüchmann, L., & Ribeiro, E. (2012). Associativismo e representação política feminina no Brasil. *In: Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 8, pp. 237-263.
- Almeida, L. C., Dalben, A., & Freitas, L. C. (2013). O Ideb: limites e ilusões de uma política educacional. *In: Educação & Sociedade*, 34(125), pp. 1153-1174.
- Almeida, M. V. (2010). De vermelho a violeta e vice-versa. *In: Magalhães, M. J. [et al] (Coord.). Quem tem medo dos feminismos? Congresso Feminista 2008. Actas*, vol. II. Funchal: Nova Delphi, pp. 68-76.
- Almeida, S. L. (2018). *O que é racismo estrutural?* Belo Horizonte: Letramento.
- Alonso, A. (2010). A introdução da interseccionalidade em Portugal: repensar as políticas de igualdade(s). *In: Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 90, pp. 25-43.
- Alvarez, S. E. (2014). *Introduction to the project and the volume / enacting a translocal feminist politics of translation*. *In: Alvarez, S. E.; Costa., C. L; Feliu, V; Hester, R. J.; Klahn, N; Thayer, M. & Bueno, C. C. Translocalities/translocalidades: feminist politics of translation in the Latin/a Americas*. Durham London: Duke University Press, pp. 1-18.
- Alves, B. M., & Pitanguy, J. (1981). *O que é feminismo*. São Paulo: Brasiliense.
- Amâncio, L. (1992). Assimetrias nas Representações do Género. *In: Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 34, pp. 9-22.
- Amâncio, L. (1994). *Masculino e Feminino. A Construção Social da Diferença*, Porto, Afrontamento.
- Amâncio, L. (1998). O feminismo português no final do séc. XX: um olhar sobre o passado. *In: Várias Autoras. Movimento feminista em Portugal. Seminário UMAR*. UMAR: Lisboa, pp. 51-53. Disponível em <<http://umarfeminismos.org/images/stories/pdf/seminariomovfeminista.pdf>>, acesso em 11/05/2019.
- Amâncio, L. (2000) Contributos para a história de um movimento social inexistente. A representação social do feminismo. *In: Comunicação apresentada ao III Congresso Português de Sociologia*. Disponível em < https://aps.pt/wp-content/uploads/2017/08/DPR492edae34be60_1.pdf>, acesso em abril de 2020.

- Amâncio, L. (2002). O gênero na psicologia social em Portugal: perspectivas e desenvolvimentos futuros. *In: ex æquo*, n. 6, pp. 55-75.
- Amâncio, L. (2003). O gênero no discurso das ciências sociais. *In: Análise Social*, v. 38 (168), pp. 687-714.
- Amandiame, I. (2005). Theorizing patriarchy in Africa: kinship ideologies and systems in Africa and Europe. *In: Oyěwùmí, O. (Ed). African gender studies: theoretical questions and conceptual issues.* Houndmills, Basingstoke, England, New York: Palgrave MacMillan, pp. 83-98.
- Amorós, C. (1997). *Tiempo de feminismo. Sobre feminismo, proyecto ilustrado y posmodernidad*, Cátedra, Madrid.
- Amorós, C (Ed.) (2000a). *Feminismo y filosofía. Madrid: Editorial Síntesis.*
- Amorós, C. (2000b). *Tiempo de feminismo: sobre feminismo, proyecto ilustrado y postmodernidad.* 2ª ed. Madrid: Ediciones Cátedra.
- Amorós, C. (Ed.) (2000c). *Apresentación. In: Amorós, C. (Ed.). Feminismo y filosofía. Madrid: Editorial Síntesis*, pp. 9-112.
- Amorós, C., & Miguel, A. (Eds.). (2007). *Teoría feminista: de la Ilustración a la globalización: de los debates sobre el género al multiculturalismo*, vol. 3. 2ª ed. Madrid: Minerva Ediciones.
- Amorós, C., & Miguel, A. (Eds.). (2014a). *Teoría feminista: de la Ilustración a la globalización. Del feminismo liberal a la posmodernidad*, vol. 1. Madrid: Minerva Ediciones.
- Amorós, C., & Miguel, A. (Eds.). (2014b). *Teoría feminista: del feminismo liberal a la posmodernidad*, vol. 2. Madrid: Minerva Ediciones.
- Amorós, C., & Miguel, A. (Eds.). (2014c). *Introducción. In: Amorós, Celia; Miguel, Ana de. (Eds.). Teoría feminista: de la Ilustración a la globalización. Del feminismo liberal a la posmodernidad*, vol. 1. Madrid: Minerva Ediciones, pp. 13-89.
- Anderson, B. (2008). Primórdios do feminismo internacional: contribuições e dificuldades da história comparada. *In: Cova, A. (Dir). História comparada das mulheres: novas abordagens.* Trad. Diogo Freitas da Costa. Lisboa: Livros Horizonte, pp. 29-45.
- Anderson, E. (1995). Feminist epistemology: an interpretation and a defense. *In: Hypatia*, 10(3), pp. 50-84.
- Andrade, X. (2007). O direito ao aborto como uma questão de direitos humanos. *In: Outras Vozes*, n. 19, pp. 6-8.
- Andrade, X. (2009). Proposta de lei de contra a violência doméstica: processo e fundamentos. *In: Outras Vozes*, n. 26, pp. 14-17.

- Anjos, G. (2008). Liderança de mulheres em pastorais e comunidades católicas e suas retribuições. *In: Cadernos Pagu* (31), pp. 509-534.
- Annanziata, R; Arpini, E; Gold, T., & Zeifer, B. (2016). Argentina. *In: Sorj, B., & Fausto, S. (Orgs.). Ativismo político em tempos de internet*. Trad. Fabio Storino. São Paulo: Edições Plataforma Democrática, pp. 39-114.
- Araújo, D. M. O. (2019). *Pedagogia do Movimento Sem Terra e relações de gênero*. Marília: Lutas anticapital.
- Araújo, E. R. (2006). *O doutoramento: a odisseia de uma fase da vida*. Lisboa: Edições Colibri.
- Araújo, E. R. (2015). O tempo dos(para) os docentes e pesquisadores numa perspectiva do gênero. *In: Revista Ártemis*, v. XX, pp. 39-56.
- Araújo, E. R. (2016). Uma abordagem sobre o tempo de(para) na ciência e academia. *In: Sociologia on line*, nº 12, pp. 110-136.
- Araújo, E. R., & Barros, V. (2017). Modo *deadline*: uma análise sobre o tempo das mulheres académicas. *In: Revista Tempos e Espaços em Educação*, v. 10, n. 22, pp. 173-186.
- Araújo, N. (2010). Mulheres, família e crianças: algumas indicações para as políticas. *In: Magalhães, M. J. [et al] (Coord.). Quem tem medo dos feminismos? Congresso Feminista 2008. Actas, vol. I*. Funchal: Nova Delphi, pp. 123-127.
- Arcuri, A. (2018). Represión sexual y de género en la confesión: los manuales de confesores de la Edad Moderna (siglos XVI-XVII). *In: ex æquo*, n. 37, pp. 81-93.
- Arendt, H. (2002). *O que é política?* 3ª ed. Trad. Reinaldo Guarany. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.
- Arilha, M; Unbehaum, S., & Medrado, B. (Orgs.). (1998). *Homens e masculinidades: outras palavras*. São Paulo: ECOS/Ed. 34.
- Aristóteles. (1991). *Generation of animals*. Trad. A. Platt. *In: Complete Works (Aristoteles)*. Johanthan Barnes, Princenton University Press, Princenton, N. J.
- Armstrong, N. (1988). O Crítico e a Meretriz da Cultura: A Teoria na América Pós-Moderna. *In: Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 24, pp. 107-137.
- Arnfred, S. (1988). Women in Mozambique: gender struggle and gender politics. *In: Review of African Political Economy*, n. 15(41), pp. 5-16.
- Arnfred, S. (1991). Lessons from Mozambique. *In: Agenda: Empowering women for gender equity*, n. 7-10, pp. 45-52.
- Arnfred, S. (Ed). (2004a). *Re-thinking sexualities in Africa*. Uppsala, Sweden: Nordiska Afrikainstitutet.

- Arnfred, S. (2004b). *Conceptions of gender in colonial and post-colonial discourses: the case of Mozambique*. In: Arnfred, S. (Ed). *Gender Activism and Studies in Africa*. Dakar, Senegal: Council for the Development of Social Science Research in Africa, vol. 3, pp. 108-128.
- Arnfred, S. (2009). *African feminists on sexualities*. In: *Canadian Journal of African Studies/La Revue Canadienne des Études Africaines*, n. 43(1), pp. 151-159.
- Arnfred, S. (2015c). Notas sobre gênero e modernização em Moçambique. In: *Cadernos Pagu*, 45, pp. 181-224.
- Arns, P. E; Sobel, H., & Wright, J. (1985). *Brasil: Nunca Mais*. 5ª ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1985.
- Arruzza, C. (2010). *Feminismo e marxismo: entre casamentos e divórcios*. Trad. Isabel Lacerda. Lisboa: Edições Combate.
- Arruzza, C; Bhattacharya, T., & Fraser, N. (2019). *Feminismo para os 99%: um manifesto*. Trad. Eurídice Gomes. Lisboa. Objectiva.
- Arthur, M. J. (2005). As boas meninas e as feministas. In: *Outras Vozes*, n. 12, pp. 15-16.
- Arthur, M. J. (2007). Sobre como se evita falar na feminização da SIDA e na desigualdade de direitos que a suporta. In: *Outras Vozes*, n. 18, pp. 1-2.
- Arthur, M. J. (2010). O casamento prematuro como violação dos direitos humanos. Um exemplo que vem da Gorongosa. In: *Outras Vozes*, n. 31-32, pp. 13-18.
- Arthur, M. J.; Cruz e Silva, T; Sithoe, Y., & Mussa, Edson. (2012). Lei da Família (2): a aplicação da lei da família. O caso dos serviços de registo civil. In: *Outras Vozes*, n. 37, pp. 14-23.
- Arthur, M. J.; Cruz e Silva, T; Sithoe, Y., & Mussa, Edson. (2011). Lei da Família (1): antecedentes e contextos da sua aprovação. In: *Outras Vozes*, n. 35-36, pp. 15-25.
- Arthur, M. J., & Mejia, M. (2006a). *Reconstruindo vidas. Mulheres sobreviventes de violência doméstica*. Maputo: WLSA Moçambique.
- Arthur, M. J., & Mejia, M. (2006b). Instâncias locais de resolução de conflitos e o reforço dos papéis de gênero: a resolução de casos de violência doméstica. In: *Outras Vozes*, n. 17, pp. 1-7.
- Ary, L. (1994). *Teologia da Libertação e relações sociais de gênero: "A mulher e o homem: a imagem de Deus"?* (CNBB/1990). In: XVIII Encontro Anual da Anpocs, pp. 1-16.
- Avelar, L. (1987). A participação política da mulher e a ideologia do conservadorismo político feminino: subsídios para novas pesquisas. In: *XI Encontro Anual da Anpocs*, pp. 1-37.
- Avelar, L. (1989). A racionalidade política da mulher. In: *XIII Reunião Anual da Anpocs*, pp. 1-46.

- Back, L. (2011). Gênero, sacrifício e moral nos grupos de esquerda armada (Brasil e Argentina dos anos 1960 aos 1980). *In: Pedro, J. M; Wolff, C. S., & Veiga, A. M. (Orgs.). Resistências, gênero e feminismo contra as ditaduras no Cone Sul.* Florianópolis: Ed; Mulheres, pp. 371-390.
- Ballestrin, L. M. A. (2017). Feminismos Subalternos. *In: Revista Estudos Feministas, 25(3), 1035-1054.*
- Barbieri, T. (1993). Sobre la categoría género: una introducción teórico-metodológica. *In. Debates En Sociología, (18), 145-169.*
- Bardin, L. (2016 [1977]). *Análise de conteúdo.* Edições 70, Lda.
- Barradas, C; Santos, A. C; Duarte, M., & Alves, M. (2010). A vez das mulheres: representações sobre aborto em Portugal. *In: Magalhães, M. J. [et al] (Coord.). Quem tem medo dos feminismos? Congresso Feminista 2008. Actas, vol. II. Funchal: Nova Delphi, pp. 315-323.*
- Barreto, A. (1995). Portugal na periferia do centro: mudança social, 1960 a 1995. *In: Análise Social, v. XXX (134), pp. 841-855.*
- Barreto, A. (org.). (2000). *A situação social em Portugal 1960-1999. Indicadores sociais em Portugal e na União Europeia.* Instituto de Ciências Sociais, Lisboa.
- Barroso, C. L. M., & Mello, G. N. (1975). O acesso da mulher ao ensino superior brasileiro. *In: Cadernos de Pesquisa, n° 15, pp. 47-77.*
- Barsted, L. L. (2019). Legalização e descriminalização: dez anos de luta feminista. *In: Hollanda, H. B. (Org.). Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto.* Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, pp. 179-211.
- Bartra, E., & Valadés, A. (1985). Femeineidad y feminismo. *In: Hierro, G. (org.). La naturaliza feminina: tecer colóquio nacional de filosofía.* Universidad Nacional Autónoma de México, México.
- Baumgardner, J., & Richards, A. (2000). *Manifesta: young women, feminismo and the future.* New York: Farrar, Straus and Giroux.
- Beauvoir, S. (1967 [1949]). *O segundo sexo, II: a experiência vivida.* Trad. Sérgio Milliet. 2ª ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro.
- Beauvoir, S. (1970 [1949]). *O segundo sexo, I: fatos e mitos.* Trad. Sérgio Milliet. 4ª ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro.
- Beauvoir, S. (2005). *Por uma moral da ambiguidade.* Trad. Marcelo Jacques de Moraes. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- Beauvoir, S. (2018). Feminilidade: uma armadilha. *In: Baptista, Maria Manuela. (Org.). Gênero e performance: textos essenciais 1.* Coimbra: Grácio Editora, pp. 53-59.

- Beleli, I; Lopes, M. M., & Piscitelli, A. (2003). Cadernos Pagu: contribuindo para a consolidação de um campo de estudos. *In: Revista Estudos Feministas*, 11(1), pp. 242-246.
- Beleza, T. P. (1991). Legítima Defesa e Género Feminino: paradoxos da “*Feminist Jurisprudence*”? *In: Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.º. 31, pp. 143-159.
- Bell, V. (1999). *Feminist imagination: genealogies in feminist theory*. London: Sage.
- Belo, M. (1986). Grupos sexualistas de mulheres. *In: Análise Social*, v. XXII (3.º-4.º), n.º 92-93, pp. 707-714.
- Benhabib, S., & Cornell, D. (1990). Introducción. Más allá de la política de género. *In: Benhabib, S. & Cornell, D. (Eds). Teoría feminista y teoría crítica: ensayos sobre la política de género en las sociedades de capitalismo tardío*. Trad. Ana Sánchez. Valencia: Edicions Alfons el Magnànim, pp. 9-28.
- Beserra, B. L. R., & Lavergne, R. F. (2018). *Racismo e educação no Brasil*. Recife: Ed. UFPE.
- Bethell, L. (Ed.). (1990a). *História da América Latina, I*. Trad. Antonio Acosta. Barcelona: Editorial Crítica.
- Bethell, L. (Ed.). (1990b). *História da América Latina, II*. Trad. Antonio Acosta. Barcelona: Editorial Crítica.
- Bethell, L. (2002). *A abolição do comércio brasileiro de escravos*. Trad. Luís A. P. Souto Maior. Brasília: Senado federal, Conselho Editorial.
- Bethencourt, F. (2018). *Racismos: das cruzadas ao século XX*. Trad. Luís Oliveira; João Queina. Edições. 5ª ed. São Paulo: Companhia das Letras.
- Biewener, C., & Bacqué, M. (2015). *Feminism and the Politics of Empowerment in International Development*. *In: ASPJ Africa & Francophonie - 2nd Quarter*, pp. 58-75.
- Blay, E. A. (1975). Trabalho industrial X trabalho doméstico: a ideologia do trabalho feminino. *In: Cadernos de Pesquisa*, 15, pp. 8-20.
- Blay, E. A. (1982). Do espaço privado ao público: a conquista da cidadania pela mulher no Brasil. *In: VI Encontro Anual da Anpocs*, pp. 1-17.
- Bloch, E. (2004 [1959]). *El principio esperanza*. Trad. Herederos de Filipe González Vicéne. Madrid: Trotta.
- Bock, G. (2008). Questionando dicotomias: perspectivas sobre a história das mulheres. Trad. Ana Monteiro-Ferreira. *In: Crespo, A. I. [et al]. Variações sobre sexo e género*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Boff, L. (1994). *Igreja: carisma e poder: ensaios de eclesiologia militante*. São Paulo: Editora Ática.
- Boff, L. (1997). *Jesus Cristo libertador: ensaios de cristologia crítica para o nosso tempo*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Boff, L. (2008). *Eclesiogênese: a reinvenção da Igreja*. Rio de Janeiro: Record.

- Boff, L., & Boff, C. (2001 [1993]). *Como fazer teologia da libertação*. 8ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Bomfim, M. (2008 [1905]). *A América latina: males de origem [online]*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais.
- Bourdieu, P. (1989). *O poder simbólico*. Trad. Fernando Tomaz. Lisboa: Difel; Bertrand, Rio de Janeiro.
- Bourdieu, P. (1995). A dominação masculina. *In: Educação e Sociedade*. 20 (2), pp. 133-184.
- Bourdieu, P. (1996a). *As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário*. Trad. Maria Lucia Machado. São Paulo: Companhia das Letras.
- Bourdieu, P. (1996b). Novas reflexões sobre a dominação masculina. *In: Lopes, M. J.; Meyer, D. E.; & Waldow, V. R. (Orgs.). Gênero e saúde*. Porto Alegre: Artes Médicas, pp. 28-40.
- Bourdieu, P. (2002a). *A dominação masculina*. Trad. Maria Helena Kühner. 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Bourdieu, P. (2002b). *Campo de poder, campo intelectual: itinerário de um conceito*. Buenos Aires: Editorial Montessor.
- Bourdieu, P. (2004b). *Os usos sociais da ciência: uma sociologia clínica do campo científico*. Trad. Denice Barbara Catani. São Paulo: Editora UNESP.
- Bourdieu, P. (2007a). *A distinção: crítica social do julgamento*. 1ª ed. Trad. Daniela Kern; Guilherme J. F. Teixeira. São Paulo: Edusp; Porto Alegre, RS: Zouk.
- Bourdieu, P. (2007c). Os três estados do capital cultural. *In: Nogueira, M. Al., & Catani, Af. Escritos de educação*. 9ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, pp. 71-79.
- Bourdieu, P. (2013). *Homo academicus*. 2ª ed. Trad. Ione Ribeiro Valle; Nilton Valle. Florianópolis: Editora UFSC.
- Bourdieu, P., & Wacquant, L. (2002). Sobre as artimanhas da razão imperialista. *In: Estudos Africanos*, ano 24, n.º. 1, pp. 15-33.
- Boxer, C. R. (1961). *Os holandeses no Brasil, 1624-1654*. Trad. Olivério M. de Oliveira Pinto. São Paulo: Companhia Editora Nacional.
- Boxer, C. R. (1962). *The Golden of Brazil, 1695-1750, growing pains of a colonial Society*. Berkeley, Los Angeles, Ca: University of California Press.
- Boxer, C. R. (2007). [1978]. *A Igreja militante e a expansão Ibérica: 1440-1770*. Trad. Vera Maria Pereira. São Paulo: Companhia das Letras.
- Boxer, C. R. (2011 [1969]). *O império colonial português, 1415-1825*. Trad. Inês Silva Duarte. Lisboa: Edições 70.

- Bozzano, C. B. (2019). Feminismos transnacionais descoloniais: algumas questões em torno da colonialidade nos feminismos. *In: Revista Estudos Feministas*, 27(1), pp. 1-7.
- Braidotti, R. (1990). Théories des études féministes: quelques expériences contemporaines en Europe. *In: Les Cahiers du GRIF*, n°45, pp. 29-50.
- Bragança, A., & O’Laughlin, B. (1996). O curso de desenvolvimento. *In: Estudos Moçambicanos*, n. 14, pp. 113-116.
- Brandão, A. M. S. A. (2007). “*E se tu fosses um rapaz?*” *Homo-erotismo feminino e construção social da identidade*. Tese de doutoramento. Universidade do Minho.
- Brandão, A. M. (2010a). *E se tu fosses um rapaz? Homo-erotismo feminino e construção social da identidade*. Porto: Afrontamento.
- Brandão, A. M. (2010b). Da sodomita à lésbica: o género nas representações do homo-erotismo feminino. *In: Análise Social*, n.195, pp.307-327.
- Brandão, A. M. (2013), Cidadania, Identidade e Ativismo Gay e Lésbico: Diálogos paradoxais. *In: Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, vol. 7, n.º 1, pp. 59-72.
- Brandão, A. M. (2015), “A Gestão do Segredo: Homo-erotismo feminino e relações familiares e de amizade”. *In: Les Online*, vol. 7, n.º 1, pp. 3-16.
- Brandão, A. M. (2016). Do silêncio à polifonia: A construção das identidades (homos)sexuais femininas em Portugal na segunda metade do século XX. *In: International Journal of Iberian Studies*, 29: 2, pp. 135–156.
- Brandel, M. (1958). Urban lobolo attitudes: a preliminary report *In: African Studies*, 17:1, pp. 34-51
- Brites, F. M. (2014). *Católicas pelo direito de decidir: vozes dissonantes e discursos católicos sobre o aborto (1990-2010)*. Dissertação de mestrado pela Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, SC.
- Brito, M. N. C. (1986). Mulheres e participação política. *In: X Encontro Anual da Anpocs*, pp. 1-18.
- Brito, M. N. C. (1991). Mulher e política: público x privado? *In: XV Encontro Anual da Anpocs*, pp. 1-29.
- Bulbeck, C. (2010). Unpopularising Feminism: “Blaming Feminism” in the Generation Debate and the Mother Wars. *In: Sociology Compass*, 4(1), pp. 21–37.
- Bruschini, C. (1985). Mulher e trabalho: uma avaliação da década da mulher: 1975-1985. *IX Reunião Anual da Anpocs*, pp. 1-148.
- Bruschini, C. (1993). Trabalho feminino: trajetória de um tema, perspectivas para o futuro. *In: XII Reunião Anual da Anpocs*, pp. 1-27.

- Butler, J. (2001a). *El género en disputa: el feminismo y la subversión de la identidad*. Trad. Maria Antonia Muñoz. México: Paidós.
- Butler, J. (2001b). *El grito de Antígona*. Trad. Esther Oliver. Barcelona: El Roure.
- Butler, J. (2003a). *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Trad. Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Butler, J. (2003b). O parentesco é sempre tido como heterossexual?. *In: Cadernos Pagu*, n. 21, pp. 219-260.
- Butler, J. (2004). *Lenguaje, poder e identidad*. Trad. Javier Sáez; Beatriz Preciado. Madrid: Editorial Síntesis.
- Butler, J. (2006). *Deshacer el género*. Trad. Patricia Soley-Beltran. Barcelona: Paidós.
- Butler, J. (2015). *Relatar a si mesmo crítica da violência ética*. Trad. Rogério Bettoni. Belo Horizonte: Autêntica.
- Butler, J. (2017). *A vida psíquica do poder: teorias da sujeição*. Trad. Rogério Bettoni. 1ª ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora.
- Cabaço, J. L. O. (2007). *Moçambique: identidades, colonialismo e libertação*. São Paulo. (Tese de doutorado).
- Cadernos Pagu. (2003). *Apresentação*, pp. 1.
- Cahiers du GEDISST. (1991). Avant propos. *In: Cahiers du GEDISST (Groupe d'étude sur la division sociale et sexuelle du travail)*, n°1, p. 2.
- Calvin, R. (2016). *Feminist science fiction and feminist epistemology: four modes*. Cham: Springer International Publishing Imprint Palgrave Macmillan.
- Campos, A. (2017). Sexualidade e feminismo. *In: Amâncio, L; Tavares, M; Joaquim, T., & Almeida, T. S. (Orgs.). O longo caminho das mulheres: feminismos 80 anos depois*. Lisboa: Dom Quixote, pp. 281-291.
- Cândido, M. R., & Campos, L. A. (2020). Pandemia reduz submissões de artigos acadêmicos assinados por mulheres. *In: Blog DADOS*. Disponível em <<http://dados.iesp.uerj.br/pandemia-reduz-submissoes-de-mulheres/>>, acesso em junho de 2020.
- Cardina, M. (2010). Guerra à guerra. Violência e anticolonialismo nas oposições ao Estado Novo. *In: Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 88, pp. 207-231.
- Cardoso, C. F. (1987). *Escravo ou camponês? O protocampesinato negro nas Américas*. São Paulo: Brasiliense.

- Carmo, I., & Amâncio, L. (2004). *Vozes insubmissas: a história das mulheres e dos homens que lutaram pela igualdade dos sexos quando era crime fazê-lo*. 2ª ed. Lisboa: Dom Quixote.
- Carneiro, A. S. (2005). *A construção do outro como não-ser como fundamento do ser*. Tese de doutorado. USP, SP.
- Carneiro, M. J. (1981). Ajuda e trabalho: a subordinação da mulher no campo. *In: V Encontro Anual da Anpocs*, pp. 1-24.
- Carneiro, S. (2002a). Movimento Negro no Brasil: novos e velhos desafios. *In: Cadernos do CRH* (UFBA), Salvador- UFBA, v. 36, pp. 14-236.
- Carneiro, S. (2002b). Gênero e Raça. *In: Bruschini, C., & Unbehaum, S. G. (Org.). Gênero, Raça e Democracia*. 34 ed. São Paulo: Editora 34, v. 1, pp. 7-445.
- Carneiro, S. (2003a). “Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero”. *In: Ashoka Empreendimentos sociais; Takano Cidadania. (Org.). Racismos contemporâneos*. Rio de Janeiro: Takano Editora, pp. 49-58.
- Carneiro, S. (2003b). Mulheres em Movimento. *In: Estudos Avançados*, São Paulo, v. 17, pp. 7-372.
- Carosio, A. (2009). Feminismo latinoamericano: imperativo ético para la emancipación. *In: Girón, A. (coord.) Género e globalización*. 1ª ed. Buenos Aires: CLACSO.
- Carvalho, C; Vieira, C; Santos, E., & Melo, L. (2003). Feminismo – conceito polémico. Perspectiva história. *In: Marques, C; Nogueira, C; Magalhães, M. J., & Silva, S. M. (orgs). Impressões sobre feminismos: pensar a democracia no mundo da vida*. Porto: Edições UMAR.
- Carvalho, J. M. (2008). *A construção da ordem: a elite imperial. Teatro das sombras: a política imperial*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Cascais, A. F. (2010). Encontros e desencontros: o lesbianismo entre feminismo e o movimento LGBT. *In: Magalhães, M. J. [et al] (Coord.). Quem tem medo dos feminismos? Congresso Feminista 2008*. Actas, vol. II. Funchal: Nova Delphi, pp. 77-82.
- Casimiro, I. M. (2003). Feminismo e direitos humanos das mulheres. *In: Outras Vozes*, n. 6, pp. 5-7.
- Casimiro, I. M. (2005). Samora Machel e as relações de gênero. *In: Estudos Moçambicanos*, n. 21, pp. 55-84.
- Casimiro, I. M. (2012). Mulher, pesquisa, acção e mudança. *In: Cruz e Silva, T. ; Coelho, J. P. B. C., & Souto, A. N. Como fazer ciências sociais e humanas em África: questões epistemológicas, metodológicas, teóricas e políticas*. Textos do Colóquio em Homenagem a Aquino de Bragança. Dakar, Senegal: CODESRIA.

- Casimiro, I. M. (2014a). *Paz na terra, guerra em casa? Feminismo e organização de mulheres em Moçambique*. 1ª ed. Recife: UFPE, vol. 1.
- Casimiro, I. M. (2014b). A nova situação socioeconómica no Norte de Moçambique e o impacto sobre as desigualdades das mulheres. *In: Alberdi, J., & Bidaurratzaga, E. (Coords.). Desarrollo humano local en Mozambique*. Bilbao: UPV/EHU. Biblioteca del Campus de Álava, pp. 57-74.
- Casimiro, I. M. (2015). Movimentos sociais e movimentos de mulheres em Moçambique. *In: Casimiro, I. M., & Cruz e Silva, Teresa. (Orgs.). A ciência ao serviço do desenvolvimento? Experiências de países africanos de língua oficial portuguesa*. 1ª ed. Maputo: CORDESIA, vol. 1, pp. 51-66.
- Casimiro, I. M., & Andrade, X. (2007). *A identidade do feminismo crítico em Moçambique: situando a nossa experiência como mulheres, académicas e ativistas*. Maputo: CEA/UEM.
- Casimiro, I. M., & Baia, A. (2014). Apresentação. *In: Estudos Moçambicanos*, n. 14, pp. 5-6.
- Casimiro, I. M., & Souto, A. N. (2010). *Empoderamento econômico da mulher, movimento associativo e acesso a fundos de desenvolvimento local*. Maputo: CEA/CIEDMA, SARL.
- Castañeda Salgado, M. P. (2008). *Metodología de la investigación feminista*. CII-CH/ UNAM. México, DF: México.
- Castells, M. (1999). *A era da informação: economia, sociedade e cultura*. Vol I. 6ª ed. Trad. Roneide Venancio Majer. São Paulo: Paz e Terra.
- Castells, M. (2002). *O poder da identidade*. Trad. Klauss Brandini Gerhart. São Paulo: Paz e Terra.
- Castells, M. (2003). *A era da informação: economia, sociedade e cultura*. Vol II. Trad. Alexandra Lemos; Rita Espanha. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Castro, H. M. C. M. G. (1995). *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no Sudeste escravista. Brasil século XIX*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional.
- Castro, H. M. C. M. G. (1999). *Escravidão e cidadania no Brasil monárquico*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- Castro, M. G., & Lavinhas, L. (1992). Do feminino ao gênero: a construção de um objeto. *In: Costa, A. O., & Bruschini, C. (Eds.). Uma questão de gênero*. São Paulo: Rosa dos Tempos, pp. 216-251.
- Castro, Zília Osório de. (1999). Apresentação. *In: Faces de Eva*, 1-1, pp. 7.
- Castro-Gómez, S., & Grosfoguel, R. (comp.) (2007). *El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global*. Bogotá: Siglo del Hombre Editores; Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos y Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar.

- Cavalcante, A. (2010). Nas artérias da cultura: o conceito de gênero nos documentos do Vaticano (no início do século XXI). In: Magalhães, M. J. [et al] (Coord.). *Quem tem medo dos feminismos?* Congresso Feminista 2008. Actas, vol. II. Funchal: Nova Delphi, pp. 42-52.
- Cavana, M. L. P. (2000). Feminismo y psicoanálisis. In: Amorós, C. (Ed.). *Feminismo y filosofía*. Madrid: Editorial Sintesis, pp. 215-230.
- CDD. Católicas Pelo Direito de Decidir. (1997). Carta Aberta por ocasião da visita do papa ao Brasil. In: *Revista Estudos Feministas*, v. 5, n. 2, pp. 418-422.
- Cerejo, D; Teixeira, A. L., & Lisboa, M. (2017). Contextos socioculturais, discursos e percepções sobre a mutilação genital feminina. In: *Faces de Eva. Estudos sobre a Mulher*, (37), pp. 83-103.
- Cerqueira, C. (2010). A invisibilidade do dia internacional da mulher na agenda mediática nacional. In: Magalhães, M. J. [et al] (Coord.). *Quem tem medo dos feminismos?* Congresso Feminista 2008. Actas, vol. I. Funchal: Nova Delphi, pp. 77-87.
- Cerqueira, C., & Cabecinhas, R. (2012). Políticas para a igualdade entre homens e mulheres nos media: da (inov)ação legislativa à mudança social. In: *ex æquo*, (25), pp. 105-118.
- Cerqueira, C; Ribeiro, L. T., & Cabecinhas, R. (2009). Mulheres & Blogosfera: contributo para o estudo da presença feminina na “rede”. In: *ex æquo*, (19), pp. 111-128.
- Cerqueira, C., & Magalhães, S. I. (2017). Ensaio sobre cegueiras: cruzamentos interseccionais e (in)visibilidades nos media. In: *ex æquo*, (35), pp. 9-20.
- Certeau, M. (2014). *A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer*. 22ª ed. Trad. Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Cezar, I. F. (2016). *Microcrédito e empoderamento de mulheres de baixa renda: uma análise do projeto “Elas”*. Dissertação (mestrado) Escola de Administração de Empresas de São Paulo – Fundação Getúlio Vargas.
- Chalhoub, S. (1990). *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Chalhoub, S. (2012). *A força da escravidão: ilegalidade e costume no Brasil oitocentista*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Chamberlain, P. (2017). *The feminist fourth wave: affective temporality*. Cham, Switserland: Palgrave Macmillan.
- Chartier, R. (1995). Diferenças entre os sexos e dominação simbólica (nota crítica). In: *Cadernos Pagu*, n. 4, pp. 37-47.
- Chauí, M. (1988). *Repressão sexual: essa nossa (des)conhecida*. São Paulo: Editora Brasiliense.

- Chauí, M. (2000). *Brasil: mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo: Editora Perseu Abramo.
- Chaunu, P. (1980). *Sevilha e a América nos séculos XVI e XVII*. Trad. Janice Garcia. São Paulo: DIFEL.
- Cobo, R. (s.d.). *Sociología crítica y teoría crítica feminista*. (s.f.). Disponível em: <http://www.ugr.es/~gemma/files/Rosa_Cobo.pdf>, acessado em março de 2018.
- Collin, F. (1991) Diferença e diferindo: a questão das mulheres na filosofia. *In*: Duby, G., & Perrot, M. (Orgs.). *História das mulheres no Ocidente, v 5 (o século XX)*. Trad. Maria Helena da Cruz Coelho, Irene Maria Vaquinhas, Leontina Ventura e Guilhermina Mota. Porto: Edições Afrontamento, pp. 315-349.
- Colling, A. M. (1997). *A resistência da mulher à ditadura militar no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Rosa dos Tempos.
- Collins, P. H. (2000). *Black feminist thought: knowledge, consciousness, and the politics of empowerment*. 2ª ed. New York; London: Routledge.
- Collins, P. H. (2004). *Black sexual politics: African americans, gender, and the new racism*. New York; London: Routledge.
- Collins, P. H. (2016). Aprendendo com a *outsider within**: a significação sociológica do pensamento feminista negro. *In: Revista Sociedade e Estado*, v. 3; n.1, pp. 99-127.
- Collins, P. H. (2017a). O que é um nome? Mulherismo, Feminismo Negro e além disso*. *In: Cadernos Pagu*, Trad. Angela Figueiredo; Jesse Ferrell (51), e175118. Epub 18 de dezembro de 2017. <https://doi.org/10.1590/18094449201700510018>.
- Collins, P. H. (2017b). Se perdeu na tradução? Feminismo negro, interseccionalidade e política emancipatória. Trad. Bianca Santana. *In: Parágrafo*. v.5, n.1, pp. 6-17.
- Comte, A. (1978). *Os pensadores*. Trad. José Arthur Grannotti e Miguel Lemos. São Paulo: Abril Cultural.
- Connell, R. W. (1990). Como teorizar o patriarcado? *In: Educação e debate*. Vol. 16, nº 2, pp. 85-93.
- Connell, R. W. (1995). Políticas da masculinidade. *In: Educação & Realidade*, 20(2), pp. 185-206.
- Connell, R. W. (2003). *Masculinidades*. México: UNAM.
- Connell, R. W. (2012). A iminente revolução na teoria social. *In: Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 27, nº 80, pp. 09-20.
- Connell, R. W., & Messerschmidt, J. W. (2013). Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. *In: Revista de Estudos Feministas*, 21(10), pp. 241-282.
- Conover, P. J. (1988). *Feminists and the gender gap*. *In: Journal of Politics*, v. 50(4), pp. 985-1010.
- Coquery-Vidrovitch, C. (1997). *Histoire des Femmes d'Afrique*. *In: Clio. Histoire, femmes et sociétés*, n. 6. Disponível em <<http://journals.openedition.org/clio/373>>, acessado em maio de 2019.

- Cornwall, A. (2016). *Women's empowerment: what works?* In: *Journal of International Development*, 28, pp. 342-359.
- Corrêa, M. (1993). A propósito de Pagu. In: *Cadernos Pagu*, (1), pp. 7-17.
- Corrêa, M. (1994). Apresentação. In: *Cadernos Pagu*, 2, pp. 5-6.
- Costa, A. O. (1988). É viável o feminismo nos trópicos? Resíduos de insatisfação: São Paulo, 1970. In: *Cadernos de Pesquisa*, nº 66, pp. 63-69.
- Costa, A. O. (1990). Eleitoras, feministas e cientistas sociais: questões sobre a cidadania das mulheres. In: *XIV Reunião Anual da Anpocs*, pp. 1-22.
- Costa, A. O. (2004). Revista Estudos Feministas: primeira fase, locação Rio de Janeiro. In: *Estudos Feministas*, 12(N.E.), pp. 205-210.
- Costa, A. O.; Barroso, C., & Sarti, C. (1985). Pesquisa sobre mulher no Brasil: do limbo ao gueto? In: *Cadernos de Pesquisa*, nº 54, pp. 5-15.
- Costa, A. A. A. (1999) Em busca de uma cidadania plena. In: Álvares, M. L., & Santos, S. (Org.). *Olhares & diversidade: os estudos sobre gênero no Norte e Nordeste*. 1ª ed. Belém: GEPEM/REDOR, v. 1, pp. 95-104.
- Costa, A. A. A. (2005). O movimento feminista no Brasil: dinâmicas de uma intervenção política. In: *Labrys. Estudos Feministas (Online)*, Brasília, v. 7.
- Costa, A. A. A., & Pinheiro, C. C. (2013). Desafios da linguagem no diálogo dos estudos feministas com os movimentos sociais. In: *Revista Estudos Feministas*, 21(2), 617-624.
- Costa, A. A. A., & Sardenberg, C. M. B. (1994). Teoria e práxis feministas na academia: os núcleos de estudos sobre a mulher nas universidades brasileiras. In: *Revista Estudos Feministas*, N.E., pp. 387-400.
- Costa, C. R. Ba. (2010). O Conselho Nacional de Mulheres Portuguesas (1914-1947). Uma organização feminina. In: Magalhães, M. J. [et al] (Coord.). *Quem tem medo dos feminismos?* Congresso Feminista 2008. Actas, vol. II. Funchal: Nova Delphi, pp. 111-123.
- Costa, C. L. (1998). O tráfico de gênero. In: *Cadernos Pagu*, 11, pp. 127-140.
- Costa, C. L. (2000). As teorias feministas nas Américas e a política transnacional da tradução. In: *Revista Estudos Feministas*, 8(2), pp. 43-48.
- Costa, C. L. (2002). *Repensando el género: tráfico de teorías en las conjunturas estudiadas*. In: Femenias, María Luisa. (Comp.). *Perfiles del feminismo iberoamericano*. Buenos Aires, Catálogos, pp. 189-214.
- Costa, C. L. (2003a). Paradoxos do gênero. In: *Gênero*, Niterói: EdUFF, v. 4, n.1, pp. 169-178.

- Costa, C. L. (2003b). As publicações feministas e a política transnacional da tradução: reflexões do campo. *In: Revista Estudos Feministas*, 11(1), pp. 254-264.
- Costa, C. L. (2010). Feminismos, tradução cultural e a descolonização do saber. *In: Fragmentos*, 29, pp. 45-59.
- Costa, C. L. (2013). Feminismos e pós-colonialismos. *In: Revista Estudos Feministas*, 21(2), 655-658.
- Costa, C. L., & Alvarez, S. E. (2009) Translocalidades: por uma política feminista da tradução. *In: Revista Estudos Feministas*, v. 17, n. 3, p. 739-742.
- Costa, C. L., & Alvarez, S. E. (2013). A circulação das teorias feministas e os desafios da tradução. *In: Revista Estudos Feministas*, 21(2), pp. 579-586.
- Costa, E. V. (1997). *Da senzala à colônia*. São Paulo: Editora da UNESP.
- Costa, E. V. (2008). *A abolição*. 8ª ed. São Paulo: Editora UNESP.
- Costa, S. G. (2004). Movimentos feministas, feminismos. *In: Revista Estudos Feministas*, 12 (spe), pp. 23-36.
- Costa, S. G. (2007). Silêncios, diálogos e “Os Monólogos da vagina”: instantes dos feminismos. Brasil (1970-1990). *In: Esboços: Revista do Programa de Pós-Graduação em História da UFSC*, Florianópolis, v. 17, pp. 35-56.
- Couto, M. T. (2002). Na trilha do gênero: pentecostalismo e CEBs. *In: Estudos Feministas*, v. 10, n. 2, pp. 357-369.
- Cova, A. (2005). *Où en est l'histoire de la maternité?* *In: Clio. Histoire, femmes et sociétés*, n. 21. Disponível em <<http://journals.openedition.org/clio/1465>>; acessado em 12/05/2019.
- Cova, A. (2010). O Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas (1914-1947): o caso português numa perspectiva comparada. *In: Magalhães, M. J. [et al] (Coord.). Quem tem medo dos feminismos? Congresso Feminista 2008. Actas*, vol. II. Funchal: Nova Delphi, pp. 85-91.
- Crenshaw, K. (1991). *Mapping the margins: intersectionality, identity, politics and violence against women of color*. *Stanford Law Review*, Stanford, v. 43, p. 1241-99.
- Crespo, A. I [et al]. (2008). *Variações sobre sexo e gênero*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Cruz e Silva, T., & Andrade, X. (2005). Feminização do SIDA em Moçambique: A cidade de Maputo, Quelimane e distrito de Inhassunge na província da Zambézia, como estudos de caso. *In: Outras Vozes*, n. 10 pp. 1-7.
- Cruz, M. A., & Carvalho, M. M. (2004). *Mulheres em movimento: o feminismo no questionamento actual*. Lisboa: Ela por ela.

- Cumbi, A. (2009). Mulheres com formação superior e emprego remunerado: mulheres emancipadas? *In: Outras Vozes*, n. 27, pp. 7-12.
- Cunha, M. C. (1985). *Negros, estrangeiros: os escravos libertos e sua volta à África*. São Paulo: Brasiliense.
- Cunha, M. C. (Org.). (1992). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras: Secretaria Municipal da Cultura: FAPESP.
- Cunha, T. (2006). As mulheres no âmago do seu Continente. Para além da subjugação e da raiva. *In: IX Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais*, pp. 1-21.
- Cunha, T. (2011). A arte de xiticar num mundo de circunstâncias ideais: feminismo e descolonização das teorias econômicas. *In: Ama, T. (Coord.). Ensaios pela democracia. Justiça, dignidade e bem-viver*. Porto: Edições Afrontamento.
- Curiel, O. (2002). *Identidades essencialistas o construcción de identidades políticas: el dilema de las feministas negras*. *In: Otras Miradas*, v. 2, n. 2, diciembre, pp. 96-113.
- Curiel, O. (2007a). *Crítica Poscolonial desde las Prácticas Políticas del Feminismo Antirracista*. *In: Colonialidad y Biopolítica en América Latina. Revista NOMADAS*, n. 26. IES Contemporáneos-Universidad Central. Bogotá.
- Curiel, O. (2007b). *Los aportes de las afrodescendientes a la teoría y la práctica feminista: desuniversalizando el sujeto "mujeres"*. *In: Femenias, M. L. (Comp). Perfiles del feminismo iberoamericano, vol. III*. Buenos Aires: Catálogos.
- Curiel, O. (2008). Superando la interseccionalidad de categorías por la construcción de un proyecto político feminista radical. Reflexiones en torno a las estrategias políticas de las mujeres afrodescendientes. *In: Wade, P; Giraldo, F. U., & Viveros, M. Raza, etnicidad y sexualidades: ciudadanía y multiculturalismo en América Latina*. Bogotá, Colombia: Universidad Nacional de Colombia, Facultad de Ciencias Humanas, Instituto CES, Escuela de Estudios de Género.
- Curiel, O. (2009). *Descolonizando el feminismo: una perspectiva desde America Latina y el Caribe*. *In: Primer coloquio latinoamericano sobre praxis y pensamiento feminista, Buenos Aires*.
- Curiel, O. (2019). Construindo metodologias feministas desde o feminismo decolonial. *In: Melo, P. B; Coêlho, J; Ferreira, L., & Silva, D. E. T. (orgs). Descolonizar o feminismo*. Brasília: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília.
- Cypriano, B. (2013). Construções do pensamento feminista latino-americano. *In: Revista Estudos Feministas*, 21(1), pp. 11-39.
- Dabashi, H. (2017). *Os não-europeus pensam?* Trad. Paulo Barata. Amadora: Elsinore.

- Daly, M. (2005). Gender mainstreaming in theory and practice. *In: Social Politics: International Studies in Gender, State & Society*, vol. 12, Issue, 3, 1, pp. 433-450.
- Davis, A. (2016 [1981]). *Mulheres, raça e classe*. Trad. Heci Regina Candiani. 1ª ed. São Paulo: Boitempo.
- Davis, A. (2017). *Mulheres, cultura e política*. Trad. Heci Regina Candiani. 1ª ed. São Paulo: Boitempo.
- Davis, A. (2018 [1974]). *A liberdade é uma luta constante*. Trad. Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo.
- Davis, S. N., & Hattery, A. (2018). *Teaching feminist research methods: a comment and an evaluation*. *In: Journal of Feminist Scholarship*, 15, pp. 49-60.
- De Lauretis, T. (1988). Feminist studies/critical studies: issues, terms, and contexts. *In: Feminist studies, critical studies*. Basingstoke: Macmillan, pp. 1-19.
- Del Priore, M. (Org.). (2001). *História das mulheres no Brasil*. 5ª edição. São Paulo: Contexto.
- Del Priore, M. (2001). *Histórias do cotidiano*. São Paulo, Contexto.
- Porta, D. D. (2007). *O movimento por uma nova globalização*. Trad. Silvana Cobucci Leite. São Paulo: Edições Loyola.
- Porta, D. D. (2014). *Mobilizing for democracy: comparing 1989 and 2011*. Oxford, United Kingdom New York: Oxford University Press.
- Porta, D. D. (2018). Afterworld: transnational activism in social movement studies. *In: Berger, S., & Sclamer, S. (Eds.). The transnational activist: transformations and comparisons from the anglo-world since the nineteenth century*. Cham, Switzerland: Palgrave Macmillan, pp. 339-351.
- Porta, D. D.; Anderetta, M; Mosca, L., & Reiter, H. (2006). *Globalization from below: transnational activists and protest networks*. Minneapolis, Minn. Bristol: University of Minnesota Press University Presses Marketing distributor.
- Delphy, C. (1982). Un féminisme matérialiste est possible. *In: Nouvelles Questions Féministes*, n. 4, pp. 50-86.
- Devreux, A., & Senotier, D. (2009). Les cahiers du genre: des outils pour penser le genre des mutations contemporaines. *In: ex aequo*, n. 19, pp. 39-49.
- Dias, I. (2004). Representações e práticas de violência conjugal em casais de diferentes meios sócio-profissionais. *In: VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais*. Disponível em <<https://www.ces.uc.pt/lab2004/pdfs/IsabelDias.pdf>> acessado em 21 de novembro de 2018.
- Dias, I. (2015). *Sociologia da família e do género*. Lisboa: PACTOR.

- Dias, M. G. S. (1986). Um discurso do celibato no século XVIII em Portugal. *In: Análise Social*, Vol. XXII (3.º-4.º), n.º 92-93, pp. 735-749.
- Dias, M. O. L. S. (1974). *O fardo do homem branco: Southey, o historiador do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional.
- Dias, M. O. L. S. (2005). *A interiorização da metrópole e outros estudos*. São Paulo: Alameda.
- D'Incao, M. Â. (1992). A casa, a família e modos de vida. *In: Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 34, pp. 65-83.
- D'Incao, M. Â. (2001). Mulher e família burguesa. *In: Del Priore, M. (Org.) História das mulheres no Brasil*. São Paulo, Contexto, pp. 223-240.
- Diniz, D. (2015). Feminismo: modos de ver e mover-se. *In: Gomes, P; Diniz, D; Santos, M. H., & Diogo, R. O que é feminismo?* Lisboa: Escolar Editora.
- Diniz, D., & Foltran, P. (2004). Gênero e feminismo no Brasil: uma análise da Revista de Estudos Feministas. *In: Estudos Feministas*, 12(N.E.), pp. 245-253.
- Domingues, R. S. *et al.* (2020). Evolução histórica do Fator de Impacto (FI) na base *Web of Science* (WoS) dos periódicos do Brasil entre 2008 e 2018. *In: Ciência da Informação em Revista*, v. 7, n. esp. pp. 01-09. Disponível em: <<https://www.seer.ufal.br/index.php/cir/article/view/9374>>. Acesso em: 20 fev. 2021. doi:<https://doi.org/10.28998/cirev.2020.7ne.01-09>.
- Doukoroure, O. (2015). Les féminismes africanins. *In: Labrys – Estudos Feminsitas*, 27. Disponível em <<http://labrys.net.br/labrys27/recherche/oumou.htm>> acessado em 28 de outubro de 2018.
- Duarte, C. L. (2017). Imprensa feminina e feminista no Brasil: nos primórdios da emancipação. *In: Revista XIX*, v. 1, n. 4, pp. 95-105.
- Duarte, N. (2008). *Sociedade do conhecimento ou sociedade das ilusões? Quatro ensaios crítico-dialéticos em filosofia da educação*. I. ed. Campinas, SP: Autores Associados.
- Duby, G., & Perrot, M. (Orgs). (1991). *História das mulheres no Ocidente, o século XIX (v. 4)*. Trad. Cláudia Gonçalves; Egito Gonçalves. Porto: Afrontamento.
- Dussel, E. (1973). *América Latina: dependencia y liberacion*. Buenos Aires: Editorial Docencia.
- Dussel, E. (1994). *1492: el encubrimiento del outro: hacia el origen del "mito de la modernidade"*. La Paz: Plural Editores.
- Dussel, E. (1998). *Beyond eurocentrism: the world system and the limits of modernity*. *In: Jameson, Fredric; Miyoshi, Masao. (Ed.). The cultures of globalization*. Durham: Duke University Press.
- Dussel, E. (2005). *Deconstrucción del concepto de "tolerancia" (de la intolerancia a la solidaridad)*, UAM, Iz., México. Disponível em <www.enriquedussel.org>, acesso em outubro de 2018.

- Dussel, E. (2014). *Filosofía del Sur y descolonización*. 1ª ed. Buenos Aires: Editorial Docencia.
- Editorial. (1999). *In: ex æquo*, n. 1, pp. 5-10.
- Engels, F. (1984 [1884]). *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. 9ª ed. Trad. Leandro Konder. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- England, P. (1999). *The impact of feminist thought on sociology*. *In: Contemporary Sociology*, 28(3), pp. 263-268.
- Erel, U. (2011). Rendre visible l'activisme des femmes migrantes. *In: Cahiers du Genre*, n. 21, pp. 135-154.
- Ergas, Y. (1991). O sujeito mulher: o feminismo dos anos 1960-1980. *In: Duby, G., & Perrot, M. (Orgs). História das mulheres no Ocidente, o século XIX (v. 4)*. Trad. Cláudia Gonçalves; Egito Gonçalves. Porto: Afrontamento, pp. 579-607.
- Escobar, A. (2003). "Mundos y conocimientos de otro modo". El programa de investigación de modernidad/colonialidad latinoamericano. Trad. Eduardo Restrepo. *In: Tabula Rasa*, n. 1, Bogotá, Colômbia, ene-dic, pp. 51-86.
- Espinosa Miñoso, Y; Gómez Correal, D., & Ochoa Muñoz, K. (Eds). (2014). *Tejiendo de otro modo: feminismo, epistemología y apuestas descoloniales en Abya Yala*. Popayán: Editorial Universidad del Cauca.
- Estanque, E. (1999). Acção colectiva, comunidade e movimentos sociais: para um estudo dos movimentos de protesto público. *In: Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 55, pp. 85-111.
- Estanque, E. (2008). Jovens, estudantes e "repúblicas": Culturas estudantis e crise do associativismo em Coimbra. *In: Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 81, pp. 9-41.
- Estanque, E., & Bebianno, R. (2007). *Do activismo à indiferença: movimentos estudantis em Coimbra*. Lisboa: ICS, Impr. De Ciências Sociais.
- Esteves, J. (1998). *As origens do sufrágismo português*. Lisboa: Fundação Bizâncio.
- Esteves, J. (2010). Há 100 anos: mobilizações, militância e reivindicações feministas. *In: Magalhães, M. J. [et al] (Coord.). Quem tem medo dos feminismos? Congresso Feminista 2008*. Actas, vol. II. Funchal: Nova Delphi, pp. 92-100.
- Eurostat (2016). Disponível em <https://ec.europa.eu/eurostat/statistics-explained/index.php?title=Tertiary_education_statistics/pt>, acesso em junho de 2020.
- Evaristo, Co. (2017). *Poemas de recordação e outros movimentos*. Rio de Janeiro: Malê.
- Ex æquo*. (1999). Editorial. *In: ex æquo*, 1, pp. 5.

- Evans, M. (1997). *Introducción pensamiento feminista contemporáneo*. Trad. Rosalia Pereda. Madrid: Minerva Ediciones.
- Fabardo, M. (Ed.). (2012). *Feminismos negros: una antología*. Madrid: Traficante de Sueños.
- Facio, A. (2006). A partir do feminismo, vê-se um outro direito. *In: Outras Vozes*, n. 15, pp. 1-5.
- Fanon, F. (1968). *Os condenados da terra*. Trad. José Laurênio de Melo. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira.
- Farias, Z. A. (1981). A situação das mulheres na sociedade de classes: o valor social do trabalho doméstico. *In: V Encontro Anual da Anpocs*, pp. 1-42
- Farias, Z. (2000). *Masculino e feminino no imaginário católico: da Ação Católica à teologia da libertação*. São Paulo, SP, Brasil Fortaleza: Annablume Governo do Estado do Ceará, Secretaria da Cultura e Desporto.
- Faustino, M. J. (2018). O pensamento feminista de Maria Teresa Horta na revista Mulheres (1978-1989). *In: Faces de Eva. Estudos sobre a Mulher*, (39), pp. 55-73.
- Fausto, B. (1995). *História do Brasil*. 2ª ed. Editora da Universidade de São Paulo: Fundação do Desenvolvimento da Educação.
- Federici, S. (2013). *Revolución en punto cero: trabajo doméstico, reproducción y luchas feministas*. Trad. Carlos Fernández Guervós y Paula Martín Ponz. Madrid: Traficantes de Sueños.
- Federici, S. (2017) *Caliban e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva*. São Paulo: Editora Elefante.
- Federici, S. (2018). *El patriarcado del salario: críticas feministas al marxismo*. Trad. María Aránzazu Catalán Altuna. Madrid: Traficantes de Sueños.
- Femenías, M. L. (Comp.). (2002). *Perfiles del feminismo iberoamericano*. Buenos Aires, Catálogos,
- Femenías, M. L. (2007). *Esbozo de un feminismo latino-americano*. *In: Revista Estudos Feministas*. 15 (1), 280, pp. 11-25.
- Femenías, M. L. (2010). Propuestas para una enseñanza no-sexista de la filosofía. *In: Espinoza-Miñoso, Y. (coord.). Aproximaciones críticas a las prácticas teórico-políticas del feminismo latinoamericano*. 1ª ed. Buenos Aires: Em la Frontera, pp. 141-151.
- Femenías, M. L., & Schute, O. (2012). *Feminismo filosófico y teoría de género en América Latina*. *In: Labrys – Estudos Feministas*, n. 20. Disponível em <<https://www.labrys.net.br/labrys20/AL/feminias.htm>> acesso em abril de 2020.
- Feminist Review. (1979). Editorial *In: Feminist Review*, 1(1), pp. 1–3.

- Fernandes, A. T. (1994). Dinâmicas familiares no mundo actual: harmonias e conflitos. *In: Análise Social*, Vol. XXIX (5.º), n.º 129, pp. 1149-1191.
- Fernandes, F. (1972). *O negro no mundo dos brancos*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro.
- Fernandes, F. (1989). *Significado do protesto negro*. São Paulo: Cortez: Autores Associados.
- Fernandes, F. (2006 [1952]). *A função da guerra na sociedade Tupinambá*. 3ª ed. São Paulo: Globo.
- Fernandes, F. (2008 [1964]). *A integração do negro na sociedade de classes*. (o legado da “raça branca”). 5ª ed. São Paulo: Globo.
- Ferreira, C. B. C. (2015). Feminismos web: linhas de ação e maneiras de atuação no debate feminista contemporâneo. *In: Cadernos Pagu*, 44, pp. 199-228.
- Ferreira, E. (2017). Lésbicas e movimento feminista: presenças, partilhas e (in)visibilidades. *In: Sales, T. (Coord.). Mulheres que falam de mulheres*. Lisboa: Edições UMAR, pp. 135-145.
- Ferreira, E., & Silva, M. J. S. (2010). Lesbianismo: uma realidade invisível. *In: Magalhães, M. J. [et al] (Coord.). Quem tem medo dos feminismos? Congresso Feminista 2008. Actas, vol. II*. Funchal: Nova Delphi, pp. 53-67.
- Ferreira, M. L. R. (2013). Nos quinze anos da Revista Faces de Eva. *In: Faces de Eva. Estudos sobre a mulher*, n. 30, pp. 11-20.
- Ferreira, V; Ávila, M. B; Falquet, J., & Abreu, M. (2014.). *O patriarcado desvendado: teorias de três feministas materialistas: Colette Guillaumin, Paola Tabet, Nicole-Claude Mathieu*. Recife: SOS Corpo.
- Ferreira, V. (1981). Mulheres, família e trabalho doméstico no capitalismo. *In: Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 6, pp. 47-86.
- Ferreira, V. (1988). O Feminismo na Pós-Modernidade. *In: Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 24, pp. 93-106.
- Ferreira, V. (1989). Universidade de Coimbra - 1964/1985. Que mudanças? *In: Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 27/28, pp. 211-232.
- Ferreira, V. (1992). Informatização e Feminização dos Escritórios em Portugal. *In: Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 34, pp. 213-241.
- Ferreira, V. (1999). Os paradoxos da situação das mulheres em Portugal. *In: Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 52-53, pp. 199-227.
- Ferreira, V. (2001). Estudos sobre as mulheres em Portugal: a construção de um novo campo científico. *In: ex æquo*, nº 5, pp. 9-25.

- Fincher, R. (2004). *From dualism to multiplicities: gendered political practices*. In: Stachel, L. A.; Kofman, E., & Peake, L. J. (Eds.). *Mapping women, making politics: feminist perspectives on political geography*. New York: Routledge, pp. 49-69.
- First, R. (1980). Editorial: subdesenvolvimento e trabalho migratório. In: *Estudos Moçambicanos*, n. 1, pp. 2-8.
- First, R. (2015). *O mineiro moçambicano: um estudo sobre a exportação de mão de obra em Inhambane*. Recife: Editora UFPE.
- Florentino, M. (1997). *Em costas negras: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro: séculos XVIII e XIX*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Florentino, M., & Fragoso, J. (2001). *O arcaísmo com projeto: mercado Atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia. Rio de Janeiro, c. 1790-c. 1840*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Florentino, M., & Góes, J. R. (2017). *A paz das senzalas: famílias escravas e tráfico Atlântico, Rio de Janeiro, c. 1790-c. 1850*. São Paulo: Editora Unesp.
- Flores, C. (2010). Escritoras portuguesas: das origens à actualidade. In: Magalhães, M. J. [et al] (Coord.). *Quem tem medo dos feminismos? Congresso Feminista 2008*. Actas, vol. II. Funchal: Nova Delphi, pp. 203-212.
- Fonseca, M. V., & Barros, S. A. P. (Orgs.). (2016). *A história da educação dos negros no Brasil*. Niterói: EdUFF.
- Foucault, M. (1985). *História da sexualidade 3: o cuidado de si*. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque. 8ª ed. Rio de Janeiro: Edições Graal.
- Foucault, M. (1996). *Genealogia del racismo*. Trad. Alfredo Tzveibel. La Plata; Editorial Altamira.
- Foucault, M. (2005a). *História da sexualidade I: a vontade de saber*. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 16ª ed. Rio de Janeiro: Edições Graal.
- Foucault, M. (2005b). *Microfísica do poder*. 21ª ed. Trad. Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal.
- Foucault, M. (2006). *Estratégias, poder-saber*. Trad. Vera Lucia Avellar Ribeiro. 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- Foucault, M. (2008). *A arqueologia do saber*. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves. 7ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- Foucault, M. (2010a). *A hermenêutica do sujeito: curso dado no Collège de France (1981-1982)*. Trad. Márcio Alves da Fonseca e Salma Tannus Muchail. 3ª ed. São Paulo: Editora, WMF Martins Fontes.

- Foucault, M. (2010b). *O governo de si e dos outros: curso no Collège de France (1982-1983)*. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes.
- Foucault, M. (2013). *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. Trad. Raquel Ramallete. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Foucault, M. (2014). *História da sexualidade 2: o uso dos prazeres*. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque. 1ª ed. São Paulo: Paz e Terra.
- Fougeyrollas-Schwebel, D. (2009). Movimentos feministas. In: Hirata, H. (et al), (Orgs.). *Dicionário crítico do feminismo*. São Paulo: Editora UNESP, pp. 144-149.
- Fox, M. (2001). *Women, science, and academia: Graduate education and careers*. In: *Gender & Society*, n.15, pp. 654-666.
- Fragoso, J; Bicalho, M. F., & Gouvêa, M. F. (orgs.). (2001). *Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Fragoso, J; Bicalho, M. F., & Gouvêa, M. F. (Orgs.). (2014). *O Brasil Colonial, I*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Fragoso, J; Bicalho, M. F., & Gouvêa, M. F. (Orgs.). (2016). *O Brasil Colonial, II*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Fragoso, J; Bicalho, M. F., & Gouvêa, M. F. (Orgs.). (2017). *O Brasil Colonial, III*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Fragoso, J; Bicalho, M. F., & Gouvêa, M. F. (Orgs.). (2010). *Na trama das redes: política e negócios no império português – séc. XVI-XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Fraisse, G., & Perrot, M. (1991). Introdução: ordens e liberdades. In: Duby, G., & Perrot, M. (Orgs). *História das mulheres no Ocidente, o século XIX (v. 4)*. Trad. Cláudia Gonçalves; Egito Gonçalves. Porto: Afrontamento, pp. 9-15.
- Fraser, N. (2009). O feminismo, o capitalismo e a astúcia da história. In: *Mediações: Revista de Ciências Sociais*, v. 14, n. 2, pp. 11-33.
- Fraser, N. (2011). Mercantilização, proteção social e emancipação: as ambivalências do feminismo na crise do capitalismo. In: *Revista Direito GV*, 7(2), pp. 617-634.
- Fraser, N. (2013). *How feminism became capitalism's handmaiden - and how to reclaim it*. In: *The Guardian*, 14/10/2013. Disponível em <<https://www.theguardian.com/commentisfree/2013/oct/14/feminism-capitalist-handmaiden-neoliberal>>, acesso em julho de 2020.
- França, T., & Padilla, B. (2016). Acordos bilateral de cooperação entre Brasil e Portugal: internacionalização ou (pós)colonização universitária? In: *Universidades*, n. 69, pp. 57-73

- Franco, M. S. C. (1997). *Homens livres na ordem escravocrata*. 4ª ed. São Paulo: Fundação Editora da UNESP.
- Freire, P. (1978). *Cartas à Guiné-Bissau: registros de uma experiência em Processo*. 2ª ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Freire, P. (1979a). *Conscientização: teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire*. Trad. Kátia de Mello e Silva. São Paulo: Cortez & Moraes.
- Freire, P. (1979b). *Educação e Mudança*. Trad. Moacir Gadotti e Lillian Lopes Martin. 12ª ed. Paz e Terra: Rio de Janeiro.
- Freire, P. (1981). *Ação cultural para a liberdade*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Freire, P. (1989). *A importância do ato de ler: em três artigos que se completam*. São Paulo: Autores Associados: Cortez.
- Freire, P. (1992). *Pedagogia da esperança: um encontro com a Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Freire, P. (1997). *Professora sim, tia não: cartas a quem ousa ensinar*. São Paulo: Olho d'água.
- Freire, P. (2000). *Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos*. São Paulo: Editora UNESP.
- Freire, P. (2001). *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 17ª edição. São Paulo: Paz e Terra.
- Freire, P. (2002). *Educação como prática da liberdade*. 26ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Freire, P. (2006). *Educação e mudança*. Trad. Moacir Gadotti e Lillian Lopes Martin. 29ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Freire, P. (2012 [1968]). *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- Freire, P., & Nogueira, A. (1993). *Que fazer: teoria e prática em educação popular*. 4ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Freire, P., & Shor, I. (1986). *Medo e ousadia: o cotidiano do professor*. Trad. Adriana Lopez. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Freire, P. (2018). "Ideologia de gênero" e a política de educação no Brasil: exclusão e manipulação de um discurso heteronormativo. *In: ex æquo*, n° 27, pp. 33-46.
- Freitas, L. C. (2002). A internalização da exclusão. *In: Educação & Sociedade*, 23(80), pp. 299-325.
- Freitas, L. C. (2004). A avaliação e as reformas dos anos de 1990: novas formas de exclusão, velhas formas de subordinação. *In: Educação & Sociedade*, 25(86), pp. 131-170.

- Freitas, L. C. (2005). Qualidade negociada: avaliação e contra-regulação na escola pública. *In: Educação & Sociedade*, 26(92), pp. 911-933.
- Freitas, L. C. (2007). Eliminação adiada: o ocaso das classes populares no interior da escola e a ocultação da (má) qualidade do ensino. *In: Educação & Sociedade*, 28(100), pp. 965-987.
- Freitas, M. A. (2018). *Assimetrias de gênero na perspectiva de mulheres acadêmicas de uma universidade brasileira*. Tese (doutorado) Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação.
- Freyre, G. (1986). *The masters and the slaves: [Casa Grande & Senzala] a study in the development of brazilian civilization*. Berkeley: University of California Press.
- Freyre, G. (2002). *Casa grande e senzala*. 46ª edição. Rio de Janeiro: Record.
- Freyre, G. (2003). *Sobrados e mucambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano*. São Paulo: Global Editora.
- Freyre, G. (2004a). *Ordem e progresso: processo de desintegração das sociedades patriarcais e semipatriarcal no Brasil sob o regime de trabalho livre e da monarquia para uma república*. São Paulo: Global Editora.
- Freyre, G. (2004b). *Nordeste: aspectos da influência da cana sobre a vida e a paisagem do Nordeste do Brasil*. São Paulo: Global Editora.
- Freyre, G. (2011a). *Novo Mundo nos trópicos*. São Paulo: Global Editora.
- Freyre, G. (2011b). *China tropical: e outros escritos sobre a influência do Oriente na cultura luso-brasileira*. 2ª ed. São Paulo: Global Editora.
- Freyre, G. (2012). *O escravo nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX*. São Paulo: Global Editora.
- Freyre, G. (2013). *Vida social no Brasil nos meados do século XIX*. São Paulo: Global.
- Furquim, F. M. (2016). A permanência do *lobolo* e a organização social no Sul de Moçambique. *In: Revista Cantareira*, v. 25, pp. 5-15.
- Gago, J. M. (1990). *Manifesto para a ciência em Portugal: ensaio*. Lisboa: Gradiva.
- Galeano, E. (2014 [1971]). *As veias abertas da América Latina*. Trad. Sergio Faraco. Porto Alegre, RS: L&PM.
- Gama, A; Veríssimo, A., & Tomás, C. (2017). Violência no Namoro na Escola Superior de Educação de Lisboa. *In: ex æquo*, (36), pp. 77-98.
- García, A. L. (1998). *Historia de las mujeres en el siglo XIX: algunos problemas metodológicos*. *In: Bartra, E. (Comp.). Debates en torno a una metodología feminista*. México. UAM – Xochimilco, pp. 199-228

- Garcia, M. A. (1997). O gênero na militância: notas sobre as possibilidades de uma outra história da ação política. *In: Cadernos Pagu*, n 8/9, pp. 319-342.
- García, V. Á. (2010). Feminismo académico y militante. *In: Revista Venezolana de Estudios de la Mujer*, enero/junio, v. 5; n. 34, pp. 217-232.
- Gargallo, F. (2002). El feminismo múltiple: prácticas e ideas feministas en América Latina. *In: Femenias*, M. L. (Comp.). *Perfiles del feminismo iberoamericano*. Buenos Aires: Catálogo.
- Gargallo, F. (2006). *Ideas feministas latinoamericanas*. 2ª ed. Caracas: Fundación Editorial el perro y la rana.
- Gargallo, F. (2009a). El feminismo y su instrumentalización como fenómeno de mestizaje en nuestramérica. *In: Revista Venezolana de Estudios de la Mujer*, v. 14, n. 33, pp. 27-36.
- Gargallo, F. (2009b). El feminismo filosófico. *In: Dussel, E; Mendieta, Ed., & Bohórquez, C. (Ed.) El pensamiento filosófico latinoamericano, del Caribe y "latino" (1300-2000): historia, corrientes, temas y filósofos*. México: Siglo XXI: Centro de Cooperación Regional para la Educación de Adultos en América Latina y el Caribe.
- Gargallo, F. (2011). Los feminismos de las mujeres indígenas: acciones autónomas y desafío epistémico. *In: Coloquio: memoria, violencia y acción emancipatoria, XVI Congreso Nacional de Filosofía: razón y violencia, Asociación Filosófica de México, Toluca*.
- Gargallo, F. (2012) Una metodología para detectar lo que de hegemónico ha recogido el feminismo académico latinoamericano y caribeño. *In: Graf, N. B; Palacios, F. F., & Everardo, M. R. (Coord.). Investigación feminista, metodología y representaciones sociales*. México: UMAM, Centro de Investigaciones Interdisciplinarias en Ciencias y Humanidades: Centro Regional de Investigaciones Multidisciplinarias: Facultad de Psicología.
- Garita, N. (2019). Prólogo. *In: Larrondo, M., & Lara, C. P. (Eds). Activismos feministas jóvenes: emergencias, actrices y luchas en América Latina*. Ciudad de Buenos Aires, Argentina: CLACSO.
- Garrido, Á. (2008). A Universidade e o Estado Novo: De "corporação orgânica" do regime a território de dissidência social. *In: Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 81, pp, 133-153.
- Gasparetto, V. F. (2019). *Corredor de sabres: Vavasat Vatinhenha (mulheres heroínas) e redes de mulheres e feministas em Moçambique*. Florianópolis. (Tese de doutorado).
- Gasparetto, V. F. (2020). O campo dos estudos de gênero em Moçambique/África. *In: Revista Estudos Feministas*, v.28, n.1, pp. 1-16.
- Gates Jr., H. L. (2014). *Os negros na América Latina*. Trad. Donaldson M. Garschagen. São Paulo: Companhia das Letras.

- Gay, P. (1988). *A experiência burguesa da rainha Vitória a Freud: a educação dos sentidos*. Trad. Per Salter. São Paulo: Companhia das Letras.
- Gay, P. (1999). *Pleasure wars: The bourgeois experience Victoria to Freud*. (v. 5). New York London: W.W. Norton.
- Gebara, I. (1987). Desafios que o movimento feminista e a teologia feminista lançam à sociedade e às igrejas. *In: Estudos Teológicos*, v. 27, n. 2, pp. 153-161.
- Gebara, I. (2000a). *Rompendo o silêncio: uma fenomenologia feminista do mal*. 2ª ed. Trad. Lúcia Mathilde Endlich Orth. Petrópolis, RJ, Vozes.
- Gebara, I. (2000b). *A mobilidade da senzala feminina: mulheres nordestinas, vida melhor e feminismo*. São Paulo: Paulinas.
- Gebara, I. (2002). *Cultura e relações de gênero*. São Paulo: CEPIS.
- Gebara, I. (2004). Teología de la liberación y género: ensayo crítico feminista. *In: Marcos, S. (Ed.). Religión y género*. Madrid: Editorial Trotta, pp. 108-13.
- Gebara, I. (2008). As duas faces de uma mesma moeda: tolerância e intolerância. *In: Tempo e Presença*, ano 3; n. 3. Disponível em: <http://www.koinonia.org.br/tpdigital/detalhes.asp?cod_artigo=260&cod_boletim=14&tipo=Cr%C3%83%C2%ADtica>, acesso em agosto de 2020.
- Gebara, I. (2017). *Filosofia feminista: uma brevíssima introdução*. São Paulo: Edições Terceira Via.
- Geffray, C. (1991). *A causa das armas. Antropologia da Guerra Contemporânea em Moçambique*. Trad. Adelaide Odete Ferreira. Porto: Edições Afrontamento.
- Giddens, A. (1993). *A transformação da intimidade: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas*. Trad. Magda Lopes. São Paulo: Ed. UNESP.
- Giddens, A. (2000). *Dualidade da estrutura: agência e estrutura*. Trad. Octávio Gameiro. Celta Editora: Oeiras.
- Giddens, A. (2002) *Modernidade e identidade*. Trad. Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.
- Giddens, A. (2003). *A constituição da sociedade*. Trad. Álvaro Cabral. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes.
- Giddens, A. (2005). *Sociologia*. 4ª ed. Trad. Sandra Regina Netz. São Paulo: Artmed.
- Giddens, A. (2008). *Sociologia*. 6ª ed. Trad. Alexandre Figueiredo, Ana Patrícia Duarte Baltazar, Catarina Lorga da Silva, Patrícia Matos e Vasco Gil. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Gil, A. C. (2008). *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6ª ed. São Paulo: Atlas.

- Gilroy, P. (2001). *O Atlântico negro: modernidade e dupla consciência*. Trad. Cid Knipel. Moreira. São Paulo: Ed. 34; Rio de Janeiro: Universidade Candido Mendes, Centro de Estudos Afro-Asiáticos, 2001.
- Geneviève, F., & Perrot, M. (Dir.). (1991). *História das mulheres: o século XX, vol. IV*. Trad. Cláudia Gonçalves; Egito Gonçalves. Porto: Edições Afrontamento.
- Glenn, E. (1978). As ciências humanas e a situação da mulher. *In: Cadernos de Pesquisa*, n. 24, pp. 15-21.
- Góes, J. (2019). Ciência sucessora e a(s) epistemologia(s): saberes localizados. *In: Revista Estudos Feministas*, 27(1).
- Gohn, M. G. (2017). *Manifestações e protestos no Brasil: correntes e contracorrentes na atualidade*. São Paulo: Cortez.
- Goldberg, A. (1987). Gênero mulher, identidade de esquerda: o feminismo das brasileiras no exílio. *In: XI Encontro Anual da Anpocs*, pp. 1-27.
- Goldberg, A. (1989). Feminismo no Brasil contemporâneo: o percurso intelectual de um ideário político. *In: Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, n. 28, pp. 42-70.
- Gomes, F. S. (2015). *Mocambos e quilombos: uma história do campesinato negro no Brasil*. São Paulo, SP: Claro Enigma.
- Gonçalves, E., & Pinto, J. P. (2011). Reflexões e problemas da “transmissão” intergeracional no feminismo brasileiro. *In: Cadernos Pagu*, (36), pp. 25-46.
- Gonzalez, L. (1982). *Lugar de negro*. Rio de Janeiro: Marco Zero.
- Gonzalez, L. (1988a). A categoria político-cultural de amefricanidade. *In: Tempo Brasileiro*, Rio de Janeiro, n. 92/93, jan./jun, pp. 69-82.
- Gonzalez, L. (1988b). Por um feminismo afrolatinoamericano. *In: Revista Isis Internacional*, Santiago, v. 9, pp. 133-141.
- Gonzalez, L. (2018). *Primavera para as rosas negras: Lélia Gonzalez em primeira pessoa*. Diáspora Negra: Editora Filhos da África.
- Gonzalez, L. (2019). Racismo e sexismo na cultura brasileira. *In: Hollanda, H. B. (Org.) Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, pp. 237-256.
- Govender, P. (2010). Cultura e patriarcado, uma voz que vem da África do Sul: Quando os “valores tradicionais” são uma arma para agredir as mulheres. *In: Outras Vozes*, n. 31-32, pp. 26-28.
- Grasswick, H. E. (Ed.). (2011). *Feminist epistemology and philosophy of science: power in knowledge*. Dordrecht New York: Springer.

- Gregori, M. F. (1999). Estudos de gênero no Brasil (comentário crítico). *In: Miceli, S. (org.) O que ler na ciência social brasileira (1970-1995)*. Sociologia (volume II), São Paulo, Editora Sumaré/ANPOCS, Brasília, Capes, pp. 223-235.
- Grewal, I., & Kaplan, C. (1994). *Scattered hegemonies: postmodernity and transnational feminist practices*. Minneapolis: University of Minnesota Press.
- Grooms, L., & Gardiner, J. K. (1972). *Preface*. *In: Feminist Studies*, vol. 1. Disponível em <<http://www.feministstudies.org/issues/vol-01-09/01-1.html#contents>>, acesso em junho/2020.
- Grosz, E. (1989). *Sexual subversions: three French feminists*. Sydney Boston: Allen & Unwin.
- Grosz, E. (2013). *Bodies and knowledges: feminism and the Crisis of reason*. *In: Alcoff, Linda. Potter, Elizabeth. When feminisms intersect epistemology*. *In: Alcoff, L., & Potter, E. (Eds.). Feminist Epistemologies*. London and New York: Routledge, pp. 187-215.
- Grupioni, L. D. B. (Org.). (1994). *Índios do Brasil*. Brasília: Ministério da Educação e do Desporto.
- Gruzinski, S. (1988). *La colonización de lo imaginario: sociedades indígenas y occidentalización en el México español siglos XVI-XVIII*. Trad. Jorge Ferreiro. México: Fondo da Cultura Econômica.
- Guareschi, P. (2008). Empoderamiento. *In: Streck, D. R.; Rendín, E., & Zitzoski, J. J. (Orgs.) Diccionario Paulo Freire*. 2ª ed. em português. Autêntica Editora, Belo Horizonte, pp. 186-187.
- Guerra, J. P. M., & Nunes, A. S. (1969). A crise da Universidade em Portugal: reflexões e sugestões. *In: Análise Social*, Vol. VII, n.º 25-26, pp. 5-49.
- Guevara, L. C. P. L. (2010). *El sexo de la ciencia*. Ciudad del México, D.F., Universidad Autónoma de Nayrit: Juan Pablo Editor.
- Gutiérrez, G. (1975). *Teología de la liberación: perspectivas*. 7 ed. Salamanca: Ediciones Sígueme.
- Haraway, D. (1995). Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *In: Cadernos Pagu*, (5), pp 07-41.
- Harding, S. (1983). Why has the sex/gender system become visible only now? *In: Harding, S., & Hintikka, M. (Eds.). Discovering reality: feminist perspectives on epistemology, metaphysics, methodology, and philosophy of science*. Dordrecht, Holland Boston Hingham, MA: D. Reidel Sold and distributed in the USA and Canada by Kleiwer Boston, pp. 311-324.
- Harding, S. (1987). Is there a feminist method? *In: Harding, S. G. (Ed.). Feminism and methodology*. Bloomington/Indianapolis. Indiana University Press, pp. 1-14.
- Harding, S. (1993a). A instabilidade das categorias analíticas na teoria feminista. *In: Revista Estudos Feministas*, v. 1, n. 1, pp. 7-31.

- Harding, S. (1993b). Rethinking standpoint epistemology: what is “strong objectivity”? *In: Alcott, L., & Potter, E. (Eds.). Feminist Epistemologies*. London and New York: Routledge, pp. 49-82.
- Harding, S. (1996). *Ciencia y feminismo*. Trad Pablo Manzano. Madrid: Ediciones Morata.
- Harding, S. (2007). Gênero, democracia e filosofia da ciência. *In: Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde*, 1(1), pp. 163-168.
- Harding, S., & Hintikka, M. B. (Eds.). (1983). *Discovering reality: feminist perspectives on epistemology, metaphysics, methodology, and philosophy of science*. Dordrecht, Holland Boston Hingham, MA: D. Reidel Sold and distributed in the USA and Canada by Kluwer Boston.
- Harris, A (ed.). (2008). *Next wave cultures: feminism, subcultures, activism*. New York, NY: Routledge.
- Hawkesworth, M. (2006). A semiótica de um enterro prematuro: o feminismo em uma era pós-feminista. *In: Revista Estudos Feministas*, 14(3), pp. 737-763.
- Heilborn, M. L., & Sorj, B. (1999). Estudos de gênero no Brasil. *In: MICELI, Sergio. (org.). O que ler na ciência social brasileira (1970-1995)*. Sociologia (volume II), São Paulo, Editora Sumaré/ANPOCS, Brasília, Capes, pp. 183-221.
- Hemming, J. (1970). *The conquest of the Incas*. New York: Harcourt, Brace, Jovanovich.
- Hemming, J. (1978). *Red gold: the conquest of the Brazilian Indians*. Cambridge, Mass: Harvard University Press.
- Henriques, F. (2010). Concepções filosóficas e representações do feminino: subsídios para uma hermenêutica crítica da tradição filosófica. *In: Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 89, pp. 11-28.
- Henriques, J., & Pereira, M. M. (2006). O *empowerment* das mulheres jovens e a promoção da sua participação nos processos e espaços de tomada de decisão. *In: ex æquo*, nº 13, pp. 163-169.
- Hentz, I. C., & Veiga, A. M. (2011). Entre o feminismo e a esquerda: contradições da dupla militância. *In: Pedro, J. M; Wolff, C. S., & Veiga, A. M. (Orgs.). Resistências, gênero e feminismo contra as ditaduras no Cone Sul*. Florianópolis: Ed; Mulheres, pp. 145-163.
- Herrera Gómez, C. (2009). *La construcción socio cultural de la realidad, del género y del amor romantico*. Tese. Universidad Carlos III, Madrid.
- Hewitt, L., & Karides, M. (2012). More than a shadow of a difference? Feminist participation in the World Social Forum. *In: Smith, J; Byrd, S; Reese, E., & Smythe, E. (Eds.). Handbook on World Social Forum activism*. Boulder, CO: Paradigm Publishers, pp. 85-104.
- Hierro, G. (org.). (1985). *La naturaliza feminina: tecer colóquio nacional de filosofía*. Universidad Nacional Autónoma de México, México.

- Hierro, G. (1993). Género, desarrollo y políticas públicas. *In: GénEros*, año 5, n. 13, pp. 37-41.
- Hierro, G. (1995). Género y desarrollo. *In: GénEros*, año 2, n. 5, pp. 23-26.
- Hierro, G. (1997). Ética y derechos de las mujeres. *In: GénEros*, año 4, n. 11, pp. 26-29.
- Hierro, G. (2001). La mujer invisible y “el velo de la ignorancia”. *In: GénEros*, año 9, n. 25, pp. 11-12.
- Hierro, G. (2003a). *La ética del placer*. México, D.F: UNAM.
- Hierro, G. (2003b). Educación y género: la ética del placer. *In: GénEros*, año 11, n. 31, pp. 5-9.
- Hierro, G. (2007). Entrevista. *In: García, N. N. Feminismo, educación y cuerpo: conversación con Graciela Hierro*. Disponível em <http://bidi.unam.mx/libroe_2007/0989429/08_c04.pdf> acessado em 28/03/2019.
- Hobsbawm, E. (1995). *A era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991*. Trad. Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras.
- Hobsbawm, E. (2002). *A era dos impérios, 1975-1914*. Trad. Sieni Maria Campos; Yolanda Steidel de Toledo. 7ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Hollan-Cunz, B. (1996). *Ecofeminismos*. Trad. Arturo Parada. Madrid: Ediciones Cátedra.
- Hollanda, H. B. (1994). O território ambíguo da historiografia. *In: Revista Estudos Feministas*, N.E., pp. 123-129.
- Hollanda, H. B. (2018). *Explosão feminista: arte, cultura, política e universidade*. 3ª ed. São Paulo: Companhia das Letras.
- Hollanda, H. B. (Org.) (2019a). *Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo.
- Hollanda, H. B. (Org.) (2019b). Introdução. *In: Hollanda, Heloísa Buarque de. (Org.). Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, pp. 9-20.
- Hollanda, H. B. (Org.) (2020). *Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo.
- Honório, C. (2010). Mulheres e lideranças partidárias. *In: Magalhães, M. J. [et al] (Coord.). Quem tem medo dos feminismos? Congresso Feminista 2008. Actas, vol. I*. Funchal: Nova Delphi, pp. 115-119.
- Honwana, A. M. (2002). *Espíritos Vivos, Tradições Modernas: Possessão de Espíritos e Reintegração Social Pós-Guerra no Sul de Moçambique*. Trad. Orlanda Mendes. PROMÉDIA.
- hooks, b. (1984). *Feminist theory from margin to center*. Boston, South and Press.
- hooks, b. (1992). *Black looks: race and representation*. Boston, South and Press.
- hooks, b. (2000). *Feminis is for everybody: passionate politics*. Boston, South and Press.

- hooks, b. (2013). *Ensinando a Transgredir: educação como prática da liberdade*. Trad. Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: Martins Fontes.
- hooks, b. (2014). *Eu não sou uma mulher? Mulheres negras e feminismo*. Trad. Libanio Bhuvi. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos.
- hooks, b. (2018). *O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras*. Trad. Ana Luiza Libânio. 1. ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos.
- Horne, G. (2010). *O Sul mais distante: o Brasil, os Estados Unidos e o tráfico de escravos africanos*. Trad. Berilo Vargas. São Paulo: Companhia das Letras.
- Horta, M. T. (1998). O que é ser feminista hoje? In: Várias Autoras. *Movimento feminista em Portugal. Seminário UMAR*. UMAR: Lisboa, pp. 51-53. Disponível em <<http://umarfeminismos.org/images/stories/pdf/seminariomovfeminista.pdf>>, acesso em 11/05/2019.
- Idelfonso, I. (2003). As mulheres na imprensa periódica do século XIX: o jornal *A Voz Feminina* (1868-1869). In: Joaquim, T., & Galhardo, A. (Orgs). *Novos olhares: passado e presente nos estudos sobre as mulheres em Portugal*. Oeiras: Celta Editora, pp. 15-21.
- Iglésias, O. (2007). África, a mulher moçambicana e a NEPAD. In: *Campus Social*, n. 3-4, pp. 133-151.
- Iorio, J., & Fonseca, M. L. (2018). *Estudantes brasileiros no ensino superior português: construção do projeto migratório e intenções de mobilidade futura*. *Finisterra*, LIII, 109, pp. 3-20.
- Irigaray, L. (1985). *This sex which is not one*. *Ithaca*. Trad. Catherine Porter. New York: Cornell University Press.
- Irigaray, L. (2007 [1974]). *Especulo de la outra mujer*. Trad. Raul Sanchez Cedillo. Madrid: Akal.
- Irigaray, L. (2018a). Então, quando nos tornaremos mulheres? In: Baptista, M. M. (Org.). *Género e performance: textos essenciais 1*. Coimbra: Grácio Editora, pp. 145-147.
- Irigaray, L. (2018b). Este sexo que não é um. In: Baptista, M. M. (Org.). *Género e performance: textos essenciais 1*. Coimbra: Grácio Editora, pp. 61-70.
- Israel, J., & Schwartz, S. B. (2007). *The expansion of tolerance: religion in Dutch Brazil (1624-1654)*. Amsterdam: Amsterdam University Press.
- Jancsó, I. (Org.). (2003). *Brasil: formação do Estado e da Nação*. São Paulo: Hucitec; Ed. Unijuí; Fapesp.
- Jesus, I. H., & Mira, R. (2013). Zília Osório de Castro persistência na acção: projecto, responsabilidade e cooperação. In: *Faces de Eva. Estudos sobre a mulher*, n. 30, pp. 155-159.
- Jinkings, I; Doria, K., & Cleto, M. (Org.). (2016). *Por que gritamos golpe? Para entender o impeachment e a crise*. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

- Joaquim, T. (1997). *Menina e moça: uma construção social da feminilidade, os séculos XVII-XIX*. Lisboa: Fim de Século.
- Joaquim, T. (2001). Os estudos sobre as mulheres em filosofia. *In: ex æquo*, n. 5, pp. 69-106.
- Joaquim, T. (2004). *Ex-æquo*: contributo decisivo para um campo de estudos em Portugal. *In: Revista Estudos Feministas*, 12 (N.E.), pp. 88-93.
- Joaquim, T. (2006a). *Cuidar dos outros, cuidar do problema da maternidade*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Joaquim, T. (2006b). *As causas das mulheres: a comunidade infigurável*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Joaquim, T. (2007). Feminismos, estudos sobre as mulheres ou “para onde vai este barco?”. *In: Amâncio, L; Tavares, M; Joaquim, T., & Almeida, T. S. (Orgs.). O longo caminho das mulheres: feminismos 80 anos depois*. Lisboa: Dom Quixote, pp. 203-216.
- Joaquim, T. (Org.). (2010). *Masculinidades, feminilidades*. Porto: Afrontamento.
- Joaquim, T. (2012). A política como (exercício da) esperança. *In: Faces de Eva. Estudos sobre a mulher*, n. 28, pp. 17-24.
- Junqueira, R. D. (2018). A invenção da “ideologia de gênero”: a emergência de um cenário político-discursivo e a elaboração de uma retórica reacionária antigênero. *In: Psicologia Política*, 18(43), pp. 449-502.
- Kehl, M. R. (1998). *Deslocamentos do feminino*. Rio de Janeiro: Imago.
- Kelly, J. (1984). *Women, history & theory: the essays of Joan Kelly*. Chicago: University of Chicago Press.
- Keller, E. F. (1991). *Reflexiones sobre género y ciencia*. Trad. Ana Sánchez. Ediciones Alfons el Magnànim. Instituto Valenciana D'Estudies I Investigació.
- Keller, E. F. 1994). *La paradoja de la subjetividade científica*. *In: Schnitman, D. F. (Ed.). Nuevos paradigmas, cultura y subjetividade*. Trad. Leandro Wolfson. Buenos Aires: Paidós, pp. 143-173.
- Keller, E. F. (2006). Qual foi o impacto do feminismo na ciência? *In: Cadernos Pagu*, n. 27, pp.13-34.
- Ketzer, P. (2017). Como pensar uma epistemologia feminista? Surgimento, repercussões e problematizações. *In: Argumentos*, a. 9, n. 18, pp. 95-106.
- Kidane, L. (2015). Concerning Violence: Nine Scenes from the Anti-Imperialistic Self-Defense. *In: Feminist Africa*, 20, pp. 116-122.
- Klandermans, B. (1994). La construcción social de la protesta y los campos pluriorganizativos. *In: Laraña, E., & Gusfield, J. (Eds.). Los nuevos movimientos sociales: de la ideología e la identidad*. Madrid: Centro de Investigaciones Sociológicas, pp. 183-219.
- Klein, H. S. (1986). *African slavery in Latin America and the Caribbean*. New York: Oxford University Press.

- Klein, H. S., & Luna, F. V. (2010). *Slavery in Brazil*. Cambridge New York: Cambridge University Press.
- Kollontai, A. (1982). *Marxismo e revolução sexual*. Trad. Ana Corbisier. São Paulo: Global Editora.
- Kollontai, A. (2007 [1926]). *Autobiografia de uma mulher comunista sexualmente emancipada*. Trad. Lígia Gomes. São Paulo: Editora Sundermann.
- Kotchergenko, A. M. S. P. (2011). As mulheres na luta armada no Cone Sul. *In*: Pedro, J. M; Wolff, C. S., & Veiga, A. M. (Orgs.). *Resistências, gênero e feminismo contra as ditaduras no Cone Sul*. Florianópolis: Ed; Mulheres, pp. 282-298.
- Kristeva, J. (1986). Women's time. *In*: Kristeva, J., & Moi, T. *The Kristeva reader*. Oxford: Basil Blackwell, pp. 187-213.
- Kubissa, L. P. (2000). De discursos estéticos, substituciones y otras operaciones simbólicas: en torno a la filosofía del feminismo de la diferencia. *In*: Amorós, C (Ed.). *Feminismo y filosofía*. Madrid: Editorial Sintesis, pp. 231-254.
- Kulpa, R., & Mizielińska, J. (2011). *Why study sexualities in central and eastern Europe?* *In*: Kulpa, R., & Mizielińska, J. (Orgs.). *De-centring western sexualities: central and eastern european perspectives*. Farnham, Surrey Burlington, VT: Ashgate, pp. 1-9.
- Lagarde y de los Ríos, M. (1996). *Género y feminismo: Desarrollo humano y democracia*. 2ª ed. Ed. Horas y Horas, Madrid, 1996.
- Lagarde y de los Ríos, M. (1997). *Claves feministas para el poderío y la autonomía de la mujeres: memoria*. Managua: Punto de Encuentro.
- Lagarde y de los Ríos, M. (2000a). *Claves feministas para la autoestima de las mujeres*. Madrid: Horas y Horas la Editorial.
- Lagarde y de los Ríos, M. (2000b). *Claves feministas para liderazgos entrañables*. 1ª ed. Managua: Punto de Encuentro.
- Lagarde y de los Ríos, M. (2001). *Claves feministas para la negociación en el amor*. 1ª ed. Managua: Puntos de Encuentros.
- Lagarde y de los Ríos, M. (2004). *Vías para el empoderamiento de las mujeres. Proyecto EQUAL I.O. METAL, Valencia*. Disponível em <http://www.femeval.es/proyectos/ProyectosAnteriores/Sinnovaciontecnologia/Documents/ACION3_cuaderno1.pdf> acessado em 06/2019.
- Lagarde y de los Ríos, M.. (2005a). *Los cautiveiros de las mujeres: madresposas, monjas, putas, presas y locas*. Madrid: Horas y Horas la Editorial.

- Lagarde y de los Ríos, M. (2005b). *Para mis socias de la vida: claves el poderío y la autonomía de las mujeres, feministas los liderazgos entrañables, para las negociaciones en el amor*. Madrid: Horas y Horas.
- Lagarde y de los Ríos, M. (2006). *Del femicidio al feminicidio*. In: *Desde el Jardín de Freud*, [S.l.], n. 6, pp. 216-225.
- Lagarde y de los Ríos, M. (2012). *El feminismo en mi vida: hitos, claves utopías*. Ciudad de México, DF.: *Inmujeres*.
- Lagarde y de los Ríos, M. (n.d). Democracia genérica. In: *Pasado y presente XXI* (suplemento). Año 2, n° 2. pp. 1-12.
- Lagarde, C. (2014). *Empowerment: the Amartya Sen Lecture*. Disponível em <<https://www.imf.org/en/News/Articles/2015/09/28/04/53/sp060614>>, acessado em 14/04/2018.
- Lamas, M. (1990). Editorial. In: *Debate feminista*, 1, pp. iii-vi.
- Lander, E (Org). (2005). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina: CLACSO.
- Laqueur, T. W. (2001). *Inventando o sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud*. Trad. Vera Whately. Rio de Janeiro. Relume Dumará.
- Lauwe, P. C., & Lauwe, M. C. (1965). A evolução contemporânea da Família: estruturas, funções, necessidades. In: *Análise Social*, Vol. III, n.º 12, pp. 475-500.
- Lavinás, L. (1992). Editorial, Coordenação. *Estudos Feministas*, v. 0, n. 0, p. 3.
- Lazreg, M. (2005). Decolonizing feminism. In: Oyěwùmí, O. (Ed). *African gender studies: theoretical questions and conceptual issues*. Houndmills, Basingstoke, England, New York: Palgrave MacMillan, pp. 67-80.
- Leal, I (1986a). Os papéis tradicionais femininos: continuidade e rupturas de meados do século XIX a meados do século XX. In: *Actas do colóquio: A mulher na sociedade portuguesa: visão histórica e perspectivas atuais*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade, pp. 353-368.
- Leal, I. (1986b). A mulher e o amor no século XVI: afectividade, sexualidade, casamento – uma abordagem do tema. In: *Análise Social*, Vol. XXII (3.º-4.º), n.º 92-93, pp. 769-778.
- Leal, M. I. (1992). *Um século de periódicos femininos: arrolamento de periódicos entre 1807 e 1926*. Portugal: Ministério do Emprego e da Segurança Social, Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres.

- Leher, R. (1999). O novo senhor da Educação? A política do Banco Mundial para a periferia do capitalismo. *In: Revista Outubro*, n. 3, pp. 19-30.
- Leite, R. S. C. (2003). *Brasil Mulher e Nós Mulheres*: origens da imprensa feminista brasileira. *In: Revista Estudos Feministas*, 11(1), pp. 234-241.
- Lennon, K., & Whitford, M. (Eds.). (2002). *Knowing the difference: feminist perspectives in epistemology*. London New York: Routledge.
- León, S. (2010). François Poulain de la Barre: Feminismo y Modernidad. *In: Astrolabio. Revista internacional de filosofía*, n,11, pp. 257-270.
- Lerner, G. (1990). *La creación del patriarcado*. Trad. Monica Tussell. Barcelona: Crítica.
- Lévy, J. (1961 [1576]). *Viagem à terra do Brasil*. Trad. Sérgio Millet. Editora Biblioteca do Exército.
- Lhenry, S. (2011). L'exil des féministes: délocaliser la lutte pour continuer à agir. *In: ex æquo*, n. 24, pp. 79-92.
- Lindsey, L. L. (2015). *Gender roles: a sociological perspective*. Boston: Pearson.
- Lionço, T; Alves, A. C. O; Mattiello, F., & Freire, A. M. (2018) "Ideologia de gênero": estratégia argumentativa que forja cientificidade para o fundamentalismo religioso. *In: Psicologia Política*, 18(43), pp. 599-621.
- Liz, I. M. M. (2019). Freiras na luta contra a ditadura no Brasil. *In*. Wolff, C. S; Zandoná, J., & Mello, S. C. (orgs.). (2019). *Mulheres de Luta: feminismo e esquerdas no Brasil (1964-1985)*. 1. ed. Curitiba: Appris.
- Loades, A. (Ed.). (1997). *Teología feminista*. Trad. Resti Bairros; Jeremias Lera. Bilbao: Editorial Desclée Brouwer.
- Loforte, A. M. (2003). Mulher, poder e tradição em Moçambique. *In: Outras Vozes*, n. 5, pp. 4-6.
- Loforte, A. M. (2007). Noções de sexualidade: respondendo às necessidades dos jovens em matéria de saúde sexual e reprodutiva. *In: Outras Vozes*, n. 19, pp. 1-5.
- Loforte, A. M. (2008). Dinâmicas familiares e percepções de pobreza e género em Moçambique. *In: Outras Vozes*, n. 22, pp. 2-7.
- Loforte, A. M. (2009). Os movimentos sociais e a violência contra a mulher em Moçambique: marcos de um percurso. *In: Outras Vozes*, n. 27, pp. 1-6.
- Loforte, A. M. (2011). Mulheres e cuidados domiciliários num contexto de HIV e SIDA. *In: Outras Vozes*, n. 35-36, pp. 8-13.

- Longino, H. E. (2008). Epistemologia feminista. In: Greco, J., & Sosa, E. (Orgs.). *Compêndio de epistemologia*. Trad. Alessandra Siedschlag Fernandes e Rogério Bettoni. São Paulo: Edições Loyola.
- Lopes, M. M., & Piscitelli, A. (2004). Revistas científicas e a constituição do campo de estudos de gênero: um olhar desde as “margens”. *In: Revista Estudos Feministas*, 12 (N.E), pp. 115-121.
- López, L. A. C. (Dir.). (2013). *La universidad por hacer: perspectivas poshumanistas para tiempos de crisis*. Medellín Córdoba, Argentina: Editorial Universidad Pontificia Bolivariana Fondo Editorial Universidad Católica de Oriente.
- Orde, A. (1979). The master’s tools will never dismantle the master’s house. *In: Moraga, C., & Anzaldúa, G. This bridge called my back: writings by radical women of color*. New York: Kitchen Table, Women of Color Press, pp. 98-101.
- Louro, G. L. (2004). Mulheres em sala de aula. *In: Del Priore, M. (org.). História das mulheres no Brasil*. 7ª ed. São Paulo: Contexto, pp. 443-481.
- Louro, G. L. (2014). *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. 16ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Louro, G. L. (Org.). (2015). *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. Trad. Tomaz Tadeu da Silva. 3ª ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora.
- Louro, G. L.; Neckel, J. F., & Goellner, S. V. (Orgs.). (2003). *Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Lovell, T. (1996). Teoria social feminista. *In: Turner, B. S. Teoria Social*. Alges, Portugal: Difel, pp. 313-346.
- Lugones, M. (1987). Playfulness, “World”: Traveling, and Loving Perception. *In: Hypatia*, v. 2, n. 2, pp. 3-19.
- Lugones, M. (2005). From within germinative stasis: creating active subjectivity, resistant agency. *In: Keating, A. L. (Ed.). Entre mundos/ among worlds: new perspectives on Gloria E. Andaldúa*, New York: Palgrave Macmillan.
- Lugones, M. (2007). Heterosexualism and the colonial/modern gender system. *In: Hypatia*, v. 22, n. 1, pp. 186-209.
- Lugones, M. (2008a). *Colonialidad y género: hacia un feminismo descolonial*. *In: Mignolo, Walter. (Comp.). Género y descolonialidad*. 1ª ed. Buenos Aires: Del Signo, pp. 13-54.
- Lugones, M. (2008b). Colonialidad y género. *In: Tábula Rosa*, nº. 9, pp. 73-101.

- Lugones, M. (2011). Hacia un feminismo descolonial. *In: La manzana de la discordia*, v. 6, n. 2, pp. 105-119.
- Lugones, M., & Spelman, E. V. (1983). Have we got a theory for you! Feminist theory, cultural imperialism and the demand for 'the woman's voice'. *In: Women's Studies Int. Forum*, v. 6, pp. 573-581.
- Luna, N. (2017). The criminalization of "gender ideology": an analysis of the sexual diversity debate in the brazilian chamber of deputies, 2015. *In: Cadernos Pagu* (50), pp. 1-45.
- Lynch, J. (2001). *América Latina, entre colonia y nación*. Barcelona: Crítica.
- Lyotard, J. (1988). *O pós-moderno*. Trad. Ricardo Corrêa Barbosa. 3ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio Editora.
- Macedo, A. G. (2010). Tópicos para repensar a questão do(s) feminismo(s) hoje. *In: Magalhães, M. J. [et al] (Coord.). Quem tem medo dos feminismos? Congresso Feminista 2008. Actas, vol. II. Funchal: Nova Delphi*, pp. 379-384.
- Macedo, A. G. (2016). Pós-feminismo. *In: Revista Estudos Feministas*, 14(3), pp. 813-817.
- Macedo, E. (2015). Violência entre parceiros íntimos (vpi): problema e sintoma no panorama das violências sobre as mulheres. *In: ex æquo*, (31), pp. 29-44.
- Machado, L. Z. (1990). Mulheres e política: o lugar da tradição na modernidade Latinoamericana. *In: XIV Reunião Anual da Anpocs*, pp. 1-38.
- Machado, L. Z. (1992a). Feminismo, academia e interdisciplinaridade. *In: Costa, A. O., & Bruschini, C. (Orgs). Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro: Rosa dos Ventos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, pp. 24-38.
- Machado, M. D. C. (2018). O discurso cristão sobre a "ideologia de gênero". *In: Revista Estudos Feministas*, 26(2), pp. 1-18.
- Machel, S. (1973a). *A libertação da mulher é uma necessidade da Revolução, garantia da sua continuidade, condição do seu triunfo*. Disponível em <<https://www.marxists.org/portugues/machel/1973/mulher/index.htm>> acesso em 05/2019.
- Machel, S. (1973b). Educar o homem para vencer a guerra, criar uma sociedade nova e desenvolver a pátria. *In: FRELIMO - Coleção Estudos e Orientações*. Caderno n.º 2, CasaComum.org, Disponível <http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_84116>, acesso em 05/2019.
- Machel, S. (1974). Fazer da escola uma base para o povo tomar o poder. *In: FRELIMO - Coleção Estudos e Orientações*. Caderno n.º 6", CasaComum.org, Disponível <http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_84117> acesso em 05/2019.

- Madeira, F. R., & Moraes, M. Q. de. (1980). Notas preliminares sobre a evolução do trabalho feminino no Brasil 68/78: algumas reflexões sobre o tema “mulher e trabalho”. *In: IV Encontro Anual da Anpocs*, pp. 1-19.
- Madeira, F. R., & Bruschini, M. C. A. (1981). A família, a estrutura social e as formas de participação na produção social. *In: V Encontro Anual da Anpocs*, pp. 1-37.
- Magalhães, J. P. (2016). *Trajetórias e resistências de mulheres sob o colonialismo português (Sul de Moçambique, XX)*. São Paulo. (Tese de doutorado).
- Magalhães, M. J. (1998a). *Movimento feminista e educação: Portugal, décadas de 70 e 80*. Oeiras: Celta.
- Magalhães, M. J. (1998b). Feminismo de segunda vaga existiu ou não em Portugal? Comunicação apresentada no seminário sobre *O Feminismo em Portugal, organizado pela UMAR*, Lisboa, pp. 15-18. Disponível em <<http://www.umarfeminismos.org/images/stories/pdf/seminariomovfeminista.pdf>> acessado em 21 de novembro de 2018.
- Magalhães, M. J. (2001). Dez anos da APEM: percorrer as vozes, significar os percursos. *In: ex æquo*, n. 5, pp. 27-68.
- Magalhães, M. J. (2002). Em torno da definição do conceito de agência feminista. *In: ex æquo*, n. 7, pp. 189-198.
- Magalhães, M. J. (2007). Agência feminista e das mulheres: procurando o novo sujeito feminista? *In: Amâncio, L; Tavares, M; Joaquim, T., & Almeida, T. S. (Orgs.). O longo caminho das mulheres: feminismos 80 anos depois*. Lisboa: Dom Quixote, pp. 229-244.
- Magalhães, M. J. (2010). A arte e violência no olhar: activismo feminista e desconstrução da violência contra as mulheres. *In: Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 89, pp. 89-109.
- Magalhães, M. J. [et al] (Coord.). (2010). *Quem tem medo dos feminismos?* Congresso Feminista 2008. Actas, vol. I. Funchal: Nova Delphi.
- Maluf, S. W. (2004), Os dossiês da REF: além das fronteiras entre academia e militância. *In: Revista Estudos Feministas*, vol. 12, Número Especial, 235-243.
- Mama, A. (2001). Challenging subjects: gender and power in african contexts. *In: African Sociological Review/Revue Africaine de Sociologie*, 5(2), pp. 63-73
- Mama, A. (2002a). Editorial. *In: Feminist Africa Issue*, 1. Disponível em <http://www.agi.ac.za/sites/default/files/image_tool/images/429/feminist_africa_journals/archive/01/fa_1_editorial.pdf>, acesso em junho/2020.

- Mama, A (2002b). *Gains and Challenges: Linking Theory and Practice*. Women's World's Congress: Keynote Address presented at opening ceremony, Makerere University, 21/07/2002.
- Mama, A. (2004). *Critical capacities: facing the challenges of intellectual development in Africa*. The Hague: Institute of Social Studies, pp. 1-17.
- Mama, A. (2013). Pan-Africanism: beyond survival to renaissance? *In: Opendemocracy*, 28/06/2013. Disponível em <<https://www.opendemocracy.net/en/5050/pan-africanism-beyond-survival-to-renaissance/>>, acesso em julho de 2020.
- Manghezi, A. (1980). A voz do mineiro: entrevistas e canções. *In: Estudos Moçambicanos*, n. 1, pp. 77-90.
- Marcha Mundial de las Mujeres (MMM). (2008). *Marcha Mundial de las Mujeres: 1998-2008, una década de lucha internacional feminista*. São Paulo: SOF.
- Marconi, M. A., & Lakatos, E. M. (2003). *Fundamentos de metodologia científica*. 5ª ed. São Paulo: Atlas.
- Maricato, E. [et al.]. (2013). *Cidades rebeldes: passe livre as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. 1ª ed. São Paulo: Boitempo.
- Marques, C; Nogueira, C; Magalhães, M. J., & Silva, S. M. (orgs). (2003). *Impressões sobre feminismos: pensar a democracia no mundo da vida*. Porto: Edições UMAR.
- Marques, G. (2011). Movimentos feministas e Igreja Católica: uma análise comparativa de periódicos. *In: Pedro, J. M; Wolff, C. S., & Veiga, A. M. (Orgs.). Resistências, gênero e feminismo contra as ditaduras no Cone Sul*. Florianópolis: Ed; Mulheres, pp. 191-210.
- Marquese, R., & Salles, R. (2016). *Escravidão e capitalismo histórico no século XIX: Cuba, Brasil e Estados Unidos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Marques-Pereira, B. (2009). Cidadania. *In: Hirata, H. et.al. (Orgs). Dicionário crítico do feminismo*. São Paulo: Editora UNESP, pp. 35-39.
- Martínez, M. P., & Avella, E. (2016). Colômbia. *In: Sorj, B., & Fausto, S. (Orgs.). Ativismo político em tempos de internet*. Trad. Fabio Storino. São Paulo: Edições Plataforma Democrática, pp. 241-292.
- Matos, M. I. S. (2000). *Por uma história das mulheres*. Bauru, SP: EDUSC, 2000. (Coleção essência).
- Matos, M. I. S. (2017). Vozes femininas na luta antislavista: envolvimento de portuguesas e brasileiras (São Paulo, 1950-1970). *In: História*, v.36, pp. 1-21.
- Matos, M. (2010). Movimento e teoria feminista: é possível reconstruir a teoria feminista a partir do sul global? *In: Revista de Sociologia e Política*, v. 18, n. 36, pp. 67-92.

- Mattos, A. R. (2018) Discursos ultraconservadores e o truque da “ideologia de gênero”: gênero e sexualidades em disputa na educação. *In: Psicologia Política*, 18(43), pp. 573-586.
- Mattoso, K. M. Q. (2003). *Ser escravo no Brasil*. Trad. James Amado. São Paulo: Brasiliense.
- Maxey, I. (1999). Beyond boundaries? Activism, academia, reflexivity and research. *In: Area*, 31.3, pp. 199-208
- Maynard, M., & Purvis, J. (1996). *New frontiers in women's studies: knowledge, identity, and nationalism*. London Bristol, PA: Taylor & Francis.
- Medrado, B., & Lyra, J. (2008). Por uma matriz feminista de gênero para os estudos sobre homens e masculinidades. *In: Revista Estudos Feministas*, v. 16, n. 3, pp. 809-840.
- Meersschaert, L. (1986). Alguns contributos para o estudo da identidade das empregadas domésticas em Portugal. *In: Análise Social*, Vol. XXII (3.º-4.º), n.º 92-93, pp. 633-642.
- Meirelles, R. (2011). Da memória para a história: experiências de mulheres subversivas na ditadura militar. *In: Prisma Jurídico*, vol. 10, n. 1, pp. 111-134.
- Mejia, M., & Arthur, M. J. (2007). Alguns dados sobre denúncias de violência ocorridas nos Gabinetes de Atendimento da Mulher e da Criança. *In: Outras Vozes*, n. 18, pp. 15-18.
- Melo, J. (2003). Publicar é uma ação política. *In: Estudos Feministas*, 11(1), pp. 298-301.
- Mello, E. C. (2007 [1975]). *Olinda restaurada: guerra e açúcar no Nordeste, 1630-1654*. São Paulo: Ed. 34.
- Mello, E. C. (2009). *O nome e o sangue: uma parábola genealógica no Pernambuco colonial*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Mello, E. C. (2011). *O negócio do Brasil: Portugal, os Países Baixos e o Nordeste, 1641-1669*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Mello, E. C. (2012). *O bagaço da cana: os engenhos de açúcar do Brasil holandês*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Mendoza, B. (2010). La epistemología del sur, la colonialidade del género y el feminismo latinoamericano. *In: Espinoza-Miñoso, Ys. (coord.). Aproximaciones críticas a las prácticas teórico-políticas del feminismo latinoamericano*. 1ª ed. Buenos Aires: Em la Frontera, pp. 19-36.
- Meneses, I. (2000). Intimidade, norma e diferença: a modernidade gay em Lisboa. *In: Análise Social*, Vol. XXXIV, n.º 153, pp. 933-955.
- Meneses, M. P. (2004). Agente do conhecimento? A consultoria e a produção do conhecimento em Moçambique. *In: Santos, B. S. (Org.). Conhecimento prudente para uma vida decente: um discurso sobre as ciências revisitado*. São Paulo: Cortez.

- Meneses, M. P. (2010). O passado não morre – a permanência dos espíritos na história de Moçambique. *In: Santos, B. S; Abrão, P; Santos, C. M., & Torelly, M. D. (Orgs.). Repressão e Memória Política no Contexto Ibero-Brasileiro: estudos sobre Brasil, Guatemala, Moçambique, Peru e Portugal.* Brasília: Ministério da Justiça, Comissão de Anistia; Portugal: Universidade de Coimbra, Centro de Estudos Sociais, pp. 152-184.
- Meneses, M. P. (2016a). Ampliando las epistemologías del sur a partir de los sabores diálogos desde los saberes de las mujeres de Mozambique. *In: Revista Andaluza de Antropología*, n. 10, pp. 10-28.
- Meneses, M. P. (2016b). Os sentidos da descolonização: uma análise a partir de Moçambique. *In: OPSIS*, 16(1), 26-44.
- Merlino, T., & Ojeda, I. (Orgs.). (2010). *Direito à memória e à verdade: Luta, substantivo feminino.* São Paulo: Editora Caros Amigos.
- Meyer, D; Soares, R. F. R. (Orgs.). (2013). *Corpo, gênero e sexualidade.* 3ª ed. Porto Alegre: Mediação.
- Mies, M. (1998) ¿Investigación sobre las mujeres o investigación feminista? El debate em torno a la ciência y la metodologia feministas. *In: Bartra, E. (Comp.). Debates en torno a una metodología feminista.* México. UAM – Xochimilco, pp. 63-102.
- Mignolo, W. D. (2003). *Histórias locais, projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar.* Trad. Solange Ribeiro de Oliveira. Belo Horizonte: Editora UFMG.
- Mignolo, W. D. (2006). *El despredimiento: pensamiento critico y giro descolonial.* *In: Walsh, C; Mignolo, W., & Linera, Á. G. Interculturalidad, descolonización del estado y del conocimiento.* Buenos Aires Durham: Ediciones del Signo Globalization and the Humanities Project Duke University, pp. 9-20.
- Mignolo, W. D. (2007). *La idea de América Latina: la herida colonial y la opción decolonial.* Trad. Silvia Jawerbaum; Julieta Barba. Barcelona: Gedisa Editorial.
- Mignolo, W. D. (2008a). Introducción ¿Cuáles son los temas de género y (des)colonialidad? *In: Mignolo, W. D. (Comp.). Género y descolonialidad.* Buenos Aires: Del Signo, pp. 7-12.
- Mignolo, W. D. (2008b). Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política. *In: Cadernos de Letras da UFF: Dossiê: Literatura, língua e identidade*, n. 34, pp.287-324.
- Mignolo, W. D. (2010). *Desobediencia epistémica: retórica de la modernidad, lógica de la colonialidad y gramática de la descolonialidad.* Buenos Aires: Del Signo.
- Mignolo, W. D. (2015). *Habitar la frontera. Sentir y pensar la descolonialidad (antología, 1999-2004).* Barcelona: CIDOB y UACI.
- Mignolo, W. D. (2017a). Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade. *In: Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 32, n. 94, pp. 1-18.

- Mignolo, W. D. (2017b). Prefácio. Sim, nós podemos. *In: Dabashi, H. (2017). Os não-europeus pensam?* Trad. Paulo Barata. Amadora: Elsinore, pp. 11-44.
- Mignolo, W. D.; Carballo, F. (2014). *Una concepción descolonial del mundo: conversaciones de Francisco Carballo con Walter Mignolo*. Buenos Aires, Argentina: Ediciones del Signo.
- Miguel, L. F. (2015). O feminismo e a política. *In: Miguel, L. F., & Biroli, F. Feminismo e política: uma introdução*. São Paulo: Boitempo.
- Mill, J. S. (2017 [1869]). *Sobre a liberdade das mulheres e A sujeição das mulheres*. Trad. Paulo Geiger. São Paulo: Companhia das Letras.
- Millet, K. (1995 [1969]). *Política sexual*. Trad. Ana María Bravo García. Madrid: Ediciones Cátedra.
- Minayo, M. C. S. (org.). (2001). *Pesquisa Social: teoria, método e criatividade*. 18ª ed. Petrópolis: Vozes.
- Minella, L. S., & Grossi, M. P. (2003). Publicações Feministas Brasileiras: compartilhando experiências. *In: Revista Estudos Feministas*, vol. 11, n.º 1, 217-223.
- Mira, R. (2015). *Hipátia*: Grupo de Mulheres auto-representantes sobreviventes de violência de género. Senhoras de si: a (re)conquista de poder por parte das mulheres sobreviventes de violência de género. *In: Faces de Eva. Estudos sobre a Mulher*, (33), pp. 105-115.
- Miskolci, R. (2018). Exorcising a ghost: the interests behind the war on “gender ideology”. *In: Cadernos Pagu*, (53), pp. 1-14.
- Mohanty, C. T. (2008). Bajo los ojos de Occidente: academia feminista y discursos coloniales. *In: Navaz, L. S., & Castillo, R. A. H. (coords.). Descolonizando el feminismo: teorías y prácticas desde los márgenes*. Madrid: Cátedra, pp. 117-164.
- Moita, L. (1985). Elementos um balanço da descolonização portuguesa. *In: Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 15-16-17, para pp. 501-509.
- Monteiro, A. C. (2007). Não reconhecimento da União de Facto: uma forma de discriminação contra as mulheres. *In: Outras Vozes*, n. 20, pp. 18-21.
- Monteiro, E. F. (2009). *Mulheres, democracia e desafios pós-coloniais: uma análise da participação política das mulheres em Cabo Verde*. Praia: Edições Uni-CV.
- Monteiro, E. F. (2016). Crioulidade, colonialidade e género: as representações de Cabo Verde. *In: Revista Estudos Feministas*, 24(3), pp. 983-996.
- Monteiro, J. M. (1994). *Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras.

- Monteiro, N. (2010). O debate em torno da tese “Feminismo” apresentada ao I Congresso Nacional do Livre-Pensamento em 1908. *In: Magalhães, M. J. [et al] (Coord.). Quem tem medo dos feminismos? Congresso Feminista 2008. Actas, vol. II. Funchal: Nova Delphi, pp. 101-110.*
- Monteiro, N. (2017). Em busca da história das mulheres. *In: Sales, T. (Coord.). Mulheres que falam de mulheres. Lisboa: Edições UMAR, pp. 63-86.*
- Monteiro, R. (2011). *Feminismo de Estado em Portugal: mecanismos, estratégias, políticas e metamorphoses.* Tese de doutoramento, Universidade de Coimbra.
- Monteiro, R., & Ferreira, V. (2016). Women’s movements and the State in Portugal: a State feminism approach. *In: Sociedade e Estado, 31(2), 459–486.*
- Moore, H. L. (1991). *Antropología y feminismo.* Trad. Jerónima García Bonafé. Madrid: Cátedra Universitat de Valencia Instituto de la Mujer.
- Moosa-Mitha, M., & Ross-Sheriff, F. (2010). *Transnational Social Work and Lessons Learned From Transnational Feminism. In: Journal of Women and Social Work, v. 25, n. 2, pp. 105-109.*
- Moraes, M. L. Q. (1981). Família e feminismo. *In: Cadernos de Pesquisa, n. 37, pp. 44-51.*
- Moraes, M. L. Q. (1985). Masculino e feminino no cotidiano familiar. *In: IX Encontro Anual da Anpocs, pp. 1-28.*
- Moraes, M. L. Q. (1989). Vida familiar: modernização versus conservação. *In: XIII Reunião Anual da Anpocs, pp. 1-15.*
- Moraes, M. L. Q. (1993). Impasses do feminismo: dos direitos da mulher aos direitos da criança? *In: XII Reunião Anual da Anpocs, pp. 1-16.*
- Moraes, M. L. Q. (1996). *Vinte anos de feminismo. Campinas,* Tese de Livre-docência, Departamento de Sociologia, IFCH/Unicamp.
- Moraes, M. L. Q. (2000). Marxismo e feminismo: afinidades e diferenças. *In: Crítica marxista, 1(11), pp. 89-97.*
- Moraes, M. L. Q. (2010). Da subversão à institucionalização. *In: Espinoza-Miñoso, Y. (coord.). Aproximaciones críticas a las prácticas teórico-políticas del feminismo latinoamericano. 1ª ed. Buenos Aires: Em la Frontera, pp. 121-139.*
- Morais, T. (2012). Paridade e participação política das mulheres. *In: Faces de Eva. Estudos sobre a mulher, n. 28, pp. 11-15.*
- Morgan, R. (1970). *Sisterhood is powerful: an anthology of writings from the women's liberation movement.* New York: Vintage Books.

- Moses, Claire G. (2009). *The politics of feminist publishing. Feminist studies. In: ex æquo*, n. 19, pp. 15-21.
- Mota, C. G. (Org.). (1982). *Brasil em perspectiva*. São Paulo: DIFEL.
- Mota, C. G. (Org.). (2000). *Viagem incompleta. A experiência brasileira (1500-2000)*. Formação: histórias. São Paulo: Editora SENAC.
- Mouffe, C. (1992). *Feminism, citizenship, and radical democratic politics. In: Butler, J., & Scott, J. W. (Editor) Feminists theorize the political*. Routledge: New York.
- Moura, C. (1988). *Rebeliões da senzala*. 3ª ed. São Paulo: Lech Livraria.
- Moura, C. (1990). *As injustiças de Clío: o negro na historiografia brasileira*. São Paulo: Oficina de Livros.
- Moura, T; Spindler, E., & Taylor, A. (2015). Portugal's masculinities crisis: gender equality in the era of flagging economies. *In: ex æquo*, (32), pp. 87-100.
- Munanga, K. (1999). *Redescobrimo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Muraro, R. M. (1983). *Sexualidade da mulher brasileira: corpo e classe social no Brasil*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Murunga, G. R. (2005). African women in the academy and beyond: review essay. *In: Oyěwùmí, O. (Ed). African gender studies: theoretical questions and conceptual issues*. Houndmills, Basingstoke, England, New York: Palgrave MacMillan, pp. 397-416.
- Namorado, R. (1989). Para uma Universidade Nova - Crónica da Crise de 1969 em Coimbra. *In: Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 27/28, pp. 63-124.
- Narvaz, M. G., & Koller, S. H. (2006). Metodologias feministas e estudos de gênero; articulando pesquisa, clínica e política. *In: Psicologia em Estudo*, v 11, pp. 647-654.
- Nascimento, A. (1998). *O genocídio do negro brasileiro: processo de racismo mascarados*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Nascimento, S. (2010). Violência e liderança eclesiástica. *In: Magalhães, M. J. [et al] (Coord.). Quem tem medo dos feminismos?* Congresso Feminista 2008. Actas, vol. II. Funchal: Nova Delphi, pp. 32-41.
- Nash, M. (1990). Presentació. *In: DUODA: estudis de la diferència sexual*, n. 1, pp. 2-3.
- Navarro, M. (2004). Publicações acadêmicas feministas no contexto norte-americano. *In: Revista Estudos Feministas*, 12 (N.E), pp. 59-62.
- Navaz, L. S., & Hernández, R. A. (Eds). (2011). *Descolonizando el feminismo: teorías y prácticas desde las márgenes*. 2ª ed. Madrid: Ediciones Cátedra.

- Neves, S., & Nogueira, C. (2005). Metodologias feministas: a reflexividade ao serviço da investigação nas ciências sociais. *In: Psicologia: Reflexão e Crítica*. 18(3), pp. 408-412.
- Neves, S. (2016). Femicídio: o fim da linha da violência de género. *In: ex æquo*, n. 34, pp. 9-12.
- Neves, S; Cunha, C; Grangeia, H., & Correia, A. (2015). Grupos de reflexão e ação: uma intervenção psicoterapêutica feminista com mulheres vítimas de violência na intimidade. *In: ex æquo*, (31), pp. 13-28.
- Neves, S; Gomes, S., & Martins, D. (2016). Narrativas mediáticas sobre o femicídio na intimidade: análise de um jornal popular português. *In: ex æquo*, (34), pp. 77-92.
- Nfah-Abbenyi, J. M. (2005). Gender, feminist theory, and post-colonial (women's) writing. *In: Oyěwùmí, O. (Ed). African gender studies: theoretical questions and conceptual issues*. Houndmills, Basingstoke, England, New York: Palgrave MacMillan, pp. 259-278.
- Nhantumbo, S., & Meneses, M. P. (2005). Inventário das actividades com abordagens de género em cursos realizados na UEM nos últimos 25 anos. *In: Estudos Moçambicanos*, 21, pp. 105-129.
- Nicholson, L. (Comp.). (1992). *Feminismo/posmodernismo*. Trad. Márgara Averbach. Buenos Aires: Feminaria Editora.
- Nnaemeka, O. (2005). Bringing african women into the classroom: rethinking pedagogy and epistemology. *In: Oyěwùmí, O. (Ed). African gender studies: theoretical questions and conceptual issues*. Houndmills, Basingstoke, England, New York: Palgrave MacMillan, pp. 51-65.
- Nogueira, C. (2013). Uma psicologia feminista crítica em Portugal: influências das vagas feministas. *In: Faces de Eva. Estudos sobre a mulher*, n. 30, pp. 21-35.
- Nogueira, C., & Silva, S. M. (2003). Introdução. *In: Marques, C; Nogueira, C; Magalhães, M. J., & Silva, S. M. (Coords). Impressões sobre feminismos: pensar a democracia no mundo da vida*. UMAR: Porto, pp. 17.
- Nouvelles questions féministes. (1981). Editorial. *In: Nouvelles questions féministes*, vol. 1, pp. 3-14.
- Novais, F. A. (1989). *Portugal e Brasil na crise do antigo regime sistema colonial, 1777-1808*. 5ª ed. São Paulo: Editora HUCITEC.
- Nunes, A. S. (1968). A população universitária portuguesa: uma análise preliminar. *In: Análise Social*, Vol. VI, n.º 22-23-24, pp. 295-385.
- Nunes, F. S. (1966). Ambiguidades da nova condição feminina. *In: Análise Social*, Vol. IV, n.º 14, pp. 313-315.
- Nunes, J. A. (1992). As teias que a família tece: alguns problemas da investigação de campo em sociologia da família. *In: Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 34, pp. 39-64.

- Oakley, P., & Clayton, A. (2003). *Monitoramento e avaliação do empoderamento* (“empowerment”). Trad. Zuleika Arashiro e Ricardo Dias Sameshima. São Paulo, Instituto Pólis.
- Ochoa Muñoz, K. (2017). Decifrando nuestros cuerpos racializados. *In: Revista FAIA*, v. 16, n. 29, pp. 36-53.
- Offen, K. (1988). Defining feminism: a comparative historical approach. *In: Sings*, v. 14, n. 1, pp. 119-157.
- Offen, K. (1995). Reflections on National Specificities in Continental European Feminisms. *In: University College Galway Women's Studies Centre Review (Ireland)*, vol. 3, pp. 53-61.
- Offen, K. (2008). “Erupções e fluxos”: reflexões sobre a escrita de uma história comparada dos feminismos europeus, 1700-1950. *In: Cova, A. (Dir). História comparada das mulheres: novas abordagens*. Trad. Diogo Freitas da Costa. Lisboa: Livros Horizonte, pp. 29-45.
- Offen, K. (2015). *Feminismos europeos 1700-1950: una historia política*. Trad. Pedro Piedras Monroy. Tres Cantos, Madrid: Akal.
- Oliveira, A. C. (2009). O movimento Católicas pelo Direito de Decidir na América Latina: experiências em prol dos direitos sexuais e reprodutivos. *In: e-cadernos CES*, n. 4. Disponível em <<https://journals.openedition.org/eces/240#quotation>>, acessado em março de 2019.
- Oliveira, E. M. (1985). A cidadania feminina: a conquista através do controle do próprio corpo. Um estudo de experiência vivida em uma favela de João Pessoa, durante seis anos. *In: IX Encontro Anual da Anpocs*, pp. 1-21.
- Oliveira, E. M. (1986). Da recusa ao confinamento doméstico a redenção de novos espaços de cidadania: algumas reflexões. *In: X Encontro Anual da Anpocs*, pp. 1-21.
- Oliveira, E. M. (1989). Liminaridade: da nudez social ao vestido feminista. *In: XIII Reunião Anual da Anpocs*, pp. 1-20.
- Oliveira, E. M. (1993). Aborto/cidadania – tecendo a democracia. *In: XVII Reunião Anual da Anpocs*, pp. 1-20.
- Oliveira, E. M. (2008). O feminismo desconstruindo e reconstruindo o conhecimento. *In: Revista Estudos Feministas*, 16 (1), pp. 229-245.
- Oliveira, J. M., & Nogueira, C. (orgs.). (2018). *Lígia Amâncio: o gênero como ação sobre o mundo*. Lisboa: Centro de Investigação e de Intervenção Social (CIS-IUL)/Lisboa.
- Oliveira, K. L. (2014). Gênero e religião: trajetórias e resistências da teologia feminista. *In: Castro, A. M., & Oliveira, K. L. (orgs.). Desigualdade de gênero e as trajetórias latino-americanas: reconhecimento, dignidade e esperança*. São Leopoldo: EST, pp. 31-46.

- Oliveira, S. R. (2012). *Por uma história do possível: representações das mulheres incas nas crônicas e na historiografia*. Jundiaí: Paco Editorial.
- Osório, C. (2004). Mulher, poder e democracia I. *In: Outras Vozes*, n. 9, pp. 4-7.
- Osório, C. (2005a). O abuso no contexto da construção da sexualidade feminina. *In: Outras Vozes*, n. 13, pp. 1-4.
- Osório, C. (2005b). O caso das eleições legislativas de 2004, em Moçambique. Uma análise de género. *In: Outras Vozes*, n. 11 pp. 1-6.
- Osório, C.. (2005c). *Subvertendo o poder político? Análise de género das eleições legislativas de 2004*. Maputo: WLSA Moçambique.
- Osório, C. (2006a). Identidades sociais/identidades sexuais: uma análise de género. *In: Outras Vozes*, n. 17, pp. 9-15.
- Osório, C. (2006b). Sociedade matrilinear em Nampula: estamos a falar do passado? *In: Outras Vozes*, n. 16, pp. 9-12.
- Osório, C.. (2006c). Sexualidade: uma história masculina. *In: Outras Vozes*, n. 14, pp. 4-9.
- Osório, C. (2007a). Acesso e exercício do poder político pelas mulheres. *In: Outras Vozes*, n. 21, pp. 10-15.
- Osório, C. (2007b). A socialização escolar: educação familiar e escolar e violência de género nas escolas. *In: Outras Vozes*, n. 19, pp. 9-14.
- Osório, C. (2010a). *Género e democracia. As eleições de 2009 em Moçambique*. Maputo: WLSA Moçambique
- Osório, C. (2010b). Género e democracia. *In: Outras Vozes*, n. 31-32, pp. 19-24.
- Osório, C. (2011a). *Violação sexual de menores; um estudo de caso na cidade de Maputo*. Maputo: WLSA Moçambique
- Osório, C. (2011b). Violação sexual de menores (2): Percepções sobre a violação de menores e os contextos da denúncia. *In: Outras Vozes*, n. 35-36, pp. 2-7.
- Osório, C. (2011c). A violência sexual e a violação de menores, uma discussão sobre os conceitos (1). *In: Outras Vozes*, n. 33-34, pp. 2-12.
- Osório, C. (2012). Violação sexual de menores (3): Representações e práticas familiares e institucionais. *In: Outras Vozes*, n. 37, pp. 2-12.
- Osório, C., & Cruz e Silva, T. (2008a). *Buscando sentidos. Género e sexualidade entre jovens estudantes do ensino secundário, Moçambique*. Maputo: WLSA Moçambique.

- Osório, C., & Cruz e Silva, T. (2008b). Identidades de género e vida sexual. *In: Outras Vozes*, n. 23, pp. 2-7.
- Osório, C., & Cruz e Silva, T. (2009). *Género e governação local. Estudo de caso na província de Manica, distritos de Tambara e Machaze*. Maputo: WLSA Moçambique.
- Osório, C., & Cruz e Silva, T. (2016). *Entre a denúncia e o silêncio. Análise da aplicação da Lei contra a Violência Doméstica (2009-2015)*. Maputo: WLSA Moçambique.
- Osório, C., & Cruz e Silva, T. (2017). *Corporações Económicas e Expropriação. Raparigas, Mulheres e Comunidades Reassentadas no Distrito de Moatize*. Maputo: WLSA Moçambique.
- Osório, C., & Cruz e Silva, T. (2018). *Silenciando a discriminação: conflitos entre fontes de poder e os direitos humanos das mulheres em Pemba*. Maputo: WLSA Moçambique.
- Osório, C., & Macuácuá, E. (2013). *Os ritos de iniciação no contexto actual*. Maputo: WLSA Moçambique
- Osório, C., & Macuácuá, E. (2014). *Eleições Autárquicas de 2013. Participação e representação de mulheres e homens*. Maputo: WLSA Moçambique
- Osório, C., & Macuácuá, E. (2015). *Participação política de mulheres e homens em contexto eleitoral*. Maputo: WLSA Moçambique.
- Oyěwùmí, O. (2004). *Conceptualising gender: eurocentric foundations of feminist concepts and the challenge of african epistemologies*. *In: Signe, A; Bakure-Yusuf, B., & Kisiang'ani, E. W. (Eds.). African gender scholarship: concepts, methodologies and paradigms*. Oxford, CODESRIA, pp. 1-8.
- Oyěwùmí, O. (Ed). (2005a). *African gender studies: theoretical questions and conceptual issues*. Houndmills, Basingstoke, England, New York: Palgrave MacMillan.
- Oyěwùmí, O. (2017). *La invención de las mujeres: una perspectiva africana sobre los discursos occidentales del género*. Trad. Alejandro Montelongo González. Bogotá: La Frontera.
- Pacheco, J. (Org.) (2016). *Filósofas: a presença das mulheres na filosofia*. Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2016;
- Pais, J. M. (1985). Família, sexualidade, religião. *In: Análise Social*, Vol. XXI (2.º), n.º 86, pp. 345-388.
- Pais, J. M. (1986). A imagem da mulher e os rituais de galantaria nos meios burgueses do século XIX em Portugal. *In: Análise Social*, Vol. XXII (3.º-4.º), n.º 92-93, pp. 751-768.
- Paoli, M. C. (1991). Movimentos Sociais, Cidadania, Espaço Público: perspectivas brasileiras para os anos 90. *In: Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 33, pp. 115-133.
- Paternotte, D., & Kuhar, R. (2018) "Ideologia de gênero" em movimento. *In: Psicologia Política*, 18(43), pp. 503-523.

- Pedro, J. M. (2006). Narrativas fundadoras do feminismo: poderes e conflitos (1970-1978). *In: Revista Brasileira de História*, 26(52), 249-272.
- Pedro, J. M. (2008). Militância feminista e academia: sobrevivência e trabalho voluntário. *In: Revista Estudos Feministas*, 16 (1), pp. 87-95.
- Pedro, J. M., & Wolff, C. S. (2007). Nosotras e o círculo de mulheres brasileiras: feminismo tropical em Paris. *In: ArtCultura*, v. 9, n. 14, pp. 55-69.
- Pedro, J. M., & Wolff, C. S. (Orgs.). (2010). *Gênero, feminismos e ditaduras no Cone Sul*. Florianópolis: Ed. Mulheres.
- Pellegrino, A. (2018). Política representativa. *In: Hollanda, H. B. Explosão feminista: arte, cultura, política e universidade*. 3ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, pp. 61-72.
- Pereira, I. Mo. (2010). Cobertura jornalística dos julgamentos de aborto de 1979: o caso do “Comércio do Povo”. *In: Magalhães, M. J. [et al] (Coord.). Quem tem medo dos feminismos? Congresso Feminista 2008*. Actas, vol. I. Funchal: Nova Delphi, pp. 88-93.
- Pereira, M. M. (2011). Activismo na “academia sem paredes”: (im)possibilidades de intervenção política em tempos de performatividade e precaridade. *In: LES Online*, v. 3, n. 1, pp. 3-13.
- Pereira, M. M. (2012a). Feminist theory is proper knowledge, but...’: The status of feminist scholarship in the academy. *In: Feminist Theory*, 13 (3), pp. 283-303.
- Pereira, M. M. (2012b). *Fazendo gênero no recreio: a negociação do gênero em espaço escolar*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Pereira, M. M. (2013). A institucionalização dos estudos sobre as mulheres, de gênero e feministas em Portugal no século XXI: conquistas, desafios e paradoxos. *In: Faces de Eva*, nº 30, pp: 37-54.
- Pereira, M. M. (2017). *Power, knowledge and feminist scholarship: an ethnography of academia*. Routledge: London.
- Pereira, M. M. (2018). A importância (e dificuldade) de ser pioneira: transformar o pessoal em político no trabalho científico. *In: Oliveira, J. M., & Nogueira, C. (orgs.). Lígia Amâncio: o gênero como ação sobre o mundo*. Lisboa: Centro de Investigação e de Intervenção Social (CIS-IUL)/Lisboa, pp. 89-97.
- Pereira, M. M. (2019). You can feel the exhaustion in the air around you: The mood of contemporary universities and its impact on feminist scholarship. *In: Ex aequo*, (39), pp. 171-186.
- Pereira, M. M. (2020). A pandemia na academia: fazer, e transformar, o trabalho científico em tempos de COVID-19. *In: Carmo, R. M; Tavares, I., & Cândido, A. F. (orgs.). Um Olhar Sociológico sobre a Crise Covid-19 em Livro*, Lisboa, Observatório das Desigualdades, CIES-Iscte, pp. 199-232.

- Pereira, M. M. (2021). Researching Gender Inequalities in Academic Labour during the COVID-19 Pandemic: Avoiding Common Problems and Asking Different Questions". *In: Gender, Work & Organization*, online first.
- Pereira, M. M.; Santos, A. C. (2014). Introdução. Epistemologias e metodologias feministas em Portugal: contributos para velhos e novos debates. *In: ex æquo*, n. 29, pp. 9-21.
- Pereira, V. C. (1980). A dupla subordinação da mulher. *In: IV Encontro Anual da Anpocs*, pp. 1-23.
- Perrot, M. (1992). *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*; 2ª ed. Trad. Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Perrot, M. (1995). Escrever uma história das mulheres: relato de uma experiência. *In: Cadernos Pagu* (4), pp. 9-28.
- Perrot, M. (1998). *Mulheres públicas*. Trad. Roberto Leal Ferreira. São Paulo: Fundação Editora UNESP.
- Perrot, M. (2003). Os silêncios do corpo da mulher. *In: Matos, M. I. S., & Soihet, R. (Orgs.). O corpo feminino em debate*. São Paulo: Editora UNESP, pp. 13-27.
- Perrot, M. (2005). As mulheres ou os silêncios da história. Trad. Viviane Ribeiro. Bauru, SP: EDUSC.
- Perrot, M. (2008). *Minha história das mulheres*. Trad. Ângela M. S. Corrêa. São Paulo: Contexto.
- Pessoa, A. M. (2017). Discurso feminino polifônico. *In: Sales, T. (Coord.). Mulheres que falam de mulheres*. Lisboa: Edições UMAR, pp. 33-44.
- Pietra, R. (1997). *Les femmes philosophes de l'antiquité gréco-romaine*. Paris: L'Harmattan.
- Pina-Cabral, J. (1984a). As mulheres, a maternidade e a posse da terra no alto Minho. *In: Análise Social*, Vol. XX (1.º), n.º 80, pp. 97-112.
- Pina-Cabral, J. (1984b). Comentários críticos sobre a casa e a família no Alto Minho rural. *In: Análise Social*, Vol. XX (2.º-3.º), n.º 81-82, pp. 263-284.
- Pinho, O. (2015). O "Destino das Mulheres e de sua Carne": regulação de gênero e o Estado em Moçambique. *In: Cadernos Pagu* (45), pp. 157-179.
- Pinsky, C. B., & Pedro, J. M. (Orgs). (2012). *Nova história das mulheres*. São Paulo: Contexto.
- Pinto, C. R. J. (1989). Reflexões acerca da apropriação pelos discursos políticos das significações construídas pelos movimentos sociais. I parte. Onde está a mulher na campanha presidencial? *In: XIII Encontro Nacional da Anpocs*, pp. 1-37.
- Pinto, C. R. J. (1990). A trajetória da visibilidade: mulher, feminismo e Estado no Brasil. *In: XIV Encontro Nacional da Anpocs*, pp. 1-42.

- Pinto, C. R. J. (1992). Movimentos sociais: espaços privilegiados da mulher enquanto sujeito político. *In: Costa, A. O., & Bruschini, C. (Orgs). Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro: Rosa dos Ventos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, pp. 127-150.
- Pinto, C. R. J. (2003). *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo.
- Pinto, H. (2010). Feminismo e o poder político. *In: Magalhães, M. J. [et al] (Coord.). Quem tem medo dos feminismos?* Congresso Feminista 2008. Actas, vol. I. Funchal: Nova Delphi, pp. 222-224.
- Pinto, T. (2009). *Ex æquo*: 10 anos em revista. *In: ex æquo*, n. 19, pp. 63-68.
- Piscitelli, A. (1993). Apresentação. *In: Cadernos Pagu*, n. 1, pp. 5-6.
- Piscitelli, A. (2005). As viagens das teorias no embate entre práticas acadêmicas, feminismos globais e ativismos locais. *In: Moraes, M. L. Q. (Org.). Gênero nas fronteiras do sul*. Campinas, Pagu/Núcleo de Estudos de Gênero – Unicamp, pp. 143-163.
- Pitanguy, J. (1997). A visita do Vaticano ao Brasil. *In: Revista Estudos Feministas*, v. 5, n. 2, pp. 403-405.
- Pitanguy, J. (2019). A carta das mulheres brasileiras aos constituintes: memórias para o futuro. *In: Hollanda, H. B. (Org.). Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, pp. 81-96.
- Platão. (2000). *A República*. São Paulo: Martin Claret.
- Platão. (2001). *Mênon*. Trad. Maura Iglésias. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; Loyola.
- PORDATA (2021a) Disponível em <https://www.pordata.pt/Portugal/Alunos+matriculados+no+ensino+superior+total+e+por+sexo-1048-8487>> acesso em abril de 2021.
- PORDATA (2021b) Disponível em <https://www.pordata.pt/Portugal/Diplomados+no+ensino+superior+total+e+por+sexo-664-4635>>, acesso em abril de 2021.6
- PORDATA (2021c) Disponível em <https://www.pordata.pt/Portugal/Docentes+do+ensino+superior+total+e+por+sexo-666>, acesso em abril de 2021.
- Portugal, S. (2000). Globalização e violência doméstica. *In: Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 57-58, pp. 231-258.
- Prado, D. (1985). *O que é família*. São Paulo: Abril Cultural; Brasiliense.
- Prata, A. (2012). Failure to launch?: The women's movement struggle for abortion decriminalization in the Portuguese Parliament (1982). *In: ex æquo*, (25), pp. 75-90.

- Quijano, A. (1988). *Modernidad, identidad y utopía en América Latina*. Lima: Sociedad y Política Ediciones.
- Quijano, A. (1991). *La modernidad, el capitalismo y América Latina nacen el mismo día*. In: ILLA, 10, enero, pp. 42-57.
- Quijano, A. (1992). *Colonialidad y Modernidad/Racionalidad*. In: *Perú Indígena*, 13, 29, pp. 11-29.
- Quijano, A. (1993). *América Latina en la Economía Mundial. Problemas del desarrollo*. In: *Revista del Instituto de Investigaciones Económicas de la UNAM*, XXIV, 95, octubre-diciembre, pp. 43-59.
- Quijano, A. (2005). Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. In: Lander, E. (Org). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina: CLACSO, pp.227-278.
- Quijano, A. (2007). Colonialidad del poder y Clasificación Social. In: Castro-Gómez, S., & Grosfoguel, R. (comp.). *El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global*. Bogotá: Siglo del Hombre Editores; Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos y Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar, pp. 93-126.
- Quijano, A. (2012). “Bien vivir”: entre el “Desarrollo” y las des/colonialidade des poder. In: *Viento Sur*, n. 122, pp. 46-56.
- Quijano, A. (Ed.). (2014a). *Des/colonialidad y bien vivir: un nuevo debate en América Latina*. Lima, Peru: Universidad Ricardo Palma, Editorial Universitaria, Cátedra América Latina y la Colonialidad del Poder.
- Quijano, A. (2014b). *Cuestiones y horizontes: de la dependencia histórico-estructural a la colonialidad/descolonialidad del poder*. 1ª ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO.
- Quijano, A., & Wallerstein, I. (1992). *La americanidad como concepción, o América en el modern Sistema mundial*. In: *Revista Internacional de Ciencias Sociales*, n. 134, pp. 583-591.
- Quivy, R., & Campenhoudt, L. (2017 [1992]). *Manual de investigação em ciências sociais*. 7ª ed. Trad. João Minhoto Marques, Maria Amália Mendes, Maria Carvalho. Lisboa: Gradiva.
- Rago, M. (1996). Adeus ao feminismo? Feminismo e (pós) modernidade no Brasil. In: *Cadernos AEL*, pp. 11-43.
- Rago, M. (2001). Trabalho feminino e sexualidade. In: Del Priore, M. (Org.). *História das mulheres no Brasil*. 5ª edição. São Paulo: Contexto, pp. 578-606.
- Rago, M. (2003). Os feminismos no Brasil: dos “anos de chumbo” à era global. In: *Labrys – Estudos Feministas*, n. 3. Disponível em <<https://medium.com/revistalabrys/os-feminismos-no-brasil-dos-anos-de-chumbo-%C3%A0-era-global-dc6269366a61>>, acesso em agosto de 2020.

- Rago, M. (2005). *Mujeres libres: anarco-feminismo e subjetividade na revolução espanhola*. In: *Verve*, 7, pp.132-152.
- Rago, M. (2013). *A aventura de contar-se: feminismos, escrita de si e invenções da subjetividade*. Campinas, SP: Editora da Unicamp.
- Rago, M. (2019 [1998]). Epistemologia feminista, gênero e história. In: Hollanda, H. B. (Org.). *Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, pp. 371-387.
- Ramazanoğlu, C. (1992). On feminist methodology: male reason versus female empowerment. In: *Sociology*, v. 26, n. 2, pp. 207-212.
- Ramazanoğlu, C., & Holland, J. (2002). *Feminist methodology: challenges and choices*. London; Sage.
- Raminelli, R. (2008). *Viagens ultramarinas: monarcas, vassallos e governo a distância*. São Paulo: Alameda.
- Ramos, M. Y., & Velho, L. (2011). Formação de doutores no Brasil e no exterior: impactos na propensão a migrar. In: *Educação & Sociedade*, 32(117), pp. 933-951.
- Reis, J. J. (1986). *Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos malês, 1835*. São Paulo: Brasiliense.
- Reis, J. J. (org.). (1988). *Escravidão e invenção da liberdade: estudos sobre o negro no Brasil*. São Paulo: Editora Brasiliense; Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.
- Reis, J. J., & Gomes, F. S. (Orgs.). (2000). *Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Reis, J. J.; Gomes, F. S., & Carvalho, M. J. M. de. (2010). *O alufá Rufino: tráfico, escravidão e liberdade no Atlântico negro, c. 1822-c. 1853*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Reis, J. J., & Silva, E. (1996). *Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Reis, M. L. B. (1985). Inter-relação entre as posições religiosas e a participação social dos jovens: respostas a um inquérito. In: *Análise Social*, Vol. XXI (2.º), n.º 86, pp. 313-344.
- Rêgo, S. A. S. (2017). *Mulher e ciência: interfaces feministas entre conhecimento científico e político na América Latina*. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Pernambuco, Programa de Pós Graduação em Educação Contemporânea.
- Rêgo, S. A. S.; Silva, J. T. F & Ribeiro, R. S. G. (2020). As contribuições do feminismo sociológico para o conhecimento científico. In: *V Congresso Internacional de Jovens Investigadorxs con perspectiva*

- de género, 2020*, Madri. Investigación joven con perspectiva de género V. Madri: Universidad Carlos III de Madrid. Instituto Universitario de Estudios de Género, v. 1. p. 131-145.
- Remédios, M. J. (2004). Ana de Castro Osório e a construção da grande aliança entre os povos: dois manuais da escritora portuguesa adoptados no Brasil. *In: Faces de Eva. Estudos sobre a mulher*, n. 12, pp. 1-10.
- Ribeiro, D. (1972). *Teoria do Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Ribeiro, D. (1987). *O processo civilizatório: estudos da antropologia da civilização: etapas da evolução sócio-cultural*. 9ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Ribeiro, D. (1988). *O dilema da América Latina: estruturas de poder e forças insurgentes*. 4ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Ribeiro, D. (1995). *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Ribeiro, D. (2016). Feminismo negro para um novo marco civilizatório. *In: Sur: Revista Internacional de Direitos Humanos*, v. 13, n. 24, p. 99- 104, 2016. Disponível em: <<http://sur.conectas.org/wp-content/uploads/2017/02/9-sur-24-por-djamilaribeiro.pdf>> Acesso em: abril de 2020.
- Ribeiro, D. (2018). *Quem tem medo do feminismo negro?* São Paulo: Companhia das Letras.
- Ribeiro, F. B. (2008). Proibições, abolições e a imaginação de políticas inclusivas para o trabalho sexual *In: Bagoas*. n° 2, pp. 17-31.
- Ribeiro, F. B. (2010). Proibições, abolições e a imaginação de políticas inclusivas para o trabalho sexual. *In: Silva, M. C., & Ribeiro, F. B. (Orgs.). Mulheres da vida, mulheres com vida: prostituição, Estado e políticas*. Vila Nova de Famalicão: Edições Húmus.
- Ribeiro, F. (2013). Escrita no feminino... Ana de Castro Osório: uma lição da história e às mulheres portuguesas. *In: Faces de Eva. Estudos sobre a mulher*, n. 29, pp. 67-88.
- Ribeiro, L; O'Dwyer, B., & Heilborn, M. L. (2018). Dilemas do feminismo e a possibilidade de radicalização da democracia em meio às diferenças: o caso da Marcha das Vadias do Rio de Janeiro. *In: Civitas – Revista de Ciências Sociais*, vol. 18, n. 1, pp. 83-99.
- Ribeiro, M; Silva, M. C; Schouten, M. J; Ribeiro, F. B., & Sacramento, O. (2007). *Vidas na raia: prostituição feminina em regiões de fronteira*. Porto: Afrontamento.
- Rios, F., & Maciel, R. (2018). Feminismo negro brasileiro em três tempos: mulheres negras, negras jovens feministas e feministas interseccionais. *In: Labrys – Estudos Feministas*, (31). Disponível em <https://www.labrys.net.br/labrys31/black/flavia.htm#_ftn1> acesso em abril de 2020.

- Rios, R. R., & Resadori, A. H. (2018) Gênero e seus/suas detratores/as: “ideologia de gênero” e violações de Direitos Humanos. *In: Psicologia Política*, 18(43), pp. 622-636.
- Ritzer, G. (1993). *Teoria sociológica clássica*. Trad. Maria Teresa Casado Rodriguez. 3ª ed. Madrid: McGraw-Hill.
- Rocha-Trindade, M. B., & Pires, M. L. B. (2013). Mestrado em estudos sobre as mulheres Universidade Aberta. *In: Faces de Eva. Estudos sobre mulher*, n. 30, pp. 115-124.
- Rodrigo, I. (1986). Feminização da agricultura. *In: Análise Social*, Vol. XXII (3.º-4.º), n.º 92-93, pp. 643-652.
- Rodrigues, A. (2001). Caracterização das(os) associadas(os) da APEM: 1991-2001. *In: ex æquo*, n. 5, pp. 177-185.
- Rodrigues, J. A. (1983). Continuidade e mudança nos papéis das mulheres urbanas portuguesas: emergência de novas estruturas familiares. *In: Análise Social*, Vol. XIX (3.º-4.º-5.º), n.º 77-78-79, pp. 909-938.
- Rodrigues, L. (2016). *Viagens Trans(Gênero) em Portugal e no Brasil: Uma Aproximação Psicológica Feminista Crítica*. Tese de Doutoramento em Psicologia. Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto.
- Rosado, M. J. (2001). O impacto do feminismo sobre o estudo das religiões. *In: Cadernos Pagu*, (16), pp. 79-96.
- Rosemberg, F. (1984). O movimento de mulheres e a abertura política no Brasil: o caso da creche. *In: Cadernos de Pesquisa*, 51, pp. 73-79.
- Roux, P., & Delphy, C. (1999). Nouvelles questions féministes féminisme radical, antinaturaliste et matérialiste: un project politique et scientifique. *In: ex æquo*, n. 19, pp. 33-38.
- Rubin, G. (1986). El tráfico de mujeres: notas sobre la “economía política” del sexo. *In: Nueva Antropología*, v. VIII, n. 30, pp. 95-145, 1986.
- Rubim, L., & Argolo, F. (Orgs). (2018). *O Golpe na perspectiva de gênero*. Salvador: Edufba.
- Rucht, Dr. (2012). *Social forums as public stage and infrastructure of global justice movements*. *In: Smith, J; Byrd, S; Reese, E., & Smythe, E. (Eds.). Handbook on World Social Forum activism*. Boulder, CO: Paradigm Publishers, pp. 11-28.
- Ruivo, B. (1986). A mulher e o poder profissional: a mulher em actividades de investigação científica em Portugal. *In: Análise Social*, Vol. XXII (3.º-4.º), n.º 92-93, pp. 669-680.
- Sabino, M. J. C.; & Lima, P. V. P. S. (2015). Igualdade de gênero no exercício do poder. *In: Estudos Feministas*, 23(3), pp. 713-734.

- Saffioti, H. I. B. (1976). *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Saffioti, H. I. B. (1987). Feminismos e seus frutos no Brasil. *In: Sader, Emir. (Org.). Movimentos sociais na transição democrática*. São Paulo: Cortez, pp. 105-158.
- Saffioti, H. I. B. (1989). Relações de gênero: violência masculina contra a mulher. *In: Ribeiro, H. Mulher e dignidade: dos mitos à libertação*. São Paulo: Edições Paulinas, pp. 25-42.
- Saffioti, H. I. B. (1993). *Violência doméstica: questão de polícia e da sociedade*. CNPq, FAPESP, UNIFEM, UNICEF, Fundação Ford, Fundação MacArthur.
- Saffioti, H. I. B. (1994). Violência de gênero no Brasil atual. *In: Revista Estudos Feministas*, n. e, pp. 443-461.
- Saffioti, H. I. B. (1997a). Violência doméstica ou a lógica do galinheiro. *In: Kupstas, M. (org.) Violência em debate*. São Paulo, Editora Moderna, pp. 39-57.
- Saffioti, H. I. B. (1997b). Violência de gênero: o lugar da práxis na construção da subjetividade. *In: Lutas Sociais*, PUC-SP, n.2, pp. 59-79.
- Saffioti, H. I. B. (1997c). No fio da navalha: violência contra crianças e adolescentes no Brasil atual. *In: Madeira, F R. (Org.). Quem mandou nascer mulher?* Rio de Janeiro: Rosados Tempos, pp. 135-211.
- Saffioti, H. I. B. (1999a) Já se Mete a Colher em Briga de Marido e Mulher. *In: Perspectiva*, v.13, n.4, pp. 82-91.
- Saffioti, H. I. B.. (1999b). O estatuto teórico da violência de gênero. *In: Santos, J. V. T. (Org.). Violência em tempo de globalização*. São Paulo: HUCTEC, pp. 142-163.
- Saffioti, H. I. B. (2001). Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. *In: Cadernos Pagu*, (16), pp.115-136.
- Saffioti, H. I. B. (2002a). A discriminação de gênero e as diversas formas de violência contra mulher. *In: Moraes, M. L. Q., & Neves, R. (Orgs). Advocacia pro bono em defesa da mulher vítima de violência*. Campinas, SP: Editora Unicamp; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, pp. 33-41.
- Saffioti, H. I. B. (2002b). Violência contra a mulher e violência doméstica. In Bruschini, C., & Unberhaum, S. G. (Org.). *Gênero, democracia e sociedade brasileira*. São Paulo: Fundação Carlos Chagas/Editora 34, pp. 321-338.
- Saffioti, H. I. B. (2003). Violência estrutural e de gênero. Mulher gosta de apanhar? *In: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (Brasil). Programa de Prevenção, Assistência e Combate à Violência Contra a Mulher – Plano Nacional: diálogos sobre violência doméstica e de gênero: construindo políticas públicas*. Brasília: A Secretaria, pp. 27-38.

- Saffioti, H. I. B. (2004). Incesto *versus* abuso incestuoso ou amor *versus* violência. *In: Silva, A. A., & Chaia, M. (Org.). Sociedade, cultura e política: ensaios críticos.* São Paulo: Educ, pp. 391-420.
- Saffioti, H. I. B. (2015). *Gênero, patriarcado e violência.* São Paulo: Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo.
- Saffioti, H. I. B.; Ferrante, V. L. S. B. (1981). Mulher e trabalho numa zona rural paulista. *In: V Encontro Anual da Anpocs*, pp. 1-30.
- Saffioti, H. I. B., & Almeida, S. (2003). Brasil: violência, poder, impunidade. *In: Camacho, T (Org.). Ensaio sobre violência.* Vitória: EDUFES, pp. 85-114.
- Saffioti, H. I. B.; Almeida, Suely de. (1995). *Violência de gênero: poder e impotência.* Rio de Janeiro, RJ: Revinter.
- Said, E. W. (1990 [1978]). *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente.* Trad. Tomás Rosa Bueno. São Paulo: Companhia das Letras.
- Sales-Oliveira, C; Villas-Boas, S., & Las-Heras, S. (2016), Estereótipos de gênero e sexismo em docentes do ensino superior. *In: Revista Iberoamericana de Educación Superior*, México, v. vii, n. 19, pp. 22-41. Disponível em <<https://ries.universia.net/article/view/1143/estereotipos-generosexismo-em-docentes-do-ensino-superior>>, acesso em junho de 2020.
- Sales Oliveira, C., & Augusto, A. (2017). El gender maisntreaming en la academia portuguesa. *In: Ciência, técnica y maisntreaming social*, nº1, pp. 17-27.
- Salo, E. (2001). Talking about feminism. *In: Africa, Agenda*, v. 16; n. 50, pp. 58-63.
- Salomon, F., & Schwartz, S. B. (1996a). *The Cambridge history of the native peoples of the Americas*, v. 3, p. I. Cambridge, England New York: Cambridge University Press.
- Salomon, F., & Schwartz, S. B. (1996b). *The Cambridge history of the native peoples of the Americas*, v. 3, p. II. Cambridge, England New York: Cambridge University Press.
- Salvador, T. (2009). Em torno dos periódicos femininos. *In: Cultura [Online]*, Vol, 26, pp. 95-117.
- Salvaro, G. I. J., Freitas, L. V. M. (2019). Mulheres rurais em luta no final da ditadura. *In: Wolff, C. S; Zandoná, J., & Mello, S. C. (orgs.). Mulheres de Luta: feminismo e esquerdas no Brasil (1964-1985).* 1. ed. Curitiba: Appris.
- Samara, E. M. (1985). Tendências atuais da história da família no Brasil. *In: X Encontro Anual da Anpocs*, pp. 1-29.
- Samara, E. M. (1998). Educação feminina e cidadania na América Latina: uma questão de raça e de classe. *In: Sousa, C. P., & Catani, D. B (Orgs). Práticas educativas, culturas escolares, projeção docente.* São Paulo: Escrituras Editora.

- Samara, E. M. (Org.). (2001). *Racismo & racistas: trajetória do pensamento racista no Brasil*. São Paulo: Humanitas, FFLCH/USP.
- Samara, M. A. (2007). *Operárias e burguesas: as mulheres no tempo da república*. Lisboa: A Esfera dos Livros.
- Sands, J. [et al] (1979). *Aborto e contracepção: um direito uma escola: a luta internacional das mulheres*. Lisboa: Edições Antídoto.
- Santana, J. S. (2009). Mulheres de Moçambique na revista *Tempo*: o debate sobre o *lobolo* (casamento). *In: Revista de História*, 1, 2, pp. 82-98.
- Santos, A. C., & Reis, J. (2018). Portugal: uma semiperiferia reconfigurada. *In: e-cadernos CES*, 29, pp, 57-75.
- Santos, A. C., & Fontes, F. (2001). O Estado português e os desafios da (homo)sexualidade. *In: Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 59, pp. 173-194.
- Santos, A; Cerqueira, C; Capella; O. (2010). UMAR Braga: derrubando muros para construir pontes. *In: Magalhães, Maria José. [et al] (Coord.). Quem tem medo dos feminismos? Congresso Feminista 2008. Actas, vol. I. Funchal: Nova Delphi, pp. 105-114.*
- Santos, B. S. (1985). Estado e sociedade na semiperiferia do sistema mundial: o caso português. *In: Análise Social*, v. XXI (87-88-89), pp. 869-901.
- Santos, B. S. (2001). *As tensões da modernidade*. Disponível em <http://www.susepe.rs.gov.br/upload/1325792284_As%20tens%C3%B5es%20da%20Modernidade%20-%20Boaventura%20de%20Sousa%20Santos.pdf> acesso 07/2018.
- Santos, B. S. (2002a). Introdução. *In: Santos, Boaventura de Sousa. (Org.). Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa I*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Santos, B. S. (2002b). *Reinventar a democracia*. 2ª edição. Lisboa: Grávida.
- Santos, B. S. (2002c). *A crítica da razão indolente, vol. 1: contra o desperdício da experiência. Para um novo senso comum: a ciência, o direito e a política na transição paradigmática*. 4ª edição. São Paulo: Cortez.
- Santos, B. S. (2006a). Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. *In: Santos, B. S. (Org.). Conhecimento prudente para uma vida decente: um discurso sobre as ciências revisitado*. 2ª edição. São Paulo: Cortez, pp. 777-821.
- Santos, B. S. (2006b). *La universidad popular del siglo XXI*. Lima: Fondo Editorial de la Facultad de Ciencias Sociales.

- Santos, B. S. (2007). Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. *In: Revista Crítica de Ciências Sociais*, v. 78, pp. 3-46.
- Santos, B. S. (2008a). *A gramática do tempo: para uma nova cultura política*. 2ª ed. São Paulo: Cortez.
- Santos, B. S. (2010a). *Para descolonizar Occidente: más alla del pensamiento abismal*. 1 ed. Buenos Aires: CLACSO; Prometeo Libros.
- Santos, B. S. (2010b). *Descolonizar el saber, reinventar el poder*. Trad. José Luis Exeni, José Guadalupe Gandavilla Salgado, Carlos Morales de Setién y Carlos Lema. Montevideo: Ediciones Trilce-Universidad de la República.
- Santos, B. S. (2010c). *Refundación del Estado en América Latina. Perspectivas desde una epistemología del Sur*. Lima: Instituto Internacional de Derecho y Sociedad.
- Santos, B. S. (2018). *O fim do império cognitivo: a afirmação das epistemologias do Sul*. Coimbra: Edições Almedina.
- Santos, B. S.; Mendes, J. M. (2017). *Demodiversidade: imaginar novas possibilidades democráticas*. Lisboa: Edições 70.
- Santos, B. S.; Meneses, M. P. (Orgs). (2009). *Epistemologias do Sul*. Coimbra: Almedina.
- Santos, C. G., & Carrion, R. S. M. (2009). Microcrédito e pobreza: Um diálogo possível? *In: Revista de Administração Contemporânea*, v. 13, ed. Esp, pp. 53-67.
- Santos, H. M.; Silva, S. M., & Menezes, I. (2017). Para uma visão complexa do bullying homofóbico: Desocultando o quotidiano da homofobia nas escolas. *In: ex æquo*, (36), pp. 117-131.
- Santos, M. L. L. (1967). A família – unidade e diversidade em perspectivas de transformação. *In: Análise Social*, Vol. V, n.º 17, pp. 114-120.
- Santos, M. L. L. (1969). Família e «socialização»: um aspecto da evolução social contemporânea. *In: Análise Social*, Vol. VII, n.º 25-26, pp. 67-84.
- Santos, M. L. L. (1970). Contribuição para uma análise sociográfica da família em Portugal. *In: Análise Social*, Vol. VIII, n.º 29, pp. 41- 95.
- Santos, M. H. (2010). Défice de género ou défice democrático. *In: Magalhães, M. J. [et al] (Coord.). Quem tem medo dos feminismos? Congresso Feminista 2008. Actas, vol. I. Funchal: Nova Delphi, pp. 207-221.*
- Santos Filho, J. C. (2009). Pesquisa quantitativa *versus* Pesquisa qualitativa: o desafio paradigmático. *In: Santos Filho, J. C., & Gamboa, S. S. (org). Pesquisa Educacional: Quantidade-qualidade*. 7ª ed. Cortez: São Paulo, pp. 13-59.

- Sardenberg, C. M. B. (2007). Da crítica feminista à ciência a uma ciência feminista? *In: Labrys – Estudos Feministas*, 11. Disponível em < <http://www.labrys.net.br/labrys11/libre/cecilia.htm> > acessado em 05/2018.
- Sarti, C. A. (1989). Reciprocidade e hierarquia: relações de gênero na periferia de São Paulo. *In: Cadernos de Pesquisa*, 70, pp. 38-46.
- Sarti, C. A. (1998). O início do feminismo sob a ditadura no Brasil: o que ficou escondido. *In: Congresso internacional da LASA*, 21., Chicago. Anais... Chicago: Illinois.
- Sarti, C. A. (2001). Feminismo e contexto: lições do caso brasileiro. *In: Cadernos Pagu*, 16, pp. 31-48.
- Sarti, C. A. (2004). O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma trajetória. *In: Revista Estudos Feministas*, 12(2), pp. 35-50.
- Scavone, L. (2008). Estudos de gênero: uma sociologia feminista? *In: Revista Estudos Feministas*, 16 (1), pp. 173-186.
- Scherer-Warren, I. (2014). Dos movimentos sociais às manifestações de rua: o ativismo brasileiro no século XXI. *In: Política & Sociedade*, v. 13, n. 28, pp. 13-34.
- Schiebinger, L. (2000). *Feminism and the body*. Oxford New York: Oxford University Press.
- Schiebinger, L. (2001). *O feminismo mudou a ciência?* Trad. Raul Fiker. Bauru, SP: EDUSC.
- Schiebinger, L. (2004). *¿Tiene sexo la mente? las mujeres en los orígenes de la ciencia moderna*. Trad. María Condor. Madrid: Cátedra.
- Schilling, F. (2015). Entre memórias, entre arquivos: por que não falar sobre o exílio? *In: Revista Estudos Feministas*, v. 23, n. 3, pp. 991-999.
- Schnitman, D. F. (1994). *Ciencia, cultura y subjetividade*. *In: Schnitman, D. F. (Ed.). Nuevos paradigmas, cultura y subjetividade*. Trad. Leandro Wolfson. Buenos Aires: Paidós, pp. 15-34.
- Schouten, M. J. (2010). Mulheres na ciência e ciência sobre mulheres. *In: Magalhães, M. J. [et al] (Coord.). Quem tem medo dos feminismos? Congresso Feminista 2008. Actas*, vol. I. Funchal: Nova Delphi, pp. 238-246.
- Schouten, M. J.. (2011). *Uma sociologia do gênero*. V. N. Famalicão: Húmus.
- Schultz, A; Muñoz, A., & Roese, A. (2019). Teologia feminista. *In: Colling, A. M., & Tedeschi, L. A. (Orgs.). Dicionário crítico de gênero*. 2ª ed. Dourados, MS: Ed. Universidade Federal da Grande Dourados, pp. 681-696.
- Schwarcz, L. M., & Gomes, F. (Orgs.). (2018). *Dicionário da escravidão e liberdade: 50 textos críticos*. São Paulo: Companhia das Letras.

- Schwarcz, L. M. (1993). *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Schwarcz, L. M. (1998). *As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Schwarcz, L. M. (2012). *Nem preto nem branco, muito pelo contrário: cor e raça na sociabilidade brasileira*. São Paulo, SP: Claro Enigma.
- Schwarcz, L. M. (1988). *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835*. Trad. Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras.
- SciELO. (2020). *Critérios, política e procedimentos para a admissão e a permanência de periódicos na Coleção SciELO Brasil*. Disponível em: <<https://wp.scielo.org/wp-content/uploads/20200500-Criterios-SciELO-Brasil.pdf>>, acesso 02/2021.
- Scott, J. W. (1988). Deconstructing Equality-versus-Difference: Or, the Uses of Poststructuralist Theory for Feminism. *In: Feminist Studies*, v. 14, n. 1, pp. 32-50.
- Scott, J. W. (1990). "Gênero: uma categoria útil de análise histórica". *In: Educação & Realidade*, v. 16, n. 2, pp. 5-22.
- Scott, J. W. (1992a). "Experience". *In: Butler, J., & Scott, J. W. (Ed.) Feminists theorize the political*. Routledge: New York.
- Scott, J. W. (1992b). História das mulheres. *In: Burke, P. (Org.) A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo. Editora da Universidade Estadual Paulista, pp. 63-95.
- Scott, J. W. (1994). A mulher trabalhadora. *In: Duby, G., & Perrot, M. (Orgs.) História das mulheres no Ocidente: o século XIX*. Trad. Cláudia Gonçalves e Egito Gonçalves. Porto: Edições Afrontamento, pp. 443-475.
- Scott, J. W. (1998). *A invisibilidade da experiência*. Trad. Lúcia Hadda. *In: Proj, História*, nº 16 (fev). São Paulo.
- Scott, J. W. (2002). *A cidadã paradoxal: as feministas francesas e os direitos do homem*. Trad. Elvio A. Funck. Florianópolis: Editora Mulheres.
- Scott, J. W. (2008). *Gênero e história*. Trad. Consol Vilà I. Boadas. México: FCE, UNAM.
- Scott, J. W. (2009). Perguntas no respondidas. *In: Debate Feminista*, v. 40, pp. 100-110
- Scott, J. W. (2012). *Las mujeres y los derechos del hombre: feminismo y sufragio en Francia, 1789-1944*. Trad. Stella Mastrangelo. Buenos Aires, Argentina: Siglo Veintiuno Editores.

- Segato, R. L. (2003). *Las estructuras elementales de la violencia: ensayos sobre género entre la antropología, el psicoanálisis y los derechos humanos*. Buenos Aires: Universidad Nacional de Quilmes Prometeo.
- Segato, R. L. (2013). *La crítica de la colonialidad en ocho ensayos y una antropología por demanda*. 1ª ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Prometeo Libros.
- Segato, R. L. (2014). *Las nuevas formas de la guerra y el cuerpo de las mujeres*. 1ª ed. Puebla: Pez en el árbol.
- Segato, R. L. (2016). *La guerra contra las mujeres*. Madrid: Traficantes de Sueños.
- Sen, A. (2003). *O desenvolvimento como Liberdade*. Trad. Joaquim Coelho Rosa. Lisboa: Gradiva.
- Sen, G., & Grwn, C. (1988). *Desenvolvimento, crise e visões alternativas: perspectivas das mulheres do terceiro mundo*. Trad. Paulo Fróes. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo: DAW/MUDAR.
- Sena, P. C., & Moretti, V. B. (2011). Fé e relações de gênero nas esquerdas cristãs: Brasil e Chile no contexto das ditaduras latino-americanas. In: Pedro, J. M.; Wolff, C. S., & Veiga, A. M. (Orgs.). *Resistências, gênero e feminismos contra as ditaduras no Cone Sul*. Florianópolis: Ed; Mulheres, pp. 353-369.
- Silva, A. C. (2011a). *A manilha e o libambo: a África e a escravidão, de 1500 a 1700*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- Silva, A. C. (2011b) *Um rio chamado Atlântico: a África no Brasil e o Brasil na África*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- Silva, A. C. (2012). *Imagens da África*. São Paulo: PenguIn: Companhia das Letras.
- Silva, A. C. (2014). *A enxada e a lança: a África antes dos portugueses*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- Silva, C. S. M. (2016). *Feminismo popular e lutas antissistêmicas*. Recife: Edições SOS Corpo.
- Silva, C. B., & Oliveira, N. A. S. (2015). Epistemologia feminista. In. Colling, A. M., & Tedeschi, L. A. (Orgs.). *Dicionário crítico de gênero*. Dourados, MS: Ed. UFGD.
- Silva, E. R. (2008). Feminismo radical: pensamento e movimento. In: *Textura*, 3(1), pp. 24-34.
- Silva, J. T. (1987). *Descobrimientos e colonização*. São Paulo: Editora Ática.
- Silva, L. F. (1991). “O direito de bater na mulher” – violência interconjugal na sociedade portuguesa. In: *Análise Social*, Vol. XXVI (2.º), n.º 111, pp. 385-397.
- Silva, M. C. (1998). *Resistir e adaptar-se. Constrangimentos e estratégias no Noroeste de Portugal*. Porto, Afrontamento.

- Silva, M. C. (2010). Prostituição e formas de controlo feminino: trabalho, sexualidade e poder. *In: Silva, M. C. & Ribeiro, F. B. (Orgs.). Mulheres da vida, mulheres com vida: prostituição, Estado e políticas.* Vila Nova de Famalicão: Edições Húmus.
- Silva, M. C. (2016). *Desigualdades de Género: Família, Educação e Trabalho.* vol. 1. Vila Nova de Famalicão: Húmus.
- Silva, M. C. Lima, M. L; Sobral, J. M; Araújo, H., & Ribeiro, F. B. (2016). *Desigualdades e Políticas de Género.* vol. 1, Vila Nova de Famalicão: Húmus.
- Silva, M. C. Ribeiro, F. B. (Orgs.). (2010). *Mulheres da vida, mulheres com vida: prostituição, Estado e políticas.* Famalicão: Húmus.
- Silva, M. (1999a). A teologia feminista cristã e a representação do feminino na cultura ocidental contemporânea. *In: ex æquo*, 1, pp. 93-106.
- Silva, M. (1999b). *A igualdade de género: caminhos e atalhos para uma sociedade inclusiva.* Lisboa: Execução Gráfica.
- Silva, M. M. (1963). Transformações nas estruturas familiares. *In: Análise Social*, 1(3), pp. 471-474.
- Silva, M. R. T. (1983). Feminismo em Portugal na voz de mulheres escritoras do início do século XX. *In: Análise Social*, vol. XIX (77, 78, 79), 3º, 4º, 5º, pp. 875-907.
- Silva, M. R. T. (1999). Estudos sobre as mulheres em Portugal: um olhar sobre o passado. *In: ex æquo*, 1, pp. 17-28.
- Silva, M. R. T. (2013). Pensar a igualdade numa perspectiva de género: nota breve sobre um percurso longo no discurso político da comunidade internacional. *In: Faces de Eva. Estudos sobre a mulher*, n. 30, pp. 55-75.
- Silva, S. V. (2006). *Entre o Tibre e o Capibaribe: os limites da Igreja progressista na Arquidiocese de Olinda e Recife: estudo sobre a Arquidiocese de Olinda e Recife a respeito do grau de adesão ocorrida das ideias e práticas do chamado catolicismo progressista e de suas impossibilidades.* Recife: Editora Universitária UFPE.
- Silva, S., & Araújo, E. (2014). Medir o impacto nas ciências sociais: pontos de referência teóricos. *In: Holos*, ano, 30; v. 4, pp. 334-343.
- Silva, T; Andrade, X; Osório, C., & Arthur, M. J. (2007). *Representações e práticas da sexualidade dos jovens e a feminização do SIDA em Moçambique. Relatório de pesquisa.* Maputo: WLSA Moçambique.

- Silva, T. C. (2002). Determinantes globais e locais na emergência de solidariedades sociais: O caso do sector informal nas áreas periurbanas da cidade de Maputo. *In: Revista Crítica de Ciências Sociais*, 63, pp. 75-89.
- Sithoe, Y. (2009). Poligamia: tudo em nome da “tradição”. *In: Outras Vozes*, n. 26, pp. 12-13.
- Sithoe, Y. (2010). Os Direitos Humanos das Mulheres e a persistência da desigualdade e da discriminação. *In: Outras Vozes*, n. 31-32, pp. 29-33.
- Skeggs, B. (2008). The dirty of feminism and sociology: or the war of conceptual attrition. *In: The Sociological Review*, 54:4, pp. 670-690.
- Slenes, R. W. A. (1999). *Na senzala uma flor: esperanças e recordações da família escrava (Brasil Sudeste, século XIX)*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- Smith, B. G. (2003). *Gênero e História: homens, mulheres e a prática histórica*. Trad. Flávia Beatriz Rossler. Bauru, SP: EDUSC.
- Smith, J. (2008). *Social movements for global democracy*. Baltimore: Johns Hopkins University Press.
- Smith, J. (2013). “Transnational Social Movements”. *In: Snow, D. A.; Porta, D. D; Klandermans, B., & McAdam, D. (Eds.). The Wiley-Blackwell Encyclopedia of Social and Political Movements*. MA: WileyBlackwell, 2013. Acesso em 06/2019.
- Snyder, R. C. (2008). What Is Third-Wave Feminism? A New Directions Essay. *In: Signs: Journal of Women in Culture and Society*, 34(1), pp. 175–196.
- Soares, V. (1994). Movimento feminista: paradigmas e desafios. *In: Revista Estudos Feministas*, N.E., pp. 11-24.
- Sodré, N. W. (1984). *A ideologia do colonialismo: seus reflexos no pensamento brasileiro*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Soihet, R. (1989). *Condição feminina e formas de violência: mulheres pobres e ordem urbana, 1890-1920*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- Soihet, R. (1997a). História, mulheres, gênero: contribuições para um debate. *In: Aguiar, N (Org.). Gênero e ciências humanas: desafios desde a perspectiva das mulheres*. Rio de Janeiro: Record: Rosa dos Ventos.
- Soihet, R. (1997b). História das mulheres. *In: Cardoso, C. F., & Vainfas, R. (Orgs.). Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Editora Campos.
- Soihet, R. (1998). História das mulheres e história do gênero: um depoimento. *In: Cadernos Pagu*, n, 11. pp. 77-87.

- Soihet, R. (2003). Sutileza, Ironia e Zombaria: instrumentos no descrédito das lutas das mulheres pela emancipação. *In: Labrys – estudos feministas*, n. 4. Disponível em <<https://www.labrys.net.br/labrys4/textos/rachel1.htm>> acessado em 26 de outubro de 2018.
- Soihet, R. (2005). Zombaria como arma antifeminista: instrumento conservador entre libertários. *In: Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 13, n. 3, p. 591-611.
- Soihet, R., & Costa, S. G. (2008). Interdisciplinaridade: história das mulheres e estudos de gênero. *In: Gragoatá*, n. 25, pp. 29-49.
- Sorj, B. (1992). O feminismo na encruzilhada da modernidade e pós-modernidade. *In: Costa, A. O., & Bruschini, C. (Orgs). Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro: Rosa dos Ventos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, pp. 15-23.
- Souza, J. (2016). *A radiografia do golpe: entenda como e por que você foi enganado*. Rio de Janeiro: LeYa.
- Souza, L. M. (1986). *O diabo e a Terra de Santa Cruz: feitiçaria e religiosidade popular no Brasil colonial*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Souza, L. M. (2006). *O sol e a sombra: política e administração na América portuguesa do século XVIII*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Spivak, G. C. (1994). *La crítica postcolonial*. *In: Feminaria*, VII, 12, pp. 6-9.
- Spivak, G. C. (1996). “Woman” as theatre. *In: Radical Philosophy*, 75, pp. 2-4.
- Spivak, G. C. (2010a). *Pode o subalterno falar?* Trad. Sandra Regina Goulart Almeida, Marcos Pereira Feitosa, André Pereira Feitosa. Belo Horizonte: Editora UFMG.
- Spivak, G. C. (2010b). *Crítica de la razón pós-colonial: hacia una historia del presente evanescente*. Trad. Marta Malo de Molina. Madrid: Akal.
- Staden, H. (2008 [1557]). *Duas viagens ao Brasil*. Trad. Angel Bojadsen. Porto Alegre L&PM Pocket.
- Stanley, L., & Wise, S. (1993). *Breaking out aga*. *In: feminist ontology and epistemology*. London: New York Routledge.
- Sterbbach, N. S. et al. (1994). “Feministas na América Latina: de Bogotá a San Bernardo”. *In: Revista Estudos Feministas*, Rio de Janeiro: CIEC/ECO/UFRJ, v. 2, n. 2, pp. 255-295.
- Stevenson, D; Everingham, C., & Robinson, P. (2011). *Choices and Life Chances: Feminism and the Politics of Generational Change*. *In: Social Politics: International Studies in Gender, State & Society*, v. 18, Issue 1, pp. 125–145.
- Storia delle Donne. (2005a). *Introduzione*. *In: Storia dela Donne*, v.1, p. 5-6.
- Storia delle Donne. (2005b). *Editoriale*. *In: Storia dela Donne*, v. 1, p. 7-12.

- Strehl, L. (2005). O fator de impacto do ISI e a avaliação da produção científica: aspectos conceituais e metodológicos. *In: Ciência da Informação*, 34(1), pp.19-27.
- Tabak, F. (1979). Associações femininas como grupos de pressão política. *In: III Encontro Anual da Anpocs*, pp. 1-22.
- Tabak, F. (1981). Exercício do voto e atuação parlamentar da mulher no Brasil. *In: V Encontro Anual da Anpocs*, pp. 1-40.
- Tabak, F. (1982). A Questão da autonomia do movimento feminista. *In: VI Encontro Anual da Anpocs*, pp. 1-26.
- Tabak, F. (1986). Partidos políticos e candidatos a constituinte: o compromisso feminista. *In: X Reunião Anual Anpocs*, pp. 1-19.
- Taborda, F. (1990). Feminismo e teologia feminista no primeiro mundo: breve panorama para uma primeira informação. *In: Perspectiva Teológica*, v. 22, n. 58, pp. 311-337.
- Taibo, R. M. M. (2012). *Lobolo(s) no Moçambique contemporâneo: mudança social, espíritos e experiências de união conjugal na cidade de Maputo*. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná.
- Tavares, M. (2000). *Movimentos de mulheres em Portugal: décadas de 70 e 80*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Tavares, M. (2003a). *Aborto e contracepção em Portugal*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Tavares, M. (2003b). Movimentos de mulheres em Portugal: décadas de 1970 e 1980. *In: Joaquim, Teresa; Galhardo, Anabela. (Orgs). Novos olhares: passado e presente nos estudos sobre as mulheres em Portugal*. Oeiras: Celta Editora, pp. 61-76.
- Tavares, M. (2007a). “A longa luta das mulheres pela legalização do aborto”. *In: Ockrent, Christine. (Dir). O livro negro das condições das mulheres*. Lisboa: Temas e Debates, pp. 384-394.
- Tavares, M. (2007b). Feminismos em Portugal – rupturas e continuidades na luta pela despenalização do aborto. *In: Amâncio, Lígia; Tavares, Manuela; Joaquim, Teresa; Almeida, Teresa Sousa de. (Orgs.). O longo caminho das mulheres: feminismos 80 anos depois*. Lisboa: Dom Quixote, pp. 292-305.
- Tavares, M. (2011). *Feminismos: percursos e desafios (1947-2007)*. Lisboa: Texto.
- Tavares, M.; B, A., & Magalhães, M. J. (2004). Feminismos e movimentos sociais - o caso da Marcha Mundial de Mulheres. *In: VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais*, Coimbra.
- Tavares, M. M. P. F. (2008). *Feminismos em Portugal (1947-2007)*. Tese de doutoramento. Universidade Aberta.

- Taylor, V. (1998). Feminist methodology in social movements research. *In: Qualitative Sociology*, v. 21, n. 4, pp. 367-379.
- Teles, M. A. A. (1999). *Breve história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense.
- Teles, M. A. A. (2015). Violações dos Direitos Humanos na ditadura. *In: Revista Estudos Feministas*, 23(3), pp. 1001-1022.
- Thayer, M. (1999). Feminismos viajantes: da mulher/corpo à cidadania de gênero. *In: Cadernos Pagu* (12), pp. 203-249.
- Thornton, J. K. (2004). *A África e os africanos na formação do mundo Atlântico, 1400-1800*. Trad. Marisa Rocha Mota. Rio de Janeiro: Elsevier.
- Todorov, T. (1999). *A conquista da América: a questão do outro*. Trad. Beatriz Perrone Moi. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes.
- Toldy, T. (1999). Exaltação ou submissão? Modelos de mulher no discurso oficial da igreja Católica Romana. *In: ex æquo*, 1, pp. 81-92.
- Toldy, T. (2008). Notas para uma hermenêutica feminista da tradição cristã. *In: Revista Portuguesa de História*, XL, pp. 191-211
- Toldy, T. (2010a). “Sonhos secularistas” e “direitos das mulheres”: Notas acerca de uma “relação ambígua”. *In: Revista Crítica de Ciências Sociais*, 90, pp. 5-24.
- Toldy, T. (2010b). A violência e o poder da(s) palavra(s): a religião cristã e as mulheres. *In: Revista Crítica de Ciências Sociais*, 89, pp. 171-183.
- Toldy, T.. (2013). A secularização da sociedade portuguesa no contexto das modernidades múltiplas. *In: Didaskalia*. Revista da Faculdade de Teologia / Lisboa, XLIII, 1-2, pp. 23-56.
- Toldy, T., & Santos, A. C. (2016), Religião, género e cidadania sexual: Uma introdução. *In: Revista Crítica de Ciências Sociais*, 110, pp. 43-50.
- Tomich, D.e W. (2004). *Through the prism of slavery: labor, capital, and world economy*. Lanham: Rowman & Littlefield.
- Tomich, D. W. (2016). *New frontiers of slavery*. Albany: State University of New York Press.
- Tomita, L. E. (2010). A teologia feminista libertadora: deslocamentos epistemológicos. *In: Fazendo Gênero* 9. Diásporas, Diversidades, Deslocamentos. UFSC. Disponível em: http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1278455084_ARQUIVO_FAZENDOGENERO.final.pdf>. Acesso em: 28 abr. 2019.
- Torres, A. C. (1996). *Divórcio em Portugal, ditos e interditos: uma análise sociológica*. Oeiras, Celta Editora.

- Torres, A. C. (2001a). *Trajectórias, dinâmicas e formas de conjugalidade. Assimetrias sociais e de sexo no casamento*. Dissertação de doutoramento. Lisboa, ISCTE.
- Torres, A. C. (2001b). *Sociologia do casamento. A família e a questão feminina*. Oeiras, Celta Editora.
- Torres, A. C. (2010). *Sociologia da Família e Debates*. Relatório da Unidade Curricular, Prova de Agregação. Lisboa. Disponível em <<http://www.analiatorres.com/pdf/agregacao/RelatoriodaUCSociologiadafamiliaTeoriasedebates.pdf>> acessado em 25 de outubro de 2018.
- Torres, A. (2002). A sociologia da família, a questão feminina e o gênero. *In: ex æquo*, 6, pp. 117-145.
- Torres, I. (2000). El feminismo académico em España hoy. *In: Métodos de Información*, v. 7, n° 35-36, pp. 63-67.
- Torres, R. G. (2016). *Claves para una sociología feminista*. *In: Graf, N. B.; & Castañeda Salgado, M. P. (Coord). Lecturas críticas en investigación feminista. Ciudad de México: UNAM*, pp. 91-123.
- Touraine, A. (1994). *Crítica de la modernidade*. Trad. Alberto Luis Bixio. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica.
- Trindade, C. C. C. N. (2015). *“Xitiki é compromisso”: os sentidos de uma prática de sociabilidade na cidade de Maputo, Moçambique*. Dissertação (mestrado). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – Universidade Estadual de São Paulo.
- Tristán, F. (2015 [1843]). *União operária*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo.
- Ubieta, C. B; Henriques, F., & Toldy, T. (2018). A “ideologia de gênero” da Igreja Católica. *In: ex æquo*, n° 37, pp. 9-17.
- Ustá, M. B. (2011). O problema do aborto inseguro. *In: Outras Vozes*, n. 33-34, pp. 33-37.
- Vainfas, R. (1984). *Economia e sociedade na América espanhola*. Rio de Janeiro: Edições Graal.
- Vainfas, R. (1995). *A heresia dos índios: catolicismo e rebeldia no Brasil colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- Vainfas, R. (Org). (1996). *História da sexualidade no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal. Vainfas, R. (2010). *Trópicos dos pecados: moral, sexualidade e inquisição no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.
- Valcárcel, A. (2000). El feminismo. *In: Contrastes – Revista Internacional de Filosofía*, suplemento V, pp. 123-135.
- Valcárcel, A. (2012). *Feminismo en el mundo global*. 4ª ed. Madrid: Difusora Larousse/Ediciones Cátedra.

- Valdivieso, M. (2012). *Aportes e incidencia de los feminismos en el debate sobre ciudadanía y democracia en América Latina*. In: Carosio, Alba. *Feminismo y cambio social en América Latina y el Caribe*. Buenos Aires: CLACSO.
- Vaquinhas, I. M. (2019). História das mulheres. In: Colling, A. M., & Tedeschi, L. A. (Orgs.). *Dicionário crítico de gênero*. 2ª ed. Dourados, MS: Ed. Universidade Federal da Grande Dourados, pp. 367-371.
- Vaquinhas, I. (2002). Impacte dos estudos sobre as mulheres na produção científica nacional: o caso da história. In: *ex æquo*, n. 6, pp. 147-174.
- Vaquinhas, I. (2006). *As mulheres no mundo contemporânea: história comparada*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
- Varikas, E. (1996). Refundar ou reacomodar a democracia? Reflexões críticas acerca da paridade entre os sexos. In: *Revista Estudos Feministas*, 4(1), pp. 65-94.
- Velasco, M. (2012). *Feminismos negros: una antología*. Madrid: Traficantes de sueños.
- Vélez, D. L. (2000). *Anger, resentment, and the place of mind in academia*. In: Vários Autores. *Is academic feminist dead? Theory in practice*. New York: New York University Press, pp. 31-326.
- Velho, L. (1997). A ciência e seu público. In: *Transinformação*, v. 9, n. 3, pp. 15-32.
- Veloso, C. B. (2018). Notas teóricas e de campo sobre novas atrizes e práticas do(s) feminismo(s) a partir da Marcha das Vadias de Belo Horizonte. In: *Revista Brasileira de Estudos do Homocultura*, v. 1, n. 4, pp. 192-209.
- Vencato, A. P; Silva, R. L., & Alvarenga, R. L. (2018). A educação e o presente instável: repercussões da categoria “ideologia de gênero” na construção do respeito às diferenças. In: *Psicologia Política*, 18(43), pp. 587-598.
- Ventura, I. (2010). A emergência das mulheres repórteres nas décadas de 60 e 70. In: Magalhães, M. J. [et al] (Coord.). *Quem tem medo dos feminismos?* Congresso Feminista 2008. Actas, vol. I. Funchal: Nova Delphi, pp. 94-101.
- Vergès, F. (2019). *Un feminismo decolonial*. Paris: La Fabrique Éditions.
- Vicente, A. (2002). *Os poderes das mulheres, os poderes dos homens*. Lisboa: Gótica.
- Vicente, A. (2010). Vozes religiosas portuguesas. In: Magalhães, M. J. [et al] (Coord.). *Quem tem medo dos feminismos?* Congresso Feminista 2008. Actas, vol. II. Funchal: Nova Delphi, pp. 11-24.
- Vidal, S. (2017). *A participação política das mulheres em Moçambique e na Tanzânia*. Dissertação de Mestrado pelo Instituto Universitário de Lisboa.

- Vieira, A. S; Coelho, A. J; Miquelino, A. S., & Calado, P. (2016). Faces de Eva: uma análise bibliométrica. *In: Faces de Eva. Estudos sobre a Mulher*, n. 36, pp. 34-60.
- Vieira, M. M. (1993). Letras, artes e boas maneiras: a educação feminina das classes dominantes. *In: Análise Social*, Vol. XXVIII (1.º), n.º 120, pp. 7-53.
- Vieira, P. (2008). Literatura ou panfleto? Propaganda feminista nas novelas de Ana de Castro Osório. *In: Faces de Eva: estudos sobre mulheres*, n. 20, pp. 47-58.
- Vieira, S. (1992). Editorial. *In: Estudos Moçambicanos*, n. 11-12, pp. 9-10.
- Walby, S. (1989). *Theorising Patriarchy*. *In: Sociology*, v. 23, n. 2, pp. 213-234.
- Walby, S. (1990). *Theorising Patriarchy*. Oxford: Basil Blackwell.
- Walby, S. (1997). *Gender transformations*. London New York: Routledge.
- Walby, S. (2005a). *Gender Mainstreaming: Productive Tensions in Theory and Practice*. *In: Social Politics*, 12(3), 321-343.
- Walby, S. (2011). The impact of feminism on sociology. *In: Sociological Research Online*, 16 (3) 21, pp. 1-10.
- Wall, K. (1993). Elementos sobre a sociologia da família em Portugal. *In: Análise Social*, v. XXVIII (4.º-5.º), n.º 123-124, pp. 999-1009.
- Wall, K. (1995). Apontamentos sobre a família na política social portuguesa. *In: Análise Social*, v. XXX (2.º-3.º), n.º 131-132, pp. 431-458.
- Wall, K., & Lobo, C. (1999). Famílias monoparentais em Portugal. *In: Análise Social*, v. XXXIV, n.º 150, pp. 123-145.
- Warren, K. J. (1989). Rewriting the future: the feminist challenge to the malestream curriculum. *In: Feminist Teacher*, v. 4, n. 2/3, pp. 46-52.
- Weber, M. (1999). *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Vol. 2. Trad. Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa. Brasília, DF: Editora UnB; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo. (Vol. 2).
- Weinstein, B. (1995). As mulheres trabalhadoras em São Paulo: de operárias não-qualificadas a esposas profissionais. *In: Cadernos Pagu*, 4, pp. 143-171.
- Wallerstein, I. (2001). *Capitalismo histórico e civilização capitalista*. Trad. Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Contraponto.
- Whelan, E. (2001). Politics by other means: feminism and mainstream science studies. *In: Canadian Journal of Sociology/Cahiers Canadiens de Sociologie*, 26(4), pp. 535-581.

- Williams, E. (2014). *The economic aspect of the abolition of the West Indian slave trade and slavery*. Lanham, MD: Rowman & Littlefield.
- Wolff, C. S. (2007). Feminismo e configurações de gênero na guerrilha: perspectivas comparativas no Cone Sul, 1968-1985. *In: Revista Brasileira de História*, 27(54), 19-38.
- Wolff, C. S. (2008). Estudos feministas e movimentos sociais: desafios de uma militância acadêmica em forma de revista. *In: Estudos Feministas*, 16(1), pp. 81-86.
- Wolff, C. S. (2019). “Revista Estudos Feministas”: uma trajetória de desafios. *In: Storia delle Donne*, 15, pp. 37-57. Disponível em <www.fupress.net/index.php/sdd>, acesso em junho de 2020.
- Wolff, C. S. (2020, 27 de julho). LE – *Live com as editoras: a produção das mulheres no contexto da pandemia*. PPGD Unimar. <https://www.youtube.com/watch?v=ZxvgAVRHo4o>
- Wolff, C. S.; Silva, J. G., & Oliveira, N. A. S. (2015). Gênero, feminismos e ditaduras do Cone Sul: perspectivas recentes. *In: Revista Estudos Feministas*, 23(3), 861-866.
- Wolff, C. S.; Zandoná, J., & Mello, S. C. (orgs.). (2019). *Mulheres de Luta: feminismo e esquerdas no Brasil (1964-1985)*. 1. ed. Curitiba: Appris.
- Wollstonecraft, M. (2015 [1792]). *Reivindicação dos direitos das mulheres*. Trad. Andreia Reis do Carmo. São Paulo: EDIPRO.
- Wood, A. J. R. RI. (1982). *The Black Man in Slavery and Freedom in Colonial Brazil*. London: Palgrave Macmillan Limited.
- Xavier, M. L. L. O. (1999). As mulheres e as heresias aos olhos de um português do séc. XVI. *In: ex æquo*, 1, p. 73-80.
- Yin, R. K. (2001). *Estudo de caso: planejamento e métodos*. Trad. Daniel Grassi. 2ª ed. Porto Alegre: Bookman.
- Zezeza, P. T. (2005). Gender bases in african historiography. *In: Oyěwùmi, O. (Ed). African gender studies: theoretical questions and conceptual issues*. Houndmills, Basingstoke, England, New York: Palgrave MacMillan, pp. 207-232.
- Zetkin, C. (1972 [1934]). *Lenin on the woman question*. International Publishers, New York.

Anexo

Anexo 1 – Lista das temáticas gerais dos trabalhos da Anpocs durante as décadas de 1980 e princípios de 1990

Tabela 18 – Lista das temáticas gerais dos trabalhos da Anpocs durante as décadas de 1980 e princípios de 1990.

Tema	Déc. 1970	Déc. 1980	Déc. 1990
Aborto			Oliveira, 1993
Cidadania		Tabak, 1981; Blay, 1982; Oliveira, 1985; Oliveira, 1986	
Criança		Gohn, 1981; Rosemberg, 1984	Moraes, 1993
Educação	Miranda, 1975; Barroso, Mello, 1975	Moraes, 1985; Bruschini; Amado, 1988;	
Eleições			Costa, 1990
Família		Madeira; Bruschini, 1981; Leite, 1981; Neves, 1982; Samara, 1985; Mello, 1987; Moraes, 1989	
Gênero e pobreza		Sarti, 1989	
Maternidade²¹³		Novelino, 1988	
Movimento rural		Ferrante, 1983; Bava, 1985	
Política	Tabak, 1979	Tabak, 1986; Brito, 1986; Avelar, 1987; Avelar, 1989.	Machado, 1990
Sexualidade		Barroso, 1987; Oliveira, 1989	
Trabalho	Blay, 1975;	Pereira, 1980; Madeira; Moraes, 1980; Farias, 1981; Melo, 1981; Saffioti; Ferrante, 1981; Carneiro, 1981; Bruschini, 1985; Oliveira, 1987.	Bruschini, 1993
Violência		Saffioti, 1985	Grossi, 1991; Silva, 1991

Fonte: Trabalhos apresentados na Anpocs, em sua maioria nos GTs/Simpósios Temáticos (STs) sobre movimento de mulheres e estudos de gênero, além de alguns artigos da publicação Cadernos de Pesquisa. Com maior foco na produção da década de 1980. As referências completas estão disponíveis no final do trabalho.

²¹³ A temática foi bastante trabalhada na América Latina desde a década de 1970, como demonstra Francesca Gargallo (2002: 118-119), assim como o aborto e as questões que envolvem os usos dos corpos.

Anexo 2 – Modelo de consentimento informado utilizado com as entrevistadas

Consentimento Informado

Estudo sobre

“Epistemologias feministas no mar lusófono: ‘Navegar é preciso, viver não é preciso’. Um estudo comparado da produção científica em Revistas Acadêmicas de Brasil, Moçambique e Portugal”.

Declaro que consinto participar no estudo sobre *Epistemologias feministas no mar lusófono: “Navegar é preciso, viver não é preciso”*. Um estudo comparado da produção científica em *Revistas Acadêmicas de Brasil, Moçambique e Portugal*, para o qual foi solicitada a minha colaboração para a participação numa entrevista gravada.

Declaro que autorizo a gravação do meu depoimento e utilização posterior dessa informação.

Declaro ainda que fui informada acerca do carácter não confidencial e não anónimo das respostas que der no âmbito do presente estudo.

Declaro por fim que me foi dada oportunidade de colocar as questões que julguei necessárias e que fui informada acerca do direito de recusar a qualquer momento a participação na investigação.

Braga, ___/___/_____

Assinatura: _____

Anexo 3 – Guião de entrevistas

Dados gerais da entrevistada

Publicação:

Nome:

Filiação institucional:

Período de filiação:

Cargos ocupados:

1. Como se deu a escolha do nome da revista?

2. Em sua leitura qual a relevância representada pelas publicações feministas e, de modo especial, a revista aqui abordada?

3. De que maneira são escolhidas as temáticas trabalhadas? Elas seguem alguma demanda? Se sim qual(quais)?

4. Quais as principais alterações teórico metodológicas da revista ao longo de sua atividade?
 - 4.1. Qual a principal alteração nas agendas ao longo desse tempo?

5. Em sua opinião quais foram os principais desafios em editar e publicar uma revista feminista no período em que se deu sua veiculação (direção ou princípio)? Quais as principais ideias que estavam contidas naquele dado momento? Será que elas persistem até hoje?
 - 5.1. Conforme sua leitura quais são os principais desafios que representa a edição e publicação de uma revista feminista (EMGF) a partir no atual cenário acadêmico e político?
 - 5.2. Como podemos perceber a alteração desses cenários descritos?
 - 5.3 Na sua opinião qual o nível de aceitação por parte da comunidade acadêmica (nacional e internacional) e o quanto esse cenário sofreu ou não alteração?

6. Em sua opinião qual importância de se publicar em língua portuguesa uma revista feminista e quais os desafios que isso representa no sentido de desenvolvimento em relação a comunidade internacional? Assim como no cenário nacional?

7. Como funciona a política de editoração da revista em relação aos

a) Indexadores

b) Financiamentos

c) Eventos (promoção)

d) Chamadas/*calls* (qual o perfil das pessoas que se interessam e enviam materiais? Há muitas reprovações? Quais os limites?)

e) Avaliações (como gerir, inclusive contando com um trabalho voluntário)

8. Em sua opinião quais são na atual conjuntura social, política e econômica as principais demandas que estão sendo percebidas pela revista? Além disso, quais incentivos possui?

9. E como procedem como a perspectiva de internacionalização por parte da publicação? Quais caminhos estão sendo seguidos?

10. Em sua opinião qual a imagem da participação de homens no feminismo? Há homens feministas?

11. Conforme sua leitura o adoecimento pela intensificação e massificação do trabalho muitas vezes realizado de maneira voluntária e sem valorização acadêmica, essa é ainda uma realidade observável?

Anexo 4 – Detalhamento do processo de temáticas

Tabela 19 – Detalhamento do processo de temáticas

Temáticas gerais	Detalhamento da categoria
1. Artes, gênero e minorias sexuais	<ol style="list-style-type: none"> 1. Arte e feminino <ol style="list-style-type: none"> a. Arte feminina (curadoria) b. Arte feminina (fotografia) c. Arte feminina (fotografia, corpo) d. Arte feminina (pintura) e. Arte feminina (teatro infantil) f. Arte feminina (teatro) g. Arte feminina em Moçambique h. Arte LGBT i. Arte <i>queer</i> 2. Biografia <ol style="list-style-type: none"> a. Biografia (mídia) b. Biografia (pessoa trans) c. Biografia feminina d. Biografia feminina em Portugal e. Biografia feminina no Brasil f. Autobiografia 3. Participação feminina na música 4. Desigualdade de gênero no Brasil
2. Corpo, sexualidade e saúde	<ol style="list-style-type: none"> 1. Aborto (Sexualidade e corporalidade) <ol style="list-style-type: none"> a. Aborto (bioética) b. Aborto (clandestinidade, mídia) c. Aborto (discussão) d. Aborto (emancipação) e. Aborto (etnografia) f. Aborto (legalização) g. Aborto (mídia, religiosidade) h. Aborto (política) i. Aborto (políticas públicas) j. Aborto (religião, poder) k. Aborto (saúde) 2. Corpo (Sexualidade e corporalidade) 3. Diversidade sexual (doença) 4. Maternidade <ol style="list-style-type: none"> a. Maternidade (biopolítica) b. Maternidade (controle) c. Maternidade (discurso) d. Maternidade (fecundidade) e. Maternidade (genderização) f. Maternidade (humanização) g. Maternidade (imigração) h. Maternidade (modelo) i. Maternidade (novas tecnologias) j. Maternidade (parteiras) k. Maternidade (proteção) l. Maternidade (Sexualidade e corporalidade) m. Maternidade (subjetivação) n. Maternidade (tardia) o. Maternidade juvenil 5. Procriação (Procriação medicamente assistida) <ol style="list-style-type: none"> a. Procriação (masculina)

	<ul style="list-style-type: none"> b. Procriação (paternidade, reconhecimento) c. Procriação (planejamento familiar) d. Procriação (saúde) e. Procriação f. Procriação de mulheres <p>6. Sexualidade e corporalidade</p> <ul style="list-style-type: none"> a. Sexualidade (conjugalidade, cárcere) b. Sexualidade e corporalidade (saber científico) c. Sexualidade e corporalidade (diferença, discussão) d. Sexualidade e corporalidade (pedofilia) e. Sexualidade e corporalidade (poliamor) f. Sexualidade e corporalidade em Moçambique g. Sexualidade e corporalidades (narrativas) <p>7. Saúde</p> <ul style="list-style-type: none"> a. Saúde (etnicidade) b. Saúde (população LGBT) c. Saúde (profissão médica) d. Saúde (transexualidade) e. Saúde da mulher f. Saúde em Moçambique g. Saúde feminina (cuidado) h. Saúde feminina (mental) <p>8. Desigualdade sexual</p> <ul style="list-style-type: none"> a. Desigualdade de gênero no Brasil b. Diferenças sexuais <p>9. Bioética</p> <p>10. Intimidade feminina</p> <p>11. Etarismo</p> <p>12. Psicologia e feminino</p> <p>13. Sedução sobre as mulheres</p> <p>14. Turismo sexual</p> <p>15. Trabalho sexual</p> <ul style="list-style-type: none"> a. Trabalho sexual (legalização)
<p>3. Direitos humanos, direitos da mulher e gênero</p>	<p>1. Direito e feminino</p> <ul style="list-style-type: none"> a. Direito de mulheres b. Direito de mulheres (legislação) c. Direito e feminização d. Direito e feminização (Lei Maria da Penha) e. Direito e gênero f. Trabalho infantil
<p>4. Economia, organizações e trabalho</p>	<p>1. Economia</p> <ul style="list-style-type: none"> a. Economia e feminino b. Economia e feminino (desigualdades) c. Economia feminina (solidária, trabalho oculto) d. Economia feminina (indignidades) e. Economia feminina em Portugal f. Economia GLS <p>2. Cultura das organizações</p> <p>3. Trabalho</p> <ul style="list-style-type: none"> a. Trabalho (cidadania, igualdade, salário) b. Trabalho (relações de gênero) c. Trabalho e feminino d. Trabalho e gênero e. Trabalho feminino (artesanato, estereótipo) f. Trabalho feminino (assimetrias) g. Trabalho feminino (condições) h. Trabalho feminino (discriminação) i. Trabalho feminino (educação)

	<ul style="list-style-type: none"> j. Trabalho feminino (escravidão, indústria, séc XIX/XX) k. Trabalho feminino (família, remuneração) l. Trabalho feminino (jornalismo, desigualdades) m. Trabalho feminino (migração, doméstico) n. Trabalho feminino (mineração) o. Trabalho feminino (política, assédio) p. Trabalho feminino (precariedade) q. Trabalho feminino (remuneração) r. Trabalho feminino em Portugal s. Trabalho feminino no Brasil t. Trabalho feminino no Brasil (divisão) u. Trabalho feminino no Brasil (saúde) <p>4. Desigualdade de gênero em Portugal em contexto organizacional</p>
5. Educação, mulheres e gênero	<p>1. Educação</p> <ul style="list-style-type: none"> a. Educação (adultos, matemática) b. Educação (criança, sexualidade) c. Educação (currículo, normas) d. Educação (diferença) e. Educação (estereótipo) f. Educação (formação, médica/o) g. Educação (formal) h. Educação (legislação) i. Educação (representação, infância) j. Educação (sexualidade) k. Educação e feminino l. Educação e gênero m. Educação familiar n. Educação feminina (imprensa) o. Educação feminina (legislação) p. Educação feminina (militar) q. Educação feminina (sexual) r. Educação feminina e religiosidade em Portugal s. Educação feminina em Portugal t. Educação feminina no Brasil u. Educação sexual
6. Famílias, relações familiares e filiação	<p>1. Família</p> <ul style="list-style-type: none"> a. Família (adoção) b. Família (conjugalidade) c. Família (constituição) d. Família (divórcio) e. Família (estrutura) f. Família (homoparentalidade) g. Família (modelos) h. Família (mudanças) i. Família (novos formatos) j. Família (parentalidade) k. Família (parentesco) l. Família (patrifocal, paternidade) m. Família (renda, trabalho) n. Família em Moçambique <p>2. Infância</p> <p>3. Casamento</p> <ul style="list-style-type: none"> a. Casamento (homoafetividade) b. Casamento (homossexual; aborto) <p>4. Relações de intimidade (casamento)</p> <p>5. Adoção de crianças</p> <ul style="list-style-type: none"> a. Adoção (direito, casal homossexual) <p>6. Aleitamento</p>

	<ul style="list-style-type: none"> a. Amamentação <p>7. Alimentação</p> <ul style="list-style-type: none"> a. Alimentação (cozinha, corpo) b. Alimentação (veganismo)
<p>7. Gênero, esporte e formas de sociabilidade</p> <p>- Educação física</p> <p>- Amizade feminina</p>	<ul style="list-style-type: none"> 1. Esporte e feminino <ul style="list-style-type: none"> a. Esporte e feminino (ciclismo, autonomia) b. Esporte feminino em Portugal c. Esporte (educação física) d. Esporte (participação) e. Esporte (valorização) 2. Esporte feminino no Brasil 3. Amizade feminina
<p>8. Identidade, gênero e minorias sexuais</p>	<ul style="list-style-type: none"> 1. Identidade <ul style="list-style-type: none"> a. Identidade (Autoidentificação) b. Identidade de gênero c. Identidade feminina d. Identidade feminina em Moçambique e. Identidade feminina em Portugal f. Identidade LGBT
<p>9. Literatura e escrita de mulheres</p>	<ul style="list-style-type: none"> 1. Leitura pública 2. Literatura feminina <ul style="list-style-type: none"> a. Literatura feminina (infantil) b. Literatura feminina de Brasil e Portugal c. Literatura feminina em Moçambique d. Literatura feminina em Portugal 3. Escrita e feminino <ul style="list-style-type: none"> a. Escrita de teatro feminino português b. Escrita feminina (imprensa) c. Escrita feminista – Brasil-Portugal d. Escrita feminista em Portugal 4. Imprensa feminina <ul style="list-style-type: none"> a. Imprensa feminina em Moçambique b. Imprensa feminista c. Imprensa feminista (esporte) d. Imprensa feminista no Brasil e. Imprensa para trabalhadoras domésticas
<p>10. Meio ambiente e fluxos migratórios femininos e de gênero</p>	<ul style="list-style-type: none"> 1. Migração/emigração feminina <ul style="list-style-type: none"> a. Emigração (meio rural) b. Migração c. Migração (desigualdade social) d. Migração (internacional) e. Migração (mercado de trabalho) f. Migração (música, narrativas) g. Migração (Travesti, etnografia, imagens) h. Imigração i. Imigração (travesti) 2. Meio ambiente e feminino <ul style="list-style-type: none"> a. Meio ambiente e gênero
<p>11. Mulheres, gênero e cárcere</p>	<ul style="list-style-type: none"> 1. Cárcere e feminino <ul style="list-style-type: none"> a. Cárcere feminino (estudo) b. Comunicação (cárcere) c. Mulheres e cárcere
<p>12. Mulheres, minorias, política e poder</p>	<ul style="list-style-type: none"> 1. Política e feminização <ul style="list-style-type: none"> a. Política e feminização (discurso, interrupção, parlamento) b. Política e feminização em Moçambique c. Política e feminização em Portugal d. Política e feminização no Brasil

	<ul style="list-style-type: none"> e. Política pública de gênero f. Política pública de gênero em Portugal g. Políticas pública (alimentação) h. Políticas pública (igualdade) i. Políticas públicas (cotas) j. Políticas públicas (igualdade) k. Políticas públicas (implementação) l. Políticas públicas (renda) m. Políticas públicas (saúde) n. Políticas públicas de gênero <ol style="list-style-type: none"> 2. Cidadania e feminino <ul style="list-style-type: none"> a. Cidadania feminina em Portugal 3. Poder e feminização <ul style="list-style-type: none"> a. Poder e feminização (condição das mulheres) b. Poder feminino (religião) c. Política de trabalho feminino 4. Sindicalismo feminino operário 5. Diplomacia feminina 6. Nacionalismo e estereótipos no Brasil 7. Igualdade de gênero <ul style="list-style-type: none"> a. Igualdade de gênero e família – Brasil-Portugal b. Igualdade de gênero e família em Portugal 8. Associações de mulheres 9. Militância e feminino (memória) <ul style="list-style-type: none"> a. Militância feminina b. Militância LGBT 10. Raça <ul style="list-style-type: none"> a. Raça (cotas)
<p>13. Pensamento e práticas feministas, de gênero e <i>queer</i></p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Ciência e feminino <ul style="list-style-type: none"> a. Ciência e feminino (inovação, núcleo de Inovação Tecnológica) b. Ciência e feminino (órgãos de decisão) c. Ciência e feminino (participação, relações internacionais) d. Ciência e feminino e. Ciência e feminização 2. História das mulheres (Teoria e práticas feministas) <ul style="list-style-type: none"> a. História das mulheres (desigualdades) b. História das mulheres (memória) 3. Epistemologia feminista (Teorias e práticas feministas) 4. Movimento de mulheres <ul style="list-style-type: none"> a. Movimento feminista b. Movimento feminista (políticas públicas) c. Movimento feminista no Brasil d. Movimento feminista no Brasil (primeira geração) e. Movimento lésbico em Portugal f. Movimento LGBT g. Movimento LGBT (produção acadêmica, tranvesti) h. Movimento negro i. Movimento social (subjetividades) 5. Estudos <i>queer</i> <ul style="list-style-type: none"> a. Estudos <i>queer</i> (arte) b. Estudos <i>queer</i> (ativismo) c. Estudos <i>queer</i> (ciência) d. Estudos <i>queer</i> (educação, trabalho, transfobia) e. Estudos <i>queer</i> (identidade) f. Estudos <i>queer</i> (não-binário) g. Estudos <i>queer</i> (performatividade) h. Estudos <i>queer</i> (pornografia) i. Estudos <i>queer</i> (saúde)

	<ul style="list-style-type: none"> j. Estudos <i>queer</i> (teatro) k. Estudos <i>queer</i> (transexualidade) 6. Masculinidades <ul style="list-style-type: none"> a. Masculinidade (arte, mídia, cinema) b. Masculinidade (educação infantil) c. Masculinidade (educação) d. Masculinidade (guerra) e. Masculinidade (homem negro) f. Masculinidade (procriação) g. Masculinidades em Portugal 7. Revista feminista <ul style="list-style-type: none"> a. Revista feminista (França) b. Revista feminista em Portugal 8. Academia e feminino (Ciência e feminino) 9. Androcentrismo (Ciência e feminino) 10. Antifeminismo <ul style="list-style-type: none"> a. “Ideologia de gênero” b. “Ideologia de gênero” (religiosidade) c. “Ideologia de gênero” (anti-feminismo) 11. Metodologias feministas 12. Teoria e práticas feministas <ul style="list-style-type: none"> a. Teoria e práticas feministas (materialismo) b. Teoria e práticas feministas (colonialidade, interseccionalidade) c. Teoria e práticas feministas (ecofeminismo, proteção de animais) d. Teoria e práticas feministas (interseccionalidade) 13. Memória (verdade, reconciliação) 14. Sociabilidade LGBT
<p>14. Representações da mulher, do feminino e do gênero</p>	<ul style="list-style-type: none"> 1. Representações <ul style="list-style-type: none"> a. Representações da mulher b. Representação da mulher (ciência) c. Representação da mulher no Brasil d. Representação do masculino e. Representações da mulher (arte) f. Representações da mulher (cinema) g. Representações da mulher (conhecimento científico) h. Representações da mulher (imprensa) i. Representações da mulher (literatura) j. Representações da mulher (mídia) k. Representações da mulher (militar, migração, subjetividade) l. Representações da mulher (política) m. Representações da mulher (religião) n. Representações da mulher (teatro) o. Representações da mulher em Moçambique p. Representações da mulher em Moçambique (política) q. Representações da mulher em Portugal r. Representações da mulher em Portugal (política) s. Representações da mulher no Brasil t. Representações da mulher no Brasil (moda) u. Representações da mulher no Brasil e Portugal (arte) v. Representações das mulheres (discurso) w. Representações de gênero x. Representações de gênero (discurso) y. Representações de gênero (educação) z. Representações do homem 2. Estereótipo feminino <ul style="list-style-type: none"> a. Estereótipos de gênero (infância) b. Estudos de gênero

	<ul style="list-style-type: none"> c. Estudos de gênero (desenho) d. Estudos de gênero em Portugal <ol style="list-style-type: none"> 3. Imaginário sobre o feminino no Brasil 4. Pornografia 5. Cuidado feminino 6. Conduta moral feminina 7. Ética (cuidado) 8. Estatuto social feminino 9. Mídia e feminino <ul style="list-style-type: none"> a. Mídia e feminino (discurso) b. Mídia e feminino (transformação) 10. Relato do cotidiano feminino e escravidão 11. Moda feminina <ul style="list-style-type: none"> a. Moda feminina Brasil (educação, corpo) 12. Participação feminina na colonização 13. Público x privado 14. Religião e feminino <ul style="list-style-type: none"> a. Religiosidade b. Religiosidade e conservadorismo c. Sagrado e feminino 15. Urbanismo e feminino <ul style="list-style-type: none"> a. Habitação 16. Fundação feminina 17. Homenagem 18. Desigualdade de gênero no Brasil
15. Residual	<ol style="list-style-type: none"> 1. Ordens militares e feminino
16. Violência sexual e de gênero	<ol style="list-style-type: none"> 1. Tráfico de mulheres <ul style="list-style-type: none"> a. Tráfico sexual 2. Violência <ul style="list-style-type: none"> a. Violência – médica – contra mulheres em Portugal b. Violência (infanticídio) c. Violência (intersexo) d. Violência (Lei Maria da Penha) e. Violência (masculinidade) f. Violência (pedofilia) g. Violência a LGBTs h. Violência contra a mulher (feminicídio) i. Violência contra a mulher no Brasil j. Violência contra as mulheres k. Violência contra as mulheres (assédio de rua) l. Violência contra as mulheres (delegacia da mulher) m. Violência contra as mulheres (doméstica, narrativas, escritos) n. Violência contra as mulheres (emoções) o. Violência contra as mulheres (estupro) p. Violência contra as mulheres (legislação latino-americana) q. Violência contra as mulheres (médica) r. Violência contra as mulheres (mídia) s. Violência contra as mulheres (modelo) t. Violência contra as mulheres (prevenção, maternagem) u. Violência contra as mulheres (racismo) v. Violência contra as mulheres (virtual) w. Violência contra as mulheres em Portugal x. Violência contra as mulheres no Brasil y. Violência de gênero z. Violência de gênero (representação, feminismo decolonial) aa. Violência de gênero (simbólica) bb. Violência de gênero no Brasil

	cc. Violência infantil dd. Violência LGBT ee. Violência sexual
--	--

Anexo 5 – Detalhamento de países por continente

Tabela 20 – Detalhamento de países por continente

Continente	Quantidade de países	País
África	Cinco países	Angola Cabo Verde Congo Egito Marrocos
América	16 países	Antigua Argentina Canadá Chile Colômbia Costa Rica Cuba Equador Estados Unidos México Nicarágua Peru Porto Rico Trinidad e Tobago Uruguai Venezuela
Ásia	Cinco países	Cingapura Índia Israel Japão Palestina
Europa	20 países	Alemanha Áustria Bélgica Croácia Dinamarca Espanha Finlândia França Grécia Holanda Irlanda Islândia Itália Lituânia Noruega Polônia Reino Unido Romênia Suécia Suíça
Oceania	Dois países	Austrália Nova Zelândia

Anexo 6 – Detalhamento de países por continentes em cada publicação

Tabela 21 - Detalhamento de países por continentes em cada publicação.

Revista	Continente	Quantidade de países	País
REF	África	Três países	Angola Cabo Verde Congo
	América	15 países	Argentina Brasil Canadá Chile Colômbia Cuba Equador Estados Unidos México Nicarágua Peru Porto Rico Trinidad e Tobago Uruguai Venezuela
	Ásia	Quatro países	Cingapura Índia Israel Japão
	Europa	Nove países	Alemanha Bélgica Espanha França Grécia Itália Portugal Polônia Reino Unido
	Oceania	Dois países	Nova Zelândia
Cadernos Pagu	África	Cinco países	Cabo Verde Marrocos
	América	16 países	Argentina Brasil Canadá Chile Colômbia Costa Rica Estados Unidos México Uruguai Venezuela
	Ásia	Cinco países	Índia Israel Palestina
	Europa	20 países	Alemanha Dinamarca Espanha Finlândia

			França Grécia Holanda Itália Lituânia Portugal Reino Unido Romênia Suécia Suíça
	Oceania	Dois países	Austrália
Fases de Eva	África	Um país	Marrocos
	América	Três países	Brasil Cuba Estados Unidos
	Europa	Seis países	Alemanha Croácia Espanha França Itália Portugal
<i>ex æquo</i>	África	Cinco países	Egito Moçambique
	América	16 países	Argentina Brasil Chile Colômbia Costa Rica Equador Estados Unidos Venezuela
	Europa	20 países	Alemanha Áustria Bélgica Dinamarca Espanha França Holanda Irlanda Islândia Itália Noruega Portugal Polónia Reino Unido Suécia Suíça
	Oceania	Dois países	Austrália Nova Zelândia
Estudos Moçambicanos	África	Cinco países	Moçambique
	América	16 países	Antígua Brasil Chile Estados Unidos
	Europa	20 países	Portugal Suécia

Anexo 7 – Lista de cursos com menos de 50 pessoas por formação nas revistas analisadas

Tabela 22 – Detalhamento de cursos com a quantidade formação individual.

Curso	Quantidade
Biologia Marinha, ciência da vida, ciências da educação, ciências religiosas, criminologia, design gráfico e publicidade, economia ambiental e ecológica, engenharia de computação, engenharia de produção, engenharia mecânica, estatística, estudos anglo-americanos, estudos de conflitos, estudos governamentais e africanos, estudos hispânicos, feminicídio e violência contra as mulheres, literaturas em línguas e literaturas românicas, <i>marketing</i> , moda, odontologia, psicologia da educação, tecnologia em processamento de dados, turismo.	1
Cinema, educação artística, educação religiosa, engenharia civil, engenharia química, estudos franceses, fisioterapia, fonoaudiologia, museologia, terapia ocupacional.	2
Ciências Humanas, desenho industrial, engenharia eletrônica, estudos europeus, farmácia, informação e comunicação.	3
Artes plásticas, geologia, zoologia.	4
Artes cênicas, biblioteconomia, ciências musicais, estudos latino-americanos, literatura, nutrição, química.	5
Agronomia, geografia, matemática.	6
Física.	7
Arquitetura.	9
Teologia.	11
Administração, biologia.	12
Medicina.	13
Ciências da comunicação, relações internacionais.	14
Enfermagem, línguas e literaturas modernas.	16
Artes.	18
Filologia.	20
Educação física.	25
Jornalismo.	27
Ciência política.	35
Serviço social.	41
Economia.	47

Fonte: Elaboração própria.

Anexo 8 – Detalhamento de países por continente

Tabela 23 – Detalhamento de países em cada continente.

Continente	País
África (cinco países)	Angola; Cabo Verde; Congo; Egito; Marrocos.
América (16 países)	Antígua; Argentina; Canadá; Chile; Colômbia; Costa Rica; Cuba; Equador; Estados Unidos; México; Nicarágua; Peru; Porto Rico; Trinidad e Tobago; Uruguai; Venezuela.
Ásia (cinco países)	Cingapura; Índia; Israel; Japão; Palestina.
Europa (vinte países)	Alemanha; Áustria; Bélgica; Croácia; Dinamarca; Espanha; Finlândia; França; Grécia; Holanda; Irlanda; Islândia; Itália; Lituânia; Noruega; Polônia; Reino Unido; Romênia; Suécia; Suíça.
Oceania (dois países)	Austrália; Nova Zelândia.

Fonte: Elaboração própria.

Anexo 9 – Relação entre países em relação a proporcionalidade para cada periódico

Tabela 24 – Relação entre países em relação a proporcionalidade para cada periódico.

	Publicação	Continente	Países	Quantidade	Percentual
Grupo A	REF	África	Cabo Verde	3	0,30%
		América	Argentina	53	5,43%
			Estados Unidos	36	3,68%
		Europa	Portugal*	15	1,53%
			Espanha	23	2,35%
	Pagu	África	Marrocos	7	0,98%
		América	Argentina	57	7,99%
			Estados Unidos	41	5,75%
		Europa	Portugal*	13	1,82%
			Espanha	11	1,54%
	Faces de Eva	África	Marrocos	2	0,80%
		América	Brasil*	32	12,90%
			Espanha	13	5,24%
		Europa	França	7	2,82%
	<i>ex æquo</i>	África	Moçambique*	1	0,26%
		América	Brasil*	46	12,04%
Estados Unidos			7	1,83%	
Europa		Espanha	27	7,06%	
		Itália	11	2,87%	
Grupo B	Estudos Moçambicanos	América	Antígua	1	6,66%
			Brasil*	1	6,66%
			Chile	1	6,66%
			Estados Unidos	1	6,66%
		Europa	Portugal*	1	6,66%
			Suécia	1	6,66%

* País do mesmo grupo